Luís Alexandre Rodrigues

Bragança no século XVIII

URBANISMO. ARQUITECTURA

Volume I

Dissertação de mestrado em História de Arte
apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

Bragança
1995

Luís Alexandre Rodrigues

Bragança no século XVIII

URBANISMO. ARQUITECTURA

Volume I

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 47671 (I)
Ex.1
Data 14 / 06 / 19 96

043 M
R614h
V.1 ex.2

Dissertação de mestrado em História de Arte
apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

Bragança
1995

Para a Mélita e Miguel

PLANO DE TRABALHO

I VOLUME

NOTA PRELIMINAR

FONTES E BIBLIOGRAFIA
FONTES MANUSCRITAS
BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS E SINAIS

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE - URBANISMO

SEGUNDA PARTE - ARQUITECTURA

CONCLUSÃO

II VOLUME

LISTA DE ARTISTAS QUE EXERCERAM A SUA ACTIVIDADE EM BRAGANÇA

DOCUMENTOS

EDIFÍCIOS. RESIDENTES. PROPRIETÁRIOS.
ESCRITURAS
«ARRUAMENTO» DAS CASAS EM 1762
AS CASAS DOS IRMÃOS PISSARRO

PLANTAS

ILUSTRAÇÕES

ÍNDICES

NOTA PRELIMINAR

A presente dissertação foi pensada e desenvolvida entre Novembro de 1992 e Dezembro de 1995. Ao elegermos como objecto de estudo a cidade de Bragança durante o século XVIII, nas vertentes urbanística e arquitectónica, veio à nossa memória o velho adágio segundo o qual «a cabra pasta onde está presa». Porém, cedo nos demos conta das dificuldades que a vida no interior do país representa para quem pretender, independentemente do tema seleccionado, levar a cabo um estudo sério.

Associadas ao processo civilizacional e consideradas a sua expressão mais elevada, as cidades são organismos onde se acumulam, numa totalidade integrante, as experiências de várias gerações. E, apesar disso, no nosso país não têm sido objecto de grande atenção por parte dos estudiosos.

Na parte que nos toca, pretendemos trazer à luz alguns aspectos da vida e motivações dos que, na cidade de Bragança, percorreram as ruas que nós percorremos e dos que ergueram as construções que hoje sintetizam a parte mais importante do carácter desta cidade. Contudo, não estava nas nossas perspectivas o tratamento dos fenómenos económicos e sociais que se colocaram aos habitantes no século de setecentos.

Um dos objectivos gerais deste estudo consiste na compreensão da dimensão existencial do espaço urbano, através da articulação e combinação que as ruas e praças mantiveram com as formas construídas, estruturando uma totalidade que geralmente se confinava aos limites definidos pela muralha. Nesta medida, definimos ainda, como meta a alcançar, a formulação do modo como as formas se organizavam no espaço urbano, o que nos levou ao estabelecimento de um quadro tipológico da habitação, acompanhado, sempre que possível, pela descodificação dos programas artísticos que os elementos arquitectónicos vinculavam e ainda pela caracterização das técnicas construtivas. Ainda na esfera da arquitectura civil, considerámos também os edifícios dos meios de produção e os que se revestiam de um carácter público.

Na mesma linha de orientação, pareceu-nos imprecindível o exame da forma como a instituição religiosa estruturava os seus templos, no sentido de dar

resposta ao programa reformador estabelecido e desenvolvido após o Concílio de Trento e ainda como meio de afirmação do seu poder no ambiente urbano.

O quadro traçado ficaria imcompleto se não se considerassem os elementos arquitectónicos relacionados com a função militar. Não só porque no ambiente mental do Antigo Regime a divisão medieval da sociedade em *laboratores, oratores e belatores* não se tinha completamente desvanecido, mas, essencialmente, pela presença viva do elemento material que simboliza a cidade - a muralha. No campo da arquitectura e engenharia militares, centrando a nossa atenção na especificidade das respectivas realizações, quisémos também identificar os parâmetros orientadores das instituições que, à dimensão nacional, foram responsabilizadas pela formação dos quadros nacionais.

Na quase completa inexistência de estudos que abordassem a realidade bragançana no período em questão - o que no mínimo constituiria uma importante referência - demos os passos que nos pareceram necessários para cumprirmos as linhas orientadoras do programa de trabalho em cujas coordenadas se incluíam algumas questões às quais importava dar resposta.

O conhecimento da cidade, vindo em nosso favor, não bastava para a fundamentação dos problemas. Por isso recorremos aos serviços de diversas instituições arquivísticas sediadas nas cidades do Porto, Coimbra, Lisboa e Vila Viçosa, onde conseguimos encontrar algumas fontes que davam resposta aos nossos problemas. Contudo, factores externos à nossa vontade impedir-nos-iam de, no âmbito dos nossos propósitos, levarmos mais além o trabalho de levantamento e inventariação de fontes. Da numerosa documentação que compulsámos na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, ganhámos principalmente o conhecimento das realidades regionais. Com efeito, e a título de exemplo, esperávamos encontrar, relativamente à informação artística, alguma prodigalidade nos livros de notas. Feito o levantamento integral, concluímos que Bragança não era uma cidade onde abundassem pessoas criativas ou mão-de-obra especializada. Os práticos raramente se deixaram surpreender na fábrica de qualquer obra. Estas, por sua vez, ao resistirem às novas linguagens da arte evidenciam as capacidades económicas e a mentalidade dos encomendadores. Em todo caso, alargámos substancialmente a compreensão do espaço urbano.

Para a arquitectura religiosa, mormente para a arquitectura conventual, seria na Torre do Tombo que a documentação aí depositada se mostrou mais generosa. No Arquivo da Universidade de Coimbra, conserva-se grande parte da documentação relacionada com a igreja e colégio de Bragança, da Companhia de Jesus. Por sabermos que fazia parte do plano de estudo do senhor Professor Doutor Fausto Sanches Martins, o nosso investimento nas fontes disponíveis neste arquivo seria relativamente moderado. O mesmo sucederia com o cartório da Casa de Bragança, mas por outras razões. O levantamento da informação de carácter militar seria repartido pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, Arquivo Histórico Militar e Direcção dos Serviços de Fortificação e Engenharia Militar. O manuscrito da autoria de José Cardoso Borges, existente na Biblioteca Nacional, cuja cota nos foi dada pelo senhor Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira Alves, revelar-se-ia de grande importância para levarmos a bom termo este nosso trabalho. A nosso pedido, seria posteriormente mandado fotocopiar pelo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, o que muito nos facilitou a sua consulta.

Embora os direitos legalmente consignados não se agradeçam, refira-se a importância que para nós representou o facto de nos ter sido concedido pelo Ministério da Educação, embora em segunda instância, o gozo de um ano de licença sabática, facto que nos proporcionou maior disponibilidade de tempo, totalmente dedicado à investigação e redacção desta dissertação.

Numerosas pessoas nos encorajaram e ajudaram neste trabalho.

A Maria Amélia Rodrigues de Sampaio e Melo, com quem temos compartilhado os caminhos da vida, prestou-nos uma competente colaboração na solução dos problemas informáticos com que deparámos e ainda na revisão final do texto.

Ao senhor Vergílio Chaves de Lemos que nos abriu as portas da sua casa na rua Nova e desenhou a planta da mesma, permitindo-nos a compreensão do modo como se articulava uma casa fidalga, o nosso muito obrigado.

Manifestamos igualmente a nossa gratidão à Dr^{a}. Isabel carmona e Lima e ao Dr. Luís Filipe de Campos por terem colocado à nossa disposição alguns documentos do cartório da Quinta da Granja.

Aos colegas do curso de mestrado, pela atitude saudável, o nosso reconhecimento. Seja-nos permitido destacar, pela utilidade dos debates particulares, a Ana Margarida Carvalheira e o Joaquim Vinhas.

Na hora em que terminamos este trabalho não esquecemos a ajuda prestada pelo pessoal dos Arquivos a que recorremos.

Na pessoa do senhor Lívio da Costa Guedes, agradecemos ao Arquivo Histórico Militar a colaboração prestada.

Ao senhor coronel Azevedo da Direcção dos Serviços de Fortificações e do Exército agradecemos a franqueza e disponibilidade com que nos recebeu.

Ao senhor Doutor Inácio Pestana, Bibliotecário do Arquivo da Casa de Bragança, pela amabilidade e vontade de ajudar, o testemunho da nossa gratidão.

Uma palavra de muito apreço é devida ao Director e seus colaboradores da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança. Ao Doutor Belarmino Afonso, à Doutora Ana Maria Afonso, à Élia Correia, à Ermelinda Tomeno e ao senhor Amador Alémdouro, pela disponibilidade e profissionalismo com que sempre responderam às nossas solicitações e pela simpatia que nos devotaram, a sinceridade do nosso agradecimento.

Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é devido um agradecimento aos docentes e investigadores que durante dois anos orientaram o curso de mestrado em História da Arte. Aos senhores Professores Doutores Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Agostinho Araújo e António Cardoso, pelos ensinamentos e esclarecimentos prestados, a nossa gratidão.

Uma palavra especial para a senhora Professora Doutora Natália Marinho Ferreira Alves, de quem fomos aluno em toda a duração do curso de História e que, com muito agrado, voltamos a encontar no curso de mestrado. Somos grandes devedores do seu saber, atitude profissional e amizade incentivadora.

Por fim, agradecemos ao senhor Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves que aceitou o encargo da orientação científica da nossa dissertação. Pela forma empenhada como nos incentivou, pelo rigor das suas sugestões, pelos exemplares bibliófilos que nos emprestou, pelas informações sobre a localização de alguns documentos e pelo ambiente de confiança com que nos rodeou, cumpre-nos lavrar aqui a expressão do nosso profundo reconhecimento.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE - URBANISMO

CAPÍTULO I

A cidade

1. - Consolidação e desenvolvimento
2. - O quadro urbano
   - 2.1. A cidadela
   - 2.2. As portas da cidade
   - 2.3. A expansão urbanística
   - 2.4. As praças
     - 2.4.1. A praça de S. Tiago
     - 2.4.2. A praça de S. João
     - 2.4.3. A praça de S. Vicente
     - 2.4.4. A praça do Colégio
   - 2.5. A rua
     - 2.5.1. A circulação
     - 2.5.2. A higiene pública
     - 2.5.3. Passadiços e alpendres
3. - A sacralização do espaço urbano
   - 3.1. A intangibilidade das tutelas
   - 3.2. A abrangência espacial
   - 3.3. As procissões e a festa
4. - Toponímia
5. - Os elementos marcantes
   - 5.1. Pontes
   - 5.2. Fontes
   - 5.3. O matadouro

SEGUNDA PARTE - ARQUITECTURA

CAPÍTULO I

Arquitectura civil

1. - Medições de residências e terrenos para construção
2. - O arrolamento das casas
3. - Tipologias da habitação bragançana
   - 3.1. Casas térreas
   - 3.2. Casas de rés-do-chão e sobrado
   - 3.3. A casa fidalga
     - 3.3.1. As casas de carácter sóbrio e severo
     - 3.3.2. Casas com fachadas de acentuado desenvolvimento horizontal
       - 3.3.2.1. A casa de José de Lozada Sarmento
       - 3.3.2.2. A casa do Arco
       - 3.3.2.2.1. A tradição da casa-torre
       - 3.3.2.3. o Paço Episcopal
4. - Sacralização do espaço doméstico
   - 4.1. Oratórios
   - 4.2. A capela
5. - Casas com dois andares
   - 5.1. Organização espacial e configuração dos elementos arquitectónicos
6. - Casas com mais de dois andares
7. - Elementos arquitectónicos
   - 7.1. Paredes
   - 7.2. Fachadas
   - 7.3. Varandas
   - 7.4. Telhados
8. - Os edifícios dos meios de produção
   - 8.1. Moínhos e fornos
   - 8.2. A fábrica da seda
9. - Arquitectura civil com carácter público

9.1. Os Paços do Concelho
9.2. A torre do relógio
9.3. A estalagem
9.4. O aljube
9.5. A cadeia civil
10. - Acordos e condicionalismos legais
11. - Caracterização dos elementos arquitectónicos
11.1. Aberturas
11.2. Paredes
11.3. Cunhais
11.4. A cornija
11.5. varandas e telhados

CAPÍTULO II

Arquitectura religiosa
1. - Persistências e evolução
1.1. Programa religioso e espacialidade da igreja jesuítica
1.2. Esquemas planimétricos conventuais
1.2.1. A sacristia
1.2.2. O portal
1.2.3. O claustro
1.3. Capelas e igrejas
1.3.1. S. Tiago
1.3.2. S. Vicente
1.3.3. S. Sebastião e Nossa Senhora do Loreto
1.3.4. Misericórdia
1.3.5. Senhor dos Aflitos e Santo António
1.4. As novas linguagens artísticas
1.4.1. O portal de Santa Maria
1.4.2. O projecto da nova Sé Catedral
2. - As igrejas paroquiais

2.1. S. João Baptista
2.2. Igrejas anexas
2.2.1. S. Sebastião de Vale de Lamas
2.2.2. Nossa Senhora do Loreto
2.3. Santa Maria
2.4. A Sé de Bragança
2.4.1. A transferência do bispado
2.4.2. O edifício dos Jesuítas
2.4.3. A catedral de Bragança
2.4.4. O colégio
3. - Os conventos
3.1. O convento de Santa Clara
3.1.1. A igreja
3.1.2. O mosteiro
3.1.3. Determinações dos Visitadores
3.2. O convento de S. Bento
3.2.1. O mosteiro
3.2.2. A igreja
3.2.3. Determinações dos Visitadores
3.2.4. O ritmo das obras
3.3. O convento de S. Francisco
3.3.1. O convento
3.3.2. A igreja
3.3.2.1. A capela da Imaculada Conceição
3.3.2.2. A capela dos Borges
3.3.2.3. A capela de Santa Catarina
3.3.3. A casa do despacho da Ordem Terceira

CAPÍTULO III

Arquitectura militar
1. - Ensino e formação de especialistas nacionais
1.1. Da Aula de Fortificação ao Real Corpo de Engenheiros

2. - O sistema defensivo da cidade de Bragança
2.1. As muralhas
2.1.1. Linhas de defesa e constrangimentos no século XVIII
2.1.2. A engenharia militar no século XVIII
2.1.3. As linhas defensivas no século XVIII
2.2. O castelo
2.2.1. A torre de menagem
2.2.2. A alcáçova
3. - O forte de S. João de Deus
4. - O hospital militar
4.1. Localização e organização
4.2. Novos projectos
5. - O Corpo da Guarda Principal
6. - Os quartéis de cavalaria e infantaria
6.1. Repúdio pelos aboletamentos e reorganização militar da Província
6.2. Os projectos
7. - Os autores das propostas construtivas
7.1. José Monteiro de Carvalho
7.2. Giozé Maria Cavagna
7.3. Luis Gomes de Carvalho
7.4. Carlos Frederico Bernardo de Caula
7.5. José de Morais Antas Machado
7.6. José Joaquim de Freitas Coelho
7.7. José Feliciano Farinha

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Casa de Bragança

Demarcaçam da cidade de Bragança, ms. 6 / N.G. 6, Forais, T. II, fls. 252-273v.

Rompimento da clausura pelas freiras do convento de S. Bento (1782), ms. de N.G. 213, ms. 1489, fls. 658-735

Auto de devaça a que se mandou proceder sobre o haverem entrado dois homens na serca do mosteiro das religiozas de São Bento (1788), ms. de N.G. 214, ms. 1490, fls. 431-459

Processo de provimento de Tomás Inácio de Morais Sarmento no cargo de Juíz de Fora, ms. de N.G. 219, ms. 1495, fls. 121-217

Cazas na rua Direita da cidade de Bragança, N.G. 110, ms. 674/IX

Cazas na rua dos Oleiros chamada a caza da fabrica, N.G., 110, ms. 674/IX-2

Tombo do Almoxarifado de Bragança
Medição e demarcaçam do limite das igrejas de Santa Maria e de São Joam Baptista da cidade de Bargança na mesma cidade, menos o limite que dentro delle tem a igreja de São Vicente, e Beneficio della, fls. 51-58v

Certidam em como forão citados os confrontantes para a medição, e demarcação dos limites das igrejas de Santa Maria, e de São Joam Baptista da cidade de Bragança, fls. 58v-61

Certidam em como foram citados os confrontantes para a mediçam, e demarcaçam do limite da igreja de São Joam da cidade de Bragança em o logar de Val de Lamas que consta de todo o termo do mesmo logar, fls. 80v-82v

Mediçam e demarcação das cazas da Fabrica de seda da cidade de Bragança que estam na rua dos Oleiros da mesma cidade, fls. 92v-94

Mediçam e demarcação das cazas da Fabrica de seda da cidade de Bragança que estam na rua dos Oleiros da mesma cidade, fls. 92v-94

Termo de como o Juiz do Tombo achou pertencer ao Estado, e Serenissime Caza de Bragança as cazas chamadas das Valenças, citas na praça do Collegio da mesma cidade, fls. 98-101

Mediçam, e demarcação das cazas e vinha, que se arrematarам a Antonio Doutel de Almeida da cidade de Bragança, sitas na praça do Collegio da mesma cidade, e no limite das Carvas, fls. 104-106v

Arquivo Histórico Militar

Estado de ruina do telhado do castelo

1ª Divisão, Arquivo Militar de Lisboa, Cxs. 2, 4, 14

1ª Divisão, 6ª secção, Cxs. 5, 8, 14, 16, 17, 25, 39, 41, 43, 47, 48

1ª Divisão, 7ª secção, Cx. 58

3ª Divisão, 16ª secção, Cxs. 1, 2, 3, 4, 9, 11, 12, 14, 64

3ª Divisão, 9ª secção, Cx. 24

Plano de la plaza de Berganza con sus castillos antiguo, y moderno en que se manifiesta la situacion que ocupó el dia 16 de Maio de 1762 em destacamiento del mando del teniente general Marques de Cevallos, 3ª Divisão, Cx. 47, nº 17098 / 5. Papel, tinta negra, sépia e vermelha,
29 x 46,8 cm.

Carlos Frederico Bernardo de Caula, Cx. 46

José Feliciano Farinha, Cx. 128

José de Morais Antas Machado, Cx. 312

José Joaquim de Freitas Coelho, Cx. 402

Luis Gomes de Carvalho, Cx. 461

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Convento de S. Francisco
Cx. 2202

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério do Reino - Repartição do Minho e Trás-os-Montes
Mç. 325 - Cx. 435
Mç. 326 - Cx. 436
Mç. 367 - Cx. 490
Mç. 368 - Cx. 491
Mç. 403-404 - Cx. 507
Mç. 521 - Cx. 649
Mç. 523 - Cx. 651
Mç. 610 - Cx. 712
Mç. 622 - Cx. 725
Mç. 624 - Cx. 727
Mç. 638 - Cx. 742
Mç. 691 - Cx. 799
Mç. 699 - Cx. 809

Desembargo do Paço - Repartição do Minho e Trás-os-Montes
Mç. 20 - Cx. 22
Mç. 49 - Cx. 60
Mç. 55 - Cx. 69
Mç. 65 - Cx. 81
Mç. 65 - Cx. 82
Mç. 89 - Cx. 117
Mç. 106 - Cx. 143
Mç. 109 - Cx. 148
Mç. 109 - Cx. 149
Mç. 268 - Cx. 346
Mç. 367 - Cx. 445

Decretos do Conselho de Guerra
Mç. 14, doc. nº18

Memórias Paroquiais, vol. 7

Mercês
D. João IV - Lv. 3, fl. 475
D. João V - Lv. 24, fl. 138
D. Maria I - Lv. 6, fl. 120

Mosteiro de S. Bento
Actas decretaes dos visitadores, termos das eleições das abadessas e dos outros cargos do mosteiro
vols. 1, 2, 3

Óbitos e inventários dos espólios
vols. 4, 5

Dinheiro entregue à madre bolseira para as despesas da comunidade
vols. 7, 8, 9, 10, 11

Dinheiro gasto pela madre bolseira nas despesas da comunidade
vols. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

Profissões e falecimentos das religiosas
vol. 22

Receitas cobradas pelas abadessas: dotes de noviciados e profissões, rendas pagas a dinheiro, juros de empréstimos, esmolas
vols. 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Saldos entregues pelas abadessas cessantes ás novas eleitas
vol. 32

Fóros e rendas do mosteiro
vols. 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Cereaes

vols. 45, 46, 47, 48

Mosteiro de Santa Clara
Abadessas, vigarias, escrivãs e mais oficiaes, e confessores
vol. 1, 2, 3

Letrados, capelães, sacristães, sangradores e mais serventuarios do mosteiro; seculares recolhidas e noviças; e professas
vol. 4

Livro do Tombo
vol. 5

Lembranças de foros e propriedades
vol. 6

Convento de S. Francisco
Cx. 1 - vols. 1, 2
Cx. 1 - Mços. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Traslado do arruamento que se fes da cidade de Bragança para se pagar a decima das rendas das cazas na forma da lei novissima, e das mais ordens de Sua Magestade, Impostos - Bragança. Décimas das casas, nº 1174

Arquivo do Paço Episcopal de Bragança

Livro de registoa da Camera Ecclesistica do Bispado de Miranda (1692-1697)
Livro de assentos da Confraria das Almas desta cidade (1744)
Livro de registos da Câmara Eclesiástica (1755)
Livro de registo das Provizoins e mais papeis (1777-1789)

Livro de registo para se tomarem as posses cauza custodia dos Beneficios que vagarem neste destrito da Vigairia Geral e Ramo de Bragança (1769-1830)
Livro de registo da Camera eclesiastica (1758)

Arquivo da Santa Casa da Misericordia de Bragança

Cx. 18 - Mços. 6, 8, 10, 13
Cx, 19 - Mç. 11
Mç. 89 - Lv. 285
Mç. 89 - Lv. 286

Arquivo da Universidade de Coimbra

Colégio do Santo Nome de Jesus da cidade de Bragança
Tombo dos bens pertencentes ao Collegio da Companhia de Jesus da cidade de Bragança (1711-1713), IV 1E. 17.2.181

Livro das fazendas, quintas, cazais, e igrejas, e do mais que pertence a este Collegio de Bragança, IV 1E. 17.2.183

Legados e obrigações do Collegio de Bragança, IV 1E. 17.2.196

Biblioteca do Museu Abade de Baçal

Livro de registo da Camera, (1804-1815)

Livro para se registarem as ordens e mais documentos da Camara desta cidade (início em 1761)

Biblioteca Nacional de Lisboa

Bragança - Bispado creado por el rei D. José I, RES. COD. 682

Ofícios sobre os conventos do distrito de Bragança para o prezidente da Comissão das Livrarias (1837, 1838), ms. 225, n°s. 119, 130, 131

Penitenciados da Inquisição, obrigados a uzar hábito, insultados nas ruas pelos soldados, RES. COD. 729

Descripção topografica da cidade de Bragança, por José Cardoso Borges, RES., COD. 248

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança

Fundo: Cabido
Acordãos da Mesa Capitular
Cx. 1 - Lvs. 1, 2, 3, 4
Cx. 2 - Lvs. 5, 6, 7, 8, 9

Contas
Cx. 3 - Lvs. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Eleição de oficiais e fianças
Cx. 4 - Lvs. 18, 19, 20, 21, 21A

Fábrica das igrejas do Cabido
Cx. 5 - Lvs. 22, 23

Vedoria
Cx. 5 - Lvs. 24, 25, 26
Cx. 6 - Lvs. 27, 28, 29, 30, 31, 32

Contas
Cx. 6 - Lvs. 33 e 34

Provimento dos cónegos
Cxs. 7, 8, 9, 10, 11, 12

Faltas dos cónegos
Cxs. 13, 14, 15

Prazos, contas e documentos diversos
Cx. 16

Prazos, permutas e compras
Cxs. 17, 18, 19, 20

Demandas e sentenças judiciais
Cxs. 21, 22, 23

Correspondência dos cónegos
Cx. 24: Pts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Diversos
Cx. 25

Tombo dos bens - prazos
Cx. 26: Mços. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Vedoria do Cabido - documentos diversos
Cx. 27: Mços. 1, 2, 3, 4
Cx. 28: Mços. 1, 2, 3, 4
Cx. 29: Mços. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Cx. 30: Mços. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Cx. 31: Mços. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Fundo: Mitra
Autos de posse
Cx. 1 - Lv. 2

Documentação avulsa
Cxs. 23 a 53
Cx. 54: Pts. 1, 2, 3, 4
Cxs. 55, 56, 57, 58, 59, 60

Núcleo Notarial
Bragança
Mç. 1 (1722-1724): Lvs. 1, 2, 3, 4
Mç. 2 (1710-1754): Lvs. 5, 6, 7, 8, A, B, C, D
Mç. 3 (1754-1760): Lvs. 9, 10. 11
Mç. 4 (1760-1767): Lvs. 12, 13, 14
Mç. 5 (1767-1778): Lvs. 15, 16, 17, 18, 19
Mç. 6 (1778-1788): Lvs. 20, 21, 22, 23
Mç. 7 (1788-1799): Lvs. 24, 25, 26, 27, 28
Mç. 8 (1802-1806): Lvs. 29, 30, 31
Mç. 14 (1732-1763): Lvs. 56, 57, 58
Mç. 15 (1764-1773): Lvs. 59, 60, 61, 62, 63
Mç. 16 (1776-1785): Lvs. 64, 65, 66, 67
Mç. 17 (1785-1795): Lvs. 68, 69, 70, 71, 72
Mç. 18 (1797-1804): Lvs. 73, 74, 75, 76, 77
Mç. 22 (1759-1781): Lvs. 94, 95, 96, 97
Mç. 23 (1783-1790): Lvs. 98, 99, 100, 101
Mç. 24 (1792-1799): Lvs. 102, 103, 104, 105
Mç. 25 (1801-1803): Lvs. 106, 107, 108
Mç. 26 (1761-1767): Lvs. 111, 112, 113, 114
Mç. 27 (1772-1777): Lvs. 115, 116, 117
Mç. 28 (1779-1786): Lvs. 118, 119, 120, 121, 122
Mç. 29 (1794-1795): Lvs. 123, 124, 125, 126
Mç. 30 (1795-1803): Lvs. 127, 128, 129, 130, 131

Mç. 33 (1766-1794): Lvs. 145, 146, 147, 148
Mç. 34 (1795-1804): Lvs. 149, 150, 151, 152, 153
Mç. 37 (1781-1796): Lvs. 171, 172, 173, 174, 175
Mç. 38 (1796-1804): Lvs. 176, 177, 178, 179, 180
Mç. 43 (1794-1803): Lvs. 205, 206, 207, 208, 209, 210

Núcleo Notarial
Rebordãos
Mç. 1 (1692-1706): Lvs. 1, 2, 3, 4, 5
Mç. 2 (1706-1720): Lvs. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Mç. 3 (1722-1732): Lvs. 13, 14, 15, 16, 17, 18
Mç. 4 (1734-1739): Lvs. 19, 20, 21, 22
Mç. 5 (1739-1744): Lvs. 23, 34, 25, 26

Administração local
Lv. 3 - Cx. 1 (1587-1589) *Acordos da Camara*
Lv. 4 - Cx. 1 (1618-1619) *Acordãos da Camara*
Lv. 5 - Cx.1 (1682-1690) *Acordaons e termos da Camera*
Lv. 6 - Cx. 1 (1829-1835) *Acordãos da Camara*
Lv. 7 - Cx. 1 (1835-1838) *Acordaos da Camara Municipal*

Paroquial
Cx. 3.- Lvs. 23, 24, 25
Cx. 4 - Lv. 26
Cx. 13 - Lv. 123
Livro «para os assentos dos defuntos» da igreja de Santa Maria, (1707-1725), Mç. 1, Lv. 2
Livro «para os asentos de defuntos da colegiada de Santa Maria», (1729-1741), Mç. 1, Lv. 3
Registo de óbitos da igreja de Santa Maria, (1741-1749), Mç. 1, Lv. 4
Livro de «defuntos da igreja de S. João Baptista, (1612-1707), Mç. 1, Lv. 1

Livro «para os assentos dos cazados, chrimados, e defunctos da parochial igreja de S. João Baptista», (1734-1757), Mç. 1, Lv. 1(Misto)
Livro «para se escreverem os assentos de defunctos da freguezia da Sé», (1795-1831), Mç. 1, Lv. 2
Livro «para os assentos de defuntos» da igreja de S. João Baptista, (1767-1795), Mç. 1, Lv. 2

Judicial
Inventario que se fes por morte e falecimento de Bento Josephe de Figueiredo Sarmento coronel de infantaria desta praça e de sua mulher Dona Anna Maria Felis desta cidade de Bragança que falecerão no mes de Setembro de 1767 e com testamento em nota feito aos 13 de Julho de 1769, ms. em fase catalogação

Justificação para hum libello de commiço, ms. em fase de catalogação

Familias
Livro em que se achão descriptas as fazendas que possue a caza de João da Costa Pissarro, e Rafael da Costa Pissarro, Lv. 6, Cx. 2

Manuscritos Antigos. Vols. 4, 5

Retoques e addendas de huma rezenha de noticias dos Bispos da diocese (ms. em fase de catalogação)

Constituições diocesanas do bispado de Miranda do Douro (1563)

Con(s)tituições Sinodaes do bispado de novamente feitas, e ordenadas pelo Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frei

Aleixo de Miranda Henriques da Ordem dos Pregadores Bispo do mesmo bispado, e do Conselho de Sua Magestade Fidelissima propostas, e aceitas em o Sinodo diocesano, que o ditto senhor celebrou em 10 de Maio de 1761

Biblioteca Pública Municipal do Porto

RES. C. - M. & A Pasta 24 (3)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (5)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (6)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (7)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (11)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (57)
RES. C. - M. & A. Pasta 24 (58)

Direcção dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército / Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar

Relatório do 1º tenente engenheiro, José Joaquim de Freitas Coelho, relativo à construção de um novo hospital militar, nº 5723 - 987 - 1-4A-8

Planta da praça de Bragança cituada na Provincia de Trás-os-Montes, 1754, pelo ajudante engenheiro José Monteiro de Carvalho, papel Villedary, aguarelado, 48 x 315 cm, nº 926 - 1.4A.8

Planta da cidade de Bragança, s/d., autor desconhecido, papel D. & Blauw, aguarelado, 45 x 32 cm, nº 927 - 1-4A.8

Planta de Bragança feita por ordem do Illustrissimo Senhor George Cary Tenente General dos exercitos de Sua Magestade Fidellissima,

176(?), pelo capitão engenheiro Gioze Maria Cavagna, papel D. & Blauw, aguarelado, 1025 X 445 cm, nº 928 - 1-4A.8

Progeto do hospital melitar no pavimento do convento de Santa Clara, 1806, pelo 1º tenente engenheiro José Joaquim de Freitas Coelho, papel J. Honiz & Zoonen, aguarelado, 81 x 64 cm, nº 5723 - (989) 1-4A.8

Progeto do hospital no 1º andar do mesmo edeficio, 1806, pelo 1º tenente engenheiro José Joaquim de Freitas Coelho, papel J. Honiz & Zoonen, aguarelado, 70 x 61 cm, nº 5723 - (989) 1-4A.8

Planta do citio e edeficio de Nossa Senhora do Loreto, para progetar sobre ella hum hospital mellitar, na forma das reais ordens, e Regimento dos hospitaes, 1806, pelo 1º tenente engenheiro José Joaquim de Freitas Coelho, papel J. Honiz & Zoonen, aguarelado, 81 x 62 cm, nº 5723 - (990) 1-4A.8

Projeto do hospital melitar de Bragança no edeficio da Senhora do Loreto, s/d. pelo 1º tenente engenheiro José Joaquim de Freitas Coelho, papel J. Honiz & Zoonen, aguarelado, 81 x 63 cm, nº 5723 - (991) 1-4A.8

Planta da cidade de Bragança, e suas dependencias, na qual os numeros denotam as alturas estimadas em palmos, dos respectivos lugares sobre a Praça, 1801, pelo capitão do Corpo Real de Engenheiros Luis Gomes de Carvalho, papel, aguarelado, nº 3829 - 1-4A.8

Planta das aulas do Seminario de Bragança onde estão aquarteladas as companhias 1ª 3ª e 8ª do Regimento de cavallaria nº 12, 1817, pelo 1º tenente José Feliciano Farinha, nº 944 - 1-4A.8

Alçado do edeficio do extinto convento de São Francisco em Bragança, e a que fica reduzido pelo novo projecto de um hospital militar, 1854, pelo major graduado Guilherme Inácio Basto, nº. 971 - 1-4A.8

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Belarmino - *Confrarias e mentalidade barroca,* in «Actas - I Congresso internacional do Barroco», vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Carácter mágico do toque das campainhas (Apotropaicidade do som),* Separata da «Revista de Etnografia», nº. 12, Porto, s/d.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Muralhas romanas e cercas góticas de algumas cidades de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então,* in «Cidades e História», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987

A engenharia militar no Brasil e no ultramar português antigo e moderno, Lisboa, 1960

ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal,* Porto / Lisboa, Livraria Civilização, 1967 - 1971, 4 vols, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres

ALMEIDA, João de - *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas,* Lisboa, Editorial Império, 1943

Alvará, porque Sua Magestade dá fórma à dispeza das fortificaçoens das Praças, e á inspecção, arrematação, administração, e medição das obras a ellas pertencentes, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1758

ALVES, Francisco Manuel - *A casa do arco de Bragança. Noticias genealogicas , historicas, etnograficas e economico-industriaes,* in «O Leste Transmontano», nº 1, Bragança, 15 de Janeiro de 1920

ALVES, Francisco Manuel - *Memórias Arqueológico- Históricas do Distrito de Bragança,* Bragança, Tipografia Académica, 1982, XI Tomos. (Edição Fac-similada)

Anecdotes du ministere de Sébastien - Joseph Carvalho, Comte d'Oeyras, Marquis de Pombal, Varsovie, Chez Janosrovicki, 1784

ANÓNIMO - *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo em Bragança,* Guarda, Tipografia Veritas, 1908

ARNAU AMO, Joaquin - *La teoria de la arquitectura en los tratados. Filarete. Di Giorgio. Serlio. Palladio,* Madrid, Tebas Flores, 1988

ARNHEIM, Rudolf - *A dinâmica da forma arquitectónica,* Lisboa, Editorial Presença, 1988

ATANÁZIO, Manuel C. Mendes - *O barroco e a cultura religiosa,* in «Actas - I Congresso internacional do Barroco», vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991

AYMONINO, Carlo - *O significado das cidades,* Lisboa, Editorial Presença, s/d.

AZEVEDO, Carlos de - *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre,* Lisboa, Livros Horizonte, 1988

BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe,* Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, 2 vols.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão e PITA, João Rui Rocha - *Sequestro dos bens do colégio de Jesus de Bragança. Aspecto particular da sua botica,* in «Brigantia», vol. X, nº. 3, Bragança, 1990

BASCHET, Jérôme - *Lieu Sacré, lieu d'images,* Paris-Rome, Éditions La Découverte, 1991

BAZIN, Germain - *L'architecture religieuse du Portugal et du Brésil à l'époque baroque,* in «XVI Congrès international de l'histoire de l'art», vol. I, Lisbonne - Porto, 1949

BAZIN, Germain - *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le nord du Portugal,* in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», 2ª Série, nº 2, Lisboa, 1950

BLUTEAU, D. Rafael - *Vocabulario portuguez e latino,* T. IV, VI, VIII, Coimbra / Lisboa, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713-1720-1721

BONET CORREA, Antonio - *El urbanismo en España e Hispanoamerica,* Madrid, Ediciones Cátedra, 1991

- *Les places octogonales en Espagne au XVIII e. siècle,* in «Colóquio - Artes», nº. 8, 2ª. série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972

- *El frontón invertido,* in «Bracara Augusta», vol. XXVII, nº 63, (75), Actas do Congresso a Arte em Portugal no séc. XVIII, T. I, Braga, 1973

- *El urbanismo en España e Hispanoamerica,* Madrid, Ediciones Cátedra, 1991

BORGES, Nelson Correia - *Do barroco ao rococó,* in «História da Arte em Portugal», vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *Órgãos,* in «Dicionário da arte barroca». Lisboa, Editorial Presença, 1989

CALDAS, João Vieira - *Claustro,* in «Dicionário da arte barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989,

CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano,* T. I, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1657

CARDOSO, Luis - *Diccionario Geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas,* T. II, Lisboa, Na Officina Silviana, 1751

CARVALHO, Ayres de- *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias D'El Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux,* s/l., Edição do autor, s/d.

CARVALHO, Rómulo de - *Colégio dos Nobres,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975

CASTELO - BRANCO, Fernando - *Lisboa seiscentista,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990

CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal,* T. III, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1745

CASTRO, José de Castro - *A Santa Casa de Bragança,* Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1948

- *Portugal no Concílio de Trento,* V volumes Lisboa, Tipografia da União gráfica, 1944/1946, V volumes

CHABY, Cláudio de - *Sinopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra,* vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889

CHOAY, Françoise - *A regra e o modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1980

CHUECA GOITIA, Fenando - *Breve historia del urbanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1980

- *La epoca de los Borbones*, in «Resumen historico del urbanismo en España», Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968

Collecção das leis, alvarás, decretos e resoluções militares que desde o principio do reinado do senhor rei D. José o I se tem promulgado até 14 de Dezembro de 1799, T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800

Collecção das leis, decretos e alvaràs, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. Jozé o I Nosso Senhor. Desde o anno de 1761 até o de 1769, T. II, Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1770

Collecção dos Breves Pontificios e Leis Regias que foram espedidos, e publicados desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos indios do Brazil; dos excessos que naquelle estado obraram os Regulares da Companhia denominada de Jesu., Impressa na Secretaria de Estado por especial ordem de Sua Magestade, s/d.

CORREIA, José Eduardo Horta - *A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»*, in «História da arte em Portugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *Arquitectura portuguesa (renascimento maneirismo estilo chão)*, Lisboa, Editorial Presença, 1991

Vila Real de Santo António. Urbanismo e poder na política pombalina. vol. I, Lisboa, Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984

COSTA, António Carvalho - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reino de Portugal,* T. I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706

COSTA, Verissimo Antonio Ferreira da - *Collecção systematica das leis militares de Portugal,* T. I. II, Lisboa, Na Impressão Regia, 1816

COUTINHO, Moura - *Apontamentos para a história de Bragança,* in «A Pátria Nova», nºs 25, 42, Bragança, 15 de Julho de 1908

CUBO BAEZ, Ana e RODRIGUEZ MARÍN, Francisco José - *Las capilhas de Santa Fe: sacralización de un espacio urbano,* in «Actas del coloquio de urbanismo barroco», Archidona, Universidad de Malaga, 1986

D'ANTONI, Alessandro Victor Papacino - *Architectura militar,* vol. I, Lisboa, Na Impressão régia, 1918

DIAS, Luís Fernando de Carvalho - *A relação das fábricas de 1788,* Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, vol. III, nº4, vol. IV, nº1, Coimbra, 1954, 1955

D'ORS, Eugénio - *Du baroque,* s/l.,Editions Gallimard, 1968

Domus Municipalis de Bragança, «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», nº 4, s/local, 1936

DOYON, Georges e HUBRECHT, Robert - *L'Architecture rurale et bourgeoise en France,* Paris, Éditions Ch. Massin et Cie., s/d.

ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Serafica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Provincia de Portugal,* 1ª parte, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1656

Faria, Manuel Severim - *Noticias de Portugal,* T. I, Na Officina de Antonio Gomes, 1791

FERNANDES, Hirondino da Paixão - *Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes,* s/l., Instituto Politécnico de Bragança / Câmara Municipal de Bragança / Arquivo Distrital de Bragança, 1993

- *Ministério do Reino,* s/l., Instituto Politécnico de Bragança / Câmara Municipal de Bragança / Arquivo Distrital de Bragança, 1993

FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas,* vol. I, Porto, 1988

- *A capela de Nossa Senhora da Pena. Novas achegas para o estudo da actividade do mestre pedreiro Matias Lourenço de Matos,* in «Estudos transmontanos», nº 2, Vila Real, 1984

- *A cadeia e Tribunal da Relação do Porto,* in «Boletim do Arquivo Distrital do Porto», Instituto Português do Património Cultural, Porto, 1985

FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *A arte da talha no Porto na época barroca. (Artistas e clientela. Materiais e técnica).* vol. I, Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989

- *Frei José de Santo António Vilaça,* in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. I, II, Lisboa occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728-1729

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo,* Lisboa, Bertrand Editora, 1983

- *Lisboa: urbanismo e arquitectura, Lisboa,* Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980

- Les six plans de la Lisbonne pombaline, in «Colóquio - Artes», 2ª série, nº 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972

GALHANO, Fernando - *A cozinha rural do Minho e do Douro Litoral,* in «Revista de Etnografia», vo. I, T. II, Porto, Junta Distrital do Porto, 1963

GANDRA, Manuel Joaquim - *Coluna salomónica,* in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

GIESE, Wilhem - *A respeito de rótulas portuguesas,* in «Revista de Etnografia», nº 1, Porto, 1963

GODINHO, Vitorino Magalhães - *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971

GOMES, Paulo Varela - *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII,* Lisboa, Editorial Caminho, 1988

GONÇALVES, A. Nogueira - *A torre baluarte de Belém,* in «Estudos de História da Arte da Renascença», Coimbra, EPARTUR, 1979

GONÇALVES, Flávio - *A Inquisição portuguesa e a arte condenada pela Contra-Reforma*, in «História da Arte. Iconografia e crítica». s/l., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990

GORANI, José - *Porrtugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767,* Lisboa, Lisóptima edições, 1989

GUEDES, Lívio da Costa - *Testemunhos de iniciativas de carácter militar adoptadas no início do século XVIII,* in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. nº 61, Lisboa, 1995

GUIDONI, Enrico; MARINO, Angela - *Historia del urbanismo. El siglo XVI,* Madrid, Instituto de Estudios de Administrcion Local, 1985

- *Historia del urbanismo. El siglo XVII,* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1982

HANSON, Carl A. - *Economia e sociedade no Portugal barroco,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986

HAROUEL, Jean-Louis - *Histoire de L'Urbanisme,* Paris, P.U.F., 1990

KUBLER, George *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706,* Lisboa, Vega, s/d.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne e HENRAT, Philippe - *L'Urbanisme a L'Époque Moderne. XVIe - XVIIIe siècles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982

LIMA, D. Luis Caetano de - *Geografia historica,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736

LINO, Raul - *A casa portuguesa,* in «Exposição portuguesa de Sevilha», Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929

- *O estilo na casa portuguesa do século XVII,* in «Revista Municipal», nº 16, Lisboa, 1943

LOPO, Albino dos Santos Pereira - *Bragança e benquerença,* Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 26 (Edição fac-similada pela de 1900, extraída do «Boletim da Sociedade de Geografia», nºs. 3e 4, de 1898-1899)

LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar - *El desarollo urbanístico de Cáceres (siglos XVI - XIX),* Cáceres, 1980

LYNCH. Kevin - *A imagem da cidade,* s/l., Edições 70, s/d.

MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII,* Lisboa, Editorial Querco, 1982

MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de Memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes,* Na Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, Lisboa, 1823

MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740 - 1830),* Lisboa, Livros Horizonte, 1992

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O enquadramento do espaço nacional,* in «História de Portugal», vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

MANDROUX - FRANÇA, Marie Thérèse - *Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII e. siècle,* in «Colóquio Artes», 2ª. série, nº. 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972

- *L'image ornementale et la litterature artistique importées du XVIe. au XVIIIe. siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais,* in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 2ª série, vol. 1, Porto, 1983

MARCOS MARTÍN, Alberto - *Propuestas de investigación para una historia urbana,* in «Fuentes e metodos de la Historia Local (Actas)», Instituto Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, Diputación de Zamora / Confederátion Española de Centros de Estudios Locales, Zamora, 1991

MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Potugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços.* vol. I, Porto,

Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994

MATTOS, Gastão de Mello de - *Castelo,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975

- *Conde de Lippe,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975

MENDES, Gabriel H. - *Cartografia e engenharia pombalinas da ria e barra de Aveiro,* in «Boletim do Arquivo Histórico-Militar», vols. nº 42, 43, Lisboa, 1972-1973

MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796,* Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1981

MENESES, D. Luís - *Historia de Portugal restaurado,* T.II, (Não se indicam o local e a data da edição por não existir essa folha no volume que consultámos. Contudo a autorização para poder circular foi concedida em 1698)

- *Historia de Portugal restaurado,* T. I, Lisboa, Na Officina de João Galrão, 1679

MOREIRA, Rafael - *Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar,* in «História da Arte em Portugal», vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

- *Uma utopia urbanística pombalina: o «Tratado da Ruação» de José de Figueiredo Seixas,* in «Pombal Revisitado», vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984

MORGADO, Artur Martins - *Subsidios para o estudo da hygiene e demographia da cidade de Bragança,* Porto, 1903

MOURINHO, António Maria, *Guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum,* Lisboa, Instituto português de Arqueologia, História e Etnlogia, 1966

MUMFORD, Lewis - *Técnica y civilización,* Madrid, Alianza Editorial, 1971

NORBERG - SCHULZ, Cristian - *Genius Loci. Paysage. Ambiance. Architecture,* Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeurs, 1981

- *Arquitectura barroca tardia e Rococo,* Madrid, Aguilar s. a. de ediciones, 1973

NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar,* Lisboa, Estado Maior do Exército / Direcção do serviço histórico militar, 1991

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de «Fachwerk» em Portugal,* in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XVIII, fasc. 3-4, Porto, 1961

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto,* Separata de Douro-Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História - Oitava Série - VII-VIII, Porto, 1958

- *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife,* Recife, Pool Editorial S/A, 1986

OLIVEIRA, Valério Martins de - *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro,* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1757

Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V, Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos conegos regulares de S. Agustinho, 1727

PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *Estudos sobre o maneirismo,* Lisboa, Editorial Estampa, 1986

PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura barroca em Portugal,* Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992

PEREIRA, Maria Stela A. Gonçalves e COSTA, Maria Albuquerque Nunes - *Catálogo da colecção de desenhos avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas,* Lisboa, 1980

PERES, Damião - *A escultura em madeira no séc. XVI,* in «História da Arte em Portugal», vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1970

PIMENTEL, António Filipe - *Escadaria,* in «Dicionário da arte barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989

PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares, e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar,* Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680

PINA, Fernando Correia - *Os ofícios mecânicos em Fronteira no tempo de Pombal,* in «A cidade. (Estudos sobre o séc. XVIII)», nº 7 (Nova Série), Portalegre, Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, 1992

PIRES, Manuel António - *Opusculo de Considerações Historicas sobre a edificação da Cathedral de Bragança,* Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1883

Quarta relaçam verdadeira da victoria, que o Fronteiro môr de Traslos Montes Rui de Figueiredo de Alarcam ouve na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella ..., Em Lisboa, Por Jorge Rodriguez, 1641

RATTON, Jacome - *Recordações e memórias sobre ocorrencias do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920

Regimentos militares, T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797

Regulamento para o exercicio, e disciplina dos Regimentos da cavallaria dos exercitos de Sua Magestade Fidellissima feito por ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe marechal general, Lisboa, Impresso na Secretaria de Estado, 1764

Relaçam da insigne vitoria que do catelhano alcançou em Brandillena o Capitão mòr, e superintendente das armas de Miranda Pedro de Mello, em companhia do Fronteiro mor Rui de Figueiredo aos 25 de Outubro, s/l., Na Officina de Lourenço de Anveres, A custa de Domingos Alvarez Livreiro, s/d.

RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil em Portugal,*T. IV, Parte II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1829

RIBEIRO, José Silvestre - *História dos Estabelecimentos Scientificos literarios e artisticos de Portugal,* T. I, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1871

RIBEIRO, Orlando - *Cidade,* in «Dicionário de História de Portugal»,vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975

RODRIGUES, Luis Alexandre - *A festa como exaltação da cidade,* in «Actas do Congresso A festa em Trás-Os-Montes»; no prelo

- *Algumas notas sobre a acção do Gupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança,* Separata de «Brigantia», Bragança, vol. XIV, nºs. 1/2 Janeiro - Junho, 1994

- *O decoro e a representação à luz das Constituições Sinodais do bispado de Miranda do Douro. Inventário dos bens móveis da igreja de Santa Maria de Bragança,* Bragança, Separata da revista «Brigantia», vol. XV, nº 1, Bragança, 1995

- *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às Memórias Paroquiais de 1758,* in «Amigos de Bragança», 9ª série, nºs. 2, 3, 4, Bragança, 1995

SALEMA, Vasco da Costa - *Desenhos cartográficos militares espanhóis referentes à campanha de 1762,* in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. nº 49, Lisboa, 1979

SANTA MARIA, Francisco de - *Anno Historico. Diario Portuguez,* T. II, Lisboa, Na Officina, e à custa de Domingos Gonsalves, 1744

SANTOS, Horácio Madureira dos - *Catálogo dos decretos do Conselho de Guerra,* separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol. I, Lisboa, 1957

SANTOS, Horácio Madureira dos - *Regimento para a Contadoria que deu o Dezembargador Gregorio de Valcacer de Morais vezitador e reformador geral das fronteiras e na conformidade do Regimento da vezita e instrução de 18 de Março de 1642 registado a fl. 128 do livro do registo geral da Vedoria de Traz os Montes,* in «Cartas e documentos da época da guerra da aclamação», Lisboa, 1973

SANTOS, Reynaldo - *A arquitectura barroca em Portugal,* in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», 2ª Série, nº 3, Lisboa, 1951

- *História da arte em Portugal,* vol. III, Porto, Portucalense Editora, 1953

SARMENTO, José Estevão de Moraes - *As escolas regimentaes em Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1892

SCAMOZZI, Vicenzo - *L'idea della architecttura universale,* Parte Prima, Libro terzo, In Venetia, Presso Lautore, 1615

SEBASTIÁN, Santiago - *Iconografia del claustro barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica,* in «I Congresso internacional do barroco», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia da cavallaria portugueza,* vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893

- *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vols. IV, V, VII, VIII, IX, Lisboa / Coimbra, Imprensa Nacional / Imprensa da Universidade, 1910-1920

SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terremoto. Subsídios para a história dos Bairros ocidentais de Lisboa,* vols. I, III, Lisboa / Coimbra, Academia das Sciências-Imprensa da Universidade, 1916-1922

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A guerra da Restauração,* in «História de Portugal», vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1983,

- *Uma relação do reino de Portugal em 1684,* in «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXV, Coimbra, 1962

SERRÃO, Joel - *Iluminação pública e privada,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975

- *Cronologia geral da História de Portugal,* Lisboa, Livros Horizonte, 1980

- *População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII,* in «Análise Social», vol. XII (47), 1976-3º

SERRÃO, Vítor - *Estudos de pintura maneirista e barroca,* Lisboa, Editorial Caminho, 1989

SILVA, António Delgado - *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações (1763 / 1774),* Lisboa, Na Tipografia Maigrense, 1829

SIMÕES, J. M. Santos - *Azulejaria em Portugal no século XVII,* T. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971

SMITH, Robert C. - *The developement of baroque art in Portugal and Brazil,* in «XVI Congrès international de l'histoire de l'art», vol. VI, Lisbonne - Porto, 1949

SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal,* T. V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721

SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* T. I, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, 1946, ed. revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado,

Sucesso que teve o Fronteiro Mor Rui de Figueiredo de Alarcam, na entrada que fez por Galiza em este mez de Setembro de 642; Lisboa (?), 1644 (?)

SOUSA, Fernando - *A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813),* Vila Real, Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, 1977

TALBOT, Gabriel - *Explicação Breve, acomodação laconica da santa regra do grande Patriarca São Bento,* Na Officina de Miguel Menescal da Costa, Lisboa, 1744

TEIXEIRA, António José - *O castelo de Bragança. Notas historico-descritivas,* Bragança, 1933

TEIXEIRA, Raúl - *A Domus Municipalis de Bragança. Notícia histórica,* s/l., 1941

TORRES BALBAS, Leopoldo - *La edad media,* in «Resumen historico del urbanismo en España», Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968, 2ª ed.

Tratado das vitorias que alcançou Simam Pitta de Ortigueira Governador do presidio de Moumenta, e Monfreita, a ordem do Fronteiro Môr Rui de Figueiredo de Alarcam, Em Lisboa, Por Jorge Rodrigues, A custa de Lourenço de Queiroz livreiro do Estado de Bragança, 1641

VALENTE, V. - *O vidro em Portugal,* Porto, Portucalense Editora, 1950

VERLET, Pierre - *La maison du XVIIIe. siècle en France,* Fribourg, Office du Livre, 1966

VICENTE, António Pedro - *Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal. 1762-1796,* in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. nº 41, Lisboa, 1971

VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses,* vols. I. II, III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1899, 1904, 1922. (Edição Fac-similada)

VITRUVIO - *Los diez libros de arquitectura,* Barcelona, Editorial Iberia, 1995

ZEVI, Bruno - *Arquitectura in nuce. Uma definição de Arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1979

ABREVIATURAS E SINAIS

Arquivos e Bibliotecas

A.C.B. - Arquivo da Casa de Bragança
A.H.M. - Arquivo Histórico Militar
A.H.M.F. - Arquivo Histórico do Ministério das Finanças
A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.P.E. - Arquivo do Paço Episcopal de Bragança
A.S.C.M.B - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Bragança
A.U.C. - Arquivo da Universidade de Coimbra
B.M.A.B. - Biblioteca do Museu Abade de Baçal
B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa
B.P.A.D.B. - Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança
B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto
D.S.F.O.E / G.E.A.E.M. - Direcção dos Serviços de Fortificações e Obras do Exército / Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar

Outras Abreviaturas e sinais

A.C.A. - Assentos da confraria das Almas
A.L.L. - Administração Local
C.S.F.B. - Convento de S. Francisco de Bragança
Cf. - confrontar
COD. - Códice
C.P.Q.G. - Cartório Particular da Quinta da Granja
Cx. - caixa
Cxs. - caixas
doc. - documento
docs.- documentos

ed. - edição
F.P. - Fundo Paroquial
fasc. - fascículo
fl. - fólio
fls. - fólios
G.A. - Grupo de Arquivos
Lv. - livro
Lvs. - livros
A.C.C.D.I.S.J. - Assentos dos casados, crismados e defuntos da igreja de S. João
A.D.I.S.J. - Assentos de defuntos da igreja de S. João
A.D.I.S.M. - Assentos de defuntos da igreja de Santa Maria
D.F.S. - Defuntos da freguesia da Sé
M.S.B.B. - Mosteiro de S. Bento de Bragança
M.S.C.B. - Mosteiro de Santa Clara de Bragança
M.S.F.B. - Mosteiro de S. Francisco de Bragança
M. - Maço (abreviatura apenas utilizada na lista dos artistas, por questões de espaço).
Mç. - Maço
Mçs. - Maços
ms. - manuscrito
N.G. - numeração geral
n^{o} - número
n^{o}s - números
Nuc. Not. - Núcleo Notarial
ob. cit. - obra citada
p. - página
P.R.Q. - Paroquial
pp. - páginas
Pt. - pasta
Pts. - pastas
R.C. - Registo da Câmara
RES. - Reservados
rs. - réis

s/d. - sem data
s/fl. - sem fólio
s/l. - sem local
T. - Tomo
v - verso
vd. - ver
vol. - volume
vols. - volumes
(*) - Palavra ou palavras ilegíveis num texto
(?) - Transcrição ou data incerta
[...] - Omissão de palavras num texto

INTRODUÇÃO

Num país em que a maioria das cidades tem ascendência romana, a cidade de Bragança pela marginalidade relativamente a este tipo de filiação constitui no nosso país um dos poucos casos de excepção. Tal como as cidades da Guarda, Tomar e Castelo Branco, a cidade nordestina parece encontrar também a razão de ser na existência do castelo[1].

Cidade de acessão por ser formada a partir de um elemento não urbano[2], encontrou na segurança que o recinto fortificado oferecia, na matriz antiga dos eixos viários, nos privilégios que lhe foram concedidos e sobretudo no seu posicionamento estratégico e relação com o processo de formação e afirmação do país, as possibilidades da sua existência como núcleo urbano. Estamos assim perante uma cidade que, à semelhança das congéneres, primordialmente não respondeu a objectivos económicos, antes tirou a sua natureza das preocupações políticas e militares. Em resultado do fenómeno de atracção exercida pela fortificação, esta será progressivamente envolvida por novas construções num processo em que os homens que as habitam mantinham grande cumplicidade com a terra de que tiravam maioritariamente o sustento. Tratava-se sobretudo de prosseguir e consolidar uma política colonizadora levando o elemento humano a criar raízes numa terra áspera que a proximidade da fronteira tornava amiúde hostil. Fixando o homem dinamizavam-se as funções económicas e simultâneamente garantia-se que a mão que agarrava o arado era a mesma que empunhava a espada em defesa dos limites territoriais estabelecidos. Os privilégios que se lhe concederam visavam reforçar as condições e forças de coalescência que garantissem a continuação da comunidade.

Formular o modo como os elementos da paisagem urbana se ordenavam no século XVIII, bem como estabelecer a articulação das formas construídas com a matriz essencial da cidade, constitui um dos objectivos orientadores da nossa reflexão, tanto mais que estas não são independentes dos aspectos demográficos e

---

[1] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Muralhas romanas e cercas góticas de algumas cidades de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então,* in «Cidades e História», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 141

[2] HAROUEL, Jean-Louis - *Histoire de L'Urbanisme,* Paris, P.U.F., 1990, p. 27

funcionais da cidade. Por outro lado, estes factores enquanto veículos privilegiados da cultura urbana, constituem a corrente por intermédio da qual se exerce o poder criativo ou a sua prática.

Uma ou outra vez, não engeitámos considerar os fenómenos determinantes que ocorreram na segunda metade do século XVII porque, estando em causa a situação de Bragança relativamente aos grandes centros, seria necessário estabelecer, no plano da circulação de ideias e correntes estéticas, os pontos de continuidade ou de ruptura entre este período e o século seguinte.

Por isso, havia que ter em conta que o plano da cidade não se limitava a uma malha geométrica de consequências mais ou menos duradouras. Das suas imposições não decorria somente a leitura ou a percepção das fases de crescimento ou dos limites territoriais da cidade. É que o plano ao englobar a rede viária constitui uma afirmação de capacidades para, numa hierarquia de funções, ditar a implantação do casario e a sua relação com os edifícios públicos, as igrejas, as praças, os eixidos e ainda a natureza de algumas actividades produtivas. Contudo, a sua geometria não apresenta uma configuração independente das sucessivas fases de crescimento da cidade nem do modo como estas se acomodaram entre si.

Nesta medida, tem interesse saber se a cidade acumulava e resolvia de forma natural o seu crescimento ou se o acrescentamento urbano de algum modo se submetia às novas maneiras de conduzir a guerra, impostas pela evolução das armas de fogo.

Neste caso, importará averiguar o alcance e a natureza da intervenção militar sobre a malha urbana e ainda as possibilidades de combinação das exigências defensivas com a mentalidade religiosa dominante que, como é sabido, periodicamente prolongava em cortejos processionais o interior das igrejas no espaço público. Embora temporariamente convertidas em cenários da teatralidade militante, as ruas e, principalmente, as praças continuavam a ser o palco da festa e da feira.

Contudo, da presença de um ou mais cordões fortificados que cingiam o habitat urbano não decorria unicamente o estatuto da população residente face aos que habitavam fora dos muros. Sancionando linhas de ocupação e impondo serviços e outros tributos, a muralha, sempre de acordo com estratégias

defensivas, definia vias prioritárias e algumas aberturas pelas quais era possível a relação com o exterior imediato e longínquo à cidade.

***

Ao inscreverem influências arquitectónicas, regras e técnicas, as construções marcam profundamente a paisagem urbana. Não se situando à margem das actividades dos seus habitantes, nem de muitos dos acontecimentos que os afectam, os elementos construídos acompanham e reflectem as diferentes capacidades económicas, as variações do gosto, as mentalidades e ainda as maneiras como as camadas sociais se representam. Por isso, as formas construídas enquanto testemunhos de uma etapa da civilização e , sobretudo, pelas capacidades instauradoras do ambiente urbano deviam ser consideradas, privilegiando-se as construções relativas às esferas civil, religiosa e militar.

Enquanto construção no espaço, a casa está sujeita a um processo dinâmico que, com diferentes velocidades de transformação, lhe desfigura a traça inicial ou o conjunto de que participa. No entanto, o trabalho dos agentes transformadores ao deparar com resistências à mudança, possibilitou a persistência na longa duração de diversos elementos e técnicas construtivas.

Na abordagem da arquitectura civil bragançana, durante o século XVIII, importa desde já salientar as dificuldades em se estabelecer um quadro completo deste tema. Além da impossibilidade de conhecermos integralmente o espaço e a articulação interior das residências que tomámos como padrão, também as diversas fontes que compulsamos se mostraram avaras no fornecimento de informações capazes de nos possibilitarem ir mais longe no conhecimento e análise dos diversos tipos de habitação. O núcleo notarial, possibilitou-nos algum conhecimento da localização e dos proprietários de muitos edifícios, assim como dos enfiteutas e dos valores que pagavam pelos emprazamentos das casas. Embora se reconheça a importância e as potencialidades deste tipo de informações, a verdade é que, sob o ponto de vista arquitectónico, não foram particularmente úteis aos nossos desígnios. Tendo em conta a quase completa inexistência de documentos de índole contratual ou de descrições de prédios, este núcleo documental revelou-se-nos pouco generoso, não nos permitindo, como esperávamos, avanços

significativos no estudo da arquitectura e, particularmente, na relação com alguns estratos sociais, nomeadamente o aprofundamento do conhecimento do tipo de habitação que designamos por casa fidalga. Com efeito, do vasto conjunto de escrituras que compulsámos durante a fase de investigação, ficámos convencidos que, em Bragança, os homens da época não tinham o costume de irem ao notário para, com os mestres pedreiros ou carpinteiros, acordarem a construção de uma casa ou eventuais obras de remodelação. O mesmo não acontecia quando se tratava da venda de uma terra ou da necessidade de se firmar qualquer outro tipo de acordo.

Por conseguinte, acreditamos que o quadro da habitação que vamos traçar fica aquém da realidade vivida, circunstância que nos parece mais generalizada quando respeitante, na sua globalidade, às camadas sociais a que a sorte reservou o papel de trabalharem para as que na pirâmide social ocupavam um escalão mais elevado. Todavia, como se verá, tendo persistido algumas construções pertencentes a sectores sociais dominantes, permanecem geralmente ocultos os que as mandaram construir assim como os que durante várias gerações as habitaram. Por esta razão, o enquadramento histórico e artístico desta tipologia também se apresenta repleto de dificuldades.

No início do séc. XVIII existiam na cidade de Bragança três conventos - S. Francisco, Santa Clara e S. Bento - num quadro eclesiástico onde, além de outras igrejas, pontificavam as de S. João Baptista e Santa Maria para cumprirem funções paroquiais. Os regulares da Companhia de Jesus também estavam estabelecidos nesta cidade desde os meados do séc. XVI.

Devido ao estado de ruína avançada, a igreja de S. João seria fechada, vindo posteriormente a desaparecer durante a segunda metade do séc. XVIII. O mesmo sucederia à igreja de Santiago. A paróquia de S. João foi então integrada na freguesia da Sé, criada em virtude da transferência da catedral da Miranda do Douro para Bragança. A Sé de Bragança, agora com funções paroquiais, estabelecer-se-ia nas instalações libertadas pelos Jesuítas, em consequência da ordem régia que os declarou proscritos.

Sendo assim, vemos que, pela data da sua construção, todos os edifícios religiosos existentes nesta terra são anteriores ao séc. XVIII. Contam-se no número das excepções as capelas de Santo António, no Toural, e do Senhor dos

Aflitos, esta junto da ponte que permitia o acesso à cidade. Por conseguinte, as referências e características essenciais da arquitectura religiosa bragançana setecentista devem ser procuradas num contexto diferente daquele que geralmente marca o barroco arquitectónico, mesmo que se considerem os seus aspectos eclécticos ou as diferentes sensibilidades assinaladas no norte ou no sul do país.

A situação periférica, as dificuldades de comunicação, uma economia baseada essencialmente na agricultura de subsistência embora contasse com um sector sericícola importante, mas com desenvolvimentos fugazes, impediram a sustentação de pólos geradores de riqueza. Por outro lado, a proximidade da raia, exigindo a constante concentração do esforço militar se dava «movimento» à terra tornava-se um sorvedouro permanente de dinheiro e energias. E, mesmo assim, ao longo do séc. XVIII, nem sempre foi possível impedir a devassa da cidade pelo vizinho castelhano.

Todas estas razões, determinando o predomínio dos valores de uma arquitectura cósmica, caracterizada «por uma certa pobreza de atmosfera e por um número limitado de caracteres[3]», mais do que a expressão valorizavam os factores impostos pela necessidade. Nesta medida encontramo-nos face a uma arquitectura onde persistem os elementos carcterísticos do maneirismo, os quais em resultado da resistência que oferecem à mudança, só muito lentamente se vão alterando, como se verifica nos casos em que as necessidades do culto impunham acrescentos ou em que a saúde da construção reclamava obras profundas. Tal como aconteceu noutros pontos do país, nomeadamente no Porto, também em Bragança os institutos religiosos «raramente cumprem num curto espaço de tempo o programa estabelecido no seu projecto inicial[4]», razão pela qual Jaime Ferreira Alves considera os conventos e recolhimentos como «lugares preferenciais para o estudo das mais diversas manifestações artísticas[5]».

As limitações económicas em associação com o prolongamento do ambiente mental de austeridade contra-reformista, condicionando a organização interior dos templos e a composição dos alçados traduziram-se em manifestações arquitectónicas que exteriormente roçam os limites da monotonia. Neste

---

[3] NORBERG - SCHULZ, Cristian - *Genius Loci. Paysage. Ambiance. Architecture,* Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeurs, 1981, p. 71

[4] FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime Bernardo - *O Porto na época dos Almadas,* vol. I, Porto, 1988, p. 69

[5] *Idem, ibidem,* vol. I, p. 69

contexto, apenas os pórticos das fachadas, apesar da sobriedade decorativa contrariam esta tendência. Foi justamente num portal, o da igreja de Santa Maria, que a linguagem barroca se exprimiu e ainda assim com fortes sugestões das arquitecturas retabulares de talha.

Durante a segunda metade do séc. XVIII, a obra da nova Sé de Bragança, lançada por acção do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, representaria a afirmação dos fundamentos do modelo erudito do barroco. Filiando-se na descendência de Mafra, esta construção não teve sucesso. Resta-nos, através dos dois desenhos que ainda existem, a explicitação das concepções arquitectónicas que o poder religioso de então perseguia. Por outro lado, registe-se o facto da arquitectura constituir, à semelhança do poder temporal, um instrumento privilegiado da afirmação do poder religioso, num momento particularmente conturbado da história da diocese de Miranda. Esta obra, riscada por um arquitecto estrangeiro, marcaria ainda a diferença relativamente às construções religiosas anteriores provavelmente concebidas e executadas por práticos.

Na presença de uma arquitectura mais histórica que psicológica[6], seria em áreas artísticas diferenciadas que, com mais fôlego, a linguagem barroca se afirmaria nesta cidade, parecendo deste modo contrariar a afirmação de Carlo Aymonino, segundo o qual «as novas arquitecturas são a sociedade nova[7]».

Numa primeira fase, correspondendo aos começos do séc. XVIII, seria essencialmente pelo reluzir dos volumes e superfícies da talha dourada que se anunciou o advento dos novos valores plásticos. Numa localidade em que os revestimentos azulejares se contam no número das excepções[8], seriam as

---

6 BAZIN, Germain - *L'architecture religieuse du Portugal et du Brésil à l'époque baroque,* in «XVI Congrès international de l'histoire de l'art», vol. I, Lisbonne - Porto, 1949, p. 75

7 AYMONINO, Carlo - *O significado das cidades,* Lisboa, Editorial Presença, s/d.,p. 65

8 Referimos o resultado do levantamento efectuado por Santos Simões nas igrejas do Convento de S. Francisco e da Sé, sabendo-se que, de então para cá, este património foi objecto de vários atentados. S. Francisco: «Na capela-mor, silhar de 13 de alto, de azulejos do P-81 mas simplificado, com cercadura C-72, de pérolas. Na sacristia alguns azulejos ladeiam o espaldar do lavabo»; na capela de Nossa Senhora da Conceição: «pequeno silhar de 7 de alto, dos mesmos azulejos da capela-mor». Sé: «o corpo tem a parte inferior das paredes revestidas com silhar de azulejos, onde se agrupam vários padrões policromos. Reconhecem-se os P-101, elementos de um padrão de 4 x 4/4 e de barras, tipo *dente de serra,* numa altura de 7 azulejos». SIMÕES, J. M. Santos - *Azulejaria em Portugal no século XVII,* T. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 37, 38. Mais recentemente, o professor Fausto Sanches Martins contribuíu para o conhecimento dos aspectos artísticos da actual Sé, ao dar à luz um «Assento do Reitor, padre João da Rocha, sobre as obras que se

arquitecturas retabulares a desempenharem um papel decisivo na dinamização dos espaços parietais, marcando a diferença relativamente à nudez e rusticidade dos paramentos exteriores. Numa segunda fase, correspondendo à segunda metade de setecentos, seriam as cenografias de perspectivas arquitectónicas fingidas nos tectos constituídas por falsas cúpulas, balcões e pórticos perspectivados, representando com mais ousadia os elementos efectivamente utilizados em construções, a demonstrarem não somente a ilusão do infinito mas também o conhecimento e a aceitação social de uma nova estética. Este tipo de pintura[9], especialmente desenvolvida em Itália por Pietro de Cortona e Andrea Pozzo, seria, no entanto, divulgada em Portugal por Vicenzo Baccarelli que, no princípio do Séc. XVIII, trabalhou em Lisboa e serviu na Mesa de S. Lucas[10] em 1715. Antes da vinda do pintor florentino, o esquema geralmente usado na decoração dos tectos seguia o formulário[11] de caixotões, com molduras de talha, representando animais ou vidas de santos, à semelhança dos exemplares pertencentes às sacristias da antiga igreja dos Jesuítas.

A presença dominadora do castelo tem sido de tal modo marcante na vida da cidade de Bragança que dificilmente se alcançaria a compreensão desta urbe na ausência desta construção. Encerrando o núcleo primitivo, a sua muralha prolongar-se-ia num segundo aro, competindo com o crescimento urbano sob o impulso de factores económicos e sociais. Contudo, na parte final do século

---

fizerão de pedra e cal e madeira», com início em 1657. Assim: «Para a igreja para ornato da capella mor e do novo arco se mandarão vir azulejos de Lisboa que ficam no collegio na caza que esta junto da dos moços e na que era caza do Prefeito que fica sobindo para a Hospedaria não se pode por, a falta de official que não se achou aqui se se pode fazer vir de fora. O azulejo do arco tem por lavor no meio hum Jesus com Anjos que o sustentão e o da capella mor he de varios debuxos». Em Abril de 1666, um assento de obras refere: «Azulejouse a capela mor». MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Portugal: 1542 - 1759. Cronologia. Artistas. Espaços,* vol. I, Porto, Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 652, 658

[9] BORGES, Nelson Correia - *História da arte em Portugal (do barroco ao rococó),* vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 986, p. 72.

[10] MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de memorias relativas as vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes,* Lisboa, Na Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823, p. 182

[11] BORGES, Nelson Correia - *ob. cit.*, p. 72

XVIII, cederia à dinâmica urbanística mas sem deixar de imprimir as suas marcas ao tecido urbano.

O castelo, em meados do século XVII, incapaz de senhorear militarmente a cidade visto terem-se modificado as tácticas de guerra, precisou de ser apoiado, a ocidente, por uma fortificação moderna. Esta construção, juntamente com muitas outras que então se construíram no perímetro raiano, trazendo a lume o papel da engenharia militar, coloca o problema das influências estrangeiras e ainda o da formação de especialistas nacionais que foi iniciada com a criação, em 1647, da Aula de Fortificação onde se evidenciou o magistério de Luís Serrão Pimentel.

Já no século XVIII, mas em períodos diferentes, destacar-se-iam os engenheiros Manuel de Azevedo Fortes, Manuel da Maia e Luís Gomes de Carvalho, sabendo-se que este trabalhou em Bragança.

Constituíndo nosso propósito a análise dos núcleos onde se formavam os especialistas nacionais em arquitectura militar - sempre insuficientes para as necessidades da metrópole e colónias - centrámos igualmente a nossa atenção naqueles que, durante o século de setecentos, tiveram actividade em Bragança. Todavia, para a primeira metade do século, sendo conhecidas algumas figuras, não se sabe o resultado da sua acção. Na segunda metade, as coisas são diferentes. Embora existam alguns desenhos de mão anónima, conhecem-se os autores da maior parte das propostas ou projectos construtivos, onde se incluem alguns quartéis, o Corpo da Guarda, vários projectos para o hospital militar e estudos para a defesa geral da cidade.

Foram estes trabalhos que nos permitiram avaliar as situações a que procuravam responder e, ao mesmo tempo integrá-las num contexto local em que a presença de forças militares, pelas implicações políticas, económicas e sociais, ultrapassavam largamente as tarefas de defesa da soberania nacional.

Alguns projectos não chegariam à fase de execução; outros, uma vez executados e esgotadas as funções que presidiram à sua construção, seriam demolidos sem se conhecer qualquer registo da sua configuração. Estão neste caso as portas do forte de S. João de Deus.

Em todo o caso, o interesse de alguns documento reside mais no que omite do que nas situações que patenteia. O que não podemos esperar é que as obras

de carácter militar estudadas se encaixem nas categorias estilísticas que comummente se aplicam à arquitectura civil ou religiosa.

PRIMEIRA PARTE

URBANISMO

CAPÍTULO I

A CIDADE

1. Consolidação e desenvolvimento

Querendo «galardoar» D. Fernando, segundo Duque de Bragança[1], o rei D. Afonso V, em 20 de Fevereiro de 1464, tendo em conta que Bragança «antigamente ella era cidade, e assi no foral que tem he nomeada por cidade, e depois se despovorou, e quando se tornou a rehedeficar ficou villa[2]», passou um documento em que determinava:

> «a todos nossos officiaes, e pessoas a que esto pertencer per qualquer guisa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, que daqui em diante ajam a dita villa de Bragança, por cidade, e assi a

---

1 Bragança pertenceu à Coroa até ao momento em que «el rei D. Fernando a dotou a D. Joanna Telles, sua cunhada, para casar com João Affonso Pimentel, o qual perdeo brevemente esta, e outras terras, por tomar partido contra o Mestre de Aviz. Passou ao depois o senhorio desta cidade a D. Fernando, filho illegitimo do infante D. João, e neto del rei D. Pedro I porém tornou logo a vagar de novo por morte de seu filho D. Duarte, que faleceu sem successão. Finalmente governando o reino o infante D. Pedro, na menoridade de seu sobrinho el rei D. Affonso o V foi dada esta cidade com o titulo de Ducado ao senhor D. Affonso, o primeiro Conde de Barcellos, e tronco da Serenissima Casa de Bragança, correndo o anno de 1442». LIMA, D. Luis Caetano de - *Geografia Historica,* Tomo segundo, Lisboa occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736, p. 73. Cf. COSTA, Antonio Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reino de Portugal,* Tomo primeiro, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 497-498

2 ALVES, Francisco Manuel - *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança,* T. III, Bragança, 1982, p. 189

nommee e lhe guardem em todo todollos previlegios, liberdades que tem as outras cidades de nossos reinos, e os cidadãos e mesteres[3] della sem lhe hirem comtra elles em parte, nem em todo[4]».

Um dos privilégios consistia na isenção aos moradores da cidade de pagamento de sisa sobre as compras e vendas efectuadas «dos muros a demtro». Com este benefício, pretendia-se a dinamização das actividades económicas mas também se perseguia a finalidade de «milhor povorar» a cidade. Se o primeiro intento se processava com a normalidade que a conjuntura económica permitia, já o segundo era habilidosamente contornado uma vez que os moradores dos arrabaldes e «ourollos» levavam à cidade «pam e binho e pescado e azeite e outras mercadorias em que trautam e os poem em casas de seus amigos omde se lhe bende tudo», prejudicando desta forma o negócio das estalagens estabelecidas dentro dos muros. Exposto o caso ao monarca nas cortes de 1495[5], o Procurador da cidade Álvaro Gil, regressava de Évora com a determinação régia que estabelecia o prazo de dois anos para os mercadores fazerem casa dentro do perímetro do castelo. Só com este procedimento podiam usufruir dos referidos privilégios.

Paralelamente às várias medidas tomadas no sentido da consolidação do núcleo urbano e defesa das terras que o envolviam, prosseguiam as obras da torre e muralha destinadas não só a reforçarem a confiança dos moradores mas também a constituírem uma referência na afirmação da soberania. Por isso:

«dentro dos muros na praça de Santiago com magestoza valentia, e regular architectura, occupando de area pelos quatro lados duzentos pes geometricos se levanta o castello, obra *a fundamentis* de el-rei

---

3 O desdobramento da abreviatura «m.es» é da nossa responsabilidade.

4 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 189

5 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 197. Este autor publicou um documento em que D. Afonso V, preocupado com o facto de Bragança ficar «na fromteira amte Purtugall e Castella ser milhor povorada e acrecemtada defessa» concedeu, em 1454, privilégios a duzentas pessoas que quisessem ir morar em Bragança, estabelecendo: «os centos delles morem e povorem demtro na dita cerqua do dito lugar os outros cemto posam morar e povorar no termo. E tenha cada huu porem cassa repairada demtro na dita cerqua e se hi casas tamtas nom ouver sejam comstrangidos os senhorios de quallquer estado e comdiçam que sejam que as façam ataa dous annos. E nom as fazendo os ditos juizes posam dar de sesmaria os pardieiros ou campo a quem as fazer por suas proprias». *Idem, ibidem,* pp. 176-178

> D. João I [...] tudo com segunda cerca de cubos, menos o lado do norte, por ser para esta parte a muralha da fortaleza[6]».

Prolongando-se esta fábrica durante o reinado de D. Duarte, ainda não tinha sido terminada no reinado seguinte, situação que, pelos constantes agravos recebidos, não era do agrado da população. Por esta razão, os procuradores da cidade apresentaram ao regente D. Pedro, aquando da realização de Cortes em Dezembro de 1439, as suas ideias sobre esta obra que os onerava e o interesse em vê-la terminada. Os argumentos essenciais eram os seguintes:

> a obra não estava acabada nem o seria tão cedo a avaliar pela «aguça que lhe dão os que della tem o carrego[7]»;
> apesar de os oficiais da obra não estarem ao trabalho, «nom perdem por isso seu mantemento, o que a dita obra he grande aggravo, e despeza sem prol[8]».

Face a esta situação os homens-bons pediram e obtiveram do regente «o carrego de mandar fazer a dita obra», depois de consultado o conde de Barcelos, a quem inicialmente cumpria a obrigação de lhe dar andamento. Desta forma, segundo os propósitos daqueles, a fábrica da torre seria «melhor aviada, e mais certamente feita[9]».

Iniciados os trabalhos durante o reinado de D. João I, em 1409, só quarenta anos mais tarde seriam dados por concluídos. Para eles concorreu a cidade com as suas rendas da seguinte forma:

> «nos premeiros vinte e sete annos com outocentos e des mil alqueires de pão; e em dinheiro com quatro contos e sincoenta mil reis; e nos ultimos treze annos em que so ficarão consignadas a metade das rendas do concelho, importarão estas cento e noventa e

---

6 BORGES, José Cardoso - *Descripção topografica da cidade de Bragança*, B.N.L., RES., COD. 248, fls. 13v-14

7 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 14v; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 164

8 *Idem, ibidem*, fl. 14v; *Idem, ibidem*, p. 164

9 *Idem, ibidem*, fl. 14v; *Idem, ibidem*, p. 164

sinco mil alqueires de pão, e novecentos e setenta e sinco mil reis em dinheiro[10]».

Não é nosso propósito o aprofundamento dos factos relacionados com esta obra. Pretendemos tão somente evidenciar a importância desta construção e, ao mesmo tempo, salientar os elevados encargos que o concelho tinha de suportar, sabendo-se que a maior parte das receitas municipais eram provenientes dos diversos impostos que a população era obrigada a pagar. Contudo, os «trabalhos» dos moradores não se esgotavam no pagamento de impostos para a construção da torre ou com as reparações quase constantes da muralha, já que estavam sujeitos a outras obrigações, nomeadamente as de montar guarda às portas da cidade e de vigilância, mesmo quando à noite as portas da cidade eram fechadas.

Simbolizando e garantindo a segurança, a muralha era ao mesmo tempo sinónimo de sujeição das populações pelas obrigações e limitações que lhes eram impostas, exigências constantes que, não sendo recompensadas, eram danosas dos afazeres quotidianos dos habitantes da cidade e dos lavradores que habitavam as aldeias do seu termo. Por estas razões, tais exigências, características da cidade na época medieval e início da era moderna, foram «em muitos casos a origem das finanças municipais[11]».

As rendas dos campos do concelho, as colheres, as receitas das condenações e as oitavas constituíam as principais fontes de rendimento da Câmara de Bragança que, pelos anos de 1721, se aproximavam dos dois mil cruzados, sem entrar neste cômputo a terça que do conjunto das colheres e condenações se deviam pagar ao monarca. Interessam-nos especialmente as rendas das oitavas pelo seu alcance fiscal e, sobretudo, pelas suas consequências sobre o relacionamento estabelecido entre a cidade e toda a área da sua jurisdição.

Vigorando desde o séc. XIII[12] este imposto, que obrigava os moradores que viviam fora da cidade mas dentro da sua jurisdição ao pagamento de quatro

---

10 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.14v

11 CHUECA GOITIA, Fenando - *Breve historia del urbanismo,* Madrid, Alianza Editorial, 1980, p. 25

12 Segundo José Cardoso Borges, este imposto «teve principio pelos annos de 1270 pouco mais ou menos, porque em escritura a ultima que esta cidade fes do contracto com os moradores do termo em 1590 se dis que a Camera possuia esta renda passava de trezentos annos». *ob. cit.*, fl. 103

alqueires de pão, teve vida longa. No início do séc. XIX, ainda a Câmara de Bragança sentiu necessidade de copiar num dos seus livros o «registo de hum contrato antigo feito entre a cidade e os povos do Destricto, e que conthem a sua demarcação e sobre saccadas e oitavas, e o mais que nelle se declara[13]». Apesar da escritura ter sido lavrada, em 30 de Maio de 1461, no convento de S. Francisco, as conversações decorreram no castelo da então vila de Bragança, estando presentes o «poderozo principe senhor D. Affonso, filho d'El Rei D. João de esclarecida memoria Duque de Bragança, e conde de Barcellos, e de Neiva, e senhor de Penafiel, etc.», Rodrigairos, «juiz e vezinho na villa de Bragança» e Pedro Afonso da povoação de Vinhas. A presença dos dois últimos devia-se à sua qualidade de procuradores: o primeiro respondia pelos habitantes do interior dos muros, seu exterior imediato e pelos de algumas povoações situadas nas proximidades de Bragança, isto é, representava a «villa, e arrabalde, e ourol»; o segundo falava em nome da restante população que habitava a área dependente daquela que era a cabeça do ducado, ou seja, «toda a terra» organizada nas comarcas de Lampaças, Trás Sabor, Tresbaceiro e de Trasmonte, num total de setenta e três povoações nomeadas no contrato.

Porque sobre vários «preitos e demandas herão movidas duvidas», tratava-se de concertar os moradores para «a cabeça não desvairar dos membros, mas ser todo junto, como a natura, e rezam quer, e se ajudarem, e servirem, e viverem todos em boa ordenança e regimento[14]». Dentro deste espírito, combinaram que os que vivessem fora da vila e seu arrabalde seriam obrigados ao pagamento de sacadas, isentando do pagamento os que morassem no interior dos muros, ainda que fossem peões ou judeus. Ao mesmo tempo definia-se a área do arrabalde que compreendendo a zona «dentro dos arcos[15]» admite a presunção da existência de casas na área peri-urbana situada «fora dos arcos».

O imposto das oitavas que os da «terra» pagavam ao concelho livrava-os «de vellar e roldar e guardar as portas nem hirem com prezos, nem com dinheiro, nem pagarem fintas». Porém, sendo desrespeitado com frequência, quer pelo rei, quer pelos fronteiros, aqueles «recebiam grande aggravo» do

---

13 Este documento foi copiado em 18 de Agosto de 1814. B.M.A.B., *Livro de registo da Camara (1814)*, fls. 23v-28v

14 *Idem, ibidem*, fl. 26v

15 *Idem, ibidem*, fl. 27

concelho. Daí que fosse necessário fazer assentar as obrigações em bases mais sérias. Por isso, estabeleceu-se:

> «d'oje em este dia em diante pera sempre, todos os da dita terra que oitavas pagarem, sejão escuzados de vellar, e roldar [...] e se porventura sobreviver tal necessidade que mandem velar os sobreditos oitavarios que oitavas pagão, que naquelle anno que asi velarem hora muito hora pouco, nem sejão mais heidos, nem obrigados a pagar oitavas [...] (e) o dito concelho os nom possa constranger pera guardar portas nem roldas, nem pera nenhu dos outros cargos[16]».

No desejo de verem reforçadas as suas pretensões, consideravam os da «terra» os benefícios para o concelho das matérias em discussão, pois que assim podia o concelho gozar das vantagens de receber um imposto em períodos de paz, «quando não tem despezas, nem trabalhos», podendo desta forma fazer poupanças «pera o tempo necessario».

No âmbito deste acordo, entendeu-se ainda que seria útil definir o termo de Bragança. Dessa demarcação indicaremos sumariamente as suas linhas e pontos de referência: «Começando contra a aldea de Meixedo no lugar que chamam o Cortinheiro que son [sic] sobre as vinhas de Fontercada auguas vertentes pera a villa» passava a linha demarcante em Vila Nova, na capela de S. Jorge e Britelo - hoje povoação morta. Sabendo-se que estas duas últimas referências estavam fora do limite da vila, continuava «per o carril que vai arredor da deveza do mosteiro de Crasto de Avelans que se chama Cabeço da Cabra Negra». Tinha seguimento por Vale de Ovelhas, Seixo e «di per o caminho que vem de Seixo cortando direito a esquena da atalaia auguas vertentes pera a villa». Daqui continuava até ao «porto de Palhares» seguindo da «esquena do Corvo ribeiro do Fervença supee» em direcção ao «porto de Pereira ribeiro a subpee a aldea de Val de Nugeira». Passando pela «Lama do Sapo» e «porto de Villela», no rio Sabor, corria rio acima até ao ponto «aonde entra no dito rio a augua da fonte que vem da aldea das Carvas que hoora nom he morada».

---

16 *Idem, ibidem,* fl. 28

Continuava «atee a encruzilhada que vem de Val de Lamas», prolongando-se pelo «Cabeço do Seixo», »Fonte do Pereiro» e «forno telheiro que esta no caminho de Baçar assima pouco da Lama da Candaira, per onde partem os lemites da dita villa, e de Baçar e de Meixedo auguas vertentes pera o rio Sabor». Os pontos de referência seguintes eram o «Sardoeiro», «Pena de Águia» e «Cabeça de Porco». Finalmente, a linha traçada entre esta posição e o lugar de «Cortinheiros» fechava a demarcação do termo da cidade.

Quadro I

POVOAÇÕES DA TERRA DE BRAGANÇA REPRESENTADAS NO ACORDO DAS OITAVAS, EM 1461

COMARCA DE LAMPAÇAS		
Vale de Nogueira	Serapicos	Gralhós
Ferrande	Pinela	Macedo do Mato
Podence	Quintela	Vinhas
Amendoeira	Salsas	Bornes
Castelãos	Bagueixe	Vale Bem Feito
Igrejas	Lagoa	Vale da Porca
Morais	Talhas	Gradíssimo
Castro Roupal	Talhinhas	
Vila Boa de Carção	Izeda	
COMARCA DE TRÁS SABOR		
Parada de Infanções	S. Julião	Baçal
Igrejas	Babe	Vale de Lamas
Alfaião	Salsas	

COMARCA DE TRESBACEIRO		
Meixedo	Terroso	Mofreita
Rabal	Espinhosela	Dine
Soutelo	Parâmio	Moimenta
Donai	Fontes	Fresulfe
Cova de Lua	Maçãs	Carragosa
Vilarinho	Zeive	Samil
COMARCA DE TRÁS MONTE		
Soeira	Portela	Penas Juntas
Castrelos	Lagomar	Mêlhe
Conlelas	Alimonde	Celas
Nogueira	Vila Boa	Mós
Formil	Ouzilhão	Espadanedo
Zoio	Vilar de Peregrinos	Ferreira
Gondesende	Edrosa	Martim

Segundo José Cardoso Borges, em resultado de ajustamentos posteriores, entenderam a Câmara e populações da «terra» converter a medida de cereal em moeda, sabendo-se que cada alqueire encontrava a sua equivalência, durante um período de quarenta anos, num valor de vinte cinco réis. A partir de 1590, ano em que o contrato foi renegociado, entenderam as partes que «para todo o sempre pagassem seis vinteins pelos quatro alqueires de pão[17]». No tombo feito em 1769 pelo Doutor Manuel de Gouveia ainda as oitavas constituiam uma

[17] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 204

importante fatia do orçamento municipal, somando juntamente com as colheres e outros foros uma quantia que anualmente rondava os 94.900 réis[18].

Continuando a substituir algumas das obrigações que os moradores da terra tinham para com o concelho, o pagamento deste imposto garantia-lhes, apesar disso, alguma tranquilidade porque:

> «não pagarão fintas para calçadas, muros, fontes, pontes do rio Fervença, nem pagarão para outras nenhuas fintas, nem pedidos, nem encargos da dita cidade conforme ao contracto dos antigos; nem velar, nem roldar (isto porque antigamente asistia continuamente hum perporcionado numero de homens armados de goarnição para o castello, e portas) nem os obrigarão a ir com prezos, nem goardar cadea, nem pagar para carcereiro[19]».

Algumas povoações situadas nas proximidades de Bragança estavam, como já ficou dito, isentas do pagamento das oitavas. Sendo designadas por «ourollos» contavam-se neste número as de Samil, Freixedelo, S. Pedro, Cabeça Boa, Gimonde e Vale de Lamas. Porém, a isenção daquele imposto não as escusava do cumprimento de algumas obrigações em que se destacavam a obrigatoriedade de apresentarem o andor de S. Cristóvão e os juízes assistirem com as suas varas nas procissões da Câmara, de trabalharem na reparação dos caminhos da cidade e na limpeza das ruas, fontes e cadeia sempre que para tal fossem convocados. Exceptuando estas obrigações e a isenção das oitavas, os «ourollos» não gozavam de privilégios especiais tendo em consideração os das povoações que pagavam oitavas.

Em 1802, os «ourollos» procuraram libertar-se destas dependências. Para alcançarem os seus desígnios fizeram chegar ao Príncipe Regente D. João uma petição em que afirmavam:

---

[18]MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796,* Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1981, p. 336 e seguintes.

[19] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 204; ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.,* p. 246

«compondose a dita cidade dos povos de mais de trezentos lugares, só os supplicantes herão chamados pela Camara e almotaces da mesma cidade para a limpeza desta; e se o não fazião pronptos erão castigados com penas pecuniarias, e de prizão, ignorando os supplicantes qual fose o principio da dita obrigação como tambem erão obrigados a conduzir nas procissões reais a imagem de S. Christovão, e ornada de todo o necesario[20]».

Sobre este assunto o Regente, depois de ouvir o Corregedor da Comarca de Bragança, a Câmara e ainda o Procurador da Coroa, tomou a decisão que se segue:

«hei por bem izentar aos supplicantes do onus com que a Camara, e almotacés da dita cidade os obrigarão a limpar a praça da mesma cidade; e pelo que respeita a conduzirem nas procisoens a imagem de S. Christovão os supplicantes sou servido declarar que se deve observar a pose immemorial athe ser convencida a Camara, pelos meios competentes[21]».

Não se conformando com esta decisão, o Corregedor da Comarca de Bragança, produzindo diversos argumentos com a finalidade de conseguir alterar a decisão superior, afirmou:

«excede a memoria dos homens, os que nascidos são sempre o virão praticar, e ouvirão a seus maiores que sempre asim se praticou (fazer a limpeza das ruas e praças) em todo o tempo sem a mais leve fama em contrario, circunstancia esta que os embargados não declararão a Sua Alteza Real na supplica que lhe fizerão [...];

---

20 B.M.A.B., *Registo de huma sentença que obtiveram os povos dos lugares dos ourollos contra o Procurador da Camara,* in «Livro de registo da Camera (1804-1815)», fl. 153. ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.,* pp. 245-247

21 B.M.A.B., *Registo de huma sentença que obtiveram os povos dos lugares dos ourollos contra o Procurador da Camara,* in «Livro de registo da Camera (1804-1815)», fl.154. ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.,* pp. 245-247

provara que os embargados disfarçando a verdade se pozerão na sua supplica ao nivel dos mais povos do termo que dizem pasar de trezentos no que commeterão duas falcidade, porque por hua parte provara que o termo de Bragança se compoem so de cento e quarenta e seis varas, e doze quintas annexas, e por outra parte provara que os embargados não estão nas mesmas circunstancias que os mais povos [...];

provara que a obrigação dos embargados não era da sua parte meramente gratuita mas sim procedida de contracto onerozo celebrado dos tempos immemoriaes com os Serenisimos Duques de Bragança;

provara que todos os povos do termo de Bragança pagão desde tempos antiquisimos, e talves desde o estabelecimento da Serenisima Caza e Estado de Bragança, o tributo das oitavas a Camara da mesma Serenisima Caza e Estado;

provara que os povos embargados forão escuzos de pagar a oitava a Camara da mesma Serenisima Caza e Estado a troco de se obrigarem ao onus da limpeza das ruas da cidade [...];

provara que a limpeza das cidades e povoações he hum dos pontos de maior nesesidade para a conservação da saude, e por falta della tem sido esta cidade continuamente infectada de epidemias ha quaze tres annos [...];

provara que na concepção desta Provizão são infringidos os privilegios da Serenisima Caza e Estado de Bragança cujo Procurador não foi ouvido[22]»

Contudo, sem alcançar o resultado pretendido, pois a decisão anterior foi definitivamente confirmada em 1807.

---

22 B.M.A.B., *Registo de huma sentença que obtiveram os povos dos lugares dos ourollos contra o Procurador da Camara,* in «Livro de registo da Camera (1804-1815)», fls. 153-157

2. O quadro urbano

2.1. A cidadela

Em contraste com o carácter rural das aldeias abertas, era a presença da muralha que consagrava o estatuto urbano[23] de uma população. As obras de construção da torre e muralha de Bragança, provavelmente sobre um casco mais antigo, corresponde a uma renovada importância desta agregação inicial que a história fixou com a designação de Cidadela ou Vila. Ambos os termos referenciam o espaço intra-muros cujo traçado denuncia a estreita dependência em relação à torre de menagem que pela dimensão, imponência e funcionalidade militar constitui um pólo vincadamente dominador. Por conseguinte, tomamos o termo cidadela como equivalente ao núcleo urbano encerrado nos limites da muralha do castelo, já que a terminologia militar[24] lhe atribui um sentido mais restrito. Neste caso, trata-se de uma fortificação construída no interior de outra, mas ocupando uma situação mais vantajosa e com capacidade para bater o inimigo e fazer-se respeitar em eventuais tumultos que tenham os moradores por protagonistas. Seria, aliás, com estes objectivos que a torre de menagem era por sua vez envolvida por um outro aro defensivo que também abrigava a alcáçova de que hoje nada resta.

Sendo provável que durante e depois do período medieval, em consequência do aperto que os muros impunham, a cidade de Bragança reflectisse o tradicional *habitat* de casario apinhado separado por ruelas coleantes[25], a verdade é que não conhecemos fontes que no caso vertente possam amplamente validar esta asserção. Devemos, no entanto, considerar a função

---

[23] TORRES BALBAS, Leopoldo - *La edad media,* in «Resumen historico del urbanismo en España», Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968, p. 138

[24] «Dous são os fins com que se fabricão as citadellas: o primeiro e principal para os principes dominantes enfrearem, e segurarem as cidades, e povos sujeitos por força, ou aquelles que naturalmente são inquietos, impacientes de dominio, e de cotribuições, amigos de novidades, ou que tenhão algua correlação semelhança na lingua, humores, ou affectos com nações vizinhas sujeitas a outro principe, ou principalmente por sere de religião diversa. O segundo mais justificado para que a citadella possa socorrer a cidade, expellir, ou incomodar o inimigo entrando nella, e servir de ultimo refugio aos moradores opprimidos do extremo aperto». PIMENTEL, Luis Serrão - *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares, e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar,* Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680, pp. 325, 326

[25] RIBEIRO, Orlando - *Cidade,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, p. 62

deste espaço contornado por muros num perímetro de 660 metros, que, à vista de terras castelhanas, funcionava como praça-forte e último reduto em caso de assédio. Por isso, os seus arruamentos deviam estar estruturados de molde a garantirem a máxima eficácia às estratégias e movimentações castrenses.

Apesar das várias vicissitudes por que passou este núcleo em resultado das oscilações demográficas e das orientações de carácter militar, a verdade é que a milenar tradição romana foi continuada na cidadela imprimindo à rua, que nos seus extremos liga as portas, uma configuração do tipo *decumanus maximus.* Por esta razão constitui a via principal, sendo a sua importância reforçada por estabelecer, quase a meio e com nítidez, a divisão da planta em duas partes distintas.

No interior da cidadela, as linhas condutoras do casario não se apresentam anarquicamente com ruelas tortuosas só por si capazes de embaraçarem o passo e dificultarem em caso de ataque as manobras defensivas. A planta da cidadela, indiciando elevada dose de racionalismo foi capaz de tirar partido da configuração topográfica interior, de declives moderados, organizando-se de forma a rapidamente garantir o acesso a qualquer ponto dos seus muros.

Neste momento, as informações mais fiáveis para o conhecimento da malha urbana deste espaço intramuros e de um modo geral para toda a cidade estão contidas numa carta[26] de autor estrangeiro, traçado em 1762 quando o exército do Marquês de Cevallos invadiu esta cidade e a região. Esta planta mostra uma cidadela demasiado depurada com a particularidade de nenhuma construção procurar apoio na muralha. Parece-nos significativo este pormenor porque não se coaduna com o o desenvolvimento orgânico de uma cidade e ao mesmo tempo indicia determinações superiores no intuito de garantirem o desimpedimento do espaço junto dos muros para se facilitarem as movimentações bélicas. Aproveitar o suporte que os muros proporcionavam para novas construções era permitido e significava economia nos gastos e, pela espessura que os caracterizava, segurança. Contudo, em caso de guerra ou cerco, os seus proprietários obrigavam-se a derrubá-los para a serventia militar ficar garantida, isto é, para darem corredoura, como, aliás, decorria de uma disposição contida nas ordenações do reino, segundo a qual:

---

[26] A.H.M.,3ª Divisão, Cx. 47, nº 17098 / 5

«toda a pessoa, que tiver campo, ou pardieiro a par do muro da villa, pode-se acostar a elle, e fazer casa sobre elle. Porém fica sempre obrigado, se vier guerra, ou cerco, de a derribar, e dar por ella corredoura, e serventia. E se o muro sobre que assi tiver a casa, ou a que se acostar cair, aquelle que assi tiver a casa, será obrigado a fazer o muro á sua custa[27]».

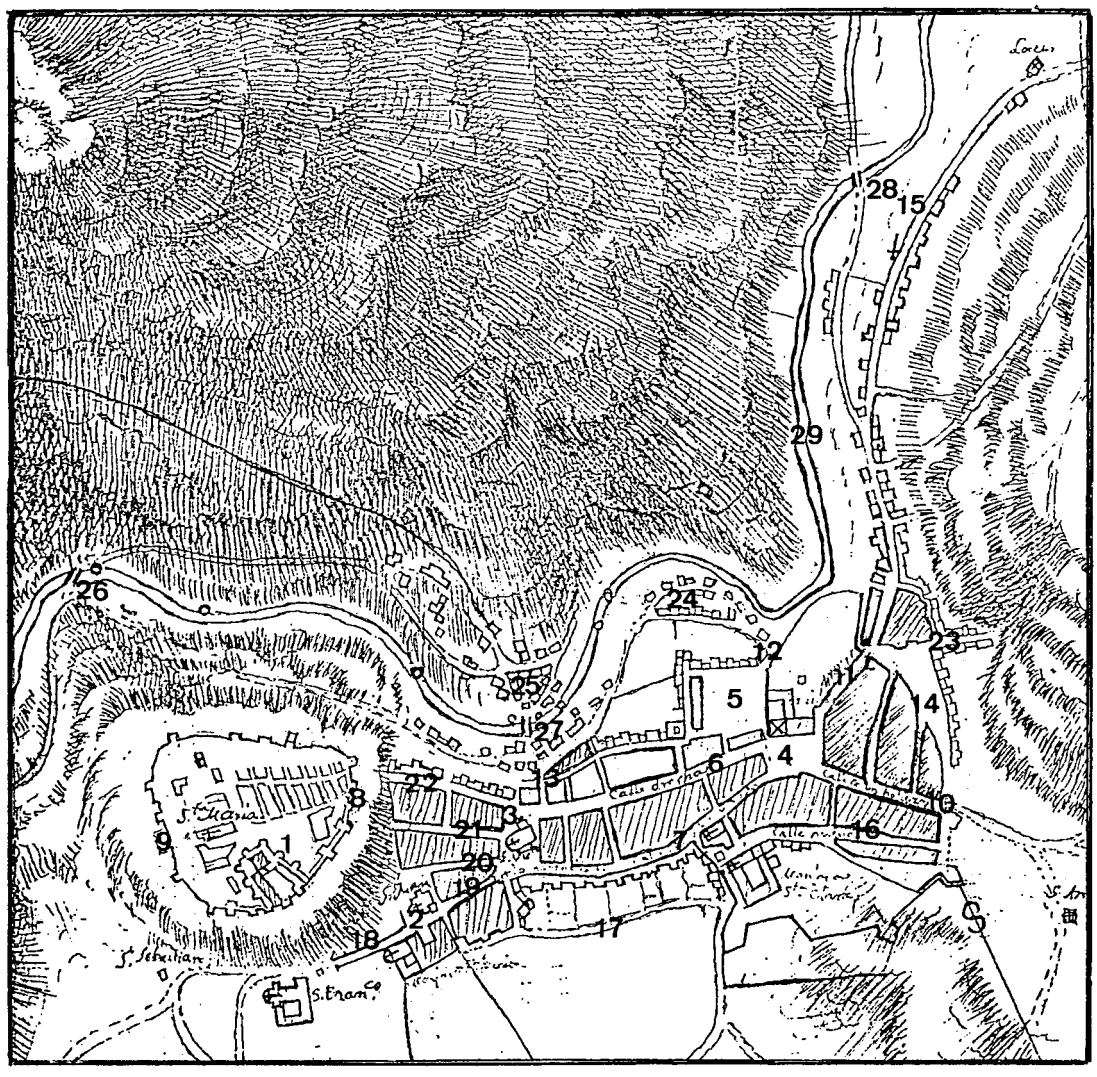
Ora, como o levantamento desta planta teve lugar num período de grande conflitualidade poderá expressar o resultado das medidas de intervenção urbanística levadas a cabo pelos militares em ocasiões de guerra.

Na metade em que se implantou o castelo e a cerca que o rodeia, situada à mão esquerda de quem entra pela porta de Santo António, não se constata a presença de muitas habitações, razão pela qual predominam os espaços abertos. A outra metade constitui o essencial do núcleo populacional da Vila por ser aí que o maior múmero de habitações se agrupam. Organizadas em função de uma rua principal, da qual partem outras secundárias dispostas paralelamente entre si, mas com disposição oblíqua relativamente à primeira, acabam por desenhar um plano do tipo espinha de peixe tão comum em muitos núcleos de cidades medievais.

No interior da cidadela, juntamente com a torre de menagem do castelo, também a *Domus* e a igreja de Santa Maria se destacavam como edifícios marcantes. Se a *Domus Municipalis* era o centro das decisões municipais, já a igreja de Santa Maria era lugar de devoção especial, por ser aí que aconteciam as festas religiosas mais importantes da cidade até ao momento em que nos meados do séc. XVIII a diocese de Miranda do Douro foi transferida para Bragança.

---

[27] *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V,* Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos conegos regulares de S. Agustinho, 1727, p. 536



Bragança em 1762

1 Praça de S. Tiago
2 Praça de S. João
3 Praça de S. Vicente
4 Praça do Colégio
5 Eiras do Arcebispo
6 Rua Direita
7 Rua do Espírito Santo
8 Portas de Santo António
9 Portas do Sol
10 Portas dos Oleiros
11 Portas da rua do Cabo (localização aproximada)
12 Postigo do Colégio
13 Portas da Cadeia
14 Rua de Santo António
15 Rua do Loreto
16 Rua Nova
17 Estacada
18 Rua de S. Francisco
19 Rua da Alfândega
20 Rua da Amargura
21 Costa Pequena
22 Costa Grande
23 Caleja do Forte
24 Batocos
25 Além do Rio
26 Ponte do Jorge
27 Ponte das Tinarias
28 Ponte das Ferrarias (de Quintela ou Loreto)
29 Rio Fervença

2.2. As portas da cidade

Na língua portuguesa o termo porta[28] possui um elevado número de acepções, entrando na composição de vários termos que exprimem sempre a ideia de *que conduz, leva, ou sustenta*. Vulgarmente significa abertura para dar entrada ou saída. Quando o termo é aplicado a uma cidade, estabelecendo o lugar de passagem obrigatória pode também servir para referenciar o local de cobrança de um imposto que incidia sobre a compra e venda de mercadorias. Desta forma, a porta da cidade tem uma função prática, dando entrada e saída não só às gentes mas também aos produtos necessários aos seus habitantes e permitindo ainda a cobrança de impostos.

Nos extremos do eixo maior que percorre a cidadela situam-se os pontos de acesso. À porta do Sol, voltada a sul, opõe-se a porta da Vila. Como estas aberturas constituíam os pontos de maior debilidade em todo o sistema defensivo, a sua projecção obedece ao princípio do estabelecimento do grau máximo de dificuldade relativamente ao potencial atacante, mas permitindo alguma comodidade funcional aos habitantes que em tempo de paz as utilizavam quotidianamente. Daí, que a porta da Vila encontre reforço num segundo obstáculo que a porta de Santo António, ladeada por dois torreões, constitui. Situada na barbacã, a entrada da porta da Vila descreve um arco de modo a dificultar as operações defensivas do invasor.

Idêntica ideia perfilhava Vitrúvio na sua obra[29], ao propor que o acesso às portas em vez de ser recto se fizesse curvado à esquerda, pois desta maneira o lado direito dos invasores ficaria mais exposto, visto ser o que não estava protegido pelo escudo.

Numa fortificação o carácter das portas era diverso do das muralhas porque, como refere Bonet Correa, enquanto «as muralhas pertenciam ao

---

[28] Este termo deriva dos verbos latinos *Portare* e *Transportare* «porque pelas portas se traz, e se leva fóra o que se quer. Porta he abertura na parede, ou muro de qualquer lugar fechado, e serve para entrar e sahir. As primeiras portas forão as das cidades, villas, e povoações assim para guardar os moradores dellas, como para introduzir os mantimentos». BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino,* vol. VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720, p. 625

[29] «Sobretodo deberá cuidarse mucho de hacer difíciles todo lo posible los asaltos enemigos mediante lo arduo del acesso a las muralhas, rodeándolas de fossos y haciendo que los sitios de paso a las puertas no sean rectos, sino dirigidos a la izquierda, porque así los agressores ofrecerán a los que están en la muralha el costado derecho, que es el que no está protegido por el escudo» VITRUVIO - *Los diez libros de arquitectura,* Barcelona, Editorial Iberia, 1995, p.22.

domínio militar, as portas, pelo contrário, estavam sujeitas à jurisdição civil[30]». Nestas considerações estavam presentes os sentimentos e ideais dos antigos que sacralizavam as muralhas uma vez que pela sua defesa muitos homens se dispunham a sacrificarem a própria vida. Por outro lado, esta ordem de valores tendia a diluir-se na simbólica das portas, mais apegadas à materialidade dos bens que por elas passavam. Luís Serrão Pimentel, referindo-se às praças fortificadas, afirmava:

> «Não hà em hua Praça lugar que cõ mais cuidado deva ser fortificado que as entradas pello muito que estão sugeitas a entrepezes; por tanto serão as menos que puder ser conforme a capacidade da Praça, e serventias necessarias ou caminhos principais que a ella tendem[31]».

Este tratadista, seguindo Vicenzo Scamozzi[32], ao considerar o meio das cortinas como o lugar mais adequado para a localização destas aberturas, não se mostrava indiferente aos efeitos psicológicos decorrentes da aplicação às portas dos elementos estruturais e decorativos:

> «No que toca à fabrica dos portaes deve ser no aspecto exterior algum tanto rude para que represente austeridade, e horror significando ser a Praça invencivel, e formidavel a seus inimigos. Daqui veio que nos portaes de alguas antigas cidades se punhão estatuas armadas, e esculpião as bandeiras, e despojos dos inimigos vencidos, ou outros sinaes significativos de emprezas grandes representando a cidade inexpugnavel, antiga e triunfal[33]».

---

[30] BONET CORREA, Antonio -*El Urbanismo en España e Hispanoamerica,* Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 60. Este autor acrescenta ainda: «no es extraño asi que, cuando en el siglo XIX las murallas de las ciudades fueron derribadas al no ser ya utiles para la guerra moderna, sino más bien molestas para maniobrar el ejército en la ciudad cuando había barricadas, las puertas de la ciudad quedasen en pie como un monumento exento».

[31] PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar,* Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680, pp. 146, 147

[32] SCAMOZZI, Vicenzo - *L'idea della architecttura universale,* Parte Prima, Libro terzo, In Venetia, Presso Lautore, 1615, p. 193

[33] PIMENTEL, Luís Serrão - *ob. cit.,* p. 147

Na mesma linha de orientação, na fábrica das portas, segundo o engenheiro mor do reino, o partido arquitectónico a adoptar devia ser:

> «da ordem toscana ou da dorica [...] da toscana por ter muito de forte, e robusta apta a sustentar todo o peso grave ... : da dorica por ser de corpo, partes, e membros fortes, e galhardos representando muito do modo herculeo[34]».

Não raro observamos nas fortificações a presença de elementos pertencentes a épocas diferentes devido a recontruções ou acrescentos que ditaram a sobreposição de elementos mais modernos sobre partes mais arcaicas. A partir do Renascimento «as portas da cidade adquiriram um papel eminentemente decorativo[35]» que foi acentuado no período barroco, com a utilização das ordens clássicas e motivos decorativos emblemáticos, contribuíndo para a exteriorização da magnificência da urbe. Contudo, nas portas da cidadela bragançana não há qualquer tentativa de aparato. Com arco levemente apontado apenas se destacam da espessura dos muros pelos vãos, mantendo a porta de Santo António, à semelhança do que acontecia com muitas portas medievais, na face interior, sobre o arco de entrada, um nicho dedicado a um santo, neste caso Santo António[36], indicador do desejo que a sua protecção não abandonasse a cidade. Tinha irmandade que ainda existia em 1735.

Sem o carácter das anteriores, era normal nos castelos a existência da porta da traição. Como refere Gastão de Mello de Mattos, o relacionamento,

---

34 PIMENTEL, Luís Serrão - *ob. cit.*, p. 147

35 BONET CORREA, Antonio - *El urbanismo en España e Hispanoamerica,* Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 56

36 Referindo-se a este nicho, José Cardoso Borges escreveu que a Porta voltada para a cidade tinha o «tittulo de Sancto Antonio, porque sobre ella e da parte interior está hum nicho com a imagem deste grande sancto que nos seos treze dias, e nos mais de procissões adornão os seos devotos; e nas de preces os religiozos de S. Francisco lhe cantão o Responso *Si quantis*». *ob. cit.*, fl. 6. Sendo desconhecida a data da fundação da irmandade, sabemos da intervenção de João dos Santos, como seu representante, na celebração, em 1732, de uma escritura. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fl. 29v. Também em 1735 o reverendo Pedro Homem «thomava vinte mil reis a rezam de juro por tempo de hum anno [...] da mão dos ofesiais de Santo Antoneo das portas da vila desta cidade a qual quantia logo recebeo da mão de Joseph Alves da Silva da mesma cidade o qual dinheiro lhe entregara João dos Santos». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. B, Mç. 1, fls. 32-32v.

geralmente hostil, entre a guarnição assoldadada e a população da vila traduzia-se por vezes em reacções tumultuosas, pelo que, não raramente, para se defender, a guarnição era obrigada a procurar abrigo dentro do castelo. Por esta razão é que existia a porta chamada da traição, dado que, em caso de necessidade, o contacto com o exterior estava garantido[37].

Contudo, a cintura defensiva não era apanágio exclusivo da cidadela. Também a cidade era rodeada por barreiras com tramos construídos com materiais e técnicas diversas que iam desde as estacadas a muros de pedra e cal. Neste segundo aro, abriam-se algumas portas que, da cidade, permitiam o acesso às hortas e indústrias dos arrabaldes assim como possibilitavam as comunicações quer com as aldeias vizinhas quer com as vias de longo e médio curso de cujo estado dependia o ritmo dos transportes e a regularidade dos abastecimentos com os consequentes equilíbrios ou desiquilíbrios internos. Por esta razão, as feiras, ao superarem, pela sua importância económica, as imposições de natureza geográfica, climática e até a deficiente estrutura dos transportes e vias de comunicação desempenhavam um papel tão importante[38]. Marcando também a regularidade do calendário, as feiras, tal como as festas, eram acontecimentos que chamavam aos centros urbanos as gentes do termo e outras provenientes de paragens mais longínquas. A compra e venda dos produtos agrícolas e manufacturados, misturava-se com o bulício dos jogos, a paragem para o comentário de um acontecimento. Pontos fundamentais, nestas ocasiões, as portas das cidades eram por vezes lugares de conflito provocados pela circulação espontânea de pessoas, animais e carroças, cuja fluência de modo algum se pautaria por critérios de organização. Revestido de amplos poderes, a acção organizadora do conde de Lippe, encaminhar-se-ia no sentido de alterar esta situação, mormente nos centros urbanos que sendo simultâneamente praças de armas, dispunham de guarda nas portas. Tratando de disciplinar o movimento

---

[37] MATTOS, Gastão de Mello de - *Castelo,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, *ob. cit.*, pp. 10-11

[38] Em 1728, em Bragança havia apenas uma feira mensal que era manifestamente insuficiente para as necessidades locais. Solicitando ao monarca, em Agosto do mesmo ano, autorização para a realização de uma feira semanal, justificava a Câmara a sua diligência com base na existência de quatro conventos, dois hospitais, e ainda grande número de gente de armas «que tera perto de mil homens». Como a resposta foi positiva, passaram a realizar-se feiras todas as terças-feiras. B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. 4, fl. 188. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, T. III, pp. 184-185

das entradas e saídas, em Dezembro de 1763, publicou uma ordem que considerava:

> «que as guardas das portas estavam descuidadas, ou pouco apercebidas em huma cousa essencial, e he, que as Portas não devem nunca estar embarrancadas, nem com carros, bestas, etc.. Devendo esperar huns que passem outros, fazendo parar os que houverem de entrar, esperando que saião os que houverem de sahir; e o mesmo se praticará com os que sahirem[39]».

Fora da cidadela, as principais portas abertas na segunda barreira defensiva estavam na rua do Cabo, no cimo da rua dos Oleiros e na praça de S. Vicente ao pé da cadeia, razão pela qual esta porta era frequentemente nomeada durante o séc. XVIII pela designação de Portas da Cadeia. Da configuração arquitectónica destas portas, nada se sabe. Com uma importância relativamente secundária, existia também uma abertura na muralha junto à cerca dos Jesuítas. Popularmente designada por Postigo do Colégio, em 1813, ainda existia, como decorre de um «libello de comiço» em que eram intervenientes António Doutel de Almeida, sua mulher, D. Joana da Veiga Cabral e Câmara, e Joana Isidora. Os primeiros na qualidade de «autores justificados» e a segunda como «ré justificada». O interesse deste processo, cujo móbil assentava no facto de terem passado três anos sem que a ré tivesse pago a pensão de uma casa, reside na localização desta:

> «os autores são senhores directos de huma morada de cazas, sittas nas Eiras do Collegio desta cidade, as ultimas do quarteirão da esquerda ao descêr o arco para a calçada do rio[40]».

O arco referido pertencia a esta porta. De resto, quando Manuel Ferreira, fabricante de seda e testemunha no processo, foi inquirido, não teve dúvidas em

---

[39] COSTA, Veríssimo António Ferreira da - *Collecção systematica das leis militares de Portugal,* T. II, Lisboa, Na impressão regia, 1816, p. 37

[40] B.P.A.D.B., *Justificação para hum libello de comiço,* 1813, s/fl., doc. em fase de classificação.

confirmar os nomes dos proprietários da casa nem em localizá-las «na esquina ao pé do Postigo[41]».

Quem entrasse nas duas primeiras portas era conduzido à praça do Colégio que ocupava uma vasta área compreendida entre a fachada principal da igreja dos Jesuítas, que posteriormente desempenharia as funções diocesanas e a casa apalaçada do Calaínho. Partindo deste recinto, as ruas da Carreira e Direita, correndo paralelas mas desniveladas, estabeleciam a comunicação com a praça de S. Vicente que situada a meio da cidade gozava de uma posição privilegiada, razão pela qual durante o séc. XVIII foi o centro cívico e económico mais relevante desta cidade. Pelas Portas da Cadeia baixava-se ao rio Fervença cujas águas, além de fornecerem a energia necessária para o funcionamento de vários moínhos situados nas suas margens durante o espaço que no seu curso acompanhava a cidade, também permitiam a laboração de actividades industriais ligadas aos curtumes e à produção de sedas e outros tecidos. Nas imediações da praça de S. Vicente, a presença de várias tinarias havia de servir para baptizar com este nome a ponte que permitia vencer o obstáculo que o rio criava, abrindo-se desta forma mais uma via de contacto com a zona rural das imediações através da estrada real[42] que entroncava no prolongamento da rua Fora de Portas, passando a ponte de Quintela ou das Ferrarias.

Da praça de S. Vicente ou das suas imediações arrancava todo o sistema viário que levava à cidadela. A rua da Costa Grande, continuando a rua Direita, dava acesso directo às portas da Vila. A rua da Carreira encontrava continuidade, até à praça de S. João, pela rua da Alfândega e a partir daqui pela de S. Francisco, que permitia o acesso à cidadela através da porta do Sol. Entre a praça de S. João e as portas da Vila corria a rua dos Prateiros que entretanto recebia as ruas da Costa Pequena e da Amargura.

Este quadro, cuja estrutura até há poucos anos constituíu a ossatura fundamental do sistema viário, ficaria incompletamente traçado se não se referissem outras possibilidades de comunicação que algumas travessas e vielas asseguravam.

---

41 B.P.A.D.B., *Idem, ibidem*

42 Numa escritura de venda efectuada em 1762 «humas cazas sitas as Moreirinhas» confrontavam «de huma banda com Antonio Gonçalves Alla e da outra banda partem com a estrada rial». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 13, Mç. 4, fls. 4-5

2.3. A expansão urbanística

Consequência do que parece ser uma conjuntura económica[43] favorável, em resultado das quantidades de seda aqui fabricada, desenvolveu-se na derradeira década do século de seiscentos um fenómeno de expansão imediatamente visível na ruptura e ultrapassagem dos limites impostos pelo cordão envolvente da cidade, originando-se então novos bairros. Estes privilegiaram para a sua implantação os locais normalmente afectos a actividades produtivas ou abertos à comunicação com o exterior da cidade. Segundo José Cardoso Borges:

> «extramuros tem esta cidade tres bairros, e ha menos de trinta annos se povoarão com cento e setenta moradores: o da Ponte, e passa da outra parte do Fervença; o da Moreirinha, e Fora das Portas[44]».

Esta expansão corresponde, de acordo com o mesmo autor, a um aumento da população na cidade porque «de trinta annos a esta parte (1721) se tem aumentado em muitos moradores, e tendo aquelle tempo (guerras da aclamação) quando muito seis centos hoje completa o numero de mil[45]». Por outro lado, desde os finais do séc. XVII que algumas actividades industriais tendiam, segundo as escassas notícias que conhecemos, a estabelecer-se nas margens do Fervença na zona compreendida entre a ponte das Tinarias e os Batocos.

Uma cópia do testamento de João Garcia Nogueira, falecido em Dezembro de 1673, e de sua mulher Maria Lopes de Morais dá-nos informações que corroboram o que acabamos de afirmar. Com efeito, foi vontade dos testadores «que se fizesse huma capella de Nossa Senhora da Consolação cita defronte das

---

[43] Apesar do baixo poder de compra da população portuguesa durante a segunda metade do séc. XVII, agravado com o esforço de guerra para consolidação da independência e com as quebras de moeda a que neste período se procederam, devem-se considerar os baixos custos do equipamento industrial o que permitia aos artífices uma relativa facilidade na instalação de oficinas. Em Bragança, interessa-nos sobretudo referir a tradição da produção de sedas, fabricadas em pequenas oficinas e em casa dos artífices. Mesmo contando com transportes e vias de comunicação deficientes, as medidas tomadas contra o luxo tiveram certamente, nesta cidade, consequências positivas até porque, como refere Jorge Borges de Macedo, as sucessivas pragmáticas «não poderiam ser levada a efeito se não existisse uma base de produção nacional». MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII,* Lisboa, Editorial Querco, 1982, pp. 22-37

[44] BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fls. 58-58v

[45] BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 79

suas casas de morada na ladeira Dalem do Rio passante a Ponte das Tinarias[46]» para cuja fábrica além de dinheiro disponibilizaram várias casas, entre as quais «as suas de murada da murada em que vivem de prezente que estão na rua Direita[47]», várias tinarias e um enoque. Este documento apresenta-se-nos com interesse duplo: por um lado fornece o sítio de algumas oficinas e por outro refere aspectos da toponímia de uma zona que os contemporâneos consideravam subúrbios da cidade. Merece, pois, que transcrevamos a parte onde aqueles aspectos são visíveis:

> «Mais duas tinarias que tras Belchior de Lião huma que parte com caminho do Conselho e rua que vai para o rio e outra que parte com Juão Goncalves Goncalinho e caleja que vai para o rio; outra tinaria que tras Gaspar Dias que parte com Juão Gonçalinho e caleja que vai para o rio; mais outra tinaria que tras o Sigano que esta ao Bequo do Inferno que tinha a porta na rua que vem do rio para a porta da murada [sic]; Mais outra tinaria que foi de Gaspar Cardozo que esta junto ao rio; mais outra tinaria que tras o Marrana que parte com o caminho dos Moinhos e Caleja do Bebedouro; mais hum enoque de cortir solla que esta no meio do campo junto ao rio; mais huma terra que esta na ladeira com hum asento de casas que estão já com suas traves e duas tinarias junto a ellas que partem com a tinaria do Chrisme e campo para tras dos mesmos testadores com seu campo ahi mesmo que levara vinte alqueires de semeadura e huma fonte ao pe della[48]».

Desconhecemos as disposições da Câmara relativamente a estas actividades durante o séc. XVIII. No entanto, as probabilidades do reconhecimento da sua importância social e económica devia ser tomado na devida conta, à semelhança do que sucedia durante a parte final do séc. XVII. Neste período de tempo a municipalidade, composta pelo Juiz de Fora, Vereadores e Procurador, para além de imporem a participação obrigatória dos

---

[46] B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação,* P.R.Q., Cx. 13, Lv. 123, fl. 53
[47] *Idem, ibidem,* fl. 55
[48] *Idem, ibidem,* fls. 55-55v; ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.,* pp. 339-400

ofícios nas procissões da Câmara, norma de resto extensiva a todos os fogos que «tomassem o sacramento», produziu diferentes acórdãos destinados ao exercício e afirmação do controlo sobre a abertura e comercialização da produção dos enoques, disciplinando simultâneamente os efeitos desta actividade produtiva sobre a higiéne pública. O sector têxtil, de um modo geral, e, em particular o sericícola, sendo uma actividade económica com grandes tradições na região e principalmente nesta cidade parece ter tido, para lá dos aspectos de natureza económica, reflexos sociais e demográficos directos, uma vez que quando o sector era afligido por qualquer crise, os artífices abandonavam a cidade e se dirigiam para outros centros produtores. Por esta razão, o autor das respostas ao questionário mandado fazer em 1758 considerou que a cidade estava

> «na ultima decadencia pello pouco valor que tem os seus fructos por falta de quem os gaste, e de quem de aras ao contrato das sedas que he o seu maior negocio, que em faltando das terras o dinheiro tudo se acaba[49]».

Muito apreciadas eram as qualidades das águas do Fervença, consideradas especiais «para dar a tinta preta ás sedas, de sorte que se tem exprimentado com nenhuma outra agoa são as sedas tam negras[50]». Sendo numerosas as pessoas que em documentos diversos aparecem com profissões relaciondas com este sector produtivo, não cabe no âmbito deste estudo a sua enumeração nem sequer o aprofundamento de um tema que durante muito tempo teve grandes repercussões económicas e sociais nesta cidade, para além das incidências nas artes decorativas, justamente postas em relevo pelo professor Reyaldo dos Santos[51]. A necessidade de água em quantidade para algumas operações de transformação e embelezamento dos panos e as preocupações higiénicas que já

---

[49] A.N.T.T., *Bragança* in «Dicionário geográfico», vol. 7, fl. 1165

[50] A.N.T.T., *Bragança* in «Dicionário geográfico», vol. 7, fl. 1184

[51] «O século XVII foi um período de decadência para a indústria das sedas, todavia Bragança já retomara a sua antiga importância no último terço do mesmo século, no que de resto acompanhou a revivescência das nossas artes decorativas no reinado de D. Pedro II». SANTOS, Reynaldo dos - *História da arte em Portugal,* vol. III, Porto, Portucalense Editora, 1953, p. 422

vigoravam impuseram a localização de várias oficinas de sedas nas proximidades do rio, as quais atingiam por vezes valores[52] monetários bastante elevados.

Esta indústria podia agrupar sob um mesmo tecto diversos trabalhadores mas cremos que o somatório das contribuições de carácter doméstico[53] prevalecia, razão pela qual na cidade não existiam ruas em que esta actividade se possa considerar predominante de modo a configurar-se uma organização espacial de tipo corporativo. Este modo de organização só o vemos inscrito na toponímia das ruas dos Prateiros e dos Ferradores. Embora Albino Lopo refira a existência de uma rua das Sinarias, acreditamos tratar-se de um lapso de leitura relativamente à palavra Tinarias. A primeira sendo uma rua anterior ao Séc. XVIII perdeu o carácter oficinal porque durante este período não pudemos constatar a presença ou o exercício de artes de algum modo relacionadas com metais nobres. Já na rua dos Ferradores existiam de facto alguns homens que se dedicavam a este ofício, numa altura em que por razões óbvias a clientela não faltava. Contudo, refira-se que a profissão se praticava em vários pontos da cidade.

A presença do forte de S. João de Deus, situado a oeste da cidade, desenhou novos percursos na extensão das ruas que confluíam às portas dos Oleiros e da rua do Cabo. Lentamente o espaço exterior à estacada que corriam entre uma e outra porta foi sendo urbanizado. A rua do Cabo prolongava-se, bordeando com novas construções os caminhos que levavam à ponte de Quintela ou à igreja de Nossa Senhora do Loreto. Das portas do Cabo para o forte militar formou-se a rua do Norte e entre esta porta e a dos Oleiros, no espaço anteriormente ocupado por uma estacada, nasceria a rua de Santo António.

Alguns dos campos fora dos antigos muros pertenciam ao concelho. Seria com base nestes terrenos agora sujeitos à pressão urbanística que o Senado da

---

[52] Foi o caso da venda efectuada por António Lopes a José de Castro, em 5 de Novembro de 1793, de «huas cazas sitas as Moreirinhas telhadas e sobradadas com seu quintal e parreiras que he tinto de seda preta», tendo o valor da transacção atingido 142.800 réis. Esta casa confrontava de uma parte «com o mesmo vendedor e da outra com as que esta emprazado Manoel de Mendonça cortador desta cidade». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 125, Mç. 29, fls. 68-69.

[53] Veja-se a título de exemplo uma disposição do testamento de Eusébio José de Andrade, lavrado em 21 de Janeiro de 1790, segundo a qual «deixava a Maria Ritta sua familiar pelo serviço que lhe tem feito duzentos mil reis, e os trastes da cirgaria que ha em caza». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 65. Em documento de igual teor, mandado passar por Luis Lopes, em 4 de Agosto de 1797, refere-se: «Item disse que ao seu ofecial Manoel de Carvalho lhe deixa o tiar em que travalha». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 149, Mç. 34, fls. 97v-98v,

Câmara iria pôr em marcha uma política caracterizadamente social ao efectuar, a preços módicos, emprazamentos de lotes de terrenos para construção, nomeadamente na rua de Santo António, por aí «haver chão muito em abundancia para isso e não cauzar prejuizo a pesoa algua, e servir de utilidade a mesma cidade[54]». Com efeito, pelos anos de 1790 esta rua «se andava fazendo de novo[55]». Situada na periferia da cidade, a sua posição relativamente ao conjunto do tecido urbano, pareceu apropriada aos responsáveis da altura para, como adiante veremos, nela se instalar o edifício destinado a recolher os engeitados.

2.4. As praças

Elemento essencial e definitivo da cidade, na expressão de Fernando Chueca Goitia[56], a praça é por excelência o elemento de distinção e diferenciador das cidades latinizadas relativamente às suas congéneres anglo saxónicas e muçulmanas. A praça é, com efeito, o coração da cidade. Herdeira da grande sala de reunião que o ágora e o forum constituíam no mundo grego e romano, a praça está intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania. Permitindo a exteriorização do pulsar da vida urbana introduz características diferenciadoras em relação à vida interiorizada e doméstica das cidades anglo-saxónicas. Também nas cidades muçulmanas a praça enquanto elemento de relação pública não existe. Nesta, é o pátio da mesquita que cumpre a função da praça. Porém, «como já não se trata de política, mas de religião, a sua função na vida social é muito diferente[57]». Na mesma linha de orientação insere-se o pensamento de Bonet Correa ao considerar que «para que una población alcance la categoria de ciudad tiene que posser um espacio central y centralizado, ordenado, formal y simbolicamente, en tanto que núcleo y umblio de la totalidad[58]». Desta forma, a maneira como a praça, espaço vazio rodeado

---

54 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 24, Mç. 7, fl. 80
55 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 24, Mç. 7, fl. 80
56 GOITIA, Fernando Chueca - Breve Historia del urbanismo, Madrid, Alianza Editorial, 1980, pp. 11, 12
57 CHUECA GOITIA, Fernando - *Breve Historia del urbanismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1980, p. 13
58 BONET CORREA, Antonio - *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 175

geralmente de fachadas, é utilizada constitui sempre um importante indicador das concepções e dos percursos vitais de uma população.

Tendo em conta a tendência para as cenografias que o barroco adoptou com base na exploração das possibilidades da perspectiva, Fernando Chueca Goitia não teve dúvidas em estender a todas as cidades da península os benefícios com que, nomeadamente no plano estético, o séc. XVIII as bafejou[59], opinião que também secundada por Bonet Correa[60].

Na capital do império, à entrada do século de setecentos, o Terreiro do Paço e o Rossio, de amplas dimensões, constituíam dois importantes pólos quer se considerem sob um ponto de vista económico ou se tenham em conta os dias em que a festa tinha lugar, pois eram o palco privilegiado das festas reais, das touradas, dos autos de fé, das execuções, etc., apresentavam-se com linhas irregulares[61]. Reformadas pós os funestos acontecimentos da manhã de 1755 estas duas praças seriam regularizadas e valorizadas pelos projectos de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel, formulando-se no Terreiro do Paço um programa de arcarias regulares e arco de triunfo que juntamente com a estátua equestre de D. José configuravam uma praça do tipo «Place Royale[62]», isto é, uma praça destinada a enquadrar a estátua de um soberano. Este tipo de praça foi considerado por Pierre Lavedan «a expressão mais perfeita do urbanismo clássico[63]», apontando ainda o mesmo autor a fidelidade a Alberti através da reunião de duas qualidades tão caras a este arquitecto - *voluptas* e *commoditas.* Influenciados pela Itália, os primeiros modelos desta praça apareceram em França onde se juntaram num único corpo os dois elementos formados pela praça com um programa e a estátua, configurando-se em formatos variáveis em

---

59 Segundo o autor espanhol, «no hay ninguna donde no surjam, por ejemplo, fuentes, edificios de utilidad publica, pavimentaciones, ensayos de alumbrado, etc.». CHUECA GOITIA, Fernando - *La epoca de los Borbones,* in «Resumen historico del urbanismo en España», Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968, p. 229

60 «Dans l'histoire de l'urbanisme espagnol, le XVIII e. siècle occupe une place de tout premier ordre. En dehors des réformes partielles du XVe., on doit la véritable rénovation des viles espagnoles à la politique et à la prospérité de l'époque des Boubons, et en particulier, sous le règne de Charles III, à l'action éclairée de ses ministres». BONET CORREA, Antonio - *Les places octogonales en Espagne au XVIII e. siècle,* in «Colóquio Artes», nº. 8, 2ª. série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 25

61 CASTELO - BRANCO, Fernando - *Lisboa seiscentista,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 26

62 FRANÇA, José Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura, Lisboa,* Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 46

63 LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne e HENRAT, Philippe - *L'Urbanisme a L'Époque Moderne. XVIe - XVIIIe siècles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982, p. 115.

resultado das variações da fórmula geométrica - quadrangular, rectângular, circular, semi-circular e até triangular - e da colocação da estátua no recinto público[64], dado que a praça podia situar-se em local apartado das correntes de circulação ou então assumir-se como elemento determinante do conjunto urbano.

Antes da reconstrução de Lisboa, já no Porto se tinham projectado soluções inovadoras as quais superavam a fórmula tradicional do «Rossio» e se aproximavam das soluções adoptadas na «Praça Maior»[65], as quais parecem não serem específicas do urbanismo espanhol uma vez que muitas «cidades antigas da Idade Média possuíam uma *Grand place*[66]», nomeadamente as bastilhas medievais de França, Alemanha e Itália, cuja morfologia era semelhante à *Plaza maior* tipo, ou seja «un îlot du quadrillage soustrait à la construction et entouré d'arcades[67]», não sendo neste caso destinada a receber uma estátua do soberano[68].

Iniciadas as obras na cidade do Porto, só a deslocação para Lisboa de D. Tomás d´Almeida, o seu principal impulsionador, determinou o esmorecimento do projecto. No entanto, no Campo das Hortas abrir-se-ia, em fase posterior, a praça do mesmo nome que viria tornar-se o centro da vida portuense, razão pela qual seria objecto de várias intervenções urbanísticas sob a responsabilidade da Junta de Obras Públicas.

Em Bragança, com excepção da rua de Santo António, não temos conhecimento nem de intenções nem de planos tendentes à reorganização de qualquer parcela do tecido urbano durante o séc. XVIII. Por isso entendemos que nesta cidade e durante este período de tempo tudo se resumiu, uma vez ultrapassados os condicionalismos da muralha, à sanção histórica das linhas de desenvolvimento urbano pautadas pela tendência ao acompanhamento dos caminhos para o exterior, num processo em que se privilegiava a saída e estrada em direcção à cidade de Chaves. Mesmo a construção da nova Sé catedral, lançada pelo Bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, não promoveu novos

---

64 *Idem, ibidem,* p. 115

65 MANDROUX - FRANÇA, Marie Thérèse - *Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII e. siècle,* in «Colóquio Artes», nº. 8, 2ª. série, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 37

66 LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne e HENRAT, Philippe - *L'Urbanisme a L'Époque Moderne. XVIe - XVIIIe siècles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982, p. 219

67 *Idem, ibidem,* p 219

68 *Idem, ibidem,* p. 220

enquadramentos e perspectivas, sabendo-se que a sua entrada principal se voltava para um grande terreiro que, designado pelo nome de Eiras do Arcebispo, oferecia vastas potencialidades urbanísticas.

No caso bragançano, a praça, enquanto «lugar publico, plano e espaçoso[69]» acompanhou o desenvolvimento urbanístico da cidade porque à medida que o burgo se expandia novos espaços cumpriram as funções que usualmente lhe são consignadas e em que se destacam as que de algum modo se apresentavam ligadas às actividades económicas, as decorrentes do calendário litúrgico e ainda, como adiante se verá, quando algum sucesso ou acontecimento extraordinário tinha lugar. Sob um ponto de vista diacrónico, as praças de Santiago, S. João. S. Vicente e do Colégio, esta também designada por Cruz de Pedra e, na parte final do séc. XVIII, por praça da Sé, já existiam quando as luzes do século de setecentos se acenderam.

2.4.1. A praça de S. Tiago

O nome da praça de Santiago, localizada intra-muros, deriva da vizinhança que mantinha com a igreja deste apóstolo. Porém este templo, hoje inexistente e quase sem memórias, não ocupou sempre o mesmo sítio. Na «Descripsão topografica da cidade de Bragança», José Cardoso Borges situa esta igreja junto ao castelo e encostada à muralha do lado norte[70], embora refira, com base na tradição, que «em outro tempo havia templo dedicado a este sancto, e foi freguezia, e extinguindose esta por falta de moradores, fes a cidade hua capella[71]». Também Albino Lopo admitiu «que ficasse em frente da igreja de Santa Maria, pois ainda agora (1898) ao espaço que ali ha se chama largo de S. Tiago, que alguns querem que assim se denomine aquelle em que se ergue o pelourinho[72]» - hoje levantado no lugar que a igreja e praça de Santiago ocupou nos finais do séc. XVII e durante o séc. XVIII.

---

69 BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino,* T. VI, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Silva, 1720, pp. 665-668

70 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 27

71 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 27

72 LOPO, Albino Pereira - *Bragança e benquerença, Lisboa,* Imprensa Nacional - Casa da moeda, 1983, p. 37 (ed. fac-similada pela de 1900, extraída do «Boletim da Sociedade de Geografia», n°s. 3, e 4, de 1898 / 1899).

Da observação atenta da *vista de oeste* que Duarte de Armas tomou da cidade, é induvitável que em frente à espadana da igreja de Santa Maria uma outra se ergue por cima das coberturas do casario, correspondendo a igreja diferente. Por outro lado, o mesmo desenho representa uma torre, de aguda cobertura em que uma bandeirola substitui a cruz que assinala os edifícios religiosos, no sítio que a igreja ocupará posteriormente. Apesar do rigor com que que o escudeiro de D. Manuel I traça os elementos das fortificações, a verdadeira razão do seu périplo raiano, entendemos que o «pecadillo» de transportar a ponte de Chaves para Barcelos aconselha alguma dose de prudência na formulação de juízos taxativos sobre matérias que não respeitem directamente a fortificações. Em todo o caso, parece-nos que no início do séc. XVI o templo do apóstolo estava situado frente à igreja de Santa Maria, numa altura em que a torre do relógio já estava levantada no sítio para onde mais tarde seria mudada a igreja de S. Tiago.

Com a mudança e construção da igreja de S. Tiago junto à torre do relógio, o espaço fronteiro, disposto lateralmente em relação ao eixo que constituía a espinha dorsal da cidadela, transformou-se em importante centro da vida citadina e por isso mesmo em espaço privilegiado das actividades comerciais e até comemorativas, dada a realização de «luzidas festas» que a nobreza organizava em honra do santo.

O pelourinho, hoje na praça de S. Tiago, de acordo com Albino Lopo[73], estaria inicialmente em frente da Casa da Câmara, também designada por cisterna e mais recentemente por *Domus Municipalis.* Ao referir-se à praça de Santiago, José Cardoso Borges situou aí o pelourinho, afirmando também que o seu remate era então formado pelas «armas da cidade, pendente o escudo das garras de hum leão coroado[74]».

Em finais do século XVIII, este símbolo da jurisdição concelhia, não se situava nem em frente dos paços do concelho nem no local actual. Antes se implantava, sensivelmente, na rua que actualmente une as duas portas da Vila, entre a face sul da torre de menagem e a casa fronteira à fachada principal da

---

[73] «o primitivo lugar, segundo as informações que colhemos, onde foi erguida (a picota), foi em frente da porta da entrada da antiga casa da camara, sendo ha cousa de quarenta annos mudada para a praça de S. Thiago, onde se vê hoje». LOPO, Albino Pereira - *ob. cit.*, p. 23

[74] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 4v

igreja de Santa Maria. Esta localização decorre da observação de um projecto[75] para os aquartelamentos do Regimento de infantaria que o tenente coronel engenheiro José de Morais Antas Machado assinou em Novembro de 1791. Aí se representa com uma plataforma de quatro degraus. Por outro lado, a presença do pelourinho na posição assinalada por José de Morais Antas Machado, mostra que a configuração actual da praça de Santiago pouco tem a ver com a espacialidade deste recinto na época setecentista.

2.4.2. A praça de S. João

Quando nos começos do séc. XVI Duarte de Armas debuxou alguns aspectos da cidade de Bragança já havia muito tempo que o arrabalde, em resultado de novas dinâmicas económicas e sociais, tinha afirmado a sua supremacia relativamente à Vila. Aliás, as obras de reforço da cidadela tiveram um efeito negativo para os seus habitantes, uma vez que tendeu a despovoar-se em detrimento das áreas situadas no arrabalde[76] arrastadas pela nova situação criada e pelos abusos dos poderosos[77].

A realização de feiras nos arrabaldes não era do agrado dos que moravam dentro dos muros da Vila. Estes, para inverterem a situação a seu favor, conseguiram que a Câmara estabelecesse penas para os comerciantes que vendessem os seus produtos fora da praça da Vila. Protestando contra estas medidas e tentando ao mesmo tempo fazer valer os seus direitos, afirmavam os do arrabalde que «desde o fundamento desta cidade ser nomeada a praça de Sam Joam de Bragança e nam he cousa noba e nella se costumou sempre bemder quem quer[78]». Assim se explicitava, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, uma das funções que as praças possibilitavam - a realização de feiras.

Separada da muralha do recinto fortificado a que, em termos de desenvolvimento urbano, podemos chamar primário situa-se no entanto nas imediações da sua porta principal e quase a igual distância do convento de S. Francisco. A toponímia desta praça, tal como as de Santiago, S. Vicente e do

---

[75] B.P.M.P., Res.,C-M & A, Pasta 24(7)
[76] ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.*, p. 241; T. III, p. 182
[77] *Idem, ibidem,* T. III, p. 164
[78] *Idem, ibidem,* T. III, p. 184

Colégio, deve-se à presença de um edifício religioso. No caso vertente, a igreja de S. João Baptista. Este templo, do qual falaremos mais demoradamente ao tratarmos da arquitectura religiosa, foi, até finais do séc. XVIII, uma das duas circunscrições paroquiais da cidade, daí a razão da sua importância bem como do espaço situado nas suas imediações.

Sendo necessário derrubar a igreja de S. João, por insuficiência espacial impeditiva de nela caberem todos os seus fregueses, ou ruína, o certo é que em 1592 o Duque passou ordem à Câmara para contribuir com o valor de cem mil réis para as obras de acrescentamento, justificando-se desta maneira o prejuízo social da inutilização de um poço público que estava situado na área abrangida pelo aumento da igreja[79].

As informações sobre intervenções municipais nas praças são raras e com lacunas, como é o caso de um documento datado de 1568 em que o Cabido, então sediado na cidade de Miranda do Douro, ordenou, cuidamos ao arcediago de Bragança:

> «que se falle a Camara de Bragança que nos de en vidas as casas que derão en troquo (?) polla casa que nos tomarão na praça para fazer praça e peça a molher de Januario Fernandez o serralheiro os doze mil reis que recebeo por soltar as casas sobreditas que tomou a Camara[80]».

Prova de que existiam preocupações relativamente aos aspectos funcionais e estéticos dos espaços públicos mais notáveis é-nos dada pelo teor da carta do rei aos Vereadores e Procurador da cidade:

> «Vreadores e Procurador da cidade de Bragança, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes acerqua das casas que dizeis que estão na praça, dessa cidade Jumto da igreja de S. João muito perjudicãoa emtrada della e a nobreza da dita praca que me

[79] B.P:A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, fl. 141
[80] B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 21

pedis aja por bem que se avaliem para se derribarem e que a dita cidade pague a seus donos o preco em que forem avaliadas[81]»

Na parte norte desta praça construir-se-ia a igreja e outras dependências do convento de S. Bento, com suporte na casa brazonada dos Teixeiras. Em 1685, o convento anexou, depois de consultada a nobreza e o povo, o terreiro adjacente ao convento cuja área devia em grande parte pertencer à praça de S. João:

«Aos vinte e outo dias do mes de Abril de mil e seissentos e outenta e sinquo annos nesta cidade de Bragança e casas da Camera della estando em Camera o Juis Vereadores e Procurador pera tratar do bem comum juntamente (*) Provedor Jose da Cunha Borchado e por (ele) foi apresentada hua procurasam de Sua Magestade pera que a Camera e nobreza e mais povo respondese sobre hua petiçam que a Sua Magestade presam as religiozas de Sam Bento desta cidade em que pediam ao dito Senhor se lhe dese lecença pera recolherem o ditto terreiro que esta o pe do ditto convento pera o que se convocou a nobreza e mais povo e todos diseram que era muito justo se lhe desse ao diito convento o ditto terreiro e todos asenaram na resposta que por escrito se deu o Procurador de que fis este termo que todos asenaram eu Estevão de Barros o escrevi[82]».

Durante parte do séc. XVIII, contava com a presença nas suas proximidades da casa da Alfândega. Este organismo, na segunda metade do século XVIII, seria transferido para a praça de S. Vicente, estabelecendo-se num edifício que, por pertencer aos «passaes» da igreja de S. João, foi durante algum tempo residência, dos Abades desta igreja. Pela mesma razão, o Abade tinha direito a metade do rendimento da casa[83], a partir do momento em que a freguesia foi integrada na Sé.

---

[81] B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. 5, fl. 62

[82] B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera*, G.A.: ALL., CX. 1, Lv. 5, fls. 33-33v

[83] A propósito deste assunto, levantou-se em Novembro de 1822 uma questão entre o Abade Inácio de Miranda Monteiro e o Cabido, pretendendo aquele metade da renda da casa onde funcionava a Alfândega, como se vê no seguinte documento: «O reverendo Cabbido pertendia emprazar humas cazas em que rezide

2.4.3. A praça de S. Vicente

Localizada no sopé da elevação onde se implantou o castelo. Deste espaço partem os arruamentos que levam o transeunte à zona oriental da cidade onde se construíu a cidadela e à saída, junto de S. Francisco, para o castelo de Outeiro. Durante grande parte do séc. XVIII, devia ser a praça principal de Bragança porque, além da presença dominadora da igreja de S. Vicente, sede da confraria mais poderosa da cidade, também nesta praça se situava a cadeia pública e, pelos anos de 1781, a casa da Alfândega[84]. Beneficiava ainda da proximidade de outros edifícios adestritos a importantes funções de natureza civil e militar, como eram os casos do casas da Mitra, mais tarde Paço Episcopal, e do Corpo da Guarda que no final do século ou no príncípio do seguinte, se instalou em

---

a Alfandega desta cidade sem concensso do suplicante (Abade Inácio Monteiro) quando a metade dellas lhe pertencem pela união que fes o Excelentissimo Senhor Bispo Dom Bernardo quando unio a freguezia de Sam João a Cathedral das quaes he cabido o suplicante metade do aluguer que paga a Real fazenda as quaes são dos passaes do beneficio do suplicante com pensão de treze missas cada anno que deixou o reverendo Luis da Guarda em perpetum e forão algum tempo rezidencia dos Abbades». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 22, s/fl.

[84] Deparámos algumas vezes com referências à rua Da Alfândega Velha, facto que nos fazia suspeitar da mudança deste organismo para outra localização. Após a morte do Abade de S. João, Raimundo José de Morais Antas, seguiu-se a posse «*cauza custodia*» da abadia pelo cónego Simão dos Santos Coelho, da qual se lavrou o respectivo auto. Além da cerimónia de posse da igreja, verificou-se ainda a posse das «cazas que pertencem a Abbadia de S. João desta cidade sittas nesta cidade na praça de S. Vicente» e onde estava estabelecida a Alfândega, como se vê do conteúdo do documento: «Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette centos oitenta e hum annos aos vinte e hum dias do mes de Abril da referida hera nesta cidade de Bragança e cazas ahonde eu escrivão vim com o meirinho geral deste bispado Antonio digo Joze Antonio da Silva tomei posse *cauza costodia* das cazas referidas sittas a praça de Sam Vicente ahonde rezide a Alfandega e as outras pegadas as mesmas ahonde rezide Antonio Lopes que todas pertencem aos passais rezidencia dos reverendos Abbades da abbadia de Sam João Baptista desta cidade cuja posse tomei actual real civil e pessoal entrando nellas abrindo e fichando as portas das mesmas sem contradiçam de pessoa algua mansa e pacificamente por se achar a dita abbadia vaga por obito do reverendo Raimundo Joze de Morais Antas ultimo pessuidor que della foi e de como tomei a dita posse forão testemunhas Joze Antonio da Rocha e Amorim Juis da Alfandega, Antonio Januario Teixeira escrivão da Alfandega, Francisco Xavier de Morais todos desta cidadeque todos aqui asignarão comigo escrivão e o meirinho geral de que fis este termo padre Francisco Joze Gonçalves Alvaredo o escrevi

a) Joze Antonio da Silva

a) Antonio Januario da Cunha Teixeira

a) Francisco Xabier de Morais

a) padre Francisco Joze Gonçalves Alvaredo». A.P.E., *Lv. de registo para se tomarem as posses cuza custodia dos Beneficios que vagarem neste destrito da Vigairia Geral e Ramo de Bragança*, fl. 30

edifício novo, ocupando a área testeira entre as ruas da Costa Grande e da Costa Pequena.

Através da porta da Cadeia - por vezes apelidada de postigo - dava-se passo ao exterior da cidade, passada que fosse a ponte das Tenarias, ou então aos núcleos de actividade artesanal por ser nas proximidades do rio Fervença que se instalavam, além de moínhos os «enoques» e tinturarias de seda.

A existência do adro da igreja e o avanço da fonte, fazendo com que a área da praça fosse menor do que a actual, devia impor alguns condicionalismos à circulação, nomeadamente no acesso às ruas da Costa Pequena e do Espírito Santo. Embora não tenhamos conhecimento de documentação em que nos possamos apoiar, admitimos, tendo em conta os dados da topografia, a hipótese de ter existido uma escadaria que, por um lado, facilitando a vida das pessoas, impedia, por outro lado, a circulação de animais e carros. A ser assim, a toda a circulação que não fosse peonal seria assegurada directamente , desde a praça do Colégio, pela rua do Espírito Santo ou então pela utilização das travessas que ligam esta rua à rua Direita.

A escassez documental sendo extensiva a outros domínios, não nos possibilita a avaliação da real importância económica deste espaço público. Apesar disso, uma postura municipal de 1619 deixa antever o bulício característico dos locais onde se juntavam gentes de variadas actividades com o objectivo de venderem e comprarem os produtos que iam à praça. Ao regulamentar as vendas, aquela disposição camarária impôs:

> «que nenhu peixe que vier a vemder a esta cidade os estalajadeiros o não deixem vemder em suas cazas he estalajes com pena de mil reis e a propria pena tera que no vemder e se vemdera na prasa do Collegio e a Sam Visente e nos dias de feira se vemdera na prasa da Vila[85]».

No séc. XVIII, foi este espaço valorizado com a construção de um fontenário cujo significado estará na proporção da importância que desempenhou

---

[85] B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, fl. 55

na cidade durante este período, tanto mais que estando previsto a construção de um outro na praça do Colégio, só o da praça de S. Vicente teve concretização.

2.4.4. A praça do Colégio

Se no século de setecentos a Praça de S. Vicente era por excelência o centro cívico da cidade, a Praça do Colégio constituía o centro de recepção dos forasteiros que demandavam o burgo. De planta rectangular, possui os seus lados menores, dispostos no sentido Norte - Sul, abertos à circulação enquanto os lados maiores são, respectivamente, definidos pelo alçado da igreja da Companhia de Jesus e por edifícios particulares de alguma qualidade arquitectónica e decorativa.

No princípio do séc. XVII ainda servia de toural, juntamente com as Eiras do Arcebispo. Porém, em 1618, a Câmara decidiu que as vendas de animais se efectuassem em zonas ainda nada ou pouco urbanizadas, proibindo:

> «que nenhua pessoa possa vender boes senão por sima do mosteiro das freiras (de Santa Clara) com pena de mil reis os não tenhão na prasa do Collegio e nas Eiras do Arcebispo[86]».

Um cruzeiro, tal como hoje, assinalava o centro da praça. Em 1688, por estar «arruinado com perigo», a Câmara da cidade, constituída pelo Doutor Ferreira de Fraga, Juiz de Fora, João Ferreira Sarmento Pimentel e José de Morais Madureira, Vereadores e ainda pelo Procurador Manuel de Maris Sarmento, convocou «os cidadois desta cidade» e «os omeis de segunda condição» com a finalidade de obter a sua anuência para o lançamento de uma finta de quarenta mil réis, já autorizada pelo Provedor da comarca, destinada à fábrica de um novo cruzeiro cuja execução tinha já sido levado à praça pública para arrematação[87]. Desconhecemos o nome do mestre que tomou a seu cargo esta obra, embora seja do nosso conhecimento que o contrato foi selado com uma quantia no valor de 47 cruzados.

---

[86] B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera,* GA., ALL.,Cx. 1, Lv. 4, s/fl.
[87] B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera,* GA., ALL.,Cx. 1, Lv. 5, fls. 72-72v

Levantando-se sobre uma escadaria composta por três degraus, esta peça arquitectónica é formada por uma coluna que arranca de um pedestal almofadado onde se insculpiram as iniciais da Companhia de Jesus e a data de 1689. Apresentando um fuste helicoidal nos seus dois terços superiores, com a integração de um programa decorativo constituído por alguns símbolos eucarísticos tradicionais, corresponde, pelas suas características, à generalização do modelo que ocorreu a partir dos anos oitenta. O terço inferior do fuste é revestido de ornatos ainda muito presos à gramática maneirista.

Com a instalação da Sé Catedral no edifício que anteriormente tinha sido dos padres da Companhia de Jesus e a integração nesta da paróquia de S. João Baptista, esta praça ganhou maior dignidade e, ao mesmo tempo, a velha praça de S. João perderia todo o seu sentido.

2.5. A rua

Enquanto elemento ordenador do espaço urbano e meio de comunicação, a rua acompanha o dinamismo e as modificações que temporalmente se inscrevem na cidade, de acordo com as atribuições que lhe vão sendo conferidas. Possuíndo um valor de uso, tanto mais notório quanto maior for o recuo no tempo, diversos factores condicionaram o seu traçado e fisionomia num processo de constante desempenho de vivências vitais.

Relativamente à vida da cidade de Bragança durante o séc. XVIII, a informação que chegou até nós não é particularmente abundante. Mesmo assim, percebem-se as respostas ideológicas que o militar, primeiro, e depois o poder religioso, afirmaram durante os séculos XVI, XVII e XVIII, na tentativa de, isoladamente ou em conjunto, consolidarem os seus interesses. Os mesmos que actuaram sobre a topografia ordenando, numa cidade encerrada dentro de muralhas e trincheiras, um esquema viário capaz de permitir respostas rápidas e eficientes aos pontos mais solicitados em termos de necessidades defensivas.

Na parte baixa, duas vias principais asseguravam a comunicação das entradas da cidade com a parte alta, núcleo primitivo, centro político-religioso e coração de qualquer estratégia montada pela máquina militar.

O transeunte que entrasse na cidade pelas portas da rua do Cabo ou dos Oleiros era inevitavelmente conduzido à praça do Colégio, sendo a partir daqui

orientado pelas ruas Direita e do Espírito Santo até à praça de S. Vicente, donde, como já dissemos, partiam outras vias que o levavam ao castelo.

Tendo na Costa Grande o seu prolongamento, a rua Direita define-se como uma via com capacidade em captar o trânsito de uma porta e guiá-lo, através de um traçado mais ou menos rectilíneo, até às portas de Santo António, unindo desta forma os extremos da cidade.

Num alvará de 1577[88], em que D. João II proibia a permanência das mulheres de vida fácil em redor do colégio da Companhia de Jesus, e num documento de origem municipal[89], dando-nos conta em 1620 da eleição dos «coadrilheiros que am de servir nesta cidade», nomeia-se a rua Larga, com a particularidade de se impor aos seus moradores a eleição de dois cabos da polícia urbana. Nesta altura, só a Vila dava idêntica contribuição, já que às outras ruas nomeadas no documento - Oleiros, Cano, Espírito Santo, S. João, Praça do Colégio e Eiras do Arcebispo - se lhes impunha unicamente a eleição de um quadrilheiro para o exercício de semelhantes funções.

Concluíndo-se que as zonas da Vila e da rua Larga eram as que tinham mais habitantes, importará ainda referir o facto de a área da rua do Cano ser já habitada no princípio do séc. XVII, embora posteriormente sofresse os efeitos de uma regressão populacional que, indiciadora da preferência das populações pelas zonas mais seguras do interior das muralhas, se manteve até ao momento em que, nos finais deste século e começos do seguinte, a cidade começou a romper os limites estabelecidos pelo segundo aro defensivo.

A designação de rua Larga, pressupondo um espaço aberto, cómodo e capaz de garantir a circulação não só de pessoas mas também de viaturas de tracção animal, parece encerrar no próprio topónimo a sua característica essencial, introduzindo ao mesmo tempo o elemento diferenciador relativamente a outros arruamentos de dimensões mais acanhadas.

Assim, a combinação dos elementos apontados deixam entender tratar-se de uma rua de importância no conjunto do tecido urbano. Porém, à medida que o aglomerado urbano se distanciava das formas de vida ruralizadas

---

88 BANDEIRA, Ana Maria Leitão e PITA, João Rui Rocha - *Sequestro dos bens do colégio de Jesus de Bragança. Aspecto particular da sua botica,* in «Brigantia», vol. X, nº. 3, Bragança, 1990, p. 196

89 B.P.A.D.B., Posturas e *acordos que se fizerão este ano de mil e seiscentos e dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 55v

desencadeava-se um processo de urbanização cuja consequência maior seria a do preenchimento dos espaços vazios pelos edifícios que se iam construíndo, os quais, por sua vez, lhe moldavam a substância e lhe definiam os próprios contornos e funções. A conclusão idêntica chegou Robert Ricard ao analisar as razões pelas quais a língua espanhola preferiu o termo «calle» ao de «rúa». Embora se saiba que em Espanha a palavra «rúa» continua a ser usada, no artigo intitulado «Recherches sur la toponymie urbaine du Portugal et de l'Espagne», este estudioso afirmou:

> «on peut estimer grosso modo que la largeur serait plûtot le fait de la *rúa* rurale, tandis que la *rúa* citadine serit surtout la rue principale, notre grand-rue[90]».

Se as razões adiantadas têm validade para permitirem a proposta de aproximação do termo «rúa» de algumas cidades espanholas à rua Direita das cidades portuguesas também será legítimo, por idêntica racionalidade, admitirmos que, em Bragança, a rua Direita teve a sua origem na rua Larga. O facto de Bragança se configurar como uma cidade de acessão constituíu igualmente um contributo para que a rua Direita se tornasse o eixo principal de trânsito, com preponderância sobre a morfologia e estrutura da cidade, local de oficinas e lojas, espaço privilegiado no que respeita às formas de sociabilidade.

Outros atributos decorrentes do seu desenho linear, da sua configuração ampla e das possibilidades de visão preferencial que oferece, tornavam-na ainda em mais uma peça, caso fosse necessário, da estratégia militar, sendo por esta razão, mais do que um produto, um meio com objectivos estratégicos na medida em que «as exigências de guerra são idênticas às do governo civil[91]».

No dicionário de Morais Silva diz-se que corredouro sendo o mesmo que corredoura é o nome que se dá ao lugar próprio para corridas, podendo também significar estacada ou caminho contíguo aos muros do castelo. Nas inquirições levadas a cabo em Bragança, no tempo de D. Afonso III, refere-se a existência

---

90 RICARD, Robert - *Recherches sur la toponymie urbaine du Portugal et de l'Espagne,* in «Bulletin Hispanique», T. LXXVII, n°s 1, 2, pp. 112

91 GUIDONI, Enrico; MARINO, Angela - *Historia del urbanismo. El siglo XVI,* Madrid, Instituto de Estudios de Administrcion Local, 1985, p. 25

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

de «vinhas e casas no lugar a que chamam corredouro[92]», numa zona situada na paróquia de S. Vicente, nomeando-se no mesmo documento «Santa Maria de Rosavales» como herdeira de alguns bens do rei D. Sancho, nomeadamente as vinhas e casas que estavam no corredouro. Apesar da linguagem da toponímia ser bastante conservadora, não temos elementos que nos possibilitem o estabelecimento de qualquer relação entre o lugar chamado «corredouro», Santa Maria de Roncesvales e os «arcos» referidos mais tarde a propósito da delimitação dos arrabaldes, quando se discutia o problema do pagamento das oitavas, embora esta última referência possa ser aproximada de uma construção, situada por cima da igreja de S. Vicente, composta por um arco com ameias e torre com sinos que Duarte de Armas representou numa panorâmica - vista de Oeste - da cidade.

Contudo, um e outro termos eram usados no séc. XVII, passando então a rua de Roncesvales a ser designada por rua da Amargura, situando-se esta no prolongamento da rua da Corredoura, também já designada no mesmo período por rua do Espírito Santo. Correndo entre a praça do Colégio e a igreja de S. Vicente, fica intercalada entre a rua Direita, sendo-lhe paralela, e a estacada construída após 1640. Nos documentos do séc. XVIII, aparece com frequência designada por Rua da Carreira, rua do Espírito Santo - mais frequentemente - e ainda rua de Trás.

2.5.1. A circulação

Quando em 1694 a Câmara de Bragança autorizou o Mestre de Campo Domingos de Morais Madureira a unir[93] as suas casas da rua da Carreira, construíndo para isso um arco abobadado sobre a travessa que desta rua descia para a rua Direita, as condições a que a edilidade subordinou tal decisão previam a manutenção da largura da travessa, devendo a altura da abóbada permitir a passagem de carros com a sua carga. Se a carga máxima de um carro de bois parece ter constituído a medida para se aferir a altura do passadiço, feito de

---

92 «e sabe que Santa Maria Rosavales obteve a herança forense do rei em Bragança, a saber: vinhas e casas no lugar a que chamam corredouro no tempo do rei D. Sancho». Cf. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 309

93 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 240

pedra e cal, entendemos que a largura do mesmo carro será igualmente aceitável para, neste período, se poder avaliar o conceito de largura de uma rua, pelo menos naquelas de comprimento reduzido. Assim, tendo em conta a intensidade e a velocidade de circulação dos veículos de tracção animal quando uma rua permitia a passagem, em sentidos diferentes, de dois veículos, cremos que, pelos contemporâneos, não era considerada estreita. Por outro lado, a pequena dimensão da cidade e a natureza da sua vida social não exigiam muito do espaço público que a rua representava.

O mesmo não acontecia nas grandes urbes e particularmente em Lisboa com o advento de novos costumes sociais, geralmente associados à ostentação, como era o de circular em coches[94], mesmo em ruas que de modo nenhum tinham sido pensadas para tais novidades. Exceptuando algumas ruas do Bairro Alto, antes do terramoto de 1755 o sistema viário da capital era formado por uma «teia medonha de pequenas ruelas que se cruzavam, estreitas e tortuosas, irreguares na sua largura, cheias de becos e betesgas[95]», não possibilitava grandes desenvolvimentos ao problema da circulação quer esta se considere sob o ponto de vista da facilidade ou sob o ponto de vista da rapidez.

Relativamente à questão da segurança, em Bragança apenas conhecemos uma medida da Câmara, respeitante ao ano de 1619, determinando:

> «que nenhua pesoa va com bois e caro pellas ruas sem ir diante delle com pena de quinhentos reis pera Camara e acuzador[96]».

Será, de resto, espúrio o aprofundamento da questão através da averiguação da existência de plataformas destinadas ao trânsito peonal ou ainda relativamente ao problema da iluminação nocturna da cidade nordestina se

---

94 «Trazidas pelos Espanhóis, as representações teatrais impuseram, também, nos Pátios das Arcas e das Fangas, na Baixa (de Lisboa), uma arquitectura meio precária de sala de espectáculos que inovaram nos hábitos da cidade a eles rapidamente rendidos, tal como se renderam a outro hábito, sumptuário, de circular em coches, que passaram a perturbar o trânsito de ruas estreitas não preparadas para tal moda - que, porém, se impôs, apesar de uma proibição passageira em 1626 e de um condicionamento em 72, dada a importância do sinal social que acarretam». FRANÇA, José - Augusto - *Lisboa: urbanismo e arquitectura,* Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 27

95 CASTELO-BRANCO, Fernando - *ob. cit.,* p. 25

96 B.P:A:D:B:, *Posturas e acordos que se fizerão este anno de mil e seis centos e dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança,* CX. 1, Lv. 4, ALL., fl. 5

tivermos em conta a timidez com que estes problemas foram encarados na reconstrução de Lisboa. Na terceira parte da «Dissertação sobre a renovação de Lisboa» o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, mostrando conhecimento sobre a configuração das ruas de Inglaterra, «formadas de trez divizões, a do meio mais larga, para as carroagens, e as duas dos lados para a gente de pé; aquella calçada de pedra miuda, e as duas de enchellharias groças com seus postes que as separão da do meio, para que as carroagens não vão embaraçar os dous passeios[97]», admite não ser do seu agrado «esta divizão de ruas» tendo em conta que nas «occaziões de festas, e de concurços, se não poderão conservar bem em seu estado proprio[98]», além de que os passeios «na nossa cidade de Lisbôa baixa destruida consumirá muito terreno, em prejuizo dos donos dos edificios[99]». Na cidade do Porto, apesar de no «Tratado da Ruação» que José de Figueiredo Seixas escreveu, entre 1759 e 1769, se proporem «ruas extensas, planas e alinhadas [...] ladeadas por passeios e à noite iluminadas por farois[100]», este elemento urbano só teve cabimento na malha da urbe a partir de 1786 e, como considerou Jaime Ferreira Alves, por influência da colónia inglesa aí radicada[101].

---

97 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia organica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 209; FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo,* Lisboa, Bertrand Editora, 1983, p. 325. Com origem na Ingaterra, os passeios constituíram a primeira tentativa de separação das diferentes circulações de peões e viaturas. Em Paris, por exemplo, os primeiros passeios apareceram na rua do *Odéon,* em 1781. *Vd.* LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne e HENRAT, Plilippe - *L'Urbanisme a l'Époque Moderne. XVIe.- XVIIIe. siècles,* Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1982, pp. 76-77

98 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. V, *ob. cit.,* p. 209; FRANÇA, José Augusto - *ob. cit.,* p. 325

99 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. V, *ob. cit.,* p. 209; FRANÇA, José Augusto - *ob. cit.,* p. 325. Contudo, nem todos eram da mesma opinião. Veja-se a que Ratton expressou: «Ao primeiro risco da cidade baixa, e rua principaes ajuntou o architecto os necessarios, e utilissimos passeios; e não sei por que fatalidade deixa de os haver na maior parte das ruas de Lisboa que os podem admittir; com tudo não lhe louvo a bordadura de colonellos, que alem da despeza, e extravagante configuração, occupão hum lugar nos passeios tirado aos viandantes, devendo só existir nas esquinas, para impedir, que os carros, e carruagens passem, ao voltar, por cima dos pavimentos». RATTON, Jacome - *Recordações e memórias sobre ocorrencias do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 223

100 MOREIRA, Rafael - *Uma utopia urbanística pombalina: o «Tratado da Ruação» de José de Figueiredo Seixas,* in «Pombal Revisitado», vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 139

101 FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas,* vol. I, Porto, 1988, p. 258

Em situação semelhante à da maioria das capitais europeias também as ruas de Lisboa mergulhavam em completa escuridão. Refere Fernando Castelo-Branco que para se evitarem «todos aqueles delitos e inconvenientes a que costuma ser capa a escuridade da noite[102]» tentou o rei D. Pedro II, em 1689, que algumas das ruas de Lisboa fossem alumiadas. Mas as vantagens apontadas pelo monarca não obtiveram bom acolhimento no Senado da Câmara que, entre outras razões, via no aumento do consumo de azeite, cuja consequência seria o aumento de preço deste produto, uma medida lesiva dos interesses populares. Outra razão assentava no entendimento de que a iluminação não seria factor de maior segurança individual uma vez que todo o indivíduo procurado de noite para ser ofendido já não podia tirar proveito da escuridão para se ocultar dos malfeitores. Gorada esta tentativa, só em 1780 com Pina Manique o problema seria encarado com tenacidade, razão pela qual a cidade de Lisboa contava em 1788 com 718 candeeiros que, apesar de tudo, por vezes não eram acesos «ora porque fazia luar, ora porque se havia esgotado a verba destinada a esse fim[103]».

Em Bragança, a par da dimensão das ruas, a maioria das vezes acanhada, as escadas, as oficinas exteriores, os passadiços e a ausência de pavimentação constituíam-se amiúde como obstáculos à normal circulação. As escadas, sendo a maneira mais cómoda de se vencerem os altibaixos do terreno eram ao mesmo tempo a única solução para o acesso às moradias. Quando colocadas no exterior das casas, o que era frequente, contribuíam para a redução da largura das ruas. Espaço tradicional dos trabalhos dos artesãos e dos seus companheiros e aprendizes, as oficinas configuravam-se quase sempre como um lugar intermédio entre o exterior e o interior. Também a falta de espaço interior conjugada com a importância da visibilidade dos ofícios originam a sua extensão para a rua num processo de apropriação do espaço público fronteiro. Outras vezes era mesmo na rua que se exercia a actividade como frequentemente acontecia com os ferradores. A presença de diversos animais à espera de serem ferrados ou curados - o ferrador era simultâneamente veterinário - e as sangrias lançadas em plena via pública, embaraçando e tornando a rua menos própria eram aspectos

---

102 CASTELO-BRANCO, Fernando - *ob. cit.*, pp. 32-33

103 SERRÃO, Joel - *Iluminação pública e privada,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, *ob. cit.*, p. 243

mais notados em dias solenes. A reunião destes factores determinou a Câmara a agir legalmente:

> «E logo no ditto dia mes e anno atras declarado (28 de Abril de 1685) acordaram o juis e vereadores e procurador que a requerimento que fes o procurador desta Camera que nenhum ferrador tenha banquo a porta nem ferre em as ruas publiquas percoanto pasando a prosesam de Sam Marquo em que elles vereadores hiam en corpo de Camera foi nessesario esperar a procisam e (*) seos saçardotes das bestas que tinham prezas as portas e outrossi os terem sangrado de pouquo se não podia pasar com desensia e asim per estas causas e outras mais [...] se mandaram notefiquar desta Camera que tem pena de tres mil reis e trinta dias de cadeia não sangrarem nem ferrarem nas ruas publiquas [...][104]».

Marcando a singularidade do quotidiano, a celebração de uma qualquer solenidade exigia da cidade uma resposta consequente e particularmente da rua visto ser a sua face mais visível. Mas no dia a dia o seu aspecto dependia em larga medida da história da chuva e do bom tempo. Por isso, não será difícil adivinhar, pelo menos durante o Inverno, um piso lamacento com trilhos marcados pelos rodados dos carros e carroças onde os charcos seriam abundantes. Na medida das possibilidades, os responsáveis da cidade ter-se-iam preocupado senão em resolver estas dificuldades pelo menos em minorá-las. É o que se pode depreender de uma ordem da Câmara de Bragança, relativa ao séc. XVI, para que «se fizessem as calçadas[105]», faltando, contudo, a indicação do nome da rua e a dimensão do empreendimento.

Sendo esta a informação mais antiga a dar-nos notícia, embora inconclusiva, de pavimentações da via pública, se exceptuarmos uma calçada junto do rio Fervença, só mais tarde, em 1818, outro documento se refere a esta matéria permitindo-nos concluir da provável existência de algumas ruas pavimentadas. Com efeito, em 17 de Abril de 1818, uma carta «dos Juizes

---

104 B.P.A.D.B., *Livro de acordaons e termos da Camera,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fls. 33v-34
105 B.P.A.D.B., *Livro de acordãos (1587-1589),* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 3, fl. 11v.

Almotaces» assinada por João Covaes Pereira Rinardo Alvares Gatto foi endereçada ao Cabido, solicitando alguma participação no esforço financeiro destinado ao calcetamento da Praça do Colégio. Segue-se o seu teor:

> «Participamos a Vossa Senhoria que para beneficio publico temos dado principio a reedificação das calçadas aonde he mais necessario por se acharem as ruas quaze intranzitaveis e vendo que na Praça e junto a Sé se fazia mais necessaria a reedificação mandamos proceder no concerto, e como neste Juizo não haja hum fundo - o que seria bem para desejar - para esse fim nos ve-mos forçados a implorar a Vossa Senhoria aquella cotaparte que lhe parecer justa e for do seu aggrado[106]».

A resposta foi positiva como se conclui do conteúdo do documento seguinte:

> «Recebimos da mão do Reverendissimo Senhor Manoel dos Santos por ordem do Illustrissimo Cabido a quantia de quatro mil e oitocentos reis na forma da lei para satisfazer aos opperarios que travalharão nas calçadas da praça do Colegio da Sé desta cidade[107]».

Apesar de tudo, as ruas da cidade só a partir de 1829 seriam objecto de uma intervenção de vulto aos níveis da pavimentação e da construção de canos de escoamento.[108]

---

106 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 25, s/fl.

107 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 25, s/fl.

108 Com efeito, apesar de algumas limitações materiais, a Câmara estava determinada a levar por diante estas importantes obras. Através de um «acto de Camera de 9 de Setembro de 1829» ordenava-se aos «Juizes dos Povos de Grandais, Lagomar, Fontes Barrozas, Portella, Crastellos, Crastro de Avelaens, Formil, Conlellas, e Alimonde, Samil, S. Pedro, para no dia 14 deste mez (de Setembro) mandarem cada hûm dois carros a apanhar seixo de traz do forte ou aonde o houver para se compõrem as ruas desta cidade». (fl. 10v) Mobilizando a força de trabalho de algumas aldeias no sentido de reunirem parte do material necessário para a pavimentação das ruas, contratavam-se alguns pedreiros para «arrancar(em) pedra para a obra de hum cano que se hade abrir em toda a extensão da rua dos Oleiros e Praça (do Colégio) athe comunicar com outro que já está(va) aberto da praça para baixo». (fl. 11) Em simultâneo dava-se atenção às obras dos caminhos que «sahêm desta cidade para Villanova» e que serviam, além desta

Onde não existiam calçadas, à lama misturavam-se os detritos dos animais que vagueavam mais ou menos livremente pela cidade[109], como também

aldeia, as de Carragosa, Soutelo, Cova de Lua, Vilarinho, Terroso, Parâmio, Maçãs, Fontes Trasbaceiro, Zeive e Mofreita. Para isso foram passadas ordens aos Juízes destas povoações para «que desde o dia 14 do corrente inviem a esta cidade hum homem por dia sucessivamente emquanto se não passar ordem em contrario, e que estes homens venhão sempre preparados com enxadoens, ou enxadas largas, ou pãz para trabalharem nas obras dos caminhos». (fls. 11-11v) Estes homens estariam sujeitoa às ordens «do inspector», sendo as faltas punidas com a pena de «dez tostoins», aplicável igualmente ao Juíz «que não mandar o que se lhe manda». (fl. 11) O inspector «das obras das ruas, calçadas, e caminhos» era o Major reformado e antigo director de obras militares, Miguel José Pinto Castelhinho, sendo assistido pelo «apontador» Inácio José Teixeira. (fl. 11v) O primeiro vencia diariamente 480 réis e o segundo 240 réis, tendo, a partir de 16 de Setembro de 1829, autorização para admitirem «os pedreiros e operarios» necessários para o bom andamento das obras. Em 1830, um «Ato [sic] de Camera de 3 de Setembro» mandou «suspender por hora as obras das calçadas por não haver dinheiro para ellas». (fl. 24v) Em 1831 procedeu-se ao conserto da calçada da Costa Pequena desde a casa onde morava o Coronel de Infantaria, João Joaquim Pereira do Lago até ao Corpo da Guarda, «por hua e outra parte do sol e da sombra e limpeza dos canos correspondentes ao liguante das agoas da mesma rua tomadas no beneficio do publico e dezentulho da trabessa da mesma rua para a da Amargura e sua limpeza para esta ultima se mandar fazer pelo povo assim como a condução de pedra para a obra toda». Todas as mãos dos «officiais mecanicos» que trabalhassem nesta obra seriam pagoa à razão de 400 réis diários. (fl. 39v) Em 1831, ainda a calçada da rua dos Oleiros, começada em 1829, não estava terminada. De facto, em 3 de Agosto deste ano a Câmara acordou «que se puzesse a lanços as obras publicas quanto ao concerto das calçadas no que falta fazer na rua dos Oleiros e Costa Piquena des o chafaris de S. Vicente e athe donde esta principiada». (fl. 46v) Em 1832, o vereador José Bernardo de Figueiredo Sarmento e Morais, discordando «que os reparos das calçadas do interior desta cidade se fação por conta do Cofre Real naquelles sitios em que as mesmas calçadas testarem com os moradores de cazas dos habitantes das mesmas», propôs «que similhantes reparos sejão só feitos em tais sitios á custa dos habitantes emtestadas de suas cazas de morada e seus uzos que o Real seja simplesmente aplicado para os concertos das calçadas nas praças publicas fontes e passeios publicos». (fl. 50) Neste mesmo ano, as obras da rua de Trás apareceram envolvidas em polémica. Por esta razão, a Câmara decidiu: «que se suspendese as obras do cãno da rua de Traz desta cidade visto ser hua obra para que Sua Magestade se não dignou conceder o Real da Ponte, por ser hua obra que não foi arrematada em asta publica: por ser hua obra que foi justa clandestinamente: e por ser hua obra que havia pessoas que a fazião por muito menos preço: e finalmente por ser hua obra que longe de utilizar ao pûblico sómente utiliza cazas particulares que tinhão e tem magnificos despejos; e por ser o feitissimo termo de arrematação assignado por vereadores incompetentes; e porque nesta Camara appareceo o requerimento de mestres pedreiros offerecendosse a faze-la por menos preço, e por ser da obrigação desta Camara a equinomia e boa aplicação do Real da Ponte como ademenistradora que he do Real da Ponte segundo a regia provizão a quem tem de dar contas a ella ademenistração por via do Dezembargo do Paço, e para se não responsabelizar esta Camara pela má ademenistração do Real, julga de nenhum effeito semilhante suposto termo de arrematação e mandão que eu escrivão notefique os operarios para mais nella não continuarem, assim como ao thesoureiro do Real para não fazer pagamento algum sem ser por portarias assignadas por esta Camara, não se lhe levando em conta todo e qualquer pagamento que tenha feito e nesta conformidade defferem o requerimento dos mestres pedreiros que se offerecerão a fazêr a obra por menos preço».(fls. 57v-58v). B.P.A.D.B., *Acordãons da Camara,* Cx. 1, Lv. 6, GA: ALL, fls. 11, 11v, 12, 24v, 33, 33v, 40, 46v, 50, 50v, 57v, 58, 58v

[109] Um documento de 1867 aproxima-nos da realidade de então: «A Camara Municipal desta cidade tem muito a peito melhorar quanto lhe for possivel a praça do Collegio, por isso dirige-se a Vossa Excelência como Presidente do Exm°.Cabido afim de obter licença de levantar a grade que está em frente da segunda porta da cathedral, porque não deve existir o receo que vulgarmente se diz, que sem as grades, podem os

acontecia em Lisboa[110], e ainda os das pessoas. No Verão, às irregularidades do pavimento acrescentavam-se as nuvens de poeira e uma gama variada de odores. Embora não tenhamos conhecimento das disposições tomadas pela Câmara no sentido de, durante o séc. XVIII, minorarem estes problemas, estamos convencidos que a sua natureza não se modificou de forma substancial relativamente às vivências do século anterior. Por outro lado viam-se agravados pelo número reduzidíssimo de fontes dentro da cidade, pelo modo de vida largamente partilhado com a agricultura - que obrigava os habitantes a possuírem animais de trabalho, de transporte e os aprestos necessários à sua sobrevivência - e pela ausência de esgotos[111].

2.5.2. A higiene pública

Evidentemente que os homens da Câmara algumas vezes - conhecemos algumas para o séc. XVII - tomavam medidas, seguindo as disposições gerais contidas nas Ordenações[112], e estabeleciam penas para os que mostravam pouco

---

animais evadir a igreja, porque logo que a praça esteja calçada hão-de os animais soinos ser recolhidos, e não se hão-de consentir pelas ruas, e os animais cavallares hão-de seus donos serem multados se se encontrarem soltos, por isso não pode haver receio a tal respeito». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 24, s/fl.; Também em Miranda do Douro, embora muito antes em termos temporais, se pagava «em cada hu mes dous tostões a Antonio Pires emquanto servir de deitar os cães fora da igreja». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 1, Lv. 2, fl. 89

110 Manifestando preocupações com a «saúde pública, e o quanto são prejudiciaes a ella os porcos, que andão dispersos por toda esta cidade até o sitio de Belém, e Nossa Senhora da Ajuda; e vendo que não bastão as tomadias que fazem os officiaes da saude e almotaceria, para deixarem sempre de andarem por ella os mesmos porcos», o Senado da Câmara autorizou, a partir de Janeiro de 1774, «toda a pessoa ainda que officiaes de justiça não sejão» a tomarem «como seus proprios» todos os suínos que fossem encontrados nas ruas. SILVA, António Delgado - *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações (1763 / 1774),* Lisboa, Na Tipografia Maigrense, 1829, p. 719

111 Por vezes os moradores resolviam alguns dos seus problemas construíndo um cano que descarregava para a rua. Porém, esta solução encontrou em alguns momentos a oposição da Câmara: «toda a pessoa que tiver cano pera a rua emcorera na pena de dous mil reis». B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade - anno de 1682,* GA.: ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 4v

112 Aos almotacés cabia fiscalizar a higiene do espaço público. De uma maneira geral, as Ordenações do Reino impunham: «andarão pela cidade, ou villa, em modo que se não fação nella esterqueiras, nem lancem ao redor do muro esterco, nem outro lixo, nem se entupão os canos da villa, nem a servidão das agoas»; «cada mes farão limpar a cidade, ou villa, a cada hum ante suas portas das ruas, dos estercos, e máos cheiros. E farão tirar cada mes as esterqueiras do lugar, e lançalas fóra, nas partes onde for ordendao pelos veradores, em que serão postas estacas, e tirar-se-hão á custa dos vizinhos, e moradores»; «e não consentirão, que se lancem bestas, cães, gatos, nem outras cousas çujas, e de máo cheiro na villa. E os donos dellas as soterrarão fóra do povoado, em modo que sejão bem cubertas, e não cheirem». *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora*

zelo pela higiene pública. Ignoramos, porém, até que ponto este tipo de preocupações eram totalmente partilhadas pela generalidade da população ou quanto tempo demoravam a tornarem-se letra morta pois as penas recaíam não sobre os que lançavam águas[113] para a rua mas sobre os que antes de as lançarem não avisassem previamente da sua intenção. Algumas das medidas tomadas em 1682 são suficientemente elucidativas da generalização de alguns usos e hábitos e da sua proximidade com tempos mais recuados:

> «todo o que despejar ou mandar despejar sangrias ou serviço dentro das muralhas emcorera nas penas de dous mil reis;
> todo o que botar ou mandar lançar esterquo ou lixo das muralhas a dentro emcorera nas penas de dous mil reis[114]».

Se tivermos em conta que nesta altura a cidade está ainda praticamente confinada ao perímetro da muralha, percebemos em boa medida não só ambiente que se respirava mas também a importância dos quintais anexos às habitações. A zona a que podemos chamar industrial também era objecto de atenção:

> «todo o cortidor que não despejar a surada das peles no rio e não lançar fora das portas de seus enoques ao rio os montouros que nelas fazem emcorerão nas penas de seis mil reis pelo dano que rezulta a cidade do mao cheiro que deles vem[115]».

Julgamos, no entanto, que estas determinações rapidamente caíam no esquecimento porque, de uma maneira geral, todas elas constituem uma repetição de outras tomadas no princípio do século[116]. Em todo o caso constituem um

---

impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V, Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos conegos regulares de S. Agustinho, 1727, pp. 527, 528

113 «toda a pessoa que lançar agoa da janella tem dizer agoa vai ei la vai ia vai emcore em pena de quinhentos reis». B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade - anno de 1682,* GA.: ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 4v

114 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade - anno de 1682,* GA.: ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 6

115 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade - anno de 1682,* GA.: ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 6

116 «E outrosim pagara a mesma pena de dous mil reis quem lamçar esterquo nos muros e barbaquas delles; acordarão que nenhua pessoa seija ouzada a lançar esterquo pellas ruas nem travessas nem pellas

novo olhar que antes de mais reflectia a preocupação das pessoas mais avisadas ou esclarecidas relativamente à saúde pública e ao aspecto da rua. Para isso concorriam ainda as seguintes determinações camarárias:

> «todo o morador que não mandar barer a rua cada Sabado emcore em pena de quinhentos reis;
> todo o lavrador dos ourelos que faltar as proceçoins da Camara e ao limpar das ruas emcorera por cada falta em pena de quinhentos reis[117]».

2.5.3. Passadiços e alpendres

Relativamente aos passadiços, para além do caso anteriormente relatado e um outro ainda existente, mas muito arruinado, nas casas pertencentes ao convento de S. Bento, temos conhecimento da presença e utilização, no início do séc. XVIII, deste elemento de união entre dois edifícios na rua Direita e rua dos Gatos, pertencentes ao mesmo proprietário. Com efeito, em 1774, D. Inocêncio de Sousa Coutinho e sua mulher Maria Bárbara da Silva vendiam a Henrique José Gabriel e sua mulher:

> «hua morada de cazas sitas na rua Direita [...] pela parte da sombra que estão por sima da capela da Ligeira unidas (*) a outra que atraveção a rua dos Gatos[118]».

---

ruas das Tenarias nem travessas que vão pera ellas e que todo o esterquo se lance fora das ruas e travessas e da parte de fora dos muros sob pena que aquelle que fizer o contrario pagar quinhentos reis de pena a metade pera a cidade e a outra pera acuzador he a mesma pena terão aquelles que lançarem cisquo ou outro esterquo nas ruas e travessas que vão pera o mosteiro de Santa Clara e ao redor do Collegio da Companhia de Jesus; acordarão que todos os Çapateiros lansem a courama que tiverem em suas tenarias he enoques desta banda do rio onde esta o moinho das Asarias e que va a sujidade della pello rio abaixo sob pena de mil reis cada hu que o contrario fizer pera acuzador e Camara»;
acordarão que tenhão as ruas das ditas tenarias muito limpas pera se andar por elas e não lancem nellas nenhuas sujidades dos couros nem pellames que causa mau cheiro a cidade com pena de quinhentos reis pera acuzador e Camara». B.P.A.D.B:, *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil seiscentos e dezanove,* fls. 47v, 48, 49v.

117 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade - anno de 1682,* GA:, ALL., Cx. 1, Lv. 5, fls. 4v, 5v.

118 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 64, Mç. 16, fls. 14-15

No entanto, a construção de passadiços estava devidamente regulamentada bem como a propriedade do espaço, consignando-se igualmente a supremacia do interesse concelhio. Nesta medida, a lei do reino estipulava:

> «se alguma pessoa tiver duas casas, que sejão huma de huma parte, e outra de outra parte da rua, e ahi tiver lançadas traves por cima da ditta rua, de huma parte a outra, e tiver feito balcão com sobrado, ou abobada, e depois acontecer, que huma casa da parte da rua venha ser de hum senhorio, e outra da outra parte he de outro senhorio, com o balcão, ou abobada, ou a metade della, e ambos, ou cada hum delles se quiser alçar podelo-hão fazer. E hum, e outro, e cada hum per si poderão fazer janellas, e frestas sobre aquelle balcão, porquanto posto, que o tal balcão, ou abobada esteja nas paredes, sempre assi o debaixo do balcão, como o ar de cima, fica do Conselho. E por tanto cada vez que o Conselho quizer (sobrevindo causa para isso) o póde fazer derribar; porque por tempo algum nunca poderá acquirir posse em o dito balcão o senhorio da ditta casa, ou balcão[119]».

Usados em todo o país durante o período medieval, acabaram por cair em desuso pelas suas incidências perturbadoras sobre a iluminação das ruas e algumas vezes também pelas dificuldades causadas aos transportes. Por outro lado, a modernização das ruas, traduzido-se no seu alargamento, dificultava e encarecia a sua construção.

Originando os mesmos malefícios, os alpendres persistiram mais longamente porque enquanto elementos estruturais permitiam o desenvolvimento em altura do casario e o aumento da superfície de habitação conseguido pelo avanço das varandas e ainda uma substancial melhoria da iluminação doméstica. Porém, a intervenção militar sobre o núcleo urbano da cidade durante o século XVII certamente eliminou todos os elementos que obstaculizassem a circulação de forma a facilitar não só a empresa da construção das trincheiras mas também

---

119 *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V,* Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos conegos regulares de S. Agustinho, 1727, p. 532

com o objectivo de posteriormente acautelar as movimentações afectas à defesa da cidade, então compreendida dentro do perímetro militar.

Em todo o caso, também nesta matéria as Ordenações procuravam evitar a apropriação por particulares do espaço público. Por isso, determinava-se:

> «não se poderá fazer na rua, escada, nem ramada, nem alpendre, nem outra cousa alguma, que faça impedimento á serventia da ditta rua. E se o fizerem não lhes será consentido: e os almotacés lho mandarão derribar[120]».

Uma vez eliminadas as colunas de suporte que, na ausência de cantaria, seriam quase sempre de madeira, os alpendres evoluíram para varandas fechadas que, destacando-se dos alçados, avançam sobre a espaço da rua a partir do primeiro andar, constituíndo esta persistência uma das notas mais características da arquitectura bragançana. Pela forma como evoluíu, esta solução construtiva acabou por se afastar do modelo de Castela, onde «el soportal» se afirmou como um elemento arquitectónico essencial, importância que Bonet Correa reconheceu ao afirmar a dificuldade em se conceber na área castelhana, um «pueblo, villa ou ciudad [...] que no tenga una calle Mayor o una Plaza Mayor com soportales[121]». Não sendo exclusivos de Espanha, embora se reconheça a persistência este país de numerosos exemplares, estes pórticos, que parecem estar na continuidade de uma tradição[122] anterior aos últimos anos da Idade Média, momento a partir do qual se começaram a substituir os pés direitos de madeira - tendência que se acentuou durante o Renascimento - por colunas de pedra, tinham sobretudo a função de abrigo do sol e da chuva, servindo também a actividade comercial. O reconhecimento destas vantagens não obstou, contudo, a que se levantassem vozes pouco favoráveis à existência de praças e ruas porticadas pelos prejuízos causados ao trânsito público, à higiene, à iluminação dos pisos inferiores e ainda pelo facto de, durante a noite, serem lugares perigosos para os transeuntes.

---

120 *Idem, ibidem,* pp. 531, 532

121 BONET CORREA, Antonio - *ob. cit.*, p. 77

122 TORRES BALBAS, Leopoldo - *ob. cit.*, pp. 141-149; CORREA, Bonet, *ob. cit.*, pp. 77-88

3. A sacralização do espaço urbano e as singularidades do quotidiano

3.1. A intangibilidade das tutelas

Ao mesmo tempo também a igreja, contando com a colaboração da parte dos sectores sociais ligados ao poder, ia sujeitando o espaço físico da cidade aos seus interesses. Se o poder militar constrangia os indivíduos, também o religioso iniciara um programa persuasivo cujos objectivos assentavam em pressupostos destinados a assegurar o controlo ideológico de toda a sociedade com particular ênfase sobre as massas populares. Como instrumentos de sugestão ideológica além do sermão também o urbanismo constituía complemento essencial na estratégia manipuladora que o poder levou à prática.

A cidade e de um modo particular a rua convertiam-se temporariamente em cenário de exercícios da teatralidade militante, com a finalidade da obtenção de uma cultura centralizada, em que os aspectos não estandartizados da cultura popular eram combatidos, por forma a conseguir-se a exaltação dos valores sociais tradicionais em que a igreja e a monarquia eram glorificados.

No trabalho de persuasão ideológica, as notícias sobre a exaltação da cidade e de um modo especial as que respeitavam às origens espirituais e à hagiografia urbana, sempre em sintonia com os milagres que nela tiveram lugar ou com os santos que dela eram oriundos, adquiriram importância desmedida, visto pretender-se a sacralização da cidade através da exaltação de algumas qualidades marcantes ao nível da validade e coerência de princípios religiosos, pelo que as garantia de antiguidade e de grandeza da urbe ofereciam a proporcionalidade adequada.

Desta forma, a origem da cidade de Bragança estava umbilicalmente ligada ao local onde cresceu o sardão onde aparecia a imagem de Nossa Senhora. Teria sido a Senhora, já com estatuto de santa tutelar da comunidade, que em tempos remotos impediu que vários efeitos perversos assolassem esta cidade, em consequência do «tiranico dominio» que os mouros exerciam na região. Efeito semelhante terá acontecido, segundo as palavras de José Cardoso Borges, em 14 de Agosto de 1710. Neste dia, «repicavão os sinos na sua colegiada convocando os fieis para festejar a Asumpção, e despertarão os seos ecos no Marques de

Caylus hum tão fatal dia»[123] que tiveram o efeito de provocarem naquele General:

> «o reconhecimento de vencido ao estrago que lhe pressagiava o dia, (pelo que) apressadamente levantou o sitio, que com dous mil cavallos, e sinco mil infantes havia posto a esta cidade em 4 do mesmo mes[124]».

Não deixa de ser significativa a protecção que a imagem exerce sobre a cidade. Pondo-a a salvo de toda a sorte de estragos e prejuízos em que os protagonistas eram os mouros igualmente a torna imune, muitos anos mais tarde, aos nefastos intentos dos castelhanos. Uns e outros, sendo colocados no mesmo plano, constituem soluções de um polinómio em que se equacionam os elementos funcionais da afirmação da fé conjuntamente com os sentimentos de identidade e soberania nacionais, tão caros ao militar.

Também o convento de S. Francisco de Bragança «nasceo nas mãos do sancto patriarca no (ano) de 1214 na occazião que voltando da romaria de Santiago passou por esta cidade[125]». Como consequência deste acto instaurador este convento além da graça de ser fundado pelo próprio santo possuía ainda a dignidade de ter sido o primeiro convento deste reino. Na mesma linha de orientação encontra-se o aparecimento na cidade de «hum apparente missionario, que parecia na lingoa castelhano, no habito religiozo da Companhia de Jesus, na doutrina varão apostolico[126]», por intermédio do qual alguns notáveis locais se deslocaram a Valhadolide, onde se encontrava o padre Francisco de Borja. No caminho para a cidade espanhola, o misterioso missionário desapareceria. Mas a delegação continuou a viagem, logrando avistar-se com Francisco de Borja, o qual, uma vez posto ao corrente do sucesso, referiu «que não havia mandado missionario algum a esta cidade, mas que rendia a Deos infinitas graças, que por este meio extraordinario dispos a sua providencia se lhe oferecesse hua fundação[127]» em Bragança. Assim, por um acontecimento que só o

---

123 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 6v
124 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 6v
125 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.40v
126 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.45v
127 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.46

entendimento divino atingia, se legitimava a oferta à Companhia de Jesus de um mosteiro acabado de construir para freiras.

3.2. A abrangência espacial

Lentamente, a cidade transformou-se num espaço espiritual onde o ambiente contrareformista não deixava margem para quaisquer atitudes que pudessem suscitar dúvidas, isto é, um espaço onde a heresia não tinha lugar. O propósito consistia no trabalho de captação das massas populares à autoritária cultura religiosa do Barroco, através do delineamento de ruas orientadas por novas concepções espaciais e com capacidade de tirarem algum partido das suas configurações mais amplas e rectilíneas. Por esta razão, além das igrejas, as ruas foram pontilhadas, de forma permanente ou temporária, de outros locais de culto, num processo de relação abrangente da totalidade do espaço urbano e das zonas que, situadas fora de portas, tinham alguma importância se considerarmos os caminhos que conduzam à urbe.

Na cidade propriamente dita, além das principais igrejas, todas ainda existentes com excepção da de S. João, temos conhecimento da existência de duas capelas que entretanto desapareceram: a da Imaculada Conceição[128] e a de Nossa Senhora do Pilar[129]. A primeira, conhecida como a capela da Ligeira,

---

128 No seu testamento, de Maria Lopes mandou que a comunidade de S. Francisco lhe fizesse «huas vesperas á capella da rua Direita» no dia 24 de Novembro «e no dia 25 dia de Santa Catarina», para o que deixou de esmola 1.500 réis. A.N.T.T., C.S.F.B., *Das Capellas deste convento de S. Francisco da cidade de Bragança,* vol. 2, fl. 69; Também nos parece com interesse o conteúdeo de uma «Escritura de venda de transaçam e amigavel composiçam entre Francisco Xavier da Veiga Cabral e mulher (Rosa Joana de Morais Pimentel) e Manoel Afonsso e molher (Catarina Merenciana)», celebrada em Novembro de 1734, em que: «por elle dito Francisco Xavier da Veiga Cabral (Governador da fortaleza desta cidade) foi dito que porquanto a elle dito Manoel Afonsso e molher [...] se lhe estavam devendo varias quantias das quais alguas dellas tinham sua origem do tempo de Maria Lopes de Moraes instetuidora que fora do vinculo dos bens da capela de Nossa senhora da Conceiçam do que elle sobredito Francisco Xavier da Veiga Cabral he de presente admenistrador e que suposto na (*) obrigado a satisfaçom das devidas contrahidas por seu thio Francisco de Figueiredo Sarmento respeitando as grandes somas de fazendas e rendimentos em que o dito Francisco de Figueiredo damnificou o mesmo vinculo [...] sedendo nelle de hoie para todo o sempre todo direito açom dominio e senhorio que tem em huas casas sitas na rua do Espirito Santo nas quais de presente vivem o dito Manoel Affonso e sua molher». Em satisfação das dívidas, os credores ficavam na posse das casas que habitavam, «com seo quintal e posso para tras» e ainda com a possibilidade «de poderem arrecadar os dous mil reis que cobravam de prazo das cazas que servem de lagar nesta cidade na travessa que vai da Mesirecordia para a rua Direita». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, fls. 93v-95v

129 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 40v

foi fundada em 1676 por Maria Lopes de Morais, situando-se sensivelmente a meio da rua Direita, na parte da sombra; a segunda foi fundada em 1704 pelo Doutor Manuel Camelo de Morais, Abade de S. João, ficando na Costa Pequena. Segundo Cardoso Borges, a porta que servia esta capela, «que he de arco» veio das ruínas da igreja do Salvador[130] que existiu no interior da cidadela. Fora dos muros da cidade erguer-se-iam a igreja de Nossa Senhora do Loreto, a capela de Santo António, no Toural, e a igreja do Senhor dos Aflitos. Destas falaremos mais adiante, quando tratarmos da arquitectura religiosa. Ainda nas imediações da muralha e no exterior do seu perímetro levantar-se-ia outra capela que, parece-nos, não teve uma vida muito longa. Nas disposições que, em 1673, João Garcia Nogueira e sua mulher, Maria Lopes, mandaram lavrar no seu testamento, além de vincarem a sua vontade para que «se fizesse huma cappella de Nossa Senhora da Consolação cita defronte das suas casas da morada na ladeira Dalem do Rio passante a ponte das Tinarias[131]», dispunham ainda:

> «(caso) não possão em sua vida principiar fazer e acabar a dita cappella os herdeiros e adeministradores [...] serão obrigados a principia la e acaba la dentro de dous annos e para isso lhe deixavam os testadores o dinheiro necessario comforme o estado em que deixavam a obra e outrosim diserão que (entre outros bens) deixavam para a fabrica da dita cappela seis mil reis que se darão todos os annos e para sempre e para os custos e fabrica da dita cappella[132]».

O ambiente contrareformista havia de se manifestar na malha urbana de Bragança, onde as principais igrejas, sejam paroquiais ou conventuais, se implantaram num mesmo eixo viário com a particularidade de entre umas e

---

130 Justificando a força da tradição, Cardoso Borges refere a designação *igreja do Salvador* enquanto referência de um sítio na cidadela, acrescentando que esta igreja foi a primeira levantada na cidade e que, socorrendo-se da tradição, foi muitas vezes reedificada. BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 80

131 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação na extinta igreja de S. João Baptista de Bragança*, P.R.Q., Cx. 13, Lv. 123, fl. 53

132 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação na extinta igreja de S. João Baptista de Bragança*, P.R.Q., Cx. 13, Lv. 123, fls. 54-54v

outras respeitarem distâncias aproximadas. Esta linha urbana principal, quase recta, formada pelas ruas de S. Francisco, da Alfândega e do Espírito Santo terminando na praça do Colégio, unia a quase totalidade das igrejas e conventos da cidade: igreja de S. Sebastião, convento de S. Francisco, Convento de S. Bento, igreja paroquial de S. João, igreja de S. Vicente, Igreja da Misericórdia, convento de Santa Clara e igreja dos padres inacianos. Acrescente-se ainda - após a transferência da diocese de Miranda do Douro para Bragança - a presença do Paço Episcopal na rua do Espírito Santo. Neste período, revelam-se também como linhas fundamentais da sacralização do espaço urbano as que, partindo das igrejas de S. Vicente - verdadeira charneira de todos os percursos - e de S. João, levavam à cidadela onde se erguiam as igrejas de S. Tiago e a paroquial de Santa Maria, esta na vizinhança da Casa da Câmara.

Estas linhas urbanas com o seu poder globalizador relativamente à totalidade da trama urbana mostravam-se perfeitamente adequadas à função que a atmosfera contrareformista lhes exigia: aptidão para a realização de procissões e referência no momento em que o calendário litúrgico impunha a vivência da Paixão, incorporando a teatralidade própria da mentalidade barroca na qual se deviam associar às diversas igrejas e conventos, as confrarias e restantes corpos sociais.

3.3. As procissões e a festa

Antes de 1764 - data em que a diocese se estabeleceu na cidade de Bragança - era na Matriz de Santa Maria que se celebravam as funções religiosas mais importantes, as quais contavam sempre com a presença do Senado da Câmara.

Além das festas reais, as procissões da Páscoa e do *Corpus Christi* contavam-se entre as mais importantes, sabendo-se que as patrocinadas pela edilidade eram igualmente merecedoras de muita atenção.

De acordo com as palavras de José Cardoso Borges, a que decorria «com affectos de maior jubilo» era a procissão de Sexta-feira maior que tinha o epicentro na igreja de Santa Maria, visto neste dia respeitar-se o costume de se encerrarem todas as outras igrejas. Por esta razão, além do clero toda a população se associava a esta manifestação devocional, em que se destacavam

«os religiozos de S. Francisco, e irmandade da Mizericordia, indo os irmãos descalsos[133]», mesmo quando o rigor do tempo o não aconselhava. Este autor informa-nos ainda do facto de ser a Misericórdia a suportar todas as despesas da função, ou seja, as relativas ao «sermão, figuras de anjos, e profetas». Entusiasmado por «este misterio tão compassivo», Cardoso Borges apela às suas vivências da mesma função nas cidades mais importantes do país, cuja grandeza enaltece, para concluir que a de Bragança pela «pauza, submissão, e piedade» com que decorria, além de poder competir com as mais perfeitas, justificava a fama que gozava na região de Trás-os-Montes e que vulgarmente era sintetizada pela afirmação: «Passos em Chaves, Semana Sancta em Bragança[134]».

No período quaresmal competia à Santa Casa a orientação dos exercícios de penitência, os quais se realizavam aos Domingos e Quartas-feiras. Levando sob o pálio a Santo Lenho, a procissão, saíndo da igreja da Misericórdia, dirigia-se de cada vez a uma igreja, regressando depois do sermão e benção do Santíssimo ao ponto de partida[135].

As letras escritas pela mão do Abade de S. João no «tombo de Nossa Senhora da Consolação» permitem-nos uma aproximação a esta penitência quando na terceira Dominga de quaresma a procissão se dirigia à paroquial de S. João Baptista. Nesse dia:

> «(ia) a procissão a S. João de tarde e se fas sermão e no fim se mostra o Senhor neste dia se bem esperar a procissão a quina de S. Vicente que he as casas do João de Moraes Araujo e antigamente se deixava outra bes ahi a procissão, ou per me parecer mal feito chego the a Misericordia nesse dia há de aber na igreja dous tamboretes hu pera o Prior de Santa Maria se bier, e outro pera o Procurador, o mesmo fazem em Santa Maria ao Abbade na primeira Dominga de quaresma, e em Sexta-feira da Cruz[136]».

---

133 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 10
134 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 10v
135 CASTRO, José de Castro - *A Santa Casa de Bragança,* Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1948, p. 121.
136 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação,* PRQ., Cx. 13, Lv. 123, fl. 4

Instituída em Lisboa no último quartel do séc. XVI, a devoção da Via Sacra e a procissão dos Passos, rapidamente contaram com grande adesão popular, tendo a primeira irmandade dos Passos, formada no convento da Graça da mesma cidade, recebido em 1587, confirmação do arcebispo D. Miguel de Castro[137].

De grande «vibração religiosa» era a procissão ao Senhor dos Passos, a qual, como refere Monsenhor José de Castro, se fazia em Bragança pelo menos desde 1641. Este facto, pressupondo a existência da imagem - antes mesmo de ter capela própria, o que só aconteceria nos derradeiros anos do séc. XVIII - pressupõe igualmente a existência de Paços que, de resto, o topónimo Cálvario Velho parece confirmar. Porém, a existência de uma rua com a designação, já amplamente democratizada, de rua do Paço, documentada desde o início do século de setecentos, leva-nos a aceitar a existência de pequenas capelas construídas de pedra e cal sem, contudo, rejeitarmos a possibilidade de em alguns pontos do percurso processional se armarem para o efeito algumas construções efémeras.

Só a partir de 1798 podemos ultrapassar o domínio das suposições. Em Setembro deste ano, o Provedor, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia celebraram, nas notas do tabelião José Ferreira e Morais, uma escritura de obrigação com o Cabido, representado pelo Cónego André Manuel de Meireles, com a finalidade de obterem licença para «edificar hum nicho para hum Passo junto a parede da igreja que serve de cathedral[138]». Neste documento, enquanto responsável pela construção das capelas dos Paços referem-se claramente as motivações da Mesa da Santa Casa:

> «tinhão determinado concluir a obra das piquenas capelas dos Santos Passos, e porque na forma da regulação que se lhe tinha dado, devia colocarse huma na praça do Colegio junto a igreja[139]».

---

137 ALMEIDA, Fortunato de - *História da igreja em Portugal,* vol. II, Porto/Lisboa, Livraria Civilização, 1968, pp. 555-556

138 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 29, Mç. 30, fls. 29-29v; Mitra, Cx. 58, s/fl.

139 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 29, Mç. 30, fls. 29; Mitra, Cx. 58, s/fl.

Acrescentem-se ainda algumas cláusulas do acordo, segundo as quais se obrigavam «as Mezas feturas que lhe susederem», desde que o Cabido pretendesse fazer obras ou por qualquer outra razão, «a lançar abaixo o Nicho que se pertende fazer no frontespiceo da referida cathedral a toda a hora e quando for avizada pello Illustrissimo Cabbido». No caso de não se respeitar esta condição, poderia o Cabido mandar demolir o Paço ficando a Santa Casa obrigada a pagar eventuais reparações no edifício da Sé.

Apesar destes condicionalismos o Paço manter-se-ia no mesmo sítio pelo menos até 1867, altura em que a Câmara procurando o alindamento da praça do Colégio fez algumas diligências junto do Cabido para o deslocar para o «sitio onde era a chaminé dos antigos Jesuitas[140]» que então se localizada nas Eiras do Arcebispo.

A documentação - com excepção da anteriormente referida - não nos dá notícia nem da arquitectura nem do sítio onde a Mesa da Santa Casa da Misericórdia mandou levantar os Paços. Relativamente ao segundo aspecto podemos, no entanto, socorrer-nos das palavras de Monsenhor José de Castro[141], segundo o qual os paços do Pretório e o Calvário eram construções pertencentes ao domínio do efémero, armando-se o primeiro na capela do Senhor dos Passos e o segundo na igreja de S. Francisco. Todos os outros tinham um carácter definitivo e estavam implantados, na esquina da rua dos Oleiros com a rua do Paço, outro junto às Portas da rua do Cabo no sítio actualmente ocupado pelo edifício da Junta de Freguesia da Sé, outro, já o referimos bem como à sua mudança posterior, na Sé. Na praça de S. Vicente, adoçado à frontaria da igreja, construíu-se outro paço assim como se construíu outro na parede do mirante do convento de S. Bento. Na actualidade, restam o da rua do Paço e o de S. Vicente sobre os quais nada podemos adiantar em termos de análise estilística por desconhecermos a dimensão da intervençaõ que sofreram, respectivamente, em 1930 e 1894.

---

140 Assinado por José Aragão de Lira, no documento que a Câmara dirigiu ao Cabido pode ler-se: «Outrosim tãobem a Camara tem em vista mudar o Paço que está junto a cathedral, e pede a Camara que lhe seja concedido collocallo no sitio onde era a chaminé dos antigos Jezuitas, obrigando-se a Camara a polo no mesmo estado; e por isso sollicita a licença do Exmo.Cabido [...]. Por essa occazião a Camara Municipal espera que para o aformozeamento da praça, e mesmo da cathedral o Exmo. Cabido não se oporá a esta obra». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 24, s/fl.

141 CASTRO, José de - *ob. cit.*, pp. 127-128

Tal como sucedia em relação às procissões do Anjo Custódio e da Visitação de Nossa Senhora, também em relação à de *Corpus Christi* as Constituições Diocesanas impunham, desde 1563, a presença dos clérigos de Bragança e «dos lugares ao redor donde as cruzes vem por obrigaçã», seguidas da recomendação aos prelados para se acharem presentes na igreja donde saísse a procissão de forma a serem eles a esperarem por ela e não o contrário. Estabelecendo multas aos faltosos - que dobravam tratando-se da do *Corpus* - cuidavam ainda da aparência exterior da cleresia ao imporem a sua presença «cõ suas roupas cõpridas e soprellizias muito limpas pera acõpanhar a dita procissam, aa [sic] ida e vinda». Outras disposições regulamentavam a sua organização ao determinarem que «nas ditas procissões hirã os leigos diãte por si, apartados dos clerigos, e de tras o juiz e vereadores[142]: e logo as molheres apartadas dos homes todos em orde, hús diante dos outros com toda a atençam rezãdo[143]». Se todos os cortejos processionais tinham incidências sobre o aspecto das ruas, aquando da procissão do *Corpus* as exigências eram maiores pelo que deviam apresentar-se especialmente limpas e engalanadas, circunstâncias que o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques fez questão de contemplar no texto normativo diocesano ao determinar:

> «Mandamos outrosi a todos os nossos subditos que no dia em que se fizer esta solemne procissão tenhão as ruas e lugares por onde passar limpos, ornadas com ramos de flores; e as janellas, e paredes armadas, e concertadas com panos de seda, alcatifas, tapeçarias, quadros, imagens de sanctos, e outras pinturas honestas, quanto the for possivel; e que nenhum homem esteja nas janellas, em quanto a procissão passar, mas de joelhos nas portas e ruas, tendo impedimento, e justa causa para não poder acompanhar a mesma[144]».

---

142 Desconhecemos se durante o séc. XVIII os oficiais da Câmara ainda recebiam no dia do Corpo de Deus, à semelhança do que sucedia no séc. XVI, calçado, barrete e luvas. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, pp. 200-201

143 *Constituções Diocesanas do Bispado de Miranda,* 1563, Constituição 1ª, Título 17º

144 *Constituições Synodaes do Bispado feitas e ordenadas por D. Fr. Aleyxo de Miranda Henriques,* 1761. Lv. 3º, Título 2º

A possibilidade de vigorar o costume de se atapetarem com plantas e flores algumas parcelas das ruas não deve ser colocada de lado uma vez que este costume ainda vigorava nos meados do séc. XIX[145]. As partes não alcatifadas de vegetação eram igualmente merecedoras de atenção porque para se evitar o levantamento de poeira fazia-se circular um carro com uma pipa de água cuja função era regar o pavimento. Também os balcões «por serem nobreza desta cidade» eram nestas ocasiões festivas sujeitos a reparos e alindamentos, especialmente os das ruas onde a procissão devia passar. Do mesmo modo a obrigatoriedade de se caiarem as fachadas dos edifícios na altura da Páscoa emprestava ao ambiente urbano um asseio fora do comum.

A municipalização deste cortejo processional aparece já bem desenhada em 1602, altura em que a Câmara ordenou:

> «todos os mesteres saiam com as suas bandeiras e folias e invençoins e rodas de anjos e que saiam os mercadores com suas folias e cavalheiros vestes e todas as invensois acostumadas que costumão sair no dia de Corpos Cristi e que fosse apregoado e que nenhuma pessoa de qualquer mester que fose deixe de sair com o que costumava sair sob pena de dez cruzados pera o acusador e continos e trinta dias de cadea e os mordomos levem per sua conta as bandeiras e cada hû acompanhe o seu mister e os coadrilheiros vão com suas varas sob a dita pena[146]».

No ambiente religioso dos séculos XVII e XVIII, o Senado da Câmara desenvolve, em estreita cooperação com as entidades religiosas, um importante papel na mobilização das populações. Nesta linha de orientação, um manuscrito não datado, que o Abade de Baçal admite ser do séc. XVII, adquire grande

---

145 Em 1850, numa carta da Câmara para o Administrador do concelho refere-se o seguinte: «Rogo a Vossa Senhoria se digne dar ordens, afim de que os povos mais circunvezinhos sejão fornecidos, como é d'antigo costume, as espadanas, arçans, e mais plantas floridas, para o adorno das ruas por onde tem de passar a procissão do *Corpus Christi*». Uma *Relação das ruas por onde tem de passar a procissão do Corpus Christi* dá-nos o seu trajecto: Rua Direita, Costa Pequena, rua dos Prateiros, rua da Alfândega, rua do Espírito Santo, rua dos Oleiros, rua de Santo António, rua do Cabo. Deste trajecto, conclui-se que a procissão saía e regressava à Sé. B.P.A.D.B., Docs. em fase de classificação.

146 ALVES, Francisco Manuel - T. IX, *ob. cit.*, p. 342

relevo por nos permitir inferir sobre a valorização e o papel social dos mesteirais, dando-nos a conhecer os respectivos posicionamentos nas procissões:

> «A bamdeira da cidade irão as charamellas e trombetas[147] diante
> logo Nossa Senhora das Vinhas mister dos carpinteiros
> logo a bandeira dos mercadores com suas tochas
> logo a bandeira dos çapateiros com os emperadores
> logo a bamdeira dos lavradores com S. Cristovão
> logo a bamdeira dos alfaiates
> logo a bamdeita dos tecellais com S. Bartolomeu
> logo a bamdeira dos almocreves com oficcio da folia
> logo a bamdeira dos pedreiros e molleiros com o seu mister que he S. Catharina
> logo diante S. Jorge e no seu dia ira diante da bamdeira da cidade
> logo vira a cerpre mister dos alfahates
> diante ira o carro dos ourollos[148]».

Nas medidas tomadas em 1682 impera a mesma filosofia, impodo-se a «cada morador desta cidade ir de cada caza sua pessoa que tome o sacramento a todas as porciçois em que var [sic] o Senado sob pena de quinhentos reis». Igualmente se reafirmam e impõem algumas instruções regulamentadoras aos comportamentos dos homens dos ofícios:

> «São obrigados os çapateiros e moinheiros e lavradores levarem as ditas porciçois da Camara seus castelinhos ou velas sob pena de mil reis;

---

147 Por solenizar a festa, a música constitui um complemento fundamental. Desde a segunda metade do séc. XVI que temos notícia da presença de trombetas nas cerimónias realizadas em «dias nomeados». B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, fls. 99-99v; RODRIGUES, Luis Alexandre - *A festa como exaltação da cidade,* in «Actas do Congresso A festa em Trás-Os-Montes»; no prelo. No mesmo período existia mesmo um orgão adaptado ao acompanhamento das procissões, como se refer no *Tombo do Mosteiro de Castro de Avelãs*: «a cidade deu a elle testemunha dous meios canteados para fazer hus pes de orgão para poder andar nas procissões». B.P.A.D.B., Cabido, CX. 26, fl. 105v

148 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 4, fl. 121; ALVES, Francisco Manuel - T. II, *ob. cit.,* T. p. 308

os barbeiros estalajadeiros seleiros feradores irao acompanhando São Jorge com suas espadas e rudilhas em corpo do que faltar emcorera na pena de dous mil reis;
todo o mercador que for notifiquado pera levar tocha nas porciçois da Camara e a não levar emcorera na pena de mil reis;
o que tiver a bandeira do seu mister e a não levar as prociçois da Camara emcorre na pena de dous mil reis;
todo o lavrador dos ourelos que faltar as prociçois da Camara e ao limpar das ruas emcorrera por cada falta em pena de quinhentos reis[149]».

Apesar do esforço normativo para tornar publicamente visíveis os mesteres, o que significa o reconhecimento da sua importância, estas festas equivaliam para os membros do terceiro estado, pelas despesas que obrigatoriamente tinham de suportar, a autênticos impostos. O mesmo já não sucedia com as ordens privilegiadas porque, dando cumprimento a uma provisão da Sereníssima Casa, o Senado da Câmara destinava-lhes a quantia de:

«duzentos mil reis de cera com os sacerdotes, religiozos, cavalleiros, nobreza, e cabos principaes do militar, que nestes dias formado com toda a goarnição da Praça acompanhão as procissões, e ao recolher fas plauzivel a festividade com tres salvas, e o castello com descarga de sua artelharia[150]».

Verdadeiramente carnavalescas, como o Abade de Baçal as qualificou, algumas procissões, nas quais se inclui a do Corpo de Deus, seguiam um figurino fortemente impregnado de elementos profanos. Apesar de ter sido, desde o séc. XVI, combatido pelos bispos toda a orgânica pagã destas manifestações religiosas tirava a sua força da larga divulgação e das raízes mergulhadas na ancestralidade do sentimento popular. Atente-se no exemplo da cidade do Porto onde em «alguus ajogos e cousas, que se costuma irem nas

149 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera desta cidade,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fls. 4-5
150 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 10

precisões de *Corpus Christi* e em outras, que esa cidade faz, de que parecia que se podia seguir escamdollo[151]». Nesta medida, devia evitar-se a presença de «moças enfeitadas [...] pela trovação, que farão aos sacerdotes e religiosos, que vão rezando[152]». Desta recomendação excluíam-se as que representassem figuras de santas, admitindo-se ao mesmo tempo a participação de «homes que representão reis, e emperadores, e os mais jogos onestos[153]» de forma a que todos os motivos de perturbação e escândalo, «como se faz nesta cidade de Lisboa», fossem arredados.

Relativamente às danças que costumavam ser incluídas no programa, pensamos que uma, das que então se executava em Bragança, era a dos palitos, ou, se se preferir, dos paulitos. Esta nossa convicção assentando no facto de ainda nos nossos dias os membros do grupo folclórico dos Pauliteiros de Miranda dançarem a chamada dança dos ofícios, em que se sugerem diversas actividades mecânicas, vê-se reforçada pelo pedido, em 1839, da «mocidade do lugar da Avelleda» - aldeia situada nas proximidades de Bragança - ao Governador do bispado solicitando licença «para travalharem tres ou coatro dias santos» de maneira a conseguirem dinheiro destinado ao pagamento das despesas da festa do Santíssimo Sacramento, pois pretendiam que tal como em anos anteriores houvesse «sermão e Exposição e na porcição dança de palitos[154]». Desta forma, cuidamos demonstrar a existência, na região mais próxima de Bragança, de uma dança que actualmente se confina ao planalto mirandês.

Como se viu, a cooperação da Câmara com a igreja ultrapassava largamente a função mobilizadora dos habitantes da cidade e seu termo para as funções religiosas. Tendo concedido aos Jesuítas um convento que tinha acabado de construir para freiras acabaria por dar andamento à construção de um outro para as religiosas de Santa Clara, gozando por esta razão do estatuto de padroeira, regalia que mantinha relativamente às igrejas de Nossa Senhora do

---

151 RIBEIRO, João Pedro - *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil em Portugal*,T. IV, Parte II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1829, p. 186

152 *Idem, ibidem,* p. 186

153 *Idem, ibidem,* p. 187

154 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 35, doc. nº 16, s/fl.

Loreto - «razão porque dia de Santo Amaro vai asistir na sua festa a esta igreja e lhe da propina de cera e incenço[155]» - , S. Sebastião, S. Tiago e S. Jorge, ficando esta última nas proximidades de Bragança, na aldeia de Vila Nova.

A festa de S. Sebastião contava com as presenças do Senado da Câmara e das duas paróquias da cidade, S. João e Santa Maria, alternando estas o protagonismo. Também no domingo de Ramos eram estes benzidos na igreja do mártir que em 1569 «serenou» esta cidade da peste que a assolou, numa cerimónia religiosa a que assistiam o Prior de Santa Maria e o Abade de S. João, dando «cada hu da os ramos aos seus freguezes e tem obrigação os mordomos da igreja mandalos buscar». Como a festa ocorria fora das respectivas igrejas paroquiais devia:

> «a communidade de Santa Maria vir por S. João, pera ambas juntas irem fazer a função, e de lá virem em procissão the o poço das freiras, e ahi devidirem cada hu pera sua igreja a fazer a Paixão[156]».

O senado da Câmara solenizava com especial empenho as festas de S. Tiago - «a 25 de Julho em memoria de que o sancto appostolo pregou e plantou a fe nesta cidade[157]» - e de S. Jorge, ambas «por voto que fes a cidade».

Recorrendo aos ecos de tempos muito recuados, mais uma vez se justificavam sucessos em que a acção de um ente sagrado na missão de difundir a fé ou através da sua intervenção na salvação da cidade do jugo do infiel, isto é, do inimigo do catolicismo. A mão de José Cardoso Borges que foi escrivão da Câmara, sargento-mor e síndico do convento de S. Francisco, ao descrever os acontecimentos de 23 de Abril - dia de S. Jorge - do ano de 1001 não hesitou em seguir o autor do *Agiologio Lusitano*, escrevendo:

> «vindo os mouros socorrer aos de Bragança sitiados, implorarão os christãos muito menos em numero o patrocinio do sancto por ser no seo dia e travandose sanguinolento e profiado combate com os

155 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 59-59v
156 B.P.A.D.B., GA., PRQ., Cx. 13, Lv. 123, fl. 4
157 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 27

mouros, foi visto S. Jorge na vanguarda das nossas tropas; e isto basta para dizer forão os bárbaros completamente desbaratados junto da ribeira por esta batalha chamada de S. Jorge [...] (tendo ficado) Bragança, por favor do ceo com a desejada liberdade, e não sendo ingrata do beneficio, levantou por tropheu hua capella, ao seo gloriozo campião junto das ágoas daquella ribeira[158]».

Sendo este santo especial patrono[159] da cidade de Bragança, como escreveu João Baptista de Castro, competia ao Senado da Câmara suportar todas as despesas da procissão que se formava em de Santa Maria e que em alguns anos, segundo Cardoso Borges, contou com a participação de «mais de cento e quarenta sacerdotes». Jorge Cardoso, referindo que este voto era inviolavelmente cumprido pelos cidadãos de Bragança, adianta a informação segundo a qual «caindo o ditto sancto no triduo da Paixão, ou em dia de Paschoa, e por mais agoa que chova, e tempestade que faça [...] não falta o piedoso Senado a sua obrigação[160]».

Em 1685, o Senado da Câmara encarregou o vereador António de Figueiredo de mandar fazer a imagem de S. Jorge, sendo as despesas repartidas pelos juízes dos mesteres num valor parcial de trezentos réis[161]. Figurando no pendão do município tinha ainda o privilégio de no seu dia ir montado num cavalo branco diante da bandeira da cidade, sendo acompanhado à sua igreja de Vila Nova, além da cleresia e população, pela tropa de cavalaria.

---

158 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 28v-29. Cf. CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano,* T. I, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1657, pp. 692-693

159 Referindo a devoção que de um modo geral os portugueses, e especialmente os militares, tributavam a S. Jorge este autor dá-nos notícia da imagem existente no templo do Hospital Real em Lisboa, a qual costumava sair, desde 1387, na procissão do *Corpus.* Montada num cavalo «Com tal postura, e brio, que representa hum famoso general, armado de lança, e adarga, acompanhado de alferes vestido de armas brancas, pagem da lança, e de uma pomposa comitiva da cavallos custosamente ajaezados». No seu dia o mesmo se tentava imitar em Bragança pelas razões acima apontadas e que este autor refere ao afirmar que «he este santo especial patrono da cidade de Bragança, e os seus cidadãos vão todos os annos no seu dia inviolavelmente por voto, que lhe fizerão desde o anno de 879, a sua igreja, que dista meia legua da cidade, cantar-lhes missa e festejallo». CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal,* T. III, Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1745, p. 438

160 CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano,* T. I, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1657, p. 692

161 B.P.A.D.B:, *Livro dos acordaons e termos da Camera,* GA., ALL., CX. 1, Lv. 5, fls. 35-38; RODRIGUES, Luis Alexandre - *A festa como exaltação da cidade,* in «A festa em Trás-Os-Montes. Actas do Congresso». No prelo

A igreja de S. Jorge foi até 1795 a matriz de Vila Nova. Por ficar algo distante da povoação e «por isso encomoda e oneroza dos moradores a sua serventia» construíram estes dentro da aldeia uma igreja na qual vinham celebrando os ofícios religiosos, tendo mesmo obtido, em 1788, licença do bispo da diocese para nela se colocar o sacrário, já que além de não «poderem gozar dos efeitos da asistencia do divinissimo sacramento em todo o tempo principalmente no da infermidade[162]», tinham que vencer outro problema como era o da «distancia da matriz que em agoas ordinarias no Inverno não dão pasagem franca e quazi a imposebilitão nas ocazioins de cheias[163]». Por outro lado, em 1795, a matriz de S. Jorge estava «arruinada e endecente sendo portanto munto custoza inutil ao seu reparo[164]». Por estas razões, Manuel Correia, Juíz da igreja de Vila Nova, António de Sousa, Juíz do Povo, António Manuel Correia, Francisco Rodrigues, Francisco Martins e «acordaons» pediram e obtiveram licença do Cabido, representado pelo Cónego Magistral, reverendo Manuel de Miranda, para que a igreja levantada na aldeia passasse a gozar do estatuto de paroquial, obrigando-se o Povo a reparar, às próprias custas, a igreja de S. Jorge, concedendo o Cabido uma ajuda financeira de quarenta mil réis[165].

Importará ainda fazer uma referência ao Santo Cristo da igreja de S. Vicente, por ser, na expressão de José Cardoso Borges, o «refugio desta cidade e o primeiro alvo a que se dirigem os empenhos de sua devoção». Por isso, surgindo aflições comuns se lhe fazia uma novena e, no caso de se verificar a continuação das necessidades ou desejando agradecer, uma procissão, como aconteceu por causa do terramoto de 1 de Novembro de 1755. Este fenómeno que aqui se manifestou, segundo o Prior de Santa Maria, João de Sá Pereira, com «hum grande arruido pela rua, que parecia, era huma carruagem que

---

162 B.P.A.D.B., *Escriptura de obrigação que fazem o Juis e Acordãos e a maior parte do povo do lugar de Villa Nova para efeito de estabelecer sacrario na igreja do mesmo lugar,* Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 4 - 4v

163 B.P.A.D.B., *Escriptura de obrigação que fazem o Juis e Acordãos e a maior parte do povo do lugar de Villa Nova para efeito de estabelecer sacrario na igreja do mesmo lugar,* Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 4 - 4v

164 B.P.A.D.B., *Traslado da escriptura de contrato que fazem o Juis da igreja Povo e Acordaons de Villa Nova com o Illustrissimo Cabido desta cidade,* Mitra, Cx. 39, doc. nº 199, s/fl.

165 B.P.A.D.B., *Traslado da escriptura de contrato que fazem o Juis da igreja Povo e Acordaons de Villa Nova com o Illustrissimo Cabido desta cidade,* Mitra, Cx. 39, doc. nº 199, s/fl.

passava com toda a força[166]», deixando as criaturas que fugiram «para hum campo largo que junto da igreja (de S. João) ha [...] atonitos e asustados deste inopinado susceso[167]», como informou o Abade de S. João, José de Morais Antas, não provocou danos em pessoas ou bens. Porém, a grandeza do fenómeno e o temor que inspirou fez correr a população à igreja de S. Vicente, onde, de acordo com o Prior de Santa Maria:

> «logo pelo clero secular desta cidade se deu principiuo a hua novena a milagroza imagem do Santo Christo de S. Vicente desta cidade, rezando na sua igreja nove dias todas as horas canonicas com missa cantada em cada hum dos ditos dias, e com as preces determinadas pela igreja, e de noute havia deceplina e no decimo dis sahiu a dita imagem do Santo Christo em hua grande procissão de penitencia pelas ruas publicas desta cidade, acompanhado de todo o clero secular e regular, e de todo o militar, ministros da justiça que todos assistirão com o mais povo a dita novena[168]».

Raramente exposta - apenas às Sextas-feiras durante a quaresma, Quinta-feira santa e no dia da Invenção da Cruz - a imagem para ser vista devia ser acompanhada de um mínimo de dezoito luzes, que vulgarmente chegavam a quarenta, e uma dúzia de círios colocados na sua capela. Sendo objecto de tanta veneração, não se estranhará que no dia em que a imagem saía à rua fosse, como nos diz Cardoso Borges, «sempre dia grande nesta cidade [...] e se goarda(sse) como dia sancto». No cortejo que então se formava destaquem-se a presença dos militares desta praça, formados logo atrás do pálio, e das populações das aldeias das redondezas que se faziam acompanhar de andores com os santos a tributavam maior veneração. De resto, entre as graças que os irmãos desta confraria gozavam contavam-se «sessenta dias de indulgencias a todos os confrades, que

---

166 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 638, Cx. 742, s/fl.; RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às Memórias Paroquiais de 1758,* in «Amigos de Bragança», 9ª Série, nºs 2, 3, 4, Bragança, 1995

167 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 638, Cx. 742, s/fl.; *Idem, ibidem*

168 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 638, Cx. 742, s/fl.; *Idem, ibidem*

assisterem ás funcções religiosa na igreja de S. Vicente, ou ás procisoes e enterros[169]», concedidos, em 1706, pelo Papa Clemente XI.

Considerando a importância social de tais actos públicos, a Câmara não se alheava de tal facto dando à confraria da Santa Cruz «hum masso de vellas de seis arates e hum cirio de outo[170]». As outras despesas com os ofícios religiosos sendo suportadas pelo clero poupavam os cofres da confraria que, pelo seu património, era provavelmente a mais poderosa da cidade. Também a composição social da Mesa desta irmandade - formada comummente por militares com a patente de oficial - era importante uma vez que as festividades mais solenes, Semana Santa e a do dia três de Maio, eram pagas pelo juíz e mordomos. Na ausência das informações que, a existirem, os livros de contas da confraria nos forneceriam socorrer-nos-emos de uma acta publicada em 1908 por autor anónimo. Cremos que o facto deste documento respeitar ao ano de 1649 não lhe retira validade pois durante o séc. XVIII esta irmandade apresentava ainda sinais de uma forte vitalidade que certamente a levavam a respeitar os usos que a força da tradição impunha.

Parecendo haver nestas ocasiões o costume de se expor o Santo Cristo «no arco da egreja em tabernaculo com sua escada[171]», competia ao juíz e mordomos a tarefa de armarem a igreja sem dispenderem qualquer quantia da confraria. Se aos músicos se pagava com «o que sobrasse da esmola das missas das sextas-feiras da quaresma», já na festa da Santa Cruz se organizava do seguinte modo:

> «o juiz daria acera - a seda, os mordomos e e mais officiaes, para que todos juntos armem a egreja o melhor que possa ser - mais daria tres touros para se correrem na vespera da festa, com seus palanques feitos - outro mordomo na vespera da festa, n'essa noite, fogo bastante para lançar da torre com suas luminarias - outro, uma

---

169 ANÓNIMO, *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo,* Guarda, Typographia Veritas, 1908, p. 16

170 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 38v. O autor de *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo,* refere que este costume, respeitante às festividades da Páscoa e *Corpus,* datava de 1712 e foi imposto por uma provizão do poder central. *ob. cit.,* pp. 25-26

171 ANÓNIMO, *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo,* Guarda, Typographia Veritas, 1908, p. 24

comedia com todos os seus apparatos - outro, uma dança na vespera da festa, ate ao fim da procissão - outro, o escrivão, que dava as cruzes e pendões que puder trazer para a procissão - o thesoureiro, fara o mesmo, e todos se ajudarão uns aos outros no que puderem[172]».

Constituíndo uma afirmação de poder dos estados principais e a demonstração pública da aceitação dos seus privilégios pelo braço popular, a festa significa também o corte com o quotidiano em que o interior da igreja, principal espaço cénico[173], parece prolongar-se nas ruas e praças[174], agora transformadas em palcos onde o espectador convivia estreitamente com o espectáculo que, iniciado muitas vezes na véspera das celebrações religiosas, prosseguia depois de terminada a procissão.

Grandiosos deviam ser os festejos em honra de S. Tiago. Para a sua organização eram eleitos dois mordomos a que eram dados os títulos de Capitão e Alferes. A votação era realizada na Câmara e incidia sobre os membros das camadas sociais mais abastadas, privilegiando as «pessoas que costum(av)ão andar na governança». Contando essencialmente com a organização e patrocínio

---

172 ANÓNIMO, *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo,* Guarda, Typographia Veritas, 1908, p. 24

173 «A igreja casa de Deus e dos homens, onde se desenrolam todas as etapas vitais, do nascimento à morte, centro onde se realizam as festas ligadas à alegria da vida, mas que também celebram a Morte, arrastando o Homem para o sentimento da dor, a igreja grande palco, onde o sacerdote, transmissor da palavra de Deus, juntamnte com os fiéis, rodeados pelos símbolos do Catolicismo Triunfante, comungam de um mesmo sentimento, buscando aidentificação total com Deus, a igreja, dizíamos, desempenha um papel fulcral no quotidiano do homem barroco». FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *A arte da talha no Porto na época barroca. (Artistas e clientela. Materiais e técnica).* vol. I, Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989, pp. 45-46; Na definição do espaço barroco são também importantes as palavras de Castro: «que igreja ha entre a multidão de tantas, que em hum dia festivo não tenha semelhança com a que se descreve no Apocalipse de S. João? As paredes cubertas de ouro, e seda; os coros cheios de armonias; os altares brilhando como chuveiros de luzes; nas caçoulas recendendo o almiscar; as flores nos ramalhetes: tudo suspensão dos sentidos, incentivo da devoção». CASTRO, João Baptista de - Lisboa, T. III, Na Officina de Miguel Menescal da Costa, 1745, pp. 30, 31

174 Facto reconhecido por muitos autores, também Ana Baez e Francisco Marín o registaram com a afirmação: «La religión no solo adquiría un carácter de gran transcendencia sino que lejos de constituir un fenómeno para ser vivido en la interioridad del individuo se convierte en algo público, exterior y con frecuencia multitudinario. Para ello se saca fuera de los templos, impregnando el espacio urbano en el deseo de buscar al individuo y motivarlo hacia el sentimiento piadoso». CUBO BAEZ, Ana e RODRIGUEZ MARÍN, Francisco José - *Las capilhas de Santa Fe: sacralización de un espacio urbano,* in «Actas del coloquio de urbanismo barroco», Archidona, 1986, pp. 243, 244

da nobreza também a Câmara dava o seu concurso disponibilizando a assinalável quantia de 24.000 réis, permitindo desta forma a realização de «luzidas festas de cavalaria, comedias, e outros espectaculos, que divirtião o povo por seis e oito dias[175]».

Nestes espectáculos devem incluir-se os dos touros que se corriam na véspera do dia do apóstolo, devendo os carniceiros[176] apresentar animais capazes sob pena de sofrerem multas pecuniárias, sendo neste caso o dinheiro aplicado em obras, e até cadeia. Na véspera e no dia do Corpo de Deus também os carniceiros estavam obrigados a darem um touro para a festa[177].

Parece ser antigo o uso das touradas porque já «quando o Duque (D. Teodósio) veo de Affrica correrão touros e fezerão tabernaculos e palanques da madeira do mosteiro[178]» de Castro de Avelãs, anos antes derrubado.

O costume de se correrem touros em dias festivos, generalizado em outras terras do país, suscitou reparos, ora do Duque de Bragança, ora, mais tarde, do monarca D. Pedro II. Em carta que, em 1549, o primeiro dirigiu à Câmara afirmava estar convencido que a maior «desordem» que havia nesta cidade «he nos touros que se correm». Atendendo ao seu preço elevado - «por hum joguo de touros se da mil reis até tres cruzados[179]» - , considerava o Duque ser «vergonhossa a despesa que a custa da cidade se faz nos touros que se correm que nem he proveito nem nobrecimento seu[180]». Diferentes eram as preocupações de D. Pedro II porque no essencial preocupava-se com a integridade física dos participantes. Por isso, ordenou que a Câmara não

---

175 BORGES, José Cardoso - *Ob. cit.*, fl. 28; Nem sempre os factos se passaram como Cardoso Borges os relatou, uma vez que também a igreja do apóstolo serviu, embora antes do séc. XVIII, para a realização da referida eleição como se pode concluir do articulado do seguinte documento: «Aos vinte seis dias do mes de Julho de mil seisentos e oitenta e seis na capela de Samtiago desta cidade aonde veio fazer emleição para capitam e mordomo de São Tiago este prezente anno e asestindo o Licenciado Andre de Morais Cardozo juiz de Fora commigo escrivão a tomar os votos foi eleito por todos os votos para capitam a Balthezar de Morais Sarmento e para mordomo a Francisco Ferreira Morais». B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 58v

176 Em 1618, a Câmara condenou o carniceiro Pedro Gonçalo «por não dar vespera de Sam Tiago bos touros em dous mil reis de pena pagos da cadea apliquados para obras desta Camara». B.P.A.D.B., *Acordons da Camara,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, fl. 21v

177 ALVES, Francisco Manuel - T. VII, *ob. cit.*, p. 746

178 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, fl. 107v. No mesmo documento refere-se: «e para hua tragedia levarão muita madeira ao collegio e la ficou tabem». *Idem, ibidem,* fl. 107v

179 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, doc. nº 74

180 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, doc. nº 74

permitisse que os touros destinados à festa fossem corridos sem previamente lhes cortarem as pontas[181].

Em relação ao espaço destinado aos jogos de touros nada podemos adiantar porque as fontes omitem sistematicamente esta informação. No entanto, admitindo que as praças de S. Tiago e de S. Vicente podiam ser preparadas para tais eventos não excluímos a hipótese de se poderem realizar nas Eiras do Arcebispo que no séc. XVIII eram um vasto terreiro que, pela sua disposição lateral e periférica relativamente à rua Direita e à praça do Colégio, estava arredado das grandes correntes de circulação. Como no lado nascente deste espaço de formato quadrangular levantava-se um quartel da tropa, natural seria que o utilizasse nas suas manobras. Contudo, enquanto espaço público também aí acontecia a festa. Mais uma vez lançaremos mão das palavras de José Cardoso Borges que, tendo certamente presenciado várias vezes a maneira como este espaço se oferecia à cidade, o caracterizou assim:

> «espaçozo terreiro que muitas vezes tem visto as destrezas da brida em grandiozas festas por haver nesta cidade insingnes cavalleiros; e para o militar serve de campo para os seos exercicios e juntamente de Praça de armas, onde se ajuntão as Companhias para montar as goardas; e os mininos e estudantes para a aplicação das letras, por ficarem para o mesmo terreiro as aulas no Collegio da Companhia[182]».

Todavia, às celebrações ordinárias, quase sempre coincidentes com o calendário religioso, contrapunham-se por vezes acontecimentos extraordinários relativos à vida da família real. Nesta ordem de ideias, os lutos e alegrias reais deviam ter uma dimensão nacional sendo objecto de comemoração proporcionada. Registemos um caso de regozijo como foi o anúncio, em 1725, do ajuste dos casamentos do Princípe do Brasil, D. José com a fiha de Filipe V, D. Mariana Victória e do Príncipe das Astúrias e herdeiro do trono espanhol, D. Fernando, com D. Maria Bárbara. A este propósito, o monarca comunicou ao Senado da Câmara:

---

181 B.P.A.D.B., *Livro de acordons e termos da Camera desta cidade,* Ob. cit., fl. 35

182 BORGES, José Cardoso - *Ob. cit.,* fl. 4v

«ser esta noticia de grande contentamento para todos os meus vaçallos, e justo que como tal se festeje, com todas as demonstrações de alegria, vo lo faço saber por não retardar o justo contentamento que deveis ter e a celebrareis com tres dias de luminarias e os mais que he costume em semelhantes occaziões[183]».

Iniciadas em 1725, as negociações para a efectivação dos dois casamentos, só em 1729 teriam lugar após ter-se procedido à troca das duas princesas nas margens do Caia, num ambiente de grande pompa que para o efeito recorreu à construção de uma galeria de madeira com portas para os dois países.

A este propósito não temos conhecimento da realização nesta cidade durante o séc. XVIII de nenhuma festividade em que, na mira de maior aparato e grandiosidade, se tivesse recorrido a arquitecturas efémeras.

Na parte final do séc. XVIII e no início do séc. XIX, muitas famílias bragançanas viviam na pobreza devido à decadência das actividades sericícolas. Por isso, calou fundo no ânimo das gentes desta terra a notícia - conhecida em 1802 - segundo a qual o poder central, influênciado por José António de Sá, pretendia restabelecer as «Fiações e torcidos das sedas, e a erecção dos seus tecidos». Pelo seu significado económico e social constituiu esta medida matéria para regozijos públicos em que a acção do Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda merece ser realçada.

Como sinal de agradecimento, as autoridades eclesiásticas, civis e militares desta cidade tomaram algumas atitudes entre as quais se destacam para além das cerimónias religiosas e da concessão de uma amnistia aos presos «que se achavam nas circunstâncias compatíveis com a justiça», o desejo de assinalar de forma permanente tal benefício. Por esta razão:

«se demarcou na Praça Grande do Collegio o sitio aonde devia erigir-se hum Padrão ao seu Principe Regente em sinal de reconhecimento eterno, logo que o mesmo Senhor se dignasse

183 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. 4, fl. 183

approvar os Artigos em que concordarão para o dito restabelecimento[184]».

Não se sabendo se esta intenção chegou a ser concretizada, importará assinalar o facto de mais uma vez o espaço público e de forma especial a Praça ganhar um notório protagonismo quando, como era o caso, se tratava de representar festivamente uma notícia na qual a comunidade depositava enormes espectativas.

4. Toponímia

Praça da Sé - «humas cazas que tenho na praça da Sé[185]».
Cruz de Pedra - «e logo ellegerão por coadrilheiro na Crus de Pedra[186]»; «humas cazas sobradadas com hum quintal e poço para tras [...] que estão na rua dos Olleiros por cima da Cruz de Pedra[187]»
Praça do Colégio - «lhe consigna e delega a renda das suas cazas grandes citas na praça do Colegio[188]»
Rua Nova - «humas cazas com seu quintal e palheiro [...] citas na rua Nova[189]»; «humas cazas sitas na rua *Nova de Santa Clara*[190]»
Caleija na rua Nova - «huas cazas citas na caleija que vai para o simo da rua Nova[191]».
Rua da muralha - venda de «huas cazas que ficarão de seus pais e sogro [..] sitas na rua da muralha na rua de tras da rua Nova[192]».
Muralha Nova - «hua morada de cazas sitas honde chamão a Muralha Nova[193]».

184 ALVES, Francisco Manuel - T. VII, *ob. cit.*, p. 466
185 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 22, Mç. 6, fls, 96-97
186 B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil seiscentos e dezanove ...*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, s/fl.
187 A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 7, s/fl.
188 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 21, Mç. 6, fl.s. 66v-68
189 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 17, Mç. 5, fls. 68-69
190 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 28, Mç. 1, s/fl.
191 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 208, Mç. 43, fls. 14-15
192 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 7, Mç. 2, fls. 112v-112v
193 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, Mç. 17, fls. 44v-45

Muralhas Novas - «Huas cazas nesta cidade as muralhas novas[194]».

Muralha Nova ou Picadouro - «o dominio util de huma morada de cazas sitas a Muralha Nova ou Picadouro[195]».

Rua do Picadouro - «hua morada de cazas [...] na rua do Picadouro desta cidade de tras da rua Nova da mesma[196]».

Rua Direita (parte da sombra) e beco nas traseiras da mesma rua - «Huma morada de cazas com seo lagar citas nas trazeiras da rua Dereita defronte do asougue» confrontando «pella parte do norte com a rua ou bequo que esta nas trazeiras das cazas da rua Dereita[197]».

Rua Direita (parte do sol) e travessa sem saída - «cazas de sua morada sitas na rua Dereita» as quais «partem da parte do sul com rua Dereita e do poente com travessa sem sahida que vai sahir ao forno [...] e da parte do norte com o Corpo da Goarda[198]»

Travessa do Arco - uma morada de cazas na rua Direita confrontantes «com a traveça do Arco[199]».

Caleja do Arco - «paga de prazo [...] por huas cazas na rua Dereita della unto da caleja do Arco[200]».

Travessa do Corpo da Guarda - «humas cazas que estão na travessa do Corpo da Goarda Principal que vai para a rua Dereita[201]».

Rua Larga - «E logo ellegerão por coadrilheiro Salvador Roiz ferador na Rua Larga[202]».

Caleja na rua Direita - «hua morada de cazas sitas na rua Direita» confrontante «com cazas em que vive João Antonio Saldanha e caleija que vai da dita rua Direita para as Eiras do Colegio[203]».

Rua do Açougue e rua ou buraco das casas da rua Direita - «prazo da caza que serviu de lagar defrente do asougue de baixo[204]»; «cazas sitas

---

194 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 99v-101v
195 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 100, Mç. 23, fls. 130v-132
196 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 58, Mç. 14, fls. 12v-13v
197 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 117, Mç. 27, fls. 2-3v
198 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 118, Mç., 28, fls. 60-63
199 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 130, Mç. 30, fls. 30v-33v
200 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 113-114
201 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 127, Mç. 30, fls. 46v-48v
202 B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil seiscentos e dezanove ...*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, s/fl.
203 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 71, Mç. 17, fls. 93-95

na rua do asougue» confrontantes «do norte com rua ou buraco das cazas da rua Dereita da parte da sombra [...] do poente com a rua publica que vai para as Portas do Asougue[205]»; cazas na rua Direita que «partem com a *travessa que vai para o asougue da Camara*[206]»

Caminho junto da Muralha - «as cazas de sua morada sitas na rua Dereita» confrontantes a sul com [...] «o caminho que vai junto das muralhas[207]».

Caleja do Hospital Militar - «hua morada de cazas na rua Dereita desta cidade da parte da sombra» confrontante «com caleja do Hospital Melitar[208]».

Rua dos Gatos - «huma caza de adega com [...] entradas e sahidas para a rua dos Gattos[209]».

Rua dos Quartéis - «hua caza que serve de palheiro terreira na rua dos Quarteis[210]».

Rua S. João de Deus e Caleja do Forte - «hum pedaço de huma cortinha que esta na rua de São João de Deos a calleja do Forte[211]»; «huma morada de cazas [...] sitas na caleja do Forte[212]».

Rua S. João de Deus ou caleja do Forte - «hua morada de cazas de sobrado na rua São João de Deos ou Caleja do Forte[213]».

O Canto - «o domínio util de huas cazas que elle vendedor tem sitas na dita cidade de Bragança ahonde chamão o Canto junto a caleija, que vai para o Forte da mesma por sima da rua de Fora de Portas do Cabo[214]».

Beco do Forte - uma caza sita Fora das Portas do Cabo confrontante de uma parte «com o beco que vai para o Forte[215]».

Rua do Forte - «hepotecava huas cazas [...] na rua do Forte[216]».

---

204 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 96-98
205 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 96-98
206 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 115, Mç. 27, fls. 113v-114v
207 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. D, Mç. 1, fls. 102v-104
208 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fls. 138-139
209 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 7, fls. 98v-100.
210 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 2, Mç. 1, fls. 25-26
211 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 118, Mç. 28, fls. 7v-9v
212 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 134-136v
213 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 149, Mç. 34, fls. 41-42v
214 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 96, Mç. 22, fls. 7-8
215 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 62, Mç. 15, fls. 2v-4
216 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 113, Mç. 26, fls. 57v-58

Rua Nova do Norte - «humas cazas sittas na rua Nova do Norte[217]».
O Cano - «huma morada de cazas [...] com sua baranda aonde chamão o Cano» confrontante «de huma parte com a trabeça do Aljube[218]».
Caleja do Cano - «huas cazas de sobrado [...] na caleja do Cano[219]».
Caleja do Aljube - huma morada de cazas sitas Fora das Portas do Cabo, tilhadas e sobradadas [...] que se compoem de huma salla com seu quarto e huma cozinha com huma janella para a frente, e duas para a calleja do Aljube[220]» confrontantes «de huma banda com a trabeça do Aljube, que vai para o Cano[221]».
Batocos - «humas cazas aos Batocos[222]»; «huas cazas que ella vendedora tem que são citas na rua dos Batocos[223]»; «huas cazas que tem e pesuem no Bairro que chamão aos Batocos extramuros desta cidade[224]».
Estrada Real - «huas cazas sitas as Moreirinhas» confrontantes de «hua banda com Antonio Gonçalves Alla e da outra banda partem com a estrada rial[225]».
Bairro das Moreirinhas - «huma morada de cazas [...] sitas no Bairro das Moreirinhas[226]».
Estacada - «hipotecavão as cazas de sua morada citas na rua das Eiras de S. Bento que devidem outras proprias de Joze Maria Lopes de Moraes e da outra confinão em toda a sua redondeza com o caminho publico que vai para a Estacada e atesta no convento de Santa Clara[227]».
Rua de Trás - «humas cazas sitas na rua de Tras [...] defronte do arco dos Machucas[228]».

---

217 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 127, Mç. 30, fls. 49-50
218 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 102, Mç. 24, fls. 11-12
219 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, 114v-115
220 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 97, Mç. 22, fls. 12v-14
221 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 97, Mç. 22, fls. 12v-14
222 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 122. Mç. 28, fls. 25-26
223 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 6, Mç. 2, fls. 96v-97
224 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 9, Mç. 3, fls. 126v-127v
225 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 13, Mç. 4, fls. 4-5
226 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 100, Mç. 23, fls. 157v-158v
227 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 24, Mç. 7, fls. 90v-91v
228 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 137v-139v

Rua da Corredoura - «começa o dito sitio nesta cidade na mesma igreja de S. Vicente e vai pela rua da Corredoura the a porta travessa das cazas de [...][229]»

Rua da Carreira - «huas cazas sitas na rua da Carreira com seu quintal[230]».

Rua da Madalena - «o nosso prazo das nosas cazas citas na rua da Madalena[231]».

Rua da Misericórdia - «humas cazas sitas na rua Direita desta mesma cidade junto a traveça que vai para a rua da Mizericordia[232]».

Adro da Misericórdia - «huma morada de cazas fronteiras ao adro da Mezerecordea[233]».

Travessa da Misericórdia - «na travesa da Mizercordia desta cidade (André Sobrinho) havia tido razões e duvidas com Francisco Antonio Mendes [...] de que resultara sahir ferido elle perdoante[234]».

Travesssa da Misericórdia para o Terreiro de Santa Clara - «humas cazas sitas na travessa que vai das costas da igreja da Mezerecordia para o Terreiro de Santa Clara[235]».

Terreiro de Santa Clara - «huas cazas [...] sitas na rua do Terreiro de Santa Clara[236]».

Travessa da rua de Santa Clara - «huas cazas sitas a travesa da rua de Santa Clara[237]».

Rua de Santa Clara - «humas cazas que se lhe havião emprazado [...] citas na rua de Santa Clara[238]».

Rua do Loreto - «humas cazas sitas na rua do Loreto a Fonte Nova[239]».

Rua da Ponte do Loreto - «humas cazas sitas na rua da Ponte do Loreto[240]».

---

229 B.P.A.D.B., *Treslado do tombo do Beneficio de São Vicente,* P.R.Q., Cx. 3, Lv. 24, fl. 66
230 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, fls. 144v-145v
231 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 4, Mç. 1, fls. 71-72
232 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 41-42
233 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 104, Mç. 24, fls. 6v-7v
234 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 34-34v
235 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 71, Mç. 17, fls. 37v-38
236 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, Mç. 17, fls. 43-44
237 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 63, Mç. 15, fls. 27-28
238 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 18, Mç. 5, fls. 2v-3
239 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 96v-97v

Rua de Fora de Portas - «humas cazas citas na rua de Fora das Portas desta cidade[241]».

Rua de Fora das Portas do Cabo - «hum quinhão de humas cazasque herdarão [...] citas na rua de Fora das Portas do Cabo[242]».

Fora das Portas do Cano - «vendia a metade de huas cazas que estam citas Fora das Portas do Cano[243]»; «humas cazas citas as Portas do Cano[244]».

Postigo das Eiras do Colégio - «hua caza [...] Fora de Portas ao Postigo das Eiras do Colegio[245]»; «huma caza de sobrado chamada a da cozinha com seu forno dois quartos dentro della com sua adega debaixo e o mais que lhe corresponde e assim mais lhe dão de prazo, outro quarto de sobrado [...] com sua janela para o rio tudo sito fora das portas ao Postigo das Eiras do Colegio sendo para a calçada[246]».

Postigo da Pala - «principiando a medição da esquina das Eiras, que esta junto ao Postigo da Palla[247]».

Rua do Cabo - «epotecava as suas cazas de morada sitas na rua do Cabo[248]». Parece-nos que a rua do Cabo e a rua de Fora das Portas do Cabo se definiram em momentos diferentes: «humas cazas na rua do Cabo digo de Fora das portas do Cabo[249]».

Portas do Cabo - «huas cazas sitas Fora das Portas do Cabo e rua do Loreto[250]»; «humas cazas [...] citas na rua das Portas do Cabo» confrontantes «com João de Moraes [...] e com a muralha[251]».

Rua do Loreto - «hua morada de cazas na rua do Loreto lemite desta cidade[252]»; «huma caza de sobrado que elles tem e pesuem nesta cidade ahonde chamão a rua de Nossa Senhora do Loreto[253]».

---

240 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 125, Mç. 29, fls. 68-69v
241 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 15, Mç. 5, fls. 9-13v
242 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 16, Mç. 5, fls. 68v-69v
243 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 5, s/Mç., fls, 85-85v
244 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 210, Mç. 43, fls. 19v-20
245 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 102, Mç. 24, fls. 223v-225
246 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 102, Mç. 24, fls. 223v-225
247 A.U.C., *Tombo dos bens pertencentes ao Collegio da Companhia de Jesus da cidade de Bragança*, fl. 3
248 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 113, Mç. 26, fl. 81
249 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 22, Mç. 6, fls. 22v-23
250 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 115, Mç. 27, fls. 62-63
251 B.P.A.D.B., Nuc, Not., Lv. 20, Mç. 6, fls. 97v-98
252 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 59, Mç. 15, fls. 80v-81

Rua de Santo António - «cazas sitas Fora das Portas do Cabo na rua de Santo Antonio[254]»; «hua morada de cazas na rua de *Santo Antonio do Toural*[255]».

Rua dos Ferradores - «humas cazas sitas na rua dos Ferradores[256]»; «hua morada de cazas [...] sitas Fora das Portas do Cabo desta cidade na rua dos Ferradores[257]».

Rua do Paço - «huas cazas de sobrado [...] sitas na rua do Paço[258]».

Travessa da rua do Paço - «epothecavão hua caza de forno [...] sita na travesa da rua do Paco [sic][259]».

Caleija da rua do Paço - «hua caza [...] junto das Portas do Cabo em a caleija da rua do Paço[260]».

Fora das Portas dos Oleiros - «huma terra [...] Fora das Portas da rua dos Oleiros» confrontante de «huma parte com estrada publica que vai pra Vale d'Alvaro e pello poente com outra que sai da mesma para o Forte[261]».

Rua da Mesquita - «hua caza que deixou Ana Gonçalves molher que foi de Gaspar Vaz caminheiro que esta na rua da Mesquita que parte com a mesma rua e com horta do (*) Bastião da Guarda». À margem esquerda do documento escreu-se a informação: «hoi he a rua dos Oleiros[262]».

Rua dos Oleiros - «huas cazas que estam citas na rua dos Oleiros[263]».

Travessa da rua dos Oleiros - «humas cazas citas em huma traveça no simo da rua dos Oleiros[264]».

Rua de Roncesvales - «achou elle Juiz que na rua de Roncesvalles que agora se chama a rua da Amargura estão huas casas asobradadas[265]».

---

253 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 120v-121v
254 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 115, Mç. 27, fls. 148-149v
255 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 23, Mç. 6, fl. 1
256 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 121-123
257 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 59, Mç. 15, fls. 93-94
258 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 148, Mç. 33, fls. 20-20v
259 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fls. 38-38v
260 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 59, Mç. 15, fls. 115v-116v
261 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 95, Mç. 22, fls. 115-115v
262 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação,* GA., PRQ., Cx. 13, Lv. 123
263 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 4, Mç. 1, fls. 92-93
264 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 29v-30
265 B.P.A.D.B., GA., PQR, Cx. 3, Lv. 23, s/fl.

Rua da Amargura - «humas cazas sitas na rua da Amargura[266]».

Travessa para a Costa Pequena - casas na rua da Amargura confrontantes de uma banda «com travessa que vai para a Costa Piquena[267]».

Caleja na Costa Pequena - uma casa na Costa Pequena (banda do sol) confrontante «com o reverendo Lourenço Jose Centeno e com caleja que da servidão, a Manuel Gonçalves do Populo Chaves[268]».

Travessa para a Costa Grande - uma caza na Costa Pequena confrontante «com a travessa que vai para a Costa Grande[269]».

Portas da Cadeia - «huas cazas sitas as Portas da Cadeia[270]».

Caleja da Cadeia - «cazas [...] sitas no fundo da Costa Grande» que confrontavam «com erdeiros do padre Manoel Ferreira desta cidade e Caleja da Cadeia[271]».

Rua de S. Francisco - «huma morada de cazas citas na rua de S. Francisco[272]».

Rua da Alfândega - casas na rua da Alfândega que «partem pelo norte com rua publica e de nascente com a travessa que vai para a igreja de S. João e do sul com adro da porta principal da mesma igreja[273]»; casas na rua da Alfândega «que confrontaram a sul com Terreiro da igreja de S. João[274]».

Rua da Alfândega Velha - «obrigava a renda annual de suas cazas que tem na rua Dalfandega Velha» que confrontavam «com o mirante das religiozas Beneditinas[275]»; «huma morada de cazas tilhadas e sobradadas [...] sitas na rua Dalfandiga Velha [...] devidem pella dita rua e pella que vai para as Eiras de S. Bento[276]».

Rua dos Prateiros - «humas cazas sitas na rua dos Prateiros indo para a Villa[277]».

---

266 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 133v-134v
267 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 145, Mç. 33, fls. 13-14
268 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 26-26v
269 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 15v-16v
270 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 70, Mç. 17, fls. 88v-89
271 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 66, Mç. 16, fls. 26-27
272 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 25, Mç. 7, fls. 3-4
273 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 116, Mç. 27, fls. 11-12v
274 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 64, Mç. 16, fls. 64-65
275 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 20, Mç. 6, fls. 119v-120
276 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv.21, Mç. 6, fls. 12-13v
277 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 61, Mç. 15, fls. 1v-2v

Vila - «humas cazas sittas na Villa[278]».

Rua de Santo António - «huas cazas [...] aonde chamão a rua de Santo Antonio [...] citas na Villa desta cidade[279]».

Travessa de Santo António - «huas cazas [...] sitas na Villa desta cidade e travessa de Santo Antonio[280]».

Caleja do Poço do Rei - casas na Vila confrontantes de uma parte «com rua que vai para Santa Maria e da outra com caleja que vai para o Poço de El Rei[281]».

Cadeia Velha - «hua caza sita na Villa desta cidade honde chamam a Cadeia Velha[282]».

Rua das Flores - «humas cazas sitas na Villa na rua das Flores[283]».

Travessa da praça de Santa Catarina - «humas cazas [...] sitas na Villa desta cidade, na travessa da praça de Santa Catherina[284]».

Rua de Santa Catarina - «humas cazas de sobrado [...] na villa desta cidade na rua de Santa Catharina[285]».

Rua dos Almeireses - «humas cazas na rua dos Almeirezes na villa desta cidade[286]».

Rua de Santiago - «huas cazas sitas na Villa desta cidade na rua de Sam Tiago[287]».

Terreiro do Corpo da Guarda - «hua morada de cazas sitas na Villa» confrontantes «de hua parte com a rua do conselho e da outra com o Terreiro do Corpo da Goarda junto a capella de Santiago com seu quintal junto as muralhas[288]».

Postigo das Caldas e rua de Santa Maria - «huas cazas [..] na villa na travessa que vai da rua de Santa Maria para o Postigo das Caldas[289]».

---

278 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 125, Mç. 29, fls. 29-30v
279 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 58, Mç. 14, fls. 59-60
280 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, Mç. 17, fls. 77v-78
281 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 114, Mç. 26, fls. 3-3v
282 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 2, Mç. 1, fls. 57v-58v
283 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 125, Mç. 29, fls. 71-72
284 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 97, Mç. 22, fls. 62-63
285 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 6-7
286 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 123, Mç. 29, fls. 28-29v
287 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 2, Mç. 1, fls. 57v-58v
288 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 73, Mç. 18, fls. 18v-19v
289 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 209, Mç. 43, fls. 46v-47v

Portas do Sol - «huas cazas com sua cortinha sitas na Villa desta cidade, as Portas do Sol[290]».

Portas de Santo António - «huas cazas sitas a entrada da Villa ao pe das Portas de Santo Antonio[291]».

Carreirão da Vila - «huas cazas no Carreirão da Villa[292]».

Carreirão do Jorge - «humas cazas que elles [...] posuem sitas adonde chamão Carreirão do Jorge fora dos muros desta cidade[293]».

Travessa das portas do carro - «huma morada de cazas [...] sitas na traveça das Portas do Carro do convento de São Bento[294]».

Praça de S. Vicente - «hua morada de cazas sitas na praça de São Vicente[295]».

Praça de S. João - «humas cazas citas na Praça de S. João[296]»; «humas cazas aruinadas e sitas na praça de Sam João Baptista» confrontantes de uma banda «com hum calejo que he serventia do quintal das cazas de Bernardo Baptista de Affonceca e Sousa[297]».

Eiras do Colégio - «humas cazas sobradadas e telhadas com seu quintal logeas [...] sitas nas Eiras do Collegio[298]».

Eiras do Arcebispo - «huas cazas sitas na rua Direita» confrontantes «de hua parte com Manuel Rodrigues de Lima mercador e doutra parte com cazas delle vendedor com seo quintal para as *Eiras do Colegio* que antigamente se chamavão Eiras do Arcebispo[299]»; «Huas cazas [...] na rua Direita com sahidas para as *Eiras do Bispo*[300]».

Eiras de S. Bento - «lhe deixa hum acento de humas cazas que tem nas Eiras de Sam Bento[301]».

---

290 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 63, Mç. 15, fls. 71-72v
291 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 70, Mç. 17, fls. 56v-58
292 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 115-116
293 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 13, Mç. 4, fls. 85-86
294 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 73-73v
295 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 47v-48v
296 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 125, Mç. 29, fls. 31v-35v
297 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 13. Mç. 4, fls. 95-96
298 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 5, Mç. 2, fls. 142v-145
299 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 9, Mç. 3, fls. 36v-37v
300 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 9-10v
301 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 5, Mç. 2, fls. 131-132v

Ponte das Ferrarias - «humas cazas junto da ponte das Ferrarias[302]»; «hua cortinha cita a Ponte desta cidade chamada das Ferrarias ao Loretto[303]».

Além da Ponte das Tinarias - «huas cazas [...] Alem da Ponte das Tenarias[304]».

Rua das Tinarias - «duas moradas de cazas tilhadas e sobradadas na rua das Tenarias suburbios desta cidade[305]».

Além do Rio - «huas cazas [...] Alem do Rio limite desta cidade[306]».

Casas Novas - «nas cazas [...] sitas Além do Rio honde chamão as Cazas Novas arrabalde desta cidade[307]».

Trincheira - «este Senado tinha muitos campos valdios [...] que se costumavam emprazar a quem os podia cultivar e o pedia Francisco Alves e sua mulher Marianna da Costa desta cidade hum pedaço de campo valdio para acento de huas cazas que esta fora das Portas da Cadeia ahonde chamam a Trincheira[308]».

Cruz de João Garcia - «huma morada de cazas que elles tem e pesuem nos arrabaldes desta cidade Alem da ponte das Tenarias hindo pera a Cruz de João Garcia[309]».

Bairro da Ponte - «huas cazas [...] no sitio do Barrio da Ponte arrabalde desta cidade[310]».

Sítio da fonte da Pipa - «a metade de hua caza pegada na mesma vinha no sitio da fonte da Pipa hindo para a fonte dos Alfaiates[311]»; «hua morada de cazas sitas nesta cidade junto a fonte da Pipa[312]».

A Malha - «sua morada de cazas no simo do caminho que vai para a ponte do Jorge a que o vulgo chama a Malha[313]».

---

302 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 114, Mç. 26, fls. 113-113v
303 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 173, Mç. 37, fls. 26v-27v
304 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 145, Mç. 33, fls. 23-23v
305 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 95, Mç. 22, fls. 115-115v
306 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 63, Mç. 15, fls. 11v-12
307 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, Mç. 17, fls. 27v-28
308 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 1, Mç, 1, fls. 51-52
309 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 138-139
310 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, Mç. 17, fls. 9v-10
311 B.P.A.D.B., Nuc. Not, Lv. 149, Mç. 34, fl. 94
312 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 60, Mç. 15, fls. 44-45v
313 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 118v-119v

Toural - «humas cazas sitas no Toural[314]»; «humas cazas [...] tudo cituado no Toural desta cidade extra muros da mesma tudo confrontante com caminho que vai para Grandais e o que vai para o lugar de Villa Nova[315]».

Boavista - um campo «no sitio da Boavista suburbio desta cidade» confrontante «pelo sul com a estrada que vai para a Senhora do Loreto e fonte da bica chamada a fonte nova[316]».

Vales de S. Francisco - «huma cortinha [...] no sitio dos Valles de São Francisco» confrontando de «hua e outra parte com as estradas publicas que vão desta cidade para os lugares de Gemonde e Baçal e outros[317]».

Bolingas - «hua terra que esta aonde chamão as Bolingas e hoje bulgarmente chamadas a Traginha lemite desta cidade[318]».

Cardenhas - «hua terra no citio das Cardenhas junto ao caminho que vai do convento de São Bento desta cidade para o Terreiro de Santa Clara[319]».

Calvário Velho - «hua vinha no sitio do Calvario Velho lemite desta cidade[320]».

Cabeço do Touro - «hua vinha [...] honde chamam Cabeço do Touro lemite desta cidade[321]»; «Cabeço do Touro defronte das portas do Sol[322]».

Sapato - «tres leiras de terra sitas no limite do Sapato de tras de Santo Antonio[323]»

Vale de Prados - «hua terra, que esta no limite desta cidade, aonde chamão Val de Prados [...] e parte com a estrada, que vai pera o porto de Baçal[324]»

---

314 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 145, Mç. 33, fls. 21-22
315 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 17, Mç. 5, fls. 92-95
316 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fls. 35v-36v
317 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 17-17v
318 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 8, Mç. 2, fls. 7-9v
319 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 60, s/fl.
320 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 21, Mç. 6, fl. 93v
321 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 2, Mç. 1, fl. 49
322 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 33, Mç. 5v
323 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 116, Mç. 27, fls. 80v-81v
324 A.U.C., *Tombo dos bens pertencentes ao Collegio da Companhis de Jesus da cidade de Bragança*, fl. 6v

Pena da Atalaia - «ao alto do cabeço da capella de Sam Bartholomeu que antigamente se chamava a Penna da Atalaia[325]».

5. Os elementos marcantes

É difícil pensar na cidade de Bragança sem que a imagem do castelo se recorte na nossa memória. Para um observador do séc. XVIII, essa imagem, pela definição dos seus contornos, pela posição de dominância relativamente ao conjunto urbano, pela sua ligação à cidade e ainda pela ausência de interferências visuais seria, com toda a certeza, ainda mais nítida. Também os campanários das igrejas, alteando-se por cima dos telhados do casario, adquiriam qualidades em que para além da importância simbólica e visual permitiam o seu reconhecimento em diversos níveis de referência.

Estes pontos, por estruturarem fisicamente a imagem de uma cidade, constituem elementos marcantes do tecido urbano[326] com o qual se relacionam estreitamente. Num aglomerado urbano, os elementos marcantes podem impor-se pela sua visibilidade de variados pontos ou pela criação de «um contraste com os elementos circundantes».Se, a título de exemplo, a torre de menagem se enquadra no primeiro aspecto, a Domus Municipalis caberá no segundo, dada a brusca variação de cotas entre a torre sineira da igreja de Santa Maria e as dimensões atarracadas da casa do Senado da Câmara.

Uma das características dos elementos marcantes é constituída pela originalidade ou individualidade das suas funções relativamente à totalidade do tecido urbano ou mesmo pelo equilíbrio da relação estabelecida com as especificidades de conjuntos de menor dimensão. Nesta linha de orientação passaremos a considerar alguns edifícios e bens de natureza pública que pela função desempenhada sejam determinantes na dinâmica colectiva da cidade.

---

325 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança*, fl. 56

326 LYNCH. Kevin - *A imagem da cidade*, s/l., Edições 70, s/d., p. 59

5.1. Pontes

Correndo na base da elevação que serviu de assento à cidadela, o rio ou ribeira do Fervença - é designado de ambas as maneiras - constituíu até aos nossos tempos como um limite natural ao crescimento da cidade. Enquanto obstáculo que era necessário vencer para se assegurarem as comunicações da cidade com o exterior e, como veremos, o abastecimento de água à população, ou o seu reforço, tornou-se necessário recorrer à construção de pontes, obras que pela sua importância eram, como se sabe, encaradas desde os tempos medievais como pertencentes ao domínio da caridade pública.

As pontes do Jorge, das Tinarias, também conhecida pela designação de ponte dos Açougues, e do Loreto, esta, igualmente conhecida com os nomes de Ferrarias e Quintela, situavam-se na área peri-urbana.

No início da segunda metade do séc. XVI, a Câmara de Bragança levou a praça pública a ponte do Jorge, a qual viria a ser entregue numa primeira arrematação[327] a Pedro de la Faia, mestre que trabalhou nas obras do convento de Santa Clara, posteriormente entregue aos Jesuítas, e na Sé de Miranda do Douro. Incapacitado , por doença temporária, de responder à urgência pretendida pela Câmara no sentido de iniciar a obra, foi esta levada segunda vez à praça, desconhecendo-se quem desta feita recebeu o ramo. Para a sua construção, efectuada, segundo o Abade de Baçal, provavelmente em 1557, comprometeu-se a Câmara a construir «o caminho por homde cheguasse hos achegos para fazer a dita ponte[328]».

As pontes das Tinarias e do Loreto davam passagem e continuidade aos caminhos que vinham ter a esta cidade, servindo por isso não só as populações das aldeias das proximidades mas igualmente prolongavam a abertura da cidade para as regiões do litoral através das estradas de alcance mais longo.

Situada muito perto das Portas da Cadeia e consequentemente da praça de S. Vicente que era o centro urbano mais destacado, a existência da ponte das Tinarias permitiu ainda que durante o sec. XVIII se fossem construíndo habitações na outra margem, facilitando simultâneamente o acesso às fontes que maioritariamente se localizavam nas proximidades da margem direita do rio. Além destas, outras duas se construíram nas proximidades da cidade permitindo

[327] ALVES, Francisco Manuel - T. IX, *ob. cit.*, p. 215
[328] ALVES, Francisco Manuel - T. IX, *ob. cit.*, p. 215

e facilitando a diversidade de contactos. Referimo-nos às pontes das Carvas, sobre o rio Sabor, e a uma outra que, sobre o Fervença, foi construída nas proximidades da povoação de Castro de Avelãs.

Não sendo abundantes as notícias respeitantes a estas obras públicas, exceptuando as que as utizavam como marcas ou referências de apoio à localização de prédios, estas passagens tornar-se-iam protagonistas de grande relevo em consequência de uma grande cheia provocada na noite de 23 de Agosto de 1804 por uma trovoada que as arruinou parcialmente. Parece-nos ser útil o delineamento, ainda que com brevidade, do quadro de destruição causado pelas águas do Fervença, em consequência da qual foram enormes os prejuízos materiais. Assim a cheia não só «lançou por terra hum grande pedaço do muro da cerca que foi dos ex-Jezuitas inundando-a fortemente[329]» mas ainda «desbaratou em parte hua grande calçada[330]» que ficava entre esta cerca e o rio. No seu caminhar, as águas revoltas provocaram ainda a destruição das agueiras que transportavam a água para os moínhos poderem trabalhar e «hua caza de tintoraria de côres», reedificada de novo por João da Silva, tendo-se então perdido não só a casa mas também a «muita quantidade de seda tingida e por tingir pertencente a varios fabricantes[331]». Derrubando casas, moínhos e desbaratando as hortas das suas margens, também as pontes sofreram as consequências.

Tendo-se procedido à avaliação da dimensão dos estragos, consta no «registo de hua vereação» a que para o efeito se procedeu:

> «acharão que a ponte chamada do Loreto que esta no principio da cidade e a mais frequentada, ficou totalmente arruinada, e demolida, restando somente no principio e fim della hua pequena parte que apenas pode ficar em pé quando haja de reedificarse por ficar tremida e abalada[332]».

---

329 B.M.A.B., *Livro de registo da Camera, (1804 - 1815)*, fl. 18
330 *Idem, ibidem*, fl. 18
331 *Idem, ibidem*, fl. 18
332 *Idem, ibidem*, fl. 20

A ponte «por baixo da cadea chamada das Tenarias» ficou no seguinte estado:

> «os dous arcos esbulhados, e bem combatidos e estragados, e os patamares quasi por terra[333]».

Também na ponte do Jorge, mostrando algumas fragilidades, a cheia provocou estragos:

> «rachando a dos lados e ficando de pé o arco bem combatido[334]».

Face a esta catástrofe que:

> « desbaratou a ponte do Loreto que dava transito para todo o reino, arruinara, e fizera inpraticaveis [sic] as das Tenarias, e do Jorge, que davão pasagem para fontes, propriedades, e para alguas aldeas[335]»,

tornava-se urgente iniciar as obras de restabelecimento dessas importantes passagens. Para isso, era necessário que as possibilidades financeiras da Câmara fossem bastantes, tanto mais que havia outras necessidades prementes tais como:

> «as necessárias obras da cadea publica feitas a bem da segurança da mesma e da melhor comodidade dos prezos; [...] a fundição do sino grande da mesma Camara que se havia quebrado e [...] abertura de duas minas que se abrirão em beneficio publico (no que respeita ao abastecimento de água à cidade)[336]».

---

333 *Idem, ibidem,* fl. 21
334 *Idem, ibidem,* fl. 21
335 B.M.A.B., *Registo de hua provizão para se fintarem as obras das pontes,* in «Livro do registo da Camera (1804 - 1815)», fls. 76v - 77v
336 B.M.A.B., *Registo de hua provizão para se fintarem as obras das pontes,* in «Livro do registo da Camera (1804 - 1815)», fls. 76v - 77v

Para estas obras teve a Câmara que recorrer a dinheiro emprestado dando como garantia de pagamento as rendas do concelho, uma vez que o «Depozito das rendas» se tinha esgotado. Com a finalidade de «evitar o prejuizo público e particular» contraiu a Câmara o «debito de oitocentos e trinta mil reis», soma demasiado elevada para as suas receitas, tendo em conta que o total das suas rendas mal chegavam para as despesas anuais em períodos de normalidade.

Em 1806, o príncipe regente D. João diferiu o pedido da edilidade bragançana para se repartirem os 830000 réis «pelo concelho da dita cidade e villas mais vezinhas». Porém, nesta derrama não entrariam «os 320.000 reis tirados do depozito das cizas» pelo que o total a repartir equivalia somente ao montante de 510.000 reis. Nesta conformidade, o regente houve por bem:

> «conceder á Camara supplicante a faculdade necesaria para se proceder a derrama dos mencionados 510.000 reis, lançada pelos moradores da dita cidade e seu termo, e as Villas de Nuzellos e seu termo, villa de Val de Nogueira, Val de Prados, Rebordaons, Ervedoza, Villa Franca, Villa de Gostei para a factuira das mencionadas obras, sendo justo que os sobeijos das sizas emprestadas se appliquem effectivamente para ellas sem necesidade de se fintarem os povos na concorrente quantia dos mesmos sobejos[337]».

Antes destes sucessos, um outro documento em que, pelos serviços prestados à cidade, se requeria superiormente a renovação do mandato trienal e consequente recondução do Juiz de Fora, João Nogueira da Silva, dá-nos informações sobre a forma como o problema das pontes foi imediatamente atacado, ainda que, no caso da ponte do Loreto, provisoriamente. Assim, ficamos a saber que:

> «no breve espaço de dous mezes restituio aquellas duas importantes pasagens [sic] (pontes do Loreto e Tinarias) fazendo substituir a Ponte do Loreto hua interina de madeira que hoje existe com toda a

337 B.M.A.B., *Registo de hua provizão para se fintarem as obras das pontes,* in «Livro do registo da Camera (1804 - 1815)», fls. 76v - 77v

> segurança, sofrendo hua continua, e frequente tranzitação de pé bestas e carros de qualquer pezo, e fazendo reedificar de pedra a das Tenarias com aumento, e mais segurança que a antiga para cujas despezas, na falta do Cofre da Camara lançou mão sobre a mesma, de emprestimos particulares a fim de não vexar o povo opprimido pelos effeitos do contagio, e carestia dos viveres[338]».

Uma informação que em Outubro de 1804 o Corregedor de Bragança dirigiu ao Conde de Vila Verde confirmando a matéria do documento anterior, complementa-a:

> «Das quatro pontes compreendidas na sobredita catástrofe a chamada das Tenarias vai estando reparada com o acrescimo de hum grande arco, que se julga poder defendela de outro similhante fracasso; e antes do rigorozo Inverno hade ficar de todo concluida[339]».

Evidenciando a rapidez com que se tratou da reedificação da ponte das Tinarias, também neste documento se assinalam algumas modificações introduzidas sendo a de maior vulto a substituição dos dois arcos iniciais por «hum grande arco».

Relativamente à reconstrução da ponte do Loreto «que foi a mais arruinada» reconhecendo-se ser, entre todas, a mais importante, esbarrou, contudo, em alguns problemas que impediam uma resposta imediata. Entre os principais entraves contavam-se[340]:

-a necessidade e a exigência «de hua reedificação fundamental»;
-a consideração de circunstâncias - que nos escapam - impeditivas da execução das obras «até aos mezes de estio», ou seja, a reconstrução só

---

338 B.M.A.B., *Registo de hum requerimento a favor do juiz de Fora João Nogueira da Silva,* in «Livro do registo da Camera (1804 - 1815)», fls. 119v - 122v

339 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Informação a pedido do Principe Regente,* Mç. 325, Cx. 435, s/fl.

340 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Informação a pedido do Principe Regente,* Mç. 325, Cx. 435, s/fl.

poderia ter lugar no ano seguinte, mesmo aceitando que «para isso houvessem meios» financeiros disponíveis.

Tendo em conta a pequena dimensão do vão, foi possível encontrar uma solução técnica de recurso que, pensada para servir transitoriamente, passava pela utilização de madeira. Acrescente-se ainda que esta solução era económica não só em termos dos materiais a utilizar mas também levando em consideração a mão de obra «pois que em todas estas obras os pobres lavradores trabalhão de graça e debaixo de abonos os officiais empregados nellas[341]». Por esta razão e pelas dificuldades económicas originadas pela fraca produção cerealífera e pelo seu elevado preço, o Corregedor João de Seixas Caldeira da Fonseca e Lemos recomendava ao monarca, prevendo o lançamento de uma Finta, a necessidade de «brandura» que se devia observar «com os povos que ficão ao lado Oriental do rio Sabor».

Manifestando-se a tendência para a continuidade da solução inicial pela escassez de meios financeiros, procurou a Câmara contrariar esta situação alcançando para o efeito uma provisão régia que permitiam lançar uma taxa sobre os consumos de carne e vinho. Autorizada em 1806, 1814 e 1815 foi de novo prorrogada em 1816. No início do ano de 1819, a consideração de que «o produto dos dois ultimos annos não tinha chegado para conclusão da obra em tudo util aos povos», levou D. João VI a determinar:

> «Hey por bem que a sobredita impozição de hum Real em arrate de carne e quartilho de vinho continue por mais dois annos (para com o seu) produto concluir a obra da dita ponte e seus uteis arranjamentos[342]».

A ponte levantada sobre o Fervença no caminho entre Gostei e Bragança também sofreu o embate da cheia pois na notícia sobre esta matéria refere-se que, nas proximidades de Castro de Avelãs, a água levou «hum pontão, e parte de outra ponte de pedra». Tendo havido alguns autores que a classificaram

---

341 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Informação a pedido do Principe Regente,* Mç. 325, Cx. 435, s/fl.
342 B.M.A.B., *Registo de hua provizão que proroga mais dois annos para o Real aplicado para ponte do Loreto,* in «Livro de registo da Câmara», fls. 133v-134

dentro do tipo romano, o Abade de Baçal recusou tal classificação estribando-se nas razões que se seguem:

> - a presença de arcos de ogiva nos três olhais - reconhecendo no entanto que esta forma de arco pode estar presente na arquitectura antes do séc. XIII;
> - a existência «na base dos arcos [...] de agulheiros destinados a segurar as cambotas, ou seja uns buracos como os que os pedreiros deixam nas paredes para formar as estradas[343]».

Com base nestes pressupostos acabaria por incluir esta ponte no agrupamento das construções medievais, como de resto a sua construção em alvenaria, o tabuleiro em «dorso de burro», usando uma expressão de Pierre Lavedan, para facilidade de escoamento de águas e os talhamares, agudos a montante e redondos a jusante, sugerem.

Porém, uma «escritura de obrigação e abono» celebrada em 27 de Janeiro de 1701 entre o Doutor Bento de Morais e a Câmara da vila de Gostei vem demonstrar como a persistência das formas e das técnicas enquanto elementos estruturais se inscrevem na longa duração, uma vez que tipologias arcaicas continuam vivas no princípio do séc. XVIII, provando desta forma a sua eficácia e funcionalidade. À luz deste documento notarial, o Doutor Bento de Morais contraíu a obrigação de «fazer a ponte no rio Fervença na estrada que vai deste julgado (de Gostei) para dita cidade», do modo que se segue:

> «de pedra e cal bem segura na forma da arquetetura e conta perque lhe foi feita arrematação que bem a ser de tres arquos o do meio de trinta e tres palmos de vão e os dois dos lados de dez palmos de vão catorze palmos de largo e tudo o mais na forma da planta pelo preço de quinhentos e sinquoenta mil reis libres pera elle a fazer a dita obra bem e segura a contento do Doutor Provedor que com oficiais a veija[344]».

---

343 ALVES, José Manuel - *ob. cit.*, T. IX, pp. 200 - 201
344 B.P.A.D.B., Nuc. Not. (Rebordãos), Lv. 3, Mç. 1, fls. 21-22v

Sabemos que esta obra foi arrematada na vila de Mogadouro, sendo a escritura inicial de obrigação feita em Bragança no cartório do tabelião Francisco Sobral e que o Doutor Bento de Morais apresentou como fiadores Manuel Carneiro de Novais e sua mulher Maria Josefa naturais ou residentes na povoação de Gralhós. Como se levantaram dúvidas sobre matérias relativas aos fiadores, Bento de Morais lavrou nova escritura em que a par da abonação por parte dos juíz, vereador e procurador do julgado de Gostei teve nesta ocasião de hipotecar não só a sua casa de morada, sita na rua Direita em Bragança, mas ainda vinhas, terras e um casal que possuía em Paradinha.

5.2. As fontes

É conhecida a importância dos aspectos políticos e sociais na modelação do espaço urbano. Conjuntamente com estes factores também os elementos da topografia se destacam pela maneira como ao longo do tempo guiavam o desenvolvimento da malha urbana. Contudo, a esta expansão não eram indiferentes as possibilidades da população poder ver assegurada a satisfação de um dos problemas colectivos vitais definido pelo abastecimento de água. Como só a garantia desta condição possibilitava a persistência do aglomerado assim se explicam os elevadíssimos gastos com a captação e condução, por vezes durante largas distâncias, da água e ainda os quilómetros de subterrâneos que minam autenticamente algumas cidades.

A existência de água disponível para o abastecimento público revelava-se igualmente indispensável num período em que as possibilidades técnicas e sociais colocavam as cidades em permanente risco de incêndio. A necessidade de se conservar o fogo, a utilização geral nas construções de materiais facilmente perecíveis e a presença no tecido urbano de ruas estreitas acumulavam condições que favoreciam o desencadear de catástrofes. Também a proximidade da raia, fazendo aumentar as possibilidades dos habitantes de Bragança verem cerceados os seus movimentos pela instalação de um qualquer cerco que o invasor em qualquer momento de crise entre os dois estados podia impor, aconselhava a que a possibilidade de abastecimento estivesse garantida.

Foi para acautelar todos estes aspectos que na Vila se realizaram importantes exercícios hidráulicos, incorporando na torre de menagem do castelo um sistema de canais destinados à condução das águas pluviais para uma cisterna. Também no lado sul, um pano de muralha rematada por uma torre[345] prolonga-se para o exterior, seguindo um costume árabe, de forma a enquadrar no seu perímetro uma nascente conhecida pelo nome de Poço do Rei. Do mesmo modo, também a *Domus Municipalis*, edifício conhecido no período anterior à influência romântica por Casa da Água ou Cisterna, sendo na parte inferior um reservatório, embora com água nativa, incorpora na própria arquitectura um sistema de aproveitamento da água das chuvas. Só o facto de este sistema não ser usual na região, mostra a importância que, no espaço intra-muros da cidadela, se concedia ao aprovisionamento de água. Sendo nossa opinião que, considerando o sítio em que a ponte se levantou, nenhuma destas razões tinha cabimento só conseguimos encontrar justificação para esta obra na presença de uma fonte na margem direita do rio, a qual se revelaria essencial, dada a proximidade da Vila, para complementar o abastecimento de água à cidade.

Apesar da sua importância, havia quem não respeitasse a dimensão da utilidade pública das fontes, como se conclui da decisão tomada em 1619 pelos responsáveis da edilidade no sentido de penalizarem os seus autores materiais:

> «acordarão que porquanto nesta cidade avia muitas fontes asi as que estão junto a cidade como nos lemites e aredores della e nellas se fazia grande estrago de as deribarem e as fontes desfazião e tiravão os canos e cantarias dellas e asim dos chafarizes e fontes de Val Dovelhas e de Vale Dalvaro e todas as mais que toda a pesoa que se achar fazendo o dito dano page dous mil reis de pena pera acuzador e cidade e não nos achando fazendo o dito dano provandose pagarão a dita pena e a mesma pena terão os que fizerem o mesmo dano nos posos desta cidade ou lançarem sugidade nelles[346]».

---

345 Os espanhóis designam este tipo de torres por «corachas». Cf. LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar - *El desarollo urbanístico de Cáceres (siglos XVI - XIX)*, Cáceres, 1980, p. 70

346 B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil e seis centos e dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, ALL, fl. 47

Nesta linha de preocupações a Câmara parece ter tomado algumas medidas para reparar os pontos de abastecimento de água. Porém, os «amigos do alheio» contrariavam os seus desígnios como se vê no seguinte documento:

> «recebeu o Precurador della que a sua noticia veio que furtarão no prado de Antonio de Valhadolim dezannove ou vente cantarias que estavão pera as fontes que avião de vir a esta cidade requeria a elle Juis e Vreadores mandasem tirar devasa de quem os furtara e os castigasem e asim do chafaris e fonte das Ferarias e de Val Dovelhas e do Loreto e fonte de Vall Dalvaro e posos da cidade[347]».

Outro problema que a Câmara tinha de enfrentar era o costume que alguns populares tinham de utilizar a água das fontes e poços destinada ao abastecimento, para fins agrícolas o que provocava no período da estiagem a sua escassez[348].

Pelo menos durante o primeiro quartel do séc. XVIII, o abastecimento de água devia constituir um sério problema na cidade de Bragança na medida em que as fontes públicas existentes se localizavam quase todas nos arrabaldes. Desta forma, a fonte transformar-se-ia também num ponto de encontro da população. Relativamente ao mesmo período de tempo, José Cardoso Borges traçou um quadro que nos parece demasiado optimista, pelo menos na parte respeitante às camadas populares:

> «Dentro desta cidade so ha tres fontes, e todas particulares; hua no Collegio da Companhia e duas nos mosteiros das religiozas; mas tem grande numero de poços, alguns publicos, e os mais particulares, e alguns de tão perenne manancial que parte do ano

---

347 B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil e seis centos e dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, ALL, fl. 8. Este «acordaon» devia fazer parte de outro livro mas como está junto das «Posturas e acordos...» e a data respeita ao mesmo ano entendemos designá-lo de idêntica maneira.

348 «per coanto as fontes e pontes desta cidade e seu lemite estavão deribadas e furtavão as pedras dellas requeria elle Juis tirase devasa do caso e asim dos chafarizes per esgotarem (a) auga delles pera regarem ortas delles e linhos». B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este ano de mil e seis centos e dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, ALL, s/fl.

correm pela boca como he o das portas de S. Francisco, que por ser obra da Camera tem as armas da cidade; mas pela circumferencia desta se achão vinte e duas fontes perennes de cristalina, e excellente agoa[349]».

Quadro II

POÇOS PARTICULARES

LOCALIZAÇÃO	ANO	PROPRIETÁRIOS	FONTE
Eiras de S. Bento	1706	Misericórdia	A.S.C.M.B., Lv. 285, Mç. 89, fls. 107-108
Rua do Espírito Santo	1734	Francisco Xavier da Veiga Cabral	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, fls. 93v-95v
Rua da Carreira	1748	Misericórdia	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 285, Mç. 89, fls. 3-5
«na loja». Rua Direita junto à praça do Colégio	1763	Francisco José de Morais Pimentel	*Idem, ibidem,* Lv. 111, Mç.26, fl. 115
quintal na rua de Trás	1778	Francisco Inácio Borges Rebelo	*Idem, ibidem,* Lv. 19, Mç. 5, fls. 137-139
quintal na rua da Alfândega	1778	Inácio Manuel de Morais Sarmento	*Idem, ibidem,* Lv. 65, Mç. 16, fls. 112-113

[349] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 63; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. I, p. 345

quintal na rua do Cabo	1782	António Manuel Pinheiro de Magalhães	*Idem, ibidem,* Lv. 21, Mç. 6, fls. 78-79v
quintal na rua dos Oleiros	1783	João António Gomes Sepúlveda	*Idem, ibidem,* Lv. 119, Mç.28, fls. 167-171
cortinha na Vila	1785	António de Morais	*Idem, ibidem,* Lv. 99, Mç. 23, fls. 12-13
Caleja do Forte	1785	Inácia Maria da Conceição, viúva de José Fernandes Barreiros	*Idem, ibidem,* Lv. 23, Mç. 6, fls. 38-39
«terrado» na rua da Amargura	1789	Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda	*Idem, ibidem,* Lv.100, Mç.23, fls. 103-105v
quintal na rua da Alfândega	1794	António Manuel de Morais Antas	*Idem, ibidem,* Lv. 148, Mç.33, fls. 8v-9v
Rua dos Prateiros	1795	António Manuel de Morais Antas	*Idem, ibidem,* Lv. 27, Mç. 7, fls. 10v-13v
quintal na rua Nova do Norte	1795	Filipe António	*Idem, ibidem,* Lv. 127, Mç.30, fls. 49-50
«no simo da rua do Espirito Santo»	1797	Amaro Valente Pavão de Sousa	*Idem, ibidem,* Lv. 128, Mç.30, fls. 70-74
quintal na rua do Loreto	1798	Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa	*Idem, ibidem,* Lv. 104, Mç.24, fls. 31v-32v
quintal na rua da Alfândega	1799	António José de Fontoura	*Idem, ibidem,* Lv. 104, Mç.24, fls. 96-97
Rua de Fora de Portas	1800	Joana Celeste	*Idem, ibidem,* Lv. 74, Mç. 18, fls. 59-61v
quintal na rua Direita	1800	José de Sá Carneiro Vargas	*Idem, ibidem,* Lv. 130, Mç.30, fls. 30v-33v

Na tentativa de engrandecer a cidade, este autor não considerou que, por vezes, até a fonte do convento de S. Bento não bastava para as necessidades

próprias, como se demonstra pelas tentativas levadas a cabo para se aumentar o caudal e capacidade de armanezamento. Por outro lado, este instituto religioso pagava[350] a um «moço» para, além de outros serviços, conduzir um burro em cujas cangalhas se transportavam cântaros de água para o convento. As freiras bentas eram mesmo senhorias de uma casa,situada às portas do carro do convento, onde morava o aguadeiro[351].

Ao tratarmos dos conventos de S. Bento e S. Francisco, referir-nos-emos novamente a esta matéria cuja importância dispensa qualquer comentário. Seria, aliás, por causa da água que, em 1725, o Bispo D. João de Sousa Carvalho sentenciou algumas freiras de Santa Clara com:

> «tres mezes de recluzam nas suas cellas donde so poderam sahir para assistirem aos divinos officios; e nos primeiros quinze dias da dita recluzam comeram em terra, e jejuaram a pam a agoa todas as sestas feiras dentro dos ditos mezes[352]».

Com efeito, em 14 de Outubro do ano anterior, os trabalhos de abertura de um poço numa cortinha de António Malheiro, contígua à cerca do convento, constituíu o pretexto para muitas religiosas romperem a clausura. Pretendendo que o poço fosse arrasado, com o fundamento de que a abertura deste poço «cortara a veia de agoa que athe alli corria na sua fonte», manifestaram-se as religiosas nas ruas públicas da cidade, já que contavam também com a solidariedade activa de freiras de S. Bento, e junto ao poço, «intentando apropreallo violentamente[353]».

Por estar mais próximo do rio Fervença, o Colégio da Companhia não devia ter grandes problemas de água. Todavia, em 1644, «no mesmo anno (em que) se fes a talha nova pera o convento se fes a cisterna e fonte da bica da cerca[354]». Porém, se antes desta obra, em 1579, o padre visitador, Cristóvão de Gouveia, ordenava que a «agoa de beber seja da fonte dos Alfaiates ou doutra

---

350 «dei ao moço da agoa des alqueires de centeio de seu selario». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 46, s/fl.

351 «ressebemos de renda das nossas cazas onde mora o aguadeiro da porta do carro mil e seiecentos reis».A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 29, fl. 27

352 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 1, fl. 136v

353 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 1, fls. 135v-136v; A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 1, fls. 110-114v

354 A.U.C., *Titolo das obras e fabricas deste Collegio do Santo Nome de Jesus de Bragança*, fl. 100v

melhor», a mesma recomendação seria exactamente repetida em 1644, mas agora seguida da proibição de se consumir a da cerca, por não ser potável[355].

De fontes ou poços públicos na cidade, só temos conhecimento da existência da fonte do Rei e possivelmente da Domus, ambas na Vila[356], e, fora da cidadela, do poço acima referido, localizado entre os conventos de S. Bento e S. Francisco. Também as fontes referidas por Cardoso Borges à volta da cidade não passariam, na maior parte dos casos de nascentes com bicas ou adaptadas a fontes de mergulho e por isso sem grande significado arquitectónico.

Alguns anos mais tarde (1739) já Cardoso Borges, agora na qualidade de escrivão da Câmara de Bragança, em carta endereçada a D. João V considerava:

> «sendo esta cidade das mais antigas, e praça de armas, padece o defeito de não ter dentro em si nem hua gota de agoa, mais que de alguns poços[357]».

Desvanecido o optimismo anteriormente manifestado, reforçava agora os seus argumentos com o relato de um quadro certamente mais próximo da realidade, traduzido na expressão de uma situação em que a água «de que todos se valem fica fora da cidade[358]». Vê-se assim que este problema sendo particularmente sentido pela população encontrava agora algum acolhimento nas camadas superiores da sociedade que o elenco municipal representava socialmente. Por isso, já em 1728, obtida previamente a concordância da nobreza e povo, o Senado tinha dado notícia ao Duque de Bragança sobre a necessidade de se dar andamento a obra tão urgente, considerando-se nessa altura que havia «modo para se meter (a água) nas duas praças publicas do Collegio da Companhia, e S. Vicente[359]». Invejas pessoais, influências políticas de natureza contraditória e pouca vontade de outros em, sendo necessário, contribuirem para estes melhoramentos públicos impediram o imediato andamento das obras. Só

---

355 MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros Colégios Jesuítas em Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços,* vol. I, Porto, Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 618, 643

356 No meio da parada dos quartéis havia também um poço. Porém, não devia ter carácter público.

357 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Carta do Juiz de Fora (servindo de Ouvidor da Comarca), Francisco Machado de Azevedo ao rei,* Mç. 367, Cx. 490, s/fl.

358 *Idem, ibidem,* s/fl.

359 *Idem, ibidem,* s/fl.

em 1739 os membros da Câmara «com todo o segredo convocarão ao vedor da agoa e fazendo com elle a escriptura de ajuste, puzerão logo em execução esta obra[360]», dando desta forma cumprimento às «ordens que havia de Sua Magestade para se conduzir a agoa e fazerem fontes nesta cidade[361]», em resultado do requerimento que a Câmara apresentou ao rei em 1728.

De resto, a ideia de se fazer uma fonte na Praça do Colégio não era nova. É conhecida uma carta, datada de 1592, em que o Duque de Bragança responde a uma petição do «Padre Provincial da Companhia de Jesus sobre o trazer de agoa da fonte de Nossa Senhora do Loreto para se repartir entre o dito collegio e o mosteiro de Santa Clara[362]». De acordo com o conteúdo deste documento, o representante da Sereníssima Casa manifestando a sua abertura à aceitação da posição que sobre a matéria a Câmara viesse a tomar acabava, «por este negocio ser de muita consideração», por condicionar a decisão do Senado ao expressar a sua opinião. Entendia o Duque:

> «que se deve prefferir a todo o outro particular, que a agoa da dita fonte venha toda para ella, e que na praça do Collegio, onde ha lugar mais acommodado para ella poder vir, se faça hua fonte, de modo que a agoa della caia de alto, e se possa tomar por hua bica ou mais, de maneira que os moradores dessa cidade se possão aproveitar della e posta a agoa no dito lugar por conta das rendas da cidade, ficando livre para ella[363]».

Parece-nos que esta fonte nunca chegou a ver a luz do dia, opinião que os argumentos e os desejos expressos pelo Senado em 1728 parecem confirmar. Reconhecida nesta data a necessidade de duas fontes para o abastecimento público, a serem construídas nas praças do Colégio e de S. Vicente, e obtida a concordância superior disponibilizou o Senado da Câmara o cereal que havia mais de quarenta anos andava emprestado, no valor de:

---

360 *Idem, ibidem,* s/fl.

361 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Auto da Câmara de 3 de Janeiro de 1728,* Mç. 367, Cx. 490, s/fl.

362 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Certidão da existência no livro de registo da Câmara de Bragança de uma carta do Duque,* Mç. 367, Cx. 490, s/fl. Cf. ALVES, Francisco Manuel, T. III, *ob. cit.,* p. 203

363 *Idem, ibidem,* s/fl. ; *Idem, ibidem,* p. 203

«sinco mil alqueires de pao que os povos tinhão em celeiro desta Camera para as necessidades que lhe possão sobrevir da guerra[364]».

Destinado o produto do cereal para a obra das fontes, determinou-se que «seriam feitas com segurança e decencia necessaria e a perporção da terra[365]».

Em 16 de Janeiro de 1739, o Tabelião Nicolau Alves de Meneses pode lavrar a escritura de contrato acordado entre o Senado da Câmara, representado por Francisco de Araújo Teixeira, «vereador mais velho que na forma da Ordenaçam serve de Juis de Fora», pelos tres Vereadores e pelo Procurador, o «vedor de agoas» Clemente Monteiro e o «mineiro» Jacinto Gonçalves[366].

Porém, não seria ainda desta vez que a fonte da praça do Colégio iria avante, visto nem sequer ser nomeada na celebração do acordo. Por outro lado, o facto de se atribuir prioridade à construção da fonte na praça de S. Vicente não poderá deixar de revelar um carácter valorativo, considerando-a, em termos de importância, como a primeira praça da cidade.

Nos termos do contrato[367], Clemente Monteiro e Jacinto Gonçalves ficavam obrigados a:

- garantirem um caudal de «coatro pera sinco aneis de agoa» em canal «no adro e lageado da igreja de S. Vicente»;
- o caudal devia ser constante, ou seja, «sem falta nem demeniçam de forma que se possa por em tanque» e a sua avaliação só deveria ter lugar no final do período seco do Verão, durante os meses de Setembro e Outubro;
- restituírem ao Senado da Câmara, no caso de não descobrirem água, todo o dinheiro que dele tivessem recebido;
- pagarem duzentos mil réis no caso de «arrependimento».

Eram obrigações[368] do Senado:

---

364 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Certificado da Câmara sobre um auto da mesma tomado em 3 de Janeiro de 1728*, Mç. 367, Cx. 490, s/fl.
365 *Idem, ibidem*, s/fl.
366 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Escreptura de contrato e obrigaçam*, Mç. 367, Cx. 490, s/fl.
367 *Idem, ibidem*

- pagar-lhes «hum conto de reis», dividido em três prestações. A primeira e a segunda teriam lugar no princípio e meio da obra, enquanto a terceira seria paga no fim, mas só depois de «examinada a agoa»;
- garantir alojamento em «cazas convinientes» ao vedor, mineiro e mais trabalhadores;
- fornecer «seis carros de lenha ou carvão qual elles mais quiserem»;
- entregar «para sustento da sua besta [...] sessenta arrobas de palha triga»;
- isentar a outra parte das licenças da obra assim como «dos reparos que por cauza da mina aconteçam»;
- remover à sua conta «os entulhos que ficarem nas ruas emcanamento [sic] por honde se hade conduzir a agoa».

Entendemos que esta obra esclarece também a finalidade do túnel que, envolto em misteriosos episódios narrativos, corre a meio da rua da Costa Pequena. Possuindo um sistema de cobertura abobadada, rasgou-se no seu lageado de cantaria um cano que conduzia a água para a fonte e tanque de S. Vicente, executados, segundo testemunha a inscrição que apresenta a arquitectura da fonte, em 1746.

As elevadas quantias que esta obra consumiu devem ter desanimado o Senado da Câmara a levar por diante a projectada construção de outro fontenário na praça do Colégio. Os elevados gastos que a condução da água para esta praça implicava foram substituídos pela execução de obras na fonte que ficava junto da igreja de Nossa Senhora do Loreto. Embora não tenhamos conhecimento da dimensão e do tempo em que estes trabalhos ocorreram, a verdade é que esta fonte passou a constituir uma referência[369] que competia com a igreja quando se

---

368 *Idem, ibidem*

369 São várias as referências deste tipo: «humas cazas sitas na rua do Loreto desta cidade a Fonte Nova». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 96v-97v. Sendo a referência anterior de 1791, importa esclarecer que esta designação já em 1732 estava em uso: «humas cazas [...] nos arabaldes desta cidade ahonde chamão a Fonte Nova hindo para Nossa Senhora do Loreto». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 23v-24v.

tratava de situar uma casa ou um terreno. Designada por Fonte Nova, a sua configuração tipológica devia afastar-se das fontes de mergulho, uma vez que devia ter pelo menos uma bica[370].

Uma escritura de venda referenciando, em 1791, a existência de um chafariz[371] fora das Portas do Cabo lança sobre nós a dúvida sobre o verdadeiro referencial, visto que tanto poderá ser o a Fonte Nova como o da fonte do Cano ou nenhuma destas. De resto, quando em 1762 se iniciou o rol dos arruamentos da cidade para o lançamento da décima, um dos títulos contabilizava três «cazas adeante do chafariz[372]».

A fonte do Cano, esteve localizada também Fora de Portas, junto à cerca que foi dos Jesuítas e do «quintal do Aljube». Uma escritura de prazo, celebrada em 1789 entre o Senado da Câmara e José Manuel Lopes, dá-nos parcialmente conta da paisagem que envolvia esta fonte, da alteração do seu nome para fonte da Raínha:

> «hum bocado de campo fragozo que o Conselho desta cidade tinha de tras da fonte do Canno desta dita cidade agora intitulada fonte da Rainha cujo campo tem por todos os coatro lados sento e trinta e hum palmos e do Norte para o Sul no meio do mesmo campo vinte e seis palmos e parte pello Norte com o quintal do Aljube desta cidade e pello Sul Poente e Nasente [sic] com campo do Conselho[373]».

O mesmo documento, deixa subentender algum tipo de intervenção na fonte, sem acusar o alcance:

---

370 Como a designação de «fonte da bica chamada a Fonte Nova» parece indicar. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fls. 35v-36v

371 «humas moradas de cazas que esta huma ao pe do chafaris Fora das Portas do Cabo». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 11v-112v

372 A.N.T.T., Impostos - Bragança. Décima das casas, nº 1174, *Traslado do arruamento que se fês da cidade de Bragança para se pagar a decima das rendas das cazas ...*, fl. 74

373 Com efeito, José Manuel Lopes pagava de prazo 20 réis de foro anual. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fls. 55-56v.

«hua fonte chamada do Canno e agora adornada com o meo Rial Titullo que se anda redeficando na mesma cidade[374]».

Embora os modestos atributos arquitectónicos e decorativos constituam o denominador comum, outras fontes cumpriam a sua nobre função. Era o caso, nas proximidades do castelo, das fontes do Alcaide e do Conde. Quase todas situadas na margem direita do rio Fervença era pela ponte das Tinarias, também conhecida pela designação dos Açougues, que o caminho se tornava mais fácil a quem se dirigisse às fontes da Pipa[375], dos Alfaiates[376] e da Fontaínha[377] as quais por serem públicas e de todos conhecidas serviam, em algumas transacções, juntamente com os caminhos que a elas levavam, como pontos de referência.

Além das fontes públicas contavam-se na cidade alguns poços abertos nos quintais de casas geralmente pertencentes a proprietários de elevados cabedais. Por isso, algumas vezes negociava-se o acesso e a possibilidade da serventia da água, pagando-se elevado preço pela comodidade que representava a proximidade do poço relativamente à habitação. Foi o caso da venda, em 1787, de «hum bocado de quintal dentro da cortinha que fica(va) junto das cazas» de D. Mariana Josefa Joaquina de Ataíde e Vasconcelos a Gabriel Henrique Nunes, vizinhos e moradores nas proximidades do Terreiro de Santa Clara. O interesse desta venda residia na existência de um poço na cortinha de D. Mariana Josefa ao qual Henrique Nunes teria acesso pelo quintal que então adquiriu, depois de ter negociado a serventia da água[378].

---

374 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 55v. O Abade de Baçal refere que esta fonte ostentava a seguinte inscrição: Fonte da Rainha / Março de 1783. T. I, *ob. cit.*, p. 346

375 «huma caza com seu quintal e arvores [...] sita a Fonte da Pipa Alem do Rio». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 57, Mç. 14, fls. 120-121v

376 «hua morada de cazas com orta por baixo da Fonte dos Alfaiates». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 100, Mç. 23, fls. 22-23. Esta fonte localiza-se «junto a fonte do Jorge». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 60, Mç. 15, fl. 18

377 «hua cortinha tapada de parede e em roda sita ahonde chamão Fontainha extramuros desta cidade com suas arvores e hua caza dentro della». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 9, Mç. 3, fls. 77-80v. «humas cazas aos Batocos» confrontantes «com o caminho que vai para a Fontainha». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 122, Mç. 28, fls. 25-26.

378 Nos termos do contrato, o comprador ficava com o domínio directo e útil do bocado de quintal e a servidão de poder tirar toda a água que quisesse do poço pela janela que a vendedora mandou abrir no dito poço para serventia de sua casa. O comprador devia deixar uma porta no fundo do quintal vendido de

5.3. O matadouro

Uma das notícias mais antigas que conhecemos sobre a existência física dos açougues refere-se a uma pena imposta pela Câmara[379] a Pedro Anes de Grandais (Bragança), por não ter feito a obra dos açougues de acordo com o contrato que entre as duas partes tinha sido estabelecido. Sobre a localização, configuração do edifício e natureza do contrato, a mesma fonte nada adianta. Se exceptuarmos a localização, o mesmo sucederá durante o séc. XVIII, pois não conhecemos documentação que nos ajude a esclarecer este problema ou a atenção que os responsáveis locais lhe prestavam porque embora o edifício suportasse uma actividade sórdida nem por isso deixava de cumprir uma função essencial para o abastecimento de carne à população. Por esta razão se foram desenhando e ampliando preocupações e influências de tipo higienicista. Embora tardiamente[380], parece terem sido as cidades mais populosas que primeiro afloraram esta questão constituindo-se posteriormente como modelos ou centros de influência sobre as cidades mais pequenas.

Por ser conhecido de todos os habitantes, o sítio onde estava o açougue ou a rua que a ele conduzia surge como uma referência na cidade, pelo que algumas vezes era usado como ponto essencial para estabelecer as confrontações de habitações. Será por esta via que podemos estabelecer a sua localização.

Em 1751, numa escritura de venda de uma casa, o açougue nomeado pela designação de «asougue de baixo» surge como única referência da sua localização[381]. Outra escritura de venda de uma casa, efectuada em 1776, ajuda

---

maneira a poder usar a janela do poço. A parcela do quintal e a servidão da água custou a Henrique Nunes a quantia de 31.200 réis. B.P.A.D.B:, Nuc, Not., Lv. 23, Mç. 6, fls. 90v-91

379 No acórdão da Câmara de 14 de Dezembro de 1619 declara-se: «e outrosim requerem elles Juis e Vreadores mandasem prender a Pedro Anes de Grandais pera da cadea fazer a obra dos asouges per coanto veio a sua noticia não tinha feito a obra conforme ao contrato que tinha feito». B.P.A.D.B., *Posturas e acordos ...*, Cx. 1, Lv. 4, ALL, fl. 8

380 Veja-se o exemplo da cidade do Porto que só no final do séc. XVIII prestou atenção às «condições em que a carne se encontrava antes de ser distribuída para os talhos». FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas,* vol. I, Porto, 1988, pp. 268-269

381 Confrontando «de hua parte com cazas e quintal de Jeronimo Alvares Silva e doutra com a rua publica» vendeu, em 7 de Fevereiro, António Gomes Leitão e sua mulher, Joaquina Mariana , a Francisco Alvares Lima «hua caza com seo lagar e sobrado telhada sita ao asougue de baixo», por 114.000 réis. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 7, Mç. 2, fls. 12v-13v

a localizar o «asougue de baixo» ao situá-lo nas suas proximidades e junto ao rio Fervença[382]. No final do século (1796) era proprietário desta casa[383] Francisco Xavier da Veiga Cabral da Câmara tendo-a então emprazado a Lucas Fernandes.

A presença de um «asougue de baixo» fazendo-nos suspeitar de imediato sobre a existência de outro edifício destinado a idêntica função encontraria confirmação documental. Contudo, a natureza das referências não ultrapassam as do tipo anteriormente descrito.

Com efeito, em 1773 numa escritura de venda nomeia-se como referência uma rua que podia conduzir qualquer transeunte ao «asougue de sima[384]». Localizado aos Batocos[385], «junto ao matadouro do talho[386]», era propriedade da Câmara[387] e, em 1821, seria avaliado e vendido por cem mil réis ao Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, Governador das Armas desta província[388]. Na mesma data e pela mesma quantia também a «casa do peixe»[389] passaria para a posse do Tenente General dos exércitos de Sua Magestade.

---

382 João António Lopes Fernandes comprou «huas cazas [...] sitas ao pe do rio desta cidade por baixo do asougue, chamado o de baixo». Pertencia esta casa a D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, na altura embaixador na corte de Madrid, e a sua mulher, Ana Luísa Joaquina da Silva, natural dos Cortiços (Macedo de Cavaleiros). B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 96, Mç. 22, fls. 4-5.

383 «a caza chamada asougue de baixo com seu castinheiro pegado» que confrontava «com Mariana Antonia e com rua publica e com o fereiro [sic]». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 206, Mç. 43, fls. 50-50v

384 A casa em questão confrontava «pella parte de baixo com cazas de João Ferreira e pella de sima com outras de que he senhorio direto Joze Manuel de Moraes Pimentel ambos desta cidade e comrrespondentes [sic] pella trazeira a rua ou caleija do Ospital Real da gente de guerra que vai para o asougue de sima». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 95, Mç. 22, fls. 63v-65

385 Como se conclui das confrontações de «huma morada de cazas tilhadas e sobradadas [...] e seu bocado de terrado da parte de baixo que fas frente ao ribeiro e outro bocado de terrado que fas frente ao asougue sitas no bairro dos Batocos». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 99, Mç. 23, fls. 101v-102v

386 Em 1785 vendeu-se a «metade de huas cazas [...] que servem de asougue junto ao matadouro do talho, arrabalde desta cidade». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 67, Mç. 16, fls. 99-99v

387 «huas cazas [...] sahindo das Eiras hindo para a rua dos Quarteis na fronteira do Asougue da Camara». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 67, Mç. 16, fls. 1-1v

388 «Pello prezente confessamos nós o Senado da Camara desta cidade de Bragança haver vendido [...] ao Illustrissimo e Excellentissimo senhor Manoel Jorge Gomes de Sepulveda Tenente General Governador das Armas desta Provincia nas Eiras do Collegio desta cidade confrontadas alias confrontante pelo sul com os quarteis de cavalaria e pelas mais partes com ruas e campo do concelho em preço de cem mil reis em que foi avaliado». B.P.A.D.B., A.S.C.M.B., Mç. 89, Lv. 285, fls. 74v-75

389 «Pello prezente confessa o Senado da Camara desta cidade de Bragança haver vendido de hoje para todo o sempre ao Illustrissimo e Excellentissimo Manoel Jorge Gomes de Sepulveda Tenente General dos exércitos de Sua Magestade e Governador das Armas [...] hua caza chamada a do peixe na travessa que vai da rua do Cabo para a do Passo desta cidade que confronta com o Corpo da Goarda Militar e com quem deve partir em preço de cem mil reis». B.P.A.D.B., A.S.C.M.B., Mç. 89, Lv. 285, fls. 75-75v

Embora submetido à acção da Câmara, o clero bragançano gozava, pelo menos desde o início do séc. XVII, do privilégio de ter açougue particular[390]. Embora não saibamos se esta solução foi duradoura, a verdade é que não era inovadora porque idêntica prática tinha sido seguida na sede diocesana, em Miranda do Douro, com a sanção de diversas provisões régias[391].

Efectuada a transferência da Sé para Bragança, o que aconteceu em 1764, e dirimida a conflitualidade provocada por estas alterações administrativas do foro religioso, a cleresia continuou na posse dos antigos privilégios. Por isso, em 1769, arrendou por 2.800 réis, pagos anualmente, uma casa para o abate de animais e venda da respectiva carne que serviria para a função após ter sofrido algumas obras de adaptação, das quais chegou até nós uma ténue notícia:

> «Importou a obra que se fez na caza, que se alugou para o açougue seis mil quatrocentos e sesenta, os quaes (excepto novecentos e oitenta que importou a viga para se pendurarem as rezes) se hão descontar na renda da mesma caza, que justei por meia moeda cada anno, como consta do arrendamento que fiz della e para na mão de Manoel Simoens desta cidade depositario dos bens de Caetano de Villa Nova[392]».

Relacionado com esta actividade, estava também Gabriel Simões que, entre 1763 e 1764, na rua dos Quartéis, possuía uma casa que «tem dentro açougue[393]», pela qual pagava de prazo nove mil réis aos herdeiros de Francisco Xavier da Veiga Cabral.

---

390 Em 17 de Julho de 1618 «pareseu João Cordeiro morador nesta cidade de Bragança e per elle foi dito a elles Juis e Vreadores que elle se obrigava como de feito se obrigou a matar e cortar carne no asouge dos clerigos desta cidade». B.P.A.D.B., *Posturas e acordos ...*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, ALL, fl. 20

391 Provisão de D. Catarina (1560); Confirmação em 1623 dos alvarás de D. Sebastião e de D. Filipe I; e «*Provizão para extrahir da Torre do Tombo o treslado de varias provizoens e alvarás pertencentes ao Cabido da Sé de Miranda*» (1763); B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 16, s/fl.. O alvará de Filipe I possibilitava ainda ao Deão e Cabido da Sé «ter hua pessoa obrigada a que chammão favaceiro que lhe de todo o peixe e azeite de que tiverem necessidade». Em Miranda, o carniceiro podia ter gado e apascentá-lo em locais determinados. Já o mesmo não sucedia em Bragança, em consequência de uma postura que impunha aos carniceiros «não posão ter nenhus bois nem gado nesta cidade e seu termo so posão ter dous de seu arado». B.P.A.D.B., *Posturas e acordos ...*, GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, ALL, fl. 18v

392 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 5, Lv. 26, s/fl.

393 A.N.T.T., Impostos - Bragança. Décima das casas, nº1174, *Traslado do arruamento que se fes da cidade de Bragança para se pagar a decima das rendas das cazas ...*, fl. 54v

SEGUNDA PARTE

ARQUITECTURA

CAPÍTULO I

ARQUITECTURA CIVIL

Em 1903, Artur Martins Morgado, na «Dissertação inaugural» apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto, intitulada «Subsidios para o estudo da higyene e demographia da cidade de Bragança» retratava assim a habitação bragançana, ou melhor, as casas que abrigavam as camadas sociais deprovidas de recursos económicos:

> «A construção das casas que, mesmo nas ruas principaes do centro da cidade é má, nos bairros periphericos e ruellas transversaes é, então, perfeitamente primitiva. A par de algumas casas de boa apparencia exterior, de construcção moderna, encontramos muitas casas antigas, cujas paredes espessas, verdadeiras muralhas, assentam sobre um fundo terreo de natureza schistosa, empedrado e transformado em pateo, de maior ou menor largura, onde começa uma escadaria de granito que conduz ao interior da habitação. Esta é dividida em acanhadissimos quartos, baixos e estreitos, com cubagem insufficiente, com pouco ar e pouca luz, que recebem por postigos ou por janellas estreitissimas. A cozinha, pequena ou grande, está situada geralmente n'um recanto da casa, em franca comunicação com ella, e é quasi sempre mal arejada e sem luz.

> É ahi, ao lume da lareira, ou em quartos com a tradicional brazeira transmontana, que se accumulam todas as pessoas da casa nos frigidissimos dias d'inverno. Mas, indo vêr o casario dos seus bairros e ruellas transversaes, não se chega a comprehender como seres humanos possam ahi viver. Creio dar uma ideia de como são construidas essas habitações, em algumas das quaes entrei, pela descripção d'uma casa do bairro da Villa. Quatro paredes esburacadas por onde o ar passa livremente, formando-lhe recinto; uma trave ao comprido, outras transversaes, e telha a cobrir este travejamento, eis o tecto. Um fundo terreo, humido sempre, mesmo no verão, e muito abaixo do nivel da rua, é o seu pavimento. Um sobrado de madeira, fendido, lascado pela humidade, divide este espaço em dous andares, ou antes em duas tocas, uma terrea, para os animaes domesticos, aonde se accumula a estrumeira, outra, dividida em dous compartimentos, servindo um, de cozinha e sala de jantar, e outro, de dormitorio para toda a familia. Casas ha ainda com o andar terreo sómente, dividido em dous compatimentos por um tabique de madeira carunchosa e communicando entre si por uma pequenissima porta. Os animaes dormem então com as pessoas da casa[1]».

Denotando preocupação com as questões de saúde pública, o quadro que de forma crua este autor traçou leva-nos, por aproximação, a pensar de imediato nas semelhanças com as difíceis condições vida que os arredados da sorte tinham de enfrentar durante o séc. XVIII. Por outro lado, demonstra-se a relação da arquitectura com um conjunto diversificado de factores em que as circunstâncias históricas e naturais, as técnicas e os fenómenos de mentalidade jogavam conjuntamente com as estruturas económico-sociais uma intervenção condicionante. Desta maneira, a casa deve ser encarada como a resultante da forma como uma multiplicidade de factores se relacionam entre si. Daí que, a casa, enquanto expressão do entre cruzamento de influências diversas,

---

1 MORGADO, Artur Martins - *Subsidios para o estudo da hygiene e demographia da cidade de Bragança*, Porto, 1903, pp. 34-36

apresente nos meios urbanos grande variedade formal, circunstância capaz de embaraçar qualquer tentativa de estabelecimento de valores comuns, necessários para o estabelecimento de uma classificação tipológica.

A arquitectura, sendo entre todas as artes «a mais submetida às condições materiais, económicas e sociais[2]», é também, por idênticas razões, a que melhor traduz a variabilidade morfológica das construções. Contudo, a este este conjunto de factores não seriam indiferentes a acção de outras condicionantes decorrentes das relações de intimidade com o espaço disponível, cuja acuidade, pelo menos em algumas ruas, dependia da existência da muralha que circunscrevia a área urbana.

1. Medições de residências e terrenos para construção

Enquanto realidades fragmentadas, estas notícias devem entender-se mais como um pequeno contributo para, em materia de arquitectura, nos aproximarmos do entendimento da grande variedade formal que preenchia e definia o espaço urbano e não como o resultado final contendo a totalidade de soluções capazes de nos conduzirem ao retrato fiel e acabado da multiplicidade das formas construídas. Por outro lado, o espaço sempre foi uma referência primordial, visto que da sua realidade física decorre o modo como o arquitecto ou o construtor organizam as formas.

O «tombo do benefício de S. Vicente», dá-nos a conhecer as medições que se efectuaram em 1674 de algumas casas. Entre elas, referem-se as que:

> «estão na rua do Espirito Santo desta cidade defronte da igreja, e sacristia de São Vicente as quaes partem da banda do nascente, com casas de Gonçalo Rodrigues o Goa, e da parte do poente com casas de Antonio Pires Nunes, e do norte com cortinha das mesmas casas, e do sul com rua publica, e tem de comprido dezessette varas e meia e de largura sette varas, e tem hua sala e duas cameras forradas, e tem outra casa de cosinha, e outra casa

2 ZEVI, Bruno - *Arquitectura in nuce. Uma definição de Arquitectura,* Lisboa, Edições 70, 1979, p. 36

pequena, e pelo meio das casas tem hum corredor que vai dar em hua baranda que cahe sobre a ditta cortinha das mesmas casas[3]».

Em 1741, o «obrigado dos açougues» Manuel Simões e sua mulher venderam, aos «quinteiros de Santa Apolonia» Domingos Lourenço e mulher, «hum asento pera fazer huma caza com sua parte de quintal [...] nas Portas desta cidade hindo pera Nossa Senhora do Loreto[4]».

Confrontando com Francisco Gonçalves Caleja e com os vendedores:

«(o) asento tem de comprido cesenta palmos que da largura outro tanto sera quintal[5]».

Em 1744, efectuou-se a medição «de huas cazas que estão na rua da Villa que são as que cahmão dos balcoens que forão de Affonso de Valença»:

«tem de comprido seis varas, e de largo outras seis e partem pela banda de cima com a rua dos Almeirezes, e pela banda de baixo com cazas de Antonio Lopez, e tem duas cazas sobradadas hua sobre outra e hua loge, e diante da porta estão dous pedrastaes de tejolo que tem mão no sobrado de sima e se chamão os balcoens[6]».

Em 1754, o Doutor João Vaz de Castro Carvalho e sua mulher Inês Maria, então residentes em Algoso, venderam a ManuelVaz o prazo de «huas

---

[3] B.P.A.D.B., G.A., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 23, s/fl.; Cx. 3, Lv. 24, fl. 4v; Terá interesse comparar esta descrição com a que resultou da medição efectuada em 1791: «huas cazas na rua do Espirito Santo defronte da sachristia da igreja de São Vicente com suas entradas e sahidas, dous sobrados. Tem no primeiro hua salla, e hum quarto, e cozinha, e hè atravessado do sul ao norte por hum corredor, que vai dar à varanda que cahe sobre o quintal das mesmas cazas. No segundo andar tem outra salla e dous quartos. Nos baixos tem hum sotão à entrada à parte direita, e varias officinas de hum e outro lado, de hum corredor, que vai da porta da rua à do quintal. Tem de largura medida pela frente cinco varas e meia, e de cumprido medida da porta da rua à do quintal dezesseis varas. [...] Tem o quintal dous poços d'agoa». P.R.Q., Cx. 3, Lv. 25, fl. 18

[4] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 57, Mç. 14, fls. 131-132

[5] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 57, Mç. 14, fls. 131-132

[6] B.P.A.D.B., G.A., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 23, s/fl.

cazas sitas na rua Direita de que he(ra) direito senhorio o Colegio da Companhia desta cidade[7]». Estas:

> «partiam de hua parte com Manuel Rodrigues de Lima mercador e doutra parte com cazas delle vendedor com seu quintal para as Eiras do Colegio que antigamente se chamavam Eiras do Arcebispo o qual quintal tem sinco varas pela parte do sul e sinco varas e meia a poente e nascente [...] as quais cazas nos altos tem somente a primeira salla para a rua Direita que tem quatro varas e meia [...] e a primeira loge da rua tem a mesma medição e a segunda tem quatro varas largas em quatro e de canto a canto[8]»

Em 1755, José Manuel de Morais Pimentel emprazou a José da Costa Sá Pegado e sua mulher, Doroteia Maria «huas cazas sitas na rua Direita da parte do sol[9]», que confrontavam:

> «(de) huma parte com Joze da Costa Sá Pegado e da outra com o reverendo Caetano Joze Saraiva, Abbade de Montouto, as quais tem de largura pela parte dianteira da mesma rua e trazeira duas varas de medir hum palmo e de comprimento doze varas tambem de medir de sinco palmos cada vara[10]».

Em 1767, a viúva Maria Rosa, vendia a Domingos Rodrigues Bento, natural da aldeia de Formil:

> «hum chão para asento de cazas na cortinha della vendedora sita tras das da sua morada pegado na Calleja que vai para o Forte que tem de cumprido ao longo da dita Calleja trinta e seis palmos

---

7 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 9, Mç. 3, fls. 36v-37v
8 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 9, Mç. 3, fls. 36v-37v
9 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 64, Mç. 16, fls. 62v-63
10 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 64, Mç. 16, fls. 62v-63

e para a parte de tras he pella medida das cazas e quintal das que são de Manuel Gomes[11]».

Em 1780, Rosa Maria de S. José, «viuva de Antonio José de Oliveira», vendia ao reverendo Manuel António Moreira:

«hum pedaço de huma cortinha que esta na rua de São João de Deos a calleja do Forte que tem de largura da parede da rua a cortinha da vendedora trinta e oito varas e meia no simo de largura da mesma parede para a cortinha de vendedora vinte e outo varas e de altura da esquina de baixo do quintal do comprador the a cortinha da vendedora cicoenta varas[12]».

Morando na rua de S. João de Deus à caleja do Forte, o cónego Manuel António Moreira acrescentaria[13], em 1792, nova área ao terreno que já possuía no espaço adjacente à sua residência. Para isso, comprou a Rosa Maria de S. José, sua filha e genro, Joana Cardosa e Manuel Cardoso «hum quinhão de cortinha por baixo do Forte[14]» que confrontava:

«pella parte de baixo com o quintal de Hennrique Vicente, e pello simo com o campo brabio que esta por baixo do dito Forte e pella parte do norte e nascente com cortinha do reverendo Manuel Antonio Moreira conigo da Santa Sé deste bispado e pella parte do sul e poente com o rebeiro que bem do mesmo Forte[15]»

---

11 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 113, Mç. 26, fls. 83v-84

12 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 118, Mç. 28, fls. 7v-9v

13 Antes de 1792, o Cónego Manuel António Moreira tinha adquirido aos mesmos vendedores outras parcelas da cortinha. Assim, em 1788, comprou «hua cortinha tapada sobre si junto de outra que tem ao pe das cazas de sua morada por baixo do Forte». Aos mesmos vendedores comprou igualmente, em 1791, «hua cortinha por baixo do Forte de S. João de Deos desta mesma cidade que confronta pellos lados de hua parte com a caleija que vai para o dito Forte e da outra com o reverendo conego Manuel Antonio Moreira». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 26-27; *Idem, ibidem,* fls. 87-87v

14 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 70, Mç. 17, fls. 40-40v

15 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 70, Mç. 17, fls. 40-40v

Estas cortinhas eram cultivadas como se conclui da declaração que as partes se comprometeram respeitar:

> «que a agua que bem rebeiro abaixo que devide as cortinhas do comprador e vendedor seria partida alternativamente chegado que seja o premeiro de Abril de cada hum anno cuja agua sahi da cortinha de Miguel Alves[16]».

Em 1790, por causa de algumas dúvidas relativas à remissão de uma divída, entre a Ordem Terceira e José Ferreira, jurados ajuramentados procederam à medição de uma casa na Vila. O resultado foi o seguinte:

> «pella parte da entrada que fica para o Nascente achou que tinha pella dita parte que hé a frente dellas três varas de cinco palmos e huma pulgada assim como igualmente do Norte e Sul tinhão oito varas menos hum pouco e pello Poente duas varas e meia e quanto aos baixos não hé facil podersse medir com certeza fisica em rezão do lagar e paredes que embaração a certeza porem com pouca diferença pela esperiencia que fes dá quazi na mesma medição que nos altos das referidas cazas[17]».

Em 1793, a Madre e mais religiosas do convento de S. Bento emprazaram uma casa - que lhes tinha sido deixada pelo Reverendo Gonçalo Rebelo e seu irmão , o reverendo Bernardo Rebelo - a António Manuel de Morais Antas e sua mulher Antónia Josefa Joaquina de Morais Antas. Situada na rua dos Prateiros foi realizada uma avaliação pelo carpinteiro Joaquim José de Matos e pelo pedreiro António Gonçalves, tendo estes concluído:

> «achamos confrontarem de huma e outra parte, com Antonio Manuel de Moraes Antas e terem de largura da parte da rua seis

16 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 70, Mç. 17, fls. 40-40v

17 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 24, Mç. 7, fls. 98-100. A nascente, esta casa confrontava com «o largo que intesta no quintal da igreja matris de Santa Maria». O lagar rendia anualmente «de alugueir» sete ou oito mil réis.

varas e meia; e da parte de tras sete varas de largura; e de cumprimento desasete varas; em cuja caza se acha hua caza com seu forno de que tem tres varas e meia de largura, e de cumprimento quatro, e da parte de tras dentro das paredes da dita caza se acha tambem hum pateo que tem asim de largura, como de cumprimento quatro varas[18]».

Registe-se ainda que o edital de emprazamento desta casa foi publicado na Sé e depois foi afixado nas portas da catedral onde esteve durante oito dias. Este facto parece-nos importante na medida em que traduz a tendência para a mudança do centro da cidade da Praça de São Vicente para a praça do Colégio ou da Sé.

Por sua vez, o Senado da Câmara também aforava terrenos destinados à construção de que daremos exemplo, privilegiando os aforamentos da rua de Santo António que, na segunda metade do século XVIII, «se andava fazendo de novo», por haver chão muito em abundancia para isso e não cauzar prejuizo a pessoa alguma servir de utilidade, a mesma cidade. Desta forma, com a licença da Câmara, deu-se andamento a diversas construções[19] que contribuíram para a definição de um novo arruamento.

---

18 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 147, Mç. 33, fls. 108-112; *Idem,* Mitra, Cx. 48, doc. s/nº, s/fl.

19 10 de Abril de 1790. «Dona Maria por graça de Deos Rainha de Portugal e dos Algarves (etc.) como amenistradora dos bens do Estado e caza de Bragança do Princepe Dom José meo sobredito muito amado e prezado filho Princepe do Brazil Duque de Bragança faço saber aos que esta minha Provizão uirem que o Padre José Vas dos Santos do lugar de Fontes Barrozas termo da cidade de Bragança me aprezentou por sua petição que na mesma cidade se andava fazendo de novo a Rua de Santo Antonio da parte da sombra e que naquele citio por haver chão muito em abundancia para isso e não cauzar prejuizo a pesoa algua, e servir de utilidade a mesma cidade e porque o chão hé do concelho e porque não as podia fazer sem a minha licença ma (ndamos) licenca para o dito iffeito E nisto ser requerimento e imfformação que a respeito delle me deu o ouvidor da Comarca da dita Cidade de Bragança pella qual consta teremsse feito as deligencias recomendadas na lei dos Afforamentos dos Baldios dos Concelhos e que no dito sitio lhe marcarão medirão e comfrontarão trinta palmos delle em quadro que pella parte do poente parte com Rua publica de Santo Antonio e do norte com Roque José Mestre alfaiate e necessario logradouro e entrada da sua caza e do nascente com quintal de cazas de Reverendo Abbade de Villar e de sul com campo taõbem destinado para outra caza que pretende fazer Francisco Jose Grijó avaliado o dito chão pellos louvados em mil reis. e de annual foro em vinte reis. E feita esta medição e comfrontação e avaliação por forma de Lei e ter sido ouvida Camera Nobreza, e Povo que em nada se opozerão de que de tudo ouve vista o Dezembargador Procurador do Estado e Caza de Bragança a quem pedeo vista hei por bem que os offeciais da Camera da ditta cidade de Bragança possa aforar ao supplicante o dito padre José Vas dos Santos o referido chão no sitio asima declarado pello annual foro de vinte reis.pagos a referida camera Ephiteoz im perpetuo com o laudemio da lei nas ocaziois das vendas com declaração que asignara termo

Assim, em 1789, o Senado da Câmara emprazava a Francisco Rodrigues Valente e mulher Catarina Rosa Fernandes:

> «hum bocado de campo para edificar humas cazas, na rua de Santo Antonio desta mesma cidade, que tem para a parte do nascente em que entesta na rua do Paço, trinta palmos; e para a parte do norte em que entesta com o terreno ja devidido e demarcado para outro edificio a João dos Santos do lugar de Formil, (*) das cazas do actual Abbade da villa de Vinhais tendo cincoenta e cinco palmos; e para a parte do poente em que fas frente para a rua de Santo Antonio tem trinta palmos; e para a parte do sul tem cinquenta e cinco palmos, isto com a condição de que elles emprazados ou susesores no tempo de hum ano ideficarão as ditas cazas no mencionado campo com pena de ficar devoluto ao concelho e de que pagarão em cada hum anno de foro e pensão [...] a quantia de quarenta reis[20]».

Também em 1789, a Câmara emprazou por 30 réis, a António José da Costa e sua mulher Bernarda Josefa, «hum boccado de terreno para edificar huas cazas[21]» na rua de Santo António. Este lote, «que media do norte para o sul quarenta e cinco palmos; e do nascente para o poente, quarenta e dous palmos e meio[22]», confrontava a sul com um outro destinado a João Gomes e seu irmão, naturais da aldeia de Formil (Bragança), «para outro semelhante edificio» e a norte com a Roda dos Expostos[23]. Na petição que António José da Costa apresentou ao Senado justificou o seu pedido argumentando com a «dificuldade

---

nos livros da Camera porque se obrigue a solução do dito foro como tão bem de deixar por sua morte as ditas cazas a pessoa leiga. E esta que se registara na dita Camera e hira incerta na escriptura de afforamento que a mesma lhe fizer se tomara rezão no Tombo da mesma na forma da lei se cumprira inteiramente como nella se comthem sendo passada pella chancelaria do mesmo estado e pagou de novos direitos quinhentos e quarenta reis que se carregarão no livro oitavo que serve com o Thezoureiro delles». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 24, Mç. 7, fls. 79v-81

[20] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 100, Mç. 23, fls. 135-137

[21] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 52v-54

[22] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 52v-54

[23] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 52v-54

de achar cazas devolutas por cauza do muito povo que concorre a estabelecer seu domicilio[24]» em Bragança.

Em 1790 António José da Costa e mulher formalizaram um pedido de empréstimo de 40.000 réis junto da Ordem Terceira, hipotecando como garantia de pagamento:

> «huas cazas novas que actualmente elles outrogantes handão construindo na rua de Santo Antonio da parte da sombra que partem com cazas chamadas dos Espostos para cuja obra he a dita quantia[25]».

Da forma como o documento está redigido infere-se que José da Costa seria o responsável da obra da casa da Roda. Porém, aquando da petição ao Senado a solicitar a concessão do terreno para construir a sua habitação referiu que era Cabo de Esquadra do regimento de cavalaria, o que levanta o problema de sabermos se à função militar se acrescentava a de construtor ou se pelo contrário estamos perante uma deficiência de expressão uma vez que no mesmo momento José da Costa estava de facto a construir a sua própria casa.

Importará referir que antes da construção da casa da «Roda dos Expostos Engeitados» na rua de Santo Atónio ela esteve nas Eiras de S. Bento numa casa que era propriedade de Francisco Ferreira, dando-se assim cumprimento à ordem da Intendência da Polícia que, em 24 de Março de 1783, mandou criar a Casa da Roda em todas as cidades e vilas do reino, a qual deveria estar em lugar discreto. Na escritura de venda, celebrada em 1785 entre João Alves Leal e José António da Silva, de uma casa nas Eiras de S. Bento, constituída por «huma salla com alcoba, hum quarto defronte da mesma salla, cozinha sobre si, corredor, caza de ladrilho e baixos correspondentes com seu quintal[26]», ao referirem-se as confrontações, diz-se:

---

[24] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 146, Mç. 33, fl. 53
[25] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 58-58v
[26] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 121, Mç. 28, fls. 52v-53

«partem com cazas de Francisco Ferreira em que se acha estabelecida a Roda dos Expostos, e com Joze Alves Leal irmão delle vendedor».

Conclui-se assim que a Casa da Roda esteve de início nas Eiras de S. Bento, passando posteriormente para a rua de Santo António.

Acreditamos que o recurso a mais exemplos deste teor em nada ia alterar a apreciação relativa à multiplicidade formal das construções que, no século XVIII, definiam o quadro urbano deste aglomerado populacional. O mesmo sucedia se considerarmos os aspectos utilitários, uma vez que, para além da função residencial, o espaço construído tinha que responder às necessidades do quotidiano, onde se incluíam os fornos, moínhos, lagares, celeiros, palheiros e ainda os cómodos para os animais de trabalho e de rendimento, os quais por vezes eram partilhados pelo homem.

Nesta linha de orientação, compreendendo-se a relação da casa com o quintal - lugar para jardim, horta e despejos - somos conduzidos a olhar a cidade como uma realidade em que, de forma irregular, os espaços cheios ou construídos ao interpenetrarem-se com os vazios originavam uma organização espacial que pouco tinha a ver com critérios de uniformidade.

Devemos ainda considerar a dimensão social dos espaços construídos, cuja tendência para o domínio da mutabilidade dificulta, mesmo no tempo curto, a compreensão da casa e consequentemente da rua e da cidade. A este propósito, parece-nos adequado adiantar o exemplo de «huas cazas que estão na Villa na rua dos Almeirezes[27]», sendo certo que em 1744, ao lado esquerdo da folha se escreveu a seguinte nota:

«estas cazas cahirão e estão hoje em quintal[28]».

Também na descrição dos bens da «caza de João da Costa Pissarro, e Rafael da Costa Pissarro», que, como podemos ver em documento anexo, na parte final do século de setecentos eram os maiores proprietários de imóveis da cidade, se referem:

---

[27] B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 25, fl. 13
[28] B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 25, fl. 13

> «as cazas de morada cittas na rua Direita da parte da sombra [...)] são hoje tao bem nossas: estas ditas cazas de morada se fizerão de raiz em vida de nosso pai, que mandou lançar abaixo tres moradas de cazas de que ellas se formarão no anno de 1775 [...] . Entrou tao bem nesta escriptura de remissão hua caza das da rua dos Gattos, que antigamente hera adega, e hoje serve de cavalherise, e palheiro[29]».

Se a uniformidade não parece ser uma das características da habitação bragançana, a ocorrência de uma multiplicidade de factores faz esbarrar qualquer tentativa de seriação nesse «polimorfismo caprichoso» que, já em 1958, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano sentiram quando tentaram encontrar as linhas de parentesco dos edifícios portuenses. O resultado da análise efectuada por estes estudiosos, foi então apresentado sob a forma de dois grupos principais:

> - casas que devido ao número de andares se desenvolviam verticalmente, pelo que eram «uniformemente esguias , estreitas e altas»;
> - «casas largas e baixas, em amplas linhas horizontais, compostas fundamentalmente de rés-do -chão e andar nobre, com numerosas portas e janelas de fachada[30]».

Não sendo esta constatação exclusiva do Porto, como os próprios autores admitiam, já que os dois tipos ocorrem noutras cidade do país e até do estrangeiro, refira-se que a peculiaridade portuense reside no facto de ser a casa esguia a mais representativa por razões que têm a ver com a história local, designadamente com a importância social da burguesia.

---

29 B.P.A.D.B., Famílias, *Livro em que se achão descriptas as fazendas que possue a caza de João da Costa Pissarro e Rafael da Costa Pissarro, desta cidade de Bragança,* Lv. 6, Cx. 2, fl. 1v

30 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto,* Separata de Douro-Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História - Oitava Série - VII-VIII, Porto, 1958, p. 3

Os dois tipos apontados, adequam-se à realidade bragançana. Porém, no conjunto urbano, o formato esguio decorrente da construção em altura - característico de todo o país, especialmente na região Norte - não alcançou aqui grande predominância.

Esta constatação, sendo confirmada pela lista dos arruamentos, efectuada na sequência da cobrança da décima, não exclui a ocorrência de algumas alterações na parte final do século, principalmente na rua Direita, onde devido ao papel de eixo de circulação fundamental da cidade, se verificará, provavelmente ainda na parte final do século, a ocorrência desta tipologia.

2. O arrolamento das casas

Com a guerra da Restauração introduziu-se o pagamento da décima, imposto que só não era geral por isentar o clero do seu pagamento. Suspenso em 1668, lançar-se-ia de novo em 1704, vigorando até 1715[31].

Com a guerra de 1762, seria novamente lançado, obrigando, de acordo com o «Regimento das Decimas», todas as «cidades, villas, e lugares do reino [...] para que haja dinheiro prompto e certo, de que se possão prover as fronteiras [...] e conduzir as cousas necessarias para ellas de modo, que não só se assegure a defensão, mas possa o (i)nimigo ser offendido[32]». Desta vez, o estado eclesiático, a saber, «o Clero, Religioens, e Freires das Ordens Militares, e Inquisiçoens» contribuía com 150.000 cruzados, razão pela qual a «decima direita dos bens patrimoniaes» ficava por conta da «decima secular do reino[33]».

Em consequência da aceitação deste imposto pelas ordens sociais, não se lhes podiam lançar «as contribuições extraordinarias de mantimentos de

---

31 HESPANHA, António Manuel - *A Fazenda*, in «História de Portugal», vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 218

32 *Collecção das leis, decretos e alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rei fidelissimo D. Jozé I Nosso Senhor. Desde o anno de 1761 até o de 1769*, T. II, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1770, fl. 97

33 *Idem, ibidem*, fl. 96v

trigo, cevada, e palha, carros, carretas, e trabalhadores», devendo estes bens e serviços, quando necessários, ser pagos «pelo preço, e estado da terra[34]».

Este diploma, clarificando as circunstâncias e pessoas «que devem decima, e das rendas, trato, e maneio, de que se ha de pagar», estendia a sua alçada às casas e respectivos proprietários. Desta forma, obrigava:

> «as casas, em que viverem os proprios donos dellas, tambem pagarão decima do que costumavão, ou poderião render.
> E as pessoas, que viverem em casas, que nós lhe damos, ou lhes der alguma cidade, republica, ou communidade para nellas viverem de graça, ou que forem destinadas para certos officios, pagarão decima do que houverão de render, por quanto neste se devem considerar como proes.
> E se os alugadores disserem que trazem as casas em muito menos preço, do que costumavão andar, não havendo occasião de abatimento, se ficará entendendo ser graça do dono, e se cobrará a decima conforme o justo valor[35]».

Nos casos em que se registavam obrigações de algumas casas para com igrejas, capelas, ou legados pios, tais encargos deviam ser batidos ao imposto. Ainda em relação às casas, convém destacar mais duas orientações:

> «na decima do aluguer das casas se abaterá a decima para concertos.
> E ficando as casas por alugar, ou tomando-se para quartel de soldados, ou aposentadoria, se lhe não lançará mais decima, que daquilo, que com effeito se lhe pagar[36]».

Os procedimentos a observar no lançamento deste imposto sobre as casas, eram normalizados e seriam objecto de correcções posteriores, introduzidas por novas «instrucçõens» que visavam aperfeiçoar o formulário

---

34 *Idem, ibidem*, fl. 96v
35 *Idem, ibidem*, fl. 100
36 *Idem, ibidem*, fl. 101v

orientador. Este, por sua vez, era acompanhado de um «Mappa geral» ou tabela com os rendimentos e tributos a pagar, onde se previa o «desconto» para os concertos e benfeitorias das habitações.

Em consequência desta disposição legal, todas as casas da cidade seriam integradas numa lista, cuja cópia damos em volume anexo. Aí se dão, rua por rua e casa por casa, informações sobre os seus proprietários, sobre os enfiteutas e os quantitativos que pagavam. Embora pelo número de imóveis que possuíam se evidenciem, entre outros, alguns proprietários como Francisco José de Morais Pimentel, D. Inocêncio de Sousa Coutinho e, mais tarde João da Costa e Gabriel Pissarro, , interessou-nos destacar a configuração física dos edifícios. Nestes, sobressaiem duas constantes: por um lado, a presença de um espaço destinado a loja dos animais e, por outro lado, o facto de as construções não ultrapassarem os dois andares. Numericamente, a ocorrência de edifícios com um andar era claramente superior aos que se limitavam a um piso térreo ou aos que eram constituídos por dois andares. Apenas na rua Direita - cuja importância já vimos anteriormente - esta constatação era contrariada por se referenciarem aí 61 casas de dois andares e 37 de um andar.

Quadro I

QUADRO DOS ARRUAMENTOS ENTRE 1762 e 1764

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Direita parte direita	44	-	44	24	20	2

Observações: uma casa servia de celeiro; por benfeitorias, verificaram--se quinze casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Direita parte esquerda	54	-	54	13	41	3

Observações: por benfeitorias, verificaram-se seis casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Espírito Santo parte direita	29	-	29	22	7	3

Observações: por benfeitorias, verificaram-se onze casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Espírito Santo parte esquerda	20	-	20	19	1	1

Observações: assinalou-se a existência de um forno; por benfeitorias, verificaram-se oito casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
dos Oleiros parte direita	21	2	18	15	3	3

Observações: um caso é indeterminado, isto é, não se indicam o número de pavimentos; refere-se a existência de um lagar; por benfeitorias, verificaram-se dez casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
dos Oleiros parte esquerda	16	-	16	6	10	-

Observações: Refere-se a existência de um lagar; referem-se cinco casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Paço parte direita	11	1	9	6	1	4

Observações: no cômputo das casas refere-se uma que servia de palheiro; por ser habitada, uma construção composta por uma loja contou-se no número das casas; outra casa era composta por uma loja e um forno; por benfeitorias nas casas, verificaram-se dois casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Paço parte esquerda	16	7	9	8	1	3

Observações: por ser habitada, considerou-se uma loja no número das casas terreiras; uma casa terreira possuía um forno; por benfeitorias, verificaram-se sete casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Cabo parte direita	5	-	5	5	-	1

Observações: por benfeitorias, verificaram-se tres casos de redução da décima.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
do Cabo parte esquerda	14	-	14	14	-	1

Observações: verificaram-se nove casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Nova parte direita	22	-	21	21	-	1

Observações: não se determinou o número de pavimentos de uma casa; verificaram-se quatorze casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Nova parte esquerda	5	3	2	2	-	-

Observações: duas casas possuíam forno; verificou-se um caso de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
«Tras da muralha Nova»	7	1	6	6	-	1

Observações: por benfeitorias, verificaram-se cinco casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
de Santa Clara	30	4	26	24	2	2

Observações: registou-se presença de um forno; por benfeitorias, verificaram-se dezassete casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Alfândega parte direita	8	-	8	7	1	1

Observações: por benfeitorias, verificaram-se cinco casos de redução do imposto

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Alfândega parte esquerda	10	-	10	10	-	1

Observações: por benfeitorias, verificaram-se dois casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
das Eiras de S. Bento	34	3	28	27	1	5

Observações: registou-se a existência de quatro fornos; numa casa não se indicou o número de pavimentos; registaram-se dezasseis casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
de S. Francisco	12	-	12	12	-	2

Observações: por benfeitorias, verificaram-se quatro casos de redução do imposto

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Amargura parte direita	16	-	16	14	2	4

Observações: verificaram-se dois casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Amargura parte esquerda	8	-	8	6	2	-

Observações: verificaram-se dois casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
dos Prateiros	9	-	9	3	6	1

Observações: verificaram-se três casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Costa Pequena parte esquerda	17	-	17	17	-	1

Observações: além e loja e andar, uma casa tinha um palheiro; verificaram-se quatorze casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Costa Pequena parte direita	8	-	8	6	2	-

Observações: verificaram-se seis casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Costa Grande parte direita	8	-	8	6	2	2

Observações: verificaram-se seis casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
da Costa Grande parte esquerda	5	-	5	3	2	-

Observações: por benfeitorias, verificaram-se dois casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
dos Quartéis	43	1	41	39	2	4

Observações: registou-se a presença de uma adega, de um palheiro e ainda de um açougue; num caso não se determinou o número de pavimentos; verificaram-se dez casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
de «Fora das Portas do Toural thé o Loreto»	119	-	114	114	-	28

Observações: não se determinou o número de pavimentos em quatro casas; assinalou-se a existência de uma casa composta por loja e um forno; verificaram-se setenta e oito casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
«Parte direita vindo da Ponte ás Portas do Cabo»	17	-	17	17	-	-

Observações: verificaram-se quatorze casos de redução do imposto, por benfeitorias.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
«Cazas adeante do chafariz»	2	-	1	1	-	-

Observações: em dez casos o imposto foi reduzido, por benfeitorias realizadas.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
«continua a rua do Toural e Fora de Portas»	20	-	20	20	-	3

Observações: por benfeitorias, verificaram-se dez casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Batocos e Moreirinhas	105	7	88	87	-	6

Observações: relativamente a três casas não se determinou o número de pavimentos; contaram-se 4 lojas no número das casas, por serem habitadas; uma casa possuía unicamente um forno, mas era habitada; outra compunha-se de loja e forno; havia ainda uma casa que servia apenas de forno e outra só de loja; uma casa de loja e sobrado servia de celeiro; por benfeitorias, verificaram-se sessenta e nove casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Além do Rio	67	3	60	60	-	13

Observações: não se indicou o número de pisos de uma casa; o mesmo aconteceu com uma casa «de moinhos»; no número das casas, por ser habitada, considerou-se uma loja; refere-se ainda a existência de um moínho com loja e sobrado e de uma casa com loja e moínho; por benfeitorias, registaram-se quarenta casos de redução do imposto.

Rua	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Vila	116	4	102	99	-	14

Observações: em três casas não se determinou o número de pisos; três lojas eram habitadas; uma casa servia de palheiro; por benfeitorias, registaram-se setenta e sete casos de redução do imposto.

Quadro II

TOTAIS

Ruas	nº de casas	terreiras	lojas	um andar	dois andares	fechadas
Direita	98	-	98	37	61	5
Espírito Santo	49	-	49	41	8	4
Oleiros		2	34	21	13	3
Paço	27	8	18	14	2	7

Cabo	19	-	19	19	-	2
Nova	27	3	23	23	-	1
«Tras da Muralha Nova»	7	1	6	6	-	1
Santa Clara	30	4	26	24	2	2
Alfândega	18	-	18	17	1	2
Eiras de S. Bento	34	3	28	27	1	5
S. Francisco	12	-	12	12	-	2
Amargura	24	-	24	20	4	4
Prateiros	9	-	9	3	6	1
Costa Pequena	25	-	25	23	2	1

Costa Grande	13	-	13	9	4	2
Quartéis	43	1	41	39	2	4
«Fora das Portas do Cabo thé o Loreto»	119	-	114	114	-	28
«parte direita vindo da ponte às Portas do Cabo	17	-	17	17	-	-
«Cazas adeante do chafariz	2	-	1	1	-	-
«continua a rua do Toural e Fora de Portas»	20	-	20	20	-	3
Batocos e Moreirinhas	105	7	88	87	-	6
Além do Rio	67	3	60	60	-	13

Vila	116	4	10 2	102	-	20

3. Tipologias da habitação bragançana

Valorizando as informações contidas no arrolamento da décima, mas sem carácter de exclusividade, podemos sistematizar a casa bragançana em três grupos: a casa térrea, a casa com um andar e a casa que apresenta mais de um sobrado. Porém, ao considerarmos os edifícios com rés-do-chão e sobrado, parece-nos necessário introduzir uma diferenciação entre os que se apresentam com um cunho de acentuada horizontalidade e os que, pelas dimensões da área da base, em pouco suplantam aqueles que manifestavam tendência para o desenvolvimento vertical.

3.1. Casas térreas

A presença deste tipo de casa pode assinalar-se em quase todas as ruas da cidade, dando assim o seu contributo para a acentuação do cunho polimórfico da urbe, já que, algumas vezes, se levantavam nas proximidades e até encostadas a construções de maior envergadura. Socialmente, corresponde à parcela da população sem quaisquer tipos de recursos económicos que não fossem os provenientes da venda do seu trabalho. Por isso, os seus habitantes, sendo excluídos das camadas sociais possidentes, raramente podem ser encontrados nos cartórios dos tabeliães a fim de participarem na celebração das variadas figuras contratuais.

Quase sempre de reduzidas dimensões, o seu interior podia prolongar-se num espaço multifuncional, rodeado de um muro ou outro tipo de vedação - o quintal[37]. Além da função estritamente habitacional, a casa com este tipo de configuração podia ser afectada a outras utilizações, como sejam as de

37 Raramente a documentação nos dá indicações sobre as dimensões destes anexos. Não é o caso do emprazamento de «huas cazas sitas na rua Nova [...] as quaes são terreiras com seu quintal que tem de comprido sete varas e meia». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 63, Mç. 15, fls. 44v-45

abrigar um forno ou recolha de animais. No entanto, estes tipos de utilização não invalidavam as possiblidades habitacionais.

As necessidades de aproveitamento do terreno disponível impunham que se tirasse partido dos desníveis do solo, o que em alguns casos originou o acoplamento de um sobrado de pequena dimensão, facto que por vezes não alterava a característica principal, já que a natureza da construção era essencialmente terreira. Exemplo do acabamos de escrever, resulta de um contrato de venda[38], lavrado em 1780, de «huas cazas muito piquenas sitas na Villa», as quais apesar de possuírem «hum piqueno bocado de sobrado», continuavam nos termos contratuais a ser consideradas terreiras.

A evolução desta tipologia acabaria por produzir uma variante que, em termos de ocorrência, teve algum significado pelo elevado número de situações em que, no processo construtivo, se rentabilizou ao máximo o assento da casa, tirando partido dos desníveis que naturalmente o terreno apresentava, ou então, em determinadas situações, provocando-o. O objectivo consistia na apropriação e afeiçoamento do espaço com cota inferior ao nível da rua. Esta solução aumentava a área da habitação com um «baixo» que, comunicando geralmente com o quintal através de uma porta independente da restante habitação, permitia ser utilizado de forma variada, embora comummente se destinasse a loja de animais de trabalho ou de criação. Neste último caso, deve ser tida em conta a importância do porco na economia doméstica.

Esta solução construtiva permitia a existência em parte da área da casa de um sobrado, razão pela qual a porta de entrada deste piso se rasgava a partir do nível da rua, embora quase sempre mais elevada para se evitar a penetração das águas pluviais no seu interior. Outras vezes, para se conseguir no piso térreo um pé direito suficiente, tomando como referência o nível da rua, alteava-se o sobrado, fazendo crescer as paredes de suporte. Em ambos os casos, a porta de entrada era precedida de uma escadaria. Apresentando o número de degraus necessários para vencer o desnível, estas escadarias visam somente a resolução das necessidades funcionais, pelo que se apresentam desprovidas de ornamentação. Construídas geralmente com lages de xisto

38 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 66, Mç. 16, fls. 21-22

porque os rendimentos dos seus habitantes não possibilitavam o pagamento das despesas com o corte e transporte das pedras de cantaria, inexistente na área da cidade. Estas escadarias apresentam geralmente a seguinte configuração:

- dispostas de frente entre o nível da rua e a soleira da porta;
- dispostas verticalmente em relação ao plano da parede, terminando neste caso num patamar que comunica com o vão da entrada.

Contudo, a construção destas escadarias, devia submeter-se à matéria estipulada nas Ordenações do Reino:

> «não poderá pessoa alguma pór escada na rua direita do portal de seu vizinho, porque lhe impida a entrada do seu portal[39]».

3.2. Casas de rés-do-chão e sobrado

O modo de vida determina a utilização da casa. Mesmo num meio urbano nem todos os seus habitantes estavam de costas voltadas para a terra. A posse de terra não só determinava o estatuto social mas ainda possibilitava algum rendimento para além de garantir em determinadas épocas do ano a regularidade dos abastecimentos de alguns bens essenciais. Por estas razões, encontramos membros de profissões mecânicas, sejam alfaiates, sapateiros, carpinteiros e até um vidraceiro, associados à posse e cultura da terra.

Também a Câmara, ao publicar posturas estabelecendo penas para os que começassem a vindimar antes da data que ela própria estipulava, justificava a importância que as actividades agrícolas continuavam a desempenhar nesta cidade. Neste sentido, a casa devia possuir espaço para o armazenamento dos produtos da terra, para abrigo dos animais de trabalho e transporte e ainda para depósito das matérias necessárias à alimentação destes.

---

39 *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas e estabelecidas pelo Senhor rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V,* Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos Conegos Regulares de S. Agustinho, 1727, p. 531

Nas construções de rés-do-chão e sobrado, o piso inferior, normalmente de terra batida, destinava-se por isso, directa ou indirectamente, ao apoio da actividade agrícola. Nos livros de notas, são diversas as informações referentes ao pavimento térreo indicando a afectação deste espaço às funcões mencionadas. Normalmente designado por «loja» ou «loge», significa o espaço inferior ao sobrado destinado a abrigar animais, por conseguinte algo distante do sinónimo corrente nos nossos dias, normalmente relacionado com um estabelecimento comercial que, por norma, mantém a característica de se situar no piso inferior de um edifício, mas ao nível e voltado para o espaço público que a rua constitui.

A importâcia da «loja[40]» numa casa, independentemente do número de pisos que possuísse, era muito grande. Por esta razão, nos documentos notariais, era normalmente referida em pé de igualdade com os outros pisos da casa, cujos repartimentos raramente eram descritos. Exemplo do que acabamos de afirmar é-nos dado por umas casas situadas na rua Direita, na parte do sol, as quais:

> «tem sua loge com dois sobrados e seus repartimentos e no estado prezente (1770) se achão bem reparadas[41]».

Por vezes, este espaço desempenhava a função de palheiro[42], podendo ainda possuír lugar para um quarto como era o caso de:

---

40 Porém, tal não significa que a construção destinada a dar abrigo aos animais, não lhes fosse, em alguns casos, especifícamente destinada, embora se situasse sempre na vizinhança das habitações. Sendo vendida uma casa na rua de Fora de Portas, em 1767, vemos pelas confrontações que se situava entre uma residência e uma «loja que vai direita ao rio Fervença». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 15, Mç. 5, fls. 9-13v. Quando assim sucedia, pensamos que a natureza da edificação era geralmente pobre e sem grandes primores técnicos.

41 José Manuel de Morais Pimentel era o directo senhorio desta casa que partia de «hua parte com cazas em que asiste João de Sá Carneiro Vargas e da outra parte com cazas de de Joze da Fonseca». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 62, Mç. 15, fl. 77.

42 Por vezes, os palheiros ocupavam construções afectas unicamente ao armazenamento de palha, como sucedia em 1783 na rua da Caleja do Forte, onde existiam «huas cazas que servem de palheiro». B.P.A.D.B., Lv. 67, Mç. 16, fls. 27v-28; outras vezes, estavam instalados em construções de menor valor, ou parcialmente arruinadas. Era o caso, em 1774, de «hua caza que serve de adega e palheiro na rua dos Gatos que se acha sem sobrado e sem tilhado, e somente com portas e janellas». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 64, Mç. 16, fls. 23v-24

«hua morada de cazas [...] na rua ou caleja do Forte [...] que se compoem nos baixos da loge da entrada e outra antreor e hum quarto no palheiro[43]».

Outras vezes, além da «loge» e adega, havia ainda espaço para um sótão, forma provinciana de designar uma loja ou uma oficina, sabendo-se que este termo também significa o compartimento entre o tecto e o último andar de uma casa. Daremos em seguida um exemplo em que, cremos, o primeiro caso tem sentido, referente a «humas cazas na rua da Amargura», as quais:

«tem sua loge adega e hum sotão nos altos tem huma salla dous coartos e cozinha com seo quintal[44]».

Pertencendo ao «Beneficio de S. Vicente», esta casa estava emprazada ao reverendo Francisco António da Veiga. Em Maio de 1792, foi o prazo renovado, constando da respectiva escritura as dimensões do imóvel que, nos parece bem dar a conhecer. Assim, esta casa, tinha:

«de medeção pelo norte e frente das mesmas cazas seis varas menos hum palmo e medidas desde a porta da rua athe a parede que fica para o sul tem nove varas e meia e o quintal tem pella parte do sul seis varas pello norte cinco varas e meia pello poente e nascente coatro varas e meia o qual fica entre as paredes soltas de entre as cazas confinantes[45]».

Nestes edifícios, o acesso ao sobrado fazia-se através de uma escadaria que tanto podia surgir no exterior como no interior do pavimento térreo. Na divisão do andar, tanto se recorria ao uso de tabiques como se deitava mão de outros materiais. Numa petição que Rosa Maria de S. José, viúva e tutora de

43 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 70-71v
44 B.P.A.D,B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 133v-134v
45 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 133v-134v

duas filhas menores, enviou ao Juís dos Orfãos para obter autorização de vender «alguma cousa do cazal» a fim de conseguir pelo menos cem mil réis para obras, dado que:

> «se lhe arruinou a parede das cazas em que vive e vendosse obrigada a levantalla se lhe descobrirão nas mesmas cazas varios defeitos a que perciza acudir como são sobrados e palhiços[46]».

Outras vezes, nas divisões interiores usava-se o taboado, como acontecia numa casa da rua de Fora de Portas que tinha:

> «sua loge de entrada e outra mais interior que serve de adega com seu sobrado e cozinha repartida com taboado e hum quarto[47]».

Sem monumentalidade, mas numericamente dominantes, eram estes edifícios de linhas simples que, em boa medida, povoavam o território urbano. Respondendo prioritariamente à resolução de problemas essenciais - abrigo e protecção das pessoas e dos seus bens -, o homem que os habitava não enjeitava a marcação das suas preocupações decorativas, como sejam a figuração, com recurso à pintura, dos cunhais e molduras de portas e janelas.

Todavia, as virtualidades da planta deste tipo de casas de modo algum se esgotava na humildade de soluções construtivas e ornamentais, como o demonstram algumas residências pertencentes a proprietários de ordens privilegiadas. Embora integradas no grupo tipológico das casas de rés-do-chão e sobrado, por questões metodológicas, consideraremos a habitação dos estratos sociais privilegiados como um grupo distinto.

---

46 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 66, Mç. 16, fls. 17-18
47 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 62, Mç. 15, fls. 2v-4

3.3. A casa fidalga

«A cidade possue algumas casas de particulares notaveis pela sua grandeza e pela sua construção, que denotam terem pertencido a antigas famílias abastadas[48]».

Ainda que de forma vaga, assim contrapunha Albino Lopo a arquitectura das casas de «pessoas de condição» - estatuto que por vezes era de aquisição recente -,relativamente a outras residências e principalmente aos edifícios públicos que, na parte final do século passado, qualificava de «pouco recomendáveis». Referindo «a conhecida casa dos Saldanhas», a do Arco, a dos Vargas, este autor acrescenta ao seu rol de casas fidalgas as que pertenceram aos Figueiredos, aos Sarmentos, aos Sepúlvedas, aos Mirandas, aos Morais, aos Teixeiras e Bravo Frias, não omitindo, contudo, que os tempos estavam a provocar grandes transformações no que respeita a estas residências.

Solares de famílias que durante séculos viram os seus membros pontificar na política, na carreira das armas e na vida religiosa, acabaram por sofrer as consequências da decomposição da sociedade do Antigo Regime, fenómeno acelerado com a instauração de uma nova ordem de que o movimento vintista seria principal responsável.

Alterados os fundamentos, até aí considerados inabaláveis, sobre os quais repousava o edifício do Antigo Regime, muitas famílias não conseguiram resistir ou adaptarem-se aos sobressaltos dos novos tempos, pelo que se desagregaram, arrastando neste processo uma das faces visíveis do seu antigo poderio, o solar.

Relativamente às residências deste tipo que ainda se mantêm, a documentação conhecida é escassa e, geralmente, inconclusiva. Por outro lado, o trabalho de alguns estudiosos que dedicaram largas horas à reconstituição das linhagens das famílias que as construíram ou habitaram, não dá contibutos significativos para podermos avançar na história desta categoria de edifícios.

---

[48] LOPO, Albino Pereira - *ob. cit.*, p. 38

Havendo casos em que a associação entre a casa e a família é de difícil atribuição - casa da Costa Grande, por exemplo -, o facto de grande parte da nobreza ser essencialmente terratenente complica o problema, na medida em que passavam grandes temporadas nas zonas rurais onde possuíam os seus domínios. Este dado poderá explicar a relativa pobreza decorativa das suas residências que, por aquela razão, umas vezes eram simplesmente fechadas, outras arrendadas ou fechada uma parte e arrendada outra. As mesmas razões têm validade para os membros deste estado que se ocupavam na carreira das armas.

O inventário[49] que a seguir a 1762 se executou para pagamento da décima, parece confirmar a atração que o mundo rural exercia pelo menos sobre uma parte da nobreza. Com efeito, em 1763, a casa de planta longitudinal de Francisco António da Veiga Cabral - desfigurada para nela se instalar o Banco de Portugal - estava fechada[50]. Na mesma altura e na mesma situação[51] contavam-se, por exemplo, a Casa do Arco, propriedade de Francisco José de Morais Pimentel e a residência dos Doutéis, - ambas na rua do Espírito Santo - então propriedade de D. Inácia Clara Doutel. Numa situação de arrendamento, estava a casa comprida da antiga rua da Alfândega que pertencia ao tenente de infantaria Pedro Ferreira. Outros elementos da nobreza local só parcialmente ocupavam as suas casas. A parte que ficava livre, sendo arrendada, constituía um contributo financeiro que o orçamento do proprietário não desprezava. Contavam-se neste caso, Bernardo Baptista da Afonceca e Sousa[52], pois vivia «somente em hum sotão, por estarem as mais fechadas. Contudo, parte desta habitação, com «logens e hum andar» estava arrendada ao carpinteiro António José. O mesmo sucedia em duas importantes casas, também compostas por rés-do-chão e sobrado, situadas na praça da Sé. A maior pertencia a D. Leonor de Vasconcelos[53] que, vivendo «nos altos», arrendou os «sotos» do pavimento térreo a quatro pessoas, onde se

---

[49] A.N.T.T., Impostos - Bragança. Décimas das casas, nº 1174, *traslado do arruamento que se fes da cidade de Bragança para se pagar a decima das rendas das cazas...*
[50] *Idem, ibidem,* fl. 16v
[51] *Idem, ibidem,* fls.40v, 14v
[52] *Idem, ibidem,* fl. 40
[53] *Idem, ibidem,* fl. 20

incluíam um «vendeiro» e um sapateiro. A outra casa[54],conhecida como a do Morgado da Praça, era propriedade de André Ferreira de Morais e estando fechada tinha um «sotão» arrendado ao «vendeiro» Álvaro Vicente.

A par do estado de quase abandono e de mercantilização que ia tomando conta de algumas casas fidalgas, outras eram sujeitas a obras de beneficiação. Neste número contava-se Bento José de Figueiredo Sarmento, que melhorou a casa da rua Direita que herdara de seu pai, José Cardoso Borges. Com efeito, ao inventariarem-se os bens móveis a que se procedeu em 1767, por morte do titular e de sua mulher, D. Ana Maria Felix, referem-se:

> «as bemfeitorias das cazas da morada citas na rua Direita que são a caza nova e escada de cantaria com seus (*) e caza da cozinha com suas entradas e sahidas novas e velhas altos e baixos servidoens e maes pertences que partem de hua parte com a Caleija que vai da rua Dereita para o rio e da outra parte com o Morgado que forão avaluadas estas bemfeitorias pelos avaluadores em hum conto de reis[55]».

A expressão de Merveileux, segundo a qual os portugueses apesar de começarem sempre os seus edifícios, jardins e outros empreendimentos com bons planos e desenhos corretos, os acabavam sempre mal, voltando às velhas sentenças devido ao conselho de qualquer frade ignorante ou dum artífice seu cúmplice[56], ganhou, entre nós, alguma notoriedade por justificar de algum modo a introdução, com a obra já em curso, de algumas originalidades que, inicialmente, o risco não previa. Outros improvisos e adaptações dever-se-ão

---

54 *Idem, ibidem,* fl. 20v

55 Num processo anexo a este, enumeram-se alguns bens de raíz de José Cardoso Borges, complementando-se a localização da residência. Destacamos: «as cazas da morada [...] menos a caza nova e a escada e a compostura da cozinha que partem de hua parte com a rua dos Gatos e da outra parte com a rua Direita que forão avaluadas pelos avaluadores em a coantia de dois contos e trezentos mil reis somente e não se avaluou o aumento da caza nova e a escada e bemfeitorias da ozinha que fica para o inventario que se hade fazer do erdeiro Bento Joze de Figueiredo». Alonso da Paz Sandoval, mestre prateiro, Santiago de Roiz, pedreiro e José Alves, também pedreiro, foram louvados no inventário de Bento José de Figueiredo. B.P.A.D.B., *Inventários de menores,* doc. em fase de classificação

56 CARVALHO, Ayres de - *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias D'El Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux,* s/l., Edição do autor, s/d., p. 81

muitas vezes às necessidades funcionais de cada família, até porque, constatando-se a existência de diferentes patamares de nobreza, devemos admitir que cada qual tinha requisitos próprios. Por estas razões, nos meios urbanos, não existe um modelo uniforme de habitação fidalga, quer se tenha em conta a configuração exterior das residências, quer se atente na organização do seu espaço interior. Também não seguiremos à risca a definição Josefina contida na «lei acerca da divisão e união dos prédios, e acerca dos encravados» (1773), a qual para evitar dúvidas sobre as casas que deviam ser consideradas nobres, estabelecia:

> «*Primo*, os palácios de prospecto decoroso, e notoria nobreza: *secundo*, os edificios que na contiguidade de oputros tiverem para as ruas nos prospectos seis janellas de frente em hum só andar, e dahi para sima: *tertio* as que forem isladas, ou pertencerem a pessoas, que na totalidade dellas tenhão tres partes de quatro pelo menos[57]».

Sob um ponto de vista planimétrico, a casa nobre bragançana configura-se de dois modos:

- casas que pelas dimensões do plano não excedem o tipo de habitação popular e burguesa avantajada, mantendo uma relação proporcionada entre o comprimento e a largura, o que lhes dá um carácter sóbrio e severo;
- casas com fachadas de acentuado desenvolvimento horizontal.

Contudo, estas duas tipologias não dispensarão algumas considerações sobre a ocorrência da casa-torre e sobre a integração da capela.

---

[57] Esta lei tinha como objectivos fundamentais: 1° - evitar a divisão dos prédios; 2° -fazer com que os possuidores de prédios «insignificantes» os vendessem aos proprietários vizinhos. Assim, determinava-se «que as pessoas, que quizerem edificar cazas de novo nas sobreditas cidades, e villas, as possão ampliar pelas pequenas porções de terrenos, e domunculas contiguas aos edificantes [...] pagando os preços dellas [...] com huma quarta parte de mais sobre os preços das avalliações judiciaes». Esta lei teria aplicação «directa» em Lisboa, Leiria e nas vilas de Santarém, Tomar, Abrantes e Setúbal. SILVA, António Delgado da - *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações (1763/1764)*, Lisboa, Na Tipografia Maigrense, 1829, pp. 678, 684

De um modo geral, entre as construções do primeiro grupo e as do segundo, é possível detectar alguns factores comuns, como seja o facto de se comporem de dois pisos, rés-do-chão e andar nobre, e a utilização, ainda que com alguma parcimónia, de cantaria. A aplicação deste material nas cornijas, nos cunhais e, principalmente, nos enquadramentos dos vãos, acrescentaria às frontarias uma nota valorativa no que respeita à decoração.

Esta, era essencialmente conseguida pelo recurso às variações das qualidades tácteis do material, num ambiente de superfícies planas em que a noção de volume e o emprego de linhas curvas não alcançaram a eleição por parte dos encomendadores. De resto, os elementos constitutivos deste esquema parecem prolongar as linhas de orientação que presidiram a algumas realizações dos padres Jesuítas.

A presença numa casa situada no fundo da rua Direita, na parte do sol, de mísulas semelhantes às do janelão da igreja da Companhia não constitui um caso isolado. Tais influências são, nos seus traços gerais, confirmadas quer na casa do Morgado da Praça quer ainda na que, a poente, entesta com o antigo edifício do Paço Episcopal, visto que ambas se alinham pelo risco do seminário dos Jesuítas que foi construído em 1712. Esta razão de semelhança, ao mostrar as influências da arquitectura religiosa sobre a arquitectura civil de maior aparato, põe igualmente a nu a persistência e dominância, ainda no século XVIII, dos valores da gramática maneirista[58].

Na casa que as suas dimensões se equilibram, possui geralmente janelas de avental ressaltando sobre o paramento da parede ou então a pedra de peitp saliente com moldura. A casa comprida preferiu evidenciar o andar nobre, ao fazer correr, em correspondência com portadas de madeira, balcões actualmente guarnecidos com grades de ferro forjado. Mesmo assim, de uma maneira geral, as balizas da sobriedade nunca foram assombradas por quaisquer outros primores decorativos.

Ambos os tipos de residências são próprios «duma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza de espaço é afirmação de prestígio e

---

58 «entre nós o estilo a que cabe o nome de Jesuítico nada tem a ver com a estravagância de ornamentação ou exagerada opulência material. Distingue-se ... por qualidades de isenção, de requintada sobriedade, pelo apuro das proporções e fina severidade no pormenor». LINO, Raúl - *O estilo na casa portuguesa do século XVII,* in «Revista Municipal», nº 16, Lisboa, 1943, p. 4

domínio, que transferiu para a cidade o conceito de classe senhorial do campo e fez da sua residência uma espécie de solar urbano à beira rua[59]». Contudo, na mesma escala de valores, é possível detectarmos diferentes patamares. Com efeito, as valências de proporcionalidade e severidade das casas do primeiro tipo, impõem-se por si próprias e pelo relacionamento equilibrado que mantêm com a volumetria das habitações vizinhas. No segundo caso, quase sempre se afirma o conflito com as construções vizinhas, como ainda se evidencia a incapacidade de realizar plenamente o efeito visual pretendido porque sendo estas construções planeadas para serem vistas de frente, a insuficiente largura das ruas ao impedir o recuo necessário, corta a visualização de um só golpe do conjunto da frontaria.

No entanto, a configuração longitudinal destas edificações - que recusaram a planta em **U**, «a grande contribuição do século XVII no domínio da arquitectura doméstica[60]» - ajudaram à definição da linearidade dos arruamentos em que se implantaram.

O enquadramento deste tipo de planimetria, tem uma consequência imediata sobre a organização da escadaria. Dispondo-se exteriormente, este elemento, ao permitir o acesso directo ao piso superior, não desempenha apenas um papel funcional visto que, em muitos casos, revestindo-se de características dinâmicas e de profundidade, desempenha uma acção importantíssima na animação das fachadas. Contudo, os exemplares bragançanos pela necessidade de respeitarem o traçado da via pública tiveram que construir a escada no interior da habitação, motivo pelo qual o vão da entrada principal procura o eixo da frontaria como forma de conseguir manter o seu equilíbrio.

É reconhecido que a arquitectura barroca em Portugal raramente alcançou inscrever o movimento nos alçados através do recurso à diversificação e ondulação dos seus paramentos, ou ainda recorrendo à diversificação das plantas. O carácter monótono que resulta da repetição das planimetrias é apenas contrariado pela decoração, fenómeno que Reynaldo dos

---

[59] OLIVEIRA, Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto,* Separata de Douro-Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História - Oitava Série - VII-VIII, Porto, 1958, p. 4

[60] AZEVEDO, Carlos de - *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre,* Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 57

Santos considerou como elemento vital e o símbolo da originalidade do barroco português do século XVII[61], período em que «a arquitectura do Norte e do Sul do país não oferece diferenças tão acentuadas como veremos no século XVII[62]». Admitindo, com R. Smith, que no nosso país, a arquitectura civil seguiu um processo evolutivo idêntico ao da arquitectura religiosa[63], significa que durante o século XVIII sofreu uma transformação que, por sua vez, provocaria diferentes orientações no Norte e no Sul do país.

À parte a acção das figuras dominantes da Ludovice e Nasoni, seriam duas zonas relativamente independentes de Lisboa e Porto - os dois portos marítimos mais importantes - a interpretarem a expressão artística mais caracterísiticamente portuguesa, isto é, as suas formas autóctenes[64]. Referimo-nos ao Alentejo e à região do Minho-Douro. Se o Alentejo, mais aberto a influências, aprendeu a gramática renascentista e, daí para a frente, teve dificuldade em libertar-se dos seus ensinamentos e práticas, na região do Minho-Douro, a evolução artística processou-se rapidamente, passando, quase sem sobressaltos, do gótico para o barroco, com o eixo Braga-Guimarães a exercer influência na região transmontana.

3.3.1.. As casas de carácter sóbrio e severo

Em Maio de 1716, o doutor António Pimentel Borges Botelho, Juíz do Tombo dos bens da Sereníssima Casa, convocou Manuel de Figueiredo Sarmento, «por lhe constar, que trazia de renda humas cazas nobre sitas na praça do Colégio [...] e huma vinha que hoje hoje esta morta sita nas Carvas, limite desta cidade pertencentes ao dito Estado e Serenissima Caza de Bragança, e Almoxarifado da dita cidade[65]». Esta casa e vinha, tinham sido «rematad(s) a António Doutel de Almeida ja defunto [...] por dividas, que

---

61 SANTOS, Reynaldo - *A arquitectura barroca em Portugal,* in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», 2ª Série, nº 3, Lisboa, 1951, p. 15

62 SANTOS, Reynaldo - *A arquitectura barroca em Portugal,* in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», 2ª Série, nº 3, Lisboa, 1951, p. 16

63 SMITH, Robert C. - *The development of baroque art in Portugal and Brazil,* in «XVI Congrès Internacional d'Histoire de l'Art», vol. I, Lisbonne-Porto, 1949, p. 100

64 BAZIN, Germain - *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le nord du Portugal,* in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes», 2ª Série, nº 2, Lisboa, 1950, p. 8

65 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança,* fl. 102

estava devendo ao dito Estado e Serenissima Caza [...] a qual arrematação se lhe fez em virtude de uma carta executoria passada [...] no anno de mil setecentos e sinco aos sete dias do mes de Marsso do dito anno na quantia de seiscentos e vinte mil reis[66]». De acordo com a arrematação efectuada em praça pública, em Outubro de 1715, Manuel de Figueiredo Sarmento ficou a pagar de renda ao Almoxarifado, pela casa e vinha, a quantia anual de oito mil réis «em dinheiro».

No ano seguinte, lavrar-se-ia o auto de medição e demarcação destes bens, sendo, para o efeito, citadas várias pessoas com propriedades confrontantes com as referidas. Interessa-nos particularmente a medição da casa, efectuada «com hua vara aferida de sinco palmos, e com huma corda de trinta varas[67]». A este propósito, referia-se o seguinte:

> «Humas cazas nobres com seu quintal e hum poço nelle com seu bocal de cantaria as quaes cazas tem de comprido do Nascente para o Poente pella parte do Sul, e frontaria das mesmas cazas para a rua da praça dezasseis varas, e trez quartas, e tem na dita frontaria quatro janellas rasgadas, e huma de canto com sua pedra de armas na mesma frontaria com hum cunhal e cornija tudo de pedra de cantaria, e constam os sobrados das ditas cazas de quatro cazas grandes forradas, e de huma cozinha, e de hum corredor que vai das ditas cazas para a dita cozinha, e tem mais as ditas cazas huma caza com dous fornos, a qual caza tem huma porta para hum logradouro, que esta pegado na mesma caza, e tem os baixos das ditas cazas sinco logeas, e hum sôtam com dous portaes largos para os baixos das ditas cazas, e trez janellas tudo de cantaria com hum pateo ladrilhado da mesma cantaria e della huma escada que sobe do dito pateo para os altos das ditas cazas[68]».

Situado na praça do Colégio, este edifício confrontava:

---

66 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança,* fls. 102-102v
67 A.F.C.B., *ibidem,* fl. 105
68 A.F.C.B., *ibidem,* fl. 105

«do Nascente com cazas de Manoel de Figueiredo Sarmento, e do Poente com as cazas do reverendo Francisco Jorge[69]».

Relativamente ao quintal, referia-se:

«O quintal das ditas cazas esta pegado a ellas, e he tapado sobre si; tem de comprido do Norte para o Sul pella parte do Nascente nove varas, e trez quartas, e pella parte do Poente nove varas, e tem de largo do Nascente para o Poente pela parte do Sul outo varas, e pella parte do Norte sinco varas, e trez quartas, o qual quintal tem hum poço com seu bocal de cantaria e humas parreiras com duas columnas de pedra da mesma cantaria, e huns alegretes de flores, e parte do Nascente com as mesmas cazas, e do Poente com quintal de Pedro Sanches , e parte do Norte com quintal de Manoel de Figueiredo Sarmento, e do Sul parte com cazas do reverendo Francisco Jorge[70]».

Se a incorporação nesta casa de uma janela de canto traduzia a persistência do gosto renascentista, também a presença na àrea das trazeiras de alguns alegretes com flores merece ser retida. Com efeito, embora se designe por quintal, trata-se de um espaço em que se inscrevem as características de um jardim português. Na verdade, no nosso país, o jardim nunca se distanciou completamente da produção pelo que, ao contrário de outros países, raramente alcançou a formação de unidades estéticas independentes.

Tratando-se de um espaço fechado, com um poço rematado em granito, parreiras e colunas de cantaria para sustentarem as latadas e o cultivo de flores, não em canteiros rasos mas em alegretes, fazem-nos pensar na tentativa de humanização da natureza, no sentido de a converter, tal como nos claustros dos conventos, em um lugar ameno que, permitindo o descanso e o lazer, convidasse ainda à reflexão.

---

[69] A.F.C.B., *ibidem,* fls. 105-105v
[70] A.F.C.B., *ibidem,* fl. 105v

Na Costa Grande ainda hoje se pode admirar um dos melhores exemplares bragançanos da arquitectura fidalga. Tratando-se de uma construção do século XVII, a sua organização interior, pela diversidade de afectações a que tem sido sujeita, está completamente alterada. Como elemento arquitectónico, resta unicamente a escadaria de granito que interiormente e encostada à fachada de tardoz paermite o acesso ao andar nobre e ao mezanino resultante do aproveitamento espacial que um telhado de quatro águas permitiu.

Construída face à rua que com grande declive corre entre as portas do castelo e a praça de S. Vicente, a organização da planta haveria de reflectir a adequação da sua implantação aos acidentes do terreno. Desta forma, a entrada principal seria rasgada na face poente, com acesso pelo largo portal, com pilares almofadados, do jardim fronteiro a este lado e que também se alinhava paralelamente à via pública.

Possui o rés-do-chão desta face quatro janelas com a pedra de peito saliente e moldurada. Sobre estas aberturas, corre um robusto cordão, também moldurado, onde assentavam as pedras de avental das cinco janelas do andar nobre. Nestas inscrevem-se as principais inovações decorativas e os caracteres distintivos relativamente aos outros exemplares locais da arquitectura civil. Com efeito, enquanto todas as construções que incorporaram esta tipologia de aberturas, a superfície quadrangular da matéria pétrea é lisa, aqui optou-se pela execução de motivos decorativos constituídos por quatro troncos de pirâmide em degraus, processo que acentua os efeitos do claro - escuro e reforça a gravidade volumétrica da composição. Sobre esta teoria de janelas, alinham-se as do mezanino, cuja pedra de peito repete a factura da do piso térreo.

Na fachada voltada para a rua segue-se o mesmo programa. Com excepção do rés-do-chão, porque o plano inclinado da via pública não as consentia, todos os pavimentos têm cinco janelas, sempre com lancis lisos. Por outro lado, a configuração do terreno só permitiria a altura suficiente para o avanço de um balcão no andar nobre e mesmo assim pouco saliente relativamente à superfície parietal.

Apesar da relativa variedade de soluções encontradas no momento da construção de residências nobres, a organização do espaço interior onde

decorria o quotidiano familiar, não é fácil de desvendar. Sabendo-se que enquanto processo descritivo e avaliativo do recheio de uma habitação, os inventários *post-morte* são uma das melhores fontes históricas para o conhecimento da vida particular dos agregados, o nosso desconhecimento destes processos impede-nos de utilizarmos algumas informações - relativas ao mobiliário, por exemplo - necessárias à percepção das funções específicas dos diversos repartimentos de uma casa. A visita que pudemos efectuar ao interior de uma casa fidalga talvez contribua para nos aproximarmos da realidade vivida.

Situada na rua Nova, nas proximidade da antiga cerca do convento de Santa Clara, possui este edifício uma planta rectangular que pelas suas dimensões - 17,5metros de comprimento por 15 metros de largura, entrando nesta medição a espessura das paredes (75cm) - se aproxima do formato quadrado (planta em anexo).

A cantaria, sem lavores, reservou-se para os enquadramentos dos vãos das portas e janelas, não sendo visíveis nos actuais paramentos das paredes, quaisquer vestígios de balcões.

Ao nível da rua, duas largas portas permitiam o acesso ao interior que se desenvolvia em três pisos: rés-do chão, andar nobre e, tirando partido do vão do telhado de duas águas, um sótão.

No piso térreo contava-se uma cavalariça com manjedoura de pedra e piso empedrado, adega, «casa do carvão» e outra dependências. Do pátio, igualmente empedrado, subia-se ao andar nobre por uma escadaria de madeira, com dois lanços em L, acedendo-se ao interior deste a partir de um patamar que funcionava como um vestíbulo, visto a escada ter continuidade para o sótão. Como a porta principal não foi rasgada no eixo da composição, a escada procurou o apoio das paredes mestras, razão pela qual na planta ocupava uma disposição lateral. No patamar-vestíbulo abriam-se três portas com funções socialmente diferenciadas: uma permitia aos «menores» o acesso à cozinha; outra, servia familiarmente a residência do agregado; finalmente, uma outra dava passo a um vasto salão quadranguar cujo tecto, merecendo especial atenção dos antigos proprietários, nos indica tratar-se da divisão mais aparatosa e protocolar desta residência.

O andar nobre, com soalho de madeira de castanho - material também usado nos tectos - estava no mesmo plano do quintal, ocupando este uma área relativamente grande que confinava no lado norte com a rua do Picadouro, também designada no século XVIII por rua da Muralha Nova. Cercado por um muro de pedra seca, possuía um poço escavado na rocha que era ladeado por uma pia de cantaria, de execução tosca, e por um tanque de granito aparelhado.

Entre a parede norte do edifício e o quintal existia um desnivelamento formando uma espécie de saguão que permitia não somente escoar as águas do cano da cozinha, mas ainda possibilitava, através de pequenas aberturas, o arejamento e iluminação de alguns compartimentos situados no piso térreo, nomeadamente a cavalariça e adega.

Do interior da residência, acedia-se ao quintal através de um pequeno corredor situado entre a cozinha e uma saleta. Trata-se do único corredor desta casa, já que temos alguma dificuldade em classificar como tal o espaço de amplas dimensões que, a meio da planta, separa os compartimentos aí existentes, embora comunique com uma varanda com escadaria para o saguão. Aberto na parte mais privada da casa, este espaço parece criar uma «caixa de ar» com a função de assegurar e reforçar valores de intimismo e privacidade, nomeadamente ao salão do oratório e quarto contíguo.

Como todas as divisões comunicavam entre si, era assim possível, a partir do compartimento protocolar, ir penetrando na intimidade da casa, sabendo-se que, no século XVIII, quanto maior fosse o estatuto social de uma pessoa mais possibilidades teria de chegar às zonas de maior privacidade. Tal comportamento era, de resto, recomendado por João de Villa-Lobos e Vasconcelos na obra *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade*, publicada em 1782. Preocupado com as boas maneiras, nomeadamente com a arte de bem receber, lembrava este autor «que quanto mais interior for a casa, de todas as que podem receber visitas, tanto melhor será recebe-la no interior; guardando tambem a este respeito a proporção do caracter das pessoas; e mostrando por tudo isto a distinção que faz do seu merecimento[71]».

---

[71] MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740 - 1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 115

Desta forma, estamos perante uma hierarquia de acessos à casa e ao seu interior, manifestada em três níveis complementares, cujos contornos se definem essencialmente a partir do patamar-vestíbulo pelas limitações à circulação possível no seu interior. O piso térreo, afectado à cavalariça, palheiro, adega, etc., agregava ainda os repartimentos destinados ao pessoal que pela natureza das funções que exerceciam na casa, não gozavam de grande consideração social. Provavelmente pela natureza do sexo ou por serem merecedores de alguma estima, outros criados eram arrumados nos compartimentos do sótão. Estando neste caso mais afastados dos animais e dos odores, sofriam os efeitos das baixas temperaturas da estação fria ou suavam o calor acumulado durante o Verão. No andar nobre, dois andamentos: o quotidiano familiar articulado pelos diversos compartimentos da casa e os dias mais cerimoniosos em que aos visitantes se abriam, no mesmo nível horizontal, as portas da sala protocolar, podendo posteriormente ser conduzidos a outras divisões.

No último caso, contava-se certamente o padre que aos domingos rezava missa no oratório da casa, o qual ocupava uma posição mais resguardada por estar no «coração» da residência. Contudo, em resultado das possibilidades de comunicação diferenciadas - a inexistência de corredores supria-se com a possibilidade de utilização colectiva dos espaços interiores - , a sala do oratório não se apresentava totalmente arredada das necessidades de utilização do espaço familiar. Por isso, a sua estrutura, com alguns gavetões na parte inferior destinados a guardarem os paramentos e alfaias litúrgicas necessárias, possuía duas portadas que uma vez fechadas resguardavam este altar do ambiente profano do dia a dia.

3.3.2. Casas com fachadas de acentuado desenvolvimento horizontal

3.3.2.1. A casa de José de Lozada Sarmento

Referindo-se à concessão, em 1801, para um oratório particular na residência de João Ferreira Sarmento Lousada e de sua mulher D. Guiomar Luisa Pimentel de Figueiredo, o Abade de Baçal escreveu o seguinte:

> «a casa desta familia deve ser o palacete da rua da Amargura, decorado com três brazões, dois em cada esquina e outro no tecto de uma das salas, com as armas dos Ferreiras, Sarmentos, Lousadas e Morais, por sinal muito maltratados nuns retoques que lhe deram quando o prédio pertencia ao falecido Luís Lopes dos Santos[72]».

Indo mais longe no tempo, no Boletim do Grupo dos Amigos de Bragança atribuíu-se esta casa a Domingos da Ponte Galego, General de cavalaria, fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo, porque quando em 1906 Luis Lopes adquiriu a casa, procedendo a algumas obras foi encontrada uma pedra que servia de soleira a uma porta com a seguinte inscrição:

> «Esta caza he de Antonio da Ponte Gallego de Figueiroa commendador de Santa Maria (de Bragança) filho de Domingos da Ponte Galego General de (artilharia)[73]»

No «Tombo do Beneficio de São Vicente sitto nesta cidade de Bragança de que he Beneficiado o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Martim Affonso de Mello Bispo da Guarda[74]», datado de 1674, refere-se uma casa aforada ao Doutor Domingos de Carvalho e que foi integrada numas «cazas grandes» que existiam na rua da Alfândega. Com efeito:

> «o Doutor Domingos Carvalho morador que foi nesta cidade pagava trinta e sinco reis de foro de suas cazas, que foram de Elena Teixeira, as quais comprou e meteo em suas cazas grandes, em que morava e pelas informaçoens, que (o Juíz do Tombo) tomou por pessoas fidedignas achou, que as ditas cazas grandes do ditto Doutor em que estão metidas, as que forão da ditta Elena Teixeira, que devem o foro, estão na rua da

[72] ALVES, Francisco Manuel - T. VI, *ob. cit.*, p. 45
[73] Boletim Grupo dos Amigos e Bragança, nº8, Bragança, 1956, p.12
[74] B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 23; P.R.Q., Cx. 3, Lv. 24; P.R.Q., Cx. 3, Lv. 25

> Alfandega desta cidade, e partem com cazas de Maria dos Sanctos pela banda de sima; e pela de baxo partem com cazas de Antonio da Costa Manteiga; as quais cazas possue hoje o capitam João Teixeira Sarmento; e sendo noteficado por escrivão para reconhecer ante elle Juiz o ditto foro, ou allegar rezão que tivesse; pareceo logo ante elle Juiz e disse que não tinha duvida algua a pagar o ditto foro[75]».

À margem esquerda deste documento, escreveu-se:

> «1744. Dizem que estas cazas são as em que mora o Doutor Ouvidor, e as que possue hoje Andre Manoel de Vinhaes[76]».

Conhecedor deste documento, e possivelmente sugestionado pelo apelido do capitão João Teixeira Sarmento, o Abade de Baçal admitiu a probabilidade da casa de André Manuel, «ser o palacete da rua da Alfândega[77]», onde antes teria vivido Domingos da Ponte Galego.

Na nossa opinião, trata-se de edifícios diferentes. Acreditamos que a «escritura de composissam de hua obra» na rua da Âlfandega que, em 1710, assinaram o sargento-mor de cavalaria, Francisco José de Lozada Sarmento - neste documento, a ordem dos apelidos também aparece invertida - e o mestre canteiro Manuel Dantas, seja respeitante a esta casa. Apesar da deterioração deste documento, pode concluir-se que o mestre canteiro não começou a obra de raíz porque se obrigava a fazer «toda a fruteira [sic] da dita caza como vai feita na obra que se tem principiado quando as genellas[78]».

As obras então efectudas, sobre um casco mais antigo, foram profundas. De acordo com o contrato, além da integração das casas antigas, também a porta principal destas foi deslocada «mais para cima» de forma a poder-se «meter (*) genella no pateo por onde se entra». O novo «portal que se fizer ser(i)a da mesma arte que o outro que esta feito» e os «baixos ham de

---

75 B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 24, fl. 8v
76 B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 24, fl. 8v
77 ALVES, Francisco Manuel - T. VII, *ob. cit.*, p. 749
78 B.P.A.D.B., *Escritura de composissam de hua obra entre o sargento mor Francisco Joze de Lozada Sarmento com Manoel Dantas moradores nesta cidade,* Nuc. Not., LV. A, Mç. 1, fls. 1-1v

ser (*) na altura da rua para que não entre a ágoa dentro». Na escritura previa-se ainda o sítio para a colocação da pedra de armas que o mau estado do documento não permite esclarecer completamente. Relativamente à escadaria, que seria feita em cantaria, tomava-se como modelo a da casa do «mestre campo general» Sebastião da Veiga Cabral. Do mesmo material seriam as «portas [...] nos altos e baixos».

Por outro lado, esta construção não era a única que, na mesma rua, era merecedora do epíteto de «casa grande». Na verdade, o imposto da décima que incidia sobre as casas, ao quantificar as importâncias que eram devidas ao erário público, afirma-se como um importante instrumento de avaliação da envergadura das mesmas. Em 1763, a casa de Francisco José Sarmento de Lozada, observando um procedimento comum às residências fidalgas, estava fechada. Contudo, na mesma rua e no mesmo período, existiam quatro residências que foram tributadas em valores que ultrapassavam os mil réis, circunstância que, em termos relativos, indica a presença de edifícios importantes. Neste grupo, incluía-se a casa que era propriedade de André Manuel, da vila de Vinhais. Tributada em 1.725 réis, estava, na altura, arrendada a Sebastião de Figueiredo que pagava anualmente 9.200 réis[79].

Seria a intervenção de 1710 que configurou definitivamente a organização da casa que aqui privilegiamos como objecto de análise.

Na fachada corrida que acompanha a antiga rua da Alfândega, abre-se no eixo da composição a entrada principal, mas sem caracteres decorativos que a acusem expressamente, a entrada principal. Apesar da discrição desta abertura, a casa de Francisco José de Lozada Sarmento foi, entre todas, a que concentrou maior esforço decorativo, ainda que contido, na fachada. Esboçando pequenas volutas nas guarnições das janelas que, juntamente com as portas, eram emolduradas por ombreiras e lintéis boleados em meia cana, todo o programa está longe da variedade e desenvoltura decorativas que se praticou não só em meios urbanos mas também em construções aparentadas de alguns meios rurais transmontanos.

A entrada abre-se para um harmonioso pátio lajeado a cantaria e iluminado por duas janelas dispostas lateralmente em relação à grande porta de

---

79 A.N.T.T., Impostos - Bragança. Décimas das casas, nº 1174, *traslado do arruamento que se fes da cidade de Bragança para se pager a decima das rendas das cazas ...*, fl. 39

duas folhas. Em frente desta, ladeada por duas aberturas que davam passo a outras divisões, um arco redondo assente em pilares também boleados e com capitel, assinala o arranque da ampla escadaria que se desenvolve em dois lanços. No patamar onde descansa o pé ou espelho do último dos quinze degraus, de focinho arredondado, do primeiro lanço, desdobra-se a escadaria em lanços paralelos até ao ponto em que se inicia a trama dos aposentos sem corredores de articulação. Aliando a teatralidade desejada à funcionalidade necessária, privilegiou-se este patim com a surpresa das ondulações- contrastantes com o ambiente de sobriedade - sugeridas nos topos inferiores das guardas dos lanços paralelos. Esta fórmula, permitindo a apreciação do visitante que do sobrado se dirigisse para a saída da habitação duplicava o papel de representação da escadaria visto que não só solenizava a entrada, separando claramente o público do privado, como cumpria semelhante função no momento da retirada dos que, não sendo da casa, tinham o privilégio de subir ao andar.

Ainda no mesmo patamar, dois conjuntos independentes de degraus facilitam o acesso a uma varanda, que corre toda a dimensão da face oposta à fachada principal, cujo sobrado se serve de outra escadaria, de um único lanço, para comunicar com a parte mais recuada do piso térreo e quintal.

Assim, a omissão do efeito emblemático que na generalidade das grandes casas fidalgas o portal simboliza era aqui compensada por uma escadaria interior de grande aparato que, apesar da severidade das suas linhas, emprestava um sugestivo dinamismo a toda a organização espacial interior, deixando-se desta forma enlear pelas possibilidades cénicas tão do agrado da sensibilidade barroca. Por esta razão no século XVIII - período em que se assistiu ao triunfo do barroco - este elemento da arquitectura, como refere António Filipe Pimentel, era particularmente estimado não só nas criações de natureza civil mas ainda nas que se destinavam «a cumprir funções eclesiásticas explorando, no vaivém desencontrado dos seus lanços, o ritmo cadenciado dos longos desfiles clericais[80]».

Em correspondência com a vasta superfície ocupada pela caixa da escadaria, um tecto de caixotões bem tecido em fortes e sóbrias molduras de

[80] PIMENTEL, António Filipe - *Escadaria,* in «Dicionário da arte barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 163

castanho merece ser evidenciado. Em relevo, também devem ser colocados os que correspondem a três grandes salões do andar nobre de grande pé direito. Estes tectos, em forma de gamela, têm desde a sua execução para cá sido objecto de algumas intervenções desastradas que chegaram ao ponto de os cobrir com tintas pouco adequadas.

Num deles o brasão ocupa o centro inserindo-se numa figura geométrica octogonal com perfil irregular, cuja moldura delimita um campo ornado com motivos vegetalistas e um pássaro que pelo recorte e volume se englobam na boa obra de talha. Dos vértices - decorados com rosetas e florões dourados - desta figura oitavada e dos seus dois lados maiores, partem outras regretas ou molduras que vão repartindo toda a superfície em dez espaços, sem motivos decorativos, até encontrarem o friso da parede, onde se apoiam em mísulas.

A chamada sala da capela segue idêntico programa, mas com um formulário diferente resultante da regularidade do octógono central, onde se inscrevem quatro motivos florais sem grande relevo. Significativo parece-nos o facto de as molduras divergentes dos ângulos da figura central serem interceptados a meio por molduras paralelas à figura do centro, procurando-se desta forma, através do recurso a linhas concêntricas de dimensão crescente para o exterior, acentuar a ilusão de uma resultante que se aproxime do simbolismo da cúpula que, como se sabe, constituíu um motivo caro a arquitectos e a pintores de temas religiosos.

O tecto do aposento que medeia a do brasão e da capela, seguindo o risco da primeira, tem no octógono central a principal diferença, uma vez que a obra de talha cedeu o lugar a figuras geométricas simples, desenhadas por molduras lineares que na superfície interior procuram os ângulos.

3.3.2.2. A casa do arco

A confirmação por D. Pedro II em 11 de Agosto de 1694, da licença que a Câmara concedeu ao Mestre de Campo Domingos de Morais Madureira, para unir as suas casas na rua da Carreira ou do Espírito Santo, constitui uma das raras notícias sobre as casas fidalgas que se construíram em Bragança.

Registada a sanção régia num livro da Câmara, a publicação deste documento pelo Abade de Baçal nas suas Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança permitiu o conhecimento público deste, dado que o livro em que tinha sido exarado se extraviou. Pelo seu conteúdo, somos informados do teor da pretensão, a qual consistia em fazer comunicar as casas que possuía de um lado e outro da travessa que vai da rua da Carreira para a rua Direita. O processo técnico implicava a construção em pedra e cal de uma abóbada de arcos, mas de molde a não impedir a passagem na travessa. Para isso, deveria manter-se:

> «na mesma largura em que se achava de doze palmos e altura de dezoito para poderem passar por baixo carros carregados[81]».

Sendo desconhecida a natureza das casas que inicialmente ladeavam a travessa, a verdade é que a construção do arco implicou certamente profundas obras nos edifícios que a partir de 1694 teriam adquirido unidade estilística. Integrando os bens do morgado de S. Francisco, pertencente a Domingos de Morais Madureira e Pimentel, consta do respectivo tombo, onde se descreve assim:

> «casas nobres do dito morgado [...] que tem dez jinelas com um arco de abobada sobre atravessa que vae para a rua Direita tem as armas dos Moraes e Pimenteis, apelidos que por antiga nobreza pertencem á dita caza, por cima do arco uma janela com reixa[82]».

Esta janela seria tapada possivelmente no início do séc. XIX, quando este solar sofreu obras importantes. Com efeito, em Janeiro de 1815, na resposta de D. João VI a uma petição da Viscondeça de Mirandela. D. Joana

---

81 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 240; *Idem, A casa do arco de Bragança. Noticias genealogicas , historicas, etnograficas e economico-industriaes,* in «O Leste Transmontano», nº 1, Bragança, 15 de Janeiro de 1920

82 ALVES, Francisco Manuel - T. VI, *ob. cit.*, p. 178

da Veiga Cabral Pimentel, «herdeira universal de seu tio José Manoel de Moraes Pimentel», diz-se:

> «lhe pertenciam as benfeitorias com que elle reparára, e augmentara as grandes cazas na dita cidade de Bragança, cabeça de morgado denominado dos Pimenteis, ao valor de mais oito mil cruzados, do que antes valião, alem da estimação particular pela beleza em que ficarão: e que ao pagamento daquela proveitoza obra estava o vincolo, especialmente o predio benfeitorizado [...]; e porque ella suplicante desejava emitar a seu thio nos sentimentos de beneficiar o vincolo, não duvidara sobrogar aquellas benfeitorias pelo dominio directo de huns moinhos na ribeira do Fervença pertencentes ao morgado benfeitorizado [...] pelo dominio directo de humas cazas na rua do Espirito Santo, que confrontão com cazas de Joze Antonio de Castro, e Joze Saldanha, pelo dominio directo de outras cazas na rua Direita, que partem com cazas de Antonio Joze Dias e Manoel Chancada[83]».

A presença do arco a meio do corpo da construção obrigou a que a entrada principal tivesse uma disposição descentrada, embora bem assinalada pelo aparelho de cantaria almofadada das ombreiras e verga. De resto, tudo parece indicar que a nobreza bragançana se mostrou avessa a acusar de forma explícita a entrada principal das suas residências, mesmo quando esta se rasgava no eixo da construção. Apenas na casa comprida da praça da Sé se esboça timidamente uma intenção axial, sublinhada pela pequena pedra de armas que está parcialmente encastrada na cornija. Para a obtenção deste efeito, também concorre o número ímpar de aberturas que correm em toda a superfície do andar nobre. A estas correspondem nove balcões com mísulas esculpidas. Sendo todas diferentes e representando a cabeça humana, por vezes com aplicações zoomórficas, as referências deste trabalho de fina

[83] B.P.A.D.B., A.S.C.M., Cx. 18, Mç. 12, fl., s/fl.

factura, parecem basear-se no exotismo das mascaradas transmontanas ou do mundo colonial português.

3.3.2.2.1. A tradição da casa - torre

Embora se desenvolva longitudinalmente, a Casa do Arco integra no topo oeste uma construção, já sem sinais ou características militares, mas que indicia continuar a tradição da casa-torre.

Períodos de intensa actividade construtiva, a parte final do século de seiscentos e o que lhe sucedeu, viram reconstruir, melhorar e fazer de raíz diversos edifícios particulares que continuavam a integrar a torre na sua estrutura. Embora sem o sentido e função originais, tratava-se agora de sugerir a grandeza e antiguidade dos solares de algumas famílias, avivando deste modo e simultaneamente justificando, segundo os conceitos do Antigo Regime, os direitos naturais a determinados privilégios.

Símbolo do poder senhorial e reflexo do processo agitado que levaria à formação do país, a persistência da torre solarenga, principalmente na região norte, marcaria o «desenvolvimento da casa portuguesa[84]» que viria a adquirir completo sentido no século XVIII. A sua evolução pautar-se-ia pela perda progressiva das características e elementos de natureza militar, procurando-se ao mesmo tempo soluções que aumentassem o conforto interior, uma vez que o seu espaço servia também de habitação, embora complementado por construções anexas.

Ocorrendo com frequência na região de Entre-Douro e Minho, também no termo e cidade de Bragança temos notícia da existência desta categoria de construções.

Privilegiando os aspectos memorialistas e de engrandecimento de algumas famílias, José Cardoso Borges não prestou atenção, quando em alguns casos o podia fazer, a quaisquer pormenores descritivos destas construções. Ao referir o «solar dos Moraes», escreveu:

---

84 AZEVEDO, Carlos de - *Solares portugueses,* Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 19

«He solar desta familia o lugar de Moraes do destricto desta cidade, e em hum sitio deste se conserva o nome de Torre, e se tem achado vestigios, e alicerces, que insinuão foi edificio grande [...]. Os moradores de Moraes, dizem que em esta torre vivião os senhores delle, e mostrão hum campo plano, que chamão Corredoura, onde estes fidalgos exercitavão os cavallos[85]».

Também na aldeia de Parada, o Morgado de Parada sendo «caza bem conhecida por hua das principaes desta provincia:

«tem suas cazas no lugar deste nome com duas torres antigas[86]».

Referindo as Torres de Vale do Conde, de Castro de Avelãs - nesta aldeia ainda hoje existe um sítio com o nome de Torre Velha - , onde «havera seis annos (1715) se tirarão muitas pedras lavradas, e quantidade de ladrilho de extraordinaria grandeza[87]», elogia ainda o «solar dos Chacins»:

«Do solar dos Bragançoes se diriva tambem o solar dos Chacins, e tomarão o nome de Chacim de que tiverão o senhorio, e era hum dos lugares do destricto desta cidade, e hoje villa da comarca de Mencorvo [...]. Ha tradição fora dos Chacins a torre de Santa Appolonia do limite desta cidade[88]».

Santa Apolónia, era o orago de uma capela existente na quinta com o mesmo nome. Relativamente à torre, José Cardoso Borges, afirmou:

«Ha poucos anos (a referência respeita a 1721) se via nella ainda hua antiga torre, junto ao rio, e se aproveitarão do material para outra que de novo se fes: por estar aquella arruinada[89]».

---

85 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 194
86 *Idem, ibidem,* fl. 229
87 *Idem, ibidem,* fl. 182
88 *Idem, ibidem,* fl. 182
89 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 122

As suas impressões relativamente ao «solar dos Macedos», interessam-nos particularmente porque infirmam a existência na cidade de Bragança da casa-torre, embora o alcance da informação seja muito limitado:

> «He solar dos Macedos o lugar de Macedo de Cavalleiros no destricto desta cidade, e se chamou em tempos antigos Maçanedo, que se corrompeo em Macedo. Todas as cazas nobres desta cidade são Macedos, e outras muitas desta provincia [...]; e suposto se vai perdendo nesta cidade o appelido dos Macedos, ainda se conservão em seos descendentes duas cazas antigas com torres, que forão dos Macedos; hua do alcaide mor Lazaro de Figueiredo Sarmento na rua Direita, e outra de Alvaro de Moraes Soares capitão de cavallos, na rua do Spirito Sancto; e dentro dos muros houve hua caza com torre desta familia e se chamava a Torre dos Maçanedos[90]».

Assim, importa evidenciar o facto de no primeiro quartel do século XVIII ainda existirem em Bragança duas situações em que a torre tinha uma aplicação doméstica, prolongando desta forma a tradição medieval, embora se possa considerar mais um caso de «exibicionismo heráldico[91]» do que resultado da necessidade. Para além da notícia de José Cardoso Borges, não conhecemos quaisquer outras referências, desconhecendo-se também se o capitão Álvaro de Morais Soares teve alguma relação com a Casa do Arco, ou parte dela, uma vez que inicialmente se tratava não de uma mas de duas casas a que o passadiço deu unidade.

---

90 Segundo o autor, situada na Vila, a Torre dos Maçanedos constava de «hua escritura do archivo da Camara de 1519 da compra que fes de huas cazas, e venderão João Correa Escudeiro, e sua mulher Genebra de Macedo, que dis partem com cazas de Alvaro de Chaves, e com caza torre que foi dos Maçanedos». *Idem, ibidem,* fl. 193

91 AZEVEDO, Carlos de - *ob. cit.*, p. 26

3.3.2.3. O Paço Episcopal

Embora fosse propriedade da igreja e se destinasse a residência dos prelados diocesanos, o edifício do paço episcopal, pelas suas características essenciais deve ser incluído no domínio da arquitectura civil, já que, com excepção do estado de quem o habitava, em nada se distinguia dos palacetes particulares, de planta vincadamente rectangular e comprida.

No primeiro dia de Julho de 1712, o Vigário Geral do Bispado de Miranda do Douro, Doutor José de Botelho de Matos, estando em Bragança «nas cazas da Mitra donde pouzado estava» deu ordens ao escrivão do Auditório Eclesiástico, Manuel Teixeira e Sousa, para dar seguimento a uma petição de José Cardoso Borges, a qual tinha já merecido do Bispo D. João Franco de Oliveira o seguinte despacho[92]:

> «para vesturia no chão pertencente ao seminario de Bragança, ruinas delle e mandara fazer avaliação por louvados, examinandose o que pertence ao mesmo seminario com separação do que he das cazas da Mitra[93]».

Na petição apresentada, José Cardoso Borges declarava-se pretendente a:

> «hum pedaço de chaos que algum dia foi Seminario que parte com cazas de Vossa Illustrissima e de Tome Denis que tem de cumprimento cento e tantos palmos[94]».

Objectivamente, o que movia José Cardoso Borges era a presunção de que esta área de terreno:

---

92 O despacho foi dado na cidade de Miranda do Douro, em 17 de Junho.

93 B.P.A.D.B., *Auto de vistoria, e avaliação de huns chãos e roinas do Siminario Velho, deste Bispado, cito nesta cidade de Bragança*, Mitra, Cx. 47, s/fl.

94 *Idem, ibidem*, s/fl.

«não serve de utilidade algua para o Seminario por não dar rendimento algum[95]»

Com base neste pressuposto, declarou aceitar uma de entre três modalidade que ele próprio sugeriu, ou seja, admitia comprar, trocar ou emprazar o «chão». Ao mesmo tempo, mostrava ser sua vontade «dar mais do que vale o dito chão em dinheiro ou fazenda rendosa[96]», ajudando assim o seminário, por entender que:

«esta necessitado pella ruina que lhe fes o inimigo[97]».

Nomeados os louvados - Lourenço Ribeiro, lavrador e morador em Bragança, em representação do «Seminario de São Joseph da cidade de Miranda, e João Gomes Pereira, também lavrador de Bragança, em representação do «Sargento mor da Ordenança desta cidade» de Bragança - e efectuado o juramento, sobre os evangelhos, comprometeram-se estes a «avaliar bem, e verdadeiramente os chãos e roinas do Siminario Velho com a mais terra de hum quintal que se diz pertence ao mesmo Siminario[98]».

Da medição e avaliação então efectuadas, obtiveram-se os seguintes resultados:

- «para a parte do sul que he a frente consta de vinte, e sete varas, e pella parte do norte que he o fundo, consta de vinte, e duas e meia, e pella parte do nascente quarenta, e quatro, e pella parte do poente trinta e três, e dentro da dita medição fica hum posso, e de arvores huas poucas de jingeiras, com alguas paredes velhas pela parte da rua[99]».

---

95 *Idem, ibidem,* s/fl.
96 *Idem, ibidem,* s/fl.
97 *Idem, ibidem,* s/fl.
98 *Idem, ibidem,* s/fl.
99 *Idem, ibidem,* s/fl.

- «o que de tudo elles ditos louvados, avaliarão [...] de arendamento mil, e quinhentos reis cada anno[100]».

Independentemente de sabermos se o terreno foi ou não e durante quanto tempo, emprazado a Cardoso Borges, importa desde já fixar os seguintes aspectos:

- o seminário velho, além de estar arruinado, não tinha agora qualquer interesse, uma vez que em 1712 estava em fase de acabamento, para a mesma função, um edifício novo, levantado junto à sacristia da igreja dos Jesuítas;
- o terreno apresentando lados diferentes, era, em linguagem corrente, esquinado, circunstância que a planta reflecte. Este facto, parece assim abonar a conclusão de que ulteriormente o edifício antigo e o seu quintal foram integrados nas casas da Mitra que, com a mudança da sede diocesana de Miranda do Douro para Bragança, passaram a ter o estatuto de Paço Episcopal.
- enquadrando-se na medição acima referida, a presença do poço, ainda existente, reforça a tese da integração na área do Paço.

Só em 1734 voltamos a ter notícia da casa que viria a ser Paço Episcopal e actualmente o Museu Abade de Baçal. Nesta data celebrou-se uma «escriptura de contrato e obrigaçam» assinada pelo Doutor Jerónimo Preto e Lemos, Cónego Magistral da Sé de Miranda e Procurador da Mitra, por António Alves Lagido, mestre pedreiro e por António da Costa Soares, mestre carpinteiro, ambos «naturais Dentre Douro e Minho». Com este acordo, a herarquia diocesana desencadeava um processo construtivo, cujo objectivo principal consistia em:

100 *Idem, ibidem,* s/fl.

> «fazer huas casas novas contiguas com as velhas que som da Mitra como tambem outras mais obras nas mesmas casas velhas tudo na forma da planta e apontamentos[101]».

O mestre pedreiro da freguesia de Continhais - termo da vila de Caminha - receberia pela obra justada, a quantia de seiscentos mil réis enquanto António da Costa Soares arrecadaria a soma de setecentos mil réis pela obra de carpintaria, trabalho que compreendia igualmente as «casas que de novo se fazem como tambem nas antigas».

Os artistas minhotos, apresentando como fiador o bragançano José Alves da Silva, aceitaram todas as cláusulas do contrato, uma das quais estabelecia o prazo para as obras serem dadas como:

> «findas e acabadas com as chaves na mam the o fim do mes de Maio quinse dias mais ou menos e quando muito the dia de Sam Joam Bautista deste mesmo anno[102]».

O não cumprimento desta cláusula iria penalizar cada um dos mestres em cem mil réis, os quais seriam descontados no último pagamento. O Procurador da Mitra, enquanto representante da entidade encomendadora daria cumprimento às suas obrigações em três fases: a primeira no começo da obra, a segunda no meio e a terceira «no fim della a porpuçam do dinheiro».

Não sendo conhecido o risco nem os apontamentos, registe-se a celeridade com que os trabalhos decorreram, visto que sendo o acordo celebrado em 27 de Fevereiro se estabeleceu como limite de tempo para a sua execução o final de Maio, embora se admitisse alguma flexibilidade. Por esta razão se explicará a ausência na arquitectura deste edifício de grandes primores decorativos.

---

101 B.P.A.D.B., *Escriptura de contrato e obrigaçam que fazem Antonio da Costa Soares mestre carpinteiro e Joam Alves Lagido asistentes nesta cidade de Bragança com o Procurador da Mitra da cidade de Miranda,* Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, s/fl. ; RODRIGUES, Luis Alexandre - *Algumas notas sobre a acção do Gupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança,* Separata de «Brigantia», vol. XIV, nº. 1/2, Bragança, 1994, p. 141

102 *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* p. 142

Em Novembro do mesmo ano, deu-se início a nova fase de obras. Desta feita, tratava-se da construção de uma casa destinada a estrebaria, a qual ficaria:

> «dentro do patio das casas da Mitra com face para a rua e arrimadas ás [sic] casas delle dito Doutor Antonio Lopes Rebello[103]».

As partes intervenientes no novo contrato são já do nosso conhecimento: o Doutor Jerónimo Preto e Lemos, o mestre pedreiro José Alves Lagido e José Alves da Silva - cuja profissão desconhecemos - como fiador do mestre. À semelhança do que aconteceu no contrato anterior, também a planta e os apontamentos não chegaram até nós. Contudo, no acordo, dão-se algumas indicações relativas «às casas» da estrebaria.

Assim, estipulava-se a sua área:

> «hao de ter de cumprido sincoenta palmos de vam e de largo quarenta seis [...] livres de paredes[104]».

Em relação às paredes, muros e tabiques, declarava-se:

> «as braças das paredes das casas ham de ser revocadas por hua e outra parte a presso cada braça de dous mil cento e cinquenta reis e a dos tabiques a oitocentos reis a braça[105]».

Terá interesse salientar que esta modalidade de pagamento, efectuada de acordo com a obra realizada, medida em braças, e não como no exempo anterior em que previamente se acordaram os custos da totalidade da obra.

Para o trabalho de pavimentação, combinaram:

---

103 B.P.A.D.B., *Escriptura de obrigaçam e contacto [sic] entre o Doutor Jeronimo Preto e Lemos Procurador da Mitra e Joam Alves Lagidomestre pedreiro,* Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, fls. 95-96v; RODRIGUES, Luis Alexandre - *Algumas notas sobre a acção do Gupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança,* Separata de «Brigantia», vol. XIV, nº. 1/2, Bragança, 1994, p. 143

104 *Idem, ibidem, Idem, ibidem,* p. 143

105 *Idem, ibidem, Idem, ibidem,* p. 143

«as (braças) das calçadas a mil e dusentos reis e as das fiadas de cantaria a dous mil e cem reis[106]».

Omitindo-se outras informações a respeito do pavimento da estrebaria, diga-se que por norma tinham uma certa inclinação que, sendo orientada para um determinado ponto permitia aos criados a recolha dos líquidos supérfluos e outras dejectos, tentando-se, desta forma, a criação das melhores condições higiénicas possíveis para os animais.

Devendo suportar as despesas com os materiais necessários para a execução da obra, responsabilidade que era extensiva aos «alicersses della e carretos e desterros», o mestre pedreiro obrigava-se ainda a lavrar a pedra de armas, encarregando-se José Cardoso Borges de fazer o respectivo risco.

A execução das armas do Bispo seriam pagas à parte e custariam 38.400 réis, ressalvando-se, no entanto, que «para mais perfeiçam dellas», José Cardoso Borges - que superintendia nesta matéria - satisfizesse o mestre em «tudo o que for de acrescimo». As despesas com o corte das pedras necessárias para o brasão corriam por conta da Mitra que também as devia conduzir para S. Joanico, - povoação nas proximidades de Vimioso - onde tudo indica que seriam trabalhadas. Uma vez executada a pedra de armas, seria transportada para Bragança, agora, à custa do mestre pedreiro.

Esta última circunstância de João Alves Lagido «pousar», pelo menos temporariamente, em S. Joanico, leva-nos a acreditar tratar-se de um homem que empreitava outras obras, empregando por isso outros oficiais, facto admitido no contrato assinado em Fevereiro e que de resto não constitui novidade alguma face aos costumes do tempo.

Com a finalidade de concluir a estrebaria, em 19 de Novembro do mesmo ano, o Cónego Magistral e Procurador da Mitra contratou com o mestre António da Costa Soares, a «obra de carpintaria das casas da cocheira de Sua Ilustrissima» cuja situação concorda com as referências anteriores, ou seja, «dentro do patio das casas da Mitra para a banda que parte com o Doutor

106 *Idem, ibidem*; *Idem, ibidem*, p. 143

Antonio Lopes Rebello». Como o acordo do trabalho de pedraria foi justado á braça, pensamos de início tratar-se de uma casa de rés-do-chão. Porém, o contrato com António Soares mostra tratar-se de uma casa com rés-do-chão - o sítio da estrebaria - e um sobrado.

Com efeito, à luz do documento, o mestre carpinteiro obrigava-se a fazer esta obra:

> «tanto de sobrados como de tetos portas e janellas[107]».

No que tocava à forma como os sobrados e os tectos deviam ser feitos, especificava-se:

> «os sobrados com suas traves e barrotes tudo de madeira de castanho e os sobrados de macho ao meio e o teto madeirado tambem de castanho ripa chegada e larga e os caibros asim do teto como dos sobrados com suas traves e barrotes tudo de madeira de castanho e meia no teto madeira tambem de castanho ripa chegada e larga e os caibros asim do teto como dos sobrados com distancia de palmo e meio de hum a outro todos fortes[108]».

Pretendendo-se «o madeiramento dos tabiques bem tecidos e fortes com toda a segurança», adiantava-se o que se pretendia relativamente às portas e janelas:

> «as portas principaes (seriam) de madeira de castanho lisas com seos mancais e ferrolho tudo e duas janellas aos lados com seos mancais e tranquetes chumbadas na parede e outra porta na mesma forma no simo da escada asim mais tres janellas asima

---

107 B.P.A.D.B., *Escriptura de ajuste da obra de carpintaria das casas da cocheira de Sua Ilustrissima com o carpinteiro Atonio Soares,* Nuc. Not., Lv. 3, Mç. 1, s/fl.; RODRIGUES, Luis Alexandre - *Algumas notas sobre a acção do Gupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança,* Separata de «Brigantia», vol. XIV, nº. 1/2, Bragança, 1994, p. 144

108 *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* pp. 144

com seos mancaise hua das quais tera tranqueta e as duas aldravas[109]».

No cimo da escada, far-se-ia:

«hum patio com largura necessaria com duas portas hua para a casa do palheiro outra para a casa dos mossos as quais seram de marco com as ferragens e fechaduras necessarias e outra porta no tabique que ha de servir a casa dos mossos e fara as janellas das frestas tudo com segurança[110]».

Do conjunto de outras pequenas obras, previa-se ainda a execução de:

«duas bombas de madeira com seos alçapoens e aldravas para meter e tirar a palha da grandeza necessaria[111]».

Por este trabalho, António Soares receberia duzentos e quarenta e cinco mil réis. Embora um «Mapa das contas[112]» relativo aos anos compreendidos entre 1732 e 1736, aponte um quantitativo de oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e três réis para «as cazas da cocheira da Mitra», a verdade é que por nos faltar o custo da obra de pedreiro da estrebaria, não podemos avaliar o total da obra.

Possivelmente após a mudança definitiva da sede diocesana para Bragança, a Mitra adquiriu outras casas para cocheira. Ficavam do outro lado da rua e eram fronteiras ao paço do Bispo, como se conclui de uma escritura de venda, celebrada em 1797, de «huma morada de cazas tilhadas e sobradadas sitas na rua do Espirito Santo [...] com entradas por esta e pella

109 *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* pp. 144-145
110 *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* pp. 145
111 *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* pp. 145
112 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 56, s/fl.. Também é do nosso conhecimento uma despesa de mil e seiscentos réis, efectuada em 1738, por se «reparar(em) as cazas da Mitra da cidade de Bragança». *Idem, ibidem,* s/fl.

traveça que da dita rua vai para a rua Direita[113]». No mesmo documento referem-se as confrontações:

> «partem todas as cazas com outras de hospedarea ou cocheira do Excellentissimo Bispo desta deocese e cazas de Francisco Xavier da Veiga em que he emphiteuta Antonio Fernandes[114]».

Em Agosto de 1737, na reunião do Cabido «que se fes a som de campa tangida, como he seu louvavel costume», tomaram-se algumas medidas relativas às casas que a Mitra tinha em Bragança.

Considerando -se que:

> «por quanto o Illustrissimo Senhor D. João de Souza Carvalho, Bispo que foi deste bispado mandou reedificar de novo as cazas e Paços Episcopaes da cidade de Bragança e com tanta grandeza, que nellas se gastarão mais de doze, ou treze mil cruzados, por forma que estão com boa capacidade e asseio, e assim se devem conservar durante a Sede Vacante, para que os Illustrissimos Senhores prelados futuros, as achem na forma em que novamente se achão[115]»;

> «para de todo se fechar a porta a alguns empenhados sobre as cazas Episcopaes de Bragança[116]»;

acordarão:

---

113 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 115v-117

114 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 103, Mç. 24, fls. 115v-117

115 B.P.A.D.B., *Assento que se tomou sobre se não arrendarem a pessoa alguma as cazas da Mitra de Bragança,* Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fls. 20v-21; RODRIGUES, Luis Alexandre - *Algumas notas sobre a acção do Gupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança,* Separata de «Brigantia», vol. XIV, nº. 1/2, Bragança, 1994, p. 146

116 *Idem, ibidem,* fl. 21; *Idem, ibidem,* p. 146

«que não fossem arrendadas a pessoa algua de qualquer qualidade que seja nem para isso se empenhasse algum dos senhores capitulares antes o reverendo economo da Mitra, as traga da sua mão, e tracte, como faria em tempo do Illustrissimo Bispo trazendo as, e conservando as asseiadas e reparadas de tudo o necessario por conta das rendas da mesma Mitra[117]».

Atendendo ao que fica dito, determinaram ainda:

«so poderão uzar delas os senhores capitulares quando naquella cidade forem a algua delegencia ou pello Ilustrissimo Cabido lhes for ordenado[118]».

Em 1753, este edifício seria acrescentado com outra casa que, como adiante veremos, ficava pegada às casas da Mitra ou Paço do Bispo, porque aí se instalavam estes prelados quando visitavam a cidade, onde, aliás, deviam por obrigação - raramente cumprida - viver seis meses por ano.

Além do tabelião, Nicolau Alvares de Morais, e das testemunhas, José Luis de Oliveira Mondim e Lourenço Pereira dos Reis - «asistentes em casa do Excelentissimo e Reverendissimo comprador» - estiveram presentes no acto de celebração da escritura de venda, efectuada nas «cazas da morada e paço» do Bispo, em Bragança, o Doutor António Esteves Pinheiro de Figueiredo, na qualidade de «seu mordomo e como seu procurador» e o padre João Baptista Tameirão «desta cidade e asistente no lugar de Maçans», como vendedor.

Tendo recebido antecipadamente a quantia de setecentos e quarenta mil réis «em que se concertarão», o padre Tameirão declarou:

«vendia como com efeito vendido tinha de hoje para todo o sempre ao dito Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo (D. Frei João da Cruz) a saber lhe vendia humas cazas que elle vendedor tem e pessue na rua do Espirito Santo defronte do

117 *Idem, ibidem,* fl. 21; *Idem, ibidem,* p. 146
118 *Idem, ibidem,* fl. 21; *Idem, ibidem,* p. 146

> Corpo da Guarda desta cidade com seus altos e baixos e com seu quintal e arbores dela e mais pertenças e servidonis [sic][119]».

Desta forma, o pároco de Maçãs:

> «cedia de si toda a posse açam e dominio senhorio que na dicta propriadade tinha e tudo transferia e trespassava no Excelentissimo e Reverendissimo comprador[120]».

As confrontações «das casas», não deixam margem para dúvidas relativamente ao que antes foi dito:

> «partem de huma parte com o Excelentissimo e Reverendissimo comprador e da outra parte com Miguel Ferreira soldado de acavallo e o quintal parte com Antonio de Almeida e com o Doutor Jose Antonio de Sousa Pimentel e com a rua junta das muralhas d'El Rei[121]».

Fazendo parte da estratégia que visava transferir a sede diocesana de Miranda do Douro para Bragança - aspiração já antiga, da maioria dos Bispos - o engrandecimento dos Paços prosseguiu com D. Frei Aleixo de Miranda Henriques - autor e principal protagonista da mudança.

Seria durante a prelazia deste Bispo que, procurando uma «maior comodidade da (sua) rezidencia», tiveram lugar algumas diligências no sentido de se agregar ao Paço Episcopal um terreno contíguo, dotando-o assim de uma área mais vasta. Referimo-nos a uma área que hoje está ocupada pelo jardim do Museu, mas que na época era uma terra onde se semeava cereal.

Em 1764, José António de Sousa Pimentel possuía em «treceira vida» - a escritura primordial de emprazamento foi lavrada em 1743 - o domínio útil

---

[119] B.P.A.D.B., *Escritura de venda de uma casa na rua do Espírito Santo que fez o Padre João Baptista Tameirão a D. Frei João da Cruz,* Mitra, Cx. 60, s/fl.

[120] B.P.A.D.B.,*Escritura de venda de uma casa na rua do Espírito Santo que fez o Padre João Baptista Tameirão a D. Frei João da Cruz,* Mitra, Cx. 60, s/fl.

[121] B.P.A.D.B., *Escritura de venda de uma casa na rua do Espírito Santo que fez o Padre João Baptista Tameirão a D. Frei João da Cruz,* Mitra, Cx. 60, s/fl.

de uma terra «no citio a que chamam as Cortinhas» e que ficava «junto a Estacada que vai de São Bento para o terreiro de Santa Clara», a qual levava «de semeadura quatro alqueires de trigo». O domínio directo desta propriedade pertencia a Francisco Inácio Borges Rebelo, sargento-mor, e à sua mulher, D. Mariana Josefa Joaquina de Ataíde e Vasconcelos, «morgados do lugar de Quintella de Lampassas», em virtude de uma «transacsão promuta e contrato selebrado com seu irmão e cunhado Miguel Carllos da villa de Murssa a quem por direita sucessão pertencia o dominio directo[122]».

O facto de confrontar «pelo poente e sul com (o) quintal dos Passos da Excelentissima Mitra» suscitou, pelas razões já apontadas, o interesse desta. Com o consentimento dos senhorios directos, o enfiteuta José António de Sousa Pimentel trespassou, então, o prazo pelo «preso certo e ajustado de cento e sincoenta mil reis por ser o que ao prezente vale a dita propriedade[123]», devendo a Mitra observar algumas condições, nomeadamente a garantia do direito de passagem:

> «alem do onus da dita pensão anual (que era de mil e oitocentos réis) e obrigação dita por sua conta e dezespeza [sic] a dita propriedade entre ambos de alto abaxo pela tapage e a parede do quintal dele vendedor direito a segunda amoreira que se acha recem plantada junto a parede que confronta com o caminho entre a Estacada ficando livre a porta que sae para o mesmo porque se serve elle vendedor principiando a devizão e muro pela parede que se acha de pedra e barro[124]».

Reportando-se estes factos à escritura feita em 7 de Maio de 1764, conheceriam, dois dias depois, novo desenvolvimento porque os morgados de Quintela de Lampaças contrataram:

---

122 B.P.A.D.B., *Escritura de trespasso que fez João António de Sousa Pimentela D. Frei Aleixo de Miranda Henriques,* Mitra, Cx. 60, s/fl.
123 *Idem, ibidem,* Mitra Cx. 60, s/fl
124 *Idem, ibidem,* Mitra Cx. 60, s/fl

«com a mesma Excelentissima Mitra na pessoa de seu procurador o econimo João de Azevedo Bottelho a venda do dito dominio direito e remição da dita pensão anual que nelle vendedor avia ao que tinha direito de hoje para todo o sempre lhe vendia como com efeito vendido tinha a propriedade e dito direito que tinha na dita terra e avia por extinta e remida a diita pensão pello presso e quantia de oitenta mil reis[125]».

Embora desembolsando uma soma de duzentos e trinta mil réis, a Mitra garantia um logradouro espaçoso e com a vantagem de de a ele poder aceder quer pela rua do Espírito Santo, para onde se voltava a fachada principal do edifício, quer pela Estacada.

Em termos temporais e de acordo com a documentação conhecida, vemos que o processo de formação do edifício do Paço Episcopal se prolongou por um período próximo do meio século. Com uma génese obscura, conheceu uma campanha de obras, desenvolvida em duas fases, no tempo do Bispo D. João de Sousa Carvalho; prosseguiu com D. João Frei da Cruz, através da aquisição da casa contígua que, sendo anexada ao edifício então existente, fixou definitivamente o figurino da frontaria do Paço. Finalmente, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, ao comprar o terreno das Cortinhas, definiu e consolidou a área de logradouro.

Com D. João de Sousa Carvalho, tornaram-se visíveis algumas preocupações com a articulação e valorização da espacialidade interior, tendo em conta a sua qualidade de espaço de representação. Será dentro desta linha de orientação que se deverá entender a aplicação numa das salas de um tecto de caixotões, executado em madeira de castanho, exibindo em obra de talha, na sua parte central, as armas usadas por este Bispo. Não constando este trabalho das cláusulas do acordo da obra de carpintaria, acreditamos não se dever à mão de António da Costa Soares.

A acção de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques foi decerto limitada à configuração inerior, sendo, no que respeita à face externa, provavelmente

---

[125] B.P.A.D.B., *Procuração de D. Mariana Josefa de Ataíde Vasconcelos,* Mitra, Cx. 60, s/fl.

nula. Nesta segunda asserção, deve considerar-se não só o facto consumado do delineamento da frontaria, mas ainda o aspecto e referência capital: o comprometimento deste prelado com o processo construtivo da nova Sé em Bragança - que pretendia grandiosa e no mínimo maior e mais imponente do que a de Miranda do Douro - sabendo-se que a sua fábrica ao exigir importantes recursos não se compadecia com despesas mais ou menos avultadas em obras que comparadas com a da Sé seriam sempre de pouca importância.

Por estas razões, o Bispo que, ao mudar a diocese para Bragança, protagonizou o rompimento com Miranda do Douro - processo repleto de dificuldades - teve uma acção contida, no que se refere ao desencadeamento de medidas obreiristas na casa episcopal, que agora vivia uma situação que de todo era nova: se até ao momento da transferência da diocese o Paço em Bragança o era sempre transitoriamente - apenas o tempo que o Bispo se demorava na cidade - agora era-o em permanência.

Por outro lado, sendo conhecidos alguns traços da personalidade deste dignatário eclesiástico, sabe-se do seu gosto pela ostentação e das suas inclinações para se comparar com os membros da alta nobreza, considerando-se a si próprio um príncipe, no que, aliás, estava de acordo com o espírito da época.

Relativamente ao Paço, as suas preocupações dirigiram-se sobretudo para o espaço interior procedendo a algumas remodelações no sentido de adequar a parte doméstica sobretudo a parte pública, de molde a causar alguma impressão de grandeza junto do visitante. Uma sala com as suas armas pintadas no tecto de caixotões, repetidas no tecto da capela, constituem indícios da acção reorganizadora deste prelado.

A capela situa-se no andar nobre. A este, acede-se por uma escadaria que no arranque do pátio é emoldurada por um arco abatido apoiado em sóbrias pilastras. Desenvolvendo-se em dois lanços, com um murete em que assenta o corrimão, resolve-se no vestíbulo do sobrado pelo recurso a dois arcos de ordem igual ao anterior. O que na capela prende a tenção é o tecto em abóbada de berço, sobre cujo forro de madeira se pintaram arquitecturas fingidas de algum fôlego artístico.

Desenvolvendo-se em comprimento, a frontaria parece acusar as distintas fases da sua constituição ao apresentar três corpos, unidos pela cornija de cantaria que interrompe as pilastras pouco salientes que articulam os três corpos do edifício.

As semelhanças do Paço com a casa fidalga são evidentes e acentuadas pela sua linearidade a que os vãos das janelas, ainda que monotonamente dão ritmo. Não fora o brasão de D. João de Sousa Carvalho e a cruz que o encima e ninguém diria ser a casa onde os assuntos mais importantes da diocese se tratavam, para além de ser residência do seu mais alto responsável. A sobriedade é a regra numa frontaria que esqueceu completamente o esforço decorativo e em que a linha curva está ausente. Também a localização da capela no piso nobre - apesar de mais rica - não foge ao figurino utilizado pelos membros da nobreza local, ao instalarem os oratórios numa das divisões do sobrado.

4. A sacralização do espaço doméstico

4.1. Oratórios

As diversas petições para a concessão de oratórios privados aparecem sempre associadas ao estatuto social. Por isso, na redacção dos respectivos processos, invariavelmente, repetia-se a expressão:

> «elles impetrantes são pessoas nobres, e que como taes se tractam á lei da nobreza».

Se os depoimentos das testemunhas faziam prova da condição social dos pretendentes, a autoridade ecesisástica, observados outros requisitos, podia conceder as licenças necessárias para a instalação de um oratório em residências particulares.

Na definição das pessoas que aos domingos e dias santos podiam ouvir missa na sala do oratório, socorremo-nos da autorização que para o efeito foi concedida, em 12 de Junho de 1788, a Tomás Luís António Leitão, a sua

mulher, D. Ana Maria Joaquina, e a seus filhos. De acordo com a licença concedida, podiam participar na liturgia:

> «os impetrantes mas tambem os seos parentes por consaguinidade, e affinidade, sendo habitantes, na mesma caza, seos familiares, e criados, que com elles viverem e forem necessarios no seo serviço, com declaração que os ditos parentes, e familiares somente poderão ouvir missa no dito oratorio estando prezentes os impetrantes, ou algum delles: mas nunca a poderão mandar celebrar, e que os criados que no seu serviço não forem necessarios, sejão obrigados em cumprimeto do preceito a ouvir missa nas igrejas[126]».

Para conceder licença de oratório privado, a igreja avaliava, através de um seu representante, a adequação do edifício e compartimento destinado às funções sacras. Relativamente à casa de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda[127], a responsabilidade da vistoria, efectuada em 1784, coube ao Doutor Manuel Velho Quintela, Cónego da Sé e Provisor do bispado, o qual no «auto de exame e vizitação a que se procedeo na caza destinada para oratorio» registou o seu parecer:

> «achou que este (oratório) estava feito em huma parede firme collocado em huma sala no meio das cazas da sua habitação, que posto esta sala dê passagem para outras se pode passar sem indecencia; por se achar o mesmo oratorio com suas cortinas de melania de seda vermelha, com que se fecha depois de celebrado o sancto sacrificio da missa, e se acha ornado com a decencia necessaria com altar bem regulado, limpo, e asseado, com os ornamentos precizos cazula, estola, manipulo, alva, cingulo, e

---

126 B.P.A.D.B., *Processo de apresentação de hum Breve de Oratorio particular pelo impetrante Thomaz Luiz Antonio Leitão e sua mulher D. Anna Maria Joaquina e seos filhos,* Mitra, Cx. 40, doc. s/nº, s/fl.

127 Sepúlveda era proprietário de várias casas na cidade. Em 1793, comprou a D. Mariana Josefa Joaquina de Ataíde Vasconcelos, viúva de Francisco Inácio Borges Rebelo, «huas cazas nobres sitas na rua do Espirito Santo desta cidade, por baixo da santa igreja da Meziricordia». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 174, Mç. 33, fls. 103v-105v. Actualmente, este terreno é ocupado pelo Centro Cultural.

amicto, caliz, patena, véo, sanguinho, corporaes, missal, galhetas, e tudo o mais, que se preciza para este ministerio[128]».

No conjunto de processos que estudamos, é este o figurino que predominava, isto é, o oratório localizava-se em «huma sala no meio das cazas da sua habitação», a qual «sala he de passagem para outras». Por esta razão e para não ferir o respeito devido ao divino, uma vez terminados os ofícios religiosos corriam-se as cortinas ou fechavam-se as portas do oratório.

Contudo, ainda relativamente ao espaço de implantação do oratório, devem registar-se também as excepções. Avaliando a situação na casa de António Venceslau Doutel de Almeida, o visitador escreveu no respectivo auto:

> «estava existente no fim e remate de huma varanda contigua ás cazas da sua habitação com duas paredes firmes, e duas taipas, livre e separado de todos os uzos domesticos[129]».

As restrições impostas aos que podiam assistir aos ofícios divinos e a presença de um altar num espaço privado, mas multifuncional, sendo praticamente dois dos factores mais importantes para a definição do oratório, constituem simultâneamente as razões que podem estabelecer a distinção entre este espaço e o das capelas propriamente ditas.

4.2. A capela

As capelas em casas particulares não estavam sujeitas às restrições impostas aos oratórios, uma vez que, desde que tivessem porta virada para a rua, tinham um carácter público. A integração de uma construção para a prática do culto no corpo de uma casa fidalga, - só os membros da nobreza podiam almejar tal privilégio, visto que para além da condição social era

---

128 B.P.A.D.B., *Auto de exame e vizitação a que se procedeo na caza destinada para oratorio,* Mitra, Cx. 40, doc. s/nº, s/fl.

129 B.P.A.D.B., *Auto de exame e vizitação a que se procedeo na caza destinada para oratorio,* Mitra, Cx. 40, doc. s/nº, s/fl.

necessário destinar-lhe património próprio - prestar-se-ia a desenvolvimentos arquitectónicos notáveis. Por outro lado, registando-se desde o século XVIII a ocorrência desta agregação em toda a dimensão do território nacional, constituíu igualmente uma contribuição importantíssima para «estabelecer um padrão de casa tipicamente portuguesa[130]». Quanto aos processos de articulação da capela com as fachadas dos edifícios, a diversidade é um dado adquirido, podendo ir do completo «apagamento» daquela a um posicionamento central no corpo da construção, podendo ou não ultrapassar a altura do telhado.

Em Bragança, não chegou até aos nossos tempos nenhum edifício que incorpore na sua estrutura a capela. Porém, em 1797, D. Francisco de Paula Castro Pimentel e Abarca, conde da Rosa, e sua mulher D. Maria Inácia Vila Nova e Abarca, pretendendo a admissão da sua filha, D. Ana Maria Engrácia, na comunidade de S. Bento, doaram-lhe:

> «as suas cazas sitas no simo da rua da Amargura com seu quintal e capella [...] tanto as cazas que botam para a dita rua da Amargura como as que botam para a Costa Pequena[131]».

Não se enquadrando esta casa no grupo das que privilegiaram a planta de formato acentuadamente rectangular, como as dos Pimentéis, do Arco, etc., constitui um dos raros exemplos de casa nobre local, em que se refere a existência de uma capela. Embora pareça que, em termos arquitectónicos, esta capela tinha uma existência física independente e, por conseguinte, distinta de um oratório, a verdade é que a referência não é completamente explícita.

O mesmo problema poderá colocar-se em relação às:

> «cazas que são Alem do Rio e forão de Manuel Rodrigues e dispois do padre Pedro Homem[132]».

---

130 AZEVEDO, Carlos de - *ob. cit.*, p. 81
131 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 206, Mç. 43, fls. 91v-93v
132 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 73-74v

A memória deste edifício advém da celebração de uma escritura, lavrada em 1761, pela qual José Diogo Santos e mulher, Jerónima Maria do Sacramento, se constituíam como emprazantes e Manuel António, «tambor de granadeiros», e sua mulher Teresa Joana, como emprazados. Pagando foro ao Senado da Câmara, precisou o emprazante da sua anuência para a realização da escritura. Por este motivo, apresentou a António Manuel de Abreu Sarmento, Procurador da Câmara, uma petição:

> «Diz Joze Diogo Santos desta cidade que pella carta emcluza rematou em praça humas moradas de cazas com seus quintaes que foram feitas em terra do concelho e pagão de prazo anual a este Cenado cinquenta reis o qual tem pago o suplicante athe o prezente[133]».

Referindo-se que somente seria objecto de emprazamento:

> «huma das ditas cazas rematadas com seo patio e quintal a elle contiguo com suas parreiras e todo circuitado de paredes[134]»,

constatamos a presença de uma capella:

> «a qual morada de cazas aqui emprazadas vem a ser as chamadas da capella direitamente athe a caza da cozinha sem couza alguma das cazas comtiguas a mesma propriedade emprazada que tambem são delles emprazantes e fiquão para a parte do norte e se tapara de parede huma porta que vem das ditas cazas da capella para huma salla das cazas conjuntas que não entrão neste emprazamento[135]».

Efectuada a medição da «caza da capella»:

---

133 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 73-74v
134 *Idem, ibidem,* fls. 73-74v
135 *Idem, ibidem,* fls. 73-74v

«pella banda do patio se achou ter o nascente e a poente sette varas de cumprido de cinquo palmos cada huma e de largo nove palmos fora da grosura das paredes[136]».

Também terá interesse o conhecimento da medição da cozinha, pátio e quintal:

«e a dita caza da cozinha que tambem entra neste emprazamento tem de cumprido de norte a sul seis varas e de largo de nascente a poente tres varas tambem fora das grosuras das paredes o patio tem de cumprido por huma banda oito varas e pella outra nove e dous palmos e de largo do norte a sul duas varas e meia o quintal tem de largo pella parte de baixo des varas e por sima oito medido de nascente para poentee de cumprido de norte a sul pella parte do nascente tem dezasete varas e pella parte do poente treze e tambem entra neste emprazamento huma nesga de terra com suas vides que corre pello mesmo quintal tanto nas trazeiras das cazas de Manuel de Moura e tem de fundo pella banda do norte duas varas de largo e no simo dous palmos e o cumprimento he o do mesmo quintal de muro a dentro e parte a ditta caza da capella de nascente com a ditta caza da cozinha do poente com o caminho publico e do norte com as cazas delles emprazantes e do sul com patio da dita caza e a caza da cozinha parte do nascente com trazeiras das cazas de Manuel de Moura e das mais partes com o patio e quintal das ditas cazas e o dito quintal deste emprazamento de muros a dentro pella banda do nascente com quintal de Maria Fernandes Villa Verde[137]».

136 *Idem, ibidem,* fls. 73-74v
137 *Idem, ibidem,* fls. 73-74v

5. Casas com dois andares

5.1. Organização espacial e configuração dos elementos arquitectónicos

Em Abril de 1716, o doutor António Pimentel Borges Botelho, Juíz do Tombo do Almoxarifado chamou à sua presença Catarina de Valença e Ana da Costa, ambas de Bragança, «por lhe constar que traziam de renda humas cazas de dous sobrados citas na praça do Collegio» pertencentes ao Estado e Sereníssima Casa e Almoxarifado da cidade de Bragança. Este edifício tinha pertencido a Luís de Valença, pai das arrendatárias, mas por dívidas contraídas e não satisfeitas foi incorporado «para próprios da fazenda do dito Estado». Efectuada a medição e demarcação deste edifício - designado por casas das Valenças -,lavrou-se o correspondente auto, onde constam as confrontações:

> «partem do Nascente com a dita rua dos Olleiros, e do Poente com as cazas de Manoel de Figueiredo, e do Norte com cazas em que o dito Manoel de Figueiredo vive, e do Sul com a praça do dito Collegio[138]».

No mesmo documento, dão-se outras indicações:

> «(tinham) as ditas cazas de comprido do Norte para o Sul pella parte do Nascente e rua dos Olleiros quazi outo varas, e de largo de Nascente para o Poente pella parte do Sul, e praça do Collegio sinco varas , e meia, e que as ditas cazas são de dous sobrados, e tem huma varanda para a dita praça, e cada hum dos ditos sobrados trez cazas, e que os baixos dellas constam de duas logeas, e que todas as ditas cazas tem sete janellas, e trez portas com grades de pau e que estam no fundo da rua dos Olleiros no canto que vira para a dita praça[139]».

---

138 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança,* fl. 100v
139 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança,* fl. 100-100v

Pelas características essenciais, a casa de dois sobrados configura-se como o desenvolvimento em altura da casa plebeia de rés-do-chão e sobrado, não se distinguindo desta em nada de fundamental, pelo que se mantêm tanto a diversidade morfológica, como a organização e articulação dos diferentes repartimentos.

Relativamente à organização interior da casa bem como aos materiais utilizados na sua construção, as informações disponíveis não são particularmente abundantes. Em todo o caso, as que chegaram ao nosso conhecimento sempre nos ajudarão a compreender as formas de vida daqueles que as habitavam.

A título de exemplo, atente-se nas «cazas sitas em huma traveça no simo da rua dos Oleiros para a parte do sol» que, em 1760, o Doutor Eusébio José de Andrade e seus irmãos emprazaram a Manuel Rodrigues Grijó e mulher, Maria Antónia, as quais se organizavam assim:

> «dous sobrados em bom uzo com hum coarto de madeira no sobrado de sima e em outro de palhiço no do meio com huma goarda roupa sobre a escada deste mesmo sobrado com sua fechadura de ferrolho e chave tudo capas de servir e no baixo das mesmas cazas com dous coartos fechados com seos ferrolhos e chaves ambos de palhiço hum terreo e outro sobrado com duas janellas no andar de sima e outras duas no do meio[140]».

Sem prejuízo do que fica dito, registe-se também a ocorrência de outros elementos, como sejam as varandas, o pátio de entrada e ainda o saguão, pátio estreito e descoberto entre dois edifícios. Estes elementos marcavam presença nas «cazas de dois andares sitas no fundo da rua do Espirito Santo de tras da capella mor da igreja do Senhor Jesus de Sâo Vicente», propriedade de Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa. Esta residência tinha:

> «o patio da entrada e hum quarto com janella de grades de ferro para a rua e duas lojes ou estrebarias e hum sougão pella parte de

[140] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 29v-30

tras com hua baranda no primeiro andar hua salla grande com sua alcoba cozinha com dois quartos e no andar do simo hua salla com duas janellas rasgadas para a rua publica com suas grades de baranda de ferro com duas alcobas na salla e dois quartos cada hum do lado do corredor com sua baranda que toma a largura das ditas cazas[141]».

Em 1778, João Gil Lousada Salgado e Castro e sua mulher, Teresa Maria de Jesus, emprazaram uma casa ao mestre sapateiro Manuel António Ferreira e à mulher deste, Catarina Pires Pissarro. Situada na rua Direita, confrontava então, a nascente, com a casa pertencente a António Manuel de Morais Antas, a poente, com a casa dos emprazantes, a norte, com a rua pública, e, pelo meio-dia, com a «moralha del Rei». Situada na rua Direita, a confrontação com a muralha indica-nos que esta casa ficava no lado geralmente designado pela parte da sombra. O emprazamento, como resultado provável de partilhas entre herdeiros, respeitava à «quarta parte de toda a loja» e à «metade das ditas cazas isto he do primeiro sobrado para sima». Nestas condições, vejamos como se dispunham os diversos compartimentos bem como alguns dos materiais empregues no momento em que esta residência se construíu, sabendo-se que se compunha de:

«huma caza de entrada sobradada com duas portas de madeira em meio uzo e portal de cantaria cabada com hum quarto para o nascente caliado com sua porta fichadura e chave em meio uzo e duas janellas de pau em bom uzo com janeleira de cantaria e por sima da dita caza da entrada e quarto huma salla caliada sobradada de (*) e forrada da mesma forma e tilhada com sua porta e fichadura e duas janellas de cantaria que as fechão quatro de pau e sua alcova tudo com meio uzo mais hum coartinho pegado da dita caza e quarto da entrada sobradado caliado e duas portas de pau em bom uzo com duas fichaduras e chaves com seo corredor sobradado ate a parede do quintal em bom uzo e janella

141 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 73, Mç. 18, fls. 82v-84v

> velha com a loija da largura do mesmo corredor e na trazeira da caza da entrada bem sobradado com porta em bom uzo e fichadura e outra porta para o quintal dos emprazantes uzada e por sima do dito corredor huma cozinha com seo lar e sobrado de setino (?) e duas portas com fichaduras e huma janella sobre o quintal tudo em meio uzo e tilhada mais hum coartinho conforme core a cozinha principiado a sobradar com taboas novas coasi bastantes para se acabar de sobradar com sua janella para o quintal dos emprazantes em meio uzo e tilhadas as ditas cazas [...] e são de huma parede boa de pedra e cale pello que toca ao norte e pello que toca ao nacente [sic] he parede de pedra e barro e caliada em mais de meio uzo e pello meio dia he parede nova de pedra e barro entre meias das cazas ha huma parede mestra que atraveça e devide a dita caza da entrada e mais a cortinha e quarto já ditos feita de pedra e barro e caliada[142]».

Além dos aspectos referidos, outras condições contratuais mostram que uma das divisões dos baixos da casa era utilizada como adega. De facto, para além de os emprazantes ficarem obrigados a sobradarem «a caza da entrada», onde ficariam aberturas com tampa levadiça para comunicação com o pavimento inferior - os alçapões - o mestre sapateiro devia zelar pela boa conservação do soalho, garantindo que os emprazantes:

> «(não) tenhão perejuizo nas suas basilhas de vinho cuja adega fica sendo dos emprazantes e poderão uzar estes da dita caza da entrada para lansar todos os anos as uvas da sua colheita para as tinas levantando os alsapois da dita caza da entrada[143]».

Nem todas as casas tinham tantas divisões, como se conclui de uma escritura de emprazamento relativa a uma residência na rua de Fora de Portas do Cabo, que se compunha de:

---

142 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 20, Mç. 6, fls. 5-7v
143 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 20, Mç. 6, fls. 5-7v

«huma salla com seu quarto e huma cozinha com huma janella para a frente, e duas para a calleja do Aljube e huma dellas rasgada, e em baixo de huma loge com seu quarto, ente com sua janella para a frente[144]».

O «portal de cantaria cabada» da casa de João Gil Lousada Salgado e Castro constitui, à semelhança de muitos outros casos, uma manifestação quase instintiva de se acusar a entrada de um edifício. Tal programa decorre, aliás, dos ensinamentos da arquitectura clássica, dado o seu gosto e tendência para colocar em destaque a entrada principal de um edifício, ainda que a fachada principal fosse muito simples. De um modo geral, no nosso país tal prática acabou por se estender também aos vãos das janelas, mesmo em edifícios de grande simplicidade arquitectónica. Uma das características da casa portuguesa, assentará mesmo no costume de se guarnecerem as ombreiras e vergas com lancil de granito, cuja teoria formal se desenvolve, no percurso de um espectro amplo e variável, das formas mais singelas às que inscrevem na pedra a volúpia dos movimentos enrolados e das formas tuberosos.

A descrição das janelas deste edifício, sendo relativamente ambígua, dá-nos, apesar de tudo, a informação de que «duas janelas de cantaria» eram fechadas por «quatro de pau», ou seja, cada janela possuía duas folhas de madeira, devendo a charneira ligar-se a uma estrutura chumbada nas ombreiras.

Enquanto em França se adoptou quase exclusivamente a janela de portadas com abertura para o interior, noutros países, com a Inglaterra à cabeça, os sistemas deslizantes ou de abertura exterior tiveram a preferência[145]. Apesar da grande maioria das casas antigas apresentar, nos nossos dias, janelas de guilhotina, este sistema só começou entre nós a ter adeptos depois de os ingleses se instalarem em Portugal para negociarem o vinho do Porto. Assim, só depois da assinatura do tratado de Methwen, em 1703, é que no Norte do país, especialmente no Porto, nos vãos de algumas

144 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 97, Mç. 22, fls. 12v-14

145 DOYON, Georges e HUBRECHT, Robert - *L'Architecture rurale et bourgeoise en France,* Paris, Éditions Ch. Massin et Cie., s/d., p. 232

aberturas se começaram a aplicar janelas de guilhotina, processo que viria a conhecer vasta difusão.

Em resultado da aceitação generalizada que o novo sistema gozou, as adufas, agora fora de moda e até proibidas[146], deixaram progressivamente de ser aplicadas. Provavelmente ao mesmo tempo, acontecia, segundo as opiniões de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, a «substituição dos rótulos e balaústres de madeira das varandas, por grades de ferro[147]».

As esquadrias das janelas de guilhotina possuem duas folhas aptas a receberem vidros, geralmente de formato quadrangular, sedo a sua pequena dimensão e a reduzida espessura condicionada pelos processos usados no seu fabrico.

A introdução de aperfeiçoamentos técnicos, tornando possível o aumento da superfície vítrea, mas mantendo a reduzida espessura, fez com que durante o século XVIII em alguns países como a França, onde as janelas de dois lumes eram muito usadas, pudessem ser usadas vidraças de maiores dimensões[148].

No século XVIII, nem sempre o vidro teve larga aplicação nos edifícios urbanos, mesmo se considerarmos os costumes de países estrangeiros. V. Valente, dá-nos a indicação da existência, neste período, em Paris, da corporação dos *Chaissisiers* «que faziam painéis de tela oleada para guarnecer

---

146 Em Lisboa, um alvará datado de 16 de Junho de 1759, proibia qualquer elemento decorativo ou utilitário que saísse das paredes. Assim, «consolas, mísulas para vasos de flores, nas janelas, e até gelosias e argolas para prender os cavalos» eram proibidas, tal como os degraus nas portas. FRANÇA, José Augusto - *Lisboa pombalina e o Iluminismo,* Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, pp.177, 178.

147 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas do Porto,* Separata de Douro Litoral - Boletim da Comissão de Etnografia e História - Oitava Série - VII - VIII, Porto, 1958, pp. 36-37; Cf. GIESE, Wilhem - *A respeito de rótulas portuguesas,* in «Revista de Etnografia», nº 1, Porto, 1963, pp. 167-179

148 DOYON, Georges e HUBRECHT, Robert - *Ob. cit.,* p. 228. Em França, como resultado da política manufactureira de Luis XIV, a utilização de vidros sofreu um grande incremento, contribuíndo assim para uma impressão de grandeza até aí insuspeitada. Então, tornou-se de bom tom aplicar vidros não só nas janelas mas também, sob a forma de espelhos, nas chaminés e noutros compartimentos das residências. Segundo Pierre Verlet, teria sido o arquitecto real, M. Decotte o principal responsável pelo uso de espelhos sobre as chaminés. O mesmo autor dá-nos ainda conta de alguns protestos motivados pelo facto de os espelhos tomarem o lugar dos baixo-relevos e de outros ornatos de mármore ou estuque. Registe-se ainda, como exemplo do sucesso que os materiais vítreos conheceram, a oferta de Luis XV, em 1751, ao rei da Dinamarca de «24.000 libras de vidros». VERLET, Pierre - *La maison du XVIIIe. siècle en France,* Fribourg, Office du Livre, 1966, pp. 96-97

as janelas[149]». Muitas vezes, o papel encerado fazia o mesmo efeito, como pudemos constatar nos livros de despesa do convento de S. Bento de Bragança. Nesta cidade, já em fase adiantada do século XVIII, temos notícia de uma casa com vidraças. A informação consta numa escritura de prazo celebrada entre o emprazante José Ferreira de Sá Sarmento e António Manuel de Figueiredo Sarmento e seu irmão, o Doutor Francisco Bernardo Figueiredo Sarmento, respeitava a:

> «humas cazas sitas na Costa Piquena desta cidade com seu quintal que lança para a Costa Grande, as quais são grandes e nobres, e estão em bom estado com cinco janellas de vidraças[150]».

Mesmo tratando-se de casas «grandes e nobres», acreditamos que a nota relativa à presença de vidraças só terá sentido pela novidade que a utilização do vidro com aquela finalidade constituía nesta cidade nordestina. Referimo-nos aos edifícios particulares[151], já que está determinada a presença de vidros em construções religiosas. Em todo o caso, a ausência de vidraças não era apenas uma característica bragançana. O mesmo se passava em Lisboa onde ou não existiam ou, se existiam, uma vez quebradas raramente eram substituídas, constituíndo motivo para o Senado da Câmara estabelecer multas «com penhora dos móveis, quando não forem pagas com dinheiro á vista[152]» aos moradores que, «dentro do termo prefixo de tres dias», tendo vidraças partidas as não substituíssem.

Na escritura de emprazamento da casa de João Gil Lousada Salgado e Castro, menciona-se ainda «huma cozinha com seo lar». Importará por isso fazermos uma curta reflexão sobre a importância desta divisão que, por razões

---

149 VALENTE, V. - *O vidro em Portugal,* Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 46

150 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 98, Mç. 23, fls. 10-11v

151 Embora pertencendo aos Jesuítas, na casa da quinta de Rica Fé, nos subúrbios da cidade, também se utilizou este material: «no anno de 650 se fizerão as cazas das bitrinas das cazas de baixo». A.U.C., *Fabrica da quinta da Rica Fe,* in «Livro das fazendas, quintas, cazais, e igrejas, e do mais que pertence a este Collegio de Bragança», IV. 1ª E. 22.5.5, fls.101-101v

152 Considerava o Senado que a falta de vidraças nas janelas principais «servia de deturpar, e de assear o prospecto da mesma cidade, quanto conduzem para a sua formusura, e nobreza as mesmas vidraças». SILVA, António Delgado da - *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações (1763-1774),* Lisboa, Na Tipografia Maigrense, 1829, pp. 379, 380

preventivas da ocorrência de incêndio, se situava normalmente no piso superior de um edifício. «Sendo o lar e a cobertura centro e origem de toda a habitação[153]», como definiu Raul Lino, deviam estes elementos reflectir a diversidade de climas e sobretudo as influências culturais dominantes, contribuindo ao mesmo tempo para a impossibilidade de fixarmos um plano que pela sua unidade e características mais importantes tenha um cunho nacional.

Dos múltiplos significados da palavra lar, tomamos o equivalente ao lugar onde se acende o lume que, como se sabe, ficava sempre na cozinha. A presença do fogo necessário à preparação dos alimentos e, fora do período de Verão, ao aquecimento do ambiente fez deste espaço o centro da vida de relação familiar. Ocupando uma área variável da cozinha, o lar bragançano elevava-se, nas casas de sobrado, quinze a vinte centímetros acima do pavimento pela necessidade de se isolar o lume do soalho. Para isso, aplicava-se uma ou mais lajes de pedra que assentavam sobre uma «cama» de cacos de telha, amassados com barro ou cal. Encostado à parede, a meio ou a um lado, podia desta forma arder o fogo da lareira. Contudo, o lar dispunha ainda de outra particularidade: trata-se da incorporação de um sistema destinado unicamente à preparação dos alimentos e que usava o carvão como combustível. Consistia numa pequena fornalha que o alteamento do pavimento possibilitava através do rasgamento de um vão por onde circulava o ar que alimentava a combustão e que permitia ainda retirar a cinza da pequena abertura onde se fazia o brazeiro - sobre uma chapa perfurada ou sobre pequenos ferros dispostos paraleamente - para se cozinharem os alimentos.

Embora os desenhos que Duarte de Armas fez da cidade nos deixem ver algumas chaminés em que se destaca pela sua maior altura o canudo da casa do governador militar - símbolo da casa mais poderosa - estes elementos, pela «difusão relativamente recente por toda a área rural do norte do país[154]», não são frequentes nesta cidade e a sua decoração ou processo construtivo não

---

153 LINO, Raul - *A casa portuguesa,* in «Exposição portuguesa de Sevilha», Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, p. 6

154 GALHANO, Fernando - *A cozinha rural do Minho e do Douro Litoral,* in «Revista de Etnografia», vol I, T. II, Junta Distrital do Porto, Porto, 1963, p. 272

merece referência especial, como sucederia se tratássemos dos mesmos elementos na região sul do país.

A ausência de chaminés na grande maioria das residências fazia com que as cozinhas só raramente fossem forradas, para assim o fumo poder sair pela cobertura de telha vã, recorrendo-se ainda, como medida facilitadora, ao levantamento de duas ou três telhas. Por esta razão e como Fernando Galhano sustentou, a cozinha «mesmo em boas casas de feição aburguesada, (mantinha-se) tão defumada e negra como uma cozinha serrana[155]».

6. Casas com mais de dois andares

A categoria que compreende as casas com mais de dois andares não é de modo algum predominante, embora se registe a ocorrência de alguns exemplos na rua Direita. Na pesquisa que efectuamos nos livros de notas do séc. XVIII, pudemos constatar a presença nesta rua de numerosas pessoas cuja actividade estava directamente relacionada com o mundo dos negócios, para além da existência das actividades mecânicas, com relevo para os sapateiros, alfaiates e também para alguns boticários. Desta forma, para além da importância desempenhada por esta via no conjunto do núcleo urbano, os condicionalismos espaciais impostos pela muralha, conjugados com a natureza sócio-profissional dominante dos seus habitantes, acabaram por conferir a estas casas uma tonalidade burguesa e popular, independentemente de se constatar a diferente condição social dos senhorios directos de alguns destes edifícios.

A ocorrência de factores condicionantes da expansão urbanística, associada a sítios de grande interesse económico, provoca geralmente o desenvolvimento em altura das construções como processo de rentabilizar de forma máxima o espaço disponível em função das actividades mercantis e artesanais. Por isso, podemos falar de um tipo de «arquitectura cosmolita[156]» que em todo o lado tem deixado as suas marcas, seja nas grandes cidades

---

155 GALHANO, Fernando - *Ibidem,* p. 272

156 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife,* Recife, Pool Editorial S/A, 1986, p. 20

marítimas, seja nas cidades mais pequenas e interiores, embora alguns autores vejam neste tipo de arquitectura um produto da cultura holandesa. Esta tese, defendida, entre outros pelo brasileiro Aderbal Jurema, não tem colhido a unânimidade de opiniões, tanto no Brasil como em Portugal.

Segundo Aderbal Jurema, o aparecimento no Recife da casa caracteristicamente esguia e alta seria o resultado da ocupação, no séc. XVII, desta cidade brasileira pelos holandeses, onde, de resto, encontraram condições geográficas semelhantes às das suas zonas zonas portuárias. Apoiando-se na natureza social e ecológica destas premissas, relativamente à introdução no Brasil desta tipologia arquitectónica, este autor não se contentaria apenas com a afirmação da prioridade holandesa, foi mais longe, ampliando a influência cultural deste povo a outras regiões, onde se incluia a Europa, com as quais a Holanda mantinha relações comerciais.

Contestando os fundamentos da hipótese aventada por aquele estudioso brasileiro, Ernesto Veiga de Oiveira e Fernando Galhano, afirmando que a casa alta e estreita «ocorre em todos os núcleos que se desenvolveram grandemente, a partir de um espaço limitado, independentemente de serem ou não zonas portuárias[157]», estudaram a casa com estas características no Porto, cidade com uma matriz caracterizadamente burguesa. Seria, de resto, o protagonismo desta classe social que lhe imprimiu «o tom próprio de um viver que fez a sua personalidade e a sua dignidade[158]», atributos psicológicos que este tipo de casa reflecte com propriedade.

Por isso, no velho centro burguês do Porto esta casa é largamente maioritária, representando «a casa de toda a gente», o que faz com que algumas vezes apresente «requintes que transcendem o tipo comum, assemelhando-se, em muitos dos seus elementos, aos palácios nobres: fachadas em que se acentua o ritmo vertical, mas em belas cantarias lavradas como nos solares joaninos; beirais de faiança; átrios de azulejos com estreitas escadarias de pedra terminando em belos modilhões ao gosto seiscentista[159]».

---

157 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial S/A, 1986, p. 40

158 *Idem, ibidem*, p. 28

159 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial S/A, 1986, p.30

O telhado, geralmente de quatro águas, mas que não exclui a ocorrência de exemplares de duas águas - que estes autores consideram ser uma das soluções primitivas da casa rural elementar portuguesa - , orientado na direcção frente-fundo, constitui um factor de diferenciação relativamente à casa flamenga, pois nesta assenta nas empenas laterais o que, desde logo, provoca diferentes soluções na forma e colocação das aberturas destinadas à iluminação interior. Também a presença no Recife de telhados de duas águas orientados na direcção frente-fundo, bastará, só por si, para contestar a hipótese da prioridade holandesa na difusão do modelo de casa alta e esguia.

A escala do volume dos negócios pode variar, porém, persiste um denominador comum, o carácter burguês e híbrido destas construções. Carácter burguês pelas implicações e traços sociais decorrentes da sua morfologia; carácter híbrido, atendendo à função, dado que serve em simultâneo como residência da família dos proprietários ou dos emprazados e como lugar de trabalho ou de armazenamento dos produtos e bens necessários à actividade comercial dos que a habitam.

Por conseguinte, era a partir do primeiro sobrado que a vida familiar se organizava, de acordo com as possiblidades consentidas pelo desenvolvimento vertical da construção. Por outro lado, ao nível da rua, o rés-do-chão servindo de estabelecimento comercial, oficina ou simplesmente armazém, abria-se ao público e facilitava as cargas e descargas de mercadorias. Algumas vezes, a existêcia de duas portas reforçava o hibridismo característico deste tipo de casa, visto que sendo independentes possibilitavam comunicações diferenciadas, preservando-se assim o ambiente privado as interferências públicas decorrentes do facto de existir uma porta aberta ao público.

A casa esguia bragançana do séc. XVIII nunca ultrapassa os três andares e à parte o seu carácter magro, não apresenta aspectos distintos relativamente às casas que sendo altas são mais largas. Não predominando no conjunto do casario, também não participa da riqueza dos elementos decorativos que pautam o ritmo e enobrecem, por exemplo, a casa burguesa do Porto.

7. Os elementos arquitectónicos

7.1. Paredes

A inexistência de cantaria nas proximidades de Bragança arredou praticamente a utilização em larga escala deste material na construção urbana, sendo o grau da sua utilização um indício do desafogo económico dos encomendadores da obra. Lançando mão da pedra extraída nos arrabaldes da cidade, os pedreiros adequavam a técnica construtiva às qualidades dos materiais, socorrendo-se do saber ancestral.

Estabelecido o ensoleiramento, ou seja, o nivelamento dos alicerces e feita a marcação dos vãos das portas, dava-se andamento ao crescer das paredes, mantendo-se os paramentos desempenados com o auxílio do prumo. A construção das paredes em alvenaria, procurando que as pedras maiores ficassem assentes pela face de melhor leito, de maneira a que se equilibrassem sem recurso a calços, era acompanhada da utilização de barro, dada a escassez de cal na região. A utilização de perpianhos e travadouros, técnica que consiste na utilização de pedras que ocupam a totalidade da espessura da parede, consolidava o crescimento das paredes e no preenchimento dos vazios utilizavam-se pedras mais pequenas. Usava-se, portanto, um processo em tudo semelhante, exceptuando a utilização do barro, à técnica empregue nos muros de pedra seca, também designada por alvenaria insossa, muito em prática em Trás-os-Montes.

7.2. Fachadas

As fachadas destas construções, são sempre rebocadas, lisas, de absoluta sobriedade, não se notando a presença de elementos destinados a destacar nenhum dos diferentes níveis interiores. As portas e as janelas, guarnecidas de madeira de castanho, possuem molduras planas do mesmo material sem ornatos.

7.3. Varandas

Uma das peculiaridades da casa de sobrado reside na presença de varandas. Com origem em épocas anteriores, este elemento arquitectónico corresponde ao desejo de abertura da casa para o exterior. Embora organização estrutural dos balcões seja diversa conforme se trate de uma casa fidalga ou plebeia, será conveniente confrontar a atitude dos seus moradores. Enquanto os balcões da casa nobre se voltam sempre para a rua principal, as varandas das outras residências parecem preferir as ruas secundárias e as vielas.

No último caso, uma razão explicativa poderá passar por uma solução em que os habitantes procuravam dar a este espaço uma orientação mais favorável em matéria de abrigo dos ventos e obtenção de um maior número de horas de insolação. Este aspecto, com vantagens evidentes durante o Inverno oferecia algumas contrariedades durante o estio. Por isso, a orientação a Sul não é uma regra. Outra razão poderá decorrer da interpretação do quadro normativo, expresso nas Ordenações, ao estipular:

> «se alguma pessoa tiver casa de huma parte da rua, e outro seu vizinho quiser fazer casa da outra parte, ou se ja dantes a casa era feita, e quer nella abrir portal de novo, ou quer ahi fazer janella, ou fresta, não a poderá abrir, nem fazer direito do portal, ou da janella, ou da fresta de outro vizinho, que móra na outra parte da rua [...]. Porém desviado do outro o poderá fazer[160]».

Sabendo-se que estas varandas corriam normalmente a dimensão da fachada do edifício, delas se podia devassar o interior da casa fronteira, cujas aberturas privilegiavam a fachada que acompanhava a rua. O mesmo já não sucederia quando a varanda ocupava um pano lateral do edifício, porque nas vielas as aberturas das casas eram em menor número.

Outra razão poderá decorrer da presença nesta localidade de uma importante comunidade de ascendência judaica, numa altura em que os actos

---

160 *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V,* Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos Conegos Regulares de S. Agustinho, 1727, p. 531

públicos mais importantes, em que se destacavam os de carácter religioso, elegiam, em boa medida, a rua como palco privilegiado. Tais solenidades, ao imporem o engalanamento dos edifícios particulares em que se destacavam os balcões, não só violentavam como constituíam factores de discriminação social dos que, às claras ou em segredo, seguiam crenças diferentes da prática oficial. Assim, nestas circunstâncias, uma varanda em posição discreta revelava-se de grande conveniência.

7.4. Telhados

Os telhados, sempre de duas águas e orientados na direcção frente-fundo, salientam-se dos prumos das paredes mestras e apoiam-se num entablamento de madeira em que os caibros estilizam a cachorrada. Numa terra em que a invernia se fazia acompanhar de fortes nevões, seria de esperar uma forte inclinação nos telhados como medida facilitadora do degelo e das forças incidentes. Por outro lado, uma inclinação acentuada abria possibilidades do aproveitamento do vão para um sótão, dado que bastava fazer crescer as paredes dos outões.

Como a inclinação do telhado pode ser considerada normal, resulta daí que o sótão não tem outra função que não seja a de arrumo, por consequência um espaço não utilizado quotidianamente. Por conseguinte, se as preocupações com a iluminação deste espaço são inexistentes, não se justificava a abertura de trapeiras. Desta forma, seria preciso esperar pelo séc. XIX para as vermos surgir aqui e ali, assim como a prática da construção, recorrendo a materiais mais leves, de um andar suplementar, com a característica de se apresentar quase sempre em posição recuada.

8. **Os edifícios dos meios de produção**

8.1. Moínhos e fornos

Paradigmas da actividade industrial, o moer do trigo e centeio e o cozer do pão desempenhavam uma função económica de primeira grandeza. A essencialidade destas actividades pautou-se nas zonas rurais nordestinas pela

existência de moínhos e fornos que eram pertença de toda a comunidade, sem embargo de haver igualmente exemplos em que a sua posse pertencia a titulares privados. Relativamente a Bragança, as notícias relativas a estes centros transformadores indiciam sempre a sua posse por particulares.

A importância económica não teve equivalência na qualidade construtiva das casas que albergavam os engenhos hidráulicos de roda horizontal, nem nas que agasalhavam as construções abobadadas de tijolo maçiço que constituíam os fornos propriamente ditos. Em termos de qualidade construtiva, umas e outras não iam além do fruste porque, genericamente, tratava-se de espaços de trabalho sujeitos a condicionalismos - cheias e incêndios - em que tudo se podia perder. As paredes eram normalmente de pedra seca e suportavam uma cobertura, de uma ou duas águas, em cujo revestimento se recorria a materiais diversos como o colmo, a lousa e telhas. As aberturas limitavam-se às estritamente necessárias: uma porta e, por vezes, uma pequena janela.

Se os fornos ocupavam casas terreiras, os moínhos, por força das circunstâncias, tinham que se adaptar aos lugares escolhidos para a sua construção. Daí que por vezes possuíssem outras construções anexas para habitação dos moleiros e animais de carga.

No rio Sabor, no sítio ainda hoje designado por Moínho dos Padres, tinham os Jesuítas um moínho que, no arrolamento dos seus bens, provavelmente realizado em 1759, era descrito desta forma:

> «consistem estes moinhos em duas rodas alveiras e hua negreira, sam tres repartimentos com dous sobrados, hua caza de forno, e outra que serve de recolher as bestas[161]».

---

161 A.U.C., *Livro das fazendas, quintas, cazais, e igrejas, e do que mais pertence a este Collegio de Bragança,* IV, 1ª E. 22.5.5, fl. 6v. Na *medição das terras com os moinhos do Sabor, e porto da Granja,* que integrava o *Tombo dos bens pertencentes ao Collegio da Companhia de Jesus da cidade de Bragança,* realizado entre 1711 e 1713, também se referm estes moínhos: «tres moendas de moinhos dous de pedras alvas, e hum morneiro, e tem suas casas, e souto, e horta, e prado, e lameiros, e outras arvores». A.U.C., *ob. cit.,* IV, 1ª E., 22.5.3, fls. 5v-6

No mesmo tombo, constam algumas referências interessantes relativamente ao rendimento deste moínho bem como à proveniência e percurso das mós, antes de chegarem a Bragança:

> «Tem este Collegio os seos tam celebrados moinhos do rio Sabor, cujos proveitos e ganancias, sam menos na bolsa, e na tulha, do que sam por vozes de quem não considera os gastos, e só olha pera a minhirosa (?) fama dos rendimentos que enfim sam machias: por que quem considerar bem, que ha de trazer as pedras do Porto vinte, e seis legoas pello Douro acima, e quatorze per terra, que não he se não apuro dinheiro e o que mais he os grandes enfadamentos e novas obrigações a quem nolas ha de comprar, e fazer vir: se os arrendais, os moleiros prometem muito e pagam pouco por que todos sam pobres, e premeiro se sostentam assi, filhos e burro, porcos e geiras, e con os sobejos vos pagam, tarde, e nunca, e as pedras que avião de durar dous annos não durão mais de hu pello mao trato, que lhe dam, e sempre he necessario ter outras anticipadas pondo dinheiro da casa, e se vos descuidais, já estam parados e o moleiro desobrigado de pagar o que deve atrasado[162]».

Contudo, a maioria dos moínhos que forneciam a farinha para a cidade estavam no Fervença. Desde o século XVI que conhecemos referências à sua presença nesta ribeira. Também o autor das «Memórias Paroquiais», dando-nos conta das grandes fomes que, a seguir ao terramoto de 1755, a cidade sofreu por não haver água[163] suficiente para mover os moínhos, registou a presença destes engenhos, ao, laconicamente, referir: «tem muitos moinhos[164]». Mais tarde, o «Registo de hua vereação a que se procedeo

---

162 A.U.C., *Livro das fazendas, quintas, cazais, e igrejas, e do que mais pertence a este Collegio de Bragança*, IV, 1ª E. 22.5.5, fls. 6-6v

163 «nesta cidade reprezavão a pouca agoa que trazia a ribeira Ferbensa, para moer ás possadas e assim se hião remediando, e passando mal, e para os soldados foi necessario o governador mandar sentinellas para alguns moinhos do Basseiro, e Tua, distante da cidade tres legoas». *ob. cit.*, fls. 1182, 1183

164 *Ob. cit.*, fl. 1184

sobre o estrago acontecido na noute de 23 de Agosto de 1804[165]», referirá também a continuidade e destruição de uma quantidade apreciável de moínhos no Fervença.

Como não há moínhos sem moleiros, a Câmara regulamentava a actividade destes, de forma a evitar a ocorrência de atitudes fraudulentas. Por isso, em 1619, determinou:

> «que nenhu moleiro dos moinhos das ribeiras desta cidade possão ter mais que hu porquo e hu cam e não possão criar parros nem galinhas com pena de quinhentos reis cada hu pera a Camara e acuzador pella primeira vez e não cuprindo o soberdito pagarão a pena em dobro e assim lhas irão dobrando comforme as vezes que lhas acharem e assim mais terão as suas maquias aferidas com as mais medidas qie tiverem e lhe forem achadas com pena de mil reis pera Camara e acuzador[166]».

Quadro III

FORNOS

LOCALIZAÇÃO	ANO	PROPRIETÁRIOS	FONTE
Eiras de S. Bento	1740	Misericórdia	A.S.C.M.B., Lv. 285, Mç. 89, fl. 97v-98v
Rua do Paço	1759	«o forno de João Ferreira»	B.P.A.D.B, Nuc. Not., Lv. 11, Mç. 3, fl. 49v

165 B.M.A.B., *Livro de registo da Camera (1804-1815)*, fls. 18-21

166 Esta disposição pertence a alguns fragmentos de actas da Câmara recentemente encontradas na B.P.A.D.B.. Por esta razão, o documento ainda não possui cota.

Rua dos Batoques	1761	«humas cazas com seu forno» de Francisco Fernandes	*idem, ibidem*, Lv. 12, Mç. 4, fls. 45v-46
Vila	1762	«hua caza de sobrado com seu forno» de Leonor Felizarda	*idem, ibidem*, Lv. 105, Mç. 24, fls. 57-58
Rua do Paço	1772 1781	«casas do forno do reverendo Manoel Fernandes Roza»	*idem, ibidem*, Lv. 63, Mç. 15, fls. 48v-49; Lv. 97, Mç. 22, fls. 50-51v
Rua de Trás	1780 1786 1789	«huma caza de forno que tem (José Bernardes Madureira) conjunto ao Corpo da Goarda»	*idem, ibidem*, Lv. 66, Mç. 16, fls. 28-29; Lv. 68, Mç. 17, fls. 29-32; Lv. 69, Mç. 17, fls, 47-47v, 48-49
Portas da cadeia	1781	Herdeiros do «reverendo Saraiva»	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 20, Mç. 6, fls. 118v-119
Rua de Fora de Portas do cabo	1783	«humas cazas com seu forno» da confraria de Nossa Senhora dos Prazeres	*idem, ibidem*, Lv. 22, Mç. 6, fls. 22v-23
Vila	1785	Reverendo Tomás de Sandoval	*Idem, ibidem.* Lv. 23, Mç. 6, fls. 12v-13
Travessa da rua do Paço	1789	«epothecavão hua caza de forno» de Francisco José Ferreira	*idem, ibidem*, Lv. 146, Mç. 33, fls. 38-38v
Rua Nova	1790	«rendimento [...] do forno» de Eusébio José de Andrade	*idem, ibidem*, Lv. 146, Mç. 33, fl. 65
Rua dos Prateiros	1793	«hua caza com seu forno de que tem tres varas e meia de largura, e de cumprimento quatro». Pertencia ao convento de S. Bento	*idem, ibidem*, Lv. 147, Mç. 33, fls. 108-112
À ponte das Tinarias	1795	«huma morada de cazas [...] com seu forno no pertencente a D. Francisco de Paula Castro Pimentel e Abarca conde da Roza»	*idem, ibidem*, Lv. 102, Mç. 24, fls. 237v-239
Postigo das Eiras do Colégio	1795	«huma caza de sobrado chamada a da cozinha com seu forno dois quartos dentro della com sua adega de baixo». Pertencia à Ordem Terceira	*idem, ibidem*, Lv. 102, Mç. 24, fls. 223v-225

Batocos	1797	«junto ao forno»[167]	*idem, ibidem,* Lv. 128, Mç. 30, fls. 77-79
Cerca de S. Bento	1799	«hua caza com seu forno» de Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa	*idem, ibidem,* Lv. 105, Mç. 24, fls. 3-4

No século XVIII, em relação à existência e localização no perímetro da cidade de fornos de telha, de cal[168] ou forjas, não obtivemos qualquer notícia. O mesmo sucedeu com as instalações destinadas aos curtumes que, no século anterior se implantavam nas proximidades das portas da Cadeia.

Quadro IV

MOÍNHOS

LOCALIZAÇÃO	ANO	PROPRIETÁRIO	FONTE
«hum moinho que esta junto a esta cidade na ribeira de Frevença alem da ponte das Tenarias por cima de outro moinho que esta logo junto da ponte[169]».	1674	Benefício de S. Vicente	B.P.A.D.B., P.Q.R., Cx. 3, Lv. 23, s/fl.; *Idem,* Cx. 3, Lv. 24, fls. 6-6v
«duas cazas de muinho no rio Fervença ... por baixo do Batoco nas quaes cazas de muinho tem tres moendas a saber na de cima duas alveiras e na caza de baixo hua [...] e o redor destas ditas cazas hua corte em cada hum dos sitos muinhos»	1711	D. Maria Figueiroa, viúva do Mestre de campo general, Sebastião da Veiga Cabral. Em 15 de Março de 1711, vendeu-os a Domingos de Morais Madureira	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. A, Mç. 1, fls. 110v-112

[167] Não se indica o proprietário porque a referência decorre das confrontações de uma casa.

[168] Em todo o caso, é possível que na cidade nunca tivesse havido instalações deste tipo, uma vez que as áreas tradicionalmente fornecedoras desta matéria se situavam em Cova de Lua e Samil, duas aldeias das redondezas. Em 1783, Francisco Rodrigues, de Cova de Lua, exarou em testamento a sua vontade em deixar «a seu filho Miguel as ferramentas da calleira e a mesma calleira». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 190-191v

[169] «Esta o ditto moinho no sittio acima ditto defronte das cazas que agora fez Maria Lopez, viuva de João Garcia o Ligeiro [...] e tem da parte do sul, e norte treze varas, e pelo nascente e poente oito varas». Nesta altura estava emprazado a Jacome Luis e a sua mulher, Violante Rodrigues.

«huns muinhos citos no rio Sabor desta cidade que sam duas rodas huma negreira e outra alveira promtas com todos coantos aparelhos se podem nesesetar para moverem e as pedras alveiras novas»	1744	Convento de São Bento	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 5, Mç. 2, fls. 78-79v
«hum moinho na ribeira desta cidade»	1758	António Sarmento	*Idem, ibidem,* Lv. 10, Mç. 3, fls. 119-119v
«hum moinho [...] por cima da ponte das Tinarias	1765	Bernardo Sarmento Pereira de Morais e António Sarmento Pereira de Morais	*Idem, ibidem,* Lv. 59, Mç. 15, fls. 54v-55
«hum moinho com duas rodas, por baixo da ponte das Tenarias [...] defronte da fonte da Pipa[170]»	1792	Benefício de S. Vicente[171]	B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx. 3, Lv. 25, fls. 19-19v
«hum moinho na ribeira desta cidade [...] por sima da ponte do Jorge»	1793	Dr. Tomás Luís António Leitão	*Idem, ibidem,* Lv. 174, Mç. 37, fls. 51v-52
«cazas no Bairro de Além do Rio confrontantes com a rua do concelho e com a agoeira dos seus moinhos»	1793	Francisco Xavier Junqueira	B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 102, Mç. 24, fls. 69v-71
«epotecava os moinhos por baixo da ponte do Loreto que são os premeiros»	1794	Manuel Bernardo de Suane	*Idem, ibidem,* Lv. 126, Mç. 29, fls. 86v-87v
«os muinhos do (ponte do) Jorge estam arrendados a Domingos Fernandes[172]».	1795	Convento de S. Bento	A.N.T.T., C.S.B.B., vol. 44, fl. 8
«hua morada de cazas sitas no Bairro dos Batocos por sima dos muinhos»	1796	Francisco Xavier da Veiga Cabral	B.P.A.D.B.,Nuc. Not., Lv. 72, Mç. 17, fls. 50v-51v
«huns moinhos no Sabor por baixo da ponte das Carvas»	1797	Convento de Santa Clara	*Idem, ibidem,* Lv. 28, Mç. 7, fls. 15v-17v

170 Tinha «duas cazas» e confrontava «pelo sul com a ribeira, pelo norte com terra do mesmo moinho, assim como pelo nascente e poente». De acordo com a medição efectuada em 1792, media «pelo sul, e parte da ribeira sete varas e meia, digo quatro varas e meia, pelo norte o mesmo; pelo nascente tem sete varas e meia, e o mesmo pelo poente, que fica olhando para a ponte». Este moínho já existia em 1584, altura em que estava aforado a Heitor de Sá, por 250 réis. B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx.3, Lv. 23, s/fl.

171 Nesta data, o Beneficiado era o «Illustrissimo» Rafael Pinto de Almeida e Alexandria. Em 1802, estava emprazado neste moínho, o capitão de cavalos, Francisco Ferreira Sarmento, de Vinhais, «por renovação de prazo, que lhe fes o Benefficiado Rafael Pinto de Almeida da villa de Vianna». B.P.A.D.B., P.R.Q., Cx.3, Lv. 25, fl. 19v

172 Domingos Fernandes tinha a «obrigaçam de pagar oito alqueires de pão em cada mes exceptuando os tres da séca, que nesses paga somente coatro».

8.2. A fábrica da seda

As condições naturais da região que favoreciam o desenvolvimento das amoreiras e a criação do bicho da seda fizeram da cidade um importante centro produtor que as políticas económicas mercantilistas revigoraram com a fundação de uma fábrica e a atribuição de privilégios aos seus mestres. Nos finais do século XVII era superintendente desta fábrica António Doutel de Almeida. Este, por escritura lavrada em Janeiro de 1681, no cartório do tabelião José de Sá Dantas, atribuíu a fábrica a Eugénio Gomes Queiróz, mestre da «fábrica da arte das sedas que por ordem do dito Senhor (D. Pedro) se haviam de lavrar na dita cidade (de Bragança) por conta da sua Real Fazenda com quatro teares[173]». Falecido Eugénio Gomes Queiróz, suceder-lhe-ia o seu filho Eugénio Gomes que, no início do século XVIII, estava «pessuindo, as ditas cazas e quatro teares, exercitando o officio de mestre da dita fabrica, com quatro officiaes[174]», cumprindo as mesmas obrigações do contrato assinado pelo seu pai e beneficiando das mercês reais, nomeadamente por estar «de posse com a tença que comia o dito seu pai[175]».

Em Setembro de 1710, o escrivão, o Juíz e o Procurador do Tombo dos bens da Sereníssima Casa, acompanhados pelos medidores, dirigiram-se ao cimo da rua dos Oleiros para aí, junto à muralha, medirem e demarcarem a casa da fábrica da seda e o seu quintal. Efectuada a medição, declararam:

> «terem as ditas cazas pella parte do Nascente dezassete varas e meia de comprido; e que da parte do Sul para onde fica a frontaria das ditas cazas tem de largo outo varas; e que da parte da muralha, que esta para o poente tem dezassete varas de comprido; e para a parte do Norte tem outo varas de largo, que o dito quintal parte com a muralha e tem de comprido da parte do Poente dezassete varas, e da parte do Sul dez varas de largo, e da parte do Norte nove varas de largo; e que do Nascente parte com as ditas cazas[176]»

---

[173] A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança*, fl. 91v
[174] A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança*, fl. 91v
[175] A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança*, fl. 92
[176] A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança*, fl. 92

Relativamente à configuração e articulação do espaço interior:

> «constam por dentro de huma entrada com portal de cantaria com huma tarja com as armas reaes em sima do portado, e duas logeas, huma da entrada, e outra grande, que fica na mesma direitura para dentro, que tem huma calleira de pedra no meio, a qual logea serve da dita fabrica da seda, onde estão seis teares e tem a dita logea dez janellas de cantaria quatro para o Nascente, e quatro para o Poente, e duas para o Norte, e que nas ditas cazas ha huma escada de pedra que vai para os altos, e que no simo da escada tem huma caza de sobrado com seu forno, e cozinha com quatro janellas huma de pedra, e duas de pau para a parte do Sul, e outra para a parte do Poente, tambem de pau: e que as ditas cazas constam mais de trez cazas de sobrado com sinco janellas para o Norte que serve de dar luz somente as ditas cazas[177]».

Em 1722, as casas da fábrica estavam «debulutas e muito arruinadas sem haver quem as repare[178]». Contudo, no início do século XIX ainda existiam, tendo, então, sofrido algumas obras de reparação.

Além do fabrico de seda, Bragança , mantinha «os créditos de primeiro centro tintureiro[179]». Por esta razão, no início da laboração da fábrica das sedas que, ao Rato, havia em Lisboa, os tecidos manufacturados vinham a tingir em Bragança[180]. Com oscilações produtivas, a verdade é que João António Lopes Fernandes, em 1783, tinha «em laboração 108 teares de manufacturas de seda[181], acabando ainda por fundar uma oficina de tinturaria junto ao Fervença. A importância económica e social desta actividade é

---

177 A.F.C.B., *Tombo do Almoxarifado de Bragança,* fls. 92-92v
178 A.F.C.B., *Carta de emprazamento,* N.G. 110, s/fl.
179 SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terremoto. Subsídios para a história dos Bairros ocidentais de Lisboa,* vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 120
180 *Idem, ibidem,* p. 120
181 *Idem, ibidem,* p. 145

indiscutível, conforme decorre de um requerimento apresentado, provavelmente em 1788, por este industrial:

> «tinha hua grande fabrica de seda nesta cidade com a qual fora dela sustentava asima de oitenta familias e tendo a dita hua timtoria que o suplicante fez de novo que não só he de utelidade para a sua fabrica mas tão bem para os particulares que querião mandar temgir suas sedas[182]».

Em relação à casa da tinturaria, para além de uma disputa[183] com os proprietários de moínhos vizinhos, a propósito da condução da água para a casa da tinturaria, nada podemos adiantar. Com a passagem de Lopes Fernandes para Lisboa, assistiu-se à decadência desta actividade. Por isso, a

---

182 A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 109, Cx. 149, doc. nº 103

183 «Dis João Antonio Lopes Fernandes da cidade de Bragança, que subsistindo a maior parte dos muradores com o travalho de hua grande fabrica de ma(n)tos de seda, bem conhecidos pela sua bondade em todo este reino, o supplicante para maior credito, e utilidade da ditta fabrica, tem feito obrar por sua conta, toda a qualidade de tafetas, e mais generos de seda, que ali se não obrávão; e como ficarão muito distantes as offecinas necessarias para se tingir a seda para aquellas obras, se sacraficou o supplicante ao travalho, e despeza de fazer edificar hua nobre offecina, para nella se tingir de todas as cores, pagando a hum tintureiro, que fez conduzir da Real Fabrica desta corte para a do supplicante: esta a ditta offecina junto a ribeira daquella cidade em a qual tem huns moinhos o reverendo Caetano Joze Saraiva andre Ferreira de Moraes, e Andre Pires, aos quaes corre a agua, por hua unica levada, que lhe he commua; e como para se tingir commodamente na ditta offecina preciza o supplicante conduzir da levada hu anel de agua por hum canudo, que a lanse nas caldeiras do tinto, cuja obra he de maior importancia para o adiantamento da fabrica e de nem hum prejuizo aos supplicados, fazendo-se digna da maior attensão de Vossa Magestade. Para Vossa Magestade se digne fazer-lhe a graça que pede, informada da verdade que relata». A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 109, Cx. 149, doc. nº 103; Cf. FERNANDES, Hirondino da Paixão - *Desembargo do Paço. Repartição do Minho e Trás-os-Montes,* s/l., Instituto Politécnico de Bragança / Câmara Municipal de Bragança / Arquivo Distrital de Bragança, 1993, p. 157. A este documento, com a data de 7 de Maio de 1778, seguem-se outros, um dos quais comtém a versão dos proprietários dos moínhos: «Dizem Andre Ferreira de Morais Figueiredo e Andre Manoel Pires da cidade de Bragança, que elles supplicantes são senhores e possuidores de dous moinhos, que se compõem de quatro rodas, sitos na ribeira do Fervença suburbios da mesma cidade, os quaes sem embargo de serem proprios dos supplicantes são convenientes a republica por serem os mais perfeitos , e promptos para moverem os mantimentos da terra, e gente de guerra, e sem embargo disso agora teares [sic] hé João Antonio Lopes, homem de negocio da mesma cidade, pos defronte dos mesmos moinhos hua oficina, ou caza de tingir sedas, com o pretexto de ir a (água) para a sua fabrica intentou por hua calhe que levantou na mesma ribeira, tirar hu anel d'agua aos supplicantes da levada, que corre para os seus moinhos, com grande detrimento, e prejuizo dos mesmos, e não consebntindo eles na dita extração lançandolhe abaixo a dita calhe o supplicado obrepticia e subrepticiamente recorreu a Vossa Magestade provizão para que lhe concedesse a graça de poder extrahir da levada dos supplicantes a dito anel de agua ...». A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 109, Cx. 149, doc. nº 103

«caza de tintoraria de côres que mandou reedificar de novo João da Silva[184]» e que na grande cheia de 1804 foi inundada, com graves prejuízos materiais, pelas águas do Fervença, devia ser a antiga oficina construída por aquela industrial.

9. Arquitectura civil com carácter público

9.1. Os paços do concelho

No primeiro quartel do século XVIII, a Câmara era um dos principais orgãos do «governo civil» da cidade. Além do juís de fora, que desempenhava as funções de presidente, era constituída por três vereadores, pelo Procurador do concelho, pelo escrivão e por um porteiro. Os assuntos de interesse concelhio eram tratados em edifício próprio, cujas características essenciais José Cardoso Borges descreveu:

> «He este edificio de pedraria em forma quadrangular, baixo, e por toda a circunferencia tem janellas de arco com distancia de dous palmos de huas a outras, e pouco mais tem estas de largura. Formava hua grande, e espaçoza sala, que agora se ve dividida em duas; na primeira se fazem as audiencias do geral, e na segunda se junta o Senado[185]».

O mesmo, adiantou outras informações:

> «Toda a capacidade deste edificio ocupa hua cisterna de agoa nativa, cuberta de fortissima abobeda e sobre esta estão as salas[186]»;

---

184 B.M.A.B., *Registo de hua vereação a que se procedeo sobre o estrago acontecido na noute de 23 de Agosto de 1804,* in «Livro de registo da Camera (1804-1815)», fls, 18-21

185 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 26

186 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 26

Situada na cidadela, esta construção de estilo românico cumpria assim uma dupla função: aprovisionamento de água e espaço para as reuniões dos representantes do município. Quando a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais decidiu patrocinar os trabalhos de restauro deste monumento e se retiraram os entulhos que entupiam a cisterna, puderam ser confirmadas as palavras de Cardoso Borges, uma vez que «a água brotava no fundo da cisterna, a um canto do seu pavimento lageado de granito, todo siglado, em declive suave para êsse canto[187]».

Tratando-se de um edifício de interesse público, no momento da sua construção acentuar-se-ia esta vertente, ao incorporarem-se algeroses que aproveitavam as águas pluviais e se armazenavam na cisterna. Independentemente destes, outros canais fazendo corpo com mísulas, desempenhariam idêntica função. Porém, o facto de não se destinarem a receber directamente as águas do telhado desta construção, leva-nos a pensar que este edifício possuía alguns anexos, cujo travejamento de suporte da cobertura assentava parcialmente nas mísulas da Domus. Desta forma se recuperava a maior quantidade de água possível, visto que os algeroses situados a um nível inferior recebiam e conduziam para a cisterna as águas que os telhados dos anexos descarregavam nestes canais. A existência de construções anexas, embora pouco pormenorizadas, são confirmadas pelo engenheiro militar, anónimo, que levantou a «Planta da cidade de Bragança[188]».

Na região, a cisterna, de cobertura abobadada, pode encontrar equivalente - embora com diferenças de escala - em algumas fontes de mergulho que abasteciam algumas povoações. Contudo, o sistema de recuperação das águas das chuvas e degelo das neves, sendo estranho às técnicas regionais, apenas tem paralelo na obra da torre de menagem. Embora sem grande segurança documental, este facto permite pelo menos a colocação da hipótese de estas duas obras obras terem tido, em algum momento, pontos de desenvolvimento comuns. Por isso, valerá a pena registar uma passagem

---

187 TEIXEIRA, Raúl - *A Domus Municipalis de Bragança. Notícia histórica,* s/l., 1941, p. 15; *«Domus Municipalis» de Bragança,* in «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», s/local, nº 4, 1936, p. 12

188 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 927 -1-4A - 8

de uma carta que, em Janeiro de 1510, D. Jaime, a primeira figura da Sereníssima Casa, dirigiu aos oficiais da Câmara desta cidade:

> «quanto aa [sic] casa do conselho que esta na cisterna pareceme que se no pode fazer boa obra: cobrir as paredes que estam pera ficar seguras e começar de fazermola huma casa por esquadria dandolhe o cumprimento e largura o mais que puder ser e ouver aquelle chaão e poder derribar pera iso as duas ou as tres paredes ate o lajoamento que no despende niso mais que o feitio pois que a cantaria hi fiqua e a altura das paredes des o lajoamento ates a armaça deve de ser de quatro varas e mea e a armaçan deve de ser feita de boa madeira e bem lavrada e devemlhe de fazer algumas janellas do modo que se agora acustuma[189]».

Não ficando qualquer dúvida sobre a existência na cisterna de uma construção com funções municipais, parece-nos que o mesmo sucede relativamente às obras de remodelação que o edifício então sofreu e que certamente lhe deram a configuração que hoje se conhece. Por solucionar ficaria o problema do desenho das janelas, de arco redondo e factura simples. Contudo, além da recuperação de materiais da construção préexistente, deverá ser tida em conta a recomendação do duque aos oficiais da Câmara, segundo a qual estes deveriam consultar o alcaide-mor Lopo de Sousa «que sabera dar para iso boo conselho».

Em Dezembro de 1589, o duque D. Teodósio II repreendendo, como já dissémos, os responsáveis do município por não trazerem bem reparadas alguns bens públicos como a torre do relogio, a ermida de São Sebastião e as fontes do rio Fervença, chamava igualmente a atenção para «as casas da audiencia». As suas observações, centrar-se-iam neste edifício municipal:

> «tambem sou informado que a casa da Camara e audiencia dessa cidade he pequena; e não e forma a que conven aber nella e que esta em lugar escuso; encomendovoz que procureis que se faça

[189] B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, fls. 43, 43v; LOPO, Albino Pereira - ob. cit., p. 25

> outra casa accomoda(da) (p)ara Camara, e audiencia em lugar publico (*) dos cidadaoz e povo pois a cidade tem rendas de que se possa fazer a milhor que ouver nessa comarca, para que a fique mais emnobrecendo [sic], e confio de voz que no vosso ano pensareis dar orde a que as mais destas obras se acabe, e as que senão podere acabar nelle, fiquem principiadas para as acabarem oz offeciaiz que ouverem de servir o ano que bem [...] cuanto aas casas da Camara o que quero he que me aviseis do lugar em que estão fazendo hu desenho dellas e das que estiverem ahi perto, e que vejaes aonde fica bom fazersse outras, e o que poderão custar e que me aviseis de tudo co brevidade co vosso parecer para vos eu avisar do que nisso assentar o desenho que se fiser ha de ser da praça e do lugar em que assentardes que he bem fazerse[190]».

Que se saiba, esta intenção nunca chegou a ser concretizada. Por isso, o velho edifício de planta pentagonal e um único andar, onde a toda a volta se rasgaram janelas, continuava a ser a sede do poder municipal. Durante o século XIX - não sabemos exactamente quando - a Câmara passaria da cidadela para a rua Direita, parte do sol, onde ocupou o edifício fronteiro ao antigo hospital militar.

Este edifício, cujo desenvolvimento estilístico apresenta semelhanças com outro localizado na mesma rua e quase fronteiro, é ainda devedor de algumas tendências artísticas que, nos finais do século XVIII, se manifestaram em centros urbanos mais importantes. No entanto, traduzindo a assimilação tardia de princípios já enunciados na Lisboa pombalina a que parece associar-se algum aparato de representantes da burguesia enriquecida, a sua construção poderia ter ocorrido já no século XIX. De resto, o mesmo se verificou em duas ou três construções datadas, mas de menor vulto, que na mesma rua ainda se mantêm de pé.

A larga fachada, desenvolve-se em três níveis de alto pé direito. A importância da rua Direita e a presença de várias portas no pavimento térreo

---

190 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. 5, fls.122, 122v

são indicação segura de que ao seu proprietário não eram indiferentes as actividades económicas. Todas estas aberturas são bem emolduradas por ombreiras lisas de cantaria que assentam num pedestal sem qualquer ornato. Apenas as vergas, planas e rectilíneas, são ornamentadas com mísulas fingindo sustentar o balcão corrido do primeiro sobrado, para onde se abrem portadas de duas folhas, envidraçadas e com bandeirolas de caixilhos irradiantes à maneira do século XIX. Os lintéis curvilíneos destas aberturas, com fecho e unidos uns aos outros, traçam uma linha suavemente ondulante que se repete nas janelas do segundo andar. Neste pavimento, as aberturas possuem ombreiras que descem abaixo do nível da pedra de peito. Ao centro da composição, repete-se o formulário do conjunto de portal e janela, patenteado pelo encurvamento saliente do balcão, pelo tratamento dinâmico do lintel da portada central e pela articulação deste elemento com o avental da janela que superiormente lhe corresponde.

Em Março de 1862, o barão de Santa Bárbara, na qualidade de presidente da Câmara, e Diogo Albino de Sá Vargas, como procurador dos erdeiros do comendador José António de Castro Pereira, celebraram a escritura de compra desta casa e doutras que lhe ficavam contíguas, pela quantia de doze contos de réis a qual seria paga em outras tantas prestações. «As cazas nobres», destinar-se-iam para os Paços do Concelho - accomodação da secretaria d'administração - e tribunal das audiencias[191]..

9.2. A Torre do relógio

Aceitando-se a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, segundo a qual «uma igreja, um campanário ou uma sineira são os sinais da autonomia de uma povoação[192]» também temos que admitir o facto de a presença da torre do relógio concorrer para o prestígio desta praça, na medida em que, como refere Lewis Mumford, ajudava «a dar a la empresa humana el latido y el ritmo regulares colectivos de la máquina; pues el reloj no es simplemente un medio para obtener la huella de las horas, sino también para la sincronización de las

---

191 B.M.A.B., *Livro de registo da Camara de Bragança (1831),* fls. 212, 225

192 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Carácter mágico do toque das campainhas (Apotropaicidade do som),* Separata da «Revista de Etnografia», nº. 12, Porto, s/d., p. 4

acciones de los hombres[193]». Por isso, a torre com os seus mecanismos e a regularidade do som dos sinos impunha novos compassos à vida do trabalhador e do comerciante. Assim, ultrapassando os efeitos condicionantes da luz do dia e das estações do ano, os sinos do relógio, pela uniformidade do seu toque, quase tinham a capacidade de determinar a existência urbana.

No início do século XVII, já os padre Jesuítas de Bragança pretendiam instalar um relógio na torre[194] da portaria. Em 1638, o mais tardar, o mecanismo já funcionava[195]. Porém, a Câmara também tinha os meios de marcar o correr do tempo.

Atendendo a que havia «pessoas malfazeijas», em 1619, os oficiais da Câmara estabeleceram algumas multas para os que manifestassem menos respeito pela coisa pública. Neste sentido, publicaram a seguinte postura municipal:

> «acordarão que a dita Camara pertence outrossim a ermida e capella de Santiago com a tore e sinos e emgenhos do relogio (e) que toda a pessoa de quallquer calidade que seija [...] nem atirem pedras aos tilhados nem subão a tore do relogio nem quebrem as portas nem tirem as telhas dos tilhados nem tirem pedras aos sinos [...] sob pena que aquelle que o comtrario fizer pagar de pena coatro mil reis pera acuzador e cidade[196]».

---

193 MUMFORD, Lewis - *Técnica y civilización,* Madrid, Alianza Editorial, 1971, pp. 30-31

194 Em 1601, o padre visitador, João Correia, deixou a recomendação: «A torre se cubrira e telhara com brevidade, e asi o sino do relopgio, como os mais sinos se porão e situaram do modo que pratiquei». MARTINS, Fausto Sanches, - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1559. Cronologia. Artistas. Espaços,* vol. I, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, p. 620

195 O visitador, Padre Diogo Pereira, prescreveu: «No relogio das horas se não bula, para se adiantar ou atrazar, sem necessidade muito urgente, polla nota que se pode aver na cidade nos que por elle se governão». *Idem, ibidem,* p. 637

196 B.P.A.D.B., *Posturas e acordos que se fizerão este anno de mil seiscentose dezanove annos na Camara desta cidade de Bragança,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, fls. 47-47v. No ano anterior lavrou-se a «Obriga do relogio», sendo Juíz o Licenciado João Teixeira de Morais, Vereadores, Bento Novais e Estevão Perestrelo, e Procurador António da Fonseca Carneiro: «Aos vinte dias do mes de Junho de mil seiscentos e dezoito nesta cidade de Bragança e na Camara dela estando hi os Juiz Vreadores e Precurador asima declarados perante elles paresseu Beltrão Alberto serralheiro e rellogeiro e per elle foi dito a elles Juiz Vreadores e Precurador que elle se obrigava a corer com o comserto do relogio e corer do sino todas as noites e nas festas da cidade repicar e corer o relogio per tempo de hu anno que comesar a corer a vinte diasdo mes de Junho deste prezente anno e acabara per en outro tal dia do anno de mil e seis centos e dezoito per presso de doze mil reis pagos em duas pagas a saber per Pasqua e Sam Martinhoe llogo perante elles Juiz e Vreadores e Precurador paresseu Francisco Andres armeiro morador em Ergares termo da villa

A torre possuía dois sinos:

> «hum das audiencias, e outro grande, que peza cento e tantas arrobas de sonora voz, que serve de relogio e de clamor os officiaes à Camara[197]».

Seguindo Cardoso Borges, os edis entenderão mudar o relógio para uma torre na muralha, junto às portas de SantoAntónio, uma vez que a primeira estava bastante arruinada. Tendo em conta que a informação deste memorialista poderá ser datada de 1721, esta mudança, efectuada «haverá quarenta annos[198]», situa-nos em 1681.

Todavia, em 1690, Francisco Peixoto de Sá, servindo de Juíz, André de Morais Sarmento, Vereador, e Francisco de Almeida Figueiredo, Procurador da Câmara, mandaram apregoar a obra da torre dos sinos, já na entrada principal da cidadela. Anunciando o lançamento da obra, «com um ramo verde na mão em altas vozes», Domingos da Fonseca, na qualidade de porteiro da Câmara, percorreu as praças e ruas públicas para se inteirar da existência de outros interessados, visto que o mestre canteiro Martinho da Veiga tinha já feito um lanço de cem mil réis. Não havendo mais candidatos à sua execução foi, então, entregue ao mestre canteiro que se obrigava a fazê-la num período de dois

---

de Freixo de Espada Sinta e per elle foi dito a elles Juiz e Vreadores e Precurador que per coanto elle fiquara obrigado a que o dito Beltrão Alberto comsertasse o relogio e corese per elle per tempo de hu anno como constava da escritura elle se obrigava como de feito se obrigou a corer com o relogio e comserto delle per tempo de hu anno que começou a corer a vinte dois deste presente anno e acabara per outro tal dia do anno de seiscentos e dezanove per coanto o dito Beltrão Alberto não queira corer com elle e outrosim se obriga o dito Francisco Andres a corer o sino todas as noitescomo he custume e corer o relogio e repicallo em todo anno e lhe darão per todo o anno doze mil reis pagos em duas pagas a saber Pasqua e Sam Martinho e elle se obrigava a tudo cumprir per sua pesoa e bens avidos e per aver e llogo pareserão Esteves Perestrelo da Camara e disse que elle fiava ao dito Francisco Andres e que elle corese com o comserto do relogio e corer do sino e festas da cidade ripicallo e corelo per tempo de hu anno como dito he e a iso obrigava sua pessoa e bens e assinarão com elles Juiz e Vreadorese Precurador estando testemunhas presentes o Licenciado Manoel de Faria cidadão desta cidade e Sebastião Rios morador nella e eu Atonio Gomes Mena escrivão da Camara o escrevi. a) Francisco; a) Novais; a) Faria; a) Batião Roiz; a) Perestello». *Idem, ibidem,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 4, fls. 16v-18

197 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 27

198 *Idem, ibidem,* fl. 27

meses. Para a sua execução, recebeu a soma de quarenta mil réis a título de primeiro pagamento[199].

O prazo estipulado para a obra parece-nos demasiado curto. Dois meses não seriam suficientes para a fábrica de uma torre, mesmo que se tenha em conta a simplicidade de linhas. Por outro lado, uma obra deste tipo também não consente um número ilimitado de trabalhadores.

Nesta medida, julgamos que a obra em causa tinha como objectivo a consolidação da estrutura já existente, sendo na ocasião reforçada com panos curvilíneos de parede. Esta nova configuração seria, de resto, assinalada pelo capitão engenheiro Gioze Maria Cavagna, no momento (1763) em que levantou a «Planta de Bragança[200]». Representando a planta da torre do relógio, marcou uma estrutura de recorte quadrangular na qual se inscreviam os perfis curvilíneos resultantes das obras efectuadas elo mestre Martinho da Veiga.

9.3. A estalagem

As estalagens eram casas destinadas a «agasalharem» os viajantes, assegurando-lhes as comodidades possíveis a quem está em trânsito, isto é, cama e alimentação. As cavalgaduras encontravam também aí o abrigo e a subsistência necessária.

Provavelmente com a intenção de zelarem pela higiene destes estabelecimentos, os responsáveis da edilidade bragançana publicaram , em 1620, uma postura que penalizava em dois mil réis os estalajadeiros que nas estalajens tivessem porcos ou galinhas. Em 1682, outra determinação do mesmo orgão, impunha:

> «os estalajadeiros terão o seu aranze e não darão estalaje sem licença da Camara e terão suas taboas dependuradas as janelas com o letreiro que digua etalaje com licença da Camara e não sendo asi encorera nas penas de dous mil reis[201]».

---

199 B.P.A.D.B., GA., ALL, Cx. 1, Lv. 5, fls. 95-95v
200 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 928 - 1 - 4A. 8
201 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos desta cidade,* Cx. 1, Lv. 5, fl. 4v

Com excepção destes apontamentos, são desconhecidos outros elementos essenciais que permitam circunscrever os limites do exercício desta actividade, que em alguma localidades possuía um regimento próprio. Em Fronteira, por exemplo, o «acordão sobre o regimento dos estalajadeiros[202]» explicitava um conjunto de normas reguladoras cujo âmbito abrangia a proibição de os estalajadeiros alugarem ou emprestarem os animais que abrigavam, ou o tabelamento dos preços de alguns produtos alimentares, incluíndo o modo de preparação, e outros consumíveis necessários para a iluminação - ovos, sardinhas, galinhas, coelhos, etc., velas de sebo, candeias com azeite. Os preços de «cama» dupla ou «singela» com a respectiva roupa, ou ainda de «huma esteira para dormir em sima della», eram igualmente regulados. Do mesmo modo, a necessidade de limpeza, a obrigatoriedade de iluminação nocturna na frente da casa, bem assim como os procedimentos que se deviam observar no caso de faltar alguma coisa aos hóspedes, constavam no rol de requisitos necessários para a Câmara conceder licença para a abertura de uma casa com esta função.

A obrigatoriedade de as estalagens estarem «providas de todo o nesseçario», encontra confirmação nas memórias de Charles Fréderic de Merveilleux. Este médico e naturalista suiço, lamentando-se do tratamento recebido nas estalagens, que por acréscimo faziam «pagar caro o péssimo alimento que se come[203]», refere:

> «Em Espanha temos a facilidade de comprar tudo o que desejamos e prepará-los à nossa maneira; não acontece o mesmo em Portugal, onde os estalajadeiros fornecem tudo[204]».

Enquanto peça de mobiliário, a cama estava ausente. Colchões ou esteiras no chão[205] bastavam então aos viajantes para retemperar as forças das

---

202 PINA, Fernando Correia - *Os ofícios mecânicos em Fronteira no tempo de Pombal,* in «A cidade. (Estudos sobre o séc. XVIII)», nº 7 (Nova Série), Portalegre, Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, 1992, pp. 87-88

203 CARVALHO, Ayres - *D. João V e a arte do seu tempo. As memórias D'El Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux,* s/l., Edição do autor, s/d., p. 138

204 *Idem, ibidem,* p. 137

205 *Idem, ibidem,* p. 119

longas caminhadas. Narrando a sua estada numa hospedaria de Coimbra, Merveilleux conta-nos da ausência de colheres e garfos, numa mesa que só tinha «uma faca que atiravam uns aos outros depois de se terem servido[206]».

Os usos e costumes da estalagem de Bragança não deviam ser diferentes das que pelo país davam guarida aos que, deslocando-se de umas terras para outras, a ela precizavam de recorrer. Infelizmente, não conhecemos elementos que nos aproximem da realidade vivida.

Em todo o caso, uma ecritura de prazo que o Doutor Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa e sua mulher, assinaram na qualidade de emprazantes, em 1781, com António José Cordeiro e sua mulher, Angélica Maria, permitem-nos dar uma imagem do edifício da estalagem que era constituída por:

> «huma morada de cazas chamada a Estalagem Real, com outra morada de cazas ao pé de hum sobrado somente sitas Fora das Portas do Cabo desta cidade de cujas cazas da Estalagem são de dous sobrados[207]».

O rés-do-chão, compunha-se do seguinte modo:

> «metido na escada de cantaria da rua, hum sotãozinho, e na entrada da primeira cavelharice hum quarto de despejo, e suas manjadouras compridas e feitas de pedra, e paredes todas cheias de argolas de ferro[208]».

---

206 *Idem, ibidem,* p. 103

207 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 96, Mç. 22, fls. 71-78; em 1761, a casa da estalagem pertencia a Francisco Soares e sua mulher, Maria Franca. Neste ano, precisando de contrair um empréstimo, Francisco Soares hipotecou aos credores Domingos Pires Aires e sua mulher, Francisca de Sousa, «humas cazas que elles devedores tem e pusuem citas na rua do Loreto - (algumas vezes esta rua é também designada por rua de Fora de Portas do Cabo) - que são as de sua morada e servem de estalagem [...] com seu quintal pela parte de tras».B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 12, Mç. 4, fls. 62v-63; em 1767, a viúva de João Ferreira Sarmento de Lousada, D. Maria Leonor e seu filho, João Ferreira Sarmento Pimentel, emprazaram a Francisco António Fernandes e mulher, Inês Teresa, «huas cazas que administra e são pertencentes do morgado do dito emprazante sitas na rua do Loreto desta cidade logo deante da estalagem que foi de Antonio Gonçalves (da povoação) do Brito». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 113, Mç. 26, fls. 100-100v; em 1791, ainda pertencia a Bernardo baptista da Fonseca e Sousa: «huas cazas sitas Fora das Portas do Cabo (...) partem de huma parte com a estallage de Bernardo Baptista». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 124, Mç. 29, fls. 63-64v

208 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 96, Mç. 22, fls. 71-78

No primeiro sobrado, tinha os compartimentos que se seguem:

> «huma sala de entrada, com dous quartos, que deitão os portais para a mesma, hum delles janella para a rua, e mais outra salla que tãobem deita porta para a primeira, com sua janella para a trazeira, e porta para a baranda [sic] que tem para a mesma parte, e mais hum quarto com sua alcova, que deita porta para esta segunda salla e janella para a dita varanda[209]».

Relativamente ao estado de conservação do primeiro andar:

> «tudo esta muito bem sobradado e forrado, e revocado de novo[210]».

No andar «de cima», tinha:

> «huma salla que deita huma porta para a varanda da frente das mesmas cazas, huma alcovinha na sobreaescada [sic], em que se faz huma cama, e na mesma sobrescada, hum armario com suas portas e fichadura e tem mais quatro quartos, hum logo no alto da escada sem luz, outro grande imediato, com hum mais piqueno no interior delle, este com huma janella e aquele com duas, que deitão todas para traz, e ambos muito bem forrados de novo[211]».

Ainda no segundo andar , «em principio de serem forrados de novo», havia:

---

209 *Idem, ibidem*
210 *Idem, ibidem*
211 *Idem, ibidem*

«mais outros dois quartos, hum que deita janella para a varanda de cima, e outro sem luz[212]».

«As cazas baixas que se achão unidas a estas», isto é, a casa de um sobrado situada junto à estalagem, possuíam no piso térreo uma «loge» com «huma mangedoura» somente. Porém, no sobrado havia:

«huma cozinha unida a ella huma alcova feita com seu taboado de madeira, e na mesma cozinha ha hum taboado que devide outra caza para a trazeira[213]».

Servindo de palheiro, esta casa «trazeira» tinha um piso inferior, onde:

«ha uma cavallarice com sua manjadoura feita do mesmo modo que as outras, e tem huma porta para a trazeira[214]».

9.4. O Aljube

Enquanto prisão eclesiástica, o Aljube localizava-se na cidade cabeça da diocese, o que significa que Bragança só passou a contar com um edifício afecto ao desempenho destas funções após a mudança da diocese, efectuada em 1764. Antes desta data, localizava-se em Miranda do Douro, tendo a sua construção sido iniciada em 1725, ano em que o tabelião José de Morais lavrou no seu escritório de Miranda do Douro, em 5 de Outubro, «a escritura da casa do Aljube[215]».

Contudo, em 1737 ainda a obra não estava acabada porque o Bispo D. João de Sousa Carvalho, pouco tempo antes de falecer, destinou algum dinheiro para se ultimarem as obras.

Com a transferência da diocese para Bragança, o Aljube de Miranda do Douro, ou melhor, as grades desta cadeia constituíriam o exemplo

---

212 *Idem, ibidem*
213 *Idem, ibidem*
214 *Idem, ibidem*
215 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 30, doc. s/nº. fl. 2

paradigmático não somente do relacionamento de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques com os mirandeses mas ainda da sua firmeza quando se tratava de tomar decisões que, por vezes, iam ao ponto de afrontar a população daquela cidade.

Em 17 de Dezembro de 1766, o Aljube de Bragança ainda não tinha sido principiado, como decorre do articulado da petição «apresentada em Miranda por parte do Procurador da Mitra»:

> «Diz o Procurador da Excellentissima Mitra deste bispado que sendo precizo edificarse na cidade de Bragança huma caza de Aljube, ou prizão por conta da mudança que para a mesma cidade se fez por ordem de Sua Magestade da Cathedral[216]».

Relatando o mesmo documento a vontade de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques em «se lhe dar principio», aponta igualmente as ordens do Bispo e a oposição dos mirandeses:

> «foi servido mandar que se conduzissem, as grades do (Aljube) que estava nesta cidade (de Miranda) visto não terem já serventia para aquella, e andando com effeito alguns officiais na diligencia de tirar as ditas grades logo por ordem de Vossa Merce forão citados para mais não bolir nellas com pena de prizão e seis mil reis[217]»

Perante os argumentos do representante de D. Frei Aleixo de que:

> «tais grades são proprias da Excelentissima Mitra asim como o he tambem a caza, em que ellas estão sem que o povo, nem outra pessoa algua tenha nada com ellas[218]»,

---

216 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Petição apresentada em Miranda por parte do Procurador da Mitra*, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/n°, s/fl.
217 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Petição apresentada em Miranda por parte do Procurador da Mitra*, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/n°, s/fl.
218 A.N.T.T., Ministério do Reino, *Petição apresentada em Miranda por parte do Procurador da Mitra*, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/n°, s/fl.

o Juíz de Fora de Miranda do Douro, Inácio Teodósio Rodrigues de Santa Marta Soares, não concordando com aquela posição, e escudado nos protestos dos mirandeses - o Procurador da Câmara já lhe tinha apresentado um «requerimento» «em nome da nobreza, e seu povo para effeito de mandar-lhe suspender aquella acção - resolveu, em 1767 (22 de Maio), dar conhecimento do assunto ao Conde de Oeiras, procurando assim evitar que o Bispo pudesse «tirar as grades do Aljube desta cidade e condozillas a de Bragança[219]».

Na exposição apresentada ao Conde de Oeiras, o Juíz de Fora refere:

> «O Bispo, valendo-se da proteção do Brigadeiro D. Duarte Smith, o qual escrevendo-me imperativamente para que eu houvesse de mandar entregar as ditas grades, e consentir na sua extração[220]».

Porém, a falta da «circunspecta insinuação» do futuro Marquês de Pombal, impossibilitavam Inácio Santa Marta Soares de corresponder aos desejos do prelado e do «Governador das Armas desta Provincia», seu aliado militar, circunstância que, de resto, era aproveitada para ganhar tempo, procurando desta forma inviabilizar que as grades do Aljube de Miranda fossem arrancadas e, à semelhança de outros bens pertencentes à Sé, transportadas para Bragança.

Estes decidiram passar à acção através do «Ajudante das Ordés do mesmo Brigadeiro», Luis António de Freitas, que, no terreno, dirigia as operações:

> «cercando o Aljube com hua Companhia de Granadeiros, e fazendo travalhar com força varios soldados no arrancamento das grades delle. [...] continuou esta manufactura e destruição de a tarde do dia 15 e toda a noite athe a madrugada do dia 16 com tumultuozo motim e dezordem entre os mesmos soldados andando ao mesmo tempo pellas mais ruas da terra, outros em patrulhas ameaçando-lhe

219 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/nº, s/fl.
220 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/nº, s/fl.

a sua total ruina não chegando a violar o respeito das cazas dos paizanos para lhes tirar as ferramentas precizas para aquella destruição e dando cauza a maior inquietação se da parte dos moradores da cidade não houvesse submissão, e respeito á justiça com que os administro[221]».

As declarações de João Alvares dos Santos, «natural e morador de Miranda», testemunha no processo de averiguações levantado pelo Juíz de Fora da mesma cidade, são ainda mais elucidativas:

«E preguntado a elle testemunha pello contheudo no auto retro que lhe foi lido e declarado por elle Doutor Menistro disse que sabe pello seu ver e prezenciar que sendo no dia 15 do corrente mencionado no dito auto das sinco para as seis da tarde entrara para a praça desta cidade a Companhia de Garnadeiros [sic] formada e logo posta pelo seu offecial maior em huma linha sercara as cazas do Aljube que fazem frente para a mesma praça e para a praça da Mizericordia e rua da Alfandega e que dentro da mesma linha estavão mais soldados com escadas que deitarão a baranda do mesmo Aljube e janellas ahonde prencipiarão com picos picaretas martellos e outros instromentos a demolir as mesmas janellas e quebrar as mesmas cantarias para efeito de tirar todas as grades dellas e dita baranda que por todas herão catorze ordeins[222]».

Sabemos ainda que:

«(aos) moradores (de Cércio) do termo (de Miranda) foram tirados carros para o transporte das grades á força da maior violencia»,

221 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/nº, s/fl.
222 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/nº, s/fl.

Para esse efeito, foram deslocadas para aquela povoação, «duas escoltas de soldados».

Do edifício[223] que se construiu em Bragança, na rua designada por Fora de Portas, nada se sabe, para além de que ostentava[224] as armas de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

9.5. A cadeia civil

Inicialmente sediada na Vila[225], numa casa que tinha sido sinagoga da comunidade judaica, acabaria, em resultado dessa longa permanência, por se fixar na toponímia com o nome de «cadeia velha[226]». Posteriormente a zona da cidadela seria abandonada estabelecendo-se, primeiro na proximidade da praça de S. Vicente e mais tarde em plena praça que ajudava a enquadrar. Aqui se manteria quase até aos nossos dias.

---

223 Sem data nem assinatura, veio à nossa mão o seguinte documento:
«Rol das geiras e madeiras e pregos que se gastaram no Aljube para se fazer hua escada e hua porta e o tapamento da escada

sinco caibros e meio de castanho para a escada e tapamento	550 rs.
mais as taboas da escada	520 rs.
mais tres taboas que se gastaram para se fazer a porta e o tapamento e as trabeças da porta	430 rs.
mais huas missagras para a mesma porta	100 rs.
mais hua taboa de forro de castanho para forrar a trabe da entrada da porta	120 rs.
mais duzentos e qorenta reis de pregos	240 rs.
mais sinco geiras	1000 rs.
Soma salbo erro de conta	2960 rs.».

B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 43, s/fl.

224 ALVES, Francisco Manuel - T. VI, *ob. cit.*, p. 750

225 «Em esta cidade havia antigamente judeos, e tinhão sua sinagoga, demtro dos muros do castello; e depois que os judeos se abzentarão, ou receberão baptismo, possuio estas cazas da sinagoga o alcaide mor Lopo de Souza e sua molher D. Beatris de Albuquerque e o Senado lhas comprou para servisem de cadea». BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 205v. Mais explícito é o *Titolo da compra das casas da cadeia, que haviam sido sinagoga dos judeus e judias*, publicado pelo Abade de Baçal. Segundo este documento, em 1503 os oficiais da Câmara compraram a Lopo de Sousa «do consselho del rrei nosso senhor e aio do senhor Ducque governador de ssuas terras e alcaide moor e capitam da dita cidade e da billa Douteiro e fronteiro na comarca de Tralos Montes pello dito senhor Ducque as cassas de cadea» mas dando como paga a Lopo de Sousa e sua mulher «as cassas em que ora estam os pressos» que se cumpunham de «lojeas e ssobrado». ALVES, Francisco Manuel - T.III, *ob. cit.*, pp. 198-200.

226 No sítio da sinagoga a «que hoje (1721-1722) chamão cadea velha [...] so existe hum poço». BORGES, José Cardos - *ob. cit.*, fl. 205v. ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.*, p. 254

Em 1723 celebrou-se uma escritura em que Francisco Xavier Nunes, procurador do doutor Inácio Fernandes Biscaínho e de sua mulher, Maria Borges, vendeu a José Alves e mulher os bens de raíz que tinham pertencido ao padre Diogo Branco. Entre estes contava-se a casa em que este clérigo tinha morado. Situada na Costa Pequena, interessa-nos particularmente porque à luz do mesmo documento uma das suas confrontações refere «a cadeia que vai para a rua da Amargura[227]». Por conseguinte, podemos estabelecer que naquela data, a casa que servia de cadeia se situava entre a Costa Pequena e a rua da Amargura.

A sua localização entre estas duas ruas devia ser consequência das diligências efectuadas em 1594 pela Câmara de Bragança junto do Duque, no sentido de se construir uma nova prisão visto que a existente nesta data, além de ficar «fora de mão», não oferecia garantias de segurança. Para obviar estes inconvenientes, o Duque de Bragança, em carta endereçada aos Juíz, Vereadores e Procurador da cidade, deu indicações para se fazer uma cadeia capaz e que se deveria localizar «por cima de S. Vicente», como se pode ler no seguinte documento:

> «Sou enformado, que por ser muito fraca a cadea dessa cidade, e istar no cabo della, fogem ordinariamente os prezos, e que por isso se não pode fazer justiça dos malfeitores, de que se segue não haver emmenda, nem temor a justiça, porquanto que me parece necessario que se ordene logo fazer outra cadea tam forte que os prezos estejão nella seguramente. E por esta enformação que tenho, entendo que se deve fazer no meio dessa cidade por cima de S. Vicente aonde esta vago hu sitio, que he para isso muito bom. Encomendovos muito que o vades logo ver levando convosco officiaes que o entendão aos quais mandareis fazer hu debuxo do ditto sitio, e da cadea que determinardes que se faça nelle com avaliação do que a obra custar. O qual me mandareis logo para eu o ver e vos dizer o que me parece. Espero que façais esta diligencia com toda a

227 Esta casa confrontava «de hua parte com Antonio Senteno e da outra com a cadeia que vai para a rua da Amargura». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 1, Mç. 1, fls. 78v-80v

brevidade para que com ella se possa fazer a ditta cadea pella ordem de que vos mandarei avisar[228]».

Em 1671, foram os presos transferidos[229] para a torre de menagem do castelo porque a ruína da cadeia contrariava a segurança que dela se pretendia. Por esta razão, treze anos mais tarde o cárcere seria sujeito a obras de reparação ou então ao lançamento de um novo projecto construtivo. Embora o documento não seja esclarecedor neste particular, o facto de a obra ter sido apregoada pelas praças e ruas públicas faz-nos pensar que uma ou outra solução estava em marcha, como se pode concluir da decisão tomada em reunião de Câmara:

«Aos sete dias do mes de novenbro de mil e seisentos e oitenta e quatro annos nesta cidade de Bragança e casas da Camera della onde pareseu presente Domingos Esteves desta cidade e per elles foi ditto que elle tinha lamçado desaseis mil reis per andar a cadeia em pregam os dias detremenados pella lei pelas praças e ruas publicas desta cidade e nom aver quem nella menos lançase mandaram faser seu termo de arematasam nos ditos desaseis mil reis e que da sua obrigaçam delle se fesese termo no libro das obrigas de que se fes este termo[230]».

Às cadeias anda normalmente associado o problema da guarda dos presos porque não havendo carcereiro costumava a cidade:

«vexar os moradores della com as goardas a que os obrigavam na falta dos crasereiros e os mais moradores dos ourollos que perdiam

228 Escrita em Vila Viçosa pela mão de Marcos Pacheco esta carta é datada de 2 de Dezembro de 1594. B.P.A.D.B., Manuscritos Antigos, vol. 5, fl. 156

229 LOPO, Albino Pereira - *ob. cit.*, p. 90

230 Sendo escrivão Estevão de Barros, este documento é assinado por Francisco Peixoto de Sá, António da Ponte Galego e José de Morais Madureira. B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos ordinarios da Camera desta cidade,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fl. 24

> muito de suas fazendas em verem ter em cuidado da dita cadeia[231]».

Para evitar ou pelo menos minorar os prejuízos causados aos moradores do termo, comprometeu-se, em 1685, a Câmara a dar anualmente ao alcaide-mor, Lázaro de Figueiredo Sarmento, 20.000 réis para que com esta quantia pudesse haver um carcereiro «capas e sufeciente[232]» para tomar conta da cadeia. Em resultado deste acordo também «os ourollos nam ser(i)am obrigados a goardar mais das vinte e coatro oras [sic] a dita cadeia[233]».

Em 1732 já esta cadeia se mostrava inadequada para cumprir a sua função «pela damnificação em que se acha(va)[234]». Por isso o monarca, em consequência da exposição que o juiz de fora lhe tinha apresentado, mandou conduzir os três presos que no momento havia «para a Relação do Porto com toda a segurança[235]» dando ao mesmo tempo instruções para a sua reedificação.

Em Dezembro de 1757, João de Morais Pimentel apresentou um requerimento, solicitando a sua transferência da cadeia de Bragança para a prisão da então vila de Gostei. A sua pretensão continha como pontos fortes, os seguintes argumentos:

> «a cadeia da ditta cidade aonde se acha he incapaz de se conservarem nella prezos enfermos, por ser muito humida, sombria, infezada pello sitio ser muito nocivo á saude, e sem comodidade para os enfermos, e tão bem muito desabrigada[236]».

Certificando a veracidade da matéria exposta pelo recluso, o tabelião Caetano de Prada Lobo, num documento datado de Outubro do mesmo ano, acrescentava ainda os incovenientes «de ter as latrinas dentro della sem se levarem pera fora» e algumas referências à sua dimensão:

---

231 B.P.A.D.B., *Livro dos acordaons e termos da Camera,* G.A., ALL., Cx. 1, Lv. 5, fls. 31-31v
232 B.P.A.D.B., *Idem, ibidem,* fl. 31v
233 B.P.A.D.B., *Idem, ibidem,* fl. 31v
234 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* fl. 205
235 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* fl. 205
236 A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 20, Cx. 22, s/fl.

«cadeia pequena e somente com duas cazas e sem repartimentos e muito fria, e desabrigada[237]».

Em 1758 voltamos a ter notícia de diligências efectuadas para se diminuírem os perigos a que a saúde e a vida dos presos estava sujeita «pello horrorozo estado a que se achava reduzida, aquella prizão[238]», onde normalmente estavam retidas mais de trinta pessoas. Nesta época já a cadeia ocupava um edifício situado em frente da igreja de S. Vicente. Obtida a concordância do Procurador do Estado de Bragança, a Junta dos Três Estados entendeu submeter à apreciação do monarca a informação do Juiz de Fora de Bragança sobre o estado da prisão e as propostas que adiantava para a sua reforma sempre com o intuito de se melhorarem as condições de internamento dos reclusos.

O edifício desenvolvia-se em dois pisos e as janelas que lançavam «para a parte do norte[239]» não deviam passar de pequenas aberturas porque «não tinha o ar movimento necessario para se purificar[240]». À luz do mesmo documento, no piso inferior, os presos «dormindo sobre a terra recebem(do) a humidade, e frio ao qual naquella terra apenas se resistia em hua caza com reparos[241]» eram vítimas de diversas e graves doenças. Os reclusos do piso superior, embora mais defendidos daqueles males, corriam o perigo «de quebrarem as pernas nos infenitos boracos, que tem o sobrado[242]». Em resultado de a cadeia não ter «nenhum daquelles lugares, que a natureza fas indispençaveis, e o respeito impedia nomear[243]» amontoava-se a sujidade até que alguma pessoa das aldeias vizinhas obrigadas à sua limpeza fosse executar esta tarefa.

Propunha o Juiz de Fora que «em cada huma das quatro cazas da cadea se podia abrir huma janella para a parte do rio[244]» em correspondência com as aberturas do lado norte. Possibilitando a circulação e a renovação do ar tais aberturas permitiriam ainda que os presos pudessem receber os benefícios da

237 A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 20, Cx. 22, s/fl.
238 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
239 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
240 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
241 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
242 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
243 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
244 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.

exposição solar. Outro melhoramento proposto consistia no aproveitamento da água das chuvas e das excedentes da fonte implantada na praça de S. Vicente, à «distancia de quinze ou vinte paços» da cadeia. Para isso, bastaria conduzir a água para a cadeia por um cano «de medida proporcionada» permitindo a sua utilização pelos presos. A estas propostas acrescentavam-se as necessidades de se consertar o sobrado, fazerem estrados para as enxovias e ainda a urgência «de picar e rebocar as paredes».

Considerando a envergadura da intervenção proposta, seriam, na opinião de alguns oficiais; necessárias quantias que rondavam o valor de 500.000 réis, mesmo tendo em conta que «os carretos ser(i)ão feitos pellos povos que erão obrigados á lempeza da cadea[245]». Contudo, acrescescenta-se que «a duração da obra, e a segurança da prizão precizavão de maior despeza[246]».

Bastando apenas para as despesas ordinárias, o rendimento da Câmara não era suficiente para suportar a totalidade dos encargos. Por isso seria necessário o recurso ao lançamento de uma finta «repartida entre os cinco mil fogos, ou mais[247]» do termo da cidade. Desta forma, ouvindo-se «a Camera nobreza e povo» o porteiro da Câmara, Feliciano Pires, apregoou pelas praças e ruas públicas a provisão que Sua Magestade concedeu para com este imposto se angariarem os dois mil cruzados necessários para a execução da totalidade da obra.

De acordo com o Abade de Baçal, em 1788 o cárcere reclamava novas obras, pois que não sendo segura dela fugiam os presos. Nova provisão da raínha permitiu à Câmara «repartir pelos moradores da cidade e seu termo, sem excepção de pessoas ecclesiasticas ou privilegiadas, a contribuição em derrama de 300$000 réis[248]» que seriam aplicados nas obras da cadeia e também naquelas que a ponte do Loreto pedia.

---

245 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
246 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
247 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 521, Cx. 649, s/fl.
248 ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.*, p. 254

10. Acordos e condicionalismos legais

Desde o tempo de D. João IV que as Ordenações do Reino continham várias disposições relacionadas com matérias respeitantes a «edificios, e servidoens[249]», de cuja observância prática se incumbiam os almotacés, numa primeira fase, e «a justiça», caso a acção e poderes dos edis não não bastassem. Durante o século XVIII, seria este corpo legislativo que, no essencial, enquadraria a actividade construtiva.

Na obra «Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro», o seu autor, Valério Martins de Oliveira, definiu algumas regras que entendia fundamentais para o exercício daqueles ofícios. Tratando matérias diversificadas como «os elementos de Euclides» ou as «taboadas geraes para com facilidade se poder medir a obra do officio» das respectivas bandeiras, não se esqueceu de referir o alcance e necessidade dos mestres conhecerem as normas regulamentadoras da construção, evidenciando as matérias específicas contempladas na «Lei do Reino», que pela sua importância «qualquer official (era) obrigado a saber». Pragmático, explicitava a sua ideia:

> «para que [...] os officiaes, que edificão os edificios, para se não chamarem à ignorancia; e os peritos, que vão judicialmente às vestorias, discorrão com os Doutores por este meio, pois composerão tantos, e varios livros, para nos ensinarem a pratica para julgarmos com sãa, e boa consciencia o seu a seu dono[250]».

---

249 «conhecerão das demandas, que se fizerem sobre o fazer, ou não fazer de paredes de casas, de quintaes, portaes, janellas, frestas, e eirados, ou tomar, ou não tomar de agoas de casas, ou sobre meter traves, ou qualquer outra madeira nas paredes, ou sobre estercos, e immundicias, ou agoas que se lanção, como não devem e sobre canos, e enxurros, e sobre fazer de calçadas, e ruas». Oa almotacés tinham ainda outras competências: «embargar a requerimento de parte, qualquer obra de edificio que se fizer dentro da Villa, ou seus arrabaldes, pondo a pena que lhes bem parecer, até se determinar a causa, por direito. E a pessoa que depois do ditto embargo fizer mais obra sem mandado de Justiça, que para ello tenha poder, incorrerá na ditta pena, e desfarse-ha toda a obra, que assi depois fez, posto que mostre, que de direito a podia fazer». *Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas e estabelecidas pelo Senhor rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V,* Lisboa Oriental, No Real Mosteiro de São Vicente dos Conegos Regulares de S. Agustinho, 1727, pp. 528, 529

250 OLIVEIRA, Valério Martins de - *ob. cit.*, p. 183

Por outro lado, o conhecimento da «Ordenação do Reino» era uma condição de garantia e segurança da actividade. Assim:

> «todo aquelle, que julgar, e edificar na fórma, que ella aponta, não tema, que se engane; mas sim edifica mui seguro, livre de encargos, pois he Lei do Reino; e a melhor lei he sabella observar[251]».

As disposições das Ordenações, respeitantes a edifícios e servidões tendo consequências óbvias sobre a resolução dos diferendos entre as partes, orientavam também os que, sendo reticentes no apelo à justiça, procuravam através do diálogo a resolução dos seus problemas. Nesta medida, terá interesse atentarmos em alguns acordos notariais em que se dirimiam assuntos relacionados com a habitação ou se procurava acautelar potenciais conflitos, ou ainda se melhoravam as suas condições.

O primeiro exemplo respeita a «huas cazas (nobres) sitas na praça do Colegio», pertencentes em 1771 a João Ferreira Sarmento Pimentel, e que confrontavam de «huma parte com cazas de Andre Ferreira de Moraes Figueiredo e da outra com Bernardo Joze Franco».Nos termos do acordo então celebrado, João Ferreira Sarmento Pimentel vendia a Bernardo José Franco:

> «todo o dominio e acção que elle vendedor tem e pesue em hua janella que elle vendedor tem, na parede das ditas suas cazas sobre o tilhado do sobredito Bernardo Joze, de forma que se lhe tirara a grade de ferro, que tem, e lemiares de cantaria, e se tapará, de forma que em nenhum tempo se podera abrir, como tambem podera o sobredito Bernardo Joze a todo o tempo que o mesmo quizer levantar as suas cazas e meter na parede das cazas delle dito vendedor todas as traves, e paos que forem necessarios para haver de se levantar as cazas delle dito comprador de forma que as podera por iguais com as delle dito vendedor[252]».

---

251 OLIVEIRA, Valério Martins de - *ob. cit.*, p. 184
252 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 63, Mç. 15, fls. 30-30v

Outro acordo, refere-se a uma «escritura de obrigação que faz Caetana Agostinha, viuva, a Manoel Caetano e sua molher Tereza Agostinha». Celebrado em 1773, previa:

> «as cazas confrontantes para o campo das Eiras do Collegio onde o melitar fas a parada e não podera de sorte nenhuma tapar a porta do meio que serve de pasagem do dito campo para a rua Direita desta cidade que atravessa as loijas e cazas della sobredita e do dito Manoel Caetano que he prazo de Francisco Antonio da villa da Barca porem com condição que elle Manoel Caetano se há de servir de huma loija que hé da caza della dita viuva para recolher a sua besta em todo o tempo que a conservar, porem tambem elle Manoel Caetano há de concentir em todo o tempo que ella viuva viver nas referidas cazas, e ouver a dita passagem de lhe deixar vender o seo vinho e pam na loija da caza delle Manoel Caetano que deita para a rua Direita sem lhe poder entrevar como tambem huns e outros se hao de servir da adega em comum com (*) união que lhe pertença das cazas delle Manoel Caetano e tambem se sugeita a sua molher a que a dita viuva conserve sempre em seo poder a chave da dita adega isto hé estando nesta cidade de dia e de noute porem indo fora sera obrigada a deixarlha a elle Manoel Caetano e molher na forma já dita[253]».

Em 1774, Leonor Inácia Joaquina, orfã de Salvador Mendes Pissarro, acordava, por intermédio do seu tutor Álvaro Carneiro Henriques, com Henrique José Gabriel, a resolução de problemas causados pelas águas pluviais que prejudicavam a casa, que tinha herdado de seus pais. Localizada na rua rua Direita, confrontava esta habitação com:

> «cazas de Henrique Joze Gabriel em que vive Lazaro Alves, e com cazas de Francisco Xavier da Costa Silva».

---

[253] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 95, Mç. 22, fls. 81v-83

Sabendo-se que o que estava em causa era «a parte de tras» da residência de Leonor Inácia, a pretensão desta visava:

> «facilidade de poder levantar a sua caza pela grande utilidade que se lhe segue de dar corrente as agoas do telhado que todas se lhe metião na dita caza lhe apodrecião a madeira[254]».

Em troca, Leonor Inácia concedia:

> «que a todo o tempo que o dito Henreque Jozé Gabriel quizesse levantar as suas o possa fazer sem que sirva de embaraço o tirar a vista da varanda da caza da suplicante para a parte do tilhado do dito suplicado[255]».

Para «evitar duvidas e contendas tanto ao prezente como para o futuro», em resultado de obras na casa contígua, é que Carlos Sebastião Teixeira Chaves e sua mulher Bárbara Rosa fizeram, em 1777, assinaram um acordo com António Mateus Ferreira e sua mulher. Seguem-se os motivos e condições:

> «compustura com que elles outrogantes andão em huas suas cazas, que tem junto as do dito Antonio Matheus se obrigão as condiçoins seguintes que no cazo, de que a parede que serve de outão entre as cazas de huns e outros se aruine ou venha cahir athe o tempo de sincoenta annos por conta do acrecimo que lhe fizerão serão elles ditos outrogantes obrigados a levantalla a sua propria custa asim com tambem elles outrogantes sera obrigados a segurarlhe as agoas daquella mesma parte de forma que em nenhum tempo lhe possão cauzar prejuizo nas suas cazas[256]».

---

254 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 115, Mç. 27, fls. 94v-95
255 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 115, Mç. 27, fls. 94v-95
256 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 65, Mç. 16. fls. 54v-55

A abertura de uma janela, com condições, levou ao escritório do Tabelião António José de Carvalho Macedo, em 1781, o reverendo Caetano José Saraiva e Laureano de Sá Leão. De acordo com o texto da escritura, ficamos a saber que:

> «o Reverendo Doutor Caetano Joze Saraiva tinha interesse de abrir huma ginnella sobre o tilhado da caza do dito Lauriano de Sá Lião na que pusue na rua Dalfandiga porem que não podia fazer sem expreço concentimento do dito Lauriano de Sá Lião o qual disse que gratuitamente lhe deixava abrir a dita ginela com condição porem que desta ginella senão há de otelizar mais que tão somente para lhe dar luz sem que por ella poça lansar outra alguma elle ha de por a sua custa huma grade de ferro com a largura dos ferros que he custume e a todo tempo que elle dito Lauriano de Sá Lião e seos erdeiros e ainda algum emprazante ou comprador das referidas cazas as queirão levantar sem a menor repugnancia sem a isso por duvida o dito Reverendo Doutor Caetano Joze Saraiva e seos sucesores ou quem a vier a pesuir a dita caza a sua conta e risco hão de tapar a referida ginella na forma que antes ouvera para levantar e bennificiar a sua caza delle dito Lauriano de Sá Lião a todo o tempo que lhe convier[257]».

O acordo seguinte, lavrado em 1782 entre José Inácio Pissarro e sua mulher, Joana Maria, na qualidade de vendedores, e Gabriel Ribeiro, comprador de uma casa «sahindo das Eiras hindo para a rua dos Quarteis na fronteira do asougue da Camara», deixando-nos adivinhar a trama complexa de que por vezes o tecido urbano se revestia, dá-nos ainda um exemplo de um

---

257 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 21, Mç. 6, fls. 11-12. Numa escritura de venda, celebrada em 1794, em que intervieram o Doutor Caetano José Saraiva, na qualidade de emprazado, o Doutor Tomás Luis António Leitão, na qualidade de emprazante, e a compradora do prazo de uma casa, Mariana Custódia da Silva, o Reverendo Caetano Saraiva afirma: «ele havia feito a dita compra (do prazo a Domingos Pires e mulher, por treze moedas de ouro de 4.800 réis), com o fim principal de comprar ou adquirir a servidão de huas janellas que dão (para as) cazas de sua morada que ficão contiguas as quaes forão abertas para a parte do poente por favor e merce que lhe havia feito Laureano de Sá Leão». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 102, Mç. 24, fls. 128-129v

processo que recorria a «boeiras», isto é pequenas aberturas destinadas à iluminação interior. Assim, e de acordo com a escritura:

> «declararão os ditos vendedores que para o quintal das cazas de sua morada deita a tal caza vendida hua porta e janella e que estas as poderão tapar quando bem lhes parecer a elles ditos vendedores e que podera o comprador abrir as boeiras que bem lhes parecer no tilhado para lus da mesma caza[258]».

Outras vezes eram questões de demarcação de quintais e casas as fontes de contendas entre vizinhos. Conseguida uma solução de entendimento satisfatória para as partes, mas existindo dúvidas sobre a palavra dada, mandava-se passar ao papel. Foi o que sucedeu, em 1790, entre António Manuel de Almeida e sua mulher, Vicência Quitéria de Morais, e Domingos Rodrigues e Bárbara Pires, sua mulher. Com a finalidade de:

> «evitar duvidas e contendas com Domingos Rodrigues e sua mulher da mesma cidade sobre a demarcação dos quintais das cazas de cada hum delles estavão contratados em aquelles largarem a esta o asento da parede do seu quintal que confina com o destes e tambem a pedra da parede secca, e tambem outro bocado que ja se acha feito de pedra e barro, para os mesmos Domingos Rodrigues e mulher poderem concluhir hua caza que de novo andão fazendo, com a clausulla e condição de que estes depois de concluida a parede da dita caza confrontante com o dito Antonio Manuel de Almeida e mulher, querendo estes ou seus erdeiros fazer de novo alguas cazas no dito sitio, ou outra qualquer obra, metendo nella madeiras, e tudo o mais que for percizo, o poderão fazer livremente sem para isso sejão obrigados a dar couza algua do custo e despeza que agora fazem os ditos Domingos Rodrigues e mulher com a nova parede da sua caza[259]».

---

258 B.P.A.D.B., Nuc, Not., Lv. 67, Mç. 16, fls. 1-1v
259 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 69, Mç. 17, fls. 82-83

Da colectânea de normas sobre a legalidade da actividade construtiva que Valério Martins de Oliveira deu à estampa, uma delas estabelece:

> «Que qualquer pessoa possa abrir na sua casa janella, ou porta virada para a estrada, ou rua publica, com tanto, que não offenda em nada ao visinho esta factura; porque se esta janella, ou porta, for feita virada, ou defronte de outra qualquer porta, ou janella da alhea casa, ou tambem para outra qualquer quinta, horta, ou jardim, com cujo facto se possa descortinar o que cada hum em sua casa passa, ou pessoas femininas dellas, ou tambem se devassar pessoas ecclesiasticas, religiosos, freiras, e frades; poderá ser proibida a factura, conforme o texto: Nada se deve fazer em prejuizo de, devassar qualquer casa, entendendo-se, que se não póde fazer porta, ou janella virada para outra qualquer[260]».

Da expressão deste princípio que protegia as comunidades de freiras decorria uma proibição, cujos termos impunham:

> «ninguém, poderá edificar nem levantar mais o edificio, prejudicando de algum modo a algum mosteiro proximo[261]».

Escudadas nestes princípios legais, as religiosas do convento de Santa Clara de Bragança chamaram às «grades delle da parte defora», em Junho de 1795, o Tabelião António José de Carvalho Macedo, pois «querião oferecer seos artigos » contra João Rodrigues, morador em frente da portaria do convento, que teimava em dar continuidade a uma obra que já antes tinha sido embargada.

O pretexto para semelhante atitude residia na suposição das freiras, de que:

---

260 OLIVEIRA, Valério Martins de - *ob. cit.*, pp. 171-172
261 OLIVEIRA, Valério Martins de - *ob. cit.*, p. 177

«talves quisece abrir frestas ou ginellas in frente deste convento cujo registo lhe seria danozo e menos respeitavel a decencia devida que se deve tributar a huma tal comunidade[262]».

Desculpando a atitude de João Rodrigues, apesar de «ter enunciado os apetrechos prontos para a continuação da obra», as claristas mostraram vontade em não prejudicarem totalmente as intenções daquele. Por isso, permitiam-lhe:

«acreça a sua caza para o alto athe nove palmos ficando lhe ginellas para o nascente em que ellas lhe não pode fazer estrovo[263]».

Em troca desta concessão e como forma de darem «a demanda por finda», devia João Rodrigues e seus herdeiros fazer a renúncia, o que aconteceu, de alguns dos seus intentos, isto é:

«abrir ginellas frestas nem seteiras quer seja nos altos ou traves para não serem vistas nem registadas[264]».

11. Caracterização dos elementos arquitectónicos

Depois da tentativa de classificação dos diferentes tipos de casa em que, a par de outros elementos arquitectónicos como a escada, os tectos, etc. - , se examinaram as massas, a organização da planta e as aberturas, tornar-se-á necessário vermos ainda, mas noutra perspectiva, a importância de alguns elementos já referidos e de outros que pela sua importante função deverão ser destacados.

---

262 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 26, Mç. 7, fls. 140-140v
263 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 26, Mç. 7, fls. 140-140v
264 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 26, Mç. 7, fls. 140-140v

11.1. Aberturas

Comecemos pelas aberturas, as quais depois das massas do conjunto são os elementos que em grande medida contribuem para a fixação da fisionomia de uma habitação. Ultrapassando o aspecto funcional, parece-nos fora de dúvida que as portas e janelas, pelo número de exemplares aplicados, pelas suas proporções, pela forma como se relacionam entre si e com o todo, impõem um certo ritmo a toda a estrutura, enquanto, por outro lado, condicionam ou destacam este ou aquele elemento da composição. De resto, o seu efeito marcante é tal que, na maioria das vezes, bastará um olhar atento para estes elementos para se determinar a época da construção, ou, como entenderam Georges Doyon e Robert Hubrecht, o estudo da evolução da janela constituiria só por si uma história da arquitectura[265]..

Contudo, a opção por um tipo de janela não respeitava unicamente às preferências estéticas do encomendador, já que factores climáticos, técnicos e higiénicos tinham também o seu peso. Por outro lado, o estudo da janela não pode deixar de lado a parte da marcenaria nem por exemplo, a técnica de trabalhar o vidro.

Em todo o caso, a ventilação e iluminação são as funções primordiais deste elemento que integra sempre a obra de arquitectura. Ora, como se sabe, para um aposento ser bem iluminado, será conveniente que a luz incida de cima para baixo, obtendo-se bons resultados com janelas que possuem lintéis perto dos tectos. Como demonstração deste princípio, atente-se na grande capacidade de iluminação de uma telha de vidro que de modo algum se poderá comparar com a sua superfície. Por esta razão, desde o Renascimento que se manifestou a tendência para se abandonarem os modelos de janelas justapostas e mais largas do que altas, sendo então progressivamente substituídas por aberturas isoladas separadas das vizinhas por tremós - também designados por nembos ou machos - , isto é, o espaço parietal entre duas aberturas. Adoptado o novo sistema, a janela adquiriu uma configuração mais alta do que larga que chegou aos nossos dias e permitiria aos arquitectos e construtores a possibilidade de tirarem partido das relações sensíveis que as aberturas materializavam, ora tendo em conta as suas dimensões e proporcionalidade

---

[265] DOYON, Georges e HUBRECHT, Robert - *ob. cit.*, p. 30

relativamente ao conjunto da composiçao de que participavam, ora através dos contrastes estabelecidos pelas diversas relações de grandeza que os vãos acusavam.

Limitado por quatro superfícies, compõe-se um vão das seguintes partes: duas laterais, as ombreiras; uma superior, a verga ou pardieira; outra inferior, a soleira ou peitoril, conforme se trata de uma porta ou de uma janela de peito. Por sua vez, diz-se que uma janela é de peito quando a pedra correspondente à soleira se eleva acima do pavimento interior.

Já anteriormente referimos o costume nacional de guarnecer os vãos das portas e das janelas com lancil de cantaria, uso que em muitos casos constituiu pretexto para as mãos dos canteiros exporem na pedra as suas capacidades de invenção e habilidade manual.

Normalmente, a verga assenta sobre as ombreiras e estas, por sua vez, sobre a soleira. No entanto, há exemplos de soleira entalada dado que as ombreiras apoiando-se directamente sobre os elegimentos obrigam a que a soleira se situe entre as ombreiras. Nos casos bragançanos onde se recorreu à aplicação de cantarias nos vãos e em que não são visíveis aproveitamentos de peças de outras construções ou aproveitamentos de reconstruções, verifica-se a seguinte ocorrência:

- aplicação de pedras de uma só peça quando se trata de janelas de peito;
- aplicação de pelo menos duas pedras nas portas e janelas de balcões;
- a cantaria faz sempre um pequeno ressalto relativamente ao paramento da parede.

Para se aliviarem as cargas sobre as vergas, e ainda por ser fraca a resistência do granito à flexão, recorria-se à construção de um arco protector. Este arco, ou archete, posuindo normalmente a espessura do lancil era executado em materiais, como o tijolo e a pedra de xisto, podendo ser neste caso sobrepujado por duas peças de madeira dispostas de forma a formarem uma figura triangular. No entanto, em construções mais pobres o arco pode

não existir, sendo então substituído por duas lajes de xisto dispostas de maneira a formarem, na parte superior da verga, um triângulo.

O aliviado, ou seja, o espaço entre o archete ou a solução que lhe equivalia, não devia ser completamente cheio. Assim se acautelavam os efeitos das pressões provocadas pelo peso da parede ou pela cedência do terreno que podiam inutilizar a verga.

Na execução de construções de pouca altura, ou nas que a falta de recursos do seu proprietário impunha contenção nos gastos, seguia-se o mesmo princípio. Porém, a inexistência do archete encontrava o seu equivalente numa ou mais peças de madeira resistente, geralmente de castanho, com comprimento maior que a verga que assentava na própria parede. Nestes casos, a verga era também de madeira, havendo exemplos em que para se obter uma grossura igual à da parede, argumento fundamental para o muro continuar a crescer, era necessário colocar mais do que uma peça de madeira, evitando-se qualquer saliência para através do reboco se poder dar unidade à parede.

11.2. Paredes

Além das aberturas, outros elementos arquitectónicos ultrapassavam o campo da utilidade para exprimirem e sublinharem a estrutura de uma composição, acrecentando assim à função o seu próprio valor e o concurso para o equilíbrio do conjunto.

Na obra «Advertencia aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro», publicada em 1757 por Valério Martins de Oliveira, mestre pedreiro de Lisboa, recomendam-se algumas regras a observar no começo da fábrica de um edifício, privilegiando-se neste momento os procedimentos relativos aos alicerces e à construção das paredes. Assim, em relação aos alicerces, o mestre pedreiro escreveu:

> «No fundo, que hão de ter os alicersses, não se póde dar regra certa; e só os authores dizem, que advirtamos, que os fundamentos, que fizermos, penetrem toda a terra movediça, e solta; e se o lugar não for muito solido, aonde havemos de

edificar, ou de má disposição para confiarmos nelle, se poderá meter estacaria de madeira de carvalho, ou de oliveira, que esta madeira subterrada debaixo da terra dura muitos annos, com sua grade muito forte por cima, com o maior, e mais grosso lagedo, que houver, e se achar; e se der em agua, seja a estacaria de madeira de pinho[266]».

Tratando-se de uma fase fundamental para a saúde da obra, o próprio autor reconhecendo a existência de alguns imponderáveis nesta matéria, valorizava a ciência do construtor, propondo ao mesmo tempo a valorização da experiência local. Por isso, acrescentou:

«e o mais fica na boa eleição, e disposição do artifice: e para acertar, se deve informar das obras, que se tem feito na terra, aonde assiste, que desta diligencia conhecerá o que deve obrar[267]».

Quanto à espessura das paredes exteriores, aconselhava:

«Em o grosso de paredes, que se ha de dar a huma igreja, ou casas, quando se quizerem executar, esta regra se tira do vão da dita igreja, ou casas; porque se intento fazer huma igreja, ou casa, para a cobrir de madeira, lhe darei de grosso às paredes a sexta parte do seu vão; e se for fechada de abobeda singella, lhe darei a quinta parte; e sendo a referida casa, ou igreja, fechada de pedraria, lhe hei de dar de grosso a terça parte de seu vão, não levando batareos[268]».

Essenciais para a boa obra, as matérias relacionadas com a solidez das fundações e a resistência das paredes têm por isso merecido, desde Vitrúvio, a

---

[266] OLIVEIRA, Valério Martins de - *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro,* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1757, p. 25

[267] OLIVEIRA, Valério Martins de - *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro,* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1757, p. 25-26

[268] OLIVEIRA, Valério Martins de - *ob. cit.,* p. 25

atenção da tratadística. Contudo, neste momento interessa-nos sublinhar um dos elementos mais característicos da construção antiga: a grossura das paredes mestras apresentada por todas as habitações do século XVIII, cujas vantagens isotérmicas são hoje reconhecidas.

Numa residência, distinguem-se as paredes que formam as fachadas das paredes laterais. Nas fachadas, distinguem-se a de frente,ou frontaria principal, normalmente voltada para a rua, da que forma o tardoz ou fachada posterior. Por sua vez, as paredes laterais designam-se por empenas, utilizando-se também este termo para a superfície triangular que, quando o telhado é de duas águas, as encima. Recebendo tratamentos bem diferenciados, registe-se apenas a importância desigual de umas e outras no que se refere às possibilidades de iluminação interior, sabendo-se que das aberturas rasgadas nas paredes da frontaria e do tardoz dependia a iluminação e consequentemente, a organização do espaço interior; já as empenas, quando possuíam aberturas eram normalmente pequenas frestas cuja função lumínica, além de reduzida, servia espaços secundarizados no respectivo piso.

No interior, as paredes divisórias dos aposentos, muito mais estreitas que as paredes mestras, utilizavam normalmente materiais leves como a madeira ou o tabique que, por sua vez, podia ser fasquiado.

As casas fidalgas bragançanas, são praticamente as únicas a empregar cantaria nas paredes exteriores, cujo aparelho regular possibilitando o seu assentamento em fiadas sobrepostas, exigindo correspondência entre a junta vertical da fiada inferior e o eixo das pedras que correm na fiada superior.

As seis faces de uma cantaria aparelhada recebem as seguintes designações:

a) leito - face horizontal que no momento do assentamento, serve de base ao paralelipípedo pétreo;

b) sobre-leito - face horizontal superior que se opõe ao plano da base;

c) paramento - face vertical que, após o assentamento da pedra, fica à vista;

d) tardoz - face vertical oposta ao paramento que, por não ocupar a totalidade da grossura da parede, não fica à vista.

Depois da pedra ser colocada no leito, a distância entre o paramento e o tardoz designa-se por cauda. Nos casos em que se trabalha com perpianho - pedra ocupando toda a grossura da parede - os dois paramentos ficam à vista.

Uma outra técnica usada na construção de paredes consistia na associação de alvenaria ordinária a uma ossatura de madeira formada por barrotes verticais ligados aos frechais. Peças oblíquas ou cruzadas em X, também de madeira, reforçavam a estrutura enquanto mantinham a uniformidade do afastamento inicial dos prumos, por constituírem factores impeditivos de qualquer deslocamento. Construído este esqueleto, preenchiam-se em seguida, com excepção dos vãos projectados para as aberturas, os espaços vazios com materiais diversificados.

Designando este processo construtivo por «Fachwerk», palavra alemã a que se atribui o sentido equivalente a revestimento por sectores, Ernesto Veiga de Oliveira classificou-o como «o mais característico sistema europeu de construção com madeira e materiais leves[269]». Técnica antiga e de custos relativamente baratos, desenvolveu-se e manteve-se na Europa central e do Norte especialmente nas regiões onde a madeira era abundante e a pedra era escassa ou difícil de trabalhar, ou ainda nos locais onde não faltava mão-de-obra especializada como os carpinteiros. Em França, esta técnica era particularmente usada na Normandia, onde leva o nome de «pan de bois».

Contudo, esta técnica construtiva não era desconhecida entre nós, porque para além dos vestígios e estruturas mais ou menos completas que, em resultado de obras de demolição ou restauros de edifícios, ficam temporariamente à vista, também aparecem em representações mais antigas, como é o caso do calendário do mês de Fevereiro no Livro de Horas de D. Manuel.

Tanto o «Fachwerk» como a técnica francesa de «pan de bois», caracterizam-se por deixarem a estrutura de madeira à vista, conservando esta, por vezes, a curvatura natural do tronco ou ramo donde saíu. Por sua vez, as formas do esqueleto - quadrados, losangos - combinadas com o material de

269 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de «Fachwerk» em Portugal,* in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XVIII, fasc. 3-4, Porto, 1961, p. 347

enchimento dos vazios, acentuavam o efeito geométrico da trama epidérmica onde se intercalavam as aberturas.

Em Portugal, o esqueleto de madeira acabaria por ser totalmente coberto por uma camada de reboco, razão pela qual as diferentes peças eram golpeadas ou cravadas de pregos, que se encurvavam, para assim se segurarem as massas de revestimento. Os fundamentos desta solução técnica ganhariam particular acuidade no momento em que, após o terramoto de 1755, se tratava da reconstrução de Lisboa, mormente quando se decidiu a possibilidade de construir edifícios com quatro andares.

Não se tratava apenas da resolução de um problema físico, pelo recurso à utilização de materiais mais leves. Acautelava-se o futuro, providenciando de modo a que, na eventual ocorrência de fenómenos de idêntica magnitude, fosse possível evitar as perturbações e o cortejo de desgraças vividas naquela manhã do dia de Todos-os Santos.

A solução encontrada passava pela construção de grades de madeira que enformavam o esqueleto das paredes exteriores. Designadas por «gaiolas», pretendeu José Augusto França ver nestas armações «uma inovação do urbanismo pombalino[270]», embora salientasse a sua origem «obscura» assim como o desconhecimento de quaisquer «instruções que tornassem obrigatório o seu emprego[271]». Apesar de o Tenente-Coronel Carlos Mardel ter realizado algumas experiências para testar a capacidade de resistência aos abalos sísmicos de uma estrutura semelhante - fazendo manobrar desencontradamente um destacamento sobre uma plataforma assente numa «gaiola» - , o inventor do sistema, se o houve, é também desconhecido[272].

A organização dos diversos elementos desta grade mantinha analogias com técnicas construtivas usadas na fábrica das paredes divisórias de algumas habitações, os frontais[273]. Por isso, no que respeita à «gaiola», em vez da

---

270 FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa pombalina e o iluminismo,* Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, p. 167

271 *Idem, ibidem,* p. 168. Cf. SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia organica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 174

272 *Idem, ibidem,* p. 168

273 Registamos o laconismo do sinónimo, segundo Rafael Bluteau: «obra de carpinteiro, e de pedreiro». No entanto deixa subentender a utilização desta técnica na actividade construtiva. BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino,* vol. IV, Coimbra, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713. Após o terramoto de 1755, este sistema construtivo constituíu, juntamente com os abarracamentos, uma fonte de problemas para o Senado de Lisboa, uma vez que «desanim(av)ão a edificação», vendo-se os

invenção de um novo sistema, acreditamos estarmos em presença de uma estrutura onde, no plano das ligações ao conjunto, se introduziram aperfeiçoamentos de modo a torná-la mais flexível, mantendo-se contudo as qualidades de resistência e solidariedade com o todo.

No essencial, a «gaiola» pode descrever-se do seguinte modo: assentes nas paredes - a pequena altura do solo ou a partir do primeiro andar, consoante o tipo de construção - umas vigas de madeira dispostas longitudinalmente, os frechais, servem de base a toda a estrutura. Descansando sobre os frechais, levantam-se uns prumos que, podendo definir a altura de um ou mais andares, delimitam igualmente os espaços para as portas e janelas. Para não diminuir a resistência do esqueleto, nos pontos em que o comprimento dos nembos se aproxima de um metro, usam-se prumos intermédios que se ligam também ao frechais inferior e superior. Horizontalmente, algumas curtas peças de madeira, os travessanhos, travam os prumos, com a particularidade de as ligações se fazerem à meia madeira. Os vãos das aberturas são limitados superiormente pelas vergas, devendo-se ainda considerar, quando se trata de janelas de peito, os peitoris. Vergas e peitoris são formados por peças idênticas aos travessanhos e que têm ainda a função de contraventar as ombreiras. Outros elementos, igualmente de pequenas dimensões, os pendurais, unem as vergas ao frechal superior. Para tornar solidária a estrutura da «gaiola» com a obra de alvenaria recorre-se ao emprego de pequenas peças de madeira que eram emalhetadas em diferentes pontos da grade.

Talvez o facto de Bragança estar implantada numa zona de fraca actividade sísmica e ao longo da sua História moderna não ter sofrido os efeitos de forças destrutivas que impusessem a necessidade de uma rápida

---

proprietários «privados da esperança de alugarem as casas que fabric(av)ão por preços, que sejão competentes ás despezas, que lhes custarão as obras». Por isso, apresentadas ao monarca «as justas queixas dos novos edificantes de casas, e armazens fabricados na cidade de Lisboa, na conformidade das leis das edificações, e planos por elles ordenados; de que ao mesmo tempo no qual se achão muitas das referidas casas, e armazens fechados por falta de inquilinos, se vêm nas ruas, e lugares publicos da mesma cidade barracas de madeira , e até de frontaes, e sobrados sobre elles levantados por differentes pessoas», foi passada ordem para se demolirem. SILVA, António Delgado da - *Collecção da legislação portugueza desde a ultma compilação das Ordenações (1763-1774),* Lisboa, Na Tipografia Maigrense, 1829, pp. 443-444.

reedificação tenham dispensado a aplicação prática do sistema que acabámos de descrever.

Porém, não se conclua que as redes de madeiramento estavam de todo ausentes como meio de fazer crescer as paredes de algumas habitações, até porque a ausência de boa pedra e, sobretudo, a economia do sistema aconselhavam tal prática. Com efeito, as intervenções aceleradas que o tecido urbano tem sofrido nos últimos tempos, têm posto a descoberto algumas grades de madeira que, embora rebocadas, apresentam uma estrutura semelhante aos procesos estrangeiros anteriormente referidos. Mesmo em construções de natureza religiosa, usou-se esta técnica, pois recordamos tê-la visto num pano de uma construção anexa à antiga igreja do convento de Santa Clara, quando, não há muitos anos, andou em obras. Também uma das várias demolições de residências recentemente efectuadas na antiga rua dos Oleiros, deixou à vista um sobrado em que o outão contíguo à casa vizinha possuía uma ossatura formada por barrotes ligados aos frechais e travada por travessanhos e escoras, com a particularidade de os vazios serem, em boa medida, preenchidos por caroços de espigas de milho, além de outros materiais. No momento em que escrevemos estas linhas (Junho de 1995), a intervenção numa habitação da antiga rua dos Quartéis, mostrou uma empena construída com prumos assentes no frechal e que no seu desenvolvimento organizava rectângulos verticais subdivididos em sectores quadrangulares, sendo o interior destes cruzado por pontas de barrotes.

De resto, esta técnica de construção era praticada com alguma frequência em outras cidades do país, nomeadamente no Porto e Guimarães[274], para além de alguns exemplos conhecidos na vizinha Espanha onde se inclui a vila de Puebla de Senábria, nas proximidades de Bragança.

Outro processo usado na construção de paredes é o tabique. Estruturalmente, esta técnica de construção muito usada na construção das paredes interiores das nossas casas antigas, difere dos processo construtivos do «Fachwerk», «pan de bois» e dos frontais não só pela menor espessura, mas ainda porque os espaços vazios não se destinam a ser preenchidos com

274 *vd.*OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de «Fachwerk» em Portugal,* in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XVIII, fasc. 3-4, Porto, 1961, pp. 350-353

alvenaria ou outros materiais. No entanto, estes processos, por suportarem o fasquiado, podem aparentar-se com os tabiques, cuja descrição técnica é a que se segue: com o recurso a tábuas não muito grossas, que por aparelhar e esquadriar podem apresentar depois de serradas a fisionomia do tronco donde saíram, faz-se com a madeira um tabuado pregado na prumada entre o soalho e o tecto. O passo seguinte consiste na pregadura, nas duas faces deste tabuado, do fasquiado, isto é, de réguas de madeira finas e com textura áspera. Devendo ficar paralelas umas às outras, deixam-se pequenos espaços intercalares para segurarem o revestimento inicial de barro, ou cal e saibro, a que se pode acrescentar palha trilhada. Depois da secagem deste revestimento, levava um reboco de acabamento.

A mesma técnica era igualmente praticada em revestimentos exteriores, principalmente quando se tornava aconselhável a utilização de materiais leves. Por isso, na construção de varandas fechadas, trapeiras, acrescentos de andares suplementares, recorria-se com frequência a este sistema.

11.3. Os cunhais

Usada nos cunhais das casas fidalgas, a cantaria aparelhada apresenta os dois paramentos com a mesma largura, ou então pode fazer alhetas, mantendo-se sempre o ressalto em relação aos paramentos das paredes. Neste último caso, a execução do cunhal requere que as pedras a utilizar tenham medidas iguais porque só desta forma será possível fazer com que as pedras colocadas em cada face da parede se encaixem, alternando a que, relativamente ao observador, assenta de peito com a que fica de topo.

Da forma como a esquina é tratada, depende o carácter da construção. Por este motivo, nos edifícios em que os rendimentos dos seus proprietários eram insuficientes para a aplicação de materiais nobres, recorria-se à aplicação de camadas de tinta para se fingirem estes elementos.

11.4. A cornija

Coroando as paredes das fachadas principal e de tardoz, a saliência da cornija possibilita apoios aos algerozes, impedindo-se assim que as águas

pluviais escorram pelas paredes. Contudo, este papel meramente funcional, pelas suas limitações, não foi suficiente para travar outros desenvolvimentos estéticos nas superfícies que relacionam os planos das paredes e das coberturas.

Neste elemento arquitectónico, inscrever-se-iam, durante o século XVIII, mais uma vez, as diferenças entre as diversas classes de proprietários, acentuando o contraste entre a casa nobre e mesmo do burguês enriquecido, cujo modelo tentava emitar, e as soluções mais elementares daqueles a quem os recursos escasseavam. Contribuíndo para vincar a função de representação social da maioria das residências do primeiro grupo, empregava-se correntemente a cantaria aparelhada, cujas proporções, saliências e perfis sendo variados, têm como referência os entablamentos clássicos; nas segundas, recorria-se à saliência dos caibros de linhas estilizadas que, suportando a cobertura dos telhados, eram modelados de acordo com um vocabulário simples mas eficaz na graduação dos efeitos de luz e sombra e na forma plástica como resolviam a linha de encontro dos planos, aparentemente contraditórios, da parede e do telhado.

Entre estes dois modelos de cornijas, um outro foi bastante usado na cidade de Bragança, tendo mesmo ganho o merecimento de uma casa fidalga cuja proeminência se ficou a dever às importantes funções que ao longo de gerações alguns dos seus membros exerceram. Referimo-nos à casa da Costa Pequena, pertença dos Figueiredos.

Na genovesa, segundo a terminologia adoptada em França, consegue-se o ressalto no paramento da parede através da aplicação em fiadas dos elementos usados na cobertura, isto é, da telha do tipo canal. Desta maneira, obtinham-se efeitos diversos, bastando para isso fazer variar o número de fiadas em que as telhas de canal se alinhavam. Porém, nesta cidade, o seu número nunca ultrapassava a três. Com a parte côncava da telha sempre voltada para baixo, encastravam-se na parede e, nos casos em que havia fiadas sobrepostas, as telhas da superior procuravam o meio da telha da fiada inferior para leito.

Com a massa do assentamento, mantendo a curvatura da telha, engrossavam-se as partes visíveis o que lhes dava maior resistência e, por

outro lado, ao contribuir para evidenciar o relevo das massas do edifício realçava e solenizava a sua fachada principal.

11.5. Varandas e telhados

Na construção de edifícios, a aplicação de madeira não se confinava apenas a soalhos, tectos e paredes. Uma das suas utilizações destinava-se ao madeiramento dos telhados que podiam ser de uma só água, ou, mais correntemente, de duas águas. Enquanto o primeiro normalmente cobria as varandas, o segundo, reservava-se para a área da habitação propriamente dita.

Uma das características da habitação bragançana reside, a nosso ver, na existência de varandas que podem correr em parte ou na totalidade da fachada, existindo ainda exemplos, quando a casa se implantou na esquina de um arruamento, de dois panos de parede com varandas corridas. Raramente voltadas para a rua principal, a sua construção iniciava-se pelo prolongamento do vigamento do sobrado sobre a rua. Os topos deste vigamento serviriam de elegimento dos elementos estruturais necessários à sustentação da cobertura. Nos exemplos em que a varanda ocupa o comprimento de uma superfície parietal, pode o sobrado desta ser reforçado por escoras encastradas no pano que lhe fica inferior, equilibrando desta maneira o balanço do pavimento.

As vigas eram sempre constituídas por troncos de árvores, geralmente de castanheiros, com comprimento e resistência adequadas ao vão e peso que deviam suportar. O trabalho de afeiçoamento, sendo escasso, destinava-se essencialmente à obtenção de uma superfície plana para permitir o assento e nivelamento das peças sobre as quais seriam pregadas as tábuas do soalho. Apoiadas nos frechais que descansavam nas paredes, ou sobre lajes de pedra, para assim se distribuírem as cargas sobre as paredes, dispunham-se as vigas paralelamente. Tratando-se de varandas, a parte visível do madeiramento merecia do encomendador maior atenção. Porém, às necessidades funcionais não parece ter-se associado preocupações decorativas dignas de realce.

Os telhados das varandas, ocupando sempre um pequeno vão, possuíam uma estrutura simples. Como a inclinação da cobertura era sempre paralela a uma das águas da cobertura do edifício, o varedo, na parte de menor cota, assentava sobre um frechal suportado por prumos com cachorros, enquanto na

sua cota superior era a a parede que lhe servia de apoio. Sobre o varedo, convenientemente ripado, assentavam as telhas de canal convenientemente dispostas a receberem beiral.

Entre os prumos corre a balaustrada constituída também por peças de madeira que, por vezes, revelam alguns primores decorativos. Durante o século XIX, muitas destas varandas seriam fechadas com o recurso à construção de tabiques.

Nos telhados de duas águas, pela dimensão da área da cobertura, torna-se necessário recorrer a estruturas mais complexas. Por isso, levantadas as paredes das fachadas principal e de tardoz, crescem-se também as empenas até aos vértices do espigão onde assentarão os topos da fileira que corre entre ambos. Paralelamente à fileira, dispõem-se, em cada água, as madres, para sobre estas assentar o varedo e as ripas, trabalho que, uma vez terminado, permite a colocação das telhas.

CAPÍTULO II

ARQUITECTURA RELIGIOSA

1. Persistências e evolução

1.1. Programa religioso e espacialidade da igreja jesuítica

Estabelecida em Portugal durante o reinado de D. João III, a província portuguesa da Companhia de Jesus conheceria, ainda durante o séc. XVI, um rápido crescimento. Acérrimos defensores da Contra-Reforma empenharam-se na pregação encarando igualmente a formação religiosa da juventude como parte da actividade missionária.

Apoiados nos grandes do reino, os Jesuítas ergueram, a partir da segunda metade do séc. XVI, numerosas construções em Portugal e seus domínios, destacando-se as igrejas de S. Roque, em Lisboa, do Espírito Santo, em Évora e a igreja de S. Paulo, em Braga. Iniciada a construção da igreja de S. Roque em 1565, dar-se-ia andamento, dois anos mais tarde, à fábrica das igrejas alentejana e minhota. A importância do programa arquitectónico destes edifícios foi de tal modo marcante que, determinando posteriormente todos os empreendimentos construtivos da Companhia, havia de estender a sua influência a outros sectores durante cerca de século e meio[1]. Sobretudo as duas primeiras construções,

---

[1] «Interrompida na metrópole pela invasão do italianismo na arquitectura, escultura e artes decorativas menores sob o reinado do Magnânimo, mas prolongada no Brasil [...], a arquitectura maneirista só abandonará o mundo artístico lusitano aquando da expulsão dos Jesuítas em 1759». PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *Estudos sobre o maneirismo,* Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 134

anteriores ao modelo fixado na igreja de Gesù, ao sedimentarem uma tipologia de igreja com uma só nave em que o transepto estava ausente e com capelas colaterais que comunicavam entre si, permitiram « a superação quer das igrejas-salão quer das igrejas de três naves[2]» e ainda a afirmação decisiva dos valores e soluções espaciais através da incorporação de características reinóis.

Sendo verdade que, por decreto da Congregação-Geral de 1565, os planos dos edifícios a construir pela Companhia de Jesus deviam ser submetidos à apreciação de Roma, parece, no entanto, que «a Companhia não prescrevia de nenhuma maneira objectivos estilísticos[3]». A constatação da existência nas igrejas jesuíticas de elementos comuns, evidenciando a tendência para a unificação do espaço interior e eliminação dos obstáculos que dificultassem a visibilidade da capela-mor, não significa, na opinião de Kubler, a existência de uma «estratégia deliberada», constituíndo antes manifestações de condicionalismos diversos, com destaque para os de natureza económica. Também Fausto Sanches Martins colocou em posição de relevo a organização e os papel dos agentes que definiam a actividade artística da Companhia, que podemos sintetizar da seguinte forma:

- a acção do Geral - cume da estrura centralizada e hierarquizada - estendia-se também à actividade artística;
- em resultado da expansão da Companhia, criou-se a *Formula scribendi* de modo a organizar a circulação da informação entre o Geral e os elementos das diversas Províncias;
- a constituição do *Consiliarius Aedificiorum*, órgão que, em matéria artística, assessorava o Geral. Este órgão, «examinava os projectos enviados à Cúria Generalícia, sugeria emendas, fazia correcções nas próprias plantas, e, em alguns casos, chegava a deslocar-se e tomar decisões nos locais das construções[4]». Contudo, a sua influência viria diminuír com «a prolifaração dos artistas nativos das Províncias[5]»;

---

2 CORREIA, José Eduardo Horta - *Arquitectura portuguesa (renascimento maneirismo estilo chão)*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 52
3 KUBLER, George *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, s/d., p. 58
4 MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 722
5 MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 722

- a capacidade dos Visitadores em poderem «aceitar novas fundações, encomendar traças dos edifícios e zelar pelo cumprimento exacto das plantas aprovadas[6]»;
- a acção do Provincial[7] e do Reitor que, em contacto directo com as obras, informavam a hierarquia do seu andamento;
- a nomeação de um superintentendente das obras;
- o recurso a artistas que podiam não pertencer à Companhia.

Bragança, enquanto principal núcleo urbano de uma região onde o judaísmo tinha inúmeros seguidores, rapidamente foi identificada como uma zona onde, tal como no oriente e no Brasil, o esforço evangelizador era prioritário. Por esta razão, antes do início das obras das construções acima referidas, verdadeira imagem de marca dos propósitos artísticos dos regulares da Companhia de Jesus, já se tinham estabelecido nesta cidade transmontana.

Sinal revelador da influência que os inacianos já exerciam e ao mesmo tempo demonstração da protecção que lhes era dispensada pelos homens que costumavam andar na governança, é o facto de lhes ser entregue o convento inicialmente destinado a freiras claras. Construído para dar resposta aos desejos e sobretudo aos interesses dos cidadãos, uma vez concluído, continuaria durante vários anos encerrado. Em 1562, foi doado aos Jesuítas que nele permaneceram até ao momento em que foram declarados proscritos.

Levantado com a finalidade de albergar uma comunidade de religiosas, este convento não podia representar com exactidão a sensibilidade estética que, de um modo geral, os regulares imprimiram aos seus edifícios, cujas características o historiador Pais da Silva sintetizou do seguinte modo:

> «uma decidida preferência pela linha recta, pela planta rigidamente rectangular, pelas superfícies planas nos alçados e, quanto à intersecção dos planos, pelo ângulo de noventa graus[8]».

---

6 MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 722

7 Em 1611, na Visita que o Provincial efectuou ao colégio de Bragança, exarou a seguinte observação: «Nenhuma obra se faça sem ordem do Padre Provincial como Nosso Padre Geral - carta de 10 de Abril de 611 - tem ordenado». *Idem, ibidem,* p. 629

8 PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *Estudos sobre o maneirismo,* Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 203

Apesar de tudo, a caligrafia planimétrica da igreja, modelada com ausência de linhas ondulantes, despojada sob o ponto de vista decorativo e, sobretudo, configurando-se longitudinalmente, servia o programa religioso que os padres se propunham implementar. Refira-se, no entanto, que, inicialmente, os padres residentes apontavam uma série de defeitos ao edifício, pelo que se chegou a ponderar a possibilidade de mudança de instalações. A discussão deste assunto, que envolvia a construção de uma nova igreja, seria interrompido pela concessão que a Câmara fez ao colégio de mais terreno, o que permitiria aumentar o edifício. De facto, em Agosto de 1588, os responsáveis do município:

> «acordarão que por quanto os padres da Companhia tinhão a igreia muito pequena e nella se não podião fazer os oficios devinos assim de preguar como de comfessar como de (*) por ser a igreia a que mais gente acodia [...] e a dita igreia não ser capas de reseber tanta gente em que a cidade resebra perda e porque esta Camara e fundadora e padroeira do dito collegio [...] acordarão que querendo os ditos padres allarguar a dita igreia e fazeremna maior poderão elles ditos padres allarguarse para a prassa e tereiro do dito seu collegio ate des palmos e poderão tomar a travessa que ora vai para as Eiras do Arssebispo .. para bom ededicio da dita sua igreia poderão ocupar assim no tereiro como na prassa [...] (o) que convier a boa trasa da dita igreia[9]».

De nave única, a igreja de Bragança, apesar da sua construção anteceder o decreto de 1565, antecipava de certo modo as planimetrias, que a Companhia viria a adoptar no séc. XVII, cujas fórmulas derivando «da igreja gótica alentejana de uma só nave[10]», contribuíram ainda para demorarem a penetração da influência do modelo romano que Filipe Terzi introduziu em Portugal.

Inscrita num rectângulo, a nave da igreja de Bragança tem a configuração de um salão, a que os dois altares colaterais, o de Nossa Senhora dos Prazeres e o de Nossa Senhora da Anunciada, pelo seu desenvolvimento acentuadamente

[9] B.P.A.D.B., *Acordãos da Camara,* Cx. 1, LV. 3, fls. 39v-40v
[10] PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *ob. cit.*, p. 131

parietal, não quebram a unidade, aproximando-se assim da tendência evolutiva das igrejas Jesuítas, manifestada na diminuição em profundidade das capelas laterais.

Não cabendo aqui fazer o acompanhamento circunstanciado das modificações que a igreja sofreu, importa, no entanto, referir o seu acrescentamento durante o século XVII. Não só a abóbada[11] da cobertura interior, estrelada e apresentando bocetes na zona da capela-mor, estabelece com nitidez o corpo inicial do templo como igualmente o paramento exterior, na parte voltada para a rua, pelo tipo de contrafortes e pilastras, indiciam modificações na sua volumetria. Também o sistema de iluminação concorre para a mesma fundamentação. Com efeito, tanto a janela que ilumina o altar-mor como a que foi rasgada, na célula definida por dois contrafortes e adjacente à primeira encimada por ornatos renascentistas à flor da pedra, estabelecem diferenças com as aberturas executadas em data posterior à edificação inicial. Uma daquelas aberturas apoia-se em mísulas dispostas oblíquamente e com incisões perspectivadas, colocando em relevo o ressalto da pedra. Segundo Kubler, a natureza destes pormenores, também presentes na capela da Conceição em Tomar, é reveladora mais das influências dos ornatos plateresco do que da arquitectura italiana[12].

Procurando a obtenção de mais luz interior, abriu-se no portal, disposto lateralmente, um óculo semelhante ao que os retábulos desta congregação tradicionalmente ostentam. Na parte correspondente ao acrescentamento do

---

[11] A abóbada sofreu alguns restauros. Em Julho de 1679: «assegurouse a abobeda da nossa igreja que se vinhão abaixo as pedras do lavor, por cahir huma e ficarem as mais abobadas. Rompeuse a abobeda de tijolo por muitas partes, para se meterem as pedras de novo, que se meterão com ferros, que travão de humas e outras e fica bem seguro»; em Maio de 1682: «Por quanto pode aver perigo de cahir alguma pedra do tecto da capella mor da igreja, como ja sucedeo com dano grave passado o Domingo da Santissima Trindade se faça logo hum altar debaixo do arco da capella emparado com algumas cortinas decentes, e podem estar na banqueta mais alta, as imagens dos nossos Sanctos, para dizerem as missas ao povo; a segunda porta servirá de via sacra para sahirem os Padres. Logo se fara nova abobada de tijolo na capella mor, muito bem branqueada, para que pello tempo adiante se possa dourar de laçarias»; em Novembro de 1682: «concertouse a abobeda da capella mor que estava com os perigos, que se sabem, ha muitos annos do modo que assim os nossos como os seculares fugião de estar debaixo da dita abobeda e por essa razão se não dizia missa no altar mor, fica esta obra muito segura tem gatos de ferro e agulhas tambem de ferro muito fortes, que prendem a cantaria toda huma com a outra, desorte que não ficou pedra que não prenda huma na outra com ferro, o que se fes, não so na pedraria que se meteo lavrada de novo, como tambem na outra que ficou gateada de ferro; e gastou esta obra passante de trinta mil reis». MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, pp. 662, 663, 664

[12] KUBLER, George - *ob. cit.*, p. 34

corpo da igreja rasgaram-se, em épocas diferentes mas durante a ocupação jesuítica, pelo menos um grande janelão e uma janela.

Exprimindo com propriedade a gramática maneirista, este janelão[13], datado de 1685, foi em tempos recentes deslocado da face norte para o topo poente. De grande sobriedade decorativa recebeu um tratamento semelhante ao de um portal. Apresenta um grande vão e as ombreiras são duas pilastras com capitéis compósitos, decoradas com almofadas, que se apoiam em mísulas ornadas com enrolamentos de folhas de acanto. A verga, recta e lisa, cumpre a função de arquitrave e o friso é almofadado. Sobre o entablamento, um vão de geometria quadrangular, hoje tapado mas que originariamente devia dar passagem à luz ou enquadrar o símbolo da Companhia, ocupa a parte central, ladeado, no prolongamento das pilastras, por pirâmides com remates de esferas e por aletas *Rolwerk*. No remate do conjunto, centrado por uma roseta, repetem-se as volutas de tipo *Rolwerk* que, com a sugestão dinâmica do movimento serpentinado, emprestam a este sóbrio conjunto alguma graça e leveza.

A abertura de outra janela teria lugar em 1749[14]. Sobrepujada por volutas corresponde, pela linguagem utilizada, ao gosto decorativo antes exercitado em Santa Maria.

No portal, duas pilastras sobre pedestais, prolongadas na parte superior do entablamento por pináculos, definem um quadrado no interior do qual corre um arco de volta perfeita, apoiado em pilastras. No ático, duas cornucópias estilizadas ladeiam um programa de colunas e arcos que serve de enquadramento a um nicho que abriga uma escultura representando a Virgem do Leite. Esta imagem era pintada. De facto, entre as obras que se fizeram em 1660, no triénio do Reitor Estevão Ferreira:

> «renovouse a imagem de vulto da Senhora da porta da igreja e dourouse com seu nicho tambem, que estava muito indecente[15]».

---

[13] A execução teve lugar no Reitorado do padre Francisco Soares: «Fezse a janella que cahe para a Prasa com suas grades de ferro, gelosias tispicios de cantaria com sua crus e cornija corrente com a da igreja». MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 670

[14] Foi o Provincial, padre Inácio da Silveira, quem, em 1742, mandou abrir esta janela: «O choro da igreja he escurissimo, e facimente se lhe pode meter luz, abrindo huma fresta ou janella na parede de fora, que respeita a praça; o padre Procurador mande abrir a ditta janella e fique alta, e com grades de ferro». *Idem, ibidem*, p. 686

[15] MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 655

Sobrepujando todo o conjunto, mas posterior ao mesmo, está o tradicional óculo jesuítico. Dois medalhões nas cantoneiras, figurando outros tantos bustos, cabeças de anjos no meio dos enrolamentos dos capitéis das pilastras e os geometrismos abertos por rebaixamento nas superfícies dos suportes, corporizam os ornatos deste portal.

Durante a Idade Média e o período renascentista as igrejas, de um modo geral, apresentam uma só torre. Contudo, a partir deste período muitas igrejas portuguesas vão apresentar as suas fachadas flanqueadas por duas torres. Enquanto elemento arquitectónico, a torre está ausente das primeiras igrejas que os Jesuítas ergueram em território nacional. Não obstante, provavelmente em finais do século XVI, à casa jesuítica de Bragança seria acrescentada uma torre. Em 1601 ainda não estaria concluída, como, aliás, parece poder concluír-se da recomendação do Provincial, padre João Correia, que, visitando o colégio, deixou indicações para se telhar a torre e se instalarem os sinos, incluindo o do relógio[16].

A sua configuração em forma de paralelipípedo destinar-se-ia sobretudo a cumprir a função de campanário - embora posteriormente se tivesse pensado no aproveitamento do seu espaço[17] - e a garantir o acesso a algumas dependências do complexo religioso. Em todo o caso, a sua situação na zona posterior da capela-mor acrescentava o eixo longitudinal, aliás, reforçado pela interposição de um compartimento contíguo a esta que inicialmente poderia ter servido de sacristia. Esta disposição planimétrica, com torre e sacristia colocadas no enfiamento da capela-mor, de forma alguma constitui caso isolado uma vez que os arquitectos que exercitaram a sua actividade na região de Braga tinham ensaiado este modelo que mais tarde Nasoni aplicará no Porto, na igreja dos Clérigos.

No caso bragançano, a existência de uma torre, cuja altura em pouco suplantava o telhado de duas águas, não obsta, porém, que esta construção tenha um carácter vincadamente chão. Para permitir o acesso e facilitar a circulação no edifício, sem perturbar o interior da igreja, construíu-se uma galilé adoçada à

16 MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 655

17 Conforme decorre da instrução (1612) do padre Cláudio Aquaviva: «Na torre se podem fazer tres andares de sobrados, que poderão servir pera muitos usos da casa e abitação dos nossos em aperto». MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 630

torre, cujos arcos e colunas que os suportam seguem o programa explicitado no piso térreo dos claustros.

1.2. Esquemas planimétricos conventuais

Durante o séc. XVI, num espaço de tempo relativamente curto, assistiu esta cidade à construção dos edifícios religiosos que viriam a albergar as comunidades dos Jesuítas, das freiras de Santa Clara e de S. Bento. As instalações dos Jesuítas, começadas em 1539, só a meio da centúria seria concluídas; as casas em que se formaria o convento de S. Bento só em 1590 seriam doadas para esse fim; em 1596 far-se-ia a escritura da obra de pedraria da igreja de Santa Clara, numa altura em que já tinham decorrido outras obras no conjunto monástico.

Importa ainda referir que os edifícios da Companhia de Jesus e de Santa Clara contaram com o patrocínio do Senado desta cidade e do chefe da Casa de Bragança, seguindo este, como se pode ver em correspondência da época, o curso das obras de Santa Clara com particular atenção.

À provável exaustão dos cofres municipais, provocada pela construção do edifício da Companhia, juntar-se-iam os efeitos negativos da conjuntura política e económica. Desta forma, a escassez de recursos económicos não só limitava as características planimétricas e dimensão da obra como se reflectia ainda no menor brilho do programa decorativo, pese embora a filiação franciscana das freiras de Santa Clara.

Faltando constantemente a Câmara, apesar de ser padroeira do convento, ao cumprimento das obrigações que contraíu, arrastavam-se as obras e lamentavam-se as freiras:

> «Dizerão os cidadãos (no) contrato com as religiosas pera suas filhas e netas entrassem neste mosteiro com condição que dentro de vinte anos se acabarião o dito convento. E são passados vinte e seis, alem dos ditos vinte, e não esta posta mais desde antão hua pedra[18]».

[18] A.N.T.T., M.S.C.B., *Lembrança de foros e propriedades,* vol. 6, s/fl.

Já se fez referência ao facto de o edifício entregue aos padres inacianos ter sido construído com a finalidade de ser habitado por religiosas. Insistimos neste aspecto porque neste tipo de construções religiosas a natureza dos seus ocupantes tem incidências directas sobre a organização das dependências conventuais e mais particularmente sobre a planta da igreja.

Nas igrejas dos conventos de freiras a manutenção da clausura, sendo uma questão essencial, tinha incidências sobre o posicionamento do coro, determinando a localização do coro alto e do coro baixo no topo oposto ao altar-mor da igreja. Por isso, a porta de entrada devia ter uma disposição lateral. Por razões inversas das apontadas e por se privilegiar a pregação, em S. Francisco a abertura principal encontra-se na parte frontal ao altar-mor.

Lugares de oração, protegidos por gelosias de madeira ou ferro era no coro que a comunidade de freiras participava nos actos litúrgicos. Sustentado por uma estrutura de madeira, o coro alto comunicava por sua vez com corredores de acesso aos dormitórios e celas.

O programa decorativo, a dimensão e as características planimétricas seriam determinadas pela limitação de recursos, entendendo-se também aqui a ausência no termo da cidade de matéria plástica como o granito ou calcário e a inexistência de mão-de-obra apta a dar vida a essas matérias. Estes aspectos, encarecendo a obra, explicam também que a grande maioria de mãos adestradas em colocar ou dar forma à pedra seja proveniente da região do litoral-norte. Por outro lado, o modelo planimétrico destes edifícios religiosos, organizados internamente em função da única nave, verdadeiro canal condutor de energia entre o coro e o altar-mor, encontraria cobertura ideológica na difusão dos modelos que a reforma católica preconizou, os quais se caracterizavam pela tentativa de unificação do espaço interior.

Mais apta para a pregação, a capela-mor, lugar do santo padroeiro e do sacrário, tornar-se-ia o ponto focal dos sentidos. Por esta razão, as invocações que ladeavam o altar-mor vão sendo deslocadas para a nave da igreja onde se abriam capelas colaterais de acentuado recorte parietal. Nas superfícies parietais das naves abrir-se-iam ainda confessionários, em virtude da determinação da «Sagrada Congregação», de 7 de Março de 1617, que, nas igrejas conventuais, proibia a existência destes nas sacristias ou em lugares mais recatados.

1.2.1. A sacristia

Regra geral, as sacristias foram implantadas na proximidade e em comunicação com as capelas maiores, num plano normal ao da nave. Na igreja dos padres da Companhia sendo provável que numa primeira fase se situasse na parte posterior do altar-mor acabaria por ser mudada para um compartimento lateral que, em 1657, os padres ampliaram e decoraram com talha dourada e pinturas, recheando-a também de novos móveis[19]. A propósito de mobiliário, diga-se que o belíssimo e comprido arcaz que a sacristia actualmente ostenta foi contratado em 1807 e executado em 1808 por José Manuel Ferreira, da povoação de Valverde, e por Manuel Nogueira, «de Mós de Rebordamos». Custou cem mil réis e, de acordo com os apontamentos, seguiu um modelo existente na sacristia da igreja de Santa Comba[20].

Sabendo-se da importância que os Jesuítas concediam a este espaço - como se demonstra pela rica decoração, pela presença de imagens de santos, entre os quais, Santo Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier, pela presença de um lavabo, de peças de mobiliário e ainda pelo rasgamento de aberturas para iluminação e arejamento - e da sua preferência por sacristias de dimensões avantajadas, poderia até ter acontecido que na igreja de Bragança se utilizassem os dois espaços para as mesmas funções. Não existindo «uniformidade quanto à colocação[21]», também algumas igrejas dos padres regulares apresentavam duas sacristias[22]. Caso se verificasse este procedimento, a maior destinar-se-ia «para uso exclusivo do serviço do altar, ficando a outra reservada ao serviço dos Capelães e das confrarias[23]».

---

19 «A sacristia que era muito pequena se acrescentou outro tanto do que era: forraramse os caixões que avia de madeira, acrescentouse hum com quatro gavetas bem guarnecido e ornado com tranças e fechaduras acrescentouse mais hum almario com dous repartimentos para as peças de prata»; «Fizeramse tres caixões para a roupa de linho com seus repartimentos e toda a sancristia se ornou no tecto com pintura, e com muitos painesis que não tinha, e no pavimento com taburnos de madeira e fica feito hum escondrijo no collegio. Fezse na sancristia huma porta de nogueira com almofadas e diamentes, huma janela tambem lavrada com sua rexa de grades que se fica fazendo, portal de pedra de cantaria bem lavrada na entrada». Em 1666: «na sancrestia se pos hum novo lavatorio». MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, pp. 651, 658

20 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, s/fl.

21 MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, p. 985

22 *Idem, ibidem*, p. 985

23 *Idem, ibidem*, p. 985

Contudo, para abertura de uma igreja ao culto não era necessário existir este compartimento anexo. Na igreja de Santa Maria, a sacristia parece ter sido contruída depois de 1640. Netes casos, as alfaias litúrgicas eram guardadas por pessoas leigas em caixas adequadas.

1.2.2. O portal

Os conventos de Santa Clara e S. Bento encontram-se hoje reduzidos à igreja. Em S. Bento cortou-se mesmo parte do coro para «desafrontar» o edifício do Governo Civil, levantado na área pertencente a este convento. S. Francisco possui ainda um claustro e várias construções adjacentes, hoje em grande ruína, mas muito modificadas pelas diversas funções que desempenhou depois de 1834.

Externamente, as igrejas de Santa Clara e S. Bento, marcadas por forte horizontalidade, configuram-se como uma espécie de caixa «severa e chã» em que os argumentos decorativos se reservam para os portais. Mesmo as janelas não desempenham quaisquer atributos dinâmicos.

No portal das claristas, duas colunas coríntias, de fuste estriado em meias canas, sustentando um frontão triangular, enquadram a entrada balizada por um arco redondo almofadado assente em pilastras. A presença ao nível dos capitéis de dois medalhões, semelhantes aos do pórtico da igreja da Companhia de Jesus, prolongando ainda a linha de influência coimbrã não lhe retiram o sentido de austeridade nem quebram a procura de equilíbrio pelas vias da ordem e proporção. Apesar de tardio, este pórtico parece reflectir as tendências que, à distância de uma época, foram antecipadas por Giacomo dela Porta no janelão central do corpo superior da igreja de Gesù em Roma.

O portal de S. Bento foi construído em 1690 pelo mestre canteiro Martinho da Veiga, igualmente responsável por outras obras no mosteiro. Este pórtico de cantaria com ombreiras e verga rectas é ladeado por pilastras de capitéis jónicos, prolongadas no ático por pirâmides encimadas por formas esféricas. No centro do ático, um nicho dá guarida à imagem do patriarca S. Bento. Sobre as pilastras que enquadram o nicho arrancam elementos da mesma ordem mas com redução a um terço da sua amplitude. Todo este conjunto superior é enquadrado por volutas *Rolwerk*, elementos que igualmente rematam este portal de forte pendor maneirista.

A mesma linguagem praticou-se no portal da igreja do mosteiro de S. Francisco, construído na primeira metade do séc. XVII, segundo inscrição que ostenta. Se na escritura da obra do madeiramento dos edifícios do convento de Santa Clara a casa dos mendicantes é em alguns aspectos apontada como modelo, cremos que relativamente ao portal se passou o inverso. De facto, descontados os pormenores do frontão, e a existência de medalhões, ausentes na igreja dos frades, todo o programa é condizente com o pórtico de Santa Clara, embora as ordens usadas sejam diferentes.

1.2.3. O claustro

Microcosmos concebido como uma cidade sagrada, os claustros prefiguram as características do novo mundo[24] descrito no *Apocalipsis*, permitindo, enquanto espaço físico, a contemplação, o retiro e a reflexão sobre a essência da espiritualidade. Símbolo do isolamento das comunidades religiosas, o claustro «fazia, paradoxalmente, as vezes de "praça pública"[25]», constituindo-se ao mesmo tempo como elemento organizador das diversas dependências conventuais. Afirmando-se como lugar privilegiado de execução plástica, acabaria, com o advento do barroco, por perder importância em resultado das directrizes centralizadoras e reformistas que privilegiavam, enquanto suporte ornamental, as áreas a que as massas populares podiam aceder, as portarias e as igrejas.

Derrubados os claustros de S. Bento, não se conhecem quaisquer elementos informativos. Da quadra de Santa Clara conhecemos uma planta[26] que foi desenhada em 1806 pelo 1° tenente José Joaquim de Freitas Coelho, quando se fazia um estudo de adaptação deste convento para hospital e quartel miltar. No risco, apontam-se alguns pilares que deviam sustentar arcarias e varandas, as quais se limitavam essencialmente a dois lados do quadrado. A fonte, que normalmente ocupa o ponto central está ausente, mas nota-se a

---

24 SEBASTIÁN, Santiago - *Iconografia del claustro barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica,* in «I Congresso internacional do barroco», vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, pp. 403-417.

25 CALDAS, João Vieira - *Claustro,* in «Dicionário da arte barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 121

26 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., n° 5723 (989) - 1.4A.8

presença neste espaço de uma capela. Além da imagem que justificava a capela, admitimos a presença nos claustros de outras representações sacras, já que, de acordo com Frei Fernando da Soledade, a Madre Soror Ana de Jesus (falecida em 1669):

> «com hua grande cruz aos hombros, descalsa, e cingida de cilicios corria todos os dias a via sacra no claustro[27]».

Também a notícia das mortificações a que a Madre Soror Ana da Glória se sujeitava, na expressão do mesmo clérigo, mostram a existência de varandas no claustro:

> «todas as madrugadas depois da oração sahia a correr a via sacra nas varandas do claustro[28]».

Apesar de modificados, restam-nos os exemplares da antiga igreja dos Jesuítas e do convento franciscano.

Na igreja dos Jesuítas, o piso térreo do espaço quadrangular, assinalado no seu ponto central por um poço, é ladeado por galerias com arcadas de volta redonda, assentes em colunas, que não se repetem no piso superior, onde em correspondência com os arcos do pavimento inferior, se abriram janelas geminadas.

No convento franciscano, o modelo arquitectónico que nos é proposto faz jus à pobreza da ordem. A coluna, propriamente dita está ausente. Apenas nas varandas corridas do piso superior se patenteiam alguns colunelos com capitéis de absoluta sobriedade. No pavimento térreo, se não fosse a regularidade das estreitas aberturas arqueadas, dir-se-ia estarmos em presença de uma parede com funções meramente estruturais, tal é a configuração do conjunto que pela execução e pelo material utilizado - xisto - em nada se distingue de uma construção rústica vulgar.

---

[27] SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal,* T. V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, p. 25

[28] SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal,* T. V, Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, p. 33

1.3. Capelas e igrejas

1.3.1. S. Tiago

Não se conhecendo a configuração da desaparecida capela de Santiago, importará assinalar a sua existência porque o processo que determinou a sua ruína não será independente das alterações devocionais enquanto expressões dos fenómenos de mentalidade. O oratoniano Luis Cardoso no seu *Diccionario Geografico*, publicado em 1757, ainda faz referência[29] a esta igreja. Nas respostas ao interrogatório posterior ao terramoto de 1755, considera-se como anexa de Santa Maria e sob o padroado da Câmara que, por esta razão, «lhe solemniza(va) a festa[30]». Escrevendo em 1721, será José Cardos Borges quem nos fornece indicações mais precisas sobre esta capela, situada:

> «sobre a muralha para a parte do norte junto ao castello com escada de pedra para a Praça chamada de Santiago em razão desta capela[31]».

Certamente de modesta dimensão, tinha esta capela um alpendre sustentado por colunas, duas das quais assentavam sobre leões[32]. Estas pedras, representando felinos, tinham pertencido a um túmulo proveniente da antiga capela. Na mesa da arca tumular representava-se «hua figura de mulher de proporcionado relevo com almofada debaixo da cabeça[33]», que os populares interpretavam como uma representação de «Bragança». Além dos leões também a «pedra que goardava o cadaver [que ainda esta(va) inteira] virada servia de primeiro degrao na escada[34]» de acesso ao templo.

---

29 CARDOSO, Luis - *Diccionario Geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas*, T. II, Lisboa, Na Officina Silviana, 1751, p. 274

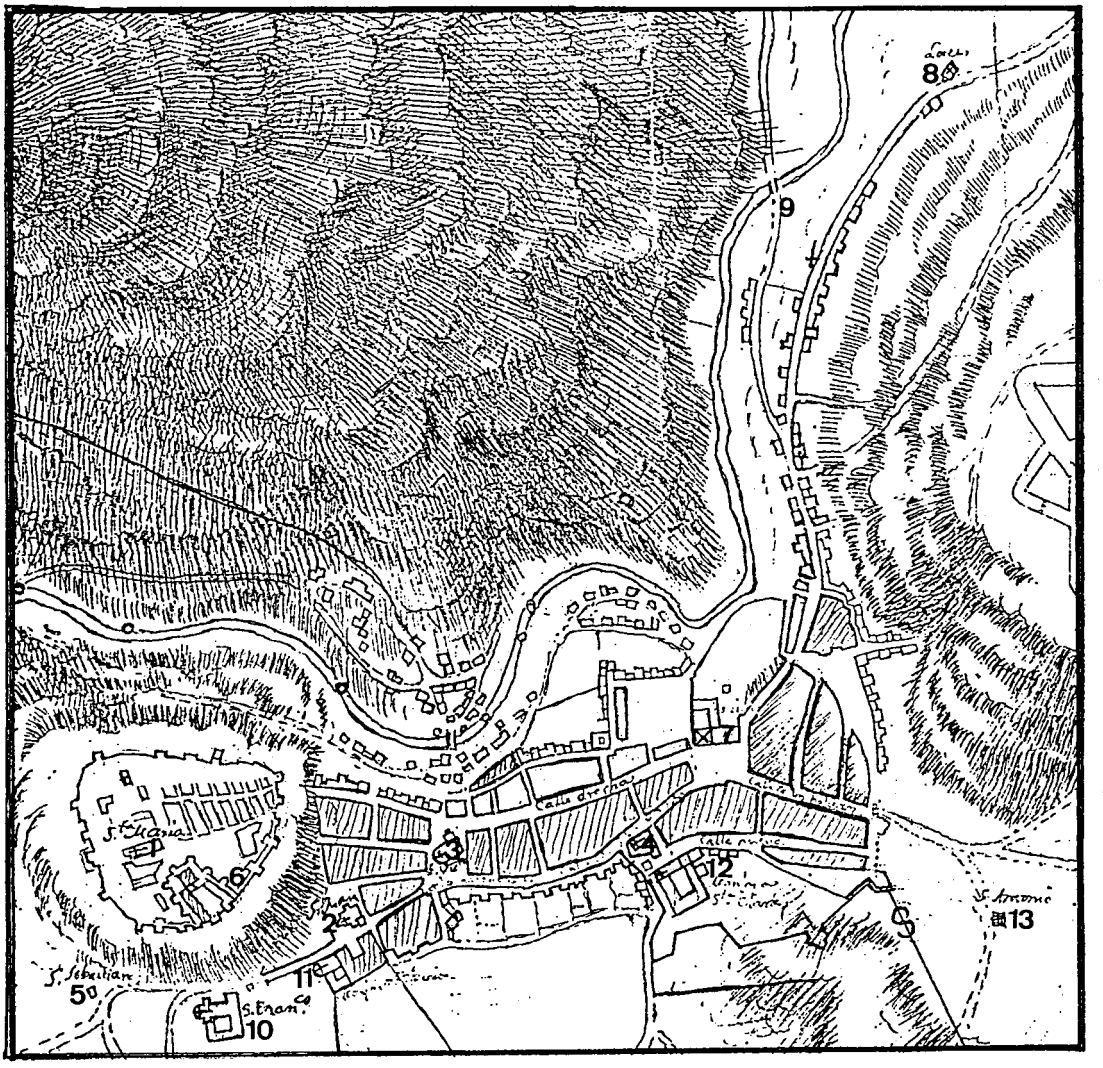
30 A.N.T.T., *Bragança*, in «Dicionário Geográfico», vol 7, pp. 1165-1186

31 BORGES, José Cardoso - *Descripsão Topografica da Cidade de Bragança*, B.N.L., COD. 248, fl. 27. Sobre o mesmo problema, Albino Lopo escreveu o seguinte: «já não se sabe o sítio em que estava situada. Presume-se que ficasse em frente da igreja de Santa Maria». LOPO, Albino - *Bragança e benquerença*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983 (Edição fac-similada pela de 1900, extraída do «Boletim da Sociedade de Geografia», nºs. 3 e 4, de 1898-1899).

32 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 27v

33 *Idem, ibidem*, fl. 27

34 *Idem, ibidem*, fl. 27



Localização de capelas, igrejas e conventos

1 Santa Maria
2 S. João
3 S. Vicente
4 *Misericórdia*
5 S. Sebastião
6 S. Tiago
7 Igreja dos Jesuítas (Sé)
8 Nossa Senhora do Loreto
9 Senhor dos Aflitos
10 Convento de S. Francisco
11 Convento de S. Bento
11 Convento de Santa Clara
13 Santo António

Uma torre com dois sinos, o das «audiencias» e outro que servia de relógio, competava o quadro externo deste edifício que no início do Séc. XVIII estava já em processo de declarada ruína.

1.3.2. S. Vicente

Construída sobre uma capela de raíz românica, a igreja de S. Vicente passaria durante a segunda metade do Séc. XVI por importantes transformações. José Cardoso Borges, com base no articulado de uma escritura, lavrada em 6 de Setembro de 1569, fez referência à visitação do bispo D. António Pinheiro, o qual constatando a ruína eminente do tecto da igreja, mandou demolir o seu corpo ordenando ao mesmo tempo que o reverendo António da Guarda, prior da colegiada de Santa Maria, na qualidade de «Beneficiado conservasse a capela mor[35]». Foi também nesta data que o «cidadão desta cidade» João Rodrigues de Valdecacere, juiz da confraria de Santa Cruz, pediu e obteve daquele prelado a doação do corpo da igreja para a que viria a ser a confraria[36] mais importante da cidade. Definidos, por escritura pública, os campos de actuação dos Beneficidos e da confraria, viriam a ser confirmados em Bula, de 12 de Março de 1577, assinada pelo cardeal D. Henrique. Antes porém, já o bispo tinha concedido licença para haver sacrário nesta igreja.

Em 1683, a queda sobre o corpo da igreja de «hua torre que tinha, como as das muralhas antigas[37]», obrigou a que fosse «reedificada de novo». Apesar de em 1764, segundo memória anónima, a igreja apresentar sérias ruínas[38], a

---

35 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.36

36 «esta confraria tem o primeiro lugar nas desta cidade por sua grande antiguidade e teve o piedozo exercicio de enterrar os mortos antes da erecção das Cazas da Mizericordia e estava sita na antiga capella de Santa Catarina antes da fundação do convento de S. Francisco [...]. E a cauza de se trasladar a outra parte foi porque havera 180 annos se arruinou aquella capella, e a irmandade se passou para a collegiada [...] e pellas duvidas que se moverão sobre a reedificação da capella e doandose a confraria a igreja de S. Vicente como fica dito, ultimamente se colocou em ella». *Idem, ibidem,* fl. 37

37 *Idem, ibidem,* fl. 37v

38 «Em 1764, estando a egreja em ruinas, não podendo n'ellas celebrarem-se os officios divinos, resolveram por todos os da Meza, d'aquelle tempo, e mais pessoas que quizessem concorrer com esmolas, braços, carretos, etc., etc., a reconstruila como se pudesse, a fim de evitar seu desabamento. Effectivamente, ainda hoje se encontra uma relação das pessoas que concorreram com seus donativos, que nós encontramos nos papéis velhos do archivo da confraria». ANÓNIMO - *A confraria do Divino Jesus de S. Vicente erecta no seu templo em Brgança,* Guarda, Tipografia Veritas, 1908, p. 13.

definição da planimetria que hoje conserva terá resultado das obras impostas pelo sucesso do desmoronamento da torre.

No corpo da igreja, com os altares de S. Vicente e S. Brás dispostos colateralmente, construir-se-ia uma outra capela que António Colmieiro de Morais, Cavaleiro do Hábito de Cristo, Fidalgo da Casa Real e morgado de S. Vicente, em Vinhais, e sua mulher, D. Angélica Maria de Sousa Teles, mandaram fazer, com a finalidade de nela ser colocada a imagem do Santo Cristo, de que eram grandes devotos. Os encomendadores, por escritura pública[39] lavrada pelo Tabelião Diogo Monteiro, em 12 de Outubro de 1686, cederam e trespassaram à confraria da Santa Cruz «todo o direito e senhorio» sobre a capela, desde que fossem respeitadas as seguintes condições:

- reserva, incluíndo os herdeiros, de poderem ser sepultados na capela que mandaram construir;
- em caso de ruína da capela, mudança da confraria para outra igreja ou deslocação da imagem para outra capela ou altar ou ainda no caso de «por qualquer acontecimento não queira a dita confraria ter a imagem e retabulo na dita capella», podiam os doadores, bem como os seus herdeiros, usar a capela «como sua».

A capela, «de bobida de cantaria[40]» situava-se «defronte da porta principal da dita igreia que parte com a samchristia della[41]» só pôde ser construída entre 1665, ano em que os doadores se casaram, e 1686, data da escritura de doação. Contudo, o mais provável é ter sido construída em simultâneo e na sequência das obras que a queda da torre implicou.

Poteriormente, a imagem do Santo Cristo seria mudada, por imposição popular, para o altar-mor, relegando S. Vicente para segundo plano. No seu lugar seria colocada a imagem de Nossa Senhora de Roncesvales[42].

---

[39] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 39v. COUTINHO, Moura - *Apontamentos para a história de Bragança*, in «A Pátria Nova», nº 25, Bragança, 15 de Julho de 1908

[40] COUTINHO, Moura - *ob. cit.*, nº. 25, 15 de Julho de 1908

[41] *Idem, ibidem*, nº. 25, 15 de Julho de 1908

[42] «he muito milagroza esta imagem principalmente se valem da protecção da Senhora as mulheres nos partos perigosos, e sai o marido, ou parente mais chegado dar nove toques no sino desta igreja para que os fieis que os ouvem ajudem tambem com suas orações». BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 39v. Cf.

O acentuado declive do sítio em que se implantou a igreja de S. Vicente, tendo como referência a Praça do mesmo nome, e os condicionalismos decorrentes do acanhamento da rua que lhe confronta a poente, determinaram o rasgamento da entrada principal ao meio do corpo, como acontece nos conventos de freiras. A ela se acede por uma escadaria sem argumentos para tirar partido da potencial cenografia que a posição elevada possibilitava.

O pórtico em que ressalta uma moldura tem verga recta e serviu de pretexto para um enquadramento formado por pilastras de fuste cavado, assentes em estilóbatas e com capitéis da ordem compósita, com tímidos prolongamentos de formas piramidais sobre o frontão. O entablamento, em que a arquitrave é decorada com almofadas e com uma roseta na zona central, é rematado por um frontão triangular. A disposição simétrica de duas janelas com enxalços em plano oblíquo reforçam o equilíbrio deste pórtico.

1.3.3. S. Sebastião e Nossa Senhora do Loreto

No grupo tipológico das edificações que podemos considerar de fachada-empena estão as igrejas de S. Sebastião e de Nossa Senhora do Loreto.

Situada a nascente da cidade, na imediação exterior dos muros do castelo, a igreja de S. Sebastião foi fundada «no tempo em que este reino se via agonizar entre os horrores de hua terrivel peste em 1569[43]». Apesar de a Câmara ser padroeira[44] desta capela, razão pela qual tinha «obrigação de a ter reparada, e paramentada[45]», não quis ou não pôde impedir «hum engenheiro que nesta provincia tomou por sua conta demolir as ermidas de S. Sebastião com pretexto de conveniencias militares nas guerras da feliz acclamação[46]». Passado esse período conturbado foi reedificada *a fundamentis* com o concurso da Câmara e da população.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Carácter mágico do toque das campaínhas (apotropaicidade do som)*, Porto, Separata da Revista de Etnografia, Junta Distrital do Porto, s/d., p. 19

43 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 123-124

44 «acordarão que perquanto a esta Camara pertencia a ermida de San Sebastião que esta a Sam Francisco pera a fonte do Alquaide». B.P.A.D.B., Posturas da Câmara, Cx. 1, Lv. 4. fl. 47

45 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 124

46 *Idem, ibidem*, fl. 124

Interiormente, tal como a igreja do Loreto, de que mais à frente daremos notícia, segue o modelo que Kubler apelidou de «nave em forma de caixa»[47], sendo a iluminação assegurada por janelas rasgadas na espessura das paredes, sem ornatos e com peitoris e rasgamentos dos enxalços dispostos em plano inclinado. Resgistando-se a semelhança dos programas adoptados nestas duas igrejas em que, tal como na generalidade das construções religiosas da região, apenas a fachada foi objecto de tratamento mais cuidado, preferindo-se a pilastra à coluna, aquela suporta um frontão triangular em que o anticlacissismo é acentuado pela inclusão de um nicho no interior do tímpano. No portal do Loreto, cuja arquitrave é almofadada, o vértice dos montantes apresenta-se hoje quebrado, permitindo a abertura de uma janela para iluminar o coro. Na intersecção das linhas do telhado, de duas águas, levanta-se uma espadana.

1.3.4. Misericórdia

Agregando a capela e o adro da igreja de Santa Maria Madalena, fundou-se em 1518 a Santa Casa da Misericórdia de Bragança[48].Num terreno adjacente à capela, que se manteve, onde estava uma imagem de vestir da «arrependida», enterravam-se os que, por falta de recursos, tinham falecido no hospital da Santa Casa.

Durante o ano de 1678-1679 foi Provedor da Misericórdia o bispo de Miranda, D. Frei José de Lencastre. Beneficiando de uma situação favorável pelo desafogo dos rendimentos da Santa Casa, deu andamento à «obra da frontaria da igreja e sua paredes e arcos e levantamento da capela[49]», de cuja execução se encarregou o «mestre António da Veiga pela quantia de 160.000 réis e 20 alqueires de trigo[50]». O mestre António da Veiga arrematou ainda:

> «a tribuna, a porta do pátio de cantaria com pardieira e seus remates e as armas reais em cima, o reboco e feitura da parede até à esquina

---

47 KUBLER, George - *ob. cit.*, p. 165
48 CASTRO, José de - *A Santa Casa da Misericórdia de Bragança,* Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1948, p. 61
49 *Idem, ibidem,* p. 65
50 *Idem, ibidem,* p. 65-66

da casa de António Colmieiro (hoje capela do Senhor dos Passos)[51]».

Além da obra de pedraria também correram nesta altura as obras de madeiras - «portas da igreja de almofadas, coro e capela[52] - arrematadas pelos mestres carpinteiros Sebastião da Costa e Domingos de Almeida. Estas obras, iniciadas durante o mandato de D. Frei José de Lencastre e continuadas durante 1679-1680, ano de gerência do abade de Meixedo, padre Manuel da Nóbrega de Azevedo, confirmando a pobreza da fábrica anterior, consolidaram com carácter definitivo o plano da igreja, de nave única, onde se dispunham dois altares colaterais[53], o de Nossa Senhora da Piedade e o de Santa Maria Madalena, e posteriormente o de Nossa Senhora ao pé da Cruz[54].

Beneficiando a cidade, na parte final do século XVII, de uma conjuntura económica favorável, a avaliar pelas diversas obras executadas neste período em igrejas e conventos, decidiu a Mesa da Santa Casa, na gerência relativa a 1681-1682, pôr a pregão um novo retábulo para a capela-mor que o «escultor Manuel Madureira[55]» viria a arrematar. De pendor ainda maneirista, este retábulo integra o espaço testeiro da capela-mor e apresenta-se dividido em andares, sendo o remate curvo. Aos dois andares laterais de edículas enquadradas por «colunas colobrinas» opõe-se o vão central, mais largo, residindo neste a importância e o significado estilístico desta máquina retabular em virtude da

---

51 *Idem, ibidem,* p. 66

52 *Idem, ibidem,* p. 66

53 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 35

54 «Pelo inventário feito em 1783, vê-se que a igreja teve um altar dedicado a Nossa Senhora ao pé da Cruz». CASTRO, José de - *A Santa Casa da Misericórdia de Bragança,* Lisboa, Tipografia da União Gráfica, 1948, p. 69

55 Segundo Monsenhor José de Castro, o retábulo «teria 33 palmos de altura e de largura toda a que tiver a capela nas costas de trás, com 12 colunas colobrinas, todas revestidas de talha a mais perfeita que daria a arte, com quatro nichos para quatro evangelistas de relevo inteiro com seus timbres, tendo de altura 7 palmos grandes. Ao meio do retábulo e a meio relevo, o painel de Nossa Senhora da Misericórdia com 12 figuras, necessárias para o painel ficar perfeito. No alto do retábulo, um painel da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel, em alto relevo, e em cima do painel da Misericórdia com as armas de meio relevo, a figura do Espírito Santo. Em baixo, um sacrário de quatro palmos de altura em proporção, e o banco teria quatro paineis de meio relevo com os quatro passos da Paixão de Cristo nas pilastras. Em cima, e aos lados do alto relevo de Nossa Senhora da Visitação e à frente de duas colunas colibrinas, as estátuas de São Pedro e São Paulo proporção de altura. Em nicho central, colocar-se-ia o Santo Cristo que seria da casa, imagem da igreja que se reconstruía agora, e cuja pintura, no anop de 1675, havia custado 600 reis»..*ob. cit.,* p. 67

opção decorativa trilhar os caminhos da inovação ao ser escolhido o partido da coluna pseudo-salomónica.

Nova campanha de obras ocorreu durante a parte final do séc. XVIII, recorrendo a Misericórdia à alienação de parte do seu património para conseguir reunir a quantia necessária ao enfrentamento de tais compromissos. De acordo com uma escritura celebrada no cartório do Tabelião José Manuel Lopes, em 12 de Maio de 1795, entre a Mesa da Santa Casa, João Afonso e sua mulher, sendo Provedor Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, vendeu-se:

> «hua quinta chamada de Santa Marinha no termo do lugar de Talhas [...] porque necesitando vender a mesma quinta, para aci [sic] com o seu producto se fazerem as muitas necessarias obras de que precizava a igreja da mesma Santa Caza[56]».

Utilizando os 470.000 réis que, em resultado desta transacção, entraram nos seus cofres, pôde esta instituição fazer a capela do Senhor dos Passos, cujo altar foi terminado em 1799, e atender outras obras na igreja, nomeadamente a construção de novo frontespício. Nesta fachada, as cornijas salientes de linhas ondulantes, a par de outros elementos arquitectónicos - porta e óculo com vergas curvas - que se repetem na geminada capela do Senhor dos Passos, apesar da simplicidade decorativa e de factura, inscrevem assim, pela acentuada movimentação um dos aspectos mais caros à arte barroca.

1.3.5. Senhor dos Aflitos e Santo António

O século de setecentos não foi assinalado em Bragança por grande fulgor construtivo. Apenas as igrejas do Senhor dos Aflitos e de Santo António foram construídas neste período, com a particularidade de na época se situarem fora de portas e de serem ambas de dimensões muito modestas. A primeira ainda não existia no primeiro quartel do séc. XVIII, razão pela qual nem António Carvalho da Costa, ao declarar as ermidas existentes «fora dos muros[57]», nem Cardoso

---

[56] B.P.A.D.B., Núcleo Notarial, Lv. 148, Mç. 33, fls. 67-68v

[57] COSTA, António Carvalho - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reino de Portugal,* T. I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 496

Borges lhe fazem qualquer referência, o mesmo sucedendo em 1758 com as Memórias Paroquiais. Também no «Plano de la Plaza de Berganza[58]», de bom pormenor, levantado com finalidades militares, em 16 de Maio de 1762, por um engenheiro que acompanhava o destacamento do Tenente General Marquês de Cevallos, não se manifesta ainda a existência desta capela. Porém, em 22 de Outubro de 1791, «Maria Jozé mulher de Antonio da Veiga» ao lavrar o seu testamento no cartório do Tabelião António Manuel de Almeida, expressando a vontade de deixar «hua missa a Senhor Jesus dos Aflitos[59]», dá-nos a primeira notícia sobre a existência desta capela, mostrando-se ao mesmo tempo que a data de 1804 que, como probabilidade, Albino Lopo[60] avançou para a sua fundação, não tem fundamento. Também a «Planta da cidade de Bragança, e suas dependencias[61]», levantada em 1801 pelo Capitão do Corpo Real dos Engenheiros, Luis Gomes de Carvalho, ao referenciar a capela no sítio que hoje ocupa fundamenta a nossa opinião.

Relativamente à segunda capela, José Cardoso Borges, em 1721, escreveu:

> «No campo do Toural junto a esta cidade está a ermida de Santo Antonio levantada em hum lugar lageado de pedra com escada por toda a circunferencia, e em 1708 a fundou Antonio de Figueiredo Sarmento cavaleiro do hábito de Christo, e governador, que foi desta cidade[62]».

Falecido em 2 de Fevereiro de 1713[63], foi o antigo governador da cidade sepultado, no exterior da capela, num carneiro que ostenta (lado poente) uma

---

58 A.H.M., 3ª Divisão, Cx. 47, nº 17098/5

59 B.P.A.D.B., Núcleo Notarial, Lv. 70, Mç. 17, fls. 20-20v

60 «É de todas as capellas a mais elegante pela sua construção. Está à entrada da cidade [...] e junto da ponte do Loreto, que foi provavelmente feita quando ella, ahi por 1804». LOPO, Albino - *Bragança e benquerença, ob. cit.*, p. 36

61 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 3829 - 1. 4A.8

62 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 123

63 «Fez testamento nas notas do Tabalião Joseph Sobral em que deixou os dous officios de Communidades costumadas e trezentas missas por sua alma pagas a estas de esmolla e almude e meio de azeite de esmolla todos os annos *in perpetuum*, à Senhora do Rozário do convento de São Francisco para se alumiar e trinta

inscrição confirmando o encomendador[64]. Referindo-se a esta pequena capela, o Abade de Baçal, admitindo o elevado preço da sua construção em função da quantidade de cantaria empregue na escadaria e obra da capela, quase dava o dinheiro por mal gasto, «comquanto architectonicamente seja pouco notavel[65]». O interesse arquitectónico desta capela não o acharemos na dimensão, por ser reduzida, nem tão pouco na vulgaridade dos alçados . À semelhança de outras pequenas ermidas que se encontram por todo o país, em zonas rurais e piscatórias, a sua importância arquitectónica, além do interesse da fachada reside na abóbada da cobertura interior e, sobretudo no seu plano em cruz grega, marcando a ruptura com o dirigismo de tipo longitudinal tão caro ao maneirismo.

1.4. As novas linguagens artísticas

1.4.1. O portal de Santa Maria

Como em Bragança as construções religiosas afectas a funções paroquiais foram edificadas antes do séc. XVIII, natural será que transportem as marcas estéticas de períodos anteriores, contudo, distantes das soluções utilizadas na Sé de Miranda e na igreja de Outeiro que, apesar da desenvoltura da sua fábrica, não marcaram arquitectónicamente a região.

A paroquial de Santa Maria é uma igreja de três naves, sem transepto, modeladas por arcadas assentes em pilares chanfrados, em que a cobertura de madeira servindo todo o espaço, com excepção da capela-mor, determina que a iluminação do templo se faça lateralmente, o que retira alguma supremacia à capela-mor. Colhendo a sua fórmula organizacional na tipologia da igreja-salão insere-se no conjunto de construções em que a estrutura e a essencialidade morfológica, de acordo com Horta Correia, representam:

---

e duas missas *in perpetuum*na capella de Santo António do Toural todos os annos pagas a tostão de esmolla».
COUTINHO, Moura - *Apontamentos para a história de Bragança*, in «Pátria Nova», nº 42, Bragança, 11 de Novembro de 1908.

64 Inscrição no lado nascente: «Aqui jas o pecador de Antonio / de Figueiredo Sarmento profe / so na Ordem de Christo governador que / foi desta cidade »; lado nascente: «mandou fazer esta capela / por sua devoção pede / aos fieis christãos hum / Padre Nosso e ua Ave Maria por amor de Deos»; na cabeceira: «Faleceo / o institu / idor ano 1713».

65 ALVES, Francisco Manuel - T. II, - *ob. cit.*, p. 302

«uma atitude, senão deliberadamente anticlássica, pelo menos reveladora de propositado alheamento face às correntes eruditas italianizantes em voga[66]».

Sendo do tipo empena-fachada, a face principal, onde num ângulo se levantou a torre sineira, não apresenta autonomia relativamente à estrutura do conjunto. Porém, este dado não constituíu impedimento para no seu pórtico se lavrar o manifesto mais veemente da sensibilidade estética do barroco arquitectónico em todo o nordeste transmontano.

O portal desta igreja segue o formulário característico do séc. XVIII, definido por Robert Smith[67] como uma composição em que a porta mantém ligação com a janela que a sobrepuja. Assentando em estilóbatas, trabalhadas de molde a parecerem mísulas, duas colunas torsas com capitel coríntio enquadram o portal, com ombreiras e verga almofadadas. O movimento ascensional das colunas pseudo-salomónicas, decoradas com símbolos eucarísticos de uvas e parras, tem continuidade nas volutas do frontão quebrado, de disposição secante a igual ordem, mas mais singela, que arrancando de uma arquitrave sustentada por mísulas é coroada por um frontão curvo.

Todo este dinâmico conjunto arquitectónico, que integra ainda hoje duas pequenas esculturas dispostas nos vãos das grandes volutas, tem o seu contraponto em quatro nichos de ático concheado. Estes, tratados como se fossem janelas, harmonizando toda a superfície parietal da fronteira, imprimem-lhe ao mesmo tempo uma vigorosa animação, em resultado do movimento sugerido pelos enrolamentos que os enquadram.

Atribuíndo ao exterior a função informativa, e convidando o crente a «deixar um dos mundos e entrar noutro[68]», o portal da igreja, simbolizando a entrada no reino celeste[69], condensa toda a carga iconográfica dos elementos que o compõem.

---

66 CORREIA, José Eduardo Horta - *A arquitectura - maneirismo e «estilo chão»*, in «História da arte em Portugal», vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 102

67 SMITH, Robert C. - *The developement of baroque art in Portugal and Brazil*, in «XVI Congrès international de l'histoire de l'art», vol. VI, Lisbonne - Porto, 1949, p. 99

68 ARNHEIM, Rudolf - *A dinâmica da forma arquitectónica*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 81

69 «La porte n'est plus seulement l'accès de l'edifice, mais aussi le seuil de l'histoire sainte. En outre, il faut tenir compte de la dimension eschatologique de l'Entrée du Christ: la Jérusalem céleste se superposant á la Jérusalem terrestre, l'image associe l'entrée dans l'église et l'accueil dans le Paradis».

Por outro lado, o frontão quebrado, supondo «um indício de desventura e interrupção do curso da vida[70]», permite deixar antever no frontão curvo, colocado mais acima, a possibilidade da consciência da vitória. Por esta razão e como exemplo do Caminho a percorrer, os templos barrocos exibem, mesmo no exterior, tantas imagens de santos. Esta fachada, cujo sentido de certa forma experimental é devedor da «arquitectura efémera», pelo favorecimento dos aspectos decorativos sobre a função estrutural assemelha-se a um retábulo que, uma vez passado à pedra, seria colocado no exterior.

Da mesma forma, a coluna conjugando «o carácter funcional e simbólico ascensional e de aspiração mística[71]», foi na sua forma torsa que melhor exprimiu a ligação com o sagrado. Resultando da simplificação da coluna salomónica que Bernini incorporou no baldaquino de S. Pedro, pela supressão e diferenciação do seu terço inferior[72] e ainda pelo envolvimento do fuste com os temas eucarísticos, a coluna helicoidal teve aplicação e repercussão em Portugal a partir de 1671, ano em que a comunidade italiana encomendou no país de origem um retábulo de pedra para a sua igreja do Loreto em Lisboa. A utilização de colunas pseudo-salomónicas, já referenciadas no retábulo da Misericórdia de Bragança, não tendo nesta cidade, em virtude do seu carácter inovador, acolhimento imediato - o cruzeiro que a Câmara mandou erguer na Praça do Colégio em 1689 continuava preso às soluções decorativas caras ao maneirismo embora nos dois terços superiores do fuste, através das espiras e dos símbolos da vida eterna, pássaros e folhas de videira, se acusem modificações do gosto - conheceria com a entrada do século grande divulgação, animando as superfícies pétreas dos portais ou reluzindo nos interiores dourados das igrejas.

Não esqueçamos a importância da igreja de Santa Maria na comunidade bragançana do séc. XVIII, até ao momento da transferência do bispado. Realizando-se nesta igreja as funções principais, aí se abençoava uma sociedade em que o estatuto de cada um era avaliado também em função dos códigos da

---

BASCHET, Jérôme - *Lieu Sacré, lieu d'images,* Paris-Rome, Éditions La Découverte, 1991, pp. 162-163

[70] BONNET CORREA, Antonio - *El frontón invertido,* in «Bracara Augusta», vol. XXVII, nº 63, (75), T. I, Braga, Actas do Congresso a Arte em Portugal no séc. XVIII, 1973, p. 66

[71] GANDRA, Manuel Joaquim - *Coluna salomónica*, in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 130

[72] SANTOS, Reynaldo dos - *História da arte em Portugal,* vol. III, Porto, Portucalense Editora, Porto, 1953, p. 79

aparência. Os mesmos parâmetros valiam igualmente para aferir a escala de poder e consequente relação de uma igreja com a comunidade. Daí que os templos , sendo unidades de conservação das representações sociais, se tornassem «não só os palácios dos pobres, nas também os *banhos públicos* dos pecadores e os espaços de rastreio das virtudes[73]».

1.4.2. O projecto da nova Sé Catedral

Expulsos os Jesuítas e transferida a sede do bispado de Miranda do Douro para Bragança, num processo em que se destacou D. Aleixo de Miranda Henriques, serviria a igreja dos proscriptos como Sé catedral. Bem relacionado nos círculos do poder central, tinha este bispo sido nomeado Procurador de D. Gaspar[74], filho natural de D. João V, quando o irmão e monarca o nomeou para a diocese de Braga em Agosto de 1756. Consagrado bispo de Miranda em 16 de Maio de 1758[75], acumularia este cargo com o de Governador do arcebispado de Braga até ao momento em que D. Gaspar de Bragança fez a sua entrada pública na cidade de Braga, o que aconteceu em 28 de Outubro de 1759. Desconhecemos se o bispo de Miranda participou nesta cerimónia que, pela pompa e magnificência, segundo memória anónima, «igalou aos grandes triunfos com que a famosa Roma recebia os seos imperadores victoriozos[76]».

Em todo o caso, tais demonstrações de poder, juntamente com o relacionamento que mantinha na corte, não lhe eram indiferentes. Ele próprio se comportava como um príncipe. Constantemente rodeado de secretários, capelães, familiares e médicos, ia ao ponto de exigir as honras correspondentes não só à cleresia, mas também aos restantes sectores sociais, incluíndo os militares[77]. Pretendendo o fausto das solenidades religiosas legislou sobre a

---

[73] ATANÁZIO, Manuel C. Mendes - *O barroco e a cultura religiosa*, in «Actas - I Congresso internacional do Barroco», vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, 1991, p. 154

[74] B.N.L., RES., COD. 682, *Bispado creado por D. Jose I*, fl. 11v

[75] ALVES, Francisco Manuel - T. II, *Ob. cit.*, p. 66

[76] B.N.L., RES., *Bispado creado por D. Jose I*, COD. 682, fl. 11v

[77] CASTRO, José de - *Bragança e Miranda*, Porto, vol. III, 1948, p. 14

matéria, chegando mesmo a pormenorizar a qualidade dos paramentos que deviam ser usados nas celebrações litúrgicas[78].

Sem a grandeza da Sé de Miranda, a antiga igreja dos regulares da Companhia da Companhia de Jesus cedo manifestou as suas insuficiências para as novas necessidades do culto. Tais limitações, além de não concordarem com o aparato pretendido pelo bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques concorriam para o reforço da causa dos cónegos partidários do regresso e manutenção da Sé em Miranda do Douro. Por isso, o chefe da Mitra diocesana encetou as diligências necessárias para lançar os fundamentos de uma nova catedral que pretendia grandiosa.

Encomendado o risco ao arquitecto António Stopani Romano, diversas razões, que veremos mais à frente, aliadas à pretensão de ser maior do que as circunstâncias, impediriam a Mafra de Trás-os-Montes de ir além dos alicerces.

Quase nada se sabe sobre este arquitecto-decorador de proveniência transalpina. Uma das raras notícias que temos resulta da informação de Cyrillo Volkmar Machado[79] relacionada com a substituição, em 1760, de Lourenço da Cunha na direcção do teatro do Bairro Alto. Falecido nesta data, este pintor de «architectura, e perspectiva», pai do matemático José Anastácio da Cunha, seria substituído por Silvério Manuel Duarte que, por sua vez, viria a falecer dois anos mais tarde. Foi então que António Stopani se encarregou da direcção do teatro, onde trabalhou até 1767, altura em que foi substituído por Joaquim dos Santos Araújo, o qual não se demorou muito no lugar porque «dahi a pouco tempo tornou Stopani[80]». Em 1773, ensinava, interinamente, Desenho e arquitectura na Universidade de Coimbra. Um aviso do Marquês de Pombal, referindo-se à qualidade do seu magistério, considerava:

> «não he capaz para dar uteis lições destas artes: e seria dar-lhe principio na Universidade com um máo Mestre. E não havendo

---

78 RODRIGUES, Luís Alexandre - *O decoro e a representação à luz das Constituições Sinodais do bispado de Miranda do Douro. Inventário dos bens móveis da igreja de Santa Maria de Bragança,* Separata de «Brigantia», vol. XV, nº1, Bragança, 1995

79 MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de Memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes,* Na Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, Lisboa, 1823, pp.196-198, 202.

80 MACHADO, Cyrillo Volkmar - *ob. cit.,* p. 198.

nesta Côrte nenhum outro, que possa aproveitar-se, devemos suspender o provimento desta Cadeira, em quanto o nosso portuguez não se recolhe a esta Corte, acabado que se seja o curso dos seus estudos[81]».

Apesar das insuficiências de informação relativas ao percurso e obra deste arquitecto assinale-se o facto de mais uma vez em Portugal um projecto de grande envergadura ser entregue a um estrangeiro. Importará por isso, fixar as propostas essenciais que o arquitecto riscou na planta e corte longitudinal - hoje conservadas no Museu Abade de Baçal - que, se fossem levadas a bom termo, delineariam a construção da última grande catedral do reino. Como no caso da igreja de Mafra, perfilavam-se na linha de influências da arquitectura romana pela via da igreja de Gesù, sem contudo se confundir com a igreja riscada por Giacomo Barozzi, mais conhecido por de Vignola. Com efeito, sendo recusadas as soluções planimétricas centralizadas, soluções preferidas durante o renascimento, optou-se pela planta de cruz latina, com transepto bem marcado e uma única nave. Sendo também certo que entre nós, mesmo antes da construção da igreja de Mafra, já a igreja de S. Vicente de Fora quer pela sua organização interna quer pela sua monumentalidade pode ser aproximada do modelo de Gesù. Porém, neste templo, mais que o plano, o que assumiu foros de inovação, embora decorrente de concepções romanas por ser um «elemento arquitectónico estranho à sensibilidade nacional[82]», parece ser o sistema de iluminação do cruzeiro através de uma cúpula, hoje inexistente.

A existência de pontos de contacto entre construções maneiristas e barrocas parece-nos ser a demonstração que na procura de soluções arquitectónicas ou decorativas o barroco, enquanto corrente estética, não recusou de todo a utilização de elementos mais antigos. Apesar da persistência de elementos de longa duração, as proposições explicitadas no risco da catedral de Bragança devem ser encaradas como o resultado da lição de Mafra. Mesmo a proveniência ou influências romanas do arquitecto que desenhou a planta

---

81 RIBEIRO, José Silvestre - *História dos Estabelecimentos Scientificos literarios e artisticos de Portugal*, T. I, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1871, p. 399. O português a que o documento se refere deve ser José da Costa e Silva que, como pensionista, estudou em Bolonha, para onde partiu na companhia de Ângelo Brunelli. MACHADO, Cyrillo Volkmar - *ob. cit.*, pp. 234-238

82 PAIS da SILVA, Jorge Henrique - *ob. cit.*,p. 169

destinada à cidade nordestina, demostrando conhecimento e influência dos esquemas borromínicos, mostra igualmente consideração pelo formulário e orientações que os arquitectos nacionais seguiram em construções religiosas de Lisboa e região meridional do país a partir da segunda metade do séc. XVIII.

De acordo com a planta e corte longituinal, a frontaria da igreja seria ladeada por duas torres de remates bolbosos com altura inferior à cúpula que se ergueria sobre o cruzeiro. Um pórtico dava acesso ao interior da igreja com planta em cruz latina em que os braços do transepto, pontificados nos ângulos formados com a nave por dois pares de colunas, ultrapassam com clareza a largura da igreja. Traduzindo a importância concedida ao sermão, as naves laterais foram substituídas por capelas entre as quais correm pilastras, de fuste liso, que se elevam à altura dos arcos redondos que as coroam, sendo os remates formados por cartelas donde escorrem grinaldas que acompanham o movimento do arco. Discurso diferente estava destinado às capelas testeiras do transepto. Estas seriam ladeadas por um programa de pilastras emparelhadas no meio das quais avançava uma coluna, conjunto que sustentava um frontão curvo interrompido, coroado por serafins erguendo uma cruz.

Apesar de as vergas curvas das aberturas, que ritmadamente correm na parte superior dos alçados, transportarem um vocabulário de importação, não negam a acomodação ao novo gosto e sensibilidade plástica em vigor na parte sul do território, plasmados pela grande dimensão das janelas, pela presença de tribunas na parte do presbitério e pela incorporação de materiais pétreos ou madeiras policromadas nos retábulos.

A cúpula, com lanternim, pelo seu carácter estético e funcional, adquire sempre o estatuto de peça arquitectónica de primeira grandeza. Embora neste caso o tambor fosse escondido pelo sistema de cobertura, o que limitava exteriormente a sua ousadia, dela desprender-se-iam as qualidades luminosas, tão caras ao barroco, que não só permitiriam iludir o peso das massas interiores ou sugerir inesperados valores de verticalidade mas também dinamizar os elementos estruturais e espaciais, modelando as formas e enriquecendo as perspectivas.

2. As igrejas paroquiais

2.1. S. João Baptista

Existindo já na primeira metade do século XIV[83], a igreja de S. João Baptista, hoje inexistente, viria a ter na época moderna grande importância na cidade de Bragança, pelo facto de ser uma das duas paróquias que então havia nesta urbe.

Duarte Darmas, na vista oeste[84] que tirou da cidade, representou a torre desta igreja. Alta e esguia, possuía algumas frestas e uma cobertura aguda com uma cruz a servir de remate. No entanto, acreditamos que, pela sua estrutura e dimensão, a igreja nunca ultrapassou o risco da modéstia

Localizava-se este edifício religioso quase em frente do mosteiro das freiras bentas e a pouca distância do convento de S. Francisco e da colegiada de Santa Maria. E, se o sítio da sua implantação condicionou a sua grandeza, a provável pobreza dos materiais utilizados deixavam aos elementos a possibilidade de com alguma facilidade imprimirem as marcas da ruína.

As fontes não sendo abundantes, são, quando existem, parcas em informações. Uma carta do Duque de Bragança, datada de 1589, dirigida aos edis da cidade, chamava a atenção para a necessidade de se fazerem reparações em alguns bens de interesse público. Nesse conjunto incluia-se a igreja de S. João. Sem, contudo, sermos informados da natureza das obras, dizia-se:

> «sou informado que nessa cidade há alguas cousas muito danefecadas que (há) necessidade de se repairarem para que se não acabem de perder e que não se entendendo a brevidade no repairo dellas se não poderão depois reformar sem grande despesa das rendas della. As quais são as Casas da Audiencia Torre do

---

83 BORGES, José Cardoso - *Descripsão Topografica da Cidade de Bragança*, B.N.L., COD. 248, fl. 33 ALVES, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.*,pp. 278, 279, 285. Com base na tradição, este autor aponta o nome de Catarina de Morais com sendo a responsável pela erecção da paróquia de S. João. Esta senhora, tendo visitado Roma, aí conseguiu uma Bula para a erecção da paróquia, anexando então à igreja de S. João alguns bens, entre os quais a quinta de Vale de Lamas, sua propriedade. Por esta razão, quando Vale de Lamas atingiu o estatuto de paróquia, a sua igreja manteve-se anexa á de S. João Baptista da cidade de Bragança.

84 ALMEIDA, João de - *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas,* Lisboa, Editorial Império, 1943, p. 341

> Relogio, sino de correr, e a ermida de São Sebastião. E as pontes do rio Fervenca, e fontes, e a igreja de São João que se cocerte a custa das rendas dessa cidade[85]».

Radical, foi a decisão de um Visitador que determinou o derrube da igreja impondo ao mesmo tempo o seu acrescentamento, mesmo que para isso houvesse necessidade de anular um bem público de primeira necessidade, como era o caso de um poço:

> «Juiz, Vereadores, e Procurador da cidade de Bragança eu o Duque etc. vos envio muito saudar. Recebi hua vossa de dezasete do presente (1592), em que me dizeis, que per visitação se manda derrubar a igreja de São João dessa cidade. e que corra por diante ate o poço que está na serventia dessa cidade, e que voz, por se escusar o prejuizo da dita serventia, vos parece, que deveis dar cem mil reis das rendas dessa cidade para a dita obra se fazer para hua das partes[86]».

Mesmo desconhecendo o resultado da decisão eclesiástica, a verdade é que se vivia num tempo em que não era fácil contrariar tais orientações, atendendo ao peso e influência da igreja católica na sociedade portuguesa. Em todo o caso, esta carta do Duque de Bragança, datada de 1592, deixa-nos ver a pequena dimensão da igreja e ainda nos permite concluir do seu estado de ruína avançada, uma vez que mesmo para se proceder a obras de acrescentamento haveria alguma relutância em se ordenar o derrube total do edifício. A qualidade e a natureza dos materiais utilizados, conjugados com o factor tempo, determinam a presença ou a ausência de condições de segurança. Neste caso, parece-nos que a decisão do Visitador foi consequência da ausência de condições de segurança.

---

85 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. V, fl. 122

86 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. V, fl. 141. Albino Lopo, entendeu que nesta data foi derrubada «uma capella lateral» da igreja de S. João, conclusão que o documento não consente.
Cf. LOPO, Albino Pereira - *Bragança e Benquerença*, p. 35

Outras obras, de que ignoramos o alcance, aconteceram em 1650[87], pois em Outubro deste ano faleceu um criado do mestre que trabalhava na capela.

Apesar destas obras e do seu alargamento, a igreja continuará a ser de pequena dimensão, como se confirma por um documento relativo à instituição, com título de morgado, de uma capela «no lugar onde esta hum altar do Nome de Jezus ao direito da capella de Nossa Senhora da Consolação[88]», autorizando-se que a parede fosse rasgada para a capela ocupar alguma área do adro, uma vez que a igreja não era já suficiente para albergar todos os fregueses.

O edifício, de modesta dimensão, tinha como estipulavam as Constituições Sinodais, torre sineira e adro. Interiormente era de uma só nave. Junto ao arco da capela-mor estavam os altares de Santa Catarina e de S. Sebastião que o Doutor Manuel Camelo mandou fazer e dourar por sua conta[89]. No corpo da igreja havia ainda duas capelas: no lado do Evangelho estava a de Nossa Senhora da Consolação[90], correspondendo-lhe no lado da Epístola a do do Santo Nome de Jesus.

Ao vencer-se o primeiro quartel do Séc. XVIII a capela-mor tinha já «hua tribuna ao moderno toda cuberta de entalhado e apainellada com boas pinturas[91]». Posteriormente, em 1797, o retábulo de S. João seria desmontado e conduzido para a igreja de Castro de Avelãs[92]

Em 6 de Janeiro de 1624 lavrou-se um contrato de nomeação e obrigação, pelo qual os reverendos Bento da Cunha e Miguel Correia, Abade e Cura de S. João, acompanhados dos mordomos da igreja, Gaspar Simões e Pedro Gonçalves, cerieiro, e ainda dos mordomos da Confraria do Santíssimo Nome de Jesus, António Correia e António Gonçalves, carpinteiro, consentiam que José

---

87 «Domingos criado do mestre que faz a capella faleceu aos quatro dias de Outubro de mil seis centos e cinquenta annos». B.P.A.D.B., Lv. R.O.I.S.J., Lv. 1, Mç. 1, fl. 100

88 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação na extinta igreja de S. João Baptista de Bragança*, PRQ., Lv. 123, Cx. 13, fl. 105

89 BORGES, José Cardoso , *ob. cit.*, fl. 33v

90 Esta imagem foi trazida de Roma por Catarina de Morais. BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*,fl. 33v

91 BORGES, José Cardoso, *Ob. cit.*, fl. 33

92 Em 25 de Setembro efectuou-se a desmontagem do retábulo e transportou-se para Castro de Avelãs, o que custou 3.110 rs.. Em 25 do mesmo mês assentou-se tendo-se gasto 32.110 rs.. Esta quantia além do trabalho incluía a despeza em pregos e missagras. É possível que este trabalho tivesse sido executado por Manuel da Silva, natural de S. Pedro, uma vez que no mesmo período aparece referenciado como o «carpinteiro da obra do Castro». B.P.A.D.B., Cabido, Lv. 22, Cx. 5, fl. 8v, 10v.

Alonso e sua mulher Ana de Rios instituíssem a Capela do Santíssimo com título de morgado, podendo:

> «abrir e levantar na dita igreija hua capella no lugar onde esta hum altar do Nome de Jezus ao direito da capella de Nossa Senhora da Comsolacão da mesma igreija no coal altar, do Nome de Jezus, tem o dito Joseph Alonço e sua mulher posto o retablo por sua conta, e o mais delle a coal licença lhes consedem segurando elles ditos Joseph Alonço e sua mulher as paredes e madeiramentos e teto, da igreija, e abendo algum dano elles [...] (o farão) a sua conta por acharem ser isto licito, util, e porveitozo para a dita igreija e freigezes della e bem da dita comfraria [sic] estendendose a dita capella no adro tomando delle o neçesario com que a dita igreija se fique alargando mais por ser piquena para todos os freigezes e ficar mais lustroza e reaçada com a dita capella, e a dita comfraria com mais comodidade a coal capella sera pella medida e compas[sic], e proporção fronteira della pella de Nossa Senhora da Consolação da dita igreija pello que dão e consedem o dito chão e adro, e lugar para edificar a dita capella os ditos Joseph Alonço e sua mulher e assituarem na para elles e seos erdeiros e sucesores a fabricarem ficando sempre nella a comfraria do Nome de Jezus com athe agora estava e poderão os ditos instituidores asentar dentro della suas sepulturas e seos erdeiros, e suçesores sem nella se enterrarem nem freigezes, nem Abades[93]»

Os instituidores da capela, além de se obrigarem a deixarem tudo concertado e perfeito, como estava antes.das obras, comprometiam-se a:

- recolher «dentro della o retablo e por o frontal, toalhas e mais ornamentos nella necesarios para [...] se selebrar o devino sacrafiçio da missa ficando tãobem dentro da dita capella a dita Confraria com seos ornamentos[94]»;

---

[93] B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação*, PRQ., Cx. 13, Lv. 123, fl. 103-105v

[94] *Idem, ibidem*, fl. 106

- dar à Confraria duas dalmaticas de tela de ouro em conformidade com uma vestimenta que a Confraria já tinha[95];
- mandar dizer missas «para sempre» na referida capela todas as segundas, quartas e sextas-feiras. À conta dos bens vínculados pagar-se-iam anualmente quinze mil réis. Doze mil réis eram para o sacerdote que as dissesse enquanto os restantes três mil réis se destinavam a pagar ao sacristão e limpeza do altar e capela[96].

Além destes compromissos, vinculavam ainda os seguintes bens de raíz:

> «as suas cazas de morada com seos altos e baixos, por diante e por trás, que partem [...] com cazas dos filhos que ficarão de Gregorio Dis da Costa e de João Gonçalvez sapateiro, e outras cazas de lagar que estão na [...] travessa do Expirito Santo, que partem com cazas de Francisco Gonçalvez Peginga, e Gabriel Mendes, e outras cazas que estão na rua do Expirito Santo tudo desta cidade, que partem com cazas de Pedro Ferreira e Domingos Gonçalvez[97]».

Provavelmente descendentes de José Alonso e Ana de Rios eram Margarida Trancoso de Lira e Henriques ou seu marido João Salgado de Castro, residentes em Ponte de Lima. Em 1707, Margarida Trancoso de Lira Henriques, já viúva, celebrou uma escritura de vínculo e anexação de bens à capela do Nome de Jesus da igreja de S. João, satisfazendo, «para se descarregar asi como ao dito seu marido defunto», oitenta mil réis assim como os seguintes bens de raíz:

> «as cazas da morada que estão na rua Direita desta cidade na calleiga della que vai para o Esperito Santo [...] que partem com Alonço Roiz e Manoel Ribeiro e asim mais huas cazas tereiras que estão nas Eiras do Bispo donde chamão os Coarteis [...] que partem

95 *Idem, ibidem*, fl. 131
96 *Idem, ibidem*, fl. 106
97 *Idem, ibidem*, fls. 129-129v

com Leonardo Gomes porteiro do Provedor e com Lazaro Alonso[98]».

Posteriormente, o vínculo foi abolido[99] e os bens foram vendidos ao reverendo Domingos Lopes Nogueira, abade de Mofreita, no bispado de Bragança, razão pela qual este em 1785 possuía o título da capela do Senhor Jesus, na igreja de S. João[100].

No mesmo ano, durante os meses de Junho e Julho desencadear-se-ia novo processo de alienação, feito pelo reverendo abade do Zeive e de Mofreita a Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa e sua mulher Antónia Maria de Sá Morais Pereira do Lago[101]. Cedendo todos os seus direitos sobre a capela, em que se

---

98 *Idem, ibidem*, fl. 100v

99 Em 15 de Novembro de 1770, administrava este morgado João Luis Salgado Achioli de Vasconcelos, natural de Ponte de Lima. «Por nam ter filhos nem descendentes», na data acima referida, pediu através dos seus procuradores, José Galvão de Faria e José Bernardo Galvão de Faria, advogados no auditório de Ponte de Lima, a abolição do vínculo. A.N.T.T., Desembargo do Paço, Mç. 55, CX. 69, doc. nº 12, s/fl.

100 «Dis Bernardo Baptista da Fonceca e Souza professo na Ordem de Christo fidalgo de Sua Magestade Superintendente das coudellarias desta cidade cidadão e natural seu que na igreja de São João Baptista ex freguezia da mesma se acha a capella do Senhor Jezus cabeça de hum vincollo que administrou ultimamente João Luis Salgado de Vasconcellos de Ponte de Lima e por insignificante foi avolido revertendo livres e aludiais os bens que lhe estavão subjeitos com que fora instituida, seu libertador os vendeo ao reverendo Domingos Lopes Nogueira actual abade de Mofreita neste bispado a cujo titullo os domina pessue e lhe pertence a dita capella por não exceptuada na venda».B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 67, M. 16, fl.98. B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 37, *Capela do Senhor Jesus da igreja de S. João*, s/fl.

101 «[...] Domingos Lopes Nogueira Abade do Zeive e Mofreita deste bispado de Bragança pello prezente constituo meu legitimo e verdadeiro procurador ao senhor Doutor Feleppe Delgado de Albuquerque para que por mim e em meu nome possa asinar hua escriptura de contracto que tenho selebrado com o senhor Bernardo Baptista da Fonceca e Souza cavalleiro professo na Ordem de Christo fidalgo da Caza Rial Superintendente da coudellaria da comarca de Bragança, a saber que eu dezisto e transmito na sua pessoa todo e qualquer direito que tenho ao padroado e ademenestração do Santissimo Nome de Jezus sita na parichial igreja de São João Baptista da cidade de Bragança obrigando se o dito senhor a reparalla asialla e concervalla, estabalecendo lhe para isso fabrica competente e segura ficando me pussuindo os bens que comprei livres e sem encargo algum e quem nelles me suceder por qualquer titullo que seja sem que para a dita capella, ou seu reparo se me possa pedir couza algua ... e logo por elle (Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa) e pella dita sua molher foi dito que elles aceitavão o dezestimento e secão [sic] que lhe fazia o dito reverendo Domingos Lopes Nogueira abade da Mofreita por seu procurador da dita capella com os ornatos e moveis que lhe são proprios e pertencentes e para sua conseração culto e reparo de hoie para todo o sempre em todo e qualquer tempo que lhe seja necessario e delle depende se obrigão por suas pessoas e de seus herdeiros por seus bens em geral e em expecial, huma terra sita nos Valles de São Francisco suburbio desta cidade que se acha por sima da quinta do Couto e parte actualmente com Joze Alves Meixedo e Aleixo da Nova Sarmento desta cidade que rende anualmente quatro mil reis com a qual obrigação disserão elles cesionarios dotavão a dita capella para em todo e qualquer tempo, que persizar algum reparo ornato ou culto o aprontarem e fazerem sem duvida ou reparo

incluíam os móveis e ornatos que lhe pertenciam, Domingos Lopes Nogueira exigia aos novos tituares que a dotassem:

> «com fabrica proporcionada ao seu reparo e aseio por si seus bens e sucessores em ordem a segurança de se celebrarem na dita capella os Oficios Divinos sem falencia em tempo algum[102]».

A deslocação do bispado da cidade de Miranda do Douro para Bragança implicando uma nova organização religiosa nesta cidade, iria determinar o desaparecimento da paróquia de S. João Baptista[103] e a desactivação da sua igreja.

A localização da igreja dos extintos Jesuítas, agora com o estatuto de catedral, no centro da freguesia de S. João pareceu mais apropriada ao Bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, para o desempenho de funções paroquiais. Às razões do bispo acrescentava-se ainda uma outra que decorria da localização da igreja de S. João no centro da freguesia de Santa Maria.

Estas alterações fizeram-se no meio de alguma polémica, como se entende do documento referido em nota anterior e de um outro, não datado, designado por «Resposta á Parochia de S. João». Este documento revela-se importante porque, dando conta das alterações administrativas então efectuadas, justifica igualmente o estado de abandono a que a antiga igreja paroquial foi votada.

---

algum tudo ao arbitrio do admenestrador e padroeiro della, que emquanto [sic] a esta parte e para sempre subordinado como eles seceonarios se subjeitão a jurisdição ecleziastica».B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 67, M. 16, fls. 97-98v. Uma cópia desta escritura faz parte do processo da *Capela do Senhor Jesus da igreja de S. João.*

B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 37, s/fl.

[102] *Idem, ibidem*

[103] «A Sé de Miranda foi transferida desta cidade para a de Bragança pelo Senhor Dom Frei Aleixo auxiliado com carta de Sua Magestade de 17 de Novembro de 1764 seguindo este prelado a opinião de que para a translação da cathedral de hum lugar para outro dentro da mesma Dioceze não he maior autoridade Apostolica. Mudou para a nova Sé de Bragança a parochia de S. João, e fez conego o Abade da mesma com os rendimentos da Abadia e ficando a igreja de S. João simples capela, e a nomeação deste canonicato ficando pertencente aos Bispos, assim como era nomeação dos Abades de S. João. Assim consta da provisão do dito prelado de 28 de Agosto de 1767. Sobre isto houve alguas duvidas da parte do Cabido mas não se atenderão, e ficou firme o estabelecimento da paróchia na Sé pelo Decreto do dito prelado de 30 de Janeiro de 1768 e outro de 4 de Fevereiro do mesmo ano». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 23, *Bulas do Bispado,* fls. 60-60v

Quadro I		
ANO	OBRAS, MATERIAIS E GEIRAS NA IGREJA DE S. JOÃO[104]	DESPESA
1756	102 caibros para o pavimento	9.525 rs.
	8 canteiras para o sino	140 rs.
	Obra de carpintaria no pavimento da igreja[105]	5.900 rs.
	Serviço de pedreiro no pavimento da igreja[106]	7.200 rs.
	Carreto de dois carros de pedra de cantaria a 260	520 rs.
	Pagamento ao ferreiro por apontar cem picões	500 rs.
	Arrumação das pedras da igreja	100 rs.[107]
1758	Pavimento da igreja e altares colaterais[108]	6.800 rs.
	Taboado para o presbitério dos altares colaterais	480 rs.
	226 telhas para os telhados	680 rs.
	Lageado da igreja e degraus dos altares colaterais[109]	11.800 rs.
	4 geiras de um homem de enxada	320 rs.
	10 caibros e terça de volante	2.060 rs.
	26 tábuas de choupo para os bancos	2.600 rs.
	Feitura dos bancos[110]	1.200 rs
1758	Trabalho do telhador durante quatro dias[111]	800 rs.
1759[112]	Obras no muro	185.650 rs.[113]
	Frestas	
	Desentulho do adro	

104 B.P.A.D.B., PRQ., Cx. 4, Lv. 26, *Livro da fabrica de S. João Baptista*
105 Trabalho efectuado pelos mestres carpinteiros Carlos Mendes e José Centeno.
106 Trabalho efectuado pelo pedreiro José Alves.
107 Pagamento relativo ao trabalho de um homem.
108 Trabalho efectuado pelos mestres carpinteiros Carlos Mendes e José Centeno
109 Trabalho efectuado pelos mestre pedreiro José Alves e um companheiro.
110 Trabalho efectuado pelo carpiteiro João Roma.
111 O telhador era Manuel Cabral.
112 Inclui as despesas que se fizeram «desde a vezita passada do anno de 1759 athe o prezente»
113 Esta despesa inclui as obras referidas para o ano de 1759 e ainda os gastos com cal, areia, madeiras, carretos de pedra, trabalho de pedreiros, carpinteiros e jornaleiros.

Quadro I		
	Portadas Paredes da igreja	
1763	Retelhou-se a igreja	360. rs.
1783	Janelas para a sacristia	3.600 rs.[114]
	Escada do púlpito	
	Roldana para a lâmpada	
	Quatro bancos	
	Trabalhos diversos de pedreiro[115]	5.680 rs.
	Desentulho da igreja[116]	110 rs.
	Arranjo da capela do Senhor Bom Jesus[117]	7.660 rs[118].
	«Outras obras» de carpintaria[119]	3.600 rs.
	Obra de serralharia[120]	2.600 rs.
	Três dúzias de madeira de forro	6.565 rs.[121]
	Três alqueires de argamassa, cinco de cal branca, um cântaro e quinze geiras e meia do pedreiro Francisco Martins	4.960 rs.
1783	Pelo trabalho do vidraceiro[122]	5.320 rs.
	Cera, vidros e corda[123]	19.925 rs.
	Uma enxada para as sepulturas[124]	600 rs.
	Recebeu o coronheiro «por atarxaxar [sic] o sino[125]»	560 rs.

114 Esta quantia serviu também para o pagamento da escada do púlpito, roldana para a lâmpada quatro bancos e o trabalho do pedreiro Francisco Martins.
115 Efectuados pelo pedreiro Francisco Martins.
116 Trabalho efectuado por José António Mourinho.
117 Além de outros «oficiaes» participou neste trabalho o carpinteiro Domingos Rodrigues.
118 Esta quantia serviu para pagamento das mãos dos diversos oficiais e materiais, como «madeiras e pregagens»
119 Efectuadas pelo carpinteiro Domingos Rodrigues.
120 Efectuada pelo serralheiro Francisco Gomes.
121 Além do material, esta quantia serviu para pagar o trabalho do carpinteiro António Martins e dos seus oficiais.
122 Francisco Xavier Savedra
123 Materiais fornecidos por Laureano de Sá.
124 Feita pelo ferreiro Francisco Lopes.

Quadro I		
	Pagou o fabriqueiro Luis Francisco de Sá para acabar de pagar o sino que se tinha fundido de novo	9.020 rs.
1786	Quatro carros de telha, que faziam um milheiro	8.000 rs.
	Madeira e trabalho do carpinteiro Domingos Rodrigues	6.460 rs.
1786	Seis geiras do carpinteiro Bento	1.440 rs.
	Três geiras do carpinteiro João Anes	720 rs.
	Cinco geiras do filho de João Anes, também carpinteiro	1.200 rs.
	Quatro geiras do carpinteiro (de) Murçós	960 rs.
	Pregagem para a obra de carpintaria	1.840 rs.
	Pregagem para as lousas da torre	1.860 rs.
	Geiras do carpinteiro Manuel da Silva e dos seus oficiais. Madeiras, compostura de alguns taburnos, trabalho de sobradarem a torre e feitura da cabeça do sino	10.100 rs.
	Geiras do carpinteiro Domingos e da madeira que deu para a obra da torre da igreja, além dos quantitativos anteriormente satisfeitos pelo fabriqueiro Luis Francisco	1.800 rs.
	Cinco geiras de um galego para compor a referida madeira, e o seu transporte	1.900 rs.
1786	Pelo trabalho de «quatro telhadores para destelhar e desfazer o teto da dita torre, que se fez de novo tornala a telhar, e tambem toda a igreja, por huma pouca de louza nova que para o mesmo tambem se comprou e alguma cal»	6.880 rs.
1788	Pelo trabalho executado na «calçada a porta principal da igreja de São João»	3.000 rs.
	«Para a compozição que fez o escultor na imagem» de S. João Baptista	600 rs.
1788	«com o pintor que fez na dita imagem»	400 rs.

125 Em 28 de Maio de 1702, o Bispo D. João Franco de Oliveira «revestido *in Pontificalibus,* benzeo hum sino de nove arrobas e dezanove livras». B.P.A.D.B., P.Q.R., Cx. 13, Lv. 123,. *Tombo de Nossa Senhora da Consolação,* fl. 153

Quadro I		
	Pagou-se ao «prateiro José da Silva Coelho de hum cravo e tarraixa [sic] de prata que poz no braço do Crurifixo [sic] da Cruz processional»	200 rs.

Transferida a sede paroquial para a igreja catedral, no início de 1768[126], foi fechada a igreja de S. João:

> «não se fazendo nella mais funções alguas ecclesiasticas, e sagradas. Porque os fregueses que o ficarão sendo da Sé tinhão grande repugnancia [sic] em se enterrarem na dita igreja assim fechada, e muito poucos forão sepultados na mesma[127]».

Conservando-se fechada até 1784[128], nem o abade Raimundo José de Morais Antas, nesta altura nomeado cónego[129], nem os antigos fregueses se preocuparam com a igreja «para a mandarem ao menos telhar[130]». Foi o sucessor do abade Raimundo de Morais Antas, o abade António de Lima Lira Pereira Soutomaior, «que era das partes de Melgaço[131]», quem pediu licença ao bispo D. Bernardo Pinto Ribeiro para novamente:

> «se abrir a igreja de S. João, com o destino de fazer nella os officios e suffragios pelas Almas dos seus freguezes para ver se por este modo se facilitava que os freguezes quizessem hir enterrar se áquella igreja[132]».

---

126 Nesta época era Abade de S. João o reverendo Raimundo José de Morais Antas.
127 B.P.A.D.B.,Mitra, Cx. 36, *Resposta á Parochia de S. João*, fl. 1v.
128 *Idem, ibidem,* fl. 1v
129 O Abade Raimundo José de Morais Antas foi nomeado Cónego pelo Bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques
130 *Idem, ibidem,* fl. 1v
131 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 23, *Bulas do Bispado,* fl. 64
132 *Idem, ibidem,* fls. 1v-2

Contudo, a partir do ano de 1784, além dos ofícios e sufrágios por alma dos que eram sepultados, mais «nenhua outra função parochial se celebrou[133]» na igreja de S. João.

Fechada durante dezasseis anos consecutivos, votada ao desinteresse de todos, alastraram as feridas.

Quadro II

DÍVIDAS DA FÁBRICA DA IGREJA DE S. JOÃO ENTRE 1759 E 1763	DESPESA
Grade de ferro[134] para a fresta nova que abriu para a parte do adro	5.480 rs.
Seis missagras para a porta do adro	1.550 rs.
Chumbadouros[135]	280 rs.
Uma fechadura com quatro armelas e duas chapas para o ferrolho	400 rs.
Uma grade de ferro para a fresta sobre a porta travessa[136]	5.400 rs.
Uma grade de ferro que se colocou defronte do baptistério[137]	800 rs.
Sessenta carros de areia[138]	10.240 rs.
Oito geiras de um carro que transportou madeira e cal do Colégio de S. Pedro para a igreja de S. João	2.400 rs.
Cinco geiras de um carro para apanhar pedra	1.500 rs.
«Um carro de cal que veio de Santa Clara»	100 rs.
«Sete geiras de um carro ocupado no desterro»	100 rs.

133 *Idem, ibidem*, fl. 2
134 Pessava sessenta e oito arráteis.
135 Pesavam três arráteis.
136 Pesava sessenta e sete arráteis e meio.
137 Pesava dez arráteis.
138 Deviam-se a Manuel Martins.

Às deficiências da cobertura, que estava «cahindo apesar dos espeques que se lhe pozerão[139]», juntaram-se outras, tornadas visíveis quando se reabriu em 1784. Nessa altura:

> «se acharão dous tirantes quebrados, os caibros do immadeiramento separados da parede da capella de Nossa Senhora da Consolação tudo ameaçando ruina; assim como a capela mor[140]».

Apesar de pequenos consertos[141]:

> «tambem se observou terem as chuvas estragado os altares collateraes; estar tudo coberto de mofo, e lixo; a imagem de S. João Baptista com hu braço quebrado, e as outras imagens em estado indecente[142]».

O estado de degradação a que a construção tinha chegado, aproximava-se do ponto de ruptura. Perante a eminente queda do telhado, avolumaram-se os receios sobre a possibilidade de ocorrências funestas, receios muitas vezes fundamentados com a opinião de pessoas entendidas na matéria, como era o caso do mestre carpinteiro Jerónimo Afonso[143].

Desde o início do ano de 1788 que os *Irmãos Terceiros* tinham obtido autorização do bispo diocesano para poderem praticar o culto na igreja de S. João[144]. Porém, lavrada a «escriptura de contacto e seção que faz o Reverendo Abade de S. João Baptista desta cidade com a venerável Ordem Terceira da

---

139 *Idem, ibidem*,fl.2v

140 *Idem, ibidem*

141 *Idem, ibidem*

142 *Idem, ibidem*, fls. 2-2v

143 «Porque muitas pessoas prudentes, e entre outras o mestre carpinteiro Jeronimo Afonso reprezentarão muitas vezes que havia de suceder huma disgraça porque o telhado da igreja estava cahindo, e podia facimente arruinar-se quando estivesse cheia de gente». *Idem, ibidem*, fl. 2v

144 *Idem, ibidem*, fl. 2v. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, M. 17, fls. 84v-86v. Como «o Reverendissimo Padre Provencial dos religiozos menores e o muito Reverendo Padre Goardião do convemto de São Francisco havião apartado e separado de si a Ordem Terceira desta cidade [...] (os irmãos) havião requerido a Sua Excelencia Reverendissima, lhe concedece o uzo da igreja de São João Baptista desta cidade que esta desempedida [...] a cuja suplica lhe deferio o mesmo Excelentissimo Senhor por despacho de sinco de Fevereiro proximo passado, o que ja se havia principiado a executar».

mesma», o abade António de Lima Lira, recusou assinar a escritura por não aceitar uma cláuzula que possibilitava aos irmãos da Ordem Terceira «ficarem em todo o tempo» na igreja[145]. Desta forma, ficou a escritura sem efeito legal, apesar de estarem já acertados as obras[146] e os quantitativos para elas necessários.

Contratempos como este determinaram a Mesa da Ordem Terceira a congregar-se na igreja de S. Vicente, tendo a escritura de contrato[147], entre a Venerável Ordem e os oficiais da Confraria do senhor Jesus de S. Vicente, sido assinada aos 26 de Dezembro de 1791.

A promoção em 1789 do Abade António de Lima Lira para outro Benefício no Minho fez vagar um cargo que nunca mais seria ocupado. Com efeito, a deslocação do abade serviu de pretexto ao bispo para suprimir a abadia de S. João[148], enquanto tomava algumas medidas que pelo seu carácter se revelaram definitivas:

> «Porque o mesmo Ex.mo Bispo depois desta mudança dos Treceiros, mandou a respeito dos parochos da Sé benzer os claustros, fazer nos mesmos altares, ou capelas, e que a imagem de S. João Baptista, e da Senhora da Consolação se colocassem nos mesmos, o que se executou[149].

---

145 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, M. 17, fl. 86v

146 «Em primeiro lugar disserão todos que como a igreja se acha muito arruinada de tal forma que se perciza fazer todo o teto e tilhado de novo e o da sacristria para cuja obra se perciza o melhor de 2.000 cruzados se obriga a Meza pellas rendas da Veneravel Ordem, a todo o reparo e concerto que for necessario fazersse em toda a igreja torre e sinos concorrendo para esta grande obra com o liquido que tiver a fabrica e depois de concluida a mesma obra concorrerão os rendimentos da dita fabrica porporcionalmente para as despezas que se percizarem fazer para seu concerto e reparo [...].

Em quinto lugar disserão que as rendas da capella de Nossa Senhora da Consolação serão aplicadas para ornato açeio reparo da mesma e os seus sobeijos para o resto da igreja e logo se prencepiará a concertar a dita capella abrindo hua grande fresta, e dispondo a entrada para o pulpito do milhor modo que possivel for». B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 68, M. 17, fls. 85-85v

147 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 101, M. 23, fls. 143v-146v

148 «então o senhor bispo suprimio esta Abadia e com seos rendimentos creou hum meio canonicato, e deu outras providencias». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 23, *Bulas do Bispado*, fl. 65.

149 «Dom Bernardo Pinto Ribeiro Seixas por merce de Deos e da Sé Apostolica Bispo de Bragança e Miranda do Conselho de Sua Magestade Fidelissima etc.

Por se achar arruinada e indecente a capella de Nossa Senhora da Consolação sita na igreja da extinta freguezia de S. João Baptista, havemos por bem, que a sua imagem se coloque em hum dos altares, que por ordem nossa, o nosso reverendo Deão manda fazer nos claustros da nossa Sé, em que se acha incorporada a dita freguezia, cujo altar sera ornado a custa dos rendimentos da mencionada capella,

Porque estando desamparada a igreja, o telhado em termos de abater-se, quebrando-se toda a telha e esmagando-se os altares, para se concertarem os novos que se aplicavam para se colocarem a imagem de S. João, e de Nossa Senhora, se mandarão e aproveitarão, assentando-os nos claustros da Sé, mandando primeiramente a imagem do santo para caza do pintor Joze Manoel Curcão morador na villa que lhe colocou o braço, encarnou a mesma imagem.

Porque o mesmo se praticou com a imagem de Nossa Senhora da Consolação para se remedear a indecencia com que estava athe que se mandou fazer outra.

Porque para se evitar que cahindo o telhado se quebrasse a telha se mandou tirar a mesma, e se por no adro, sendo preciso que os pedreiros se contivessem nas paredes pello justo medo que tinhão de subir ao immadeiramento[150]».

A impossibilidade de conservação desta igreja e a supressão e integração da Abadia na Sé ditaram o abandono total do edifício[151], restando apenas a capela do Santíssimo Nome de Jesus, a qual foi resistindo pelo facto de ter cobertura de abóbeda.

Em 1902 foi vendida para aí se construir um edifício para o Banco de Portugal[152].

---

applicando os sobejos para a fabrica da nossa Sé, e o mesmo se praticara com a fabrica e imagem de S. João Baptista, que se colocará em qualquer dos outros altares. O nosso reverendo Doutor Vigario Geral e Deão o fará assim executar, e o reverendo parocho a registara em o livro da vesita da mesma freguezia. Dada em Bragança sob nosso signal e sello de nossas armas aos 31 de Julho de 1791». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 37, s/fl.. Cf. José de Castro, T. II, *ob. cit.*,p. 149.

150 *Idem, ibidem*, fls. 3-3v

151 «Continuou a igreja a arruina se e a chave tem estado na caza de Bernardo Baptista com o fundamento de haver conseguido que se lhe desse hua capela que esta dentro a dita igreja, que por ser de abobeda ainda se conserva». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 23, *Bulas do Bispado*, fl. 65

152 ALVES, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.*, pp. 284-285

Quadro III

ARTISTAS E
INDIFERENCIADOS QUE
TRABALHARAM NA
IGREJA DE S. JOÃO

Ano	Nome	Profissão
1758	João Roma	Carpinteiro
1758	Manuel Cabral	Telhador
1759	Francisco Gomes de Lousada	Serralheiro
1759	Manuel Martins	Carrejador
1766	Carlos Mendes	Mestre carpinteiro
1766	José Centeno	Mestre carpinteiro
1766	José Alves	Mestre pedreiro
1783	António José	Carpinteiro
1783	Francisco Martins	Pedreiro
1783	José António Mourinho	Cabouqueiro
1783	Domingos Rodrigues	Carpinteiro
1783	António Martins	Carpinteiro
1783	Francisco Xavier	Vidraceiro
1783	Francisco Lopes	Ferreiro
1786	Bento	Carpinteiro
1786	João Anes	Carpinteiro
1786	Anes[153]	Carpinteiro
1786	Murçós[154]	Carpinteiro
1786	Manuel da Silva	Carpinteiro
1788	Manuel da Silva	Prateiro

153 Era filho do carpinteiro João Anes
154 Desconhecemos se era nome próprio ou se designa lugar de origem.

Anexas da igreja de S. Joaõ Baptista eram as igrejas de Vale de Lamas e de Nossa Senhora do Loreto. A primeira localiza-se na aldeia do mesmo nome, a poucos quilómetros da cidade de Bragança. A segunda está localizada na zona ocidental da cidade. No século XVIII, o sítio onde se implantou era praticamente ermo, uma vez que se situava fora do povoado[155]

2.2. Igrejas anexas

2.2.1. S. Sebastião de Vale de Lamas

Esta igreja da invocação de S. Sebastião não era paróquia, pois os seus moradores sendo fregueses de S. João Baptista, tinham que se deslocar a Bragança para ouvirem missa nesta abadia. Porém, atendendo aos incómodos causados pela distância e em consequência de diligências encetadas, viriam a conseguir um padre para a sua igreja. Com este acento independentista, os moradores de Vale de Lamas obrigavam-se a concorrer com as despesas que a conservação da igreja, o seu asseio e manutenção do culto implicavam. Por isso, para terem sacrário tiveram que o mandar fazer por sua conta.

Mas, mesmo depois de erigida em paroquial, várias questões de direitos iriam arrastar-se não só pelo séc. XVIII, mas ainda pelo segundo quartel do séc. XIX.

No princípio do mês de Maio de 1788, o Reverendo António de Lima Lira Soto Maior, Abade de S. João, citou António Manuel de Morais Antas[156], natural de Bragança, para a arrematação das obras da capela mor da igreja de Vale de Lamas, as quais por questões de herança, tinha a obrigação de mandar fazer.

---

155 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 58v

156 António Manuel de Morais Antas era irmão e herdeiro do anterior Abade de S. João Baptista, o falecido Reverendo Raimundo José de Morais. No seu testamento,lavrado em 29 de Março de 1781, o abade «dice que quando se julgue, que por sua negligencia ou omissão se cauzou algua ruina na igreja de S. João, tanto pello que respeita à capella mor, a que os abades estão obrigados como pello que respeita aos ornatos, e mais movel da mesma igreja quer, e manda e de sua vontade, que primeiro que tudo se satisfassa tudo dos seus bens». B.P.A.D.B., Lv. A.O.S.J., Lv. 2, Mç. 1, fl. 91v

As obras da capela mor, «tanto de pedraria, como de carpintaria e telhados[157]», estavam capituladas desde o tempo do Abade Raimundo José de Morais.

O nosso conhecimento das obras capituladas decorre de um certificado[158] do cura António Gonçalves, que no ano de 1788 exercia funções na igreja de S. Sebastião em Vale de Lamas e que, por lhe ter sido solicitado, refere algumas determinações dos visitadores.

Vejamos o que, em Julho de 1774, o referido cura copiou do livro das visitações:

> «a igreja e batisterio esta cahindo e amiaçando riuna maior. A cappella mor tanto nas paredes como no teto esta pior que a igreja ella esta aberta ella esta com espeques com indecencia total o altar incapas por ser estreito e curto e sujeito a quem dis missa a conciderar ou no sacrificio que faz ou como se hade livrar da morte que o amiaça no teto que pendente lhe pode cahir na cabeça[159]».

Perante o estado arruinado deste edifício, o Reverendo Manuel Velho Quintela, na sua qualidade de Visitador, estabeleceu o período de um ano, sob pena de seis mil réis, para o Povo fazer a igreja e para as obras da capela mor serem feitas por «quem for obrigado[160]».

Em Maio de 1781, já se tinha remediado alguma coisa, pois «o povo cumprio com a obra do corpo da igreja[161]». Porém, «quanto a obra da cappela mor ahinda se acha(va) por satisfazer[162]». Por esta razão, o Visitador, Francisco Xavier de Morais, Abade de Sendas, condenou «os herdeiros do Abbade defunto que tem a culpa e missão em tres mil reis[163]», mandando ao mesmo tempo que se iniciassem as obras da capela mor, as quais deviam estar terminadas dentro de um ano[164]».

---

157 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
158 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
159 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas, Mitra,* Cx. 58, s/fl.
160 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
161 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
162 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
163 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
164 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.

Em Junho de 1783, o Visitador foi o Abade de Nozelos. Este estava ao corrente do diferendo que opunha António de Lima Lira Soto Maior a António Manuel de Morais Antas. Não obstante, estabeleceu dois meses para se fazerem as obras. Não se realizando estas no período estipulado, a obrigação passaria para o Abade de S. João[165]. Não significou esta atitude desconsideração para o Abade de S. João ou proteccionismo relativamente às obrigações que tinha António de Morais Antas. Antes deve ser vista como uma tentativa de rapidamente acudir ao estado acelerado de degradação das paredes e tecto da capela mor.

Da mesma opinião foi o Reverendo Manuel Bernardo da Silva, quando em Junho de 1785 visitou a igreja. Mandou que « sem deminueção do direito e ação contra os ditos herdeiros[166]», o Abade de S. João fizesse:

> «de rais a dita capella proporcionada de modo que possa servir o retabollo que tem, e o teto seja muito bem forrado e tilhado e da parte da epistola mandara deixar huma fresta de sete palmos de altura e tres palmos de largura com sua vidraça rede de arame por dentro e por fora[167]».

Apesar dos avisos, se o herdeiro do antigo Abade de S. João não escutava as sucessivas determinações dos Visitadores a respeito da ruína da capela mor, também o Abade António de Lima Lira se furtara à execução das últimas determinaçõs que os Visitadores impuseram e que o responsabilizavam pelas obras.

Mais radical seria o «capitulo» dado pelo reverendo Doutor Gregório Rodrigues Fontes, ao estabelecer o tempo de seis meses para o início da obra e um ano para o seu termo, impondo também que se no dito prazo a obra não tivesse andamento se procedesse a sequestro nos frutos da abadia[168].

Foi provavelmente esta atitude que motivou a aceleração do processo. De facto, com o conflito ainda por resolver, foi dada ordem (9 de Junho de 1788)

---

165 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
166 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
167 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.
168 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.

para se porem editais sobre as obras, os quais em 11 de Junho de 1778 divulgariam a notícia. Romão Luis apregoou publicamente a obra (7 de Julho de 1788), no que respeitava a pedraria, tendo o ramo sido entregue ao pedreiro «António Fernandes de Cabeça Boa (Bragança) em oitenta e nove mil e quinhentos reis[169]».

A reedificação da capela-mor, devia ser feita:

> «pelo mesmo risco em que esta com altura e largura da igreja com tres paredes, seguro o arco, com huma fresta no mesmo setio em que esta a velha com tres palmos de largura e seis de altura bem feita e de cantaria, ficando elle arrematante obrigado a todos os carretos de pedra e maes perparos necessarios para o complemento da dita obra[170]».

Iniciados os trabalhos da capela-mor, estabelecia-se um prazo de três meses para o mestre pedreiro executar a sua reparação.

2.2.2. Nossa Senhora do Loreto

Segundo José Cardoso Borges[171], teria sido Frei Manuel Corvo, franciscano natural de Bragança, o seu fundador. Com efeito, este religioso teria em 1535 viajado até Roma, visitando então a Casa do Loreto na província da Marca e alcançando do Papa Paulo III uma Bula que lhe permitiu abandonar a clausura do convento de S.Francisco para «em estado mais perfeito, solitario seguir a vida comtemplativa[172]».

No regresso a Bragança:

---

169 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.

170 B.P.A.D.B., *Vale de Lamas,* Mitra, Cx. 58, s/fl.

171 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 58v. Devia ter seguido Frei Manuel da Esperança que escreveu: «o padre Frei Manoel Corvo que morando nesta casa (convento de S. Francisco) saio della a edificar em tempos del-rei D. João III hua ermida de Nossa Senhora do Loreto no territorio desta propria cidade. Deulhe o sittio della o licenciado Manoel Gomes Correa: elle com suas agencias levantou o edificio». ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Serafica da Ordem dos frades menores de S. Francisco na Provincia de Portugal,* 1ª parte, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1656, p. 56

172 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 58v

«com as esmollas de seos moradores, e licença da Camera fundou no campo do Concelho a igreja, ou ermida de Nossa Senhora do Loreto [...] e nella colocou hua Imagem de Nossa Senhora[173], da mesma invocação do Loreto, que tem ao Menino Deos nos braços[174]».

Grande devoto da Senhora do Loreto foi o Reverendo João de Prada, antigo Abade de Monforte de Rio Livre. Tendo mandado fazer em Chaves, então com o estatuto de vila, uma capela dedicada à Senhora do Loreto[175], quis também dar prova pública da sua devoção a esta santa em Bragança, donde era natural. Com efeito, foram da responsabilidade deste clérigo as obras de reedificação, executadas na igreja do Loreto, em Bragança, no ano de 1706[176]. Não só mandou fazer as obras necessárias, como as custeou, chegando mesmo a ir mais além da reparação, pois «com a nova reedificação (ficou) com maior grandeza da que tinha[177]». Note-se que o termo «grandeza», não deve ser entendido apenas como sinónimo de lustro ou melhor apresentação, mas no sentido literal do termo, porque de facto tratou-se de um aumento do espaço sagrado, confirmado, aliás, por outro documento datado de 1730 em que se refere que o «Abbade de Monforte ja defunto, por esmolla lhe mandou acrescentar e aprefeiçoar [sic] a dita igreja do modo que hoje esta[178]».

Pelos anos trinta da centúria de setecentos, já a igreja mostrava de novo os efeitos perversos do tempo, patenteando os descuidos ou mais provavelmente a falta de recursos para acudirem às reparações necessárias, as quais sendo pequenas por efeito de acumulação rapidamente arruínam qualquer edifício.

Os proventos das esmolas dos devotos e os quatro ou cinco mil réis que rendiam umas terras que a Câmara de Bragança deu à igreja[179], únicas meios de

---

173 Esta imagem foi trazida de Roma por Frei Manuel Corvo. «he de escultura, e terá dous palmos e meio, ainda que hoie, e deo a memoria dos homens se lembra por maior veneração está de vestidos, e com elles reprezenta mais estatura, e hua peregrina belleza». BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 58v

174 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 58v

175 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 59v

176 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 59v

177 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 59v

178 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1v. A designação do documento é da nossa responsabilidade

179 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1v

sustentação, eram manifestamente insuficientes para assegurar a decência necessária ao culto e para a manutenção do edifício.

Nesta medida, não se estranha a petição que o eremita desta igreja dirigiu à autoridade eclesiástica, a qual foi comunicada ao Bispo da diocese de Miranda, D. João de Sousa Carvalho:

> «Dis o irmitão da Senhora do Loreto da cidade de Bragança deste bispado que a igreja da Senhora, não tem rendimento algum para o ornato della mais que as esmola que lhe dão os feeis, e porque a dita igreja se acha ameaçando ruina, e no caso que caia será muito dificultoso, o levantala e porque para lhe acudir necessita de esmolas, e porque para a dita obra podem acudir as confrarias do bispado pede a Sua Illustrissima lhe faça merce conceder provisão para que cada confraria de de esmola o que Vossa Illustrissima for servido detreminar[180]».

Solicitada informação[181] ao Abade de S. João, para averiguação dos factos e conselho em matéria de obras, com oficiais capazes, concedeu-se licença[182] para na área do bispado se poder fazer peditório durante um ano e para que as confrarias pudessem comparticipar com sessenta réis.

Da informação prestada ao bispo de Miranda, destacamos o seguinte:

> «hoje as esmollas são lemitadas, destas avera liquido quinze mil reis, pouco mais ou menos, porquanto o irmitão lumeia o sacrario continuamente com uma lampada, da os necessarios para missas, e aseio da igreja esta se acha hoje especada para evitar que cahia o tecto que ameassava ruina chamei hum dos milhores ofeciais de

---

180 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1

181 «Informe o Reverendo Abbade de S. João em sua consciencia sobre o que nesta petição se nos reprezenta para o que tomara parecer com officiaes para averiguação do que custará a obra, sua necessidade, e quanto rendimento tem a sobredita que despesa e o que se acha liquido.

Miranda 28 de Abril de 1730». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1

182 «Passo provisão por tempo de hum anno para pedir neste nosso bispado, e attendendo a necessidade da obra, e ser esta preciza para maior custo da Senhora, concedemos licença para que de cada hua das confrarias da nossa jurisdição se lhe dem sessenta reis do que tiverem liquido.

Miranda 13 de Maio de 1730». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1

> carpenteiro que aqui achei, e vendoa asentou que toda a ruina era originada da ruindade das paredes, e asim que qualquer compostura seria de pouca duração e demais despeza ao depois, e que a fazersse a obra com aseio, e segurança era necessario fazeremse as paredes e tecto de novo, cuja despeza seria de duzentos mil reis porque as madeiras, por velhas e roins pouco poderião servir, as esmollas da cidade hande ser lemitadas pella muita pobreza que ha nella[183]».

Desconhecemos se as recomendações do oficial carpinteiro foram totalmente acatadas. Se houve qualquer intervenção nas paredes, não sabemos. O mesmo já não dizemos relativamente ao madeiramento do tecto. A 9 de Junho de 1732, dois anos após o eremita ter chamado a atenção do Bispo para a situação calamitosa da igreja, lavrou-se uma escritura de obrigação[184] com o mestre carpinteiro Manuel Ferreira, para se fazer a obra do telhado e tectos. Além do mestre Manuel Ferreira, participaram na celebração desta escritura Baltazar de Sousa Colmieiro Teles e Távora, Francisco Xavier da Veiga Cabral, «governador da vila desta cidade[185]», e André Ramalho Barradas, Abade de S. João. Justada a obra pela quantia de cem mil réis, os pagamentos seriam divididos em três parcelas, no princípio, no meio e no fim da obra, prevista para o final de Outubro[186]. Relativamente ao madeiramento,o mestre carpinteiro obrigava-se a

> «seguralo e meterlhe alguas pernaz novas sendolhe necesarias e algus frechais que lhe forem precizos pera seguranca da obra e levera tambem, outo tirantes novos asim pera seguranca da obra como tambem pera pregar o forro e sera tambem forrada por baixo dos tirantes [...] e repartido o forro em trinta e dois paineis que fiquem de dez palmos em coadro cada painel e seram goarnecidos com rompantes de aparelhar de taboas tudo bem feito e seguro a contento dos sobreditos e sera madeira toda de castanho bem seca

183 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 58, Senhora do Loreto, fl. 1v. Tem a data de 8 de Maio de 1730 e a assinatura de André Ramos Barradas.
184 B.P.A.D.B., Núcleo notarial, Lv. 56, M. 14, fls. 21v-22
185 B.P.A.D.B., Núcleo notarial, Lv. 56, M. 14. fl. 21v
186 B.P.A.D.B., Núcleo notarial, Lv. 56, M. 14, fl. 22

limpa [...] assim pello que pertence ao forro de cima com ao novo forro apainelado sendo deste, os rompantes todos bem avultados relevando hus por sima dos outros e o emtabalamento de roda com frizo por cima e por baixo que corresponda aos mesmos rompantes[187]».

Numas casas contíguas a esta igreja, existiu um recolhimento de mulheres conhecidas pelas Oblatas do Menino Jesus. Não se sabendo o momento em que foi fundado, parece-nos que já existia em 1717 porque nesta data temos notícia de óbitos de mulheres recolhidas na igreja do Loreto[188].

O Bispo D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, segundo o Abade de Baçal, tomou sob a sua protecção este recolhimento, dando-lhe regra e estatutos e inaugurando-o solenemente a 5 de Agosto de 1794.

Em 1806, como veremos ao tratarmos do hospital militar, considerou-se a hipótese da reconversão dos edifícios onde viviam estas religiosas, para as novas instalações hospitalares que então se projectavam.

2.3. Santa Maria

Juntamente com a torre do castelo, a igreja de Santa Maria foi um dos edifícios que, marcando a organização espacial da cidadela de Bragança, se tornou igualmente referência a merecer destaque no que ao religioso concerne. Contudo, como observou José Cardoso Borges, a sua grandeza vivia mais de «fervorozos affectos, que de material sumptuosidade»[189].

A discordância entre simplicidade física e a grandeza da devoção motivou vontades e cabedais com o intuito de se proceder a obras que a acrescentassem. Foi o que sucedeu em 1531, a avaliar por uma carta do Duque de Bragança, endereçada à câmara desta cidade:

---

187 B.P.A.D.B., Núcleo notarial, Lv. 56, M. 14, fls. 21v-22
188 B.P.A.D.B., Lv. A.C.C. I.S.J., Lv. 1, Mç. 1, fls. 44, 46, 46v
189 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, Noticia 2ª, fl. 8v

«bi a carta que me escrevestes sobre a igreja de Santa Maria desa cidade, e ate agora me não escreveo nada sobre iso o arcebispo nen menos o bigairo deveis vos outros madar debuxar a dita igreja da maneira que la estaa e o campo que tem ao redor, por que me parece se me ben lenbra que ela não se pode acrecentar sem se derribarem alguas cazas e esta pintura facaa algu pintor que ben o saiba fazer e benha ben decrarado e escreveme a cuja custa se ha de fazer a dita obra, e quanto ha de pagar o abade da igreja, e quanto os freieses e asi mesmo a necesidade qe hi ha dese acrecentamento se são agora mais os freieses do que soia ser ou por que causa se mada acrecentar e em tudo isto vos escreverei o que parecer[190]».

Desconhecemos se as pretendidas obras de acrescentamento da igreja ultrapassaram ou não o domínio das intenções, até porque o Duque para além de ter em conta a adequação do templo ao número de fiéis, era, de um modo geral, muito cioso da forma como a cidade gastava o dinheiro. Em todo o caso, cremos que só na segunda metade do século XVI seria aumentada.

Por tal motivo, os ofícios divinos foram temporariamente transferidos para a igreja de S. Vicente, onde ainda se faziam em 1579[191] , porque a igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora do Sardão era sede de uma das duas freguesias da cidade. É no entanto possível que estas obras tivessem começado antes[192] de 1580, ainda no tempo do Bispo D. António Pinheiro, que governou o bispado de Miranda entre 1575 e 1579[193].

Como se sabe, quando se criou a diocese de Miranda, foram-lhe unidos os bens do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, ficando este sem acção. Quando em 1588 foram inventariados os seus bens, ouviram-se algumas testemunhas que prestaram depoimentos não somente sobre terras, casas e outros

---

190 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. 5, fl. 55. Escrita em Vila Viçosa, esta carta tem a data de 1 de Fevereiro de 1531.

191 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 9

192 «O senhor Antonio Gomez Mena cidadão e escrivão da Camara desta cidade disse que avera dezasseis ate dezassete annos que elle veo a esta cidade e que nesse tempo se desfez o mosteiro e nesse tempo troxerão de Crasto Davelàs a madeira e telha do mosteiro por mandado do senhor Bispo Dom Antonio Pinheiro o qual dezia que mandava desfazer o mosteiro porque para isso tinha consentimento do Cabido». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 108

193 ALVES, Francisco Manuel - T. II, *ob. cit.*, pp. 14 - 25

rendimentos de que os monges tinham sido titulares, e ainda sobre o paradeiro dos materiais do mosteiro. Estes foram utilizados em várias obras sacras e profanas[194], e ainda em estruturas de manifestações festivas[195]. Na obra da igreja de Santa Maria também se usaram alguns materiais provenientes do mosteiro românico de Castro de Avelãs:

> «Disse o senhor Aires Ferreira (25 de Maio) que o senhor Bispo Dom Antonio Pinheiro lhe disse que elle tinha licença do Cabido para desfazer o mosteiro e trazer delle a madeira para fazer o mosteiro novo das freiras e elle testemunha respondeu ao senhor Bispo que não mandasse sua senhoria desfazer o mosteiro ate não serem feitas as paredes do mosteiro das freiras porque não furtassem a madeira e a isto replicou o senhor Bispo que convinha fazelo logo antes que o Cabido se arrependesse e asi o mandou desfazer e trazer a madeira para o mosteiro das freiras e dali furtarão muita madeira e fazeda que veo de Crasto Davelas e ouvio dizer que dali foi muita madeira para a obra de Nossa Senhora desta cidade[196]».

O carpinteiro João Gonçalves, morador em Bragança, disse:

> «que elle e João de la Faia e Baltezar Gonçalves e Francisco Gonçalves todos carpinteiros por mandado do senhor Bispo Dom Antonio Pinheiro desfizerão o madeiramento das cazas e edificio do mosteiro e não bulirão na igreja e a madeira veo para esta cidade e que a madeira telha e outras cousas que dela vierão valia mais de 300.000 rs. e da dita madeira se fez muita obra no mosteiro das

---

194 «disse tabem (Sebastião Rodrigues, cura de S. João) [...] que o portal que esta nas cazas de Goncalo Teixeira que respode aa porta do Licenciado Diogo Barroso Abbade de S. João veo de Crasto Davelàs». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/n°., fl. 105

195 «disse o senhor Antonio de Almeida que a Essa do Duque se fez de madeira do mosteiro e que la ficou aos frades de esmola. E para hua tragedia levarão muita madeira ao collegio e la ficou tabem. E quando o Duque veo de Affrica correrão touros e fezerão tabernaculos e palanques da madeira do mosteiro». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/n°., fl. 107v

196 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/n°., fl. 104

freiras e na igreja de Nossa Senhora desta cidade e no collegio de S. Pedro[197]».

Pedro Martins, referido como «tangedor de orgão[198]», afirmou:

«que da madeira que restava no mosteiro de Crasto Davelàs deu a cidade muita para a obra da igreja de Nossa Senhora desta cidade em paga do dinheiro que lhe devia[199]».

O cidadão Cristóvão António, afirmou:

«que hu home de Crasto Davelàs vendeo para caza delle testemunha hua duzia de ladrilhos por corenta reis e por elle entender que eram do mosteiro os mandou dar para a obra de Nossa Senhora desta cidade[200]».

Inquirido também, o carpinteiro Batazar Gonçalves, disse:

«que elle desfez as crastas do mosteiro de Crasto Davelas e huas grades da sanchristia que agora estam no collegio de S. Pedro e por desfazer a dita obra lhe derão vinte (*) a elle testemunha e a João Gonçalves e a João de la Faia todos tres carpinteiros desta cidade que a desfezerão por mandado do senhor Bispo Dom Antonio Pinheiro e dos vereadores que a esse tempo eram desta cidade e não lhes lembra quaes eram. E não sabe se foi co licença do Cabido e da madeira do mosteiro de Crasto Davelas que estava no mosteiro novo das freiras desta cidade levarão muita para S. Francisco e para Nossa Senhora desta cidade e não sabe o que podia valer[201]».

197 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 104v
198 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 105v
199 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 105v
200 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 106
201 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, doc. s/nº., fl. 107v

Feito de novo e acrescentado, ficou este templo com três naves, tendo a capela-mor[202], construída em 1580, sido paga pelos comendadores da Ordem de Cristo, «tendo dado os fregueses a area para a nova capella, por ficar a antiga incluida no corpo da igreja[203]». Em 1635, a capela-mor recebeu tribuna, mandada fazer pelo comendador Lourenço Dias Preto[204], a qual era «de tão humilde architectura que se julgou sempre inutil a despeza que em douralla se fizesse»[205]. Considerada a modéstia da fábrica do retábulo foi este substituído, provavelmente no início do séc. XVIII,[206] por outro de arquitectura mais nobre, cujas solucões plásticas fossem ao encontro do gosto do tempo. Em todo o caso, esta máquina retabular apresenta duas ou três séries de alterações em que a linguagem utilizada é avançada para o início do século. Mesmo que se admita a vulgaridade de alterações, inclinamo-nos mais para a hipótese de o novo retábulo não ter ficado completo no período apontado, ainda que possamos contrariar o que José Cardoso Borges escreveu. Este, parece-nos mais preocupado com as boas graças da família do já falecido Sebastião da Veiga Cabral[207], do que com a descrição do mesmo.

O Abade de Baçal, com base num «Livro de Registo da Câmara de Bragança», de paradeiro incerto, afirmou que em 1725 queriam (não sabemos quem) obrigar D. Maria de Figueiroa[208] «a concorrer para certas obras[209]» na igreja de Santa Maria, obrigação que a notável senhora recusou. Seguindo o mesmo autor, D. Maria de Figueiroa escudou-se nas seguintes razões:

---

202 A capela mor pertencia à Ordem de Cristo. BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 9.
A.N.T.T., *Bragança*,in «Dicionário geográfico», vol. 7, p. 1167
203 BORGES, José Cardoso , *ob. cit,* fl. 9
204 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 9
205 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 9
206 O Abade de Baçal avança a data de 1710. Contudo, não diz onde colheu tal informação.
207 Mestre de Campo General e antigo Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes
208 Viúva do Mestre de Campo General Sebastião da Veiga Cabral, faleceu em 7 de Outubro de 1747. Apesar de ser freguesa de S. João Baptista, foi sepultada na capela mor da igreja de Santa Maria. Foi mãe do reverendo Sebastião Veiga Cabral e de Francisco Xavier Veiga Cabral, Governador da Praça de Chaves.
B.P.A.D.B., Lv. O. I. S. M., Lv. 4, Mç. 1, fl. 68
209 ALVES, Francisco Manuel, T. X, *ob. cit.*, p. 341

- «a fábrica tem um benefício geralmente arrendado em 50$000 reis e por isso nunca os comendadores pagaram para as obras da capela-mór;
- que a comenda dava de côngrua ao prior 46$000 reis e quarenta alqueires de trigo e ao sacristão nove alqueires de trigo, vinte e cinco almudes de vinho e 2$500 reis;
- que a comenda constava de Santa Maria de Bragança, Samil e Baçal, onde se fez à conta do pai dela o retábulo do altar-mór e se dourou[210]».

Embora a escassez de fontes nos retire algumas condições de análise, a verdade é que a capela mor era da comenda da Ordem de Cristo, razão pela qual pagou as obras da mesma, executadas nos finais do séc. XVI. Da mesma forma, D. Maria de Figueiroa, viúva do Mestre de Campo General, Sebastião da Veiga Cabral, e por esta razão administradora da comenda, foi a responsável pela fábrica do retábulo da capela mor, arquitectado com «primorozo entalhado, e tal valentia, que bem mostra foi delineada pelas regras de sua grandeza e fidalguia»[211].

Lateralmente ao altar-mor existiam, no início do séc. XVIII, dois altares: o de Nossa Senhora do Rosário, na parte do evangelho «que deo hum devoto[212]» e o da irmandade das Almas[213], na parte da epístola. Ambos foram também revestidos de talha.

---

210 *Idem, ibidem*, p. 341

211 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 9

212 *Idem, ibidem*, fl. 9

213 Em 1777, o Procurador da irmandade, Manuel Francisco, recebeu as seguintes alfaias, à mesma pertencentes: «huma vara do guião = tres cazulas de damasco, branco vermelho, e preto, com suas pertenças = tres alvas com seus singolos e dois amitos = oito toalhas grandesdo altar oito manotergios = hum panno de estante grande de belludo preto tres pares de cortenas vermelhas roixas e verdes = seis frontaes em sinco grades = quatro castecaes de latão e quatro castecaes de prata, huma crus e tres sacras do altar sinco imagens e quatro resplandores de prata = a taboa das Indelugencias = hua arqua dos frontaes com seos caixoins huma arca que serve para a sera com hu pedaco de huma tocha = treza cotos de vellas, hum par de galhetas com seu prato de estanho = hua alampeda de prata = hum calis de prata na copa e patena dourada, com seu veo e bolca, e hum mical de Veneza que servem na igreja, hua azeiteira de lata». A.P. E., Lv. da Confraria das Almas da igreja de Santa Maria, fl. 22v. Idêntico «rol dos trastes». *Ibidem*, fl. 24. No mesmo livro, fl. 5, confirma-se a existência em 14 de Dezembro de 1751 de sete altares na igreja de Santa Maria: «e dos sete altares da dita collegiada priviligiados tambem *in perpetum*».

Relativamente ao «devoto» acima referido, afirmamos tratar-se do autor da «Descripção topografica da cidade de Bragança», pois que no seu assento de óbito se copiou uma escritura lavrada em 1706, onde consta o seguinte:

> «José Cardozo Borges[214] e sua mulher Dona Clara Maria de Figueiredo hipotecavão e obrigavão as terças de todos os seos bens á fabrica do altar de Nossa Senhora, sito dentro da capella mor de Sancta Maria desta cidade para a parte do evangelho, e defronte do altar das Almas com a invocação do Rozario, e que de seu fallecimento por diante se lhe de a dominação de São José, e que esteja a sua imagem juntamente com a da Senhora do Rozario, e que o filho que houver de administrar estes bens hipotecados, e todos os seus sucessores in perpetuum sejão obrigados a fabricar o dito altar, e em cada anno lhe mandem dizer hua missa cantada em dia do Patriarcha São José, e que entreguem ao Prioste da igreja para pagamento della seiscentos reis[215]».

Aliás, conjugando uma passagem das Memórias Paroquiais de 1758, com outra da «Descripcão topografica», confirma-se o que acabamos de escrever[216]. Entre os bens hipotecados para a fábrica da capela contavam-se um casal na povoação de Rebordãos. De acordo com o treslado da escritura que instituía a capela, previam-se modificações a partir do momento em que os instituidores falecessem. Assim obrigando «seus terços ao cumprimento da escriptura», adiantavam:

---

214 Faleceu a 26 de Janeiro de 1745, com a «idade de settenta annos pouco mais ou menos». Foi sepultado na igreja de S. Francisco. B.P.A.D.B., Lv. R.O.S.M., Lv. 4, Mç.1, fl. 34

215 B.P.A.D.B., Lv. R.O.S.M., Lv. 4, Mç.1, fl. 34

216 «a capella maior he da Ordem de Christo, e hoje he ademistrador Francisco Xavier da Veiga Cabral Sargento Mor de Batalha filho do General de Batalha e Mestre de Campo General Sebastião da Veiga Cabral tem dous altares culletrais feitos de talha a moderna, hum dos ultimos e outro de Bento Joze de Figueredo, Sargento Maior de infanteria». *Bragança*, in «Memorias Paroquiais», fl. 1167. Bento José de Figueiredo, era o filho mais velho de Cardoso Borges, como se vê na *Descripsão topografica*, fl. 275, onde o próprio autor faz referência ao morgado que conjuntamente com sua mulher, instituíram. RODRIGUES, Luís Alexandre - *O decoro e a representação à luz das Constituições Sinodais do bispado de Miranda do Douro. Inventário dos bens móveis da igreja de Santa Maria de Bragança*, Bragança, Separata da revista «Brigantia», vol. XV, nº 1, Bragança, 1995, pp. 171, 172

«com tal condiçam que a obrigação da fabrica imposta ao cazal em vida delles outorgantes e a terça depois de sua morte se intenda somente por hornatos e mais nessessario e exceptuando o retablo porque este se obrigão elles a mandar fazer em termo de dous annos[217]».

Como a escritura foi celebrada em Novembro de 1706, presumimos que o retábulo da capela foi executado durante os dois anos seguintes.

A igreja, alberga nas suas naves laterais quatro capelas. As mais próximas do alta-mor, considerando os lados do evangelho e da epístola, eram a de Nossa Senhora da Rosa, que tinha irmandade dos moços solteiros, e a de S. Sebastião que pertencia à freguesia. Nestas capelas estão hoje pela mesma ordem, a Senhora do Sardão e S. José. As mais afastadas da capela-mor são as da antiga irmandade de Santo Estevão e a de Nossa Senhora dos Prazeres, pertencente à família dos Figueiredos.

A capela de Nossa Senhora dos Prazeres, do lado da epístola, foi mandada fazer em 1585, pelo então alcaide-mor Pedro de Figueiredo. Obra maneirista, extravasou o corpo da igreja para ir entaipar alguns arcos da adjacente *Domus Municipalis.*

A capela que dá guarida ao retábulo maneirista de Santo Estevão, datado de 1697, sofreu obras em 1774, de acordo com o cronograma inscrito no arco da capela, e que o desajustamento do retábulo parece confirmar, as quais lhe imprimiram maior profundidade. A sacristia, construída pelos fregueses «em acção de graças, na ocazião que a esta cidade chegou a nova da feliz aclamação do rei D. João IV[218]», era, na opinião de José Cardoso Borges, a melhor do bispado de Miranda. Aí se guardavam «ricos paramentos de tela e outras sedas, e custozas peças de prata[219]», fazendo o mesmo autor referência especial a uma custódia, dada pela Câmara de Bragança, a qual era «de taõ primorozo arteficio que excede muito o valor da materia, sendo esta de quarenta marcos[220]».

---

217 B.P.A.D.B., Inventários de Menores, *Inventario que se fes por morte e falecimento de Bento Jozephe de Figueiredo Sarmento [...] e de sua mulher Dona Anna Maria Felis,* doc. em fase de classificação, s/fl.
218 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 9v
219 *Idem, ibidem,* fl. 10
220 *Idem, ibidem,* fl. 10

Durante a actividade pastoral D. João Franco de Oliveira (1701-1715) e os primeiros anos do exercício de D. João de Sousa Carvalho (1716-1737), sofreu esta igreja transformações, no frontespício, onde «se acharão sinco tumulos[221]». Mas, além de provavelmente terem provocado um ligeiro acrescento da igreja, além das modificações decisivas na sua fachada, estas obras têm um significado mais vasto, porque ao lado da talha, imprimiram definitivamente a marca da nova corrente estética, o barroco, mais tarde confirmada na pintura do tecto.

Com a questão da mudança do bispado de Miranda para Bragança, onde no entender do Cabido, às igrejas faltava a capacidade necessária para o culto, pensaram-se várias hipóteses para o estabelecimento da Sé. Uma delas, considerava a igreja de Santa Maria, desde que se acrescentasse «a capella mor da colegiada [...] para nela se pôr o coro[222]».

2.4. A Sé de Bragança

2.4.1. A transferência do bispado

O estabelecimento da Sé em Miranda do Douro, apenas por razões políticas[223], nunca foi do agrado nem dos Bispos[224] nem da maioria da população da diocese. Pelo menos em 1556, 1620 e 1744[225] alguns passos se deram para a mudança da Sé para Bragança. Ainda em 1754, o Bispo D. João da Cruz, tendo em conta a situação periférica e as características daquela cidade, dizia ao Papa que «a sua catedral, é como se estivesse fora do bispado[226]».

Paredes meias com Castela, permanentemente insegura, viu o inimigo entrar nas suas portas, em 8 de Maio de 1762, após violenta explosão num paiol.

---

221 A.N.T.T., *Bragança*, in «Dicionário geográfico», vol. 7, fl. 1170

222 CASTRO, José de, T. III, *ob. cit.*, pp. 127-128.

223 «A preferência por Miranda apenas se explica por ser Bragança feudo do Duque de Bragança, rival da casa de Portugal». CASTRO, José de - T. III, *ob. cit.*, p. 31

224 «Dos vinte e três (Bispos) que desde D. Thuribio a D. Aleixo cingiram a Mitra de Miranda, apenas nove falleceram na sua Sé, ainda assim d'estes, três sendo já eleitos d'outras dioceses». PIRES, Manuel António - *Opusculo de Considerações Historicas sobre a edificação da Cathedral de Bragança*, Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1883, p. 25

225 CASTRO, José de - T. III, *ob. cit.*, pp. 31-33

226 *Idem, ibidem*, T. III, pp. 32-33

A destruição da praça militar com um número elevado de mortos e feridos, seguida de toda a sorte de atrocidades cometidas pelo invasor castelhano, acelerou o movimento de transferência da sede diocesana.

Bragança, sendo mais central, era também, na área do bispado, o centro urbano mais importante, para além de gozar de alguns privilégios religiosos, como eram a existência de um auditório eclesiástico, o direito de só o Bispo a poder visitar e ainda a obrigação que este tinha de nela residir durante meio ano[227].

O estabelecimento da Sé em Bragança, no edifício que desde o séc. XVIII até à actualidade tem ocupado, foi a resultante de circunstâncias várias, onde avultam os incómodos sofridos em Miranda por vários bispos, com destaque para D. Frei Aleixo de Miranda Henriques e os estragos causados em 1762 pelos castelhanos nesta cidade, então sede do bispado. Em carta dirigida ao rei, escrita em 1764, este bispo reforça os seus argumentos para a efectivação da transferência da diocese:

> «alem de ficar a mesma Miranda quaze impervia pelo fragozo das estradas, tem em todo o seu termo infrutifera, e athe aos mesmos olhos aspera, agreste, medonha [...] exposta as invazoens, e assaltos do inimigo, como duas vezes tem proximamente experimentado com irreparavel perda na primeira, do archivo publico, e expoliação da Sé, e na segunda do que a Vossa Magestade he prezente[228]».

Ao lado destes factos, importa também ter em conta as cartas régias de 19 de Janeiro de 1759 e de 3 de Setembro de 1759, cujo conteúdo visa, como se sabe, os Jesuítas. Na primeira, determinava-se «o sequestro geral (de) todos os bens moveis e de raiz, rendas, ordinarias e pensoens[229]» que os regulares

---

227 *Idem, ibidem*, T.III, p. 34

228 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.

229 Carta regia nº XIII, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, *in Collecção dos Breves Pontificios e Leis Regias que foram espedidos, e publicados desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos indios do Brazil; dos excessos que naquelle estado obraram os Regulares da Companhia denominada de Jesu ...*, Impressa na Secretaria de Estado por especial ordem de Sua Magestade,
Lisboa, 1759 (?)

tivessem ou pudessem receber. Na segunda carta, a classificação dos Jesuítas como «notorios rebeldes, traidores, adversarios e agressores[230]» não foi mais do que o intróito para o monarca os considerar «desnaturalizados, proscriptos, e exterminados mandando que effectivamente sejão expulsos[231]» de Portugal e seus domínios.

Sob prisão[232], os regulares da Companhia iniciaram em 29 de Outubro a marcha para o Porto, tendo os seus bens sido integrados na coroa. Desta forma se libertou o edifício que ocupavam, que além da igreja e outras dependências compreendia a casa do colégio, possibilitando que, a instâncias de D. Frei Aleixo, nele se viesse a estabelecer a Sé da nova diocese.

Servindo as instalações dos Jesuítas de assento à nova Sé, nas casas da Mitra instalou-se o Paço Episcopal.

2.4.2. O edifício dos Jesuítas

Construído para mosteiro de freiras, nunca a sua finalidade inicial foi alcançada, «não pela dificuldade das licenças, mas pela repugnancia que acharão de meter nelle as filhas aquelles mesmos, que solicitarão a fundação[233]». Principiado em 1539 e concluído em 1550[234], em «Fevereiro de 1562 por carta do Serinissimo Duque D. Theodozio os vereadores, e cidadãos fizerão escriptura do chamado mosteiro[235]» aos regulares da Companhia, os quais dele tomaram posse ainda nesse ano.

Para a sua sustentação concorreram o rei, o duque de Bragança e alguns bispos, além de particulares. D. Sebastião, entre outros bens, doou-lhes a igreja de S. Nicolau de Cortiços[236]; o Duque D. Teodósio I, as terças de S. Pedro de Penhas Juntas, acrescentando-lhes posteriormente os rendimentos das igrejas de

---

230 *Collecção dos Breves Pontificios e Leis Regias ...*, p. 43

231 *Idem, ibidem*, p. 43

232 *Anecdotes du ministere de Sébastien - Joseph Carvalho, Comte d'Oeyras, Marquis de Pombal*, Varsovie, Chez Janosrovicki, 1784, pp. 15, 290-292

233 José Cardoso Borges, *ob. cit.*. fl. 45v

234 «Correndo os annos de 1535 acordou esta cidade fundar hum mosteiro de freiras, e lhe deo feliz principio no de 1539. [...] Em tudo ficou perfeito o edificio no de 1550». José Cardoso Borges, *ob. cit.* fls. 45-45v

235 José Cardoso Borges, *ob. cit.* fl. 46v

236 José Cardoso Borges,o*Ob. cit.*, fl. 46v

S. João do Parâmio e de Santa Maria de Dine[237].; o Bispo D. Julião de Alva concorreu com 80.000 réis de juro real e mais tarde o Bispo D. António Pinheiro haveria de entregar aos jesuítas as igrejas de S. João de Paçó e de Santa Maria Madalena de Grijó[238]. A quinta do Vilar, que D. Filipa Mendes havia doado quando a construção se destinava às freiras passou para os jesuítas[239].

Em Maio de 1545, por ordem do Duque de Bragança, D. Teodósio, que nesta data estava em Bragança[240], Manuel Rodrigues e Luis Lopes, com a presença do licenciado Pedro Lopes, vereador, mediram a obra de alvenaria que então fazia o mestre pedreiro Pedro de la Faia[241] e em que também trabalhava Fernão Pires[242].

Nesta data, com as obras do mosteiro já adiantadas, ainda estavam por fazer dois lanços de parede:

> «hum da bamda da casa do capitulo e o outro da bamda da igreja dos capites [sic] das colunas para riba[243]».

Estes lanços faziam parte do claustro e deviam ser construídos como as outras paredes já levantadas no claustro «comtra o rio[244]» e «contra o Resio das Eiras[245]». Se as paredes «da esquadra e do comfisunario[246]» tinham sido começadas, Pedro de la Faia devia concluir «o repartimento damtre a casa do torno e a cozinha[247]». Por outro lado, as paredes do refeitório, casa do

---

237 *Idem, ibidem*, fl. 46v
238 *Idem, ibidem*, fl. 46v
239 *Idem, ibidem*, fls. 45v, 46v
240 «medicã que ja se fez na era de 1545 por mãdado do duque noso senhor estãdo sua senhoria nesta cidade». B.P.A.D.B., *Manuscritos. Antigos*, vol. 4, fl. 91
241 O Abade de Baçal qualificou Pedro de la Faia e Fernão Pires com arquitectos. T. II, *ob. cit.*,p. 327. Somos de opinião que nada nos autoriza a utilizar tal qualificação. Com efeito, no referido documento, Pedro de la Faia é designado apenas como «mestre» ou «mestre da albenharia». *Manuscritos. Antigos*, vol. 4, fl. 91
242 «e os (baõs) das colunas que stão asemtadas não foram medidos por Fernam Pirez os asemtar». *Idem, ibidem*, fl. 82
243 B.P.A.D.B., *Auto de medição da obra de alvenaria*, in «Manuscritos Antigos», vol. 4, fl. 85v. ALVES, Francisco Manuel, T. III, *ob. cit.*, pp. 233-237.
244 B.P.A.D.B., *Auto de medição ...*, fl. 85v
245 *Idem, ibidem*, fl. 85v
246 *Idem, ibidem*, fl. 88v
247 *Idem, ibidem*, fl. 88

capítulo, casa do celeiro, casa do torno e casa dos panos, além de muitas outras estavam já de pé.

Adicionadas as diferentes parcelas da medição, deram um total de:

> «mil cemto e trimta e duas bracas [sic] (qu)e mo(n)ta(m) a samtecentos [sic] reis por braca segumdo se mostra por seu comtrato setecemtos e noventa e dous mil e quatro centos reis[248]»,

o que nos permite fazer uma ideia da evolução da obra.

No primeiro dia de Agosto de 1550, o licenciado Pedro Lopes e o mestre Pedro de la Faia procederam a nova medição das obras, quando já estavam construídas «as paredes de todas as ofecinas[249]». Avaliada a obra realizada depois da primeira medição, acharam-se feitas quinhentas e vinte seis braças de parede com:

> «dous palmos e meo de groso e de des palmos de coprido e alto segundo a forma de seu cotrato pello qual se mostra a cidade lhe e obregada a pagar a 70 reis por braca [sic] em que mo(n)ta nas ditas 526 bracas de parede dalvenheria treze(n)tos e sese(n)ta e oito mil e dozentos reis[250]».

O mosteiro construído para freiras foi entregue aos Jesuítas. Estes, até ao momento em que se ditou a sua interdição, foram responsáveis por várias obras que ultrapassaram as que a manutenção do edifício exigia, mas que a escassez documental e remodelações posteriores tornaram de leitura difícil e em alguns casos impossível. No edifício existente, se as alterações são mais inteligíveis na igreja, já o não são tanto nos claustros, principalmente na parte superior destes.

Reivindicando a posse do terreno[251] onde se edificou o mosteiro, situado:

---

248 *Idem, ibidem*, fl. 89

249 B.P.A.D.B., *Manuscritos. Antigos*, vol. 4, fl. 91

250 *Idem, ibidem*, fl. 93

251 B.P.A.D.B., *Sentença que houve o Cabido de Miranda contra o collegio e Camara sobre hua cortinha junto ao collegio*, in «Manuscritos Antigos», vol. 4, fls. 34 - 45. ALVES, Francisco Manuel, T. III, *ob. cit.*, pp. 229-233

> «no limite da [...] cidade a Cruz de Pedra aonde chamão as Eiras do Arcebispo que parte de huma parte com as ditas Eiras, e campos dellas, e da outra com ruas publicas[252]»,

opôs-se o Cabido da Sé de Miranda aos Jesuítas e à Câmara de Bragança através dos seus procuradores, o cónego Francisco Mascarenhas e o licenciado Duarte Rodrigues. O Cabido, ao pretender a posse do terreno e ao apontar a consequente ilegalidade da construção do mosteiro, estribava-se no facto do referido chão ter pertencido ao mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, cujos bens tinham sido unidos à Sé de Miranda aquando da criação desta diocese. A Câmara de Bragança argumentava que:

> «passava de mais de cinquoenta e cinco annos que [...] comprara o campo em que ora estava feita a egreja do collegio da Companhia desta cidade com todos os seus apousentos, e casas e classes, e varandas, e crastas altos e baixos e huma horta tapada[253]»,

e que as obras «que durarão primeiro de acabadas passante de quarenta annos[254]», nunca tinham suscitado o menor reparo dos monges beneditinos que viviam a cinco quilómetros de distância.

Deste litígio, que começou antes de 10 de Maio de 1593 a avaliar por uma provisão[255] do Bispo D. Manuel de Seabra, resultaram algumas sentenças e outras tantas apelações. Definitiva foi a sentença de D. Diogo de Sousa, dada em Miranda em 9 de Dezembro de 1600. Sabendo-se que o terreno que motivou o contencioso tinha sido emprazado pelos monges beneditinos a Fernão de Queiroga, que indevidamente o venderia à câmara «por preço e contia de cincoenta mil reis[256]», não respeitando assim o direito vigente, o prelado condenou os Jesuítas, determinando que estes enquanto «reos principaes abram mão da dita cortinha e edificio e a restituão ao dito Cabido[257]».

---

252 *Idem, ibidem,* fl. 35v
253 *Idem, ibidem,* fl. 37v
254 *Idem, bidem,* fl. 37v
255 *Idem, ibidem,* fls. 38v-39
256 *Idem, ibidem,* fl. 40
257 *Idem, ibidem,* fl. 44

Embora desconhecendo os sucessos posteriores a esta sentença, o mais certo é terem as partes encontrado algum modo de se concertarem, pois os padres da Companhia continuaram no edifício e aquando da expulsão dos mesmos, os seus bens passaram para a coroa e não para o Cabido.

Importa ainda realçar a disparidade dos limites temporais apontados para a duração das obras do mosteiro. Com efeito, se neste processo litigioso, um dos argumentos esgrimidos pela Câmara de Bragança assentava no facto de as obras do mosteiro terem durado mais de quarenta anos, para José Cardoso Borges, como vimos, duraram onze anos. Sendo provável que a informação de Cardoso Borges, dos finais do primeiro quartel do séc. XVIII, considere unicamente o princípio e a conclusão da obra destinada a freiras, a Câmara, prolongando no tempo a duração das obras, embora sem qualquer oposição, procurava consolidar os direitos que entendia possuir e considerava também as obras da responsabilidade dos Jesuítas, as quais o contencioso justifica, com a declaração que «os reos fizerão por vezes concertos[258]».

2.4.3. A catedral de Bragança

A proximidade que D. Frei Aleixo de Miranda Henriques mantinha com o poder central, constituíu também um factor de peso para a efectivação da transferência da diocese.

Autorizada por D. José, em 17 de Novembro de 1764, D. Frei Aleixo, apesar dos protestos da Câmara mirandesa e de alguns eclesiásticos, não perdeu tempo, mandando transportar para Bragança os móveis e alfaias litúrgicas da Sé[259], dando ao mesmo tempo indicações dos que deviam ficar em Miranda[260].

---

258 *Idem, ibidem*, fl. 36

259 Nesta matéria, houve alguns excessos do Bispo, como se demonstra com a carta do Juis de Fora de Miranda, Inácio Teodósio Rodrigues de S. Marta Soares, de 9 de Junho de 1765: «Depois do Exmo. Bispo desta cidade ter feito toda a mudança dos moveis desta Sé para a nova de Bragança; ainda incluindo alguns das confrarias e maiormente outros feitos com dinheiros com que foi dotada esta igreja sendo meramente parochia; (*)con a intentar levar humas varas de prata do palio da confraria do Santissimo da mesma parochia, e vendo acharia alguma contradicão nos irmãos, sem que até agora me comunicou a ordem que tenha para transmutar os ditos moveis, para que eu vice os que se devião comprehender nella». A.N.T.T, Ministério do Reino, Mç. 368, Cx. 491, doc. s/nº, s/fl.. Sobre o mesmo assunto: *Resposta do Bispo D. Frei Aleixo ao recurso dos officiaes da confraria do Santissimo da cidade de Miranda (18 de Julho de 1765)*, B.P.A.D.B., Mitra, cx. 56, doc. s/nº, s/fl.

260 «Pauta do que deve ficar em Miranda.

Aos eclesiásticos mais renitentes a aceitarem a nova ordem, o Bispo respondia com a necessidade de serem acatadas as decisões régias. Estes argumentavam que as igrejas existentes em Bragança[261], pelas funções paroquiais que desempenhavam, S. João Baptista e Santa Maria, ou pela dimensão acanhada, caso da igreja da Companhia de Jesus, não ofereciam as condições necessárias para o culto divino.

Em 12 de Dezembro de 1764,estavam vencidos todos os entraves[262] porque nesta data registou-se no livro da Câmara uma carta que D. Frei Aleixo escreveu ao Senado de Bragança, dando conta da autorização régia para a mudança da catedral para esta cidade. Afirmava-se aí:

Prata: Dois calices; Hua caldeirinha de agua benta; Duas pissidis para o sacrario; hua costodia de columnas; Hum vazo de comunhão dos enfermos; Tres ambulas, que servem para a dministração dos sacramentos. Estanho: Duas meias tocheiras; Des castiçais de bronze. Ornamentos: Hum terno rico franjado de tella branca com sanefas de brocado amarelo branco, e oiro forrado de tafetá verde, que se compoem de capa, vestimenta, dalmatica, e frontal; Hum terno de lhama branca de prata, que se compoem de cazula, dalmaticas, capa, e frontal; Tres vestimentas brancas; Hum veo de hombros de tella branca com flores miudas de oiro, guarnecido de galão de oiro, e forrado de tafetá branco; Hum veo de hombros de damasco branco, que serve para o Senhor e forrado de tafetá branco; Hum veo da costodia de primavera da India com galão de oiro falso, forrado de carmezim. Vermelho: Hum terno de veludo carmezim com sanefas de tella, que consta de cazula, dalmaticas, e capa; Tres cazulas vermelhas; Hum paleo de damasco carmezim; Tres vestimentas verdes, capa e frontal; Huma capa roxa; Tres vestimentas pretas. O que pertence ao ornato das imagens que se achão colocadas na igreja de Miranda, fique tudo. A lampada que he de prata, e propria da capela de S. Joze, em que se acha collocado o Santissimo. se accenda para o culto do mesmo sacramento do Senhor e se a devoção quizer que se lhe accenda outra se lhe ponha segunda alampada, que sera hua das duas da Senhora dos Remedios, a qual se mandava vir no rol da prata, que se dispoz mandarse conduzir para Bragança. O relogio fique na igeja de Miranda por não faltarmos à palavra, que demos ao Doutor Juiz de Fora, quando nos mandou pedir, que o deixassemos para governo daquela povo não obstante a incivil correspondencia, que tem dado à nossa attenção, e execução prompta ao decreto de Sua Magestade. a) Aleixo Bispo de Miranda». B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 56, doc. s/nº, s/fl.

261 «Em Bragança actualmente não ha igreja capaz para este fim do choro, e altar, em cujo exercicio consiste principalmente a nossa obrigação; pois, a que foi dos Jesuitas he pequena, e so tem tres altares. A de São Vicente só tem quatro, e não tem porta principal (de que tambem carece a nomeada supra). Ao que acresce a falta de officinas precizas para os diversos fins de hua communidade capitular. A de S. João tambem he pequena, e ocupada com as funções parochiaes por ser freguezia. A de Santa Maria sobre ser parochia he collegiada, e fica em hum monte levantado; e por isso laborioso para tantos ministros de hum cabido, onde regularmente ha pessoas de provecta idade».
ALVES, Francisco Manuel - T. IV, *ob. cit.*, T. IV, p. 568

262 «o Cabbido consentio por obedecer as ordens regias, sugeitando se aos encomodos que erão da mesma inseparaveis, e que o Cabbido obrou neste ponto passivamente, não so quanto ás suas proprias pessoas, mas tambem quanto ás alfaias da igreja». B.P.A.D.B., Cabido, *Resposta do Cabido sobre a representação da Camara de Miranda*, Cx. 8, doc. s/nº, s/fl.

«havemos elegido a igreja de Santa Maria para a função de agradecimento, para a qual se convidou o Senado[263]».

E, se neste ano a nova Sé ainda não tinha igreja própria:

«no dia de cinza do anno de 1765 principiou a recitar os divinos officios na igreja que foi dos ex - Jezuitas[264]».

Estabelecido interinamente nesta igreja, (só em 2 de Setembro de 1768 o rei lhes doaria o colégio e igreja que fora dos Jesuítas), o Cabido enviou (10 de Abril de 1765) capitulares à corte, com a finalidade de poderem representar ao monarca:

«as consequencias, que resultão da referida mudança, não só pela deserção de Miranda, mas tambem pela assistencia em Bragança, na qual por falta de igreja capaz terá grave detrimento o culto divino[265]».

Se os doze[266] altares da Sé de Miranda eram já insuficientes para os membros do Cabido, na igreja de Bragança, mais pequena, «a falta de choro capaz, e de altares[267]» seria causa de embaraços para os ofícios religiosos. Havendo necessidade de ultrapassar tais inconvenientes, numa altura em que o

263 B.M.A.B., *Livro para se registarem as ordens e mais documentos da Camara desta cidade,* fls. 36-36v

264 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 188v. Monsenhor José de Castro, escreveu «que o Cabido funcionou pela primeira vez na igreja de S. Vicente, no dia 20 de Fevereiro de 1765, na cerimónia de cinza». T. III, *ob. cit.*, p. 38

265 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 132. Parece que todos os meios serviam ao Cabido para evitar o estabelecimento definitivo da Sé em Bragança. Numa carta ao rei, datada de 4 de Outubro de 1767, D. Aleixo de Miranda queixava-se do não acatamento da sua autoridade: «Diz o bispo de Miranda que sendo Vossa Magestade servido por decreto real seu, que a sua cathedral se estabelescese na cidade de Bragança, em publico beneficio dos pobres do bispado, suspirado por eles ha duzentos, vinte, e seis anos, abrio ele bispo supplicante vizita na mesma cathedral, ja em Bragança estabelescida, para dar todas as providencias necesarias ao fim do seu perpetuo estabelescimento [...]. A tudo se oppoz o mesmo Cabbido sem mais razão, que a propria vontade [...]. Enfim senhor, a authoridade do bispo se vê totalmente pizada».
A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.

266 ALVES, Francisco Manuel, T. IV, *ob. cit.*, T. p. 568

267 *Idem, ibidem,* T. IV, p. 568

monarca já havia consentido na mudança da catedral para Bragança, entendeu D. Frei Aleixo que a solução do problema passava pela construção de uma nova Sé. Para levar a cabo este empreendimento, que pretendia grandioso, o bispo solicitou à Câmara um «terrêno proporcionado, para se erigir o nôvo templo[268]».

Em documento datado de 18 de Fevereiro de 1768, assinado por Manuel de Gouveia Ferreira, Francisco José de Morais Pimentel, José Manuel de Morais Pimentel, João Ferreira Sarmento e António Manuel do Amaral Sarmento, o Juis de Fora, Vereadores e Procurador da cidade de Bragança deram conta ao monarca da obrigação em que se sentiam de assegurarem a promoção «de designio tão util, e das maiores consequencias para o bem commum desta cidade e de todo o bispado[269]». Assim, entenderam estes que a igreja e colégio dos «ex-jesuítas» reunia as condições mais vantajosas para a construção que se pretendia levantar, a que acrescentavam o facto de ter sido a Câmara quem «á sua propria custa» fundou o colégio.

Na resposta régia à petição camarária, de 2 de Setembro de 1768, afirmava-se:

> «A minha real prezença chegou a vossa carta em que me informastes de que o Bispo dessa dioceze vos havia participado a rezolução em que lhe permetti que transferise a cathedral de Miranda para essa cidade de Bragança, desejando o mesmo Bispo, que apontaseis terreno proprio para se erigir o novo templo: e que procedendo essa Camara na deligencia de destinar sitio para o dito templo, não achava outro que fose mais acomodado do que o Collegio e Igreja que vagarão para a minha coroa pela desnaturalização dos Regulares denominados da Companhia de Jezus que por ordem minha fora entregue em Custodia ao dito prelado [...] (e) como protector que sou de todas as dioceses dos meus reinos e seus dominios: fui servido fazer perpetua doação do sobredito Collegio e Igreja que foi dos ditos regulares, à sobredita

---

268 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.
269 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.

cathedral para na porção do terreno que se achar mais proprio se edificar a nova Igreja[270]».

Na posse das antigas instalações dos Jesuítas, D. Frei Aleixo, numa missiva (3 de Setembro de 1768) dirigida a Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras (só em 1770 recebeu o marquesado), explicitava os seus desígnios:

> «Sem demolir porção algua do collegio, em que se acha a Sé, e seminario determina o bispo fundar a igreja da mesma cathedral, no quintal do mesmo collegio com a face, ou frontespicio para as Eiras chamadas do Bispo, que he hum terreno imediato a praça, que fará a obrar [sic] formozissima, e sem duvida a melhor de todas as Sés do reino[271]».

O mesmo documento, patenteando cumplicidades entre o bispo e o ministro de D. José, permite estabelecer com elevada probabilidade o início da obra da nova catedral no que restava do ano de 1768 ou nos começos do ano seguinte, dado que os meios necessários para o arranque estariam reunidos:

> «Pertende saber o bispo se pode mandar meter mãos à obra, para que tem já materiaes juntos, consignação feita, e ha dias está pagando ao principal mestre da obra e suplica, prostrado aos seus pez, ao Exmo. Senhor Conde de Oeiras, seja Sua Ex[a]. servido mandar se lhe de neste correio a pertendida resposta; ou não lhe leve a mal o uzo de sua costumada epichêa[272]».

No ano anterior, por provisão de D. Frei Aleixo, de 28 de Agosto, a paróquia de S. João Baptista foi mudada para a Sé, que assim passava a exercer também funções paroquiais. Em consequência das novas necessidades, ordenou o bispo que:

---

270 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 8, doc. s/fl.. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 43
271 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.
272 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.

«se abrisse na parede que ficava debaixo do coro, uma grande porta e no meio uma pia baptismal e na parede um armário para os Santos Óleos, e se abrisse na parede que dá para a rua uma janela bastante a dar luz a todo o sítio[273]».

Na mesma provisão, ordenava-se ainda:

«(que fosse aberta) uma porta na parede que separa a igreja do claustro para, neste, o Cabido fazer as procissões ordenadas pelo Ritual[274]».

Quando em 1770, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques foi transferido para a diocese do Porto, onde viria a morrer no ano seguinte, estavam já:

«os fundamentos da nova cathedral lançados na cerca do collegio dos extintos Jesuítas de Bragança, e de dimensões tão superiores ás da magestosa cathedral de Miranda, que só nos alicerces da capella - mór, que ainda alli se vêem (1882), dispendeu mais de dezoito mil cruzados[275]».

Uma das consequências imediatas do afastamento de D. Frei Aleixo de Bragança foi o abandono das obras em curso.

Em 1770 (5 de Março), D. José I através do seu ministro Plenipotenciário na Cúria de Roma, Francisco de Almada Mendonça, pediu ao Papa Clemente XIV «que este grande bispado (de Miranda) se dividisse em dous[276]», ficando uma diocese com sede em Miranda e outra em Bragança. Deferida a solicitação pelo breve *Pastoris Aeterni* (10 de Julho de 1770)[277], não demoraram as dificuldades de sustentação de duas dioceses a fazerem-se sentir pelo que Pio VI

273 CASTRO, José de - T. III, *ob. cit.*, p. 40
274 *Idem, ibidem*, T. III, p. 40
275 PIRES, Manuel António - *ob. cit.*, p. 27
276 B.P.A.D.B., *Bulla Apostolica da erecção do novo bispado de Bragança desmembrado do bispado de Miranda*, Mitra, Cx. 23, doc. s/nº
277 ALVES, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.*, p. 71

decretou, pela bula *Romanus Pontifex* (27 de Setembro de 1780[278]) a reunião das duas dioceses, passando definitivamente o bispado a intitular-se de Bragança e Miranda.

Mesmo com estes contratempos, em 1777, o Cabido mandou à corte o Cónego Doutoral António Rodrigues de Araújo tratar de várias providências, «hua das quaes era os meios de se edificar hua nova cathedral[279]» em Bragança.

Entretanto, questões de direito e a influência dos que pretendiam o regresso da diocese a Miranda do Douro impediriam D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas, segundo Bispo de Bragança e primeiro de Bragança e Miranda, de dar seguimento às obras, apesar dos «avultados cabedaes[280]» que esse fim tinha reunido. Uma disposição da Concordata que em 1778 ultimaram D. Maria I e o Papa Pio VI, fazendo passar o padroado da catedral da Mitra para a coroa[281], constituíu o factor impeditivo da continuação da empresa a que D. Aleixo tinha lançado mãos. Com efeito, sendo dever do padroeiro continuar a obra, não devia a Mitra «recorrer à piedade dos fiéis para não melindrar a magestade do novo padroeiro[282]».

Uma vez que as obras da nova catedral não avançavam, tomaram-se algumas medidas, sendo ainda bispo D. Bernardo Ribeiro Seixas, destinadas a suprir as necessidades da catedral, as quais eram essencialmente de dois tipos:

- acudir à degradação das imagens da igreja de S. João Baptista, em resultado do estado de degradação da capela, cuja paróquia tinha sido integrada na Sé;
- resolver o problema da falta de altares necessários aos cónegos.

Para isso entendeu-se aproveitar o espaço dos claustros, para aí se fazerem duas capelas onde as imagens de S. João Baptista e de Nossa Senhora da Consolação seriam colocadas. Ao mesmo tempo, entaipar-se-iam alguns arcos dos claustros, nos quais se fariam altares. Contudo, estas obras não colheram apoio unânime dos membros do Cabido. Em 30 de Agosto de 1791, dirigindo-se

278 CASTRO, José de, T. III, *ob. cit.*, p. 134
279 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 188v
280 *Idem, ibidem*, p. 30
281 *Idem, ibidem*, p. 30
282 *Idem, ibidem*, p. 30

à Câmara de Bragança, manifestou-se o cónego Manuel de Miranda, por não poder aprovar «obras tão prejudiciaes e que podem trazer consequências funebres e custosas ficando em silêncio a taciturnidade que na censura e direito vale por consentimento[283]».

Os argumentos que o cónego esgrimia baseavam-se nos seguintes pressupostos:

- D. José ao dar o terreno para a construção da nova catedral, fê-lo «com a reservada indemnidade do Collegio [...] ordenando que nelle se não bulisse[284]»;
- havendo dinheiro, que se gastasse na obra da catedral[285], já começada;
- o dever de se conservar a igreja de S. João, em acelerado processo de ruína;
- o bispo não deu ordem para tais obras[286].

Para além dos motivos explicitados, o protesto do cónego Manuel de Miranda é importantíssimo por nos mostrar o estado de fragilidade do edifício:

> «a parte mais nobre delle que é o claustro se acha tapada, disforme e reduzido a um semiterio funebre o corredor principal ameaçando ruina com a parede que fica para a parte do claustro toda furada, aberta com brechas ficando os portaes de cantaria em vão sustentados sobre tabuas as quaes não podendo soffrer o pezo se vão humilhando as paredes abrindo, e por fim tudo vira por terra tudo procedido de quererem fazer umas capellas mettidas por baixo do tal corredor, lugar não só indecente para o culto Divino mas ainda por falta de luz inhabil para nelle se celebrar[287]».

---

283 ALVES, Francisco Manuel, T. III, *ob. cit.*, p. 45

284 *Idem, ibidem*, T. III, p. 43

285 «parecia bem acertado que havendo dinheiros das sobras na fábrica se deviam gastar antes no adiantamento da dita egreja principiadado do que consumilos inutilmente nas obras que se fazem no collegio». *Idem, ibidem*, T. III, p. 44

286 «O certo é que para se fazerem as obras pelo feitio que se vê não deu ordem o senhor. Bispo nem se faz crível seja do seu agrado aquillo que todos desacreditam». *Idem, ibidem*, T. III, p. 44

287 ALVES, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.*, p. 328. T. III, pp. 43-45

O requerimento apresentado à Câmara pelo cónego Manuel de Mirada, com toda a probabilidade não teve força para parar as obras já iniciadas, as quais, uma vez feitas, não resolveram o problema do acanhamento da igreja.

De facto, em 1797. o Cabido propôs-se fazer mais algumas alterações que passavam pelo acrescento da igreja e pela mudança do coro para «baixo», correndo as despesas por conta da fábrica. Desta forma, além de se garantir a independência do seminário, ter-se iam em conta as necessidades da paróquia, sediada na Sé[288].

Dois anos depois deste Acórdão, nada se tinha feito «para remediar a indecencia, o incomodo, e a falta que se exprimenta(va) na igreja pela sua piquinhés[289]». Agora, pretendia-se manter o coro em cima, fazendo-o recuar, mas derrubando-se metade dele. Ao mesmo tempo, pretendia-se também mudar e acrescentar a entrada principal, tendo-se solicitado a anuência da Câmara, em requerimento que para o efeito lhe foi dirigido[290]. O acrescento que se

---

288 «Aos vinte oito dias do mez de Maio de mil sette centos noventa e sette anos em cabbido pleno que se fez ao som de campa tangida, como hé seu louvavel costume se propôs o fazer na igreja a serventia, e comodidades precizas acrescentando-a, pondo-se o coro em baixo de forma que o collegio fique livre, e dezembaraçado para se conservar a clauzura perciza e necesaria do seminario, ponderamdo-se ao mesmo tempo a necesidade que há que o parocho da freguezia tenha a preciza liverdade para administrar o seu Ministerio, e administrar os sacramentos aos seus freguezes sãos, e infermos, e sendo pedido o voto a hum dos reverendos capitulares auzente que o deo por escripto seremos a descedir a pluridade de votos, que se fizesse a obra a custa da fabrica proporcionando-se os fins de utilidade que se propoem, e fazendo-se prezentes a Sua Ex.ma R.ma. esta rezolução cappitular, para ter execução. E asignarão para constar asim em todos o tempo.
a) Caetano José Saraiva - Deão
a) Miguel Garcia Rodrigo - Arcediago de Mirandela
a) Damião Jaques
a) Paulo Miguel Roiz
a) André Manuel de Meirelles ».
B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 184v

289 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fls. 195v-196v

290 «Registo de hum requerimento, e despacho a favôr do Cabbido desta cidade.
Illustrissimo Senado. Diz o Cabbido da Sancta Sé desta cidade que a sua Igreja pertence por doação regia registada no livro desta camera o colegio que foi dos Jezuitas no qual, e na sua igreja se acha estabelecida a cathedral e porque tem resolvido mudarem a entrada principal da sobredita igreja dando-lhe milhor serventia, e acrescentando-a com o vão que occupa o corredor cuja janella lança para a praça, e em a caza em que estava a botica, fazendo-se hum adro na cozinha, que servia para a mesma botica, com cuja obra fica aquelle sitio mais vistozo, e dezembaraçado edeficando-se ao mesmo tempo huma ou duas moradas de cazas, em o pedaço de terreno que he do mesmo colegio, e serve presentemente de monturo para lançar lixo, e emundices, desde a porta do carro athe a esquina em que começa a rua do Cabo, e suposto a igreja he senhora daquelle terreno não quer o supplicante enovar couza algua sem approvação de Vossa Senhoria. Pede a Vossa Senhoria Senhor do illustre Senado se digne em beneficio da cidade, que necessita de cazas approvar esta obra, de que não resulta prejuizo, antes utellidade. E receberá mercê. Acordão

pretendia fazer na entrada principal, far-se-ia à custa de um «vão que occupa(va) o corredor[291]» e da botica, transformando-se, então, a cozinha da botica num adro. Ao mesmo tempo, os membros do Cabido tencionavam fazer «uma ou duas moradas de cazas[292]» num terreno livre ao pé da porta carral, voltado para a rua do Cabo e que servia de lixeira.

Contudo, como com estas obras não resolviam completamente os problemas acima evidenciados, os capitulares resolveram dar continuidade às obras da nova catedral, de forma que se construísse, com brevidade, pelo menos a capela mor e o cruzeiro. Para as despesas da obra destinaram-se o dinheiro existente da fábrica e as quantias que anualmente sobrassem das despesas ordinárias. Os capitulares, sujeitando esta resolução à aprovação do bispo D. António Luis da Veiga Cabral da Camera, procuraram também ganhar o apoio do Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador militar da

---

que authorizam, e approvão o que o illustrissimo supplicante expoem, e pede, e este Senado concorrerá tudo quanto for, de decoro da igreja, e lustro da cidade, como sempre tem practicado, merecendo já por este motivo os louvores do Senhor D. Joze primeiro na carta que lhes escreveo anunciando a doação, que havia feito á cathedral da igreja, e colegio dos Jezuitas. Bragança em Camera de onze de Junho de mil sete centos, e noventa, e nove. = Mello = Madureira = Piçarro = Figueirêdo = Leitão = Senhor Doutor Juiz de Fora = O supplicante persiza que se registe a petição, e Acordão na mesma proferido no livro competente da mesa = Pede a Vossa Senhoria assim mandar = e receberá mercê = E não continha mais o ditto requerimento, e despacho que aqui fielmente fiz copiar de proprio a que me reporto em poder do Prezidente do illustrissimo Cabbido que o tornou a receber = Bragança 25 de Outubro de 1803 = Joze Manoel Lopes, o sobrescreve, e asignei = Joze Manoel Lopes
Acha-se este assento no livro quarto do registo da camera de Bragança = anno de 1755 = a folhas 388 =».

«Pelos documentos aqui juntos fica evidente que o edeficio do seminario pertence unicamente á cathedral. Desde que o Senhor D. Frei Aleixo de combinação com o Cabbido fez a sua divizão nunca Bispo algum a alterou, nem mesmo exigio renda das cazas ou logeas que deitão para a porta do carro, de sorte que alem do titulo de dominio que lhe provem dos documentos juntos, tem alem disso a posse nunca interrompida e reconhecida pelos Senhores Bispos. Muitas concessoens tem feito o Cabbido porque ha poucoa annos cedeo da casa da botica para aula de moral em benefecio do seminario com grave prejuizo da fabrica a quem pertencia a sua admnestração, e posto que esta cessão seja gracioza, e como hum emprestimo, he certo que tem diminuido os rendimentosda fabrica, que depois da extinção dos dizimos que lhe rendião 600$ reis quasi nada tem de rendimento, pois que alem dos dizimos recebia 230$ reis de pensão da Mitra.
a) João Antonio Corrêa de castro e Sepulveda»
B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 16, doc. s/fl. Cf. ALVES, Francisco Manuel, T. III, *ob. cit.*, pp. 45 - 46, relativamente ao primeiro documento.

291 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 16, doc. s/fl.
292 *Idem, ibidem,* s/fl.

província de Trás-os Montes, para que, com a sua influência, se encontrassem meios facilitadores de levarem a bom termo a construção da nova Sé[293].

Merecendo esta resolução do Cabido a aprovação do bispo, ordenou este que houvesse livros onde se lançassem não só as quantias da fábrica mas ainda toda a espécie de donativos que para as obras se conseguissem, devendo o fabriqueiro, André Manuel de Meireles facultar mensalmente a verificação das contas [294].

---

293 «Aos trinta e hum dias do mes de Julho de mil sette centos noventa e nove anos em Cabbido pleno que se fez ao som de campa tangida, com he louvavel costume, havendo se proposto muitas vezes a execução do Acordão de 28 de Maio de 1797 a fl. 144v° e differentes projectos de remediar a indecencia, o incomodo, e a falta que se exprimenta na igreja pela sua piquinhés, já de ficar o coro em cima, chegando se para tras, já de se abater a metade do mesmo acrescentando setam somente o vam que occupa o corredor, e já de se mudar effetevamente a entrada principal, ficando porem o choro em cima, e havendo se ponderado todas as difficuldades destas obras, e que com ellas só se poderia conseguir muito imperfeitamente os sobreditos incomodos, indecencias e faltas, se rezolveo se continuase a prencipiada igreja, de forma que se conclua com a possivel brevidade ao menos a capella mor, e cruzeiro, que se aplicase o dinheiro existente da fabrica para esta obra, e que annualmente se gastase na mesma o sobejo das despezas ordinarias procurando se por todos os meios posiveis o adiantamento desta obra, com a qual se conseguirão amplamente os fins que se propoem da decencia e culto Divino, e bem temporal, e espiritual desta cidade e bispado. E como he bem conhecida a esta Meza a efficacia, e o zello do Ill.mo. e Ex.mo.Tenente General para tudo quanto hé util ao bem publico da cidade, ao aseio, e decencia das igrejas, se rezolveo tambem que se lhe escrevese hua carta participando lhe esta rezolução e pedindo lhe a sua intervenção para se facilitar a execução deste projecto o qual he tambem constante a esta Meza merecer particular approvação de S. Ex.ma. R.ma. esta rezolução. E para constar mandarão fazer este termo que asignarão e eu Miguel Garcia Rodrigo Arcediago de Mirandella que o escrevi no impedimento do reverendo secretario.
a) Caetano Jozé Saraiva - Deão
a) Francisco Pinto Pereira - Chantre
a) Manoel de Madureira Feijjó de Moraes Sarmento - Tezoureiro mor
a) Miguel Garcia Rodrigo - Arcediago de Mirandella
a) Manoel Doutel de Figueiredo Sarmento
a) Bento Joze de Figueiredo Sarmento
a) Andre Manoel de Meirelles
B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fls. 195v - 196v

294 «copia de hua provizão de S. Exma. Rma. pela qual approva a continuação da obra principiada desta Santa Sé.

Dom Antonio Luis da Veiga Cabral da Camera por merce de Deos e da Santa Sé Appostolica Bispo de Bragança de Sua Magestade Fidelisima etc.. Sendo nos prezente a resolução tomada pelo N. Rmo. Cabbido de se continuar a principiada obra da nossa cathedral; havemos por bem approvar, e confirmar a sobredita rezolução em todas as suas partes, e mandamos que asim se execute: para se proceder com a clareza devida na applicação e despeza que se fizer na obra se formarão livros que serão rubricados pelo N. Rdo. Dor. Provizor, nelles se lançarão não só as parcellas de dinheiro que da fabrica se dispender; mas tambem todas as esmolas donativos, e ainda carretos gratuitos com que os fieis e quaesquer pesoas devotas e generozas concorrerem: e todos os mezes se examinarão as contas tanto de receita como de despeza, de cujo exame se fará termo no mesmo livro que será asignado pelo reverendos Deão, e Arcediago de Mirandella Doutel, e Meirelles como fabriqueiro, e este por portaria asignada pelo

Se na carta que o Cabido escreveu ao Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda se dizia que a obra estava «apenas sahida dos alicerces[295]», assim continuaria, não só porque a empresa era desproporcionada relativamente aos magros rendimentos, mas ainda porque o episcopado de D. António Luis da Veiga Cabral da Câmara «foi incessantemente trabalhado pelas convulsões sociais, que então abalavam a Europa, e pelas tribulações intestinas[296]» provocadas pelos membros do Cabido que, sendo partidários da Sé em Miranda do Douro, tudo faziam para impedirem a continuação da nova igreja[297] em Bragança.

Considerando estes obstáculos, os capitulares que pugnavam pela Sé em Bragança, liderados pelo Deão Caetano José Saraiva, mudaram de estratégia, resolvendo:

> «ampliar a igreja que serve de cathedral, mettendo-lhe do claustro e edificio contiguo o espaço suficiente para lhe dar amplidão[298]»,

de forma a torná-la mais adequada às necessidades do culto, harmonizando-a ao mesmo tempo com o estatuto de Sé catedral.

Reunidos os materiais necessários para estas obras[299], novos obstáculos se levantaram. O desejo manifestado por Sepúlveda de ser ele próprio a dirigir as obras, não encontrando receptividade no Cabido, motivou a suspensão:

---

reverendo Deão, entregará o dinheiro da fabrica que se lhe pedir: e para que tudo asim se execute mandamos pasar a prezente que sera registada no livro de Acordãos do N. Rmo. Cabbido immediatamente á sua rezolução e mardenandose [sic] no livro em que se hão de escrever as contas desta receita e despeza. Dada em Bragança sob N. sello, e signal do N. Dr. Provizor e Vigario Geral aos 9 de setembro de 1799 o Padre Xisto Xavier Rodrigues a fes // Caetano Jozé Saraiva = lugar + do sello das armas de S. Exa. Rma.= Fernandes = e não dizia mais a dita provizão que aqui fielmente copiei da propria no impedimento do reverendo. secretario e eu Miguel Garcia Rodrigo Arcediago de Mirandella escrevi aos 10 de Setembro de 1799

a) Miguel Garcia Rodrigues - Arcediago de Mirandella».

B.P.A.D.B., Cabido; Cx. 2, Lv. 6, fls. 196v - 197v

295 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 24, Pt. 8, fl. 66v

296 PIRES, Manuel António, *ob. cit.*, p. 31

297 *Idem, ibidem,* p. 32

298 *Idem, ibidem,* p. 31

299 «Já as praças e ruas da cidade se achavam quasi obstruidas de materiaes para esta fundação». *Idem, ibidem,* p. 31

«(d)as obras de preparos, que estavam em ponto de começar a demolir para edificar[300]».

Criava-se então um novo conflito que impediria o avanço das projectadas obras. Entretanto, por força da conjuntura política do tempo, ao dinheiro que se tinha reunido para a construção da nova Sé ia-se dando outro destino como se vê da resposta que o Cabido deu, em 2 de Abril de 1801, a uma carta que tinha sido dirigida por Sepúlveda, na qualidade de Governador das Armas da província de Trás-os Montes. Nessa carta, o Tenente General:

«pede da parte de Sua Magestade Real se empreste do dinheiro existente da fabrica a quantia de dois contos de reis, para amuniciar as tropas que se achão acampadas; as quaes experimentavam falta de pão, e não haver na Administração do Asento dinheiro de metal[301]».

Evidentemente que, atendendo à natureza do assunto, devia o Cabido satisfazer esta rogativa e deixar de lado a ideia, já com algumas décadas, de levantar uma nova catedral, até porque do padroado real se não vislumbravam apoios materiais.

No entanto, os capitulares insistiram na necessidade de obras, ao menos na igreja que tinha sido dos Jesuítas. Em 22 de Julho de 1803, após informação do cónego magistral da Sé[302], João Pedro Freixo de Miranda, o Príncipe Regente através de um aviso do Visconde de Balsemão, ministro e secretário de estado dos negócios do reino, ordenava:

«que á custa do dinheiro da fabrica da igreja cathedral, se fizessem as obras precizas, para se celebrarem com decencia as sagradas funçoens[303]»,

---

300 *Idem, ibidem,* p. 31
301 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 6, fl. 200
302 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 7, fls. 7v-8. Cf. CASTRO, José de - T. III, *ob. cit.*, p. 50
303 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 25, s/fl.

devendo aquelas correr sob a direcção do reverendo Deão Caetano José Saraiva.

2.4.4. O colégio

Decorrendo das resoluções reformadoras do Concílio Tridentino, fundou-se em Bragança um colégio sob a invocação de S. Pedro que continua envolto em forte penumbra, não se sabendo mesmo se o colégio de S. Pedro era também seminário ou se pelo contrário eram instituições distintas.

Apesar de Miranda do Douro ser a sede da diocese, a localização geográfica, a «incomodidade e a aspereza do lugar[304]»determinaram que os primeiros Bispos da diocese de Miranda estabelecessem o colégio em Bragança porque esta cidade além da sua posição mais central, dispunha ainda de «abundância de pão e bom ar[305]». Além destas razões, não deverá ser deixada de lado a presença dos Jesuítas em Bragança.

Uma cópia do inventário do Bispo de Miranda, D. Diogo de Sousa, de 1616 refere que o Bispo:

> «Dom Julião d'Alva Bispo que foi de Miranda instituio hu collegio de clerigos pobres para ouvirem casos de consciencia no da Companhia de Jesus da cidade de Bargança [sic] para exercicios de culto, cura das almas do dito bispado[306]».

À luz do mesmo documento de inventário, D. Julião d'Alva:

> «impetrou do Papa Pio V de felis memoria hua bula pela qual unio, *in perpetum* [sic] ao dito collegio reitor e collegiaes delle os meos fructos das rendas e camaras de Failde, Carrocedo, Pereiros e Rebordainhos tiradas primeiro todos os ordenados estipendios fabrica e mais despesas das ditas igrejas com limitação e restrinçam [...] que os ditos meos fructos não valecem mais que duzentos

304 CASTRO, José de, T. I, *ob. cit*, p. 154
305 CASTRO, José de, T. I, *ob cit*, p. 154
306 B.P.A.D.B., *Cópia do inventário do Senhor D. Diogo de Sousa no que toca ao Collegio de S. Pedro de Bragança*, Mitra, Cx. 23, doc. s/nº, fl. 1

> cruzados de ouro de camera que segundo a comum estimação reduzidos em nossa moeda importarão cem mil reis[307]».

Não sabemos exactamente quando o colégio de S. Pedro iniciou a sua função. Mesmo a bula do Papa Pio V, «dada em Roma em 6 de Março de 1561[308]», pode ser unicamente uma referência porque nesta data o colégio podia não estar ainda em funcionamento.

Sucedendo no bispado a D. Julião d'Alva, D. António Pinheiro ficou com a obrigação de continuar a obra do seu antecessor, que para ela deixou a quantia de dois mil ducados. Por isso, antes de Novembro de 1577, o novo Bispo comprou em Bragança «umas casas com pátio e jardim[309]». Nesta compra e nas obras que foi preciso fazer, consumiu-se a quase totalidade do dinheiro porque dos dois mil ducados sobraram menos de duzentos, quando seriam precisos «outros mil para acabar a obra[310]»

Para estas ou outras obras realizadas no colégio de S. Pedro vieram, como já vimos nas referências que fizemos à igreja de Santa Maria, materiais do mosteiro de Castro de Avelãs. O mesmo conjunto de documentos, que parece terem feito parte de um Tombo dos bens do mosteiro beneditino, realizado em 1588, dá-nos ainda mais algumas informações.

Ouvidos alguns homens de Gostei, Francisco Rodrigues, Fernão Rodrigues, (*) Pires, Gaspar Afonso e Bartolomeu Gonçalves, este de Castanheira, declararam:

> «saindo a Paulina que a quinze de Maio foi publiquada que avera quinze annos que eles e outros muitos moradoresdeste loguar e de outros levarão por mandado do conego (?) Antonio da Guarda mais de duzentos carros de madeira traves ripas cabrios ladrilhos e telha, e cantos lavrados a cidade de Bragança a Madanella [sic] e para o collegio de São Pedro da dita cidade e isto deserão ser notorio em

---

307 *Idem, ibidem,* fls. 1-1v. Cf. CASTRO, José de, T. I, *ob. cit.* pp. 147 - 148
308 B.P.A.D.B., *Cópia do inventário do Senhor D. Diogo de Sousa* ..., Mitra, Cx. 23, doc. s/nº, fl. 1v
309 CASTRO, José de, T. I, *ob. cit.*, p. 150
310 CASTRO, José de, T. I, *ob. cit.*, p. 150

toda esta redonda e asi diserão que levarão reixas e cravos de ferro que seria hum carro que ia em dous caxões[311]».

Pelo mesmo documento, ficamos a saber que:

«o padre frei Roche levou hu ferro de hua janela de (que) fez hu ferrolho para a hermida de Santa Cruz assi desbaratou alguas toalhas e panos de li(nho) da igreja e que quasi toda a madeira do corpo da igreja foi (para) o collegio de São Pedro de Bragança[312]».

Também o cura de S. João, Sebastião Rodrigues, afirmou que

«o portal lavrado de arco que esta no collegio entre a porta principal e a portaria veo tabem de Crasto Davelás e hu sino[313]».

Pedro Martins, tangedor de orgão, foi também ouvido e disse que:

«ouviu dizer ao senhor Antonio da Guarda que hua reixa de ferro que valera dous cruzados (?) que esta no collegio de S. Pedro em hua camara baixa era da sachristia de Crasto Davelás[314]».

Cristóvão António, também testemunha, afirmou que:

«ouviu dizer ao padre Reitor (da Companhia de Jesus) que lhe parecia que do mosteiro veo para o collegio hua campa
disse tabem que para o collegio de S. Pedro desta cidade veo muita madeira e cantaria do dito mosteiro[315]».

Note-se que apesar deste Tombo ter sido feito em 1588, uma das testemunhas[316] afirma que alguns materiais do mosteiro tinham sido levados há

311 B.P.A.D.B., *Tombo do mosteiro de Castro de Avelãs*, Cabido, Cx. 26, fl. 68v-69
312 B.P.A.D.B., *Tombo do mosteiro ...*, fl. 70v
313 B.P.A.D.B., *Tombo do Mosteiro ...*, fl. 105
314 B.P.A.D.B., *Tombo do Mosteiro ...* , fl. 105 v
315 B.P.A.D.B., *Tombo do Mosteiro ...*, fl. 106 v

trinta anos atrás. Assim, é possível que algumas obras se tivessem feito a partir de 1558.

Ao mesmo tempo que o Colégio se estruturava materialmente, escudado em privilégios que o novo ambiente mental justificava, os padres da Companhia, além de assegurarem o monopólio do ensino de latim num raio de doze léguas iam impondo os seus modelos de vida na cidade. Porque «nas ruas e bairro que estão junto do dito collegio e ao redor dele moravão alguas molheres solteiras que não viviam onestamente[317]» os Jesuítas solicitaram ao rei a tomada de medidas que evitassem esse escândalo. O Alvará real, penalizando as mulheres de vida fácil, alargava a sua acção moralizadora às que viviam amancebadas, aos donos das casas onde habitassem e ao mesmo tempo definia, para estas mulheres um perímetro interdito à volta do colégio, constituído pelos:

> «llugares que confrontarem com elle de todas as partes asi do nascente como do poente como do norte e do meio dia e asi mais as duas ruas que vão da portaria do dito collegio athe o chafaris na rua que vai para Vall Dalvaro athe cima ne outro si nas travesas que hatravesão as ditas ruas. sc. a das peguas e todas as mais que hatravesão ha dita rua como dito he e sai na rua do Spirito Santo athe o dito colegio e outro si na rua Llargua the ho canto de Llainz [sic] athe o dito colegio e asi da mesma porta da mezquita por detras e todas as leiras do Ambrosio em roda e a rua das Moreirinhas[318]».

De indiscutível interesse para a história do urbanismo bragançano, este Alvará de 4 de Janeiro de 1577 pode levantar alguns problemas à tentativa de sobreposição à configuração urbana da época que não tenha em devida conta os conjuntos espaciais formados por cheios e os vazios. Mesmo para os

316 «Fernão Pires de Castanheira disse que o padre Francisco Bernardo deu a Rui Gonçalves cura que era em S. Croio avera trinta anos hu carro de canteados sobrados velhos que cairão do paço do mosteiro». B.P.A.D.B., *Tombo do Mosteiro ...*, fl. 67

317 BANDEIRA, Ana Maria Leitão e PITA, João Rui Rocha - *Sequestro dos Bens do Colégio de Jesus de Bragança (aspecto particular da sua botica), in* «Brigantia», vol. X, nº 3, Bragança, 1990, pp. 192, 195

318 BANDEIRA, Ana Maria Leitão e PITA, João Rui Rocha - *Sequestro dos Bens do Colégio de Jesus de Bragança (aspecto particular da sua botica), in* «Brigantia», vol. X, nº 3, Bragança, 1990, p. 196

contemporâneos não seria de todo claro, pois as dúvidas[319] surgidas relativamente aos limites seriam resolvidas pela justiça. Em todo o caso, grande parte da área fora dos muros do castelo ficava compreendida na zona interdita.

Este documento é ainda importante pela contribuição que pode dar para situar o primitivo colégio. Excluimos a possibilidade de se localizar na Praça do Colégio como era designada no séc. XVIII a actual Praça da Sé, porque neste caso só uma rua podia levar a Vale d'Álvaro, a rua da Mesquita, desinada já nos finais do séc. XVII pelo nome de rua dos Oleiros. Outras possibilidades para se ir a Vale d'Álvaro havia-as, mas o nome de rua será nesta época excessivo. Assim, as duas ruas que comunicavam directamente com a rua da Mesquita eram a rua Direita e a rua do Espírito Santo.

Numa escritura de obrigação[320], para se fazerem as paredes do colégio, que em 16 de Outubro de 1578 celebrou o Reitor do colégio com o pedreiro Luis da Costa, esta instituição tinha uma casa na rua Direita, «no chão que foi do lecenceado Heitor da Costa[321]», devendo as paredes serem feitas com «tres pallmos de llargura te ho sobrado e do sobrado para cima dous e meio e tudo em pedra e barro[322]». Ao pedreiro Luis da Costa:

> «pelo feitio da parede se lhe dara por braca ha seiscentos reis [...] para o abrir dos allicerces dous mil reis e os atilhos e lladrilhos e madeira se ho fizer lhe sera pagos por aballuaçao[323]».

Além destes trabalhos, Luis da Costa comprometeu-se ainda a fazer:

> «ho portal junto ha esquina da casa que esta foira [...] em cataria que sera quatro dedos mais alto feito de call e tera crus [...] e lhe

---

319 *Idem, ibidem*, p 196

320 B.P.A.D.B., «*Escritura de obrigação que fez Luis da Costa de fazer as paredes do collegio de Bragança*», Mitra, Cx. 58, s/fl. Apesar de não ser assinada, excepto pelo Tabelião Francisco Munoz, consta de um conjunto de títulos, designado por «*Rol de escrituras que se achavão no cartorio* (do Cabido) *em 1735*». Na mesma relação e cartório, consta o título da «*Escritura das cazas do collegio de Bragança*». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 4, Lv. 21, fl. 106

321 *Idem, ibidem*, s/fl.

322 *Idem, ibidem*, s/fl.

323 *Idem, ibidem*, s/fl.

sera aballuado e paguo fora das obras haballuaçao de dous hofeciais e os portais que se fizeren na hobra seram de madeira[324]».

Foi provavelmente neste período que o Bispo D. António Pinheiro[325] pediu ao licenciado Francisco Gomes de Abreu, que se assumia como padroeiro da igreja de Nossa Senhora do Loreto, autorização para:

> «em quanto se fazia ho colegio de Sam Pedro desta cidade (de Bragança) que hos collegiais delle estivessem nas casas da dita hermida como hesteveram dous anos [...] e os colegiais fizerão autos em que da sua mão has tomavão enprestadas [...] e despois lhas larguarão he entreguarão[326]».

José Cardoso Borges refere que o colégio esteve «fundado na rua do Espírito Santo junto das cazas da Mitra [...] e a area em que se fundou deo o padre João Roiz natural desta cidade, por escriptura de 1562, ou tres»[327], o que abre a possibilidade das atribulações que em alguns momentos afectaram a vida desta instituição tivessem determinado a mudança de instalações. Seja como for, apesar de em 1682 o colégio estar em obras porque, em três de Setembro, um dos pedreiros[328] que nelas trabalhava faleceu, o dado mais seguro que conhecemos transporta-nos para o início do séc. XVIII, quando em 1712, José Cardoso Borges, então Sargento Mor de Ordenanças pretendeu emprazar «hum chão pertencente ao siminario desta cidade e roinas delle[329]». Este «chão» localizava na rua do Espírito Santo e para a sua ruína contribuíram, anos antes, as forças castelhanas[330].

---

324 *Idem, ibidem*, s/fl.

325 D. António Pinheiro foi provido no Bispado de Miranda do Douro antes de 1570 e transferido para Leiria em 1579. *ALVES*, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.*, pp. 14 -25

326 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 37, *Capelas*, doc. nº 22, fl. 187. É provável que o designado doc. nº 22, fls. 185 - 194, seja uma parcela da *Tábua da igreja de S. João Baptista*

327 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 179

328 B.P.A.D.B., Lv. R.O.S.J.B., Lv. 1, M. 1, fl. 198v. O papel está rasgado exactamente na parte onde se escreveu o nome do pedreiro.

329 B.P.A.D.B., *Auto de vistoria, e avaliação de huns chãos e roinas do siminario velho, deste bispado, cito na cidade de Bragança*, Mitra, Cx. 47, doc. s/nº, fl. 1-1v

330 *Idem, ibidem*, fl. 3

O facto de ao edifício arruinado se atribuir a designação de seminário velho, leva-nos a pressupor a existência do seu funcionamento já noutras instalações. É bastante provável que nesta fase a instituição já estivesse no edifício ocupado pelos Jesuítas, que como vimos tinha sido construído para albergar freiras.

Em 1721, a avaliar pela inscrição de uma cartela, o Reitor José de Melo:

> «fes duas cazas, obra sumptuoza, sobre o terreiro das Eiras, ou Praça d'Armas, que nos baixos são duas classes e nos altos hua para livraria, e outra para a capella interior[331]».

Implantado no alinhamento de uma das faces do claustro, aí passou o colégio a desenvolver as suas actividades.

3. Os conventos

3.1 O convento de Santa Clara

Construído na Praça da Cruz de Pedra, o mosteiro inicialmente destinado a freiras claras acabaria, como já vimos, por ser entregue aos padres inacianos. Por ser necessário e sobretudo do interesse dos cidadãos, a Câmara de Bragança[332] encetou diligências junto do ducado, por ser senhor, e do Bispo, como ordinário[333], no sentido de se obter a necessária autorização para se levantar um mosteiro de freiras. Para isso, determinou-se em 9 de Fevereiro de 1568 que das rendas da cidade se tirassem 5.000 cruzados que faseadamente seriam entregues para pagamento da obra, admitindo-se ainda um pagamento suplementar de mais mil cruzados, para a sua conclusão.

---

331 BORGES, José Cardoso, *ob. cit.*, fl. 47v

332 «tratárão logo os mesmos vereadores de dar segundo principio á sua antiga pertenção; porèm como as rendas da Camara se havião atenuado com as despezas dos edificios primeiros, este se foi differindo atè o anno de 1568», altura em que propuserão ao Bispo D. António Pinheiro, «que estava de visita na propria cidade» a fundação do mosteiro de freiras, tendo já, para o efeito, licença do Duque. SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal,* T. V, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, p. 6

333 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 50

No ano seguinte, no dia de Nossa Senhora da Conceição, puderam os cidadãos e mais cleresia da cidade acompanhar o Bispo D. António Pinheiro na cerimónia de sagração e demarcação do «sitio e, canpo da cidade tras das casas do Sprito Santo[334]», destinado à construção do mosteiro. Vestido em pontifical, D. António Pinheiro:

> «andou passeou o dito canpo [sic] [...] e por sua mão o demarcou e lançou auga benta e loguo mandou a Guaspar de Morim pedreiro pusesse os marquos e começo da dita casa de Nossa Senhora o qual loguo cavou e abrio os alicersses e poz os marquos e sua senhoria ouve e (*) o dito canpo e sitio por sagrado e se poz por divisa hua cruz de pao na ponta desta parte onde hade ser o cabo da capella[335]».

Dado o interesse do Duque de Bragança e o apoio económico disponibilizado pela Câmara, que viria a ser declarada padroeira do mosteiro, logo trataram de fazer vir a esta cidade algumas freiras para «começar(em) hum mosteiro». Enquanto não se concluía[336] o edifício que para elas se havia começado a construir, ficariam instaladas em casas pertencentes à Misericórdia.

Como a anterior construção, onde então estavam os Jesuítas, tinha provavelmente exaurido os cofres da Câmara, o avanço das obras, apesar das sucessivas recomendações do chefe da Sereníssima Casa, processava-se com lentidão. Apesar de em 1586 a Câmara se ter comprometido a dar o convento acabado dentro de um prazo de oito anos, a verdade é que só em 1598[337] foi considerado capaz de albergar as religiosas. Todavia, a obra estava ainda por

---

334 B.P.A.D.B., Manuscritos Antigos, vol. 4, fl. 79. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 221

335 B.P.A.D.B., Manuscritos Antigos, vol. 4, fl. 79. ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 222

336 «corrião porèm com tantos vagares as obras delle, que no anno de 1585 ainda não passavão de huns limitados principios». SOLEDADE, Frei Fernando da - *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal,* T. V, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram,1721, p. 7

336 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl.

337 «Ainda nesse tempo estavão as religiozas no mosteiro do Espirito Santo, que he a Caza da Santa Mizericordia, e em 1598 passavão com a veneravel Abadessa para o novo mosteiro de Nossa Senhora da Conceição». BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 52v

concluir[338], havendo mesmo, segundo parece, alguns contenciosos com os oficiais que nela trabalhavam. Em 1620 (?), as freiras deixavam escapar um lamento:

> «Dizerão os cidadãos no trato com as religiozas para que suas filhas, e (ne)tas entrassem neste mosteiro com condição que dentro de vinte annos se acabarião o dito convento. E são passados vinte e seis, alem dos sitos vinte, e não esta posta mais desde antão hua pedra[339]».

3.1.1. A igreja

Assinalado em 1569 o lugar da igreja, só vinte e sete anos depois viria a iniciar-se a sua construção. De facto, foi em 1596 (10 de Dezembro) que se lavrou a escritura para se levantarem as paredes. Porque na arrematação pública ninguém fez menor lanço que os 1.750 réis por braça oferecidos pelo pedreiro Afonso Gonçalves, seria este, juntamente com António Gonçalves, também pedreiro, que arrematariа a referida obra, que devia ser «de pedra e quall he argamassa de coatro pallmos em larguo[340]».

O facto de a capela-mor ser mais larga que o corpo da igreja seria considerado em medição e posterior vistoria feita «per homeis hajuramentados».

---

338 Numa carta do chefe do Estado de Bragança, datada de 28 de Junho de 1596, mostra-se que os trabalhos não estavam prontos: «Juiz, Vereadores, e Procurador da cidade de Bragança [...]. Por vezes vos tenho escrito quanto desejo que se acabem as obras do mosteiro de Santa Clara dessa cidade pera recolhimento e consolação das relegiosas delle. E vos ordenei o modo que se avia de ter pera se ellas poderem acabar, e pera os officiais, que nellas trabalhão poderem ser pagos de seus jornais, e não tere reza de se agravarem de vós, e porque eu tenho bastante informação que nem as obras do ditto mosteiro se fazem com a prestreza, que se requere, e eu dezeio, e assi as freiras delle estão desconsoladas por este respeito, e os officiais se queixão dos maos pagamentos, que se lhe fazem vos roguo, e encomendo muito neste negocio dipois que vos mandei ordenar o como se avia de proceder no fazer deste mosteiro, e como se avião de pagar as rendas dessa cidade, que pera elle são applicadas: o que folgarei de saber por vossa carta que me enviareis pelo primeiro caminheiro que a esta villa vier, e confio, de vos que não será necessario fazervos mais lembrança neste particular, e que folgareis de cumprir com vossa obrigação e de me dar esse gosto pois entendeis quanto levarei de ver a obra desse mosteiro concluida de tudo».
B.P.A.D.B., Manuscritos Antigos, vol. V, fls. 162-162v

339 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 6, s/fl.. Este documento não possui data. Situámo-lo em 1620 por haver no mesmo livro escrituras do mesmo ano.

340 B.P.A.D.B., *Escretura com os mestres das paredes de Santa Clara*, Manuscritos Antigos, vol. 4, fl. 97v

Em Janeiro de 1713, como adiante veremos, já a capela-mor devia estar revestida de talha, seguindo-se nesta obra, quer quanto à estrutura quer no que respeita à decoração, o figurino do estilo nacional. Na capela-mor, «nos lados da tribuna» estavam os altares de S. Francisco e Santa Clara e em «levantado throno» a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Segundo Cardoso Borges, em «frente do arco» estavam os altares de Nossa Senhora dos Remédios e de Santo António. No corpo da igreja havia «hua capella de S. Caetano com irmandade, muito frequentada de freis[341]».

Na cerca do convento seriam construídas duas capelas, «hua de Santa Anna e outra de Nossa Senhora do bom Sucesso, e dentro do mosteiro tres oratorios, o Senhor Crucificado, o Senhor dos Passos, e Ecce Homo[342]».

3.1.2. O mosteiro

Em 1590 (29 de Janeiro) o Procurador da cidade e os vereadores contrataram a obra do madeiramento do mosteiro com os carpinteiros Tomás Pires, Jerónimo Gonçalves e Pedro Gonçalves[343]. Além da enfermaria e casa do locutório deviam estes madeirar outras «casas» no mosteiro, utilizando castanho «sen no nen madeira bentosa[344]». Bastante antes de 1590 já as obras tinham começado. Tal como aconteceu nas obras da igreja de Santa Maria e do Colégio de S. Pedro, também alguns materiais, onde se incluíam madeiras e a portada, foram conduzidos do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, antes de 1588, para as obras de Santa Clara. Sobre este assunto, conhecemos alguns testemunhos:

> «disse o mesmo Ribeiro Gonçalves que levou hua carrada de madeira a Bragança para o mosteiro das freiras por mandado do (*) Antonio da Guarda diguo tres carradas de madeira e as entregou a Baltesar de Abreu Procurador da cidade[345]».

---

341 BORGES, José Cardoso - *ob. cit,* fl. 53
342 BORGES, José Cardoso -o*b. cit,* fls. 53-53v
343 B.P.A.D.B., *Contrato que fez a Camara com os carpinteiros das obras de Santa Clara,* Manuscritos Antigos, vol. 4, fl. 100
344 B.P.A.D.B., *Ibidem,* fl. 100
345 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, fl. 68, doc. s/nº, s/fl.

Sebastião Rodrigues, cura da igreja de S. João Baptista, declarou:

> «que a portada do mosteiro novo das freiras e toda a madeira delle veo de Crasto Davelàs e asi se recolheu toda e della despendeu a cidade e outra furtarao e que hu Francisco Alvares por alcunha o Forão esteve preso e foi degradado por se dezer que furtara do mosteiro das freiras a madeira que viera de Crasto Davelàs[346]».

A traça fornecida aos mestres carpinteiros seguia em alguns aspectos modelos conhecidos na cidade, pois que os entablamentos, cordões, tirantes, quadrados e remates deviam ser executados «como estava a igreija de Sam Francisco[347]». Na mesma escritura dispunha-se a obrigatoriedade de seguirem as orientações dadas para a obra, porque caso contrário, e após a nomeação de três pessoas para vistoriarem a obra, seriam obrigados a fazê-la de novo. Não se incluindo a telha, foi esta obra justada por 190.000 réis, em pagamentos faseados, devendo estar concluída no dia de Todos os Santos, sob pena de 20.000 réis[348].

Com capacidade para quarenta e cinco lugares, mas com obrigação de nele entrarem as filhas e netas dos cidadãos de Bragança o número aumentou consideravelmente. Em 1 de Setembro de 1693, no «Titolo que a caza tem da parte de dentro de religiozas e criadas que todas entrão na reção», escrevia-se:

> «as religiozas do numero de que o Senado da Camara da os lugares como padroeira são corenta e seis em que entrão tres conversas e coatro educandas e as mais são supra numerarias que excedem o numero. As religiozas que agora ha e mais pessoas de reção são cento e tres e com o feitor que tãobem tem reção nas festas fazem cento e coatro por quanto tem reção nas festas em que entrão tãobem onze mossas que ha da parte de dentro que servem a comonidade[349]».

---

346 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, fl. 105, doc. s/nº, s/fl.
347 B.P.A.D.B., *Contrato que fez a Camara com os carpinteiros deas obras de Santa Clara,* Manuscritos Antigos, vol. 4, fl. 100
348 B.P.A.D.B., *Ibidem,* fls. 101-102
349 A.N.T.T., M.S.C.B., *Livro do tombo,* vol. 5, fl. 114

Fabricado para quarenta e cinco religiosas e com mais de uma centena, entre noviças e criadas, o coro era pequeno[350] para tanta gente.

Como resposta às necessidades de espaço, resultaram alguns acrescentos no mosteiro algumas vezes resolvidos com a construção de celas que os próprios cidadãos custeavam, uns para darem mais comodidade às filhas, outros, embora raramente, por devoção.

A existência de celas particulares no interior da clausura constituiu amiúde um foco de perturbação do ambiente monástico. Com efeito, quem as construía ou comprava tinha a faculdade de exercer os seus direitos durante três vidas, podendo ainda indicar as religiosas que delas iriam usufruir. Este costume, além de ser causador de «desordem e destruição dos votos de obediência e de pobresa», segundo um relatório[351] que D. Frei João da Cruz enviou em 1754 à Sagrada Congregação do Concílio, era muitas vezes acompanhado, com manifesto prejuízo do mosteiro, da ocupação de «lugares da comunidade».

Contra este uso alguns prelados levantaram a voz, embora a matéria pudesse ser interpretada diferentemente, tendo em conta que era uma das formas que os mosteiros encontraram para a resolução das dificuldades de tesouraria. Outra maneira, com os olhos postos no dote, consistia na admissão de noviças, embora se saiba que por vezes tais espectativas saíam frustradas. Tais razões, possuindo os ingredientes necessários para diluírem rapidamente o eco ou o alcance das recomendações dos prelados, permitiriam, em alguns períodos, que fossem mais as seculares do que as freiras[352]. Por isso, as celas continuaram a ser objecto de negócio[353].

---

350 ALVES, Fancisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, p. 227

351 CASTRO, José de - T. I, *ob. cit.*, pp. 218-219

352 CASTRO, José de - T. I, *ob. cit.*, T.I, p. 218

353 Apenas dois exemplos: 10/6/1764. Vendedora: D. Maria Madalena (religiosa em Santa Clara); «hua sella que ella tem e pusue sua propria»; Compradora: D. Guiomar Maria Correia de Castro Doutel; Preço:26.400 rs.. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv.112, M. 26, fls. 9v-10v.
10/8/1792. Vendedora: D. Inácia Maria de Macedo Sotomaior e Castro; «hua sella no referido convento de Santa Clara (...) parte de hua parte com a sella de D. Mariana Tereza da Conceição e da outra com sella dos erdeiros de Bernardo de Barros de Carrapatas»; Compradora: Maria Agostinha (recolhida); Preço: 45.000 rs.. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 101, M. 23, fls. 190v-191v

As necessidades defensivas, que se seguiram ao esforço da consolidação da independência restaurada, iriam prejudicar estas instalações conventuais porque das muralhas e trincheiras que então se levantaram algumas foram construídas na cerca de Santa Clara, chegando mesmo a tomarem-lhe um dormitório. Apresentadas pela abadessa e mais religiosas as necessidades do convento com destaque para a situação de carência financeira que as impedia de fazerem as reparações necessárias onde se incluía o coro que tinha caído, o monarca, depois de mandar averiguar a veracidade de tais informações, explicitou (29 de Abril de 1687) as necessidades mais prementes:

> «alargar o dito coro e fazer portaria e caza da provizoria e tulha, reformar o dormitorio e fazer ao menos vinte cellas de novo, o que tudo pela avaliação que fizeram os officiaes poderá custar seis mil cruzados e se mostra pelas contas que mandei fazer que nas rendas da Camara da dita cidade havia sobejos para as despezas ordinarias que se podiam aplicar por alguns annos ás ditas obras. Hei por bem e mando que dos ditos sobejos se paguem em cada um anno por tempo de dez, 150:000 reis os quaes serão entregues á pessoa que servir de almoxarife das rendas do dito estado de Bragança na dita cidade (*) por quanto os Senhores da Casa de Bragança tem doação para mandarem dispender os bens do concelho de suas terras no que bem lhes parecer e nomeio por superintendente destas obras Balthazar de Moraes Sarmento [...] para celebrar todos os contratos dellas e fazer as arrematações nos menores lanços e com a maior segurança com os officiaes e lhes mandar fazer os pagamentos do que se for cobrando das rendas da dita Camara, tomando lhe fianças seguras e abonadas [...] com declaração de que não entrará em poder das ditas abbadessa e religiosas dinheiro algum do aplicado para estas obras[354]».

354 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit,* pp. 223-224. Cf. LOPO, Albino Pereira - *ob. cit.*, pp. 26-27

3.1.3. Determinações dos Visitadores

Importantes para o conhecimento da vida monástica são as recomendações que o bispo ou os seus delegados exaravam em actas «decretaes», como resultado das visitas periódicamente realizadas. Fazendo registar as suas impressões, os visitadores cuidando da maneira como as religosas cumpriam os preceitos espirituais, estendiam também as suas preocupações aos factores que os podiam perturbar. Não lhes sendo estranho nada que aos conventos respeitasse, os aspectos propriamente físicos destes edifícios eram cuidadosamente vistoriados, na medida em que sintetizavam as possibilidades de uma vida espiritual, cujas vivências, numa comunidade franciscana onde «ouve sempre, e hà [...] grande numero de religiozas[355]», se pretendiam apartadas do mundo secular.

Se em matéria de doutrina tudo estava definido depois do concílio tridentino, havia necessidade de regular as formas de vida comunitária de modo a que, no respeito pelos dogmas, as religiosas além da obediência e imitação das virtudes de Santa Clara, pudessem «segurar o premio, e eterna felicidade[356]» que pensavam encontrar na vida conventual.

Pelo menos desde o ano de 1692 que as freiras de Santa Clara tinham iniciado um processo de substituição de tutelas. Pretendiam eximir-se à jurisdição do Provincial de S. Francisco para se submeterem à autoridade do prelado diocesano. Aceite tal pretensão, em Maio de 1693, o Provisor do bispado e representante de D. Manuel de Moura Manuel, ainda no mesmo ano, tomaria posse oficial do convento de Santa Clara[357].

No primeiro de Novembro de 1693, o Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura Manuel, sistematizou um conjunto de linhas orientadoras, ou estatutos, pelas quais a comunidade se regularia e que decorriam do «estado, em que se achava o convento, clauzura, credito, e bom governo espiritual, e temporal do mesmo[358]». A importância que este prelado concedia aos Estatutos é demonstrada pela obrigação que tinha a religiosa que desempenhasse as funções de Abadessa em os mandar ler todos os meses à comunidade. Seria, pois, nesta

---

355 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fl. 18

356 *Idem, ibidem*, fl. 18

357 A.P.E., *Livro de Registoa da Camera do bispado de Miranda (1692-1697)*, fls. 38-42

358 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fls. 7, 7v

linha de orientação que surgem algumas referências a obras realizadas no convento de Santa Clara, as quais nos permitem ainda a compreensão do quotidiano da clausura.

Privilegiando as informações respeitantes a obras , contidas em três livros depositados na Torre de Tombo, optámos pela selecção de algumas recomendações que complementaremos com algumas notas, nomeadamente as matérias inscritas nos Estatutos deste convento, sem prejuízo de, pela sua importância, darmos este documento em anexo.

1693, Outubro, 3[359]

Foi visitador, pelo Bispo D. Manuel de Moura Manuel, o reverendo Manuel Tavares de Sousa.

Portaria

- «qualquer pessoa que entre na portaria he vista das que estão dentro [...] e para evitar tão grande inconveniente mando que logo se chame hu official de serralheiro pera fazer duas laminas de ferro grossas quanto baste com buracos pequenos [...] e se ponhão em huas quadras de pao bem fortes e seguras em proporção». (fl. 4)

No Estatuto 22°, refere-se:

> «As portarias principal, e a do carro são caminhos precizamente necessários para uzo das couzas, sem as quais não pode conservarse a vida espiritual, e temporal dos sogeitos, que vivem nos conventos, e tambem são as portas, pelas quaes se segura, ou arrisca o credito, e honestidade das religiozas[360]».

Nesta medida, as religiosas com o ofício de porteiras, não deviam consentir que, na portaria, as freiras tivessem conversas com pessoas do estado

359 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 1 (1693-1729)

360 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fls. 20v, 21

secular. Só em casos excepcionais o contacto era permitido e, mesmo assim, por um curto período de tempo. Esta entrada tinha ainda a função de permitir as «couzas que por necessario que entrão ou saião [...] que serão sò as que não couberem na roda».

As mesmas restrições valiam para os comportamentos a observar na porta do carro, a qual só devia servir para :

> «uzo dos carros, cargas, e bois, que forem lavrar, e para entrarem e sairem os trabalhadores, que forem trabalhar à cerca[361]».

> Roda
> - «A roda grande da portaria [...] alem da sua grandeza tem o prato tão levantado que pode caber qualquer pessoa [...] . Ordeno que logo se mande despregar a cinta de ferro que o dito prato tem arroda, e se ponha mais baxa em termos que so possa caber hu cantaro de m(ed)iana grandeza».
> (fl. 4)

> Paredes da cerca
> - «Vezitando a cerca pella parte de dentro e pella parte de fora achei que as paredes erão tão baxas em alguas partes que sem deligencia de sobir pode qualquer pessoa da parte de fora ver da parte de dentro as religiosas que andarem na cerca, e em outras partes tem a parede da cerca pedras lançadas com pontas pera fora, e pera dentro, e com pouco trabalho no sobir podem a tod(a) a cerca devaçar portanto mando a Madre Abbadessa que em termo de seis mezes mande levantar a cerca pellas partes que tem menos altura e se pode ver de fora a quem andar dentro mandando fazer espigão rebocado com cal e cortar todas as pontas das pedras que atravessão as paredes, e (t)apar quantos buracos (es)tiverem (ab)ertos ou (f)orem faceis de se abrir». (fl. 4v)

---

361 *Idem, ibidem,* fl. 21

Porta do carro

- «outrosi mandara reformar a porta do carro e a chave mudarlhe as guardas, em termos que fique a po(rta) sem buraco e a fechadura segura». (fl. 4v)

Janelas

- «As janellas que caem pera o carreirão ficão tão baxas e d(ev)açadas d(as) pessoas que assistem naquelle lugar [...] que qualquer religiosa que esta nas ditas cellas, ainda que não chegando a janella he vista de quem esta no dito sitio ... ordeno a Madre Abbadessa com pena de suspensão de officio por seis meses que em termo deles mande fazer rotas para todas as janellas que fiquem pregadas nas hombreiras dellas com escapolas ou pregos grandes em termos que não possão ser tiradas, e o mesmo executara nas janellas que ficão pera a cerca velha nos dormitorios de baxo». (fls. 4v, 5)

Confessionário

- «o confissionario que estava na sachristia por justo resp(eito) se mandou fechar, e agora não havia maes do que hu, e p(e)ra se haver de confessar toda a comunidade nos tempos competentes, não ha lugares convenientes ordeno que na parte do corpo da igreja entre o coro de baxo, e o altar de S. Caetano se abrão dois nichos pera dois confessionarios, em forma que possão dois confessores no mesmo tempo estar confessando sem estorvo de se ouvirem, e da parte de dentro da clauzura estarão na mesma forma e como he obra tão precissa e que pedio toda a comunidade fio da Madre Abbadessa a mande fazer logo». (fl. 5)

A decisão de se fecharem os confessionários nas sacristias, respeitava, segundo Gabriel Talbot, a uma decisão da Sagrada Congregação, tomada em 7 de Março de 1617, que referia:

«os confessionarios, onde se hão de confessar as religiosas hão de ser na igreja, e não na sacristia, ou outro lugar retirado, e que so em caso de necessidade se podem (fazer) as confissões em outra parte[362]».

Os confessionários, sendo considerados no Estatuto nº 9[363] como «os lugares do remedio das consciencias», não se permitia a sua utilização para fim diverso do da confissão. Assim se evitava «o risco de acontecer, que se beba o veneno no mesmo vazo, aonde se busca a triaga». Por isso, este Estatuto devia estar escrito na sacristia, à vista dos confessores, para que sempre tivessem presente que, nos confessionários, para além da confissão, não podiam tratar quaisquer outros assuntos.

1697, Fevereiro, 1

Foi visitador Francisco de Melo, doutor em Teologia, lente de moral no seminário de Miranda, Reitor do mesmo e governador do bispado.

Prisão

- «que em termo de hum anno ao mais tardar, (a Abadeça) mande fazer hu carcere, o qual quando não tenha uzo, o que Deos permitta, ao menos meterá medo para que se não comettão alguas desordens, e desaçertos; e o sittio pera elle se fazer com mais commodo sera em o fim da escada, que vai pera a cazas nova onde assistem as choristas». (fl. 41v)

O Estatuto 7º, referindo-se às «deliquentes, e outras que provem os delictos o podem vir a ser», estabelecia:

«lhes não falte o tronco que hà em todos os conventos».

362 TALBOT, Gabriel - *Explicação Breve, acomodação laconica da santa regra do grande Patriarca São Bento,* Na Officina de Miguel Menescal da Costa, Lisboa, 1744, p. 20

363 *Idem, ibidem,* fl. 13

Entre as faltas que podiam levar uma freira, noviça, educanda ou servente ao cárcere[364], contavam-se: «sair fora da clauzura, meter homens dentro della não sò com fins deshonestos, mas com quaesquer outros, que não forem precizamente necessarios, matar, ou ferir, descompor as preladas de palavra, ou por escrito, ou as officiaes actuaes por cauza de seus officios».

1703, Abril, 30

Foi visitador o Doutor José Nogueira Galvão, Vigário geral do bispado de Miranda.

Sacrário e tribuna

- «Achou que o sacrario, e maiz couzas tocantes a igreja esta com a decencia divida somente erão necessarias huas cortinas pera o sacrario, porem constoulhe, que se não punhão porquanto querião dourar a tribuna». (fl. 53v)

Janelas do refeitório, cerca e portaria

- «em duas janellas que estão sobre as janelas do refeitorio, e hua ao pe da janella grande (que) cai pera a cerca necessitavão reforma, e mandou que lhe puzessem logo gradez com pontas de diamante na fronteira, e pellas ilhargas. Da mesma (maneira) lhe par(e)ceo, que era necessario na janella da portaria velha grade de ferro com diamentes, e ordenou que a Madre Abbadessa a puzesse com rede de arame por dentro». (fls. 53v, 54)

Fresta

- «Achou ser precizo e necessario que na parede que cai pera a portaria se abrisse hua fresta pera por ella a reverenda Madre

364 «se manda que para castigo das culpas haja em cada convento carcere seguro, e bem, fechado; não porèm tão rigoroso, ou deshumano, que tenha perigo a saude espiritual da alma, ou temporal do corpo. Neste carcere só ha de haver os instrumentos necessarios para os castigos das delinquentes. Ha de aver algemas, grilhões, cepo, etc.». TALBOT, Gabriel, *ob. cit.*, pp. 262-263

Abbadessa ou outra qualquer religioza de zelo vissem, sem ser vistas, quaesquer desmanchos que pudesse suceder». (fl. 54)

Dormitorio
- «no dormitorio de sima estava hua caza que vai pera o forno, com varios carros de lenha, ordenou que a dita caza se despejase e não tivesse mais lenha». (fl. 54)

Amoreiras
- «que daqui em diante se não dessem mais folhas de moreira pera fora do convento pelo dano que se faz as mesmas arvores». (fl. 54)

Lume
- «com pena de excomunhão nenhua religiosa, nem outra qualquer pessoa acenda nem faça mais fogo nos dormitorios». (fl. 54v)

No Estatuto 39º referia-se:

«Por sermos informados, que nos dormitorios se mete lenha, e fugareiros - materiais dispostos para hum incendio, em que as vidas de huma communidade todas se arriscão, e perda quazi irreparavel para a reedificação do convento mandamos, que de hoje em diante não entre mais lenha nos dormitorios, e que a que houver se tire logo, pondose na parte mais accommodada que para isso possa haver no convento, e que quando o frio obrigar as religiozas ao uzo dos brazeiros, estes estejão em todo o tempo acompanhados das religiozas que uzarem delles, e que tenhão grande cuidado para que por cauza do descuido não aconteça o risco de algum incendio: porem quando estiverem nas horas do choro, como acontece ficarem os dormitorios sòs mandamos que fiquem apagados os brazeiros[365]».

365 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fls. 32, 32v

1706, Novembro, 7

Foi visitador o reverendo Doutor Bernardino da Silva Cabral, Provisor e Governador do bispado.

> Lume
>
> - «Por se evitar o irremediavel damno, que de se fazer fogo com os dormitorios, e varandas do convento pode rezultar, mando, pena de obediencia, que nehua religioza faça fogo em os ditos lugares». (fl. 60)
>
> Dormitório novo
>
> - «vizitando a clauzura do convento achei nos dormitorios delle, huas portas abertas, que correspondem ao dormitorio que de prezente se anda fazendo, e me parecer muito indecente, e contra o resguardo da mesma clauzura, mando à Madre Abbadessa [...] mande logo tapar as ditas portas». (fl. 61v)

No Estatuto 14º, referia-se:

> «Os dormitorios dos conventos são edificados para separação das religiozas com as seculares, e como estas podem uzar da vida mais profana, e licencioza, não permitem as leis da religião, que o seu trato licenciozo profane a modestia, com que as religiozas se devem haver nos seus particulares, e que sò humas possão testemunhar as acçois das outras[366]».

Assim, para o efeito, deviam existir compartimentos destinados às criadas da comunidade e das recolhidas, sendo também proibído, sob pena de expulsão, que umas e outras pernoitassem ou, em caso de doença, se curassem nos dormitórios reservados às freiras.

---

366 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fl. 15

Celas

Foime proposto pello reverendo Abbde de S. João Manoel Camello de Moraes, que tinha devoção de comprar duas celas em o dormitorio novo, que de prezente se anda fazendo neste convento, para cujo effeito offrecia ao dito convento sincoenta mil reis, das quais cellas, queria servisse hua para aquella religioza, que quizesse (em virtudes) imitar a primeira [...] pello que ordeno á Madre Abbadessa que estando acabado o dormitorio e compostas as ditas celas, as entregue logo as religiozas nomeadas[367]».
(fl. 62v)

1709, Novembro, 20

Foi visitador o Bispo D. João Franco de Oliveira.

Coro

- «mandamos que no coro de sima se ponha outra grade mais apertada pella parte da igreja, que chegara de altura athe o meio da que agora tem». (fl. 66)

O coro era considerado:

«huma imitação do ceo, aonde os espiritos religiozos à semelhança dos Anjos se ajuntão com uniforme communicação a louvar a Deos[368]».

Por isso, todas as religiosas, sem excepção, eram obrigadas a terem aí um comportamento «com toda a sezudez, e modestia pertencentes aos sugeitos de sua profissão, e que ali rezem devota, e pauzadamente[369]». Tal como nos restantes espaços do convento, eram proibidos quaisquer tipos de comunicação com as pessoas, especialmente homens, que se encontrassem na nave da igreja. Em

367 Na opinião do Abade de S. João, as religiosas mais virtuosas eram Natália de Jesus e Maria de Santa Rosa.
368 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança,* vol. 1, 1693, fl. 9
369 *Idem, ibidem,* fl. 9

relação às freiras, evitavam-se desta maneira «as quebras de opinião» e a «segurança do seu credito[370]».

Muros da cerca
- «se levantarão o muros da serca. (fl. 66)

Quarto novo
- «que no quarto novo se tire a terra que esta junto das paredes delle pela parte da serca». (fl. 66)

1713, Janeiro, 4
Foi visitador o Doutor Manuel de Matos Botelho, Abade de Duas Igrejas, comissário do Santo Ofício e Governador do bispado.

Paramentos
- «coanto a fabrica da igreja e dos paramentos ao devino culto achei tudo maiormente por se hir cada dia polindo e milhorando a mesma decencia».
(fl. 72v)

Caixa dos Santos Óleos
- «so me parece prover em que o caixaozinho ou receptaculo dos Santos Ollios se guarnessa ou pinte por dentro, e por fora se lhe faça hua targe de talha ou pintura que remate a crux santissima pera que se conheça e venere o lugar como sagrado». (fl. 72v)

Roda da sacristia
- «que a porta da rodinha da sacrestia esteja sempre fechada e se não abra senão para os menisterios do devino culto para que foi feita». (fl. 72v)

O Estatuto 10º regulamentava a utilização deste elemento:

370 *Idem, ibidem,* fl. 14

«A rodinha da igreja so se fez para a administração das couzas da sancristia, e para nenhum outro effeito: pelo que mandamos, que nella não falle pessoa alguma, excepto o sanchristão[371]».

Armações e talha

- «que nos retabolos de talha, tecto da capella mor, e arco della se não ponhão armaçoins algumas nem pera outro algum effeito se lhe cravem pregos porque estes quebrão e defformão a miudeza da mesma talha, e dos seos ramos, e a manuffactura e aceio delles escuza coalquer outro ornatto». (fls. 72v, 73)

Decorrentes do calendário litúrgico, havia períodos em que se armavam as igrejas. Estes trabalhos, que necessitavam do concurso de pessoas leigas, propiciavam um contacto mais estreito com as religiosas. Por isso, havia particulares cuidados no sentido de se evitar toda a comunicação que utrapassasse a estritamente necessária. Com esta finalidade, eram destacadas para o coro duas vigilantes para zelarem pela observação das regras. Nestas alturas, a porta da igreja devia estar sempre aberta, respeitando-se um horário de trabalho - mesmo quando se armava o presépio no coro - que podia ir «das seis horas da manha athe hora da completa, e os dias sò precizamente necessarios[372]».

Casa do noviciado

- «na vezita da clauzura se me ofereceo prover em que se reponha o noviciado na caza que antigamente servio delle por ficar mais no sentro e interior do mosteiro aonde devem rezedir as novissas com sua mestra». (fl. 75)

Pretendendo-se que as noviças fossem «tam perfeitas religiozas», o Estatuto 24° estabelecia:

«as ditas noviças, emquanto [sic] o forem não tenhão trato, ou communicação com as professas, se não sò com sua mestra, e que

371 *Idem, ibidem,* fl. 14
372 *Idem, ibidem,* fls. 16, 16v

todo o tempo, que não for o do choro, assistão na caza do noviciado[373]».

Grades das celas

- «porque as grades das cellas do dormittorio novo infferior se achão recolhidas na forma que o mandou Sua Illustrissima de que louvo o zello de quem o fes dar á execução: mando que na mesma forma se componha a grade da ginella do dormittorio suprior que fica fronteira da escada e que alem disto se lhe ponha hua gelozia de madeira pera asi sem impedir a claridade de que ali se nececita poe esa ginella de claustro de religiozas, e estas mesmas gellozias se poram sobre as ginellas de todos os dormitorios principalmente em as rasgadas do dormittorio novo, e em a grade do choro seia a primeira na forma que o determinou Sua Illustrissima na vezita passada». (fls. 75, 75v)

Muros

- «se levantem os muros exteriores de clauzura que suposto importe despeza maior do que os cabedais actuais da Caza, a nesecidade e decencia desta obra ainda que nam por inconveniente que aia suscedido por atalhar que susceda, ou que se levante, pede este reparo». (fl. 75v)

Cães de estrado

- «se lançaram fora da clauzura dentro de tres dias os caizinhos que nelle vi e me contou criavão algumas relligiozas». (fl. 75v)

Celas de particulares

- «Advirto que ainda que algumas relligiozas tenham cellas que comprassem e fezessem a sua custa na erecsão do dormitorio novo, possam milhorar dellas se quizerem coando lhe couber por grao e vacancia de alguma outra mas em tal cazo nam poderam dispor da

373 *Idem, ibidem,* fl. 23

que deixam [...] . E aserca das que comprou o reverendo Abbade de Sam Joam desta cidade Manoel camello de Moraes mando se observe o disposto no capittollo da vezita que falla nesta materia». (fl. 76v)

1716, Janeiro, 20

Em período de Sede Vacante, foi visitador o Arcediago da Sé de Miranda, reverendo Manuel de Morais da Silva.

Arco da igreja

- «devem fazerse humas cortinas de motam azul, ou dourado para os (altares) colateraes com çanefa, que cubra as molduras, e florais do arquo com varas de ferro, de sorte que na Quaresma se possa cobrir tudo, e no sabado de Lellua abrir ao mesmo tempo». (fl. 84)

Pavimento da igreja

- «se deve reformar o lagiado da igreja e coro de baixo com ladrilho nas partes que lhe falta, pera que este asseio comresponda aos mais da dita igreja». (fl. 84)

Lenha e fogo

- «vi huma caza com lenha de baixo do dormitorio novo, e alguma lenha de cima das cellas e que nos corredores, e dormitorios se fazia lume de lenha tudo ocazionado a hum incendio irreparavel [...] e que logo se faça por conta da communidade huma caza, aonde convier perto da cozinha, e que a ella se passe a dita lenha e para a que esta com ella algumas arquas e mais madeiras, que estam embaraçando a serventia dos corredores». (fl. 86)

Muros da cerca

- «estavão alguma couza aruinados». (fl. 86v)

Portas do carro

- «as porteiras das portas do carro asistiam com discomodo a sua obrigação em tempos de Inverno, como de Verão. Porquanto me parece recommendar as madre Abbadessa mande reformar nas partes que (é) necessario os muros da dita cerqua [...] e mande fazer na sobredita porta do carro hum cuberto que baste para reparar as ditas religiozas da agoa e sol». (fl. 86v)

Janelas

- «mande fazer humas ginellas grandes que caem sobre o terreiro e outra rasgada, que cahe sobre a cerqua velha do mesmo dormitorio». (fl. 86v)

Celas

- «fui informado que [...] havia algumas religiozas a quem seus parentes tinham mandado fazer cellas por sua conta, e que estavam com animo de doallas; pelo que mando que nem huma das sobreditas possa doar as ditas cellas em pessoa, que nam assista no dito convento, e nam este proxima a professar ou noviciar, e nem ainda nestas sem preceder nova licença do Prelado». (fl. 87)

1719, Janeiro, 30

Foi visitador o Doutor Jerónimo Preto e Lemos.

Banqueta da estacada

- «que nenhua religioza de qualquer estado ou condição, que seja, indo a divertirse nos campos da cerca possa subir e passar pela banqueta da estacada». (fl. 95v)

Reparações

- «a reverenda Madre Abbadessa ponha todo o cuidado em mandar reparar as duas frestas das loges, que caem para a estacada, e o

telhado da varanda. e a banqueta da estacada do cimo da vinha». (fl. 97)

Casa para a lenha

- «mandar fazer a caza pera a lenha contigua com a cozinha da comunidade, e que se faça com toda a segurança e fortaleza necessaria, e havendo de ter algumas frestas pera darem luz, estas ficarão bem arrimadas ao telhado da mesma caza, que não excedão da largura de hum palmo, e altura necessaria com varoens de ferro no meio grossos, e com diamentes do mesmo pera a parte de fora». (fl. 97)

Coberto das portas do carro

- «mandara fazer o cuberto em cima das portas do carro». (fl. 97)

Muro

- «mandara acrescentar a parede do muro quatro, ou sinco palmos de mais altura que a que tem, ainda que seja de pedra seca, e na mesma forma mandara levantar mais o muro outra tanta altura dos ditos quatro, ou sinco palmos pera a parte do escurial principiando das portas de Santa Clara, e continuando pelo mesmo escurial adiante, mandando-lhe por cima fazer, e ajustar o remate do muro em tal forma, que não possa pessoa algua por-se de pé em cima do dito muro». (fl. 97)

Comédias

- «fui informado que em funçoins de festejos alguas religiozas menos advertidas da censura em que incorrem, quebrando ou sendo cauza de se violar a clauzura, recolhendo na portaria homens pera se vestirem e prepararem pera reprezemtarem comedias, o que tudo he prohibido». (f. 99)

1725, Junho, 18

Foi visitador o Bispo D. João de Sousa Carvalho.

Hábitos

- «não usem de habitos pretos, por lhes serem só dados, e permetidos os de cor parda, propria da Regra de Santa Clara[374]». (fl. 125)

Janelas da provisoria e das casas novas

- «A janela da provizoria não tem grades, e que juntamente as que se fizerão nas cazas novas do novo dormitório as não tem sufficientes, por serem mui tenues, largas, e pelos lados totalmente abertas, e patentes sem diamantes alguns. Ordenamos a reverenda Madre Abbadessa [...] faça prover logo dentro de dous mezes assim a janella da provizoria, como as das particulares do dormitório novo de grades fortes, meudas, e com diamantes na frente, e lados das dittas grades, e quando as dittas particulares o não fizerem dentro do ditto tempo [...] pomos na pessoa da cada hua dellas a pena de excomunhão maior ». (fl. 126)

Em relação à Provisoria, o Estatuto 34º dispunha:

«A caza da Provizoria terà tambem tres chaves, que estarão na mão das Madres Abbadessa Vigaira, e huma Madre da Ordem, e na dita caza, se recolherà tudo o que se houver de gastar, excepto o pam, e cada mez se darà à Madre Provizora para gastos da communidade, o que for necessario de azeite, peixe, e mais couzas comestiveis, tudo por pezo, e medida[375]».

374 Na visitação efectuada em 25 de Maio de 1722, pelo reverendo Doutor José Botelho de Matos, já esta regra tinha sido objecto de reparo.

375 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fl.29

1725, Junho, 26
Foi visitador o Bispo D. João de Sousa Carvalho.

Tendas
- «não consentimos que de hoje em diante se armem tendas da porta regral para dentro». (fl. 131)

Loja
- «ordenamos a Madre Abbadessa [...] mande por logo na fresta da loge que lhe apontamos huas pedras de cantaria em que se firmem e entrem as grades que nella estão pelas vermos menos seguras metidas na parede». (fl. 131)

Grades nas celas novas
- «ordenamos debaixo da mesma pena (de obediência) a dita Madre Abbadessa, e as donas das duas cellas novas do dormitorio novo que logo faça reformar, e reformem as grades das janelas que tem como ja lhes foi mandado [...] e lhes ponhão grades fortes, e seguras com diamantes as fechem, e entrem na parede de hua parte e outra parte sem ficarem vãos descubertos». (fl. 131)

1731, Junho, 24[376]
Foi visitador o reverendo Doutor José Botelho de Matos.

- «Como tudo maes que devia reformar e emmendar nesta vezita esta já reformado, e mandado observar». (fl. 9v)

1741, Julho, 26
Foi visitador o reverendo Roque de Sousa Pimentel, Abade da paroquial de S. Vicente de Vinhas e comissário do Santo Ofício.

376 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 2 (1731-1747)

Paramentos e incêndio na sacristia

- «Os paramentos do sacrario altares e sanchristia achei com tão perfeito aseio, que mais, que advertir, tenho que louvar o zelozo cuidado com que a commenidade tendo consideravel perda, que cauzou o incendio da sachristia se empregou em reparar os estragos do material da mesma sanchristia e encher os seus caixoes de novos e ricos paramentos». (fl. 51v)

Portaria do carro

- «pela portaria do carro devem entrar os carretos de bois e bestas, e os trabalhadores, que hão de cultivar a cerca». (fl. 54)

Porta regral

- «pela porta regral só devem entrar os confessores, médicos, surgioes e officiaes que tiverem que trabalhar dentro do convento, e todos sahirem no (primeiro) toque de Completas». (fl. 54)

Cerca

- «as cercas forão concedidas às religiozas para recreio da vista, passeio do corpo e dezafogo do espirito, e por esse razão lho concede o Estatuto vinte e trez. Portanto a reverenda Madre Abbadessa e Madre Cerqueira todos os domingos, e dias santos, dipois de vesperas, consintirão ás religiozas, este justo divirtimento». (fl. 55)

Dava-se assim cumprimento ao estipulado no Estatuto 23°. Contudo, acrescentava-se:

> «vão sempre juntas de forma que nunca se possão apartar por tempo algum da vista da prelada, que sempre as acompanharà nas ditas occazioens[377]».

377 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão, e estatutos para o governo do convento de Sancta Clara de Bragança*, vol. 1, 1693, fl.21v

Celas e dormitório dos Arcos

- «No Estatuto quarenta se declara que as sellas que fazem as religiozas á sua custa pertencem a communidade findas as vidas que contratarão com ella poder nomialas. E porem como as cazas e sellas, que forão feitas á custa dos pais e parentes das mesmas religiozas com despacho do Senhor Bispo e consenso da communidade sem despeza algua desta como são as cazas e sellas do dormitorio dos arcos, nem hum direito pode ter nellas a communidade se não aquele que os senhores directos lhe doarem ou venderem. E o uzo fruto dellas he das religiozas a quem os mesmos senhores as permitem ou dão faculdade para nomealas sem dependencia algua da mesma communidade». (fl. 56)

1759, Dezembro, 11[378]

Foi visitador D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

Música e sermões

- «Não satisfeito o inimigo comum de haver transferido aos choros ecclesiaticos a muzica dos theatros profanos, athe introduzir nos mesmo choros os aplauzos, que somente se praticavão nas funçõens, e festejos de touros, dando aos pregadores, escarradas, e aplauzo de lencinhos, quando acabão os sermõens. E porque hua tão louca, e profana indignidade pedia particular lei: mandamos [...] com pena de obediencia, e de recluzão por hum mez no carcere não ouze mais escarrar a pregador algum quando acabar o sermão». (fls. 30v, 31v)

1788, Julho, 16

Provisão de D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas.

Dificuldades económicas

378 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 3 (1750-1820)

- «He tão notoria como lamentavel a penuria a que esta reduzido o convento tanto em comum como em particular e assim pede a razão que se não gaste com educandas sem que concorrão para a conservação do mosteiro [...]. Que nenhuma das mesma educandas possa entrar daqui em diante neste convento sem que de de entrada a quantia de 24.000 reis por hua vez e a de 4.000 reis annualmente [...] . E pela mesma razão ordenamos que nenhuma pessoa das que não forem dos cidadaos desta cidade seja admettida a noviciar, sem dar de dote, para o convento dous mil cruzados, e cincoenta mil reis, para a sachristia alem das prepinas costumadas, dobrando se as de enfermaria: e sendo das dos cidadaos, alem do dote, que costumão dar ao convento, e dos 50.000 reis para a sachristia, e prepinas, duplicando-se sempre as da enfermaria entregará a quantia de 600.000 reis ao nosso Depozitario Geral, para dos juros se alimentarem[379]». (fl. 71)

1799, Novembro, 29

Foi visitador o Doutor José Saraiva, Abade reservatário de Montouto, Deão da Sé, Provisor e Vigário geral do bispado.

Grades

- «Executou-se o concerto da grade do dormitorio das cidadans, fação-se todos os concertos nas outras grades que estão em cellas particullares». (fl. 162v)

Sacrário

379 Esta matéria constava também dos Estatutos do convento. No entanto, valerá a pena relacionar este assunto com as preocupações manifestadas por Manuel Severim de Faria, relativamente ao «rumedio da segunda causa da falta da nobreza com a diminuição da grandeza dos dotes». Segundo este autor: «para que não se possa frustrar o intento da lei com os pais meterem as filhas freiras, concertando-se com os mosteiros, que não herdem mais, que os sotes, que lhes derem, na entrada para effeito de poderem mais dotar à filha, que sòmente querem casar, se deve prohibir, que não valhão semelhantes contratos feitos com os mosteiros, senão quando o pai, ou mãi, que os fizer, tiver primeiro casado duas, ou trez filhas». FARIA, Manuel Severim de - *Noticias de Portugal,* T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes, 1791, pp. 67, 68

- «O sacrario desta igreja não esta decente, tem huma serventia incommoda com que se aumenta a indecencia. Mando que se coloque no altar mor outro, ou se emendem os defeitos do actual[380]». (fl. 162v)

A partir de 1741, as visitações deixam praticamente de fazer referências a obras, passando a privilegiar a postura das recolhidas no interior do convento, as questões de direito relativas à posse das celas, e as admissões de noviças, com ênfase especial nos dotes das mesmas, na tentativa de superar as dificuldades de tesouraria que o mosteiro parecia atravessar.

Alguns anos antes, em 1737 ou 1738, a Mitra tinha dado uma contribuição de 120$000 réis para as reparações do coro[381]. Na mesma ocasião, também não ficou indiferente ao incidente da sacristia, dando «ás religiosas de Santa Clara da cidade de Bragança para ajuda da sacristia que lhe ardeo, de esmola 9$600 reis[382]».

Sendo verdade que durante o século XVII este convento possuía terras e recebia foros em várias localidades - S. Julião, Soeira, Vila Boa de Carção, Santa Combinha, Vinhas, Alfaião, Samil, Rebordãos, Outeiro, Rio Frio, Baçal, Maçãs, Zeive - como se vê no livros intitulados «Lembranças de foros e propriedades[383]» e «Livro do tombo[384]», a sua capacidade económica diminuiu progressivamente, chegando, a partir da segunda metade do século XVIII, a uma situação de pobreza de tal modo notória que o Bispo D. Frei Aleixo teve necessidade de agir.

O meio que lhe pareceu mais adequado à situação consistiu na publicação, em Junho de 1761, de uma pastoral. Afirmando a gravidade do momento que as religiosas viviam, experimentando «da pobreza da sua porfiçam tal penuria e falta que se acham carecidas dos parcos e ordinarios meos de sustentar a vida[385]», o

---

380 Indicou.se a pessoa do Cónego António José da Rocha para dirigir as alterações propostas.
381 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 23, doc. s/n°, s/fl.. CASTRO, José de - vol. I, *ob. cit.*, p. 203
382 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 56, *Contas tomadas ao Econimo da Mitra (1737/17389,* doc. s/n°, s/fl. CASTRO, José de - vol. I, *ob. cit.*, p. 203
383 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 6
384 A.N.T.T., M.S.C.B., vol. 5
385 A.P.E., Câmara eclesiástica, fl. 54, (Lv. não classificado)

prelado procurou sensibilizar os párocos no sentido de exortarem os seus fregueses para que «concorrão com suas esmolas para secorro das religiozas». Sobretudo, tratava-se de obter, na época das colheitas, dádivas de cereias, vinho e azeite. Para a mesma finalidade, propunha o mesmo documento às confrarias a contribuição de três cruzados[386].

Seis anos mais tarde, D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, iria mais longe na atitude intervencionista sobre os assuntos do convento. Com efeito, em 1767, publicava uma provisão em que nomeava um seu representante - o Provisor do bispado, Francisco de Sousa Pegado - para os assuntos económicos, o que equivalia a ser ele próprio a gerir os aspectos económicos e financeiros do convento.

A razão desta atitude decorria da consideração de factores passados e presentes, já que:

> «(antes) tinhão rendas superabundantes para a sua conservação, (e) hoje nem ao menos tem com que possa dar hua ração de pam às religiozas cauzado tudo pela facilidade, pouco zello, e menos vigilancia das preladas[387]».

Na mesma linha de orientação, acreditava na acção de Francisco de Sousa Pegado porque:

> «com o seu zelo e prudencia, podera derigindo as preladas evetarlhes lezivos enganos, contractos fraudulentos, e ainda uzurários, em que tem convindo apezar de suas fazendas, e que obviandolhe a huas e outras semelhantes couzas lhe conseguiria melhor fortuna e alguns meios, com que melhor acudir ao seu precizo sustento[388]».

---

386 A.P.E., Câmara eclesiástica, fl. 55v, (Lv. não classificado)

387 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques,* in «Livro de rezão», vol. 4, fl. 81

388 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques,* in «Livro de rezão», vol. 4, fls. 81, 81v

Por outro lado, acautelando o controle completo da situação, impediam-se as Abadessas de fazerem qualquer aplicação dos dotes ou celebrarem contratos sem a prévio conhecimento e autorização do novo administrador e do Bispo, declarando:

> «nullos quantos sem isso obrarem para o que tres dias antes da sua celebração as havemos por suspensas das suas occupações a fim de por tais contractos não possa ser obrigada a comunidade[389]».

Os resultados obtidos com estas medidas não são do nosso conhecimento. Todavia, sob um ponto de vista económico, o convento devia continuar debilitado e sem capacidade para se proceder a qualquer tipo de reparação. Por esta razão, em 1772, a Mitra, constatando que «as ditas cazas padessem sua roina[390]», entendeu dever «mandar lhe levantar huma parede que caio[391]».

Em 1806, numa carta dirigida a António de Araújo de Azevedo, seu superior hierárquico, o Primeiro Tenente José Joaquim de Freitas Coelho pôde escrever:

> «Este edeficio que he munto antigo se acha por varias partes aruinado, de sorte que, a pobreza, a que se acha reduzida aquella commonidade nam pode suprir a sua reedeficação, e hirá incencivelmente cahindo, ate á sua inteira demolição[392]».

Tratava-se então, de acordo com as ordens dos inspectores dos Reais Hospitais Militares, de estudar alternativas, tendo em vista a futura mudança do hospital militar.

---

389 A.N.T.T., M.S.C.B., *Provizão de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques,* in «Livro de rezão», vol. 4, fl. 81v

390 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 26, doc. s/nº, s/fl

391 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 26, doc. s/nº, s/fl

392 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº(5723) - 987-1-4A-8

3.2. O convento de S. Bento

3.2.1. O mosteiro

O mosteiro de Santa Escolástica das religiosas de S. Bento não se levantou de raíz. De acordo com uma escritura de 20 de Outubro de 1590, referida por Cardoso Borges, o núcleo inicial do convento foi constituído pelas:

> «cazas della dita Helena da Costa e sua filha (Maria Texeira) em que esta fundada a igreja, e mosteiro do Senhor S. Bento, que estão nesta cidade na rua que vai para o Senhor S. Francisco com sua vinha e pomar[393], que esta detras das ditas cazas asim como ora esta tapada, e cerrada[394]».

Tanto Helena da Costa como o seu defunto marido, Gonçalo Teixeira, eram «pessoas da principal nobreza desta cidade» e para a fundação do convento concorreram não só com os bens de raíz mas ainda com o «movel, e dividas», valores que «naquelle tempo» ultrapassavam, segundo Borges, os trinta mil cruzados e que cerca de 1721, assegurava o mesmo, valiam «mais de sessenta». Cardoso Borges refere uma cláusula[395] de um contrato, pela qual, falecendo Helena da Costa ou sua filha ficava o mosteiro obrigado a receber em todo o tempo, uma pessoa da família das falecidas sem pagamento de dote. Porém, num livro do mosteiro contendo sumários de algumas escrituras, a observação anterior foi anulada, por nele constar o título de uma «escretura que fes Ilena da Costa e sua filha Maria Teixeira pela coal desobriguarão ao mosteiro de tomarem huma freira sem dote por morte delas[396]».

---

393 Um livro de «Foros e rendas» do convento de S. Bento (1617 ?) contém em sumário a «Escretura das cazas em que vivem os criados das freiras e da vinha e tera que esta junto ao mosteiro que parte com o caminho do comselho e com os Vales (de S. Francisco) e com quintal e cazas que forão de Bastião da Guarda a coal vinha amda aremdada em dous mil reis e a tera por sima da vinha em des alqueires de trigo». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 33, fls. 3-3v

394 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 55v. Esta informação é confirmada pelo sumário de uma escritura contida num livro de «Foros e rendas» do convento de S. Bento: «Escretura de doasão que fes a madre Ilena da Costa e sua filha Maria Teixeira das cazas e outras propiadades que pertemsem ao mosteiro nas coais cazas esta fundado o mosteiro». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 33, fl. 3

395 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56

396 A.N.T.T., M.S.B.B., vol 33, fl. 3v

Processando-se sobre um núcleo pré-existente cuja construção obedeceu a outras finalidades, distantes das requeridas para a instalação de um instituto religioso, houve necessidade de desenvolver algumas obras de remodelação no sentido de tornarem o edifício apto para receber a comunidade.

A vida monástica neste instituto religioso teve início em 1592, ano em que professou Helena da Costa, com a vinda do mosteiro de Vairão, da abadessa D. Jerónima de Vilhena e da prioressa D. Luisa de Noronha[397]. Inicialmente a comunidade não seria numerosa mas com o tempo aumentaram as solicitações[398] das que, por vontade própria ou alheia, decidiram procurar uma vida de recolhimento.

O aumento da população conventual determinando acrescentos quase permanentes exercia de igual modo pressões sobre as infra-estruturas necessárias à comunidade. Um dos aspectos mais compreensíveis desta questão passava pela construção de novos dormitórios, o que acontece durante a parte final do séc. XVII e durante o séc. XVIII. Em S. Bento, um dormitório estava em fase de conclusão em Junho de 1665. Sujeito a reparações (este ou outros) em 1672, estavam, no mesmo ano, obras em curso no chamado «dormitório novo», o qual era composto por várias casas. Em 1685, iniciou-se a construção de novo dormitório que estaria concluído dois anos mais tarde. Apesar de não possuirmos informação suficiente para seguirmos a *pari passu* o ritmo destas construções, tanto mais que à medida que se contruía de novo, os edifícios anteriormente levantados pediam reparações, por vezes em profundidade, mais à frente, no quadro relativo a «obras, materiais e geiras», apresentam-se alguns elementos sobre esta matéria.

Num documento relativo à «eleição das chamadoras do silêncio[399]», realizada em 4 de Janeiro de 1772, referem-se os seguintes dormitórios: o dormitório do coro, o de Santo António, o da Alfândega, o «dormitorio de baixo», o de S. Francisco, o «dormitorio de cima de Mafra», o «de baixo» e o dormitório «das cazas de baixo».

---

397 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56

398 Em 1721, tinha este convento «cento e quarenta e quatro religiozas professas,quatro conversas, e onze novissas». BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56

399 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 2 (1734-1796), fl. 103

Em Dezembro de 1733, por uma «escriptura de obrigação e consentimento que deram as religiozas do convento de S. Bento a Jacinto de Mesquita Botelho de Villa Real pera fazer huma sella», refere-se:

> «ellas tinham dado o seu consentimento pera se fazer o drometorio que actualmente se esta fazendo na rua de Sam Francisco pegado a capella mor da igreja das sobreditas e pega junto das cazas de Joseph Machado de Figueiredo com dezasseis sellas[400]».

Com este dormitório, está também relacionada outra «escriptura de rateficação de venda que faz D. Roza Maria Tereza Pimentel, viuva de Aleixo Soares Figueiredo», recolhida em S. Bento. Diz-se neste documento que foi lavrado em 1762:

> «comprara com o seu denheiro hum pedaço de chão que midiava entre a igreja do mesmo convento e cazas que forão de Joze Machado de Figueiredo para nelle se edificar hum dormitorio de novo que com efeito se fes para (*) feito (*) com licença do Excellentissimo Senhor Bispo que nesse tempo hera Dom João de Souza Carvalho e consentimento da reverenda Madre Abbadessa e mais comunidade que anda a governala o coal dormitorio fica na (*) do dormitorio de Mafra e para se fazer concorrerão para ele varias pessoas, a quem ella vendedora vendia parte do dito chão para no mesmo fazerem cada hum sua sella para nas mesmas acomodarem sua filha e parentas e quem ellas nomiarem e que hera dellas a quem venderão parte do dito chão fora a João Pinto Barboza Pimentel alferes de cavallos na Prassa de Almeida [...] e para na ora delle fazer hua sella no dormitorio de baixo para a parte do norte que cae sobre os Valles de S. Francisco que parte de hua parte com asentoque se vendeo a Miguel Lopes de Azevedo medião nove (*) quintal das cazas do dito Joze Machado de Figueiredo cujo asento tem de largura dezanove palmos de largura e de

400 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 146-146v

comprimento o mesmo que tem as maes cellas que no ditto dormetorio se fizerão[401]»

Em 1789 a madre bolseira efectuou um pagamento de 57.600 rs., destinado a saldar as dívidas resultantes «com o reboco para as obras e dormitorio que se fizerão de novo pelo ajuste que se fez com o pedreiro João Carlos[402]». Por escassez de elementos não podemos estabelecer a organização interior destes edifícios, acontecendo o mesmo à sua configuração externa, com a excepção de, em alguns casos, se elevarem acima do piso térreo, o que significa que podiam ter mais de um andar, dado que alguns dos pagamentos que sucessivamente são feitos respeitam a varandas, as quais por vezes têm arcos. Progressivamente deparamos também com a construção de celas particulares, o que pressupõe o reconhecimento de maior intimidade, pelos menos às religiosas ou recolhidas de maiores posses.

O refeitório e a cozinha[403], com o seu lar e cano de escoamento de águas, parecem traduzir novas preocupações funcionais e de higiene. Embora na região

---

401 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 58, Mç. 14, fls, 62-63v

402 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 21, fl. 12

403 Parece-nos com interesse o «Rol do que se entregua a Madre Dona Ines de Melo seleireira que entra a servir neste anno de 1689 aos vinte e hum do mes de Novembro em o treseiro anno de Abbadessa da senhora Anna Monteira de Jesu

quorenta e duas toalhas de refeitorio
quinze lançoes da massa
seis cobertores
cincoenta panos de fingir
vinte quoatro peneiras sedosas
desanove crivos e joeiras
vinte escrinhos
cinco caldeiras
quoatro tachos
quoatro espetos
tres capadouras
oito sartaes
dous almofarises
tres colheres
quoatro pezos de dous arrates
dous pezos de outo arrates
hum pezo de arratel
hum pezo de meio arratel
hum gancho
dous jogos de balança

não seja frequente a aplicação de azulejos, não enjeitamos totalmente essa possibilidade. Aliás, no tecto de alfarge da capela-mor foram aplicados alguns exemplares de figura solta. As mesmas preocupações, considerando a exposição solar e as caiações periódicas deviam ser tomadas relativamente à enfermaria, provavelmente construída em 1668[404] atendendendo a que neste ano foi asoalhada. Além destas, outras dependências completavam o complexo monástico. Umas, mais humildes, destinavam-se a abrigar os animais necessários ao convento, afinal eram importantes meios de transporte, e ao armazenamento do alimento destes, os palheiros; outras, como a «caza da lenha» serviam para guardar a lenha para a cozinha e aquecimento. Com a função de armazenar os cereais ou de os transformar, existiam a tulha, o forno, os moínhos (nos rios Sabor e Fervença), e a eira. Das oficinas do convento constava uma tinaria que algumas vezes foi arrendada. Como nesta casa se cultivava a música, existia dentro do convento uma dependência designada como a «caza dos instrumentos». Um oratório sob o orago de Nossa Senhora da Escada[405] era mais um lugar de devoção no interior conventual.

Um muro, pretendendo isolar o complexo monástico da sociedade e das suas curiosidades, envolvia todo o conjunto. O muro da cerca e os telhados são objecto de atenção constante, embora por razões diferentes. No primeiro caso tratava-se de garantir a manutenção da clausura, no segundo caso, além dos motivos óbvios pretendia-se também evitar a degradação dos elementos estruturais e aglutinantes, provocados pela infiltração das águas. Mesmo assim, fixou-se o dado empírico segundo o qual «telha de igreja sempre goteja». Como o convento dispunha, dentro da cerca, de alguns terrenos livres, estes, além de área de recreio constituíam também um complemento alimentar ou fonte de rendimento[406] baseada no cultivo de árvores de fruto, cereais e certamente algumas leguminosas.

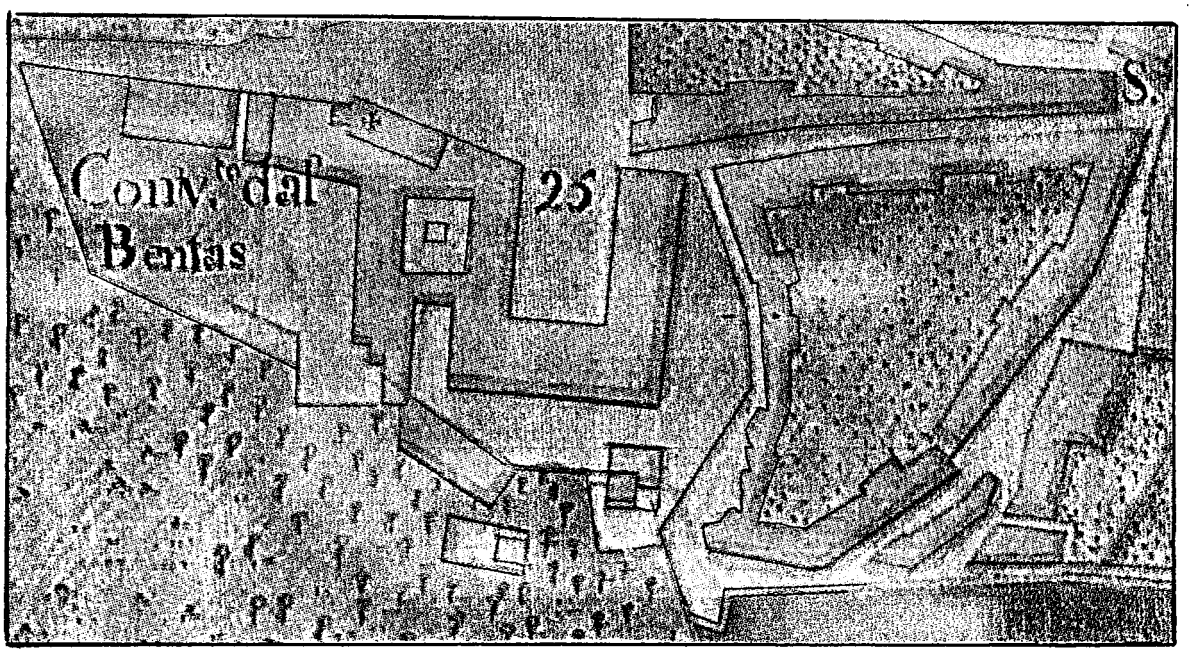
---

tres bacias de labatorio
tres bacias de doces
vinte outo toalhas
sinco azados vidrados». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 34, fls. 59-59v

404 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 12, fl. 58

405 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56v

406 Em 1734, colheram-se na cerca «duzentos e oitenta alqueires de trigo e serodio». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 43, fl. 3. Em 1769, «resebemos da erva da cerca 1.200 reis;.. resebemos da cevada da cerca tres moedas cada hua de quatro mil e oitosentos reis [...]; resebemos da folha de duas moreiras 880



O convento de S. Bento em 1801, segundo a planta de Luís Gomes Gomes de Carvalho

Alargada em 1691 pela aquisição de um terreno a Lázaro Malheiro, nela se localizava um poço que juntamente com o do pátio asseguravam o abastecimento de água. Sendo possível que estes dois poços tivessem sido abertos para serventia da casa onde posteriormente se fundou este convento, parece-nos que o débito de água, com o crescimento da comunidade, se tornou insuficiente para as necessidades. Seria, aliás, por esta razão que se cultivavam cereais na cerca. O facto de em 1715, se terem efectuado trabalhos para aumentar o caudal de água, nos quais a madre bolseira despendeu «nos gastos da fonte» valores bastante superiores a cem mil réis, parecem corrobar o que acabamos de afirmar. Com idêntico objectivo se abriu uma mina[407] entre 1779 e 1780 e mais tarde, entre 1795 e 1797, gastar-se-iam novamente valores importantes «na obra da fonte» e de um tanque. Além das naturais despesas com materiais e seu transporte, mãos de pedreiros e canteiros, registem-se os pagamentos de mão-de-obra não qualificada, constituída por soldados e presos. A responsabildade da obra do tanque pertenceu ao mestre João António Franco.

---

reis». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 29, fl. 29v. Em 1794, «colheuce na sêrca sinquenta e coatro alqueires de senteio trinta, e coatro de trigo vinte de sentenico coatro de sevada duzentos, e trinta, e oito de serodio». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 43, fl. 98

407 Foi nesta mina que se esconderam, em 11 de Dezembro de 1777, as educandas Maria Miquelina e Maria Perpétua , depois de terem passado a noite na cerca com os Tenentes do regimento de Cavalaria de Miranda do Douro, Francisco de Figueiredo e Lopo João Correia de Castro. Este caso de amores freiráticos havia de originar um complicado processo com o Bispo.
A.F.C.B., N.G. 214, ms. 1490, fls. 431-459.

Na cerca do convento, em 1688, sagrar-se-ia a capela, gastando a Madre bolseira «em hua comição que se consedeu em Miranda para se benzer a nossa capela nova seis mil e trezentos e sete reis[408]». Aí se venerava a milagrosa imagem do Menino Jesus, conhecido pelo nome de Forquinho[409], de cujo culto se encarregou a Madre Margarida das Chagas. Por devoção:

> «o alcaide mor que foi desta cidade Lazaro de Figueiredo Sarmento, e seo primo Antonio de Figueiredo Sarmento que tambem foi governador da mesma, mandarão fazer a capella, e o Bispo D. Manoel de Moura Manoel deo o retabulo, e D. João Franco de Oliveira, qe lhe sucedeo o mandou dourar[410]».

Na verdade, para além da afectação de recursos próprios, muitas das obras efectuadas neste convento suscitavam apoios quer de particulares quer ainda de outros organismos eclesiásticos.

Quadro IV

Ano	FUNDOS PARA OBRAS	Fontes
1725	«resebemos do Senhor Bispo sessenta mil reis de esmola».	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 26, fl. 64
1728	«recebemos de Sua Illustrissima de esmola trinta mil reis»	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 27, fl. 22
1748	«recebemos do nosso capelão 32 moedas de 4.800 reis (153.600 rs.)que nos emprestou do dinheiro que tinha na sua mão para o tecto da nossa igreja	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 27, fl. 130

408 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 14, fl. 92v.
409 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56v
410 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 56v-57.

1757	«recebemos do Illustrissimo Senhor Cabido des moedas de ouro cada huma de cuatro mil e oitosentos reis que nos mandou de esmola das rendas da Mitra para reparo das obras das ruinas amiasadas»	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 28, fl. 42
1786	«resebemos de esmolas para a jinella grande do coro des mil reis».	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 29, fl. 91v
1786	«resebemos de esmola para as obras sento e noventa e seis mil e setesentos e oitenta reis».	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 29, fl. 92
1787	Pediram-se 174.770 reis «emprestados para acabar de satisfazer as obras que se fizerão no choro e mirante»	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 11, fl. 23
1796	«recebeo de esmola para a obra da fonte cem mil reis».	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 29, fl. 122v

Pela necessidade de se levantarem tricheiras, na sequência da construção do perímetro defensivo que envolvia a cidade, o convento de S. Bento, à semelhança do que sucedeu em Santa Clara, seria compensado dos prejuízos sofridos. De facto, em 1715, receberia «duzentos mil reis que Sua Magestade que Deos guarde nos mandou dar das perdas e danos da nosa serca[411]».

3.2.2. A igreja

A parte final do séc. XVII marca a igreja de S. Bento com um grande fulgor construtivo e decorativo. Pavimentada com ladrilhos em 1684 a disponibilidade de terrenos contíguos permitiram a possibilidade do seu acrescentamento, com a construção de uma nova capela-mor.

411 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 26, fl. 34v

Em 1689, o mestre canteiro Martinho Martinho da Veiga dirigia esta obra, onde conjuntamente com os seus oficiais, Pedro Fernandes e Estevão Martins trabalhava também o pedreiro Sebastião Rodrigues.

Numa certidão, escrita pelo punho do mestre da obra, afirmava--se o que se segue:

> «fazendoce a obra da capella mor do convento de S. Bento de Bragança [...] por ordem do senhor Sebastião Roiz o pedreiro ficarão de fora da parede que fica de tras do sacrario, coatro palmos de terra do chão que trocou o senhor Lazaro de Figueiredo Sarmento as religiosas do dito convento para reparar que se em algum tempo se levantar caza no campo que margea com o dito chão do dito senhor não ficace junta da parede que serve de costas ao sacramento[412]».

Conclui-se assim, sem margem para qualquer dúvida, que o templo inicial foi nesta data aumentado. Diga-se que no terreno em que a capela-mor foi edificada existiram casas. Uma das cláusulas do testamento do padre Pedro Vaz dispunha que lhe fizessem uma capela no convento de S. Francisco, onde lhe deviam dizer missa todos os sábados, «com esmolla de mil reis». Para esse efeito, deixou «as suas cazas» a Belchior Carneiro Leite e à sua mulher Catarina Vaz. Ora, no sítio ocupado por estas casas:

> «estão hoje (1758) feita nellas a capella mor da igreja de S. Bento, e tem seu quintal, e parte do dormitorio novo chamado de Mafra, tambem esta no mesmo chão[413]».

Pela troca do «cham e assento da capella em que estavam as cazas», as freiras bentas deram a Lázaro de Figueiredo Sarmento a terra chamada «o Pedregal», situada:

---

412 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 14, fl. 93v. A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 25, fl. 20v

413 A.N.T.T., C.S.F.B., *Das capellas deste convento ...*, vol. 2, fl. 134

«no fundo do caminho que baixa da cerca de S. Bento, para S. Lazaro, de sorte que a quina da mesma cerca he aonde se ajuntarão os dous caminhos, e o mais acento em que se formou o dormitorio novo junto com as cazas que forão de Francisco de Moraes Perestrello que foi Juiz dos Orfãons desta cidade, e estas vendeo o dito Lazaro de Figueiredo as religiozas ao qual ellas derão por equivalente a terra do Pedregal[414]».

Em 1690 seria a vez de se destacar a entrada da igreja, com a obra do portal, também a cargo de Martinho da Veiga. Pelo facto de existir uma construção anterior é que:

«ainda existem alguns vestigios na parede da igreja em que se mostrão janellas rasgadas; e sobre a porta em hum escudo grande as armas dos Teixeiras; e fazendosse esta de novo havera vinte e sinco annos se pos em lugar do escudo a imagem do Patriarca S. Bento; deixando porem aquelle a hum lado da porta[415]».

Tendo em conta a importância destas obras, podemos, neste período, considerar este mestre canteiro como o principal construtor da igreja e até do convento, dado que também são da sua mão outras obras que apesar de menores eram importantes para o convento.

Antes e durante o período de tempo em que se construía a nova capela-mor solicitaram-se as mãos do «pintor[416]» para, entre outros trabalhos, dourar o retábulo de «Nossa Senhora» e do «imaginário» para compor «os altares e retabolo[417]».

---

414 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem*, vol. 2, fl. 134

415 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 55

416 Quando escasseiam elementos complementares de informação, as designações de «pintor», «dourador» e «imaginário», prestam-se a confusões. Na verdade, em obras de talha o ofício de pintor associa-se muitas vezes ao de dourador. Do mesmo modo, o termo «imaginário», traduzindo comummente a arte de esculpir imagens, pode referir-se também ao ofício de entalhador. FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela. Materiais e técnica)*, vol. I, Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989, pp.61-66

417 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 14, fls. 2-2v, 3 e seguintes; fls. 97 e seguintes.

No capela-mor foi aplicado um tecto de alfarge que, considerando a sua adequação ao espaço que ocupa, entendemos ser contemporâneo da mesma construção e consequentemente datado de 1689.

O grande efeito deste exemplar provém não só da conjugação cromática do verde, azul, vermelho e amarelo mas também da dinâmica gerada pelos entrecruzamentos sucessivos, nos quais regretas debuxam diversas figuras geométricas que a coloração realça, alternando com espaços de alguma profundidade onde se inserem algumas aplicações de tipo azulejar. Diferente é a decoração do octógono central, onde se destacam losangos irradiantes a partir de um pingente. Como modalidade decorativa, este tipo de tectos eram já usados desde a segunda metade do séc. XV em edificações portuguesas[418]. O exemplar de S. Bento, embora tardio manifesta respeito pelas características fundamentais do estilo - configuração geométrica, policromia, estrutura alveolar e remates de pingentes.

Elementos fundamentais para a «grandiosidade e pompa do barroco[419]», já que, na expressão de Néson Correia Borges, «com a sua sonoridade rica e variada, conferiam grande esplendor às cerimónias litúrgicas», os órgãos, só no séc. XVIII conheceram grande divulgação. Antes deste período, na opinião do mesmo estudioso, os existentes no nosso país, contar-se-iam no número das excepções. Era o caso do órgão da Sé de Miranda que seria construído em 1696 por Geraldo Vieira[420]. Contudo, em Novembro de 1688, o Cabido tinha já acordado com um oficial de Chaves «que havia de fazer os orgaons pera esta See per preço de dois mil crusados[421]», seguindo o modelo da igreja de S. Francisco

---

418 PERES, Damião - *A escultura em madeira no séc. XVI,* in «História da Arte em Portugal», vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1970, p. 484.

419 BORGES, Nelson Correia - *Órgãos,* in «Dicionário da arte barroca». Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 332-333.

420 BORGES, Nelson Correia - *Órgãos,* in «Dicionário da arte barroca». Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 332

421 «Assento que se tomou sobre se mandar fazer escriptura de obrigação ao official que hade fazer o orgão. Aos seis dias do mes de Novembro de mil e seiscentos e oitenta oito annos em Cabbido pleno a som de campa tangida como he seu louvavel costume se apontou por voto de todos *nomine discrepante* que porque se tinha aiustado com o official de Chaves que havia de fazer os orgaons pera esta See per preço de dois mil crusados em que se tinha aiustado em Cabbido pleno prezentes (os) reverendos capitulares e porque pera segurança da obra, e satisfação do ofecial sera necessario fazerse escriptura, se determinou por voto de todos que assistem ao fazer dellas os reverendos doutores Francisco dos Santos Sardo, Provizor Francisco Alves Teixeira Vigairo geral e Manoel Cardozo de São Paio os coais assistirão em pessoa do Reverendo Cabbido ao fazer da escriptura, em que porão todas as clausulas que no aiuste se

da cidade de Zamora. No número das excepções, deverá também ser incluído o órgão de S. Bento.

Temos notícia de reparações efectuadas em 1669 por um «carpinteiro» e um clérigo. Contudo, em 1694 constatamos a deslocação a Bragança «dos mestres do orgam», com a particularidade de ser o convento a suportar não só as despesa das deslocações mas também as da estada destes especialistas. Ao mestre, certamente entalhador, responsável pela execução da «tribuna do orgam», pagaram-se então 20.000 réis., custando a madeira para tal obra 9.330 rs.

Com a construção do campanário, em 1710, encerrou-se um ciclo de trabalhos que em definitivo estabilizaram a configuração física do templo.

A capela-mor recebeu novo retábulo, de estilo nacional, no ano em que Cardoso Borges escreveu[422] a «Descripsão topografica da cidade de Bragança». Das letras deste autor pode depreender-se que na capela-mor existiam dois altares «com as imagens do Baptista, e Evangelista», além do altar-mor, onde estava colocada a imagem do Patriarca S. Bento. No corpo da igreja havia dois altares

---

declararão convem a saber que seria o orgão de des registos, e em lugar das rorinetas hum registo real, tudo na forma do de S. Francisco de Çamora que pera isso se mandou ver dando a tudo fianças chans e abonadas o dito ofecial tudo por preço de dois mil crusados págos pellas contas da Mithra, e fabrica sendo os ditos orgaons primeiro avaluados e postos a contento, e que nesta conformidade se fizesse a escriptura, em nome da meza obrigando os ditos nomeados as rendas da Mithra e fabrica, a que tudo se obrigua o dito Reverendo Cabbido a dar satisfação a sua palavra per suas pessoas, e rendas, e pera constar mandarão fazer este termo, que todos asinarão, e eu doutor Domingos Pires Pavão Mestre Escola e secretario do muito Illustre Cabbido o fes de seu mando da sobredita era.

a) Francisco dos Santos Saraiva — Deão
a) Domingos da Rocha — Chantre
a) Doutor Domingos Pires Pavão — Mestre Escola
a) Antonio de Moraes Sarmento — Arcediago de Bragança
a) João de Moraes da Silbeira — Arcediago da Sé
a) Francisco Cabral de Aragão
a) Antonio Pires Paiva
a) Felipe Ochoa
a) Bras Ferreira Sarmento
a) Antonio Gonçalves Freire

Asigno a rogo do reverendo thesoureiro mor

a) Antonio de Moraes Antas». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv. 5, fls. 29v-30. Num livro de *Acordãos do Cabido* (1686-1735), ano de 1688, consta o sumário do «*Assento sobre se mandar fazer a escritura de obrigação a respeito do orgão da Sé de Miranda*». B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 2, Lv.5, fl. 29

422 «de prezente se lhe esta fazendo hua tribuna de entalhado». BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56v. Damos particular atenção a esta passagem por permitir estabelecer com grande aproximação o momento em que Borges escreveu a obra referida, ou seja, entre Novembro de 1721 e Outubro de 1722.

colaterais, o de Nossa Senhora da Conceição e o de Cristo Crucificado. Em consequência das guerras de 1710 com Castela, outro altar seria levantado no corpo da igreja, porque:

> «trouxerão os soldados que militarão em Valença no nosso exercito que governou o Marques de Minas a devoção de Nossa Senhora dos Dezemperados [...] e trazendo a sua novena e hua estampa por esta se mandou fazer a imagem[423]».

Entre o mês de Novembro de 1721 e o mês de Outubro de 1722 foi executado o retábulo da capela-mor. Com efeito, atendendo às cláusulas que geralmente constam dos contratos de obras semelhantes, verificamos que os pagamentos eram divididos em três parcelas, saldando-se a primeira no início da obra, a segunda quando esta ia a meio e a última quando se dava a obra por concluída mas precedida de vistoria[424]. Embora seja desconhecido o contrato, o exame às contas parece confirmar o que acabamos de enunciar. Sinalizando o início da obra de talha, em Novembro de 1721 deram-se ao «mestre da tribuna á conta do primeiro pagamento» 120.000 rs., quantia igual à que seria paga em Fevereiro de 1722. Em Outubro de 1722, certamente com o retábulo já concluído, pagaram-se ao «mestre entalhador por conta da tribuna» 86.400 rs..A par dos pagamentos ao mestre entalhador outras despesas se fizeram na ocasião, nomeadamente com geiras de canteiros, um deles galego, e transporte de cantarias para «a obra do assento da tribuna».

Dois elementos importantes que acompanhavam a execução de qualquer retábulo eram o risco e os apontamentos. O risco ou planta « mais não era do que a concretização no papel daquilo que o cliente encomendava[425]»; os apontamentos «eram a descrição pormenorizada dessa mesma encomenda, e acompanhavam sempre o risco[426]». Havendo uma estreita relação entre as plantas e as suas fontes, compreende-se a importância do conhecimento do risco. De facto, estes tendo as suas raízes nos livros de ornatos, gravuras, «registos de

---

423 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 56v
424 FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *ob. cit.*, p. 159
425 FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *ob. cit.*, p. 169
426 *Idem, ibidem*, fl. 169

santos», de modo algum regeitaram os ensinamentos colhidos nos tratados de arquitectura[427]. Veja-se o caso do beneditino frei José de Santo António Vilaça (1731-1809)[428], «mestre de obras de architetura» e entalhador, que era possuidor de vários livros de arquitectura que claramente o influenciaram esteticamente.

Por vezes eram os próprios arquitectos ou mestres de arquitectura que desenhavam os retábulos -António Gomes, Domingos Lopes, Nicolau Nasoni, Miguel Francisco da Silva. Os dois primeiros são mesmo apontados por Natália Marinho como «casos extremos», já que em alguns casos se encarregaram também da obra de talha[429].

No retábulo da capela-mor da igreja de S. Bento, o exemplar de estilo nacional morfológicamente mais evoluído das igrejas da cidade de Bragança, ressaltam os seus elementos exóticos, a que não estranhas as influências da arte manuelina. Abandonados os elementos decorativos de índole maneirista, a escultura parece ganhar novo fôlego. Nas colunas de fuste torso, escavado profundamente, juntamente com os símbolos eucarísticos, esculpiram-se meninos de alongado recorte, mas bem nutridos. Com rostos optimistas e poses diversificadas, orientam o olhar para a imagem sagrada assente em peanha que um atlante, de sinuosos drapejamentos, ajuda a suster. No ático, cuja profundidade é acentuada pela modelação dos relevos através da associação dos negros das sombras com a refulgência do ouro e pela génese do movimento irradiante que as aduelas desenham, a presença dos arcos trilobados, suscita a relação de parentesco com as formas do manuelino. Esta arquitectura de madeira dourada que o retábulo constitui, tem força e grandeza suficiente para se perceberem as três categorias fundamentais que Eugénio d'Ors[430] entendia ao caracterizar a arquitectura barroca:

- o dinamismo que substitui a harmonia do repouso pela intensidade da agitação;
- a profundidade;

---

427 MANDROUX-FRANÇA, Marie -Thérèse - *L'image ornementale et la litterature artistique importées du XVIe. au XVIIIe. siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais,* in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 2ª série, vol. 1, Porto, 1983, pp. 143-205

428 Cf. FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *Frei José de Santo António Vilaça,* in «Dicionário da Arte Barroca em Portugal», Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 527-530

429 FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *ob. cit.*, pp. 61-63

430 D'ORS, Eugénio - *Du baroque*, s/l.,Editions Gallimard, 1968, p. 161

- o sentido pitoresco expressado nos valores cromáticos, nos cânticos e vibrações da fantasia.

Apesar de várias vezes termos deparado com documentos notariais em que este convento fez empréstimos de dinheiro à razão de juros, ou, em casos diferentes, sobre valores, a verdade é que a encomenda de um retábulo era empreendimento que pelos elevados quantitativos envolvidos sufocavam por vezes as disponibilidades económicas da instituição encomendadora. Por outro lado, em certos períodos a acção dos fenómenos conjunturais podia não favorecer os interesses das comunidades religiosas. Se antes de 1722 são conhecidas algumas pequenas dívidas, em 1722, as freiras bentas recorreram a empréstimos avultados, junto de particulares. Contam-se neste caso um empréstimo de 559.360 réis, outro de 757.000 réis e ainda um outro no valor de 153.020 réis[431]. Desta forma, era necessário fazer um compasso de espera que possibilitasse a recomposição económica.

Concluída a fábrica do retábulo em 1722, só em Agosto de 1728 teria início o seu douramento, como se conclui das elevadas quantias pagas ao «pintor». Na mesma altura foi também dourado o arco cruzeiro. Entretanto, a apreciável soma de 38.400 rs. pagos no mesmo período a um entalhador parece indicar o prosseguimento de mais alguns trabalhos de talha.

Sendo a igreja a parte mais importante do convento e a face mais visível do cumprimento, por parte da comunidade, dos preceitos religiosos era este espaço sagrado que suscitava maior atenção. Para ele se canalizavam importantes recursos, aplicados não só na sua manutenção mas também destinados a responderem às novas preocupações decorativas.

Em 1759, gastaram-se 100.000 rs. em obras na igreja. Apesar de não alcançarmos a natureza das mesmas, a quantia envolvida parece indiciar obras de vulto que, no seu conjunto, haviam de preparar a igreja para concordar com a excelente pintura que no tecto do corpo da mesma em breve se pintaria.

Efectivamente, desde o princípio de 1761 que se investem somas muito elevadas, em materiais e mão-de-obra, procurando-se assim reunir as condições necessárias e suficientes para que o madeiramento do tecto, então aplicado, pudesse servir de suporte às cenografias perspectivadas que ainda hoje ostenta.

---

431 A.N.T.T., M.S.B.B., vol 26, fls. 60-61

A pintura do tecto da igreja parece ser um desejo alimentado antes de 1748. No entanto, razões que desconhecemos, impediram antes de 1763, a concretização desse intento para o qual a comunidade, ia canalizando algumas poupanças. Algumas dificuldades económicas fizeram com que as responsáveis do convento pedissem naquele ano, ao capelão do mesmo, enquanto fiel depositário dos cabedais destinados à pintura do tecto, um empréstimo de 153.600 rs..

Ultrapassadas todas as dificuldades, lançou-se a obra que foi terminada em 1763, data que a pintura exibe e confirmada por um pagamento de 201.600 réis., efectuado no mês de Agosto deste ano, à conta «da pintura do teto da igreja[432]».

Da observação dos livros de contas do convento, parece-nos que, em finais do século XVII, o mestre canteiro Martinho da Veiga deve ser considerado o principal construtor do mesmo. Se em Julho de 1690 recebeu «pelo custo que fez no muro da serca» uma quantia que ultrapassava os cem mil réis, no período compreendido entre o mês de Novembro de 1690 e o mesmo mês de 1691 as somas do dinheiro que recebeu ultrapassam a quantia de noventa e oito mil réis. Por outro lado, tendo construído a capela-mor, também a obra do portal da igreja (1690) teria saído da sua mão.

432 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 20, fl. 19

Quadro V

ARTISTAS QUE TRABALHARAM NO CONVENTO DE S. BENTO

Ano	Nomes	Profissão	Fontes
1676	João Lopes	carpinteiro	A.N.T.T.,M. S.B.B. vol. 13, fl. 46
1684	João de Oliveira[433]	-	*Idem, ibidem,* vol. 45, s/fl
1688	João da Silva	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 14, fls. 101v
1689	Sebastião Rodrigues	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 14, fl. 93v
1689	Pedro Fernandes[434]	canteiro	*Idem, ibidem,* vol. 14, fl. 93v
1689	Estevão Martins[435]	canteiro	*Idem, ibidem,* vol. 14, fl. 93v
1690	Martinho da Veiga	mestre canteiro	*Idem, ibidem,* vols.14, 25, fls, 155v, 20v
1690	Manuel	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 14, fl. 138

433 «gastouse a mais vinte alqueires de senteo que se derão a João de Oliveira por conta da obra».
434 Em 1689, era oficial de Martinho da Veiga.
435 Em 1689, era oficial de Martinho da Veiga.

1699	Jerónimo	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 16, fl. 20v
1699	Pedro Martins	mestre pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 16, fl. 24v
1719	António Fernandes	mestre pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 17, fl. 187
1720	Brás Gonçalves	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 10
1720	António[436]	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 14
1720	Roque	serralheiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 18
1723	João Francisco	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 26
1727	Manuel de Azevedo	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 81v
1731	Manuel Gonçalves	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 119
1735	Custódio	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 150
1736	Manuel Rodrigues	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 163v

[436] Pode tratar-se do mestre carpinteiro António João que, em 1719, emprestou às freiras 24.000 réis. A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 26, fl. 59

1737	Leonardo	mestre carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 170
1737	Gabriel[437]	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 172
1737	Laureano	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 18, fl. 177
1742	João da Silva	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 19, fl. 11
1744	Manuel da Silva	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 19, fl. 37v
1747	João Rodrigues	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 19, fl. 81v
1761	Manuel Alves	servente de pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 20, fl. 9
1766	João Vicente	serralheiro	*Idem, ibidem,* vol. 20, fl. 34v
1780	Francisco Gomes	serralheiro	*Idem, ibidem,* vol. 20, fl. 116
1789	João Carlos	pedreiro	*Idem, ibidem,* vol. 21, fl. 12
1792	Alexandre José Ferreira Cabral	carpinteiro	*Idem, ibidem,* vol. 21, fl. 21v

437 Pode tratar-se do pedreiro Gabriel Rodrigues que, em 1748, morava numa casa das freiras, pagando 1.300 réis de renda. A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 27, fl. 134

1796	João António Franco	mestre canteiro	*Idem, ibidem,* vol. 21, fl. 42v

3.2.3. Determinações dos Visitadores

O mosteiro de São Bento de Bragança tinha sofrido obras[438] que o acrescentaram pouco antes de Dezembro de 1690, altura em que foi visitado por Frei Cristóvão de Moura[439].Considerando o estado e localização do mosteiro, Frei Cristóvão de imediato estabeleceu que quinze dias após a publicação da visitação dar-se-ia início à construção do muro da cerca, a qual devia correr:

> «in frente do dormitorio velho de São Francisco em altura que do dormitorio de baxo se (não) veja o convento de São Francisco e a dita cerca nova chegue a parede da velha e pella outra parte do dormitorio novo se edefique a cerca em similhante distancia e altura correndo desde a esquina do dormitorio novo athe a cerca velha para a parte da portaria do carro tapada pella parte da rua da altura das janellas do dormitorio de baxo, e esta obra estara feita e acabada the dia de Paschoa de flores do anno que vem de seiscentos e oitenta e hu (ao lado ressalvou-se esta data, escrevendo-se noventa) sob penna de privação do officio de Abadessa e discretas, e privação de vox activa de huas e outras irremediavelmente se o não executarem asim, e se a altura da parede da rua feita na dita forma não evitar o devaçarse o convento das janelas da rua, se levante athe se evitar o dito inconveniente[440]».

Peça essencial para a manutenção da clausura, o estado dos muro da cerca são constantemente objecto da atenção fiscalizadora dos responsáveis clericais.

438 «De novo pede tambem a ocorrencia dos tempos e o estado do edificio do mosteiro com as obras de novo acescentadas». A.N.TT., M.S.B.B.,vol. 1, fl. 5v

439 Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, Mestre em Teologia, Definidor Geral, Comissário Visitador pelo Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura Manuel.

440 A.N.T.T., M.S.B.B., vol 1, fls. 9v-10

Neste caso, bastarão as impressões de Frei Cristóvão para o entendimento da questão:

> «vendo todos os conventos deste reino acho que nenhum tem tanta vizinhança com as ruas nem com as janellas tão baxas e vezinhas a terra como este[441]».

Outras medidas deveriam ser observadas:

> Janela do dormitório novo de baixo
> - «visto que a janela do dormitorio novo de baxo fica muito devassa das cazas vizinhas defronte e das ditas cazas pode acontecer que se uze de liberdades indecentes [...] mando que a dita janella se tape de pedra e cal a escarpa athe tudo o que he taboado fixo, emquanto as ditas cazas se não comprarem para a comunidade [...] para se evitar o dito inconveniente» (fl 11)
>
> Rótulas
> - «alem da dita parede feita por dentro a escarpa se ponha na janella que ficar aberta, hua rotula tão basta que soo o dedo index de hu home caiba entre fasquia e fasquia, e semilhantes rotulas ajustadas nas pedras das janellas se porão em todas as janellas das sellas que caiem para a rua e terreiro pintadas por fora de gesso as ditas rotulas em que o dito terreiro se não mete em clauzura porque feito clauzura todas as rotulas que cahirem para aquella parte se tirarão logo o que mando sob pena de obediencia e de não se dar licença para se receber novissa algua nem professar as que o forem emquanto esta obra das rotulas se não efeituar [...] e as rotulas se emtenderão dever ser postas tanto no dormitorio alto como no baxo, e se poderão emmendar as que estão feitas metendocelhe mais fasquias» (fls. 11-11v)

---

441 A.N.T.T., *Ibidem,* fl. 9v

Grades das janelas

- Porquanto achei que alguas das janellas que caiem para a cerca, estão com rexas ou grades de pau couza impraticavel nos mais conventos de freiras deste reino [...] mando que todas as janellas que não tiverem rexas de ferro se lhe ponhão dentro de seis meses» (fl 11v)

Confessionário

- «Porquanto o confisionario he hu dos mais sagrados lugares da igreja [...] he mais perigozo para a confiança das deliquentes pello segredo que pertendem [...] mando que para se evitar abominação tão condenavel se faça de ferro a roda do confisionarios como se observa em outros conventos de freiras» (fl. 12)

Palheiro

- «Mando que logo o palheiro que esta feito em hua caza, que tem o corpo dentro da clauzura se mude para outro lugar que se poderá buscar na parte mais conveniente que se achar na cidade» (fl. 12)

Cerca

- «a caza se derribara ficando a parede da cerca livre e dezembaraçada distante de qualquer caza de que se possa devassar a dita cerca ou sobir a parede della» (fl 12v)

Muro da cerca

- «todo o muro da cerca que se fizer de novo seja fabricado com formigão em lugar de barro, e rebocado por fora de cal e branquiado, e tam igual na composição por hua e outra parte que nenhua das pedras saia fora da parede por hua ou outra parte della, antes ordeno que as que estão no muro velho saidas para fora em qualquer lugar que se acharem se quebrem, ou piquem dentro de oito dias» (fl. 12v)

Grade do coro de baixo

- «A grade de pao posta no coro de baxo que de prezente serve he tão geralmente mormurada [...]. Mando que para a dita grade se fação portas com dobradisas que sempre estejão fechadas e a chave na mão da reverenda Abbadessa» (fl. 12v)

Rodas e portas das grades

- «Visto que as rodas estão arruinadas quazi; por ocazião do muito uzo, e dazatenção das pessoas que acistem nellas, e as portas das grades, maltratadas e sem chaves, e estas dezatensoins se estranhão muito nesta cidade, mando que hua e outra couza se reforme dentro de hu mes fazendose a obra de que necesitarem tão forte e segura que evite todo o reparo» (fl. 13)

Relógio de areia

- «proibi que as freiras falem nos ralos ou rodas mais que meia hora tempo mais que suficiente para tratar negocios, pelo que devia haver na portaria hu relogio de meia hora de areia» (fl. 13v)

Frestas

- «Vista a devacidão que ficão as frestas das cazas e ofecinas edificadas de baxo do dormitorio novo mando que logo se fechem de pedra e cal as ditas frestas do meio para dentro da parede de forma que não deformem, e desfeiem o edificio pella parte de fora e que na ultima grade das de sima junto a roda se meta hua pedra bem comprida e tanto que tome toda a grosura da parede de parte a parte e se atolhe fortemente com pedra, e cal e que entre tanto que se não fas isto se lancem logo travessas na porta da grade sem se uzar della athe se não fazer o sobredito» (fl.14)

1690, Dezembro, 11

Foi comissário visitador, por D. Manuel de Moura Manuel, bispo de Miranda, Frei Cristóvão de Moura, religioso da ordem de Nossa Senhora do Carmo, Mestre em Teologia, Definidor Geral da sua Província.

Música

- «que os instrumentos mucicos da communidade se não emprestem para fora». (fl. 27v)

Antes, tinham-se proibído os divertimentos, já que:

«a música nos mosteiros de ordenou para os divinos louvores e não para intertinimentos humanos. Por isso, condenaram-se a realização de bailes e o costume de as freiras se vestirem com trajes seculares ou de homem» (fls. 8-8v)

1695, Junho, 30

Foi visitador o doutor Manuel de Matos Botelho, protonotário apostólico e Abade de Duas Igrejas

Trabalhadores

- «se deve tambem advertir, e acrescentar que andando obreiros, e trabalhadores na cerca, não entrem nella religiozas, nem inda cheguem a porta da dita cerca, nem asistão no caminho por onde os ditos obreiros entrarem ou sahirem para fora» (fl. 27v)

Muro da clausura

- «De algumas obras necessitava esta caza, como era revocarem-se todos os muros da clauzura com cal, e assim para a sua duração, como resguardo» (fl 29v)

Grade

- «tambem o fazerse hua grade para poderem falar freiras com porta livre para o terreiro, com que se evitase a publicidade da portaria» (fl. 29v)

Finanças e recomendações

- «porque estas couzas dependem do dinheiro de que ao prezente se não acha a caza abastada as não deixo por obrigação, senão por recomendação, para tendo ocazião as reverenda madre abbadessa de fazer as ditas obras, as ponha em execução e ao menos se refizer alguns troços do muro que suceda cahirem the com o Inverno os fara na forma sobredita revocados com cal por sentro, e por fora» (fl. 29v)

1698, Junho, 15

Foi visitador D. Frei Pedro de Melo, Mestre em Teologia

Coro

- Como «as freiras cantavão muito juntas e apegadas à grade do coro e como para serem ouvidas não he necessario serem tão vistas», mandou que nos dias em que houvesse cantorias «ao menos cantem afastadas das grades duas varas» (fl. 36v)

Aulas de música

- «as muzicaes» deviam examinar as freiras de melhor voz, devendo ensiná-las com lições de «solfa» tofos os dias, pelo menos durante duas horas. Às mestras «mando se lhe de de propina mais que as outras, hum tostão, para que não percão o tempo em que podião grangear pello seu trabalho» (fls. 36, 36v)

Capela do Menino Jesus

- «tambem determino para se dizer missa na capella do Menino Jezus que esta na serca, dous dias em o anno, a saber dia do Nome de Jezus, e dia de S. João Baptista, as quais missas dirá o capellão das ditas religiozas» (fl. 39v)

1702, Junho, 8

Foi visitador D. João Franco de Oliveira

Portas

- «As portas dos conventos se devem fechar antes da noite, e abrir depois de ser dia claro [...]. Mandamos a prelada assim o faça observar, e que mande por portas na caza que vai para as tulhas» (fl. 43)

Refeitório

- «estara sempre fechado o refeitorio fora das horas em que vai a communidade, a elle [...] ficando todas as chaves, ainda as da caza da lenha, ou outra officina semelhanete, na mão da dita prelada» (fl. 43v)

Clausura

- «Tambem tivemos noticia que vindo alguns mercadores a este mosteiro, os introduzião dentro da clauzura para assim escolherem melhor as mercadorias que querião comprar, como tambem introduziremse na mesma clauzura outros homens para se ajustarem algumas contas, o que tudo se pode bem fazer em huma das grades deste mosteiro» (fl. 44)

Portas do carro

- «Porque da ssistencia da porta do carro se nos reprezentou rezultavão doenças às religiozas que servem de porteiras, assim pello rigor dos frios, como tambem das calmas; mandamos à Madre Abbadessa faça mudar a dita porta para a parte da rua que vai para o mesmo mosteiro, no lugar que parecer mais conveniente a aonde não expreimentem as religiozas semelhantes discommodos, tapandosse depois a porta antiga» (fl. 44)

Janelas das celas

- «As grades de pao que estão nas janellas das sellas se tera cuidado que estejão fixas e pregadas de sorte que se não possão levantar e serem da rua vistas mais livremente» (fl. 44)

Higiene

- «Porque se nos fes queixa que de andarem pellos corredores muitos perus, e alguns cains, rezutava estarem muitas vezes pouco limpos, como tambem os assentos do refeitorio [...] porque para os (animais) de que se necessita pode haver lugar deputado na cerca interior» (fl. 44v)

1705, Outubro, 14

Foi visitador o Arcediago de Mirandela, Manuel Rodrigues de Andrade

Clausura

- «vizitando a clauzura, achei ser necessaria hua porta na caza dos (*) para o dormitorio, em rezão de algum incendio, ou aperto grande, a reverenda Madre Abbadessa a mandará abrir, e se lhe pora fechadura, para que este sempre fechada» (fls. 52, 52v)

1709, Fevereiro, 17

Foi visitador o reverendo Doutor Manuel de Matos Botelho

Sacristia

- «A sancrestia necessita de missais novos, porque alguns dos que há nella estão quazi de todo encapazes para se dizer missa por elles» (fl. 58)

Cruz do altar mor

- «a crus que esta no altar maior sobre o sacrario fiqua quazi encuberta aos olhos do celebrante, sendo que os seromoniaes mandão que a tenha tão defronte, que possa sem levantar, nem abaixar os olhos fazer para ella as inclinações; e que bem reconhesso que se colocou naquelle lugar pelo não ter em baixo, por cauza da estreiteza do altar, me parece por acudir a hum, e outri reparo que se pode por hua crus pequena na sanefa, que esta sobre as cortinas do sacrario» (fl. 58)

Janelas das celas

- «Todas as janellas das sellas maiormente as que avistão as cidade e estão com gelozias cobradas, ou envelhecidas sejão renovadas com outras de novo, e como o custo não he grande se faça esta obra a custa das que vivem nas mesma sellas com declaração que as gelozias sejão apretadas [...] e ocupem todo o marco das mesmas janellas» (fl. 60v)

1712, Abril, 27

Foi visitador o reverendo Doutor Manuel de Matos Botelho

Paramentos

- «A fabrica da sacristia, e paramentos do culto divino quotidianos, estão deteriorados e menos decentes do que pede o cuidado e custume religiozo» (fl. 67)

Dotes

- «mando, que da vezita em diante se depozite na mesma arca da communidade em saco separado aquella quantia de dinheiro que em cada dotte se tem arbitrado para peças da sacristia» (fl. 67)

Grade inferior

- «A portinhola da grade inferior, se não abrira mais que somente para o uzo da sagrada comunhão» (fl. 67)

Celas

- «As coristas, e mais religiozas que não tem sella deputada por grao, não poderão eleger caza, nem lugar para a sua cama e asistencia senão o que lhe for determinado pella reverenda Madre Abbadessa» (fl. 68)

Claustros

- «como em os claustros de religiozas, não premite o direito mais que duas portas hua interior, ou regral, outra exterior ou do carro: mando em virtude de obediencia que a porta da serca interior que dantes servia para sair a serca exterior, visto que esta de prezente se devaçou, se tape de pedra, e barro a dira porta» (fl. 68v)

Muro da cerca

- «na altura da mesma porta se continuara o muro de toda a dita serca interior na forma que ja esta determinado, e ajustado com os officiaes pella reverenda Madre Abbadessa» (fl 68v)

Mirantes

- «tambem dara a execução quando primeiro lhe for possivel reparar as ruinas, que a tempestade passada cauzou nos mirantes por estarem indignos em partes, e sobirem, e aparecerem nelles pessoas religiozas» (fl. 68v)

Portas do carro

- «A porta do carro se não abra mais que quando entrar ou sair o que for precizo, e não dure aberta fora desta ocaziam espaço nenhum de tempo» (fl. 68v)

1715, Dezembro, 31

Foi visitador pelo Cabido Sede Episcopali Vacante, Jerónimo Preto e Lemos, cónego magistral da Sé de Miranda, examinador sinodal, deputado da Junta do Seminário de S. José de Miranda, governador, administrador das rendas da Mitra e ecónomo das mesmas.

Cães de estrado

- «ha varias religiozas que tem canzinhos que tomão com o pretexto de divertimento [...] mando se lancem fora da clauzura» (fl. 79)

Casa do noviciado

- «achei que a caza do noviciado deste mosteiro devendo ser a mais oculta e de menos comercio, he a mais publica e a de maior frequencia, por ficar na passagem para os mais dormitorios [...] e parecendome justo dar remedio a este inconveniente ordeno a Madre Abbadessa e mais discretas deste mosteiro a mudem em sitio que lhe parecer mais conveniente» (fl. 79v)

Comédias

- «nenhua pessoa de qualquer estado ou condição que seja possa entrar na clauzura a ensaiar comedias entremezes, nem outros quaisquer festejos» (fl. 80)

Janelas

- «ordeno a Madre Abbadessa mande por huns varões de ferro nas janellas que de novo se fizerão [...] a custa das acistentes das mesmas sellas, e nas mais por conta da communidade» (fl. 80v)

Casa da cozinha

- «ragiar [sic] a parede da caza da cozinha e forno» (fl. 80v)

Menino da Cerca

- «as esmollas que se dão para o menino da serca, se não devirtão para outro intento mais que para as obras do mesmo Menino Deos excepto sendo com ordem do Prellado» (fl. 80v)

1717, Junho, 13

Provisão do Bispo D. João de Sousa Carvalho

Coro

- «as grades do coro de sima por ser de pouca altura, sem ter outras por dentro de pao, que lhe sirvão de guarda fazem que a vista das religiozas, que nelle assistem seja mui publica, conhecendoce todas se vista proxima pellos que assistem na igreja de que nasce algum escandalo, coriozidade, e dezattenção, assim das freiras, como das

pessoas seculares, que concorrem as funçoez eccleziasticas ordenamos [...] fazer huas grades de pao incontradas com as de ferro, de sorte que sirvão de embaraço as vistas[442]»

1719, Janeiro, 22

Foi visitador o Doutor José Botelho de Matos

Frontais

- «mandase tambem com a brevidade possivel por em grades ou vastidores os frontaes da igreja especialmente aquelles que são de maior estimação [...] e não havendo luguar fechado aonde se recolhão se porão na caza inferior da sachristia, e como esta não possa estar fechada sera precizo o tellos levantados do chão por meio de escapullas [...] pellos livrar de ratos, cains, e outras sevandijas»
(fl. 90v)

1722, Maio, 20

Foi visitador o reverendo José Botelho de Matos

Janelas das celas

- «As duas sellas que novamente se fizerão nas cazas de baixo necessitão de reformação nas grades das genellas pondo se lhe no lado mais hum varão de ferro com seus diamantes. E porque estas sellas forão feitas as custas de particulares para nellas viverem mando que estas mesmas dentro de hum mes (a contar do dia da publicação desta a satisfação). (fl. 107, 107v)

Janela da tribuna

- «dentro do mesmo termo de hum mes mandara a reverenda Madre Abbadessa fazer hua zulujia nova e espeça para a genella da tribuna

442 Esta provisão, constituída por três folhas não numeradas, situa-se entre os fls. 89v e 90

pois a que tem a julgo por incapas de servir naquele lugar pella devacidão que permite» (fl. 107v)

Acomodações para serventuárias

- «Para milhor acomodação das conversas e criadas desta comonidade se fas percizo acrecentar algua caza e como so na loge dos conficionarios aija luguar suficiente para esta obra recomendo a reverenda Madre Abbadessa de a elle cumprimento o mais breve que puder mandando fazer o sobrado e desterrar a loge a nivel do pavimento do claustro a fim de que hua e outra caza fique com capacidade e bastante serventia» (fl. 107v)

1725, Junho, 8

Foi visitador o Bispo D. João de Sousa Carvalho

Perigo de incêndio

- «por evitar algum perigo de incendio, he precizo abrirse hua porta das cazas grandes para o dormitorio de baixo para se evitar o danno consideravel que de estar fechada pode nascer» (fl. 123)

1737, Novembro, 28[443]

Foi visitador pelo Cabido Sede Episcopali Vacante, Jerónimo Preto de Lemos

Celas

- «por atalhar a sem rezão de que as relligiozas fação despeza nas cellas da communidade mando que as cellas que vagarem por falecimento de algua relligioza se concertem, e reedifiquem a custa da communidade, e se entregue a relligioza que por seo grao lhe tocar [...] (porque) a communidade pode ser perjudicada com não se lhe pagar os vinte cinco mil reis que cada hua das seculares he obrigada annualmente» (fl. 19v)

443 A.N.T.T., M.S.B.B., vol 2

1741, Julho, 7

Foi visitador pelo Bispo D. Diogo Marques Mourato, o Abade de Chacim, Gaspar da Rocha Ferreira.

Ornamentos da igreja

- «Por ser grande o prejuizo, que recebem os ornamentos da igreja com os emprestimos para fora, ordeno, se não emprestem, sem o selario de trezentos reis por cada vez, que podem servir para reformação dos mesmos ornamentos» (fl. 28)

Sacristia

- «porque he grande a nota, e escandolo o dar de comer na sachristia em quinta feira santa aos soldados, e mais pessoas, que estão em guarda aos sacramentos, mando com pena de desobediencia, que não de de comer no tal lugar» (fl. 28v)

Dormitório de Mafra

- «Porque me consta, que os dormitorios de Mafra ficão muitas vezes sem luz de noite, contra as determinaçoens do Sagrado Concilio Tridentino, mando, que aquella a quem pertencer o prover, e acender as alampadas dos taes dormitorios, o faça» (fl. 29)

Muro da cerca

- «o muro da cerca junto da fonte se concerte na forma, que o padre capellão entender» (fl. 29v)

1745, Novembro, 26

Provisão de D. Diogo Marques Mourato

Degraus e banqueta do altar mor

- «Achamos a igreja falta de mutas couzas precizas e necessarias por não ter o altar mor a banqueta, e os degraos com a formalidade

necessaria para se conservar com o aceio e limpeza devida: pelo que ordenamos á reverenda Madre Abbadessa faça compor os degraos do mesmo altar á maneira dos que se fizerão na igreja de Santa Maria desta cidade, e a banqueta de sorte que fique toda livre para nella se por a cruz com os castiçaes aos lados» (fl. 42)

Adornos

- «o sacrario para poder ser coberto todo pela parte de fora com pavilhões de seda correspondentes na cor aos mais paramentos de cada dia; e o mesmo sera coberto por sima, e parte dos lados com veo de seda verde; e o mesmo adorno de banqueta, cruz alta, e véos de cobrir se fará nos mais altares» (fl. 42v)

Admissões no convento

- «As pessoas de ingenuo nascimento e naturais deste bispado que pertenderem entrar neste mosteiro para nelle professarem, não sejão admittidas com menos dote que o de quinhentos mil reis, alem das propinas ordinarias das religiozas [...] as que forem de fora do bispado, ou de nascimento inferior, não serão admittidas com menos dote, que o de oitocentos mil reis alem das propinas acostumadas» (fl. 42v)

1756, Agosto, 11

Foi visitador o Bispo D. Frei João da Cruz

Janelas das celas

- «mandamos que nas janellas das cellas do dormitorio de baixo da parte da rua se ponhão pontas de diamentes» (fl 54)

Frestas do coro de baixo e vidraças

- «nas duas frestas do coro de baixo, que não tem pontas de diamente se lhe ponhão e vidrassas nas janellas do coro» (fl. 54)

Cela da Madre das noviças

- «na cella da Madre das Noviças se ponha o ferro da grade, de que está falta» (fl. 54)

Casa das moças

- «na caza das moças da comunidade se concertem os ferros das grades da janella» (fl. 54)

Dormitório de S. Francisco

- «se concertem as grades de ferro, que estão mal firmadas em pao, no dormitorio de S. Framcisco» (fl 54)

Compartimento do órgão

- «na caza chamada torrinha dos folles se componhão as grades de ferro, que estão quebradas na janella, que cahe para o telhado» (fl. 54)

Livros e vestes litúrgicas

- «se compre hum livro de canto chão para o coro (...) e se ponhão cruzes de galão cor de ouro em todos os manipulos, estollas, e bolsas de corporaes, e se reformem os missaes» (fl 54)

Muros e estacada

- «na parede que atravessa do mosteiro para o muro da porta do carro seja demulida em distancia de hua braça larga a parte, que se termina, e fecha com o dito muro, pondo-se no lugar da dita parte dimulida estacada de paos agudos, e lizos de altura, em que de prezente esta a parede; e mandamos que o pedaço do muro, que esta para a parte de S. Francisco para cima buscando a rua seja mais levantado» (fl. 54)

Casa da tribuna

- «porque as muitas arcas e baus que estão na caza da tribuna, sobre a sachristia farão ruina a mesma sachristia mandamos a reverenda Madre Abbadessa [...] que dentro de seis dias fara tirar da dita caza todas as ditas arcas e baus» (fl. 56v)

1759, Dezembro, 11

Foi visitador o bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques

Dormitorio de Mafra

- «notamos tambem nas janellas do dormitorio chamado de Mafra, e que na verdade necessita de mais decente clauzura» (fl. 68v)

1791, Janeiro, 4

Foi visitador o Cónego Manuel Velho Quintela

Janelas do terreiro e rua

- «se em algumas janellas do terreiro e rua houver necessidade de grades e nas frestas grades de prompta provedencia» (fl. 132)

1800, Janeiro, 12[444]

Foi visitador o Abade reservatário de Montouto, deão da Sé, Provisor e vigário geral, Caetano José Saraiva.

Banqueta

- «A banqueta do altar mor desta igreja esta impropria e indecente porque na mesma não cabe a crus com o crucificio que he indispensavelmente necessario para se celebrar o santo sacrificio da missa» (fl. 11)

1811, Fevereiro, 18

Foi visitador o reverendo Manuel Doutel Figueiredo Sarmento

444 A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 3

Moínhos e rendas

- «A Madre Abadessa actual faça dar principio a obra dos muinhos, e ultimala com a brevidade que lhe for possivel por ser muito conveniente a sua comunidade no estado actual de decadencia de rendas» (fl. 23)

1822, Abril, 23

Foi visitador o Arcediago de Mirandela, Miguel Garcia Rodrigues

Moínhos e pavimento da igreja

- «espero da mesma reverenda Madre Abbadessa que tenha em vista a obra dos moinhos do rio Fervença [...] e que tendo ocazião mande asolhar a igreja, que por incuria do coveiro a tem posto em desordem com seus altos e baixos» (fl. 49)

3.2.4. O ritmo das obras

Para o conjunto dos institutos religiosos da cidade, a documentação conhecida é relativamente escassa. Constituíndo uma excepção, os livros do «Dinheiro gasto pela Madre Bolseira nas despesas da comunidade» de São Bento, permitem-nos acompanhar o ritmo das obras neste mosteiro. Deste núcleo documental do A.N.T.T., constituído por dez livros com datas extremas situadas entre 1664 e 1816, seleccionámos a informação que nos pareceu de maior interesse para a compreensão do crescimento físico deste convento, à qual se associa, igualmente, aquela que respeita aos materiais utilizados, os seus preços e ainda a mão-de-obra.

Nesta matéria, ou seja, em relação aos artistas que aqui tiveram algum tipo de intervenção, não podemos deixar de registar o silêncio quase completo das fontes e, sobretudo, o anonimato que cobriu aqueles que protagonizaram a execução das obras de maior vulto artístico, como o tecto de alfarge da capela-mor, os retábulos e as arquitecturas fingidas do tecto da nave da igreja.

Quadro VI

OBRAS, MATERIAIS E GEIRAS NO CONVENTO DE S. BENTO			
ANO	MÊS	A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 12	DESPESA
1664	Nov.	Pagamento a «hus hofisiais que trabalharão em consertar as baramdas». (fl. 12)	250 rs.
1664	Nov.	«hua geira de hu carpinteiro». (fl 2)	120 rs.
1664	Dez.	Pagamento das geiras a «hu carpinteiro». (fl. 3)	500 rs.
1665	Mar.	Despesa «com as portas da portaria». (fl. 5)	2.500 rs.
1665	Jun.	Pagamento a «quem apanhou hu pouquo de barro pera a parede da cerqua». (fl. 8)	2.300 rs.
1665	Jun.	Despesa com «hus arquos das baramdas e houtras obras da igreja». (fl. 8)	23.000 rs.
1665	Nov.	Despesa com «as colunans de quamtaria do altar». (fl. 13)	4.500 rs.
1665	Jun.	Despesa com «os marquos das genellas do dormitorio velho». (fl. 17)	1.000 rs.
1665	Jun.	Despesa «em cal pera o reboque do dormitorio». (fl. 17)	1.200 rs.
1665	Jun.	Pagamento aos homens «que puserão as grades e reboquarão o dormitorio». (fl. 17)	7.000 rs.

1665	Jun.	Despesa em cal. (fl. 17)	1.200 rs.
1665	Jun.	Despesa com o «reboque da parte da serqua». (fl. 17)	3.000 rs.
1665	Nov.	Despesa com «o ralo de folha da fresta da capella». (fl. 20v)	1.100 rs.
1665	Out.	Pagamento ao homem «que caliou a igreja». (fl. 28)	600 rs.
1666	-	Pagamento ao homem «que tilho o convento». (fl. 31)	420 rs.
1667	Abr.	Despesa «em geiras dos homeis que acarreiarão pedra pera a parede da serqua». (fl. 35)	300 rs.
1667	Abr.	Pagamento das geiras na parede da cerca. (fl. 35v)	4.600 rs.
1667	Ago.	Despesa «com madeira e pregos pera se consertarem as varandas e geiras do carpinteiro». (fl. 41)	640 rs.
1667	Out.	Geiras« de se tilhar o comvento». (fl. 43)	800 rs.
1667	Nov.	Despesa «em ferramentas e geiras do poço do patio». (fl. 44)	10.000 rs.
1668	Mar.	Despesa «em geiras da cerca». (fl. 51)	900 rs.
1668	Mar.	Despesa «em testilhar a igreja». (fl. 51)	440 rs.
1668	Mar.	Despesa «em cal pera se branquiar o comvento». fl. 51v)	1.800 rs.
1668	Mar.	Geiras «de se branquiar o comvento». (fl. 51v)	4.100 rs.

1668	Mai.	Despesa «em pregos pera comserto de hua cela». (fl. 53)	160 rs.
1688	Mai.	Despesa em pregos «pera comserto do mirante». (fl. 54)	80 rs.
1668	Mai.	Despesa «em hua gelosia pera a emfermaria». (fl. 54)	640 rs.
1668	Ago.	Despesa «com os carpenteiros que solharão a emfermaria». (fl. 58)	3.500 rs.
1668	Out.	Despesa «nas cazas do moso». (fl. 64)	550 rs.
1668	Out.	Despesa com «setesentos alqueires de cal». (fl. 65)	6.500 rs.
1668	Out.	Pagamento aos homens que transportaram a cal. (fl. 65)	200 rs.
1668	Dez.	«Gasto que se fes para consertar o orgão carpinteiro e clerigo». (fl. 66)	10.500 rs.
1669	Abr.	Despesa em «tigolo pera a igreja». (fl. 69)	360 rs.
1669	Abr.	Despesa com «os homes que levantarão a parede da serca». (fl. 69)	1.200 rs.
1669	Abr.	Despesa com «os homes que fizerão hua calsada na caza do forno». (fl. 6)	2.340 rs.
1669	Abr.	Despesa com «as obras que se tem feito na caza do forno». (fl. 69)	6.600 rs.
1669	Abr.	Despesa com «geiras da serca». (fl. 70)	860 rs.
1669	Abr.	Despesa «nas obras da portaria». (fl. 70)	3.077 rs.

1669	Abr.	Despesa «em madeira pera as obras da portaria». (fl. 70)	5.000 rs.
1669	Abr.	Despesa «nas grades em madeira». (fl. 70)	22.300 rs.
1669	Abr.	Despesas «nas obras e outros gastos». (fl. 70)	15.620 rs.
1670	Fev.	Despesa «na parede que se fes nos confisionarios». (fl. 80)	3.950 rs.
1671	Ago.	Geiras dos homens «que caiarão a igreja e portaria». (fl. 93)	800 rs.
1672	Mai.	Despesa no «conserto das barandas». (fl. 103)	12.000 rs.
1672	Mai.	Despesa no «conserto das barandas». (fl. 103)	16.000 rs.
1672	Mai.	Despesa em cal «pera branquiar o convento». (fl. 127)	5.150 rs.
1672	Mai.	Despesa «em madeira pera reparo do dormitorio». (fl. 127)	3.000 rs.
1672	Mai.	Geiras do «caiador que branquiou a igreja e dormitorio». (fl. 128)	1.050 rs.
1672	Mai.	Geiras dos pedreiros e serventes que consertaram «o tijolo da igreja e paredes do patio». (fl. 129)	2.000rs.
1672	Mai.	Despesa com «os reboques». (fl. 131)	1.200 rs.
1672	Ago.	Geiras dos carpinteiros «que andarão consertando a cosinha e dormitorio velho». (fl. 132)	1.600 rs.

1672	Ago.	Despesa «com hua caza que se fas pera os moços e se leva por empreitada». (fl. 134)	24.000 rs.
1672	Ago.	Despesa «em fazer hua caza que se fes pera palheiro». (fl. 134)	13.000 rs.
1672	Ago.	Geiras de um carpinteiro. (fl. 134)	1.300 rs.
1672	Ago.	Geiras do carpinteiro «que se obrigou a solhar a caza treceira». (fl. 134)	6.000 rs.
1672	Set.	Despesa em «cantarias pera as paredes do dormitorio novo». (fl. 106)	6.500 rs.
1674	Jan.	Geiras de um carpinteiro. (fl. 141)	3.000 rs.
1674	Jun.	Geiras «do rebocador da caza treceira». (s/fl.)	1.250 rs.
1674	Jun.	Despesa «com o painel pera o refeitorio». (s/fl.)	2.200 rs.
1674	Jun.	Compra de «huas cazas pera os moços». (s/fl.)	40.000rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 13			
1674	Nov.	Trave «para a ultima caza do dormitorio novo». (fl. 8)	800 rs.
1675	Jan.	«sinal do soalho da qorta [sic] caza do dormitorio novo». (fl. 9v)	10.000
1675	Mai.	Trabalho de «hu carpinteiro». (fl. 16)	300 rs.
1675	Jun.	Trabalho de «quem limpou o poço da cerqua». (fl. 18)	350 rs.

1675	Jun.	«com o choro». (fl. 19v)	1.000 rs.
1675	Ago.	«com a camtaria para o poço do patio». (fl. 20v)	4.000 rs.
1675	Ago.	«com o mestre das obras o canteiro». (fl. 22)	5.000 rs
1676	Jan.	«com os homes que trestelharam o convento». (fl. 32)	2.140 rs.
1676	Mai.	«geiras dos homes que fizeram o lar e cano da cozinha». (fl. 35)	1.680 rs.
1676	Jun.	Geiras do carpinteiro «que fes os asemtos do refeitorio». (fl. 42v)	3.500 rs.
1676	Ago.	Geiras do carpinteiro, João Lopes. (fl. 46)	600 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 14			
1684	Nov.	«despendeo com o pintor que dourou o retabolo de Nossa Senhora». (fls. 2, 2v)	7.200 rs.
1684	Nov.	«despendeo com o pintor». (fl. 2v)	100 rs.
1684	Nov	«despendeo com o pintor». (fl. 2v)	120 rs.
		«tijolos pera consertar a igreja. (fl. 3v)	800 rs.
1684	Dez.	Trabalho do «homem que acarretou o barro pera consertar a igreja». (fl. 3v)	200 rs.
1684	Dez	Trabalho dos homens que «ladrilharão a igreja». (fl. 4)	600 rs.
1684	Dez.	«despendeo com o pintor». (fl. 4v)	100 rs.

1684	Dez.	«despendeo com o pintor». (fl. 4v)	50 rs.
1684	Dez.	«despendeo com o pintor». (fl. 5)	2.000 rs.
1685	Fev.	«despendeo com o pintor». (fl. 99	3.600 rs.
1685	Fev.	«despendeo com o pintor». (fl. 9v)	15.900 rs.
1685	Fev.	Pagamento aos homens «que telharão as barandas». (fl. 25)	720 rs.
1685	Mar.	«em hua missa que se mandou dizer quando se comesou o dormitorio». (fl. 31)	100 rs.
1685	Abr.	«dous alqueires de sal que se lansou no forno novo». (fl. 12)	360 rs.
1685	Mai.	«hua rotula» para a igreja e «hua grade pera a janela da sanchristia». (fl. 13)	400 rs.
1685	Out.	Uma «geira de telhar». (fl. 22)	140 rs.
1685	Dez.	«em chumbo pera hua grade de ferro de hua janela». (fl. 23)	100 rs.
1685	Dez.	Duas geiras de um homem em telhar a «caza do forno». (fl. 45)	240 rs.
1686	Out	Por «hua parede que se fes na tinaria e mais consertos». (fl. 58)	2.140 rs.
1686	Out.	Geiras dos homens «que tilharão o convento». (fl. 58)	2.420 rs.
1686	Nov.	«por conta de hua parede que se levantou na serca». (fl. 60)	1.000 rs.

1686	Nov.	«em a parede que se levantou na serca». (fl. 60)	4.000 rs
1686	Nov.	Portas que se «puserão na tinaria». (fl. 60)	450 rs.
1686	Nov.	«geiras e cal e area » para um cano que se concertou na cozinha. (fl. 60)	800 rs.
1687	Mar.	«em se levantar hua parede na serqua». (fl. 71v)	3.000 rs.
1687	Jun.	«em alinpar o dormitorio novo». (fl. 74)	200 rs.
1687	Nov.	«despendeo pera as reixas da trebuna nova». (fl. 81)	750 rs.
1688	Mar.	«despendeo em hua comissão que se consedeu em Miranda pera se benzer a nossa capela nova». (fl. 92v)	6.307 rs.
1688	Jun.	Pagamento «ao imaginario que compos os altares e o retabolo». (fl. 97)	600 rs.
1688	Jun.	Pagamento ao «serrador Gonçalo Pires». (fl. 97)	9.000 rs.
1688	Jun.	Em tintas «pera se tingir a grade do coro e fazer os santos». (fl. 97)	400 rs.
1688	Jul.	«porta da Turrinha nova». (fl. 100v)	150 rs.
1688	Set.	«por conta das tulhas novas com João da Silva carpinteiro». (fl. 101v)	800 rs.
1688	Set.	Trabalho dos «homes que branquiarão a emfermaria e a caza dourada e a consertarão». (fl. 102)	390 rs.

1689	Fev.	«em dous carros de cal». (fl. 113)	1.950 rs.
1689	Abr.	«em as adufas da porta da igreja e fichadura e chave do sacrario da estremução». (fl. 119)	7.650 rs.
1689	Jun	«dous carros de cal». (fl. 119v)	2.000 rs.
1689	Jul.	«dous carros de cal». (fl. 121)	1.950 rs.
1689	Jul.	«despendeu com o pintor que renovou o Padre São Bento». (fl. 122v)	70 rs.
1689	Ago.	Trabalho dos homens «que branquiarão o convento». (fl. 124)	8.000 rs.
1689	Out.	«consertos do posso e tilhados». (fl. 128)	2.270 rs.
1689	Nov.	Pagamento aos carpinteiros «que consertaram as janelas». (fl. 136v)	480 rs.
1689	Nov.	Pagamento aos carpinteiros «que consertaram as janelas». (fl. 136v)	250 rs.
1690	Jan.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva «de consertar as grades das jinellas das sellas». (fl. 137)	2.250 rs.
1690	Jan.	Pagamento ao carpinteiro Manuel pelo «conserto «conserto das zeluzias das jinellas». (fl. 138)	2.750 rs.
1690	Fev.	Reparação das «escadas do mirante e portas». (fl. 140)	5.630 rs.

1690	Mar.	Por «oito grades de ferro pera as jenellas da serca que pesam sento e quarenta e coatro arates». (fl. 145)	7.260 rs.
1690	Mar.	Pagamento ao carpinteiro Manuel pelo seu trabalho «nos estrados das grades e mais duas geiras de por as grades das genellas». (fl. 146)	1.640 rs.
1690	Mai.	Aquisição de «cantarias pera as rodas das grades». (fl. 147v)	480 rs.
1690	Mai.	«hua escada pera a igreja». (fl. 148v)	800 rs.
1690	Jun.	Pagamento ao carpinteiro Manuel pelo «custo das portas do carro e conserto das escadas». (fl. 152)	10.800 rs.
1690	Jul.	Pagamento ao canteiro Martinho da Veiga «pello custo que fes no muro da serca e en geiras que se deran». (fl. 155v)	105.670 rs
1690	Jul.	Por «quatro milheiros de telha». (fl. 161)	9.250 rs.
1690	Jul.	«en vinho pera os homes que compuseram o sino». (fl. 161)	50 rs.
1690	Nov.	«com o feitio do sino e metal que se pagou». (fl. 161)	24.900 rs.
1690	Nov.	Pagamento ao canteiro Martinho da Veiga «de por as rodas de ferro nas grades em telhar e consertar o moinho e igreia». (fl. 162)	5.670 rs.
1690	Nov.	Pagamento a Martinho da Veiga «por conta do portal da igreia». (fl. 162)	20.200 rs.

1690	Dez.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 165)	11.800 rs.
1690	Dez.	Pagamento a João da Silva por «compor a grade da igreia». (fl. 1669	1.000 rs.
1691	Jan.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 169)	12.000 rs.
1691	Jan.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 169v)	7.050 rs.
1691	Jan.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 170v)	6.750 rs.
1691	Fev.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 171v)	4.720 rs.
1691	Fev.	Geiras pelo trabalho nas «paredes da serca». (fl. 173v)	600 rs.
1691	Mar.	Geiras dos pedreiros. (fl. 174)	2.300 rs
1691	Mar.	Pagamento a Martinho da Veiga «por conta da porta da igreia». (fl. 174v)	11.000 rs.
1691	Mar.	Pagamento a Martinho da Veiga «por conta da mesma porta». (fl. 174v)	2.000 rs.
1691	Abr.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 176)	1.500 rs.
1691	Mai.	Pagamentoa Martinho da Veiga. (fl. 177v)	6.000 rs.
1691	Jun.	Compra de um terreno a «Lazaro Malheiro pera se faser o muro da serca». (fl. 178)	20.000 rs.
1691	Jun.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 178v)	1.470 rs.
1691	Jul.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 180v)	1.500 rs.
1691	Ago.	Compra de duas casas para o palheiro. (fl. 181v)	100.000 rs.

1691	Out.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 183v)	3.000 rs.
1691	Out.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 184)	2.400 rs.
1691	Nov.	Pagamento a Martinho da Veiga. (fl. 185)	1.500 rs.
1691	Nov.	Pagamento a «hu home que compos a parede da serca». (fl. 189)	180 rs.
1693		Por «hua pedra de cantaria pera o portal da portaria». (fl. 198)	750 rs.
1693		«despendeo com o canteiro que fes o portal da portaria». (fl. 199v)	9.020 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 15			
1694	Jul.	Geiras dos pedreiros «que fizeram o portal do orgam e parede da serca que cahio». (fl. 11v)	4.910 rs.
1694	Jul.	Geiras dos pedreiros «que alargaram a porta do dormitorio». (fl. 12v)	1.800 rs.
1694	Set.	Pagamento ao «mestre que fes a tribuna do orgam». (fl. 15)	20.000 rs.
1694	Set.	Em madeira para a «tribuna». (fl. 15)	9.330 rs.
1694	Set.	«Em jornadas dos mestres do orgam de virem e hirem». (fl. 15)	10.700 rs.
1694	Set.	Gastos em «fero e chumbo e mais cousas nesesarias pera o orgam». (fl. 15)	3.070 rs.
1691	Set.	Gastos em «fero e chumbo e mais cousas nesesarias pera o orgam». (fl. 15v)	30.200 rs.

1694	Set.	Gastos em «fitas e seda pera as cortinas do orgam». (fl. 15v)	225 rs.
1694	Nov.	Gastos com a renda da casa «em que estava o organista». (fl. 15v)	2.000 rs.
1694	Dez.	Geiras de se «retelhar o convento e caibros». (fl. 15v)	3.780 rs.
1695	Jan.	«em o feitio do sino». (fl. 22)	20.900 rs.
1695	Jan.	«em ferros pera o sino e comer dos ofeciaes». (fl. 22)	400 rs.
1695	Mar.	Pagamento de geiras ao canteiro «da parede da serca». (fl. 26v)	1.210 rs.
1695	Mai.	Pagamento do «reboque do telhado». (fl. 31)	300 rs.
1695	Mai.	Pagamento das «geiras do telhado». (fl. 32)	850 rs.
1696	Jun.	«em madeira para compor os mirantes e hua comieira pera o dormitorio velho. (fl. 55v)	3.000 rs.
1696	Ago.	«em ripas e espeques e jeiras pera o dormitorio velho». (fl. 58)	1.700 rs.
1696	Set.	Pagamento ao carpinteiro «por conta do conserto dos mirantes». (fl. 60)	1.500 rs.
1696	Set.	Pagamento ao carpinteiro «por conta da obra dos mirantes». (fl. 60)	2.250 rs.
1696	Set.	Pagamento ao carpinteiro «por conta do conserto dos mirantes». (fl. 64v)	700 rs.

1696	Dez.	Pagamento ao carpinteiro «por conta do conserto dos mirantes». (fl. 66)	700 rs.
1696	Dez.	Pagamento pelo «conserto das adufas do coro». (fl. 66)	330 rs.
1697	Fev.	«em ferro pera agrade da caza nova». (fl. 70)	1.770 rs.
1697	Mar.	Pagamento a um pedreiro «por conta da caza nova». (fl. 72v)	16.000 rs.
1697	Abr.	«em vinho pera os soldados que apagarão o fogo da caza da lenha». (fl. 73v)	500 rs
1697	Abr.	Pagamento ao ferreiro «que fes agrade da caza nova». (fl. 74)	2.250 rs
1697	Abr.	Geiras e telha da parede que caio da serca, e outra que se fas pera recolher a lenha». (fl. 74v)	12.030 rs.
1697	Abr.	«hua porta » para acasa da lenha. (fl. 74v)	2.000 rs.
1697	Nov.	Pagamento ao carpinteiro «que consertou os mirantes». (fl. 84v)	750 rs.
1698	Mai.	Pagamento aos «ofisiais pedreiros por conta das cazas novas e hua parede que levantarão na serca e mais geiras de tilhar e outros consertos e argamassa». (fl. 90)	107.000 rs.
1698	Mai.	Pagamento ao carpinteiro «por conta das cazas novas mais obras do convento que se lhe devião». (fl. 90)	21.700 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 16			

1698	Jun.	«em cal pera caear o convento e geiras de obreiros». (fl. 3v)	6.200 rs.
1698	Jul.	«em madeira». (fl. 4v)	3.480 rs.
1698	Jul.	«em madeira e geiras de compor os dormitorios». (fl. 59	6.200 rs.
1698	Set.	«em compor a baranda e madeira pera ella». (fl. 10)	1.450 rs.
1699	Fev.	Pagamento ao carpinteiro Jerónimo. (fl. 20v)	4.500 rs.
1699	Abr.	Pagamento ao carpinteiro Jerónimo, pelas suas geiras, pregos e madeira». (fl. 20v)	5.030 rs.
1699	Maio	Pagamento ao mestre Pedro Martins pelas geiras, argamassae cal que se lhe deviam. (fl. 24v)	5.800 rs.
1699	Set.	«geiras da parede que cahiu na cerqua e de tilhar o conventoe telha pera elle». (fl. 28v)	16.440 rs.
1700	Fev.	Pelas geiras de se telharem os mirantes. (fl. 31v)	3.350 rs.
1701	Jul.	Geiras do carpinteiro que consertou a enfermaria «e marcos da roda da igreja». (fl. 37v)	2.250 rs.
1701	Jul.	Trabalho do pedreiro que assentou os marcos da roda. (fl. 37v)	300 rs.
1701	Nov.	Pagamento aos telhadores. (fl. 39v)	4.760 rs.

1702	Abr.	Pagamento ao carpinteiro «de compor o moinho e geiras de consertar a baranda e pregos e misagras de compor as janellas grandes». (fl 42)	1.330 rs.
1702	Mai.	Pagamento ao pedreiro por consertar o pátio. (fl. 43)	300 rs.
1702	Mai.	Pagamento ao «oficial que compos os mirantes e geiras que detras se lhe devião». (fl. 44)	10.140 rs.
1702	Mai.	Pagamento a «quem tilhou e caeou a igreija». (fl. 51v)	3.430 rs
1703	Jan.	Pagamento a um serralheiro. (fl. 70v)	440 rs.
1703	Jan.	Pagamento a um serralheiro. (fl. 71)	350 rs.
1703	Jan.	Pagamento a um carpinteiro. (fl. 71)	1.090 rs.
1703	Fev.	Pagamento a um serralheiro. (fl. 73)	300 rs.
1705	Out.	«hunas adufas pera a janella do refeitorio». (fl. 101)	430 rs.
1705	Nov.	«carretos de pedra pera o cuberto que se fes na porta do carro». (fl. 103v)	720 rs.
1705	Dez.	Pagamento ao pedreiro que fez o coberto da porta do carro. (fl. 103v)	1.750 rs.
1706	Jan.	Pagamento aos carpinteiros que «consertarão as cazas que nos ficarão do padre Francisco Fernandes». (fl. 107v)	3.940 rs.
1706	Ago.	Pagamento do «feitio e pergagem das portas do carro». (fl. 117v)	10.400 rs.

1707	Mar.	«cal para as obras». (fl. 131)	3.250 rs.
1707	Mar.	«texolos». (fl. 131)	2.720 rs.
1707	Abr.	Pagamento aos carpinteiros «que travalhão em as duas cazas grandes e barandas». (fl. 132v)	20.000 rs.
1707	Abr.	«louzas para o canto das barandas». (fl. 133)	1.400 rs.
1707	Abr.	«em cal». (fl. 133)	3.580 rs.
1707	Abr.	Pagamento a um pedreiro. (fl. 133)	1.230 rs.
1707	Abr.	Pagamento ao «mestre que assentou as louzas». (fl. 133v)	960 rs.
1707	Abr.	«tejolos para as barandas». (fl. 133v)	910 rs.
1707	Abr.	Pagamento a «hum ofisial». (fl. 133v)	3.005 rs.
1707	Abr.	«ferro para as grades da caza nova e para o moinho e outras serventias da caza e feitios de tudo». (fl. 134)	2.150 rs.
1707	Abr.	«humas traves que se comprarão para a caza nova». (fl. 134v)	2.100 rs.
1707	Mai.	Cal. (fl. 136)	2.265 rs.
1707	Jun.	Pagamento aos «ofisiais que tirarão a bomba do poso». (fl. 137)	350 rs.
1707	Jul.	Pagamento aos «ofosiais que forão cortar madeira para as barandas». (fl. 138v)	1.800 rs.

1707	Jul.	Pagamento aos pedreiros «que fizerão as barandas». (fl. 140)	10.500 rs.
1707	Ago.	«feitio de hum sino e hum almofaris». (fl. 140v)	5.880 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 17			
1707	Nov.	«em hu milheiro de telha». (fl. 1)	3.400 rs.
1708	Ago.	Pagamento aos «obreiros que andarão na igreja». (fl. 23v)	2.250 rs.
1709	Jan.	Custou a madeira «com que se consertarão os altares». (fl. 37)	480 rs.
1709	Mar.	«duas janellas para a cozinha». (fl. 43)	300 rs.
1710	Mar.	«em vinho para os homens que tirarão a terra da caza do sino». (fl. 48)	60 rs.
1710	Mar.	Pagamento aos homens que «tiravam a terra do campanario». (fl. 48v)	300 rs.
1710	Jun.	«hum alqueire de cal». (fl. 50v)	60 rs.
1710	Out.	«cal para o campanario». (fl. 66)	3.600 rs.
1710	Out.	Pagamento aos pedreiros. (fl. 66)	3.840 rs.
1710	Out.	Vários carretos de cantaria. (fls. 66, 66v)	15.360 rs.
1710	Out.	Pagamento aos homens que apanharam o barro. (fls. 66, 66v)	2.140 rs.

1710	Out.	Pagamento aos pedreiros e «carretos de cantaria». (fl. 66v)	2.800 rs.
1710	Out.	«em carretos». (fl. 66v)	2.160 rs.
1710	Out.	Despesa com cal.. (fl. 66v)	1.320 rs.
1710	Out.	Pagamento aos pedreiros. (fl. 66v)	9.600 rs.
1710	Out.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 66v)	2.400 rs.
1710	Out.	Geiras de se «limpar a caza». (fl. 66v)	700 rs.
1710	Out.	Geiras dos pedreiros. (fl. 66v)	33.520 rs.
1710	Out.	Madeira. (fl. 66v)	2.300 rs.
1711	Abr.	Grades para «huas jinelas». (fl. 86)	500 rs.
1711	Nov.	Pagamento ao prateiro «que compos as lampadas». (fl. 88)	480 rs.
1712	Ago.	Pagamento ao «mestre que compos o sacrario». (fl. 117)	1.420 rs.
1713	Mai.	Cal. (fl. 134)	4.340 rs.
1713	Jun.	Despesa com telha. (fl. 137)	7.800 rs.
1713	Jun.	Geiras dos pedreiros. (fl. 137)	2.480 rs.
1713	Ago.	Pagamento aos «obreiros das cazas e telha». (fl. 139v)	20.800 rs.
1715	Mar.	«despendeu com os gastos da fonte». (fl. 164)	71.250 rs.
1715	Mar.	Geiras «da fonte». (fl. 164)	11.320 rs.

1715	Mar.	«despendeu nos gastos da fonte». (fl. 165)	19.500 rs.
1715	Mar.	Geiras «da fonte». (fls. 166, 168)	15.700 rs.
1715	Mar.	«despendeu no cano da fonte. (fl. 168v)	11.900 rs.
1715	Mar.	Em geiras «do cano». (fl. 169)	1.150 rs.
1716	Jan.	Meio milheiro de telha. (fl. 173v)	2.020 rs.
1716	Abr.	«despendeu com os carpinteiros treze moedas de ouro que nos tinhão emprestado». (fl. 176)	62.400 rs.
1716	Jun.	«despendeu com os que ajudarão a fazer a eira». (fl. 176v)	1.430 rs.
1716	Set.	Tres milheiros de telha. (fl. 178v)	10.500 rs.
1718	Jan.	Meio milheiro de telha. (fl. 185)	1.600 rs.
1719	Mar.	Pagamento ao pedreiro António Fernandes e seus oficiais. (fl. 187)	9.300 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 18			
1719	Abr.	Geiras de pedreiros. (fl. 2v)	2.100 rs.
1719	Abr.	Despesa «em vaca pera os pedreiros». (fl. 3)	240 rs.
1719	Abr.	Geiras de pedreiros. (fl. 3)	2.240 rs.
1719	Abr.	Geiras «da cerca». (fl. 3)	3.320 rs.
1719	Abr.	Despesa com o «feitio do sino carretos geiras, e ferros pera elle». (fl. 3)	21.064 rs.

1719	Dez.	Geiras de um carpinteiro «por compor a sella da Madre D. Maria Luiza». (fl. 7v)	2.400 rs.
1719	Dez.	Despesa em argamassa «pera a mesma sella». (fl. 7v)	960 rs.
1719	Dez.	Despesa com «o organista por compor o orgam e em o comestivel pera elle». (fl. 8)	33.020 rs.
1719	Dez.	Despesa «em metal que se comprou pera o sino». (fl. 8)	490 rs.
1720	Fev.	Geiras do «Braz a conta da obra da cerca ». (fl. 10)	14.400 rs.
1720	Fev.	Despesa «em geiras da cerca». (fl. 10v)	1.420 rs.
1720	Mar.	Despesa «com o Braz a conta da obra da cerca». (fl. 11)	52.800 rs.
1720	Mar.	Geiras do «Antonio carpinteiro por compor a caza do mirante». (fl. 11)	28.800 rs.
1720	Mar.	Geiras da cerca. (fl. 11v)	3.600 rs.
1720	Mar.	Despesa «com o Braz no dia em que acabou a obra da cerca». (fl. 11v)	2.400 rs.
1720	Mar.	Despesa «em lajes pera cobrir a parede da cerca, e em as abrir, e trazer». (fl. 11v)	10.110 rs.
1720	Abr.	Pagamento ao «Braz». (fl. 12)	72.480 rs.
1720	Abr.	Despesa «em tres carros de lajes, e em as mandar abrir». (fl. 12)	1.490 rs.

1720	Ago.	Pagamento a «Antonio carpinteiro que se lhe devião». (fl. 14)	24.000 rs.
1720	Ago.	Pagamento a «Antonio carpinteiro de geiras que se lhe devião do anno passado e deste». (fl. 14v)	15.380 rs.
1720	Dez.	Pagamento ao serralheiro Roque. (fl. 18)	600 rs.
1721	Abr.	Despesa «em caiar a caza dourada». (fl. 21v)	140 rs.
1721	Ago.	Pagamento a «Antonio carpinteiro». (fl. 23v)	1.560 rs.
1721	Set.	Despesa «em hua grade e ferro». (fl. 23v)	2.700 rs.
1721	Nov.	Despesa «com o mestre da tribuna á conta do primeiro pagamento». (fl. 25v)	120.000 rs.
1721	Dez.	Despesa «com o carpinteiro João Francisco que se lhe devião». (fl. 26v)	1.400 rs.
1721	Dez.	Despesa «com hua parede que se fes na fonte». (fl. 26v)	4.800 rs.
1722	Jan.	Um carro de areia. (fl. 27)	100 rs.
1722	Fev.	Pagamento «ao mestre da tribuna». (fl. 28v)	120.000 rs.
1722	Fev.	Despesas «com obras de desterro da loje, e caiar a igreja, e coro de baixo, que fez o pedreiro Braz». (fl. 28v)	4.320 rs.
1722	Mar.	Pagamento «a quem fez o sino pequeno no feitio, e metal». (fl. 29)	5.680 rs.
1722	Jun.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 34)	120 rs.

1722	Jun.	Pagamento ao pintor. (fl. 34)	480 rs.
1722	Ago.	Despesa «em preguinhos pera o fosso do sacrario». (fl. 36)	50 rs.
1722	Set.	Despesa em madeira «pera comor as varandas». (fl. 36v)	4.800 rs.
1722	Set.	Despesa em telha. (fl. 36v)	4.000 rs.
1722	Out.	Despesa com os carpinteiros. (fl. 37)	4.800 rs.
1722	Out.	Despesa com os pedreiros. (fl. 37)	1.200 rs.
1722	Out.	Despesa «em carros de areia». (fl. 37)	840 rs.
1722	Out.	Despesa em madeira. (fl. 37)	6.000 rs.
1722	Out.	Despesa em telha. (fl. 37)	4.160 rs.
1722	Out.	Pagamento aos pedreiros. (fl. 37)	480 rs.
1722	Out.	Despesa «com a fechadura do sacrario». (fl. 37)	480 rs.
1722	Out.	Despesa em cal. (fl. 37)	1.980 rs.
1722	Out.	Despesa «com os canteiros, com o carreto da cantaria, pregos,missagras, e mais meudezas pera a obra do assento da tribuna». (fl. 37)	18.585 rs.
1722	Out.	Pagamento ao «canteiro gallego». (fl. 37)	1.200 rs
1722	Out.	Despesa «com o mestre entalhador por conta da tribuna». (fl. 37)	86.400 rs.
1722	Dez.	Despesa com «os pedreiros». (fl. 38v)	15.600 rs.

1722	Dez.	Despesa com «os carpinteiros». (fl. 38v)	19.200 rs.
1723	Fev.	Despesa com os carpinteiros. (fl. 39v)	4.800 rs.
1723	Fev.	Despesa «em ferroes pera a tribuna». (fl. 39v)	3.000 rs.
1723	Fev.	Pagamento ao carpinteiro João Francisco. (fl. 40)	2.800 rs.
1723	Abr.	Despesa com a «pregage das portas da igreja». (fl. 40v)	2.640 rs.
1723	Mai.	Pagamento aos carpinteiros. (fl. 42)	12.200 rs.
1723	Mai.	Despesa «por compor o dormitorio e cazas de baixo». (fl. 43)	32.500 rs.
1725	Nov.	Despesa «em geiras dos tilhados». (fl. 64)	1.300 rs.
1726	Dez.	Despesa em «geiras dos carpinteiros». (fl. 73v)	1.600 rs.
1727	Jun.	Despesa «em hu carro de cal». (fl. 78)	720 rs.
1727	Jun.	Despesa com o ferreiro. (fl. 79)	1.580 rs.
1727	Jul.	Geiras «de hu pedreiro». (fl. 80)	400 rs.
1727	Jul.	Geiras «de carpinteiro». (fl. 81v)	6.800 rs.
1727	Jul.	Geiras «de Manoel de Azevedo». (fl. 81v)	1.200 rs.
1727	Out.	Pagamento ao ferreiro. (fl. 83)	780 rs.
1728	Ago.	Pagamento ao «pintor». (fl. 95)	38.400 rs.

445

445 È possível que, neste ano, a imagem de S. Bento tivesse sido restaurada. Com efeito, no inventário dos bens da religiosa Ana de Jesus, falecida em 2 de Outubro de 1728, refer-se: «dei duas moedas hua

1728	Out.	Pagamento ao «pintor». (fl. 96v)	112.000 rs.
!728	Out.	Pagamento ao «pintor». (fl. 97v)	124.800 rs.
1728	Nov.	Pagamento ao «pintor». (fl. 97v)	28.880 rs.
1728	Nov.	Pagamento ao «antalhador». (fl. 98)	38.400 rs.
1728	Dez.	Pagamento ao «pintor». (fl. 98v)	57.600 rs.
1728	Dez.	Despesa«em geiras e carretos de madeira». (fl. 98v)	4.960 rs.
1729	Abr.	Despesa «em os ferois da tribuna». (fl. 100)	600 rs.
1729	Mai.	Despesa «com o pintor». (fl. 100v)	2.400 rs.
1729	Mai.	Despesa «em caiar a caza dourada». (fl. 102v)	300 rs.
1729	Ago.	Despesa «com o pintor». (fl. 102v)	4.800 rs.
1729	Nov.	Pagamento ao «pintor a conta do arco». (fl. 104)	48.000 rs.
1730	Abr.	Pagamento ao «pedreiro Braz Gonsalves a conta do que se lhe deve». (fl. 105v)	48.000 rs.
1730	Mai.	Despesa com «os canteiros». (fl. 106)	5.280 rs.
1730	Mai.	Despesa «com o carreto das pedras pera a capella». (fl. 106)	2.200 rs.
1730	Mai.	Despesa «com os carpinteiros em obras da igreja». (fl. 106)	10.000 rs.

para pagar a pintura do Padre São Bento e outra para hua cortina do sacrário». A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 4, fl. 27

1730	Mai.	Despesa «com o serralheiro». (fl. 106)	2.900 rs
1730	Jun.	Despesa «com os canteiros. (fl. 106)	1.200 rs.
1731	Jun.	Despesa «com o serralheiro de obras que fes pera a caza». (fl. 118)	2.600 rs.
1731	Jun.	Despesa «com os carpinteiros de obras pera a igreja». (fl. 119)	5.000 rs.
1731	Jun.	Pagamento a Manuel Gonçalves «de obras que fes pera a caza». (fl. 119)	6.400 rs.
1731	Out.	Despesa em telhas. (fl. 124v)	2.400 rs.
1731	Out.	Despesa «em hum ferro pera o orgão». (fl. 124v)	100 rs.
1731	Nov.	Despesa em telha. (fl. 124v)	47.380 rs.
1731	Nov.	Despesa «em geiras de telhar». (fl. 125)	2.800 rs.
1732	Mar.	Despesa «em carretos de madeira pera a cerca». (fl. 126)	540 rs.
1732	Mar.	Despesa «com o Azevedo de compor hua sella». (fl. 126v)	1.200 rs.
1732	Mai.	Despesa «com Manoel Gonsalvez de compor hua sella». (fl. 127)	4.800 rs.
1732	Jun.	Despesa «com o Bras pedreiro de geiras que deo na cerca, (moínhos do) Sabor, e outras». (fl. 128)	4.800 rs.
1732	Jul.	Pagamento ao carpinteiro Manuel Gonçalves. (fl. 129)	8.000 rs.

1733	Mar.	Despesa «com hua pedra pera os moinhos da ribeira». (fl. 132)	2.840 rs.
1733	Mar.	Despesa «com o rodizio e geiras de o assentar». (fl. 132)	3.200 rs.
1733	Jul.	Despesa «com o serralheiro em ferragem». (fl. 134)	3.000 rs.
1734	Mai.	Despesa «com os carpinteiros». (fl. 138)	5.140 rs.
1735	Jun.	Pagamento «ao Costodio carpinteiro que se lhe devia do ano pasado». (fl. 150)	2.400 rs.
1735	Ago.	Despesa «em caliar a primeira caza grande e a caza da emfermaria». (fl. 152)	240 rs.
1735	Ago.	Despesa «em caliar a caza das coristas». (fl. 152v)	100 rs.
1736	Jul.	Pagamento «ao mestre pedreiro». (fl. 159v)	1.600 rs.
1736	Jul.	Despesa «pera manadar compor a igreja pera a festa do nosso Padre e conserto da Prasa». (fl. 160)	1.400 rs.
1736	Out.	Despesa em telha. (fl. 162)	8.350 rs.
1736	Out.	Geiras «para o telhado». (fl. 162v)	1.600 rs.
1736	Dez.	Pagamento ao pedreiro Manuel Roiz «em geiras de telhar». (fl. 163v)	2.400 rs.
1737	Fev.	Despesa «com hum serralheiro em ferrages». (fl. 168)	1.600 rs.

1737	Mar.	Pagamento ao «mestre Lionardo de geiras e madeira». (fl. 170)	10.000 rs.
1737	Jun.	Pagamento ao «pedreiro Gabriel em geiras de tilhar». (fl. 172)	3.200 rs.
1737	Jun.	Pagamento ao «mestre Lionardo de geiras e madeira». (fl. 172)	4.000 rs.
1737	Ago.	Pagamento a «hum homem que me fes o arquo da igreja». (fl. 174v)	19.200 rs.
1737	Ago.	Pagamento das geiras ao mestre Leonardo. (fl. 175)	4.000 rs.
1737	Out.	Pagamento ao pedreiro Manuel Roiz. (fl. 177)	8.760 rs.
1737	Out.	Pagamento ao pedreiro Laureano. (fl. 177)	1.800 rs.
1738	Nov.	Despesa «com pedreiros na compustura de hua cella». (fl. 187v)	1.700 rs.
1738	Nov.	Despesa «com o carpinteiro em compor hua cella». (fl. 188)	6.440 rs.
1739	Mar.	Despesa «em obras da igreja». (fl. 190)	4.000 rs.
1739	Jun.	Despesa «em lagear a sachristia». (fl. 191v)	200 rs.
1740	Jan.	Despesa «em duas geiras das terras a fonte da cerca». (fl. 197)	120 rs.
1740	Mar.	Despesa «em obras de carpinteiro». (fl. 197v)	3.200 rs.
A.N.TT., M.S.B.B., vol. 19			

1741	Set.	Despesa «com os pedreiros dos moinhos». (fl. 3)	2.160 rs.
1742	Abr.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva. (fl. 11)	19.400 rs.
1742	Mai.	Pagamento ao «pedreiro que fes a coluna». (fl. 11)	20.000 rs.
1742	Out.	Despesa «com a madeira do dormitorio». (fl. 17)	6.400 rs.
1742	Out.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva. (fl. 18)	6.400 rs.
1743	Mai.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva. (fl. 24)	1.200 rs.
1743	Mai.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva «a conta das obras do dormitorio». (fl. 25)	12.800 rs.
1743	Mai.	Despesa com «os pedreiros de caiar o convento». (fl. 25)	25.000 rs.
1743	Mai.	Despesa «em fazer a coluna do patio». (fl. 25)	14.400 rs.
1743	Nov.	Despesa em telha. (fl. 31v)	4.380 rs.
1743	Nov.	Despesa em geiras «dos telhados». (fl. 31v)	3.120 rs.
1744	Jun.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva. (fl. 37v)	9.000 rs.
1744	Jun.	Pagamento ao carpinteiro Manuel da Silva. (fl. 37v)	4.800 rs.

1745	Jan.	Pagamento ao serralheiro «de obras que fes para a comonidade». (fl. 42v)	5.200 rs.
1745	Mai.	Despesa «em hua obra dos confessionarios». (fl. 46)	1.700 rs.
1745	Ago.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 47v)	1.600 rs.
1745	Set.	Despesa «em geiras de limpara fonte». (fl. 48)	300 rs.
1745	Dez.	Despesa em telha. (fl. 53v)	2.400 rs.
1745	Dez.	Despesa «em carrto de madeira». (fl. 53v)	1.580 rs.
1746	Jan.	Despesa «em dous carros de lages». (fl. 54)	1.100 rs.
1746	Jan.	Despesa «em carreto de madeira». (fl. 54)	490 rs.
1746	Jan.	Despesa em pregos. (fl. 54v)	4.800 rs.
1746	Jan.	Despesa «em carreto de madeira». (fl. 54v)	320 rs.
1746	Fev.	Despesa «com o carreto da trabe, que se pos na torrinha». (fl. 55)	600 rs.
1746	Mai.	Despesa «em telha e tijolo». (fl. 59)	4.000 rs.
1746	Set.	Despesa «com obras de carpinteiros». (fl. 63v)	44.955 rs.
1746	Set.	Despesa «com huma trabe para a torrinha». (fl. 63v)	1.600 rs.
1746	Fev.	Pagamento aos pedreiros «que apanharão a pedra para a parede da cerca». (fl. 68)	600 rs.
1747	Fev.	Despesa em cal. (fl. 78)	1.200 rs.

1747	Jun.	«huma cantaria para o dormitorio de S. Francisco». (fl. 80)	960 rs.
1747	Jun.	Pagamento ao carpinteiro João Roiz. (fl. 81v)	840 rs.
1747	Set.	Pagamento ao carpinteiro João da Silva. (fl. 84)	3.040 rs.
1747	Set.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 84v)	5.240 rs.
1748	Jan.	Despesa «no muro da cerca». (fl. 88v)	19.200 rs.
1748	Mar.	Despesa «na obra do muro da cerca». (fl. 89v)	2.400 rs.
1749	Abr.	Pagamento «ao pedreiro». (fl. 99)	960 rs.
1749	Set.	Pagamento ao serralheiro.(fl. 104v)	32.000 rs.
1750	Fev.	Despesa «em compustura das janelas». (fl. 108v)	480 rs.
1753	Out.	Despesa «em branquear o coro de sima». (fl. 135v)	550 rs.
1754	Jun.	Pagamento ao «carpinteiro da divida do trienio passado». (fl. 145)	19.080 rs.
1754	Out.	Despesa das geiras de «hu carpinteiro». (fl. 150v)	2.830 rs.
1755	Set.	Pagamento ao «carpenteiro». (fl. 155v)	4.600 rs.
1755	Out.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 156)	2.590 rs.
1755	Out.	Despesa «no soto do serralheiro». (fl. 156v)	1.410 rs.
1758	Out.	Despesa «em geiras de telhar». (fl. 175v)	2.000 rs.

1759	Jul.	Despesa «nas obras da igreja». (fl. 181v)	100.000 rs.
1759	Jul.	Despesa nas «obras do muro da cerca». (fl. 181)	14.000 rs.
1759	Set.	Despesa «no concerto de hua sella». (fl. 182)	2.160 rs.
1759	Out.	Despesa «em telha». (fl. 182v)	2.100 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 20			
1760	Fev.	Despesa «na igreja». (fl. 1)	6.400 rs.
1760	Set.	Pagamento «ao mestre carpenteiro». (fl. 5)	4.920 rs.
1760	Out.	Pagamento ao serralheiro. (fl. 5v)	6.200 rs.
1761	Jan.	Pagamento ao carpinteiro. (fl. 7)	1.700 rs.
1761	Mar.	Despesa «nas linhas do tecto da igreja». (fl. 7v)	53.800 rs.
1761	Jun.	Despesa «na obra da igreja». (fl. 8)	50.700 rs.
1761	Ago.	Pagamento ao carpinteiro. (fl. 8v)	2.700 rs.
1761	Set.	Despesa «com o serralheiro das linhas da igreja». (fl. 9)	21.600 rs.
1761	Set.	Despesa «em pregos para a igreja». (fl. 9)	1.800 rs.
1761	Set.	Pagamento ao servente Manuel Alves. (fl. 9)	3.500 rs.
1761	Set.	Despesa «em cal para a igreja». (fl. 99	1.340 rs.
1761	Set.	Despesa «em cal branca». (fl. 99	2.000 rs.

1761	Out.	Telha. (fl. 9v)	1.100 rs.
1761	Nov.	Telha. (fl. 10)	5.000 rs.
1761	Dez.	Pagamento ao carpinteiro. (fl. 10)	950 rs.
1761	Dez.	Despesa «em madeira e hua geira de carpenteiro». (fl. 10v)	100.000 rs.
1761	Dez.	Geiras «de serralheiro». (fl. 10v)	2.200 rs.
1762	Ago.	Pagamento aos «pedreiros e carpenteiros da igreja». (fl. 13v)	2.200 rs.
1762	Dez.	Despesa «em geiras de telhar». (fl. 14v)	2.600 rs.
1762	Dez.	Despesa «em geiras de serralheiro». (fl. 14v)	960 rs.
1763	(?)	Despesa «em mandar levantar o muro da cerca». (fl. 17)	2.220 rs.
1763	Ago.	Despesa «na pintura do teto da igreja». (fl. 19)	201.600 rs.
1764	Dez.	Despesa «em madeira». (fl. 25)	22.040 rs.
1764	Dez.	Despesa «em cal preta e area». (fl. 25)	2.400 rs.
1764	Dez.	Despesa «em madeira». (fl. 25v)	3.280 rs.
1764	Dez.	Despesa em telha. (fl. 25v)	2.000 rs.
1765	Jun.	Despesa «com os pedreiros e carpenteiros». (fl. 27v)	11.880 rs.
1766	Abr.	Pagamento aos pedreiros. (fl. 32)	3.400 rs.
1766	Nov.	Pagamento ao serralheiro João Vicente. (fl. 34v)	2.600 rs.

1766	Nov.	Despesa «em os carretos de telha». (fl. 34v)	1.800 rs.
1766	Nov.	Despesa em pregos e missagras. (fl. 34v)	2.400 rs.
1766	Nov.	Despesa «em geiras de carpenteiro de se consertarem os mirantes». (fl. 34v)	3.500 rs.
1766	Dez.	Despesa «em geiras de carpenteiro de se consertarem os mirantes». (fl. 34v)	2.320 rs.
1768	Dez.	Despesa «em geiras de telhar». (fl. 44)	3.200 rs.
1768	Dez.	Despesa «na compustura do soto do serralheiro e mais obras». (fl. 44)	6.000 rs.
1769	Set.	Despesa «em o conserto do orgão». (fl. 48v)	660 rs.
1770	Out.	Despesa «com os carpenteiros na compustura dos sinos e mais perparos». (fl. 55v)	1.380 rs.
1770	Dez.	Despesa «em compor a parede da cerca». (fl. 56v)	4.000 rs.
1770	Dez.	Em telha. (fl. 56v)	1.600 rs.
1770	Dez.	Pagamento aos telhadores e pedreiros. (fl. 56v)	3.770 rs.
1770	Dez.	Despesa «na ferrage dos sinos». (fl. 56v)	2.300 rs.
1770	Dez.	Despesa «em obras do serralheiro». (fl. 56v)	3.020 rs.
1772	Dez.	Despesa na «cumpustura das cazas da porta do carro». (fl. 71v)	1.600 rs.
1772	Dez.	Pagamento ao serralheiro João Vicente de «varias obras que fez para a comunidade». (fl. 71v)	2.970 rs.

1774	Mai.	Despesa «na compustura da caza do sacristão». (fl. 82)	5.640 rs.
1775	Set.	Pagamento a um carpinteiro. (fl. 92)	2.730 rs.
1779	Mar.	Pagamento a um carpinteiro. (fl. 112)	280 rs.
1779	Abr.	Despesa «com obras do carpenteiro». (fl. 112v)	300 rs.
1779	Out.	Despesa «em pregos e chumbo». (fl. 114v)	660 rs.
1779	Out.	Despesa «em geiras da mina». (fl. 114v)	2.040 rs.
1779	Nov.	Despesa «em geiras do capenteiro». (fl. 114v)	1.400 rs.
1780	Jan.	Pagamento ao ferreiro. (fl. 115)	1.270 rs.
1780	Abr.	Pagamento à «viuva de Francisco Gomez cerralheiro». (fl. 116)	9.800 rs.
1780	Mai.	Despesa «em geiras da mina». (fl. 116v)	1.400 rs.
1780	Out.	Despesa «com os mineiros». (fl. 118)	18.200 rs.
1780	Out.	Pagamento ao ferreiro. (fl. 118)	1.600 rs.
1781	Jan.	Pagamento ao ferreiro. (fl. 118v)	500 rs.
1782	Nov.	Despesa «em madeira». (fl. 130)	4.900 rs.
1783	Jan.	Despesa «em hum carro de telha». (fl. 130v)	1.900 rs.
1783	Jan.	Despesa «em madeira». (fl. 130v)	3.280 rs.
1783	Out.	Despesa «em hum carro de telha». (fl. 133)	1.500 rs.
1783	Out.	Despesa «em geiras de pedreiro». (fl. 135)	580 rs.

1783	Nov.	Despesa «em hua geira de tilhador». (fl. 135v)	200 rs.
1784	Fev.	Despesa «em hum carro de telha». (fl. 137v)	2.500 rs.
1784	Fev.	Despesa «em tres carros de area». (fl. 137v)	680 rs.
1784	Jun.	Despesa «nas obras da caza». (fl. 139v)	14.400 rs.
1784	Set.	Despesa «em geiras de pedreiro, e carpenteiro». (fl. 142)	520 rs.
1784	Out.	Despesa «em hum carro de telha». (fl. 143)	1.800 rs.
1784	Out.	Despesa «em geiras de telhar e areia». (fl. 143)	5.860 rs.
1785	Fev.	Despesa «na compustura das cazas da porta do carro em materiaes, e geiras de pedreiros». (fl. 144)	3.200 rs.
A.N.T.T., M.S.B.B., vol. 21			
1785	Out.	Despesa «em tejolos para o forno». (fl. 1)	1.020 rs.
1785	Out.	Despesa «em dous carros de madeira». (fl. 1)	1.240 rs.
1785	Nov.	Despesa «em geiras de pedreiros». (fl. 1v)	4.880 rs.
1785	Nov.	Despesa «em argamassa». (fl. 1v)	720 rs.
1787	Jun.	Despesa «em area e cal branca e preta». (fl. 6)	2.380 rs.
1787	Jun.	Despesa «com as pbras do choro». (fl. 6)	4.800 rs.
1787	Jun.	Despesa no carreto de duas traves para o coro. (fl. 6)	620 rs.

1787	Ago.	Despesa «em dous canos de ferro que se fizerão para o mirante». (fl. 6v)	320 rs.
1787	Nov.	Despesa «com o organeiro». (fl. 7)	40.200 rs.
1787	Nov.	Despesa «em tintas para o pintor». (fl. 7)	50.240 rs.
1787	Nov.	Despesa «em argamaça». (fl. 7)	27.080 rs.
1787	Nov.	Despesa «com os pedreiros». (fl. 7)	41.440 rs.
1787	Nov.	Despesa «com o cerralheiro». (fl. 7)	8.460 rs.
1787	Nov.	Despesa «com os carpinteiros que fizerão a obra do choro e mirante». (fl. 7)	156.200 rs.
1787	Nov.	Despesa com o forro do coro. (fl. 7)	130.000 rs.
1787	Nov.	Despesa «com a pintura do mirante». (fl. 7)	26.400 rs.
1787	Nov.	Despesa «em trinta alqueires de cal». (fl. 9)	2.080 rs.
1787	Nov.	Despesa «em telha e ladrilhos». (fl. 9)	6.220 rs.
1788	Dez.	Despesa «na obra do dormitorio que se redificou em madeira». (fl. 11)	299.860 rs.
1788	Dez.	Despesa «em geiras de pedreiros, carpinteiros, carreiros». (fl. 11)	869.935 rs.
1788	Dez.	Despesa «em cal». (fl. 11)	80.300 rs.
1788	Dez.	Despesa em telha. (fl. 11)	24.000 rs.
1788	Dez.	Despesa «em ferragens e pregos». (fl. 11)	44.480 rs.

1789	Dez.	Despesa «com o reboco para as obras e dormittorio que se fizerão de novo pelo ajuste que se fez com o pedreiro João Carlos». (fl. 12)	57.600 rs.
1789	Dez.	Despesa «com obras do cerralheiro». (fl. 12)	5.960 rs.
1789	Dez.	Despesa «com as obras da baranda e caza da fabrica e outras mais precizas no mosteiro». (fl. 12)	370.960 rs.
1790	-	Despesa «com a caza nova». (fl. 14)	1.920 rs.
1790	-	Despesa «nas grades da caza nova». (fl. 14)	6.400 rs.
1790	-	Despesa «nas rotolas das janellas». (fl. 14)	2.400 rs.
1790	-	Despesa em quatro carros de lousa. (fl. 15v)	3.200 rs.
1790	-	Despesa «em tres carros de barro». (fl. 16)	360 rs.
1790	-	Despesa «em colmos para os palhiços». (fl. 16)	80 rs.
1790	-	Despesa «em geiras de carpinteiro». (fl. 16)	2.340 rs.
1791	-	Despesa «em cal e geiras de pedreiro». (fl. 16v)	2.590 rs.
1791	-	Despesa «nas portas da loge dos cantaros». (fl. 17v)	12.920 rs.
1792	-	Despesa «em cal e argamassa». (fl. 21)	14.830 rs.
1792	-	Pagamento ao carpinteiro Alexandre José Ferreira Cabral «que a communidade devia a seu pai». (fl. 21v)	44.000 rs.

1792	-	Despesa «em caibros e concerto de huma cella». (fl. 21v)	2.400 rs.
1792	-	Despesa «em huma vidraça, e em huma enpanada que se pos na caza dos instrumentos». (fl. 22)	1.340 rs.
1793	-	Despesa «em cumpustura de humas cazas». (fl. 22)	5.100 rs.
1795	Fev.	Despesa «em geiras dos prezos». (fl. 29)	180 rs.
1795	Set.	Despesa «em dois carros de telha». (fl. 31)	3.800 rs.
1795	Set.	Despesa «em coatro carros de area a onze vinteins para a obra da fonte». (fl. 31)	880 rs.
1795	Set.	Despesa «em tres geiras da obra da fonte». (fl. 31)	300 rs.
1795	Set.	Pagamento ao Domingos de quatro geiras «da obra da fonte». (fl. 31)	400 rs.
1795	Out.	Pagamento ao «soldado Burga em geiras na obra da fonte». (fl. 31v)	900 rs.
1795	Out.	Pagamento de «geira e maia de pedreiro». (fl. 31v)	360 rs.
1795	Dez.	Despesa no «carreto das pedras da fonte que forão dez carros». (fl. 35)	6.090 rs.
1795	Dez.	Despesa «por seis carros para a dita obra». (fl. 35)	3.000 rs.
1795	Dez.	Despesa «em seis carros de pedra para a fonte». (fl. 35)	2.640 rs.

1795	Dez.	Despesa «em dez carros de cantaria para a fonte». (fl. 37)	4.200 rs.
1795	Dez.	Despesa em dezasseis carros de cantaria para a fonte. (fl. 37)	69.500 rs.
1795	Dez.	Despesa com quatro carros de pedra. (fl. 37)	1.440 rs.
1796	Jan.	Despesa com cinco carros de cantaria. (fl. 37v)	1.640 rs.
1796	Jan.	Despesa «em geiras de cava na obra da fonte». (fl. 38)	2.000 rs.
1796	Jan.	Despesa «em geiras na obra da fonte». (fl. 38v)	4.500 rs.
1796	Mar.	Despesa com «quarenta e tres alqueires de cal e carretos». (fl. 38v)	2.660 rs.
1796	Mar.	Despesa «em vinte e cinco geiras de cava na obra da fonte». (fl. 38v)	2.500 rs.
1796	Mar.	Despesa «em catorze geiras de pedreiro na obra da fonte». (fl. 39)	1.600 rs.
1796	Abr.	Despesa «em hum carro para o desterro da fonte». (fl. 39v)	400 rs.
1796	Abr.	Despesa «em vinte e huma geiras de cava». (fl. 39v)	2.100 rs.
1796	Abr.	Pagamento de «doze geiras de pedreiro na obra da fonte». (fl. 39v)	2.880 rs.
1796	Abr.	Pagamento de «quarenta e tres geiras de pedreiros na obra da fonte». (fl. 39v)	9.660 rs.

1796	Abr.	Pagamento de «vinte e duas geiras e meia de cava na obra da fonte». (fl. 39v)	2.250 rs.
1796	Abr.	Pagamento de «vinte e tres geiras de cava na obra da fonte». (fl. 40)	2.300 rs.
1796	Abr.	Pagamento de «onze geiras de cava na obra da fonte». (fl. 40)	1.100 rs.
1796	Abr.	Pagamento de «treze geiras de pedreiro na obra da fonte». (fl. 40)	3.000 rs.
1796	Mai.	Pagamento de «dezeseis geiras e meia de cava na obra da fonte». (fl. 40)	1.650 rs.
1796	Mai.	Pagamento de «vinte quatro geiras de pedreiro na obra da fonte». (fl. 40)	5.290 rs.
1796	Mai.	Pagamento de «sette geiras e meia na obra da fonte». (fl. 40)	750 rs.
1796	Jun.	Pagamento de «catorze geiras de pedreiro na parede da orta da varanda». (fl. 40v)	3.360 rs.
1796	Jun.	Despesa «em polvora para os barramentos do tanque». (fl. 40v)	340 rs.
1796	Jun.	Despesa «em geiras da obra da fonte». (fl. 40v)	950 rs.
1796	Jun.	Pagamento de «dezeseis geiras de cava na obra da fonte». (fl. 41)	1.600 rs.
1796	Jul.	Pagamento de «onze geiras para a obra da fonte». (fl. 41)	1.150 rs.

1796	Jul.	Despesa «em polvora para os barrenos[sic] que se derão para hafundar o assento do tanque». (fl. 41)	800 rs.
1796	Ago.	Despesa com trinta e quatro carretos de cantaria. (fl. 42)	12.810 rs.
1796	Ago.	Despesa «em hua arroba de ferro para a obra do tanque». (fl. 42v)	1.440 rs.
1796	Ago.	Despesa «em cinco alqueires de cal para a mesma obra». (fl. 42v)	350 rs.
1796	Ago.	Despesa com «cinco geiras e meia na obra da fonte». (fl. 42v)	550 rs.
1796	Ago.	Pagamento ao mestre canteiro João António Franco «pello feitio da mesma». (fl. 42v)	110.000 rs.
1796	Ago.	Pagamento ao mestre João António Franco «por fazer o tanque». (fl. 42v)	38.400 rs.
1796	Ago.	Despesa com o «desterro da obra do tanque». (fl. 42v)	1.500 rs.
1796	Ago.	Pagamento de« geiras dos pedreiros». (fl. 42v)	2.500 rs.
1796	Set.	Despesa «em oito geiras de carreiros para o desterro da obra do tanque». (fl. 43)	3.200 rs.
1796	Set.	Despesa «em seis carros de louza». (fl. 43)	3.600 rs.
1796	Set.	Pagamento de «catorze geiras de pedreiro». (fl. 43)	3.480 rs.

1796	Set.	Despesa «em quinze geiras e mea dos soldados que tirarão o desterro na obra do tanque». (fl. 43)	1.550 rs.
1796	Set.	Despesa com «nove geiras de pedreiros no tanque». (fl. 43)	2.250 rs.
1796	Set.	Despesa «em seis geiras dos soldados para o mesmo». (fl. 43)	600 rs.
1796	Set.	Despesa «em dous carros de telha». (fl. 43)	3.800 rs.
1796	Set.	Despesa «em hua trave, caibros e ripas, pregos, e geiras da compustura da caza da prelada». (fl. 43)	4.710 rs.
1796	Set.	Despesa «nas geiras de dezoito pedreiros». (fl. 43)	4.440 rs.
1796	Set.	Despesa «nas geiras de quinze soldados». (fl. 43)	1.500 rs.
1797	Set.	Despesa «em dezeseis geiras de pedreiros». (fl. 43v)	3.710 rs.
1797	Out.	Despesa «em treze geiras de telhadores». (fl. 43v)	3.220 rs.
1797	Out.	Despesa «em nove geiras de pedreiros». (fl. 43v)	2.160 rs.
1797	Out.	Pagamento de «treze geiras e mea dos soldados». (fl. 43v)	1.350 rs.
1797	Out.	Despesa «em seis carros de areia». (fl. 43v)	1.440 rs.

1797	Out.	Despesa «em quarenta, e dous alqueires de cal». (fl. 43v)	3.000 rs.
1797	Nov.	Despesa «em catorze geiras dos que lançarão a argamassa na fonte». (fl. 44)	4.200 rs.
1797	Nov.	Despesa «em tres geiras e meia do carpinteiro». (fl. 44v)	1.050 rs.
1797	Nov.	Pagamento «ao serralheiro pelo feitio das cantareiras do tanque». (fl. 44v)	1.000 rs.
1797	Dez.	Despesa «na janella do mirante». (fl. 45)	2.400 rs.
1797	Out.	Despesa «em pregos para a obra do mirante». (fl. 52)	1.025 rs.
1798	Abr.	Pagamento aos carpinteiros. (fl. 55v)	680 rs.
1798	Ago.	Despesa «com geiras de pedreiros e carpinteiros». (fl. 57v)	4.690 rs.
1799	Jan.	Pagamento ao carpinteiro. (fl. 61)	140 rs.
1799	Mai.	Despesa «em geiras de carpinteiro». (fl. 62)	480 rs.
1799	Set.	Pagamento «ao serralheiro de compor os ferros da janella». (fl. 63v)	480 rs.

3.3. Convento de S. Francisco

Fundado a «pouco mais de cinquenta passos fora dos muros[446]» em sítio «fresco, ainda que assõbrado co a soberba do castello[447]» num terreno

446 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 41

pertencente à família dos Morais, a cidade lançou mão, segundo José Cardoso Borges, de algumas rendas para a sua construção. Os parâmetros definidores da traça do edifício, apesar de anteriormente ter beneficiado da simpatia[448] com que D. Afonso III acolheu as ordens mendicantes, pautar-se-iam pela «arquitectura da humildade (e) pelas regras da santa pobreza[449]». Foram muitas as vicissitudes por que passou a casa franciscana de Bragança, uma vez que da construção inicial nada resta.

O desaparecimento dos beneditinos de Castro de Avelãs alargou certamente a influência da comunidade franciscana, reforçando ao mesmo tempo as razões da sua aceitação na região e na cidade. Como consequência da aceitação dispensada aos frades, não obstante o valor estratégico da água em qualquer recinto fortificado, concedeu a Câmara autorização, para nas «barreiras do castelo» se construir uma «arca de donde direitamente corria[450]» a água para o claustro do mosteiro, sabendo-se que a sua condução se processou à custa da edilidade. Em 1592, quando o Tabelião António Machado interferiu no curso da água em benefício próprio, perante os protestos do Síndico do convento, Francisco Fernandes, a Câmara não só confirmou a doação anterior como estabeleceu:

---

447 ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Serafica da Ordem dos frades de S. Francisco,* 1ª parte, Lisboa, Na Officina Kraesbeeckiana, 1656, p. 49

448 Oito anos antes de falecer, o Conde de Bolonha, juntamente com outras casas de franciscanos, contemplou no seu testamento os «Frat. Minoribus de Bragancia» com cinquenta libras. SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* ed. revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, T. I, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, 1946, p. 70. Frei Manuel da Esperança, refere: «não esperou o brio, e devoção de Bragança, que nas obras entrasse braço alheo, nem ainda da Magestade Real, encarregandose dellas à custa das rendas publicas, e esmolas particulares, atè ficar acabada; e se não he majestosa, não consentia então outra grandeza maior o nosso humilde estado. Posto que nunqua os reis de Portugal se izentàrão de lhe fazerem mercès, e o primeiro, que repartio em testamento esmolas pelos conventos da nossa religião, a saber Do, Afonso III, no anno de 1271 a este tambem consignou o seu legado. A Rainha Santa Isabel lhe teve sempre especial devoção, por ser elle o primeiro, em que entrou neste reino, quando vinha de Aragão; e ajudada da grande magnificencia Del-Rei seu marido D. Dinis, deu novo ser a igreja, reparando juntamente todos os mais edificios. Assi o testemunhavão o forro da capela mór, a qual era obra sua, os retratos delles ambos, antes de hua ruina, com que ficarão enterrados. Mas depois o tomou à sua conta a Serenissima Caza dos Senhores Duques de Bragança». *ob. cit.,* p. 50

449 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 41

450 A.N.T.T., C.S.F.B., *Protesto do Síndico de S. Francisco e Despacho da Câmara,* Cx. 1, doc. s/nº, s/fl.

«que nenhua pessoa de qualquer qualidade que seja impida a agoa que esta cidade deo sob pena de sinquenta cruzados, e seis annos de degredo pera Africa[451]».

Outro factor de aceitação poderá eventualmente relacionar-se com a dimensão da igreja, «a maior que ha nesta cidade[452]» cuja dimensão era semelhante à de Nossa Senhora da Ribeira, pretensamente fundada pela rainha Santa Isabel quando veio de Aragão para Portugal[453].

Porém, a dimensão do templo colocava proporcionais problemas de custos quando se tratava de acorrer a obras de reparação no complexo monástico. Foi o que sucedeu em 1635 quando «ameaçando ruina o frontespicio[454]», o guardião pretendeu encurtar a igreja, projectando assim acautelar despesas futuras. Dada a oposição da nobreza, não se concretizaram tais intentos, pelo que, mantendo-se as dimensões se fez um frontespício «novo de obra dorica[455]», vindo o mosteiro a ser colocado sob a protecção da Sereníssima Casa.

Para atalhar a ruína da igreja ou para acrescento do complexo monástico, iniciou-se em 1634, prolongando-se até 1679, um peditório dominical na área da diocese de Miranda do Douro[456]. Também a Câmara de Bragança, sendo já padroeira do convento de Santa Clara, privilegiava os frades menores:

- concedendo-lhes vinte mil réis pelas funções do Advento e Quaresma;
- garantindo assistência médica gratuita através dos «medicos do seu partido»;
- dispensando, enquanto durassem as obras de reparação do convento, a quantia anual de sessenta mil réis[457].

---

451 A.N.T.T., C.S.F.B., *Protesto do Síndico de S. Francisco e Despacho da Câmara,* Cx. 1, doc. s/nº, s/fl.

452 BORGES, José Cardoso - *ob. cit,* fl. 41

453 *Idem, ibidem,* fl. 41

454 *Idem, ibidem,* fl. 44v; Cf. ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Serafica da Ordem dos frades de S. Francisco,* 1ª parte, Lisboa, Na Officina Kraesbeeckiana, 1656, p. 50. Este autor refere que nesta altura o convento era habitado por vinte frades.

455 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 44v

456 CASTRO, José de - vol. II, *ob. cit.,*p. 307

457 Sobre este subsídio camarário, José Cardoso Borges que era Síndico de S. Francisco, escreveu: «mas não posso deixar de dizer que por esta despeza, a falta de aplicação lhe não deo ainda principio». *ob. cit.*, fls.44v-45. Um documento de 1713, do A.N.T.T. / A.H.M.F., confirma, de um modo geral, os

Perante tal disponibilidade, não causa admiração o direito que os membros da Câmara tinham de assistir sentados na capela-mor às funções aí efectuadas no âmbito da procissão da Páscoa.

3.3.1. O convento

Nas declarações prestadas em 1588 relativas aos materiais oriundos do mosteiro de Castro de Avelãs, Pedro Martins, tangedor de orgão, ao afirmar que algumas madeiras foram encaminhadas para a obra que então se fazia na igreja de Santa Maria, disse também:

> «ouviu dizer que da dita madeira deu a cidade certa copia para fazer hua Essa nas obsequias do duque no mosteiro de S. Francisco desta cidade e despois a deixara ficar la e lha derão de esmola para fazerem os frades hu dormitorio e que disto sabe Antonio Diz carpinteiro e Antonio Gomez escrivão da camara[458]».

O facto de viverem pobremente, à custa «de esmolas que o povo lhes dava e da pregação[459]» no que sofriam ainda a concorrência dos religiosos do lado de lá da fronteira, poderá ser um factor explicativo da escasez documental que de modo algum nos habilita a traçar com aproximação o quadro construtivo do convento e os sucessos que o marcaram.

Além da informacão de Francisco de Santa Maria, no «Anno Historico», dando-nos conta do incêndio[460] que, em 1728, destruiu várias dependências do convento, nomeadamente o refeitório e o dormitório, sem contudo alastrar à

---

privilégios com que a Câmara tributava o convento: 24.000 rs. em dinheiro; seis arráteis de cera; pagamento a dois médicos. Cx. 2002, fl. 36

458 B.P.A.D.B., Cabido, Cx. 26, fl.105v

459 CASTRO, José de - T. II, *ob. cit.*, p. 309

460 «Pelas onze horas da noite deste dia (decimo quarto de Julho), anno de 1728 pegou fogo no mosteiro de São Francisco de Bargança, fundado pelo mesmo Serafico Patriacha, e ardeo com tanta violencia, que dentro de poucas horas se abrazou todo o dormitorio, refeitorio, e officinas, onde estavão os mantimentos, e as roupas; e a não ser o grande zelo, com que muitos moradores da cidade acodirão a cortar o progresso do incendio, e o trabalho, com que os padres da Companhia de Jesus concorrerão a apagallo, acarretando muita agoa sobre seus hombros, se queimàra tambem a igreja, e sacristia, onde muito tempo passarão a noite alguns religiosas». SANTA MARIA, Francisco de - *Anno Historico. Diario Portuguez,* T. II, Lisboa, Na Officina, e à custa de Domingos Gonsalves, 1744, p. 355

igreja e sacristia que entretanto serviriam de dormitório aos frades, praticamente teremos que esperar pelo fim do século XVIII, para termos notícia de nova intervenção.

Para além deste convento estar encerrado, convém ter em conta a observação de Frei Manuel da Esperança: «e pera nós falarmos nelle, com tão pouco nos ajudou o seu archivo, que foi necessario mendigar estas noticias por livros alheos e cartorios estranhos[461]»; no mesmo sentido tenha-se igualmente em atenção o facto de, em 1834, se ter destruído muita documentação. No inventário então efectuado, consta o seguinte registo relativamente à livraria: «havia alguns livros d'obras antigas e troucadas, que nenhum préstimo e serventia tinhão mais do que para embrulho, que forão pezados, e achou-se ter o pêzo de doze arrobas, avaliadas cada arroba, com capas, a oitocentos reis[462]».

Mesmo os edifícios que o constituíam, pelas diferentes funções que desempenharam juntamente com profundas adaptações que desde 1834 foram sendo introduzidas, adulteraram o conjunto de tal forma que o arruínado edifício que hoje existe nada, ou muito pouco, terá a ver com o mosteiro do séc. XVIII.

Perante estes factos, a descrição mais exacta será a que se seguiu à extinção dos conventos, num momento em que o património destes era objecto de inventariação. Essencialmente com a estrutura do séc. XVIII, em 9 de Julho de 1834, descrevia-se o mosteiro:

> «Havia o edificio da caza, em que estava o convento, que continha hum claustro com tres dormitorios, dos quaes dous, são d'hum só andar antigos, e arruinados, que conthem no espaço de settenta e seis passos treze quartos muito arruinados pela sua antiguidade, e o outro que tem dous andares completos no comprimento de trinta e seis passos, comprehendendo dezanove quartos, e duas cazas maiores, que servião d'aulas[463], reedificado de poucos annos, e

461 ESPERANÇA, Frei Manuel da - *Historia Serafica da Ordem dos frades de S. Francisco,* 1ª parte, Lisboa, Na Officina Kraesbeeckiana, 1656, p. 52

462 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., inventário nº 66, fl. 21v

463 «Houve Sua Magestade por bem por sua Real rezoluçam de 16 de Agosto do prezente anno (1779) fazer merce ao Guardiam e religiozos do dito convento de S. Francisco de Bragança de hua escolla de escrever e contar com a ordinaria de 120.000 reis annuos pagos na folha dos profeçores regios e delles dara 20.000 reis cada anno ao padre Frei Fernandes da Conceiçam a quem a dita Senhora tem nomeado para reger a dita escolla» A.N.T.T., Registo Geral de Mercês. D. Maria I, Lv. 6, fl. 120

ainda por acabar em muitos quartos conthem este mesmo edificio nos seus baixos, caza de refectorio, dispensa, adega, cozinha, caza de depozito, dispensa, cavalharice, palheiros, e caza de capitulo com sepulturas, que confronta por hum lado com a igreja da Ordem Terceira, e que pertencia ao mesmo convento, e pelos trez lados com a cêrca do mesmo edificio[464]».

As cicatrizes do dormitório com dois andares, ainda hoje são visíveis na torre sineira. O seu rebaixamento verificar-se-ia depois de 1854. Nesta altura, o major Guilherme Inácio Basto projectou o «Alçado do edeficio do extinto convento de São Francisco em Bragança, e a que fica reduzido pelo novo projecto de um hospital militar[465]». Como se poderá observar na planta em anexo, a redução equivalia, justamente, à demolição do segundo andar deste dormitório, cujo plano continuava o da frontaria da igreja.

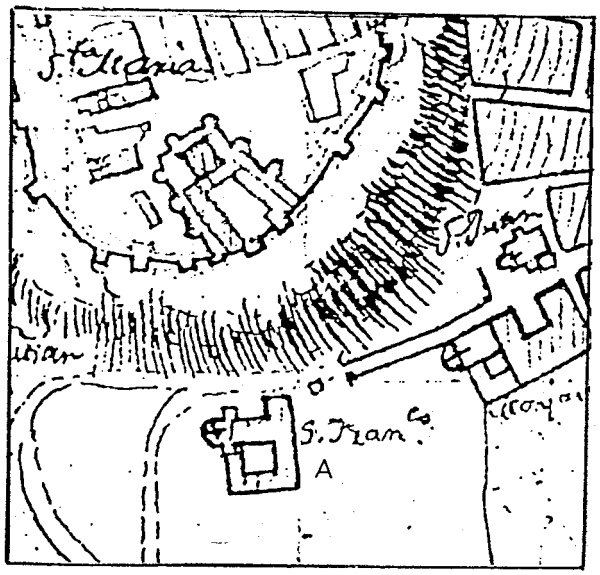
No entanto, subsiste ainda um problema que decorre da observação das plantas desenhadas em 1762 e 1801. Na primeira, o alçado deste dormitório foi representado no mesmo alinhamento da fachada da igreja; na segunda, representa-se avançado relativamente à entrada principal do templo. Na verdade, a falta de elementos fidedignos constitui uma forte limitação a que nos pronunciemos sobre este assunto. Por outro lado, as referências[466] que Albino Lopo ou o Abade de Baçal produziram relativamente a possíveis obras, nada adiantam. Nem a data apontada é firme (mais ou menos 1800) nem a natureza e alcance das obras é elucidativa.

«Houve Sua Magestade por bem por sua Real rezoluçam de 16 de Agosto do prezente anno (1799) fazer merce ao Guardiam e religiozos do convento de S. Francisco da cidade de Bragança de hua cadeira de Filosophia Racional com a ordinaria de 60.000 reis annuos pagos na folha dos profeçores regios dos quaes dara 20.000 reis cada anno ao padre Frei Gaspar de Santo Antonio a quem a dita Senhora tem nomeado para Mestre da dita cadeira emquanto não mandar o contrario». A.N.T.T., Registo Geral de Mercês. D. Maria I, Lv. 6, fl. 120

464 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., inventário nº 66, fls. 21v-22

465 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 971 - 1-4A.8

466 Cf. LOPO, Albino Pereira - *ob. cit.*, pp.30, 31; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.*, T. II, p. 247



A - Segundo planta de 1762



B - Segundo planta de 1801

Contudo, não podemos deixar de evidenciar a possibilidade de o autor da planta de 1801, o capitão engenheiro Luís Gomes de Carvalho, ter omitido na planta a representação do nártex que precede o espaço da igreja, propriamente dito, assim como omitiu a casa de despacho da Ordem Terceira que, construída em 1755, lhe fica contígua e no mesmo alinhamento. Desta forma, parece-nos que nesta omissão reside a razão do avanço do plano do dormitório que na realidade não se verificava.

Da inventariação da cerca do mosteiro colhemos as informações:

> «leva sette a oito geiras de lavra e de vinte e seis alqueires de trigo de semeadura: tem huma fonte com algumas arvores de fructo e parreiras, e tem em roda do muro latadas em parte delle, e he toda murada com muros de doze a quinze palmos, e fechada com portal de carro[467]».

[467] A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., inventário nº66, fl. 22v

As casas do convento foram avaliadas pelos louvados António José Afonso, mestre canteiro, Januário Carvalho, mestre pedreiro e pelos mestres carpinteiros João Gonçalves Mós e João Fernandes, em 16.000 cruzados. A cerca foi avaliada pelos louvados Manuel Martins e Manuel António, «fazendeiros», em 3.000 cruzados, tendo sido arrendada (de 12 de Julho de 1834 até ao fim do ano), após pregão e afixação de editais, a Felisberto da Silva por 34.000 rs.[468].

3.3.2. A igreja

Alguns anos antes de 1928, mudou-se o púlpito e a porta da sacristia. Com a abertura do novo acesso à sacristia fechou-se a porta que anteriormente a servia. Diz-nos Cardoso Borges que entre estas portas «estão no interior da parede e não tem sinal para o seu conhecimento as reliquias do primeiro guardião do convento».

Ainda o convento não estaria completamente refeito dos danos causados pelo incêndio quando outro fogo, segundo informação de memória anónima, molestou a capela-mor da igreja e outras depêndencias conventuais. Foi o bispo D. João de Sousa Carvalho, quem:

> «no anno de 1733 auxiliou e mandou acudir à restauração da capella mor do convento de S. Francisco de Bragança, que nesse anno havia sofrido incendio com huma grande parte do convento[469]».

Os incidentes não terminariam aqui. De facto,segundo a mesma memória sucedeu:

> «no anno de 1746 cahir inopinadamente o tecto da capella-mor da igreja de S. Francisco de Bragança (e) empenhouse o Bispo (D.

468 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., inventário nº66, fls. 33-34

469 B.P.A.D.B., *Retoques e addendas de huma rezenha de noticias dos Bispos da Diocese (...) colligidas athe 15 de Novembro de 1865,* ms. ainda não classificado, fl. 33v

Diogo Marques Mourato) na restauração da mesma capella a sua custa[470]».

Além de D. Diogo, o Guardião Frei Pedro Silvestre da Conceição empenhado na reconstrução da capela-mor, estendeu as suas preocupações ao corpo da igreja, pois a «renovou toda ela até ao altar de S. Bendito[471]». Posteriormente, Frei João de S. Caetano Salreu, com a ajuda do povo e irmandades, daria continuidade às preocupações do seu antecessor, concluindo as obras «não só no tecto mas também nas paredes e em todo o interior[472]».

Durante o primeiro quartel do Séc. XVIII, as pinturas que ornamentavam a capela-mor seriam ocultadas pela aplicação de uma «tribuna de entalhado ao moderno[473]», cujas colunas, com os motivos decorativos de meninos, parras e pássaros, totalmente mutilados, ainda se podem ver nas traseiras do inacabado retábulo actual. O mesmo, relativamente à pintura, aconteceria no corpo da igreja, em alguns altares colaterais.

De uma «Sentença (de) dezaggravo [sic] civil do coronel Pedro Ferreira de Saá Sarmento», ou pretensão do reconhecimento para ele e seus sucessores, do padroado da capela-mor de S. Francisco, podemos extrair algumas informações relativamente ao período em que o retábulo, de estilo nacional, foi executado. A sentença respeita ao ano de 1715, e os argumentos essenciais avançados por Pedro Ferreira de Sá Sarmento, baseavam-se no «bem que tinha feito e esperão fazer ao dito convento[474]». Para alcançar o almejado objectivo, «ele e sucessores» admitiam a utilização da capela-mor por particulares, reconhecendo também o direito da Câmara a ocupar «o mesmo lugar que athe agora[475]».

Além destes, outros aspectos eram considerados, nomeadamente:

> «(a) reedificação por sua conta e a sua custa (de) todas as ruinas e reparar asim todos os tetos da dita cappella todas as vezes que for

---

470 B.P.A.D.B., *Ibidem,* fl. 34
471 CASTRO, José de - T. II, *ob. cit.*, p. 308
472 *Idem, ibidem,* p. 308
473 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 41v
474 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B.,*Sentença (de) dezaggravo civil do coronel Pedro Ferreira de Saá Sarmento,* Cx. 2202, fl. 9
475 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B.,*ibidem,* fl. 9v

neseçario de sorte que estejam com toda a segurança e desencia e da mesma sorte o retabollo da mesma cappella fazello de novo quando seja neseçario em tempo algum e ornar o altar maior dos ornamentos das coatro cores custumadas e sera obrigado asim elle como seus sucesores (a) hu almude de azeite pera alumiar a lampada da dita cappela e que dourara o retabollo que actualmente se acha na dita capella[476]».

Assim, atendendo à referência anterior, de Cardoso Borges, - que situamos em 1721 - e à predisposição manifestada, pelo pretendente ao padroado da capela-mor, para pagar as despesas com o douramento do retábulo, podemos concluir que, em 1715, toda a estrutura estava já devidamente enxamblada na capela-mor.

Todavia, o desejo do pretenso patrono não seria alcançado, dado que parece ter havido influências de alguns notáveis locais para que a posse da capela não se verificasse. Por isso, o padre Provincial deu ordem para não se consentir «padroeiro particular na dita capella[477]».

Além das capelas a que à frente daremos maior atenção, existiam no corpo da igreja, durante o séc. XVIII, os altares de Nossa Senhora do Rosário, com confraria dos militares, de Santo António[478], de Santa Luizia[479] e a capela da

---

476 A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., *ibidem,* fl. 9

477 «certifico eu o padre Frei Manoel do Rozario pregador(?) e Goardião deste convento de São Francisco de Bragança, que [...] li hua patente do nosso muito reverendo Provincial, e cumpri inteiramente tudo quanto nella me mandava e estamos promptos para obrar tudo, o que nos ordena [...] e não consentirem, algu padroeiro particular na dita capella, emquanto nos não mandar o dito padre Provincial o contrario, a qual patente nos foi aprezentada por Joseph de Morais e Madureira, Antonio Doutel de Almeida, Domingos de Morais Madureira, João Teixeira de Morais Sarmento, Domingos de Morais Madureira Pimentel, Jacome Joseph Morais Sarmento; e logo mandei notificar ao coronel Pedro Ferreira de Sa Sarmento, para que dezistisse da posse que tinha tomado da dita capela e mandei fazer esta a qual asignei, e os padres discretos do convento

hoje em 22 de Março de 1715

a) Frei Manoel do Rozario

a) Frei Francisco Costa». A.N.T.T. / A.H.M.F., C.S.F.B., *ibidem,* fls. 18-18v

478 A capela de Santo António foi instituída em 1550 pelo Doutor Francisco Borges e sua mulher Isabel Borges. ALVES, Francisco Manuel, T. II, *ob. cit.,* p. 247. Os padroeiros pagavam anualmente «cento e dez alqueires de pam meado sicoenta e sinco de trigo, e sincoenta e sinco de senteio, e dous mil reis em dinheiro com obrigação de duzentas missas». A.N.T.T., C.S.F.B., *Das capellas deste convento de S. Francisco de Bragança....*, vol. II, fl. 4. Segundo esta fonte, o pagamento desta obrigação foi assegurado por Faustino de Madureira, até 1674. Seguiu-se Jacome de Morais de Sousa, até 1680. Em 1681, começou a pagar Lázaro de Figueiredo Sarmento que pagou até falecer, no ano de 1713. Sucedeu-lhe o

Ordem Terceira, com «sacrário e hua devota imagem de Christo Crucificado[480]». No lado do evangelho, «fora do arco da capella mor[481]», estava o altar de S. Benedito.

No lado do evangelho, mas na capela-mor, existiu ainda, no primeiro quartel do séc. XVIII, a capela de S. Miguel. Sabemos que até 1675 foi administrada pelo licenciado Belchior Pires. Entre os bens que lhe estavam hipotecados, contava-se uma cortinha que «se chama(va) o Pôlo[482]»,integrada depois na cerca das freiras de S. Bento aquando do alargamento desta.

3.3.2.1. A capela da Imaculada Conceição

Foi instituída pelo Abade de Carrazedo, o Doutor Pascoal de Frias que a 8 de Dezembro de 1620 «começou a celebrar nessa capella a festa da Imaculada Conceição[483]». Com missa quotidiana pelos defuntos, deixou de esmola:

> «duzentos alqueires de trigo pela medida velha, que são hoje (1758) duzentos e vinte alqueires [...] e coatro almudes de azeite pela medida antiga pera a lampada da dita capella, e tres mil reis pera a cera»[484].

Além desta obrigação, deviam ainda ser lançados todos os anos 4:000 réis «em hum cofre que esta na mesma capella, athe completar cem mil reis, e tirando

---

filho, Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento, e depois a mulher deste, D. Caetana Agostinha de Melo. Pagando o pão até 1751, devia a quantia de 26.000 réis, relativos aos treze anos anteriores. Ainda em 1751, Sebastião Jorge de Figueiredo Sarmento cmeçou a administrar os bens hipotecados à capela. Em 1758 devia o dinheiro correspondente a sete anos. No inventário realizado após a extinção deste convento (10 de Julho de 1834), era administrador da capela José Bernardo Jorge de Figueiredo Sarmento, morador na quinta de Arufe.

479 O licenciado Salvador Mendes, falecido em 2 de Outubro de 1621, foi sepultado nesta capela. Para satisfação das seis missas que lhe deviam rezar, pagas a meio tostão, nesta capela deixou «varias fazendas». A.N.T.T., C.S.F.B., *Das capellas deste convento de S. Francisco....*, vol. II, fl. 66

480 BORGES, José Cardoso - *ob. cit,* fl. 41v

481 *Idem, ibidem,* fl. 41v

482 A.N.T.T., C.S.F.B.,*Das capellas deste Convento de S. Francisco...*, vol. II, fl. 56

483 A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 5, fl. s/nº

484 A.N.T.T., C.S.F.B.,*Das capellas deste Convento de S. Francisco da cidade de Bragança, copiadas pello livro q(ue) teve o seu principio no anno de 1739,* vol. 2, fl. 1

se destes alguma couza para a renovação da capella[485]». Em 1720, os franciscanos, além da missa quotidiana, às segundas-feiras, obrigavam-se a hospedar[486] o administrador sempre que este viesse à cidade de Bragança, «dadolhe para isso a caza da livraria que fez o instituidor[487]». O Abade de Carrazedo não se limitou a mandar construir a «caza da livraria» pois ainda «deo a livraria que consta de 720 volumes alem dos que foram para o collegio de (S. Boaventura em) Coimbra[488]».

Em 1720 (9 de Novembro), Manuel de Morais Faria, morador na vila de Vinhais, desencadeando um processo justificativo do seu reconhecimento como administrador da capela de Nossa Senhora da Conceição, o que viria a acontecer, «apresentou uma provisão para efeito de se tombarem todos os bens e foros pertencentes ao seu morgado da capella[489]». Para tal efeito, na presença do Juiz de Fora de Bragança, Caetano Furtado de Mendonça e do Guardião do convento de S. Francisco, Frei Manuel da Madre de Deus, elegeram-se os medidores João Gomes da Costa e António Rodrigues, ambos moradores em Bragança, os quais mediram e fizeram o inventário da capela. Situada «para a parte do evangelho[490]», confrontava:

> «de nacente e norte com cerca deste convento, e de sul com a capella mor da igreja, e do poente com a sacristia com as paredes de azullejo com seu carneiro [sic] por baixo, e por cima de abobeda com suas pinturas, tem de cumprido cinco varas, e dous palmos, e de largura tres varas e meia e tem hu retabollo lizo dourado em meio uzo com hu quadro no meio e com mais de roda do dito retabollo catorze quadros todos de Roma, e duas lamenas de Roma da parte da epistolla, e da parte do evangelho tem somente as cazas, e se perderão as lamenas, e tem o altar da dita capella de pedra com azullejo com seu frontal de esvagem verde já uzado, e tem mais a

485 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem,* fl. 1. A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 7, s/fl.
486 «e que se entenda pellos primeiros tres dias de hospede, e passados mais que estes tres dias não eram obrigados mais a couza algua». A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 7, s/fl.
487 A.N.T.T., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 7, s/fl.
488 A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 3, s/fl.; BORGES, José Cardoso, *ob. cit.,* fl. 41v
489 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Tombo do Morgado de Carrazedo,* Cx. 1, Mç. 7, s/fl.
490 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.,* fl. 41v

dita capella trinta e cinco quadros de Roma pelas paredes the a cazas donde cahio hu quadro[491]».

Entre os bens que na cidade havia, pertencentes à capela, contavam-se:

«Humas cazas sobradadas com hum quintal e poço para tras com outras cazas no cabo do quintal que servem de estrebaria, e palheiro que estão na rua dos Oleiros por cima da Cuz de Pedra que partem de huma parte com cazas, e quintal de Pedro Alvares Pereira desta cidade, e com Pedro Fernandes entalhador, e com rua publica.
Outras duas moradas de cazas que estão na rua que vai para o Loreto que partem com Manoel Gomes ferrador, e com Maria Alves a comadre, e tem seu quintal para tras[492]».

3.3.2.2. A capela dos Borges

Esta capela foi instituída pelo padre Gaspar Mendes Dantas[493], que foi abade de Urrós (Mirandela), por testamento[494] feito em 4 de Fevereiro de 1601, nomeando Gaspar Borges, morador em Bragança «defronte de S. Bento[495]», para seu primeiro administrador. A má administração determinou que

491 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Titollo de medição, e demarcação da capella, e inventario dos paramentos della,* Cx. 1, Mç. 7, s/fl.. Além destes outros objectos foram inventariados: «dous braços de pao dourados hu com a relliquia de Santo Armando, e outro com a relliquia de Santo Deziderio; item duas laminas tambem com suas relliquias com vidraças por fora quadradas; huma costodia de pao dourado com hu Agnus Dei; outra costodia de pao dourado com a relliquia de São Pascoal Baillão; hu cofre fechado com a relliquia de Santa Luzia; huma cruz de evano feita em pedaços , porem hinda tem concerto, e se pode mandar concertar; item hu missal antigo, e pequeno forrado de velludo verde; item tem dentro da dita capella hu archivo fechado com suas grades de ferro pintadas que serve para nelle se depozitar quatro mil reis cada anno athe fazer quantia de cem mil reis, e para meter nelle alguns papeis pertencentes a dita capella; item huma alampada de bronze dourada que foi avalluada em cem mil e quinhentos reis».

492 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Tittollo dos bens que estão nesta cidade de Bragança,* Cx. 1, Mç. 7, s/fl.

493 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Das capellas deste convento de S. Francisco da cidade de Bragança, copiado pelo livro de 1739 - Capella de Nossa Senhora da Boa Morte,* vol. 2, fl. 7

494 Do testamento, aprovado pelo Tabelião de Bragança, Baltazar Machado, destacamos os seguintes aspectos: 1° - Nomeou administrador da sua «capella» a Gaspar Borges; 2° - Os frades ficavão obrigados a rezarem, «cada somana [sic] três missas na capella dos Borges»; 3° - Deixou várias terras, «as quais renderão cada dous ou tres annos para huns frontaes, que serão de chamalote, para o advento e quaresma» e, para «todo o anno se fara hum frontal branco de chamalote». A.N.T.T., C.S.F.B., Cx. 1, Mç. 3, s/fl.

495 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Capela de N^a. S^a. da Boa Morte,* vol. 2, fl. 7

posteriormente nela se instalasse a capela de Nossa Senhora da Boa Morte. Foi Pedro Ferreira de Sá Sarmento, falecido em 11 de Abril de 1731, que deixou em testamento «lhe fizesse(m) hua capella em São Francisco a do Senhor da Boa Morte[496]», para cuja fábrica deixava a terça dos seus bens.

Cardoso Borges refere que a capela dos Borges:

> «por antiga, e mal administrada lhe ficou so o nome e os irmãos Terceiros colocarão em ella a imagem do Senhor dos Passos, e alguns devotos na mesma festejão a S. Vicente Ferrer com novena e praticas[497]».

Quando, em 1717, se manifestaram dúvidas sobre o direito de padroado da capela dos Borges, saíram à liça João Teixeira de Morais Sarmento e sua mulher, esgrimindo em defesa dos direitos que julgavam ter os argumentos que se seguem:

- Estavam, juntamente com seus ascendentes, «em posse antigua da capela chamada dos Borges[498]»;
- «que tanto he juridica a posse que os autores tem na dita capella que os mesmos autores colocarão nella a imagem do gloriozo S. Vicente Ferre(r) e armarão a capella fazendo por sua conta a pianha de madeira [...] como ainda hoje esta[499]»;
- «quando se ergueu de novo a irmandade de S. Vicente Ferrer, para a qual derão a imagem do glorioso santo que he sua propria dos autores foi necessário o consentimento dos autores e sem elle se não erigiria a dita Irmandade na dita capella[500]».

Estas razões - apesar de, em 1732, João Teixeira de Morais ter declarado no seu testamento a sua vontade de ser sepultado na capela dos Borges, «capella

---

496 B.P.A.D.B., Lv. Assentos de Defuntos da Igreja de Santa Maria, Lv. 3, Mç. 1, fls. 18v-19.
497 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 41v
498 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Protesto de A. João Teixeira de Morais Sarmento e sua mulher contra o Guardião e Sindico do Conento de S. Francisco,* Cx. 1, M. 4, s/fl.
499 A.N.T.T., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 4, s/fl.
500 A.N.T.T., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 4, s/fl.

e sepultura propria de sua casa[501]» - não encontraram eco junto dos responsáveis do mosteiro porque, em 1735 (16 de Novembro), o Guardião Frei Luis de Jesus de Amaral proferiu uma sentença em que declarava a capela dos Borges devoluta, estribado nos seguintes postulados:

> «ha muitos annos que se acha sem administrador nem fabrica nem no convento ha memoria algua por donde conste de quem tenha esta obrigaçam e meios termos se rezolvem os religiozos a dala aos fieis que a fabriquem cazo que haia quem queira tomar esta devoção porquanto a sobreditta capella se acha em manifesta ruina experimentando tambem a fabrica da igreja padeçera estrago e porque agora vendo a ruina da capela nam ha quem queira darsse por padroeiro della[502]».

No ano seguinte (14 de Abril de 1736), o Síndico do convento, José Cardoso Borges, tomaria formalmente posse da capela:

> «pondo o dito as mãos pellas paredes da dita capela passeando por ella pondo as mãos no altar e retabolo a qual capella fica na dita igreia da parte da epistolla[503]».

Se não houve confusão do escriba, localizando-a na parte da epístola, significa que a capela sofreu uma deslocação para o lado do evangelho, onde hoje se encontra.

3.3.2.3. A capela de Santa Catarina

Esta capela, a primeira que teve o convento, era a do Capítulo e antes de se iniciar o séc. XVIII já estava «metida no corpo[504]» do mosteiro. Pertencendo

---

501 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 2, Mç. 1, fl. 96v

502 A.N.T.T., C.S.F.B. - *Sentença porque se julgou devoluta e sem administrador a capela dos Borges,* Cx. 1, M. 3, s/fl.

503 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 3, s/fl.

504 BORGES, José Cardoso - *ob. cit,* fl. 43

à família dos Morais, nela se venerava a imagem de S. Francisco, servindo também de assento à confraria do Santo Cristo[505].

Arruinando-se pelos anos de 1540[506], agravou-se o seu estado, de acordo com as palavras do Guardião escritas em 1566:

> «ha muitos anos esta damnificada e derrubada de vinte anos a esta parte por estar caida e o convento receber munta perda requererão ja aos erdeiros a comcertassem o que athe agora não quizerão[507]».

Pedindo ao bispo para que usasse a sua influência junto dos herdeiros, a quem cabia a obrigação das obras, o Guardião sugeria a possibilidade de, caso estes não cumprissem, passar o padroado para o convento afim de:

> «(a) mandarem comcertar ou darem a quem a comcerte e proveia de ornamentos nessessarios[508]».

Francisco Dinis, primeiro, e depois Francisco Nunes, curas de Santa Maria, foram, juntamente com o cura da igreja de S. João, Sebastião Rodrigues, incumbidos pelo Bispo D. António Pinheiro de inquirir sobre a disposição dos herdeiros para o concurso da reconstrução da capela. O facto destes serem numerosos e residirem em localidades diversas - Bragança, Vinhais, Vila Franca, Macedo de Cavaleiros -, contribuiu para a morosidade do processo, agravado ainda com desentendimentos entre eles. Paralelamente, factores de interesse pessoal obviavam também à pronta resolução do problema. Das declarações prestadas podemos colher informações interessantes. Assim, Catarina de Morais, viúva de Gonçalo de Barros, expressando o seu desejo de contribuir para a obra punha como condição:

> «que lhe abrão a porta antiga que elles tinhão ao pe do pulpito do dito mosteiro para serventia da dita capella[509]».

---

505 *Idem, ibidem,* fl. 43
506 *Idem, ibidem,* fl. 43
507 A.N.T.T., C.S.F.B., *Capela de Santa Catarina,* Cx. 1, Mç. 3, s/fl.
508 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 3, s/fl.
509 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem,* Cx. 1, Mç. 3, s/fl.

Esta porta, que «hia do corpo da igreja direito a porta da dita capella», foi tapada, tendo-se então aberto outra porta situada:

> «atras para as crastas em parte donde para se elles e sua molheres e filhas e filhos e mais familia de suas cazas se não podem tambem servir como pella serventia que antes tinha[510]».

Apesar de serem assinaladas vontades diferentes, no que respeita à obrigação de reparar a capela «e levantalla», não constituiu impedimento para se levar a obra à praça, cujo termo de arrematação:

> «fora feito no anno de mil e quinhentos e setenta e nove a treze de Julho na praça de Sam João estandi ahi Balthezar de Abreu cidadam desta cidade cindico [sic] do mosteiro de Sam Francisco que por mandado do Senhor Bispo e Goardiam da dita Caza se pos a pregam o mandareimento [sic] da capella de Santa Catarina que troze [sic] a pregam Martim Afonso porteiro e se confio lance a Antonio Gomes carpinteiro por preço de vinte mil reis que tudo consta do mesmo termo de que foram testemunhas Belchior Pires e Francisco cardozo que asignarão com o dito Antonio Gomes carpinteiro e Balthezar de Abreu sindico o sobredito porteiro Martim Afonso e feita a rematação da dita obra como ha tras contem o Senhor Bispo mandou que fosse notefiquado aos ditos herdeiros que com termo de çeis dias (*) e seguintes se lhe asignava por ser canonicas e ademoestaçoins termo peremptorio pagaçem e puzessem em a mam do sindico da dita Caza Balthezar de Abreu combem a saber quada herdeiro seis sentos e vinte e sinco reis que sam trinta e dous herdeiros que todos juntos fazem soma de vinte mil reis em que a obra foi arrematada[511]».

---

510 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem*, Cx. 1, Mç. 3, s/fl.
511 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem*, Cx. 1, Mç. 3, s/fl.

Sucessos posteriores, que desconhecemos, determinaram a passagem da capela de Santa Catarina para esfera do convento, passando depois o Abade de S. Pedro de Carção, Gaspar de Morais, a deter o padroado porque:

> «elle (a) comprou á comunidade por doze mil reis no anno de 1590 e mais dez pelo que o convento gastou em cobrir a capela[512]».

Dispondo no seu testamento o número de missas que por sua alma lhe deviam ser rezadas, declarou que, quando fosse necessário «para reparo da dita capela», o dinheiro se retirasse do rendimento e que nesse ano não se dissessem as missas[513], devendo o administrador ou seus herdeiros cumprirem com esta obrigação sob pena de lhes poder ser tirada a fazenda[514].

Com o tempo, os administradores desta capela permitiram, por falta de zelo, que as razões do padroado se diluissem. Como a capela necessitava de obras, foi a comunidade que suportou as despesas da sua reedificação. No primeiro quartel do séc. XVIII, mais uma vez a comunidade franciscana seria chamada a reparar os danos causados na capela por um incêndio. Neste período fizeram-se ainda outras obras[515], cujo alcance desconhecemos.

Na parte final do século, esta capela foi dotada com uma arquitectura retabular onde se conjugaram admiravelmente algumas das soluções joaninas com a nova gramática rocaille. Espacialmente, a dimensão relativa acanhada da capela é contrariada pelas arquitecturas pintadas no tecto, cujos efeitos ilusórios prolongando a perspectiva verticalmente transformam o crente em espectador do fenómeno central, a ascenção de Nossa Senhora.

---

512 A.N.T.T., C.S.F.B., *Das capellas deste convento ...*, vol. 2, fl. 58

513 A.N.T.T., C.S.F.B., *Ibidem,* vol. 2, fl. 58. *Capela de Santa Catarina,* Cx. 1, Mç. 3

514 «e (a fazenda) lha pudesse tirar qualquer parente delle testador com a condição que comprisse com as ditas missas», em número de vinte e quatro, cada ano, sendo uma cantada, devendo ainda o administrador fornecer a cera para elas e a esmola «que ordinariamente se costuma dar». No mesmo livro afirma-se que «ultimamente» pagou, parcialmente, esta obrigação D. Guiomar Maria de Sá, viúva de Francisco Xavier de Castro. Em 1758, era Martinho Correia, filho de D. Guiomar, quem devia satisfazer os pagamentos referidos. A.N.T.T., C.S.F.B.,*Das capellas deste convento ...*, vol. 2, fl. 58

515 «e daquelle tempo (séc. XVI) a este cessou a razão do padroado, com que foi precizo á comunidade reedificar a capella, e ja em meo tempo porque a maltratou hum incendio a tornou a reedificar, he ha poucos annos lhe fes outras obras». BORGES, José Cardoso - *ob. cit,* fl. 43v

3.3.3. A casa do despacho da Ordem Terceira

Antes da exclusão e separação, por decisão do Provincial dos franciscanos, da Ordem Terceira, a venerável ordem tinha capela na igreja de S. Francisco e casa de despacho que confrontava com a igreja do convento. Quando em Janeiro de 1755 os responsáveis da reverenda comunidade e da venerável ordem se reuniram para celebrarem uma escritura de venda, já a casa do despacho «se ha(via) principiado». Nesta escritura, destinada a garantir a «sigurança e estabilidade» do contrato entre as partes, destacam-se os seguintes pontos:

- A venerável ordem ocuparia a casa que estava em construção, mas «sepurtando concluir a parede da igreja que lhe confronta madeirando e uzando dela a seu arbitrio»;
- para isso, a venerável ordem devia «satisfazer a dita reverenda comunidade na metade do valor e emportancia da dita parede», de acordo com o espaço que a casa viesse a ocupar;
- A avaliação das despesas seria efectuada por Louvados capazes, com destaque para o mestre pedreiro Manuel de Miranda, e merecedores da confiança das partes.

Realizada a avaliação, entendeu-se que «o valor da metade da parede» era de trinta e cinco mil réis. Feita a compra, a Ordem Terceira ficava com a obrigação de resolver o problema das águas pluviais, de maneira a não causar qualquer tipo de prejuízo ao convento, correndo as despesas por sua conta. Só no caso dos eventuais danos terem origem diversa é que a comunidade daria também o seu contributo.

CAPÍTULO III

ARQUITECTURA MILITAR

1. Ensino e formação de especialistas nacionais

1.1 Da Aula de Fortificação ao Real Corpo de Engenheiros

Algumas relações impressas[1], dando-nos conta dos sucessos militares após a proclamação da separação, em 1640, mostrando a inexistência de corpos militares profissionais para as operações de defesa e ataque, deixam igualmente ver a amplitude das acções efectuadas e a dimensão das suas consequências.

Na área fronteiriça transmontana, sob a alçada dos fronteiros, inicialmente, e depois dos governadores de armas, vários capitães conduziram e

---

1 *Tratado das vitorias que alcançou Simam Pitta de Ortigueira Governador do presidio de Moumenta, e Monfreita, a ordem do Fronteiro Môr Rui de Figueiredo de Alarcam,* Em Lisboa, Por Jorge Rodrigues, A custa de Lourenço de Queiroz livreiro do Estado de Bragança, 1641; *Quarta relaçam verdadeira da victoria, que o Fronteiro môr de Traslos Montes Rui de Figueiredo de Alarcam ouve na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella ...,* Em Lisboa, Por Jorge Rodriguez, 1641; *Relaçam da insigne vitoria que do catelhano alcançou em Brandillena o Capitão mor, e superintendente das armas de Miranda Pedro de Mello, em companhia do Fronteiro mor Rui de Figueiredo aos 25 de Outubro,* s/l., Na Officina de Lourenço de Anveres, A custa de Domingos Alvarez Livreiro, s/d.; *Sucesso que teve o Fronteiro Mor Rui de Figueiredo de Alarcam, na entrada que fez por Galiza em este mez de Setembro de 642;* Lisboa (?), 1644 (?).

enfrentaram diversas operações de saque que geralmente eram acompanhadas do lançamento de fogo às povoações atacadas[2].

Quanto à organização do exército, mantinha-se o arcaísmo da sua estrutura, sendo o recrutamento efectuado entre os homens válidos e não privilegiados, com idades compreendidas entre os dezasseis e sessenta anos. O Regimento sebástico das ordenanças, de 1570, continuava a regular a incorporação dos efectivos. De resto, ainda em 1720, D. João V, considerando que em Bragança e seu termo havia capitães de infantaria das ordenanças com patentes passadas pelo Conselho de Guerra e pelo Estado de Bragança e outros sem patente alguma, suspendia estes, mandando proceder a nova eleição «na forma do Regimento do senhor Rei D. Sebastião[3]».

Lentamente, foi-se ganhando consciência da ineficácia deste tipo de organização e ainda da necessidade de uma reestruturação do organismo militar, tanto mais que o domínio castelhano tinha exaurido as coudelarias nacionais, desarticulado a gestão e aprovisionamento de armas e munições, bem como descuidado propositadamente as capacidades defensivas das fortificações raianas, a maioria desadequadas para o armamento e tácticas de guerra mais avançadas.

Foi nesse sentido que, imediatamente à Restauração - 11 de Dezembro de 1640 - se criou o Conselho de Guerra e, em 1643, a Junta dos Três Estados. O primeiro organismo, atendia sobretudo às matérias relacionadas com a conservação das fortalezas, provimento de postos e julgamento de casos em que os militares eram sujeitos. À Junta dos Três Estados, competia gerir os fundos provenientes da arrecadação dos impostos, como a décima militar, destinados ao pagamento dos vencimentos, fardamentos, hospitais militares e obras de manutenção das praças fortificadas.

---

2 A casa de férias que os Jesuítas possuíam na quinta do Parâmio, sofreria as consequências de uma investida espanhola em território nacional. Um padre da Companhia, escreveu: «as cazas, que nella estam sam gentilissimas, se não fora a desgraça que lhe socedeu, que as queimarão os castilhanos huo dia de Sam Miguel de Setembro do anno de 643, avendo setenta annos, que erão feitas: todo o que nellas avia ardeu so ficarão as paredes em pé: e se tornarão a redificar no Outubro do anno de 644». A.U.C., *Titolo da quinta do Parameio*, in «Livro das fazendas, quintas, cazais, e igrejas, e do mais que pertence a este Collegio de Bragança», fl. 27. Esta casa, sendo iniciada em Fevereiro de 1587, estaria praticamente concluída cinco meses depois. Constava de dois pisos. O seu principal interesse reside no facto de ter sido traçada pelo padre Silvestre Jorge, um prestigiado arquitecto da Companhia. MARTINS, Fausto Sanches - *ob. cit.*, pp. 609-614

3 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. IV, fl. 177

A organização oficial do ensino da arquitectura[4] e a publicação entre 1598 e 1633 de algumas obras[5] de carácter militar mostram que em Portugal continuou o interesse pelo estudo destas matérias durante o domínio filipino, embora se desconheça o alcance das suas consequências. Em todo o caso, face à urgência das medidas defensivas para a conservação da soberania que a conjura de 1640 aconselhava, foi necessário contratar engenheiros franceses por não existir esta especialidade[6] no nosso país.

A eminência da guerra, conjugada com as novas estratégias resultantes dos avanços técnicos da artilharia pesada e do armamento individual, como o arcabuz e o mosquete, teve como consequência um crescente número de solicitações, para o serviço nacional, de estrangeiros, dando corrente a um processo que, com continuidade no século seguinte, traria ao nosso país algumas dezenas de peritos de nacionalidades tão diversas como italianos, holandeses, suecos, alemães e ingleses.

Dando resposta aos receios avisados dos portugueses adeptos da causa nacionalista, relativamente à conservação da independência, manifestados nas Cortes que reuniram em Lisboa em Janeiro de 1641, legislava-se para a implementação do estudo teórico-prático da artilharia. De facto, um diploma daria forma, em Maio deste ano, ao «corpo dos bombardeiros da nómia» que, constituído por trezentas praças haveria de marcar «o inicio da instrucção theorica no nosso exercito[7]».

As elevadas quantias que muitos dos engenheiros militares estrangeiros auferiam, a incapacidade técnica de alguns deles e as fidelidades duvidosas, atando o país a dependências externas e com o risco de alguns dos planos

---

4 Viterbo, aponta o nome de Filipe Terzi como o primeiro mestre da Aula do Risco do Paço da Ribeira que Filipe I criou em 1594. VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses,* vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. V-VII

5 Rafael Moreira, refere que neste período foram publicadas a *Doctrina Militar,* de Bartolomé Scarion de Pavia (Lisboa, 1598), a *Arte Militar,* de Luís Mendes de Vasconcelos (Alenquer, 1612), e o *Abecedário Militar,* de João de Brito Lemos (Lisboa, 1633). MOREIRA, Rafael - *Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar,* in «História da Arte em Portugal», vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 68, 69

6 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 136

7 SARMENTO, José Estevão de Moraes - *As escolas regimentaes em Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 6

defensivos poderem ir parar, como algumas vezes sucedeu, a mãos inimigas, provocaram nos espíritos mais lúcidos uma reacção tendente à inversão deste estado de coisas.

Será, pois, neste contexto que, em 13 de Julho de 1647, se instituíu uma Aula de Fortificação e Arquitectura Militar. Funcionando na Ribeira das Naus, a sua direcção e ensino foi entregue a Luis Serrão Pimentel. Seria a regência da Aula que provavelmente fez amadurecer em Serrão Pimentel a ideia de dar corpo aos objectivos e princípios essenciais do seu magistério, os quais seriam dados à estampa em 1680, num volume intitulado «Methodo Luzitanico de desenhar as fortificações».

Tratando da «moderna architectura militar, que [...] se occupa na delineação, e fabrica» das Praças de guerra, bem como da sua «expugnação» e «defensa», perseguia Luis Serrão Pimentel objectivos didácticos como se pode ler no «Proemio»:

> «O fim com que escrevi esta obra [...], he para que fique sua noticia conservada entre nòs, e possamos ter Engenheiros naturaes, havendo por onde apprendão a sciencia».

Também ao anunciar a metodologia seguida no desenvolvimento dos conteúdos do «tratado», «o primeiro que desta materia sahe na lingua portugueza», evidencia preocupações com a valorização da inteligência nacional:

> «porque varias nações tem varios Methodos de fortificar; de que dos principaes dou noticia na segunda parte com censura sobre elles, era justo que tambem apparecesse no mundo hum Methodo de portuguezes; pois nas cousas da milicia hão acquirido tanta gloria militar, quanta he notorio; a ventagem do qual Methodo parece devia inculcar neste proemio, para affeiçoar a elle os leitores, e não haver alguns [como succede] que presumão, que sòmente póde ser bom o que se acha escritto em lingua estranha».

Publicado depois da sua morte, este livro é o reflexo da estatura intelectual daquele que ocuparia o cargo de engenheiro-mor do reino e da

qualidade do seu magistério na Aula de Arquitectura e Fortificação Militar, justamente considerada a instituição basilar no desenvolvimento da engenharia militar. Sobre o alcance do tratado e, principalmente, desta escola, valerá a pena atentarmos na opinião expressa em 1678 pelo Tenente General de artilharia Diogo Gomes de Figueiredo, na «censura» requerida para se autorizar a impressão da obra:

> «por sua clareza, e facilidade, qualquer soldado practico, com hua pouca de Arithmetica póde desenhar em todo o sitio regular, ou irregular, a fortificação que for conveniente, nos mais dificultozos terrenos; como o tem mostrado muitas experiencias seguindo esta solida doutrina; pois com poucas lições de hum breve extracto deste Methodo, ten sahido da Aula Regia, tantos, e tão practicos discipulos como virão todas as Provincias aonde tivemos guerra, e todas as conquistas aonde ten os dominio».

Mesmo que se admita a indulgência das palavras de Diogo Gomes de Figueiredo, a verdade é que alguns anos antes (1665), era o próprio Luis Serrão Pimentel que num requerimento[8] ao rei confirmava o trabalho executado, «com satisfação», nas Praças militares de várias províncias do reino pelos engenheiros formados na Aula. Por conseguinte, a aposta nas capacidades dos nacionais começava a dar os seus frutos.

A batalha de Montes Claros (1665), coroando uma série de combates decisivos travados no Alentejo e Beira significou a sobrevivência de Portugal como nação. O esgotamento dos recursos humanos e financeiros de ambos os contendores abriu caminho à paz de 1688. Décadas de guerra tinham levado à constituição de um numeroso corpo militar, chefiado por gente pertencente à nobreza ou por pessoas agraciadas com titulos nobiliárquicos. Na emergência de uma nova conjuntura política, uma das dificuldades que urgia enfrentar decorria da necessidade de se proceder a uma desmobilização de efectivos. Porém, vencida a oposição da nobreza que se mostrava favorável à continuação da

---

8 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 76

guerra, o exército seria desactivado, «conservando-se apenas poucas unidades de infantaria[9]».

Não se podendo imputar à acção governativa de D. Pedro II reformas que alterassem a estrutura organizativa do aparelho militar, esta, passado o tempo de guerra, voltou a cair no esmorecimento quer em termos quantitativos quer sob o ponto de vista de um desenvolvimento contínuo e estruturante. Contudo, - sabendo-se por Luís Serrão Pimentel que D. Pedro se aplicava ao estudo das fortificações - valerá a pena registar algumas medidas indiciadoras da importância concedida à formação de engenheiros nacionais.

Ainda em 1678, «por irem faltando os sujeitos de experiência que serviram no tempo da guerra e esta falta se não podia remediar com os discipulos que tomam licão da matemática nos partidos da Aula do engenheiro mor Luis Serrão Pimentel», a Junta dos Três Estados despachou um decreto[10] com a indicação de que o engenheiro de Trás-os-Montes, Lucas Ferreira Simões, juntamente com os «discipulos actuais da Aula desta corte», Inácio Freire e Manuel Mexia, fossem enviados a praticar no exército do monarca francês. Apesar da resolução[11] de 16 de Novembro do mesmo ano anular a disposição anterior, mandando recolher à província de Trás-os-Montes o engenheiro Lucas Ferreira Simões, não invalidava a consciência de que o recurso constante a estrangeiros significava «maior despesa e menor segurança».

Daí, a importância do diploma de 20 de Julho de 1701, que, considerando a conveniência de haver «neste reino muitos engenheiros, e ser mais facil aos homens o applicarem-se a aprender nas suas terras[12]», determinava igualmente a abertura de «quatro partidos de aula» nas províncias do Alentejo, Beira e Minho, sendo a regência destas escolas assegurada, respectivamente, por Manuel Mexias, Jerónimo Velho e Manuel Pinto de Vila Lobos. Ao mesmo tempo fazia-se uma tentativa para cativar o concurso dos alunos e o empenhamento dos

---

9 SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A guerra da Restauração,* in «História de Portugal», vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 37

10 GUEDES, Lívio da Costa - *Testemunhos de iniciativas de carácter militar adoptadas no início do século XVIII,* in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. 61, Lisboa, 1995, pp. 88, 89

11 GUEDES, Lívio da Costa - *ibidem,* p. 90

12 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 105

mestres, propondo-se uma melhoria salarial e o direito de preferência nas promoções aos que frequentassem, com aproveitamento, as lições; os lentes, seriam beneficiados monetáriamente, garantindo-se-lhes que chegada a altura de promoção, esta seria sempre «pelos engenheiros, empregando-se ou no reino ou nas conquistas».

Relativamente ao destino destas Academias Militares, informa-nos Manuel de Azevedo Fortes:

> «estavão já nomeados Lentes para as ditas Academias, entre as quaes só teve effeito a da Provincia do Minho, e nas mais Provincias o não chegarão a ter, por se occuparem na guerra (que se seguio) os Engenheiros, que devião ler nelas; e o referido Decreto foi mandado à Junta dos Tres Estados, della passou às Vedorias das Provincias, e por descuido dos officiaes da Secretaria não foi (como devia ir) ao Conselho de Guerra, para ter sua divida observancia a respeito da preferencia[13]».

A questão da sucessão do trono de Espanha, trazendo a lume as hesitações da diplomacia portuguesa que, passando do apoio inicial ao bloco francês para a órbita da Grande Aliança de Haia, ao lado da Inglaterra, Países Baixos e Áustria, permitindo-se ainda transformar o nosso país numa plataforma de ataque a Espanha. Em consequência desta posição, a Espanha declarou-nos guerra em Abril de 1704, situação que se manteve até 1712, altura em que foi assinado o armistício.

As incidências deste conflito sobre arquitectura militar e o seu ensino, sendo mal conhecidas, levam-nos a socorrer-nos de Manuel de Azevedo Fortes. Na obra publicada em 1729, lamentando a ausência no país de um Regimento que ordenasse e dignificasse a engenharia militar e os que exerciam esta actividade, afirmava:

---

[13] FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, p. 434; SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, vol. V, *ob. cit.*, pp. 106, 107

«por se terem passado muitos annos sem se fazer neste reino fortificação alguma de novo, a maior parte dos chamados Engenheiros não tiveram outro exercicio mais do que o de medir as obras de algumas reparaçoens das Praças, dos edificios reaes, como hospitaes, vedorias, trens de artelharia, armazens, quarteis de soldados, corpos de guarda, paioes de polvora, etc. e alguns estenderão este exercicio às obras civis dos particulares, de sorte que erão, e são mui poucos os que meressem o nome de verdadeiros engenheiros[14]»

A manutenção da rede defensiva, originando a confusão das funções que competiam aos engenheiros com a de medidores, apontadores e «olheiros das fortificações», representava o descrédito dos que tinham como missão principal a arquitectura militar e explicava ainda a passagem de alguns técnicos das construções militares para a arquitectura civil e religiosa, confirmando, aliás, um processo mais antigo. Pouco inclinada para a arma de artilharia, em que se incorporava a engenharia, a nobreza não dava o seu concurso. Por outro lado, a inexistência de escolas militares, determinava a «passagem aos postos» de indivíduos com menos saber do que o necessário. Daí a pouca «estimação» em que eram tidos os oficiais engenheiros.

No entanto, as solicitações para estrangeiros virem trabalhar no país e nos seus domínios ultramarinos continuavam. Para se contrariar esta corrente era preciso dar atenção à matéria nacional. Por isso, já em 1720[15] o Engenheiro-mor tinha apresentado ao soberano «os poucos lisongeiros» frutos da academia de fortificação da corte, a que se devem acrescentar os da província do Minho, com sede em Viana, que em «dezenove annos, sómente tres individuos dos de partido, passaram a estudantes engenheiros[16]» retirando-se os demais à procura de vida diferente.

---

14 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, p. 439, 440

15 SARMENTO, José Estevão de Moraes - *As escolas regimentaes em Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 8

16 SARMENTO, José Estevão de Moraes - *As escolas regimentaes em Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 8

Não se sabendo se a proposta que Azevedo Fortes apresentou ao monarca para definição do Estatuto dos engenheiros fazia parte da sugestão de 1720, temos como certo ser anterior a 1729, uma vez que é referida na publicação que saíu nesta data. Aprovada pela Junta dos Três Estados, pelo Conselho de Guerra, e por «algus dos Ministros de Estado», seria ainda merecedora da anuência de D. João V, razão pela qual mandou «lavrar hum Decreto» que lhe desse seguimento.

Porém, este diploma só em 24 de Dezembro de 1732 veria luz do dia. Para além das academias já existentes na corte e na Praça de Viana, abriam-se outras nas importantes Praças de Elvas e de Almeida. As disposições dos regulamentos continuavam a ser pautadas pelo da academia de Lisboa, quer no que respeitava às lições e frequência dos discípulos quer ainda na parte concernente aos conteúdos, que seria uniforme em todas as escolas. Regulava-se ainda o acesso aos postos superiores, sempre sujeitos a uma condição prévia - sujeitarem-se a exame.

Alargando os centros de aprendizagem a outras áreas, também no Rio de Janeiro se criaria, em 1738, uma Aula de artilharia[17].

A presença entre nós, desde as guerras da aclamação, de estrangeiros oriundos de regiões europeias onde circulavam e se praticavam as ideias artísticas mais avançadas, não podiam deixar de exercer alguma influência sobre um país inicialmente limitado ao ambiente de corte na aldeia. De contornos ainda mal conhecidos, porque pouco estudados, limitar-nos-emos à indicação sucinta das ideias que entre nós predominaram na construção de fortificações, com base nas obras de dois autores fundamentais, Luís Serrão Pimentel e Manuel de Azevedo Fortes.

Da leitura da obra de Serrão Pimentel, ressalta o conhecimento deste autor das publicações dos «authores da militar architectura, que tem saido nas linguas latina, castelhana, italiana e francesa», sabendo-se também que era conhecedor de alguns «métodos» ingleses e holandeses. Criticando todos os autores, mas privilegiando em tal atitude a obra do Conde de Pagan, apostou na teorização de concepções próprias que afirmassem o seu «Methodo Lusitanico»,

17 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 151

que pretendia fosse emblema das capacidades militares e técnicas nacionais e, consequentemente, do direito à existência do país como entidade livre de tutelas. No entanto, uma ou outra vez, admitindo implicitamente algumas influências, reconheceu o valor da tratadística estrangeira: «a doutrina de Fritach, que he boa[18]». Porém, o espírito nacionalista sempre lhe dava impulso para apontar insuficiências, razão pela qual adiantava: «se se fizerem as cortinas mais compridas ...[19]». Por outro lado, era-lhe impossível evitar o reconhecimento da influência que os teóricos holandeses exerciam em toda a Europa, o que admitia quando escreveu: «ainda que os authores modernos seguindo o estilo hollandez não formem na fortificação regular angulo maior que recto[20]».

Relativamente às orientações que influenciaram o risco das fortificações que no século XVII se construíram no nosso país, parece fora de dúvida o predomínio do método holandês.

Em 1728, no «Prologo» do Engenheiro Português, Manuel de Azevedo Fortes, referindo-se à inexistência de obras impressas na nossa língua que tratassem os problemas da fortificação, afirmou:

> «àlem de haver mui pocos exemplares do *Methodo Lusitano*, que doutamente compoz Luis Serrão Pimentel, Cosmographo mòr, e Engenheiro mòr, que foi deste reino, foi escrita aquella obra em tempo, que lograva grande credito, e reputação o Methodo de fortificar as Praças à holandeza de Dogen, Golgdman, Freitag, Marolois, e outros authores[21]».

No segundo volume daquela obra, Azevedo Fortes, confirmando as influências holandesas, acrescenta:

---

18 PIMENTEL, Luís Serrão - *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças regulares, e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a architectura militar,* Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680, p. 480

19 PIMENTEL, Luís Serrão - ob. cit., p. 480

20 PIMENTEL, Luís Serrão - ob. cit., p. 483

21 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. I, Lisboa occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728, «Prologo ao leitor», p. s/nº.

«estes tres authores (Samuel Marolois, Adão Freitag e Matias Dogen) tiverão grande sequito no seu tempo; porque herão os Paizes Baixos então o teatro da guerra da Europa; e na falice [sic] acclamação do Senhor Rei D, João IV, a que se seguio a guerra com Castella, os engenheiros, que nesta occasião passarão de França a Portugal, seguião o methodo holandez, e por elle se delinearão as fortificaçoens das nossas fronteiras, que se fabricarão já com a espada na mão[22]».

Refira-se que o conflito sustentado pelas dezassete províncias dos Países Baixos contra a hegemonia espanhola, sem comprometer o desenvolvimento económico e a consolidação do domínio comercial, só era possível porque contava com técnicos que acumulavam grande experiência em obras hidráulicas. Esses conhecimentos seriam posteriormente usados no traçado das fortificações, que simplificaram ao instalarem as obras defensivas na linha das cortinas. Por outro lado, acrescente-se que desde os primeiros anos do século XVII, se instalou «na universidade de Leiden um curso especial para engenheiros militares - dotado de numerosas disciplinas auxiliares - que se converteria na primeira grande escola internacional de arquitectura militar e de levantamento cartográfico[23]».

No entanto, o engenheiro-mor do Reino (desde 1719) e membro da Academia Real de História, Azevedo Fortes, revelava-se adepto de métodos diferentes de fortificar. Aliás, disse-o claramente:

«Antonio de Ville, cavalleiro francez, o Conde de Pagan, e Monsieur Vauban, Mariscal de França, são os tres engenheiros de maior brado[24]».

Dos três, as preferências iam para aquele que fortificava «do lado interior para fora[25]». Justamente por isso, Vauban era considerado por Azevedo fortes

22 FORTES, Manuel de Azevedo, *ob. cit.*, T. II, 1729, p. 38

23 GUIDONI, Enrico e MARINO, Angela - *Historia del urbanismo. El siglo XVII,* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1982, p. 222

24 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, p. 38

como o «oraculo dos nossos tempos[26]», numa atitude com consequências sobre as fortificações de novo construídas ou reformuladas, durante o séculço XVIII.

No virar da metade do século de setecentos, a escassez de especialistas nacionais continuava a ser crónica. Em resultado das necessidades metropolitanas e coloniais, especialmente no continente americano, onde o problema da delimitação de fronteiras nos opunha a Espanha, chegaram a Portugal vários engenheiros estrangeiros, entre os quais se contava José Maria Cavagna que mais tarde trabalharia na província de Trás-os-Montes onde, entre outras, levantou a planta das fortificações bragançanas.

Mesmo assim, este período parece coincidir com um momento de viragem no que respeita à consideração das capacidades dos engenheiros militares nacionais. Se em alguns documentos publicados por Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda é o próprio Manuel da Maia, Mestre de Campo General dos exércitos e Engenheiro-mor do reino, que reconhece a estima crescente pela profissão, esta seria confirmada no momento da fábrica da nova Lisboa, quando o velho Engenheiro-mor formou as equipas dos capitães Eugénio dos Santos e Elias Sebastião Poppe e ainda a do ajudante Pedro Gualter da Fonseca para estudarem os planos da reconstrução.

Antes da ocorrência do terramoto, um alvará[27], passado em Salvaterra de Magos no ano de 1752, mostra o interesse do ministério de Pombal em conservar não só as fortificações mas ainda outros edifícios militares como os Corpos da Guarda e quartéis de infantaria e cavalaria.

---

25 FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 67

26 FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p.39

27 *Alvará, porque Sua Magestade dá fórma à dispeza das fortificaçoens das Praças, e á inspecção, arrematação, administração, e medição das obras a ellas pertencentes,* Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1758; *Collecção das leis, alvarás, decretos e resoluções militares que desde o principio do reinado do senhor rei D. José o I se tem promulgado até 14 de Dezembro de 1799,* T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800, pp. 6-11; SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, pp. 415-424

À luz deste documento, para a reparação das ruínas que estas obras apresentassem, consignava-se a quantia de «vinte e sete contos de reis annuos» a repartir pelas diferentes províncias do reino. Atribuíndo a responsabilidade das obras nas províncias aos respectivos governadores das armas, introduzir-se-iam modificações importantes relativamente a procedimentos anteriormente observados.

Desta forma, no final de cada ano, os governadores militares das províncias deviam proceder à nomeação de dois engenheiros que seriam incumbidos de visitar todas as fortificações e outras construções militares para, *in loco*, examinarem o seu estado geral. Qualquer reparação que se entendesse necessária, seria comunicada ao governador «para a mandar logo reparar antes de crescer de sorte que obrigue a maiores dispezas». Na arrematação das obras de restauro, deviam os engenheiros, com responsabilidade na direcção da obra, especificar em memória as medidas a tomar assim como a natureza das ruínas. Da memória, seriam feitas três cópias: uma seria entregue ao governador, outra serviria para o momento da arrematação, destinando-se a terceira para o governo do empreiteiro que tomava conta dos trabalhos.

Nas obras que ultrapassassem o valor de 400.000 réis, os engenheiros eram obrigados a fazer memórias descritivas pormenorizadas, vedando-se a arrematação aos vedores gerais antes de os governadores das armas sujeitarem os autos à apreciação da Secretaria de Estado. Por outro lado, tendo-se em consideração os elevados montantes envolvidos, estipulava-se que a arrematação destas obras nunca pudesse ter lugar apenas «com a assistencia de hum só engenheiro». Nesta medida, ficava o governador obrigado a convocar todos os especialistas que estivessem na província onde a obra ia ser executada, com a ressalva que deviam possuir um «posto de capitão para sima». Iniciada a obra, o seu andamento seria permanentemente acompanhada por um engenheiro «dos mais habeis».

Proibindo que as obras a executar fossem entregues a «mestres, e empreiteiros determinados», este alvará ambicionava estabelecer lisura de procedimentos na execução de edifícios públicos. Para isso, determinava que a notícia das reparações fosse anunciada por editais que seriam afixados nos lugares de estilo. Depois de apregoadas e feita a arrematação, seriam entregues pelo preço mais baixo, mas levando-se em conta as aptidões e segurança que o

empreiteiro oferecia - proibia-se a execução das obras «por jornal, e por avaliação» assim como se introduziram alterações quanto aos processos de fazer as medições que deviam passar a ser feitas pela «regras da geometria prática» - para cabalmente cumprir os apontamentos, isto é, o caderno de encargos.

Quanto a obras de raíz, custeadas pelos «setenta e tres contos de reis, que no quinto cofre restão dos reparos das ruinas, que o tempo costuma ordinariamente fazer, se achão applicados á fortificação de huma só Praça» a determinar pelo monarca, observavam-se os mesmos procedimentos. Porém, as obras feitas por este cofre seriam inspeccionadas, numa grelha ainda mais fina, pela Junta dos Três Estados.

Na altura em que se procuravam resolver os problemas postos pela destruição de Lisboa, a Aula do Paço da Ribeira daria lugar a Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa que Eugénio dos Santos dirigiu até ao momento da sua morte (1760).

Também a formação dos jovens fidalgos mereceria a atenção do ministério de Pombal, ao fundar o Colégio Real dos Nobres. Com estatutos publicados em 7 de Março de 1761, destinava-se aos filhos da nobreza, afinal aqueles que mais tarde ocupariam os lugares mais importantes da nação. Desta forma, tentava-se contrariar a incompetência quase crónica dos que pelo estatuto social costumavam desempenhar os postos mais elevados do organismo militar. Da avaliação do seu plano de estudos, orientado por «um elenco de professores na sua maioria estrangeiros, especialmente italianos[28]», conclui-se que o objectivo prioritário não visava a formação de especialistas em arquitectura militar. No entanto, esta via profissional era considerada, já que aí eram leccionadas disciplinas cujas matérias respeitavam às metodologias, processos e técnicas das obras de fortificação.

Mas os resultados ficaram aquém do esperado. De facto, iniciados os estudos em 1766, a «indisciplina e falta de aplicação ao estudo[29]» por parte dos alunos, bem como o «exagerado nível dos programas[30]» determinaram a

---

28 CARVALHO, Rómulo de - *Colégio dos Nobres*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 384, 385

29 *Idem, ibidem*, vol. IV, p. 385

30 *Idem, ibidem*, vol. IV, p. 385

intervenção do Marquês de Pombal a intervir, abolindo a quase totalidade das disciplinas técnicas e científicas. Assim se gorava uma tentativa de incutir em alguns sectores da nobreza o gosto pelo estudo e a possibilidade de criação de um escol de fidalgos com aptidões e competência para a organização e comando da máquina militar.

Os novos planos curriculares que, em 1772, reformaram a Universidade de Coimbra não consagraram apenas o estudo da Matemática, já que a esta faculdade anexar-lhe-iam a cadeira de desenho e arquitectura militar e civil que, o autor da planta encomendada por D. Frei Aleixo de Miranda Henriques para a nova Sé de Bragança, António Stopani Romano leccionou pouco satisfatoriamente. Para se incentivar a sua frequência pelos militares, tomaram-se então medidas como a que considerava «por serviço vivo na campanha, todo o tempo que cursassem a mathematica na universidade[31]» assim como a consagração do princípio do direito de preferência em matéria de promoções.

Antes, em 1762, já se tinham criado duas «aulas», uma na Praça de Estemoz e outra no quartel de artilharia em S. Julião da Barra[32].

Seria, aliás, nesta data que o londrino Conde de Lippe chegaria a Portugal, onde, em resultado do Pacto de Família, as tropas espanholas avançavam no terreno e ocupavam as Praças de Miranda do Douro, Bragança e Chaves. Com o exército na «maior decadência[33]», sem fardamentos, mal armado e mal dirigido, coube ao marechal general a tarefa da sua reorganização à medida que se travava a guerra de posições para suster a penetração das forças invasoras no interior do país.

Terminada a Guerra Fantástica e celebrada a paz, não esmoreceu a sua vontade de levar por diante a empresa de reorganização já iniciada, dando igualmente atenção ao sistema defensivo do perímetro fronteiriço, que em boa medida percorreu em 1764, mandando-o reparar e em alguns casos acrescentar com novas fortificações.

A lei de 5 de Agosto de 1779, ao extinguir a Academia Militar, criou a Academia Real da Marinha, cujos objectivos iam além do estudo e conhecimento

---

31 SARMENTO, José Estevão - *ob. cit.*, p. 11
32 SARMENTO, José Estevão - *ob. cit.*, p. 12
33 MATTOS, Gastão de Mello de - *Conde de Lippe,* in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, p. 530

das matérias necessárias à navegação, uma vez que o diploma que a instituía afirmava que todos os que pretendessem ser oficiais engenheiros deveriam frequentar aí as disciplinas que lhes dariam aptidão para o exercício da profissão.

Por motivos que desconhecemos, as lições «de fortificação, e dezenho» para a formação de engenheiros militares não chegariam a ter continuidade nesta academia. Porém, considerando «hum objecto de tanta importancia, e querendo restabelecer, e promover a sólida instrucção de hum Corpo tão essencial ao meu exercito[34]», mandou D. Maria I, em 2 de Janeiro de 1790, fundar a Academia Real de Fortificação e Desenho.

Na Academia Real de Fortificação e Desenho, seriam concentradas, numa só escola, as matérias «que muito deficientemente se versavam nas Academias ou Aulas das provincias[35]», que agora seriam encerradas. Em 20 de Janeiro de 1790, começou a funcionar. Do plano do curso, com duração prevista de quatro anos, faziam parte matérias relativas à fortificação, artilharia e minas, arquitectura civil, construção de caminhos e calçadas, pontes, canais e outros assuntos necessários à execução de trabalhos de engenharia hidráulica.

Por outro lado, assinale-se que desde 1787 se verificavam tentativas de unificarem as diferentes especialidades da engenharia militar, num Corpo de Oficiais Engenheiros. Em Janeiro de 1790, ainda o regulamento geral do Corpo de Engenheiros estava em estudo, por ordem da rainha[36].

Institucionalizado em 1792 com a designação de Real Corpo de Engenheiros, este organismo seria comandado por um Tenente General com a profissão de engenheiro, e da sua acção evidenciam-se os trabalhos e memórias descritivas que acompanhavam os levantamentos de plantas de fortificações, quartéis, hospitais, navegabilidade de rios, vias de comunicação, etc., que no

---

34 COSTA, Veríssimo António Ferreira da - *Collecção systematica das leis militares de Portugal,* T. II, Lisboa, Na Impressão regia, 1816, pp. 184-185

35 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia orgânica e politica do exercito português. Provas,* vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 149. Referindo-se a esta Academia, Balbi, entre os nomes de alguns autores estudados e as matérias que versavam, indica «l'architecture militaire d'Antoni et la tactique du géneral Azedo». Mas os ensinamentos de Azevedo Fortes continuavam a ter validade: «Les élèves étudient les règles du dessin sur le traité de l'ingenieur». BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve,* T. II, Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, p. 66

36 COSTA, Veríssimo António Ferreira da - T. II, *ob. cit.,* 1816, p. 185

seu conjunto formam um corpo documental indispensável para o estudo do país na parte final do século XVIII e princípio do seguinte.

2. O sistema defensivo da cidade de Bragança

2.1. As muralhas

Pelos anos de 1721 e 1722, altura em que Cardoso Borges informou a Academia Real de História, criada em 1720, que era possível apontar as «partes» constituintes da cidade, então perfeitamente delimitadas pelas obras de carácter militar que, com clareza, a dividiam. Por esta razão, o Sargento-mor e escrivão da Câmara pode afirmar:

> «Dividese esta cidade em tres corpos distintos; castello, cidade, e forte[37]».

Basicamente, era a presença de dois grupos de muros que possibilitavam a percepção de qualidades diferentes dentro do espaço urbano, uma vez que o castelo, comandando a cidade, tinha a particularidade de encerrar o núcleo primitivo que o rodeava.

Porém, dilatando-se a cidade foi correndo encosta abaixo, distanciando-se da protecção que a muralha oferecia, e expondo as suas debilidades defensivas a qualquer investida que o castelhano em qualquer momento podia protagonizar. E, se as circunstâncias políticas que os conjurados despoletaram no primeiro dia de Dezembro de 1640 trouxeram à primeira linha de preocupações a necessidade de defender a soberania readquirida, inseparável da defesa de pessoas e bens, já antes deste período os homens do poder tinham consciência dos perigos decorrentes da vizinhança com castela e da necessidade de se construir nova organização defensiva que, envolvendo a totalidade da cidade, complementasse a já existente.

---

[37] BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 6

O traçado das fronteiras que assinalavam os limites territoriais das soberanias, padeciam por vezes, em consequência do seu desconhecimento, de imprecisões que não facilitavam o quotidiano de algumas populações, mormente das que estavam situadas no perímetro raiano cujos interesses comuns nem sempre se compatibilizavam com os resultados dos acordos que, entre si, os reis iam estabelecendo. A presença em 1538 de um funcionário régio na casa da Câmara de Bragança, onde estavam os juízes ordinários, os vereadores e o procurador do concelho, a fim de se inteirar «se o termo desta cidade partia com castella, e se ho lugar, ou lugares per onde partiam com castella estava bem demarcado per marcos e malhoes[38]», se assinala a vontade de apropriação do espaço nacional mostra também a existência de focos de conflitualidade provocados pelas dúvidas que muitas vezes os direitos às pastagens, lenhas e madeiras das matas suscitavam entre os lavradores dos dois lados da fronteira. Sendo aceitáveis as implicações políticas da demarcação da região de Bragança, encontraram, não obstante, alguns obstáculos que o escrivão Mendes Afonso de Resende confessa:

> «e nam pode correr todos os lugares da demarcaçam per os lugares da arraia por serem serras tam fragosas muitas dellas que os de cavallo nam podiamos por hi andar[39]».

Nesta medida, para além da avaliação das situações de alguma indefinição que então se viviam, esta demarcação do termo nada teria adiantado à que em 1450[40] se tinha feito. Apesar da noção de fronteira ser fluída, mormente nas zonas de raia seca ou naquelas em que o curso dos rios não se prestava a uma definição clara, encontramos tentativas de demarcações de soberania que entretanto era preciso consolidar. D. Manuel I procurou acompanhar esta situação tendo mesmo incumbido o seu escudeiro Duarte de Armas de desenhar todas as fortalezas que nas terras fronteiriças simbolizavam a soberania portuguesa.

---

[38] A.F.C.B., *Demarcaçam da cidade de Bragança*, ms. N.G. 6, Forais, Tomo 2°, fl. 253
[39] A.F.C.B., *Demarcaçam da cidade de Bragança*, ms. N.G. 6, Forais, Tomo 2°, fl. 270v
[40] A.F.C.B., *Demarcaçam da cidade de Bragança*, ms. N.G. 6, Forais, Tomo 2°, fl. 271

Nas panorâmicas que, entre 1509 e 1510, Duarte de Armas desenhou respeitantes à cidade de Bragança vê-se claramente que grande parte da população está já instalada fora do perímetro do castelo. Às preocupações políticas, respeitantes à integridade do território, seguir-se-ão outras medidas, de carácter efectivo, tal como antes acontecera com D. João II, tendentes ao reforço das fortificações e que se traduziram em várias reparações. Assim sucedeu em Bragança e outras praças como Mourão, Arronches, Assumar, Marvão, Segura, Sabugal, Alfaiates, Chaves, Melgaço, Mértola, Monsanto e Sintra[41]. À semelhança das preocupações manifestadas com estas praças militares, também o Venturoso ordenou o «fazimento dos muros e barreiras[42]» em Bragança.

Um documento do Arquivo de Simancas referido pelo Abade de Baçal, dá-nos conta da existência em Bragança de «huma trincheira que estava hecha de piedra e terra madera com sus troneras desde San Francisquo y aste la rua de la piedra del piniedo[43]». É provável que esta fosse mandada fazer por D. Manuel, dando desta maneira maior consistência defensiva ao núcleo urbano que se tinha expandido para zonas mais expostas a potenciais investidas e ao mesmo tempo afirmava a vontade do poder central numa terra até há pouco pertencente ao Duque. A ser assim, o urbanismo tendia a converter-se numa actividade de estado.

O mesmo investigador, tomando uma cópia do mesmo documento, também existente no Arquivo de Simancas, em que a expressão «rua de la piedra del piniedo» aparece substituída pela de «cruz de la piedra e piniedo», valorizou esta última, considerando que «(Piniedo, equivalente de penedo, de rocha ou pedra onde estava fixa) devia ser a Cruz de Pedra», então levantada nas Eiras do Arcebispo. Com base nesta presunção, traçou o percurso desta barreira defensiva que os bragançanos destruíram, antes do Governador da vila de Puebla

41 MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O enquadramento do espaço nacional,* in «História de Portugal», vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 28
42 MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O enquadramento do espaço nacional,* in «História de Portugal», vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 28
43 ALVES, Francisco Manuel - T. VIII, *ob. cit.*, p. 24

de Senábria, João da Veiga, tomar posse do castelo de Bragança, o que se verificou em 15 de Setembro de 1580[44]:

> «Partindo do convento de S. Francisco, onde ligaria à muralha da cidadela, vinha pouco mais ou menos pelas actuais ruas de S. Francisco, da Alfândega e de Trás antiga Corredoura, até à actual Praça de Sé, onde ficava a Cruz de Pedra, hoje representada pelo belo cruzeiro barroco, que a meio dela se ergue [...]. Aqui faria ângulo em direcção ao rio Fervença pela Praça das Eiras, antigamente chamada Eiras do Arcebispo, até dar no Postigo das Eiras, também dito Calejo ou Travessa do Saco e ainda rua dos Batocos, no princípio da qual resta um pedaço de muralha de mais de doze metros de comprimento por quatro, ou cinco de altura. Contornando esta na rua dos Batocos e no cruzamento com a rua dos Quartéis, há um pedaço de muralha, bem como no cimo da rua das Moreirinhas. Aqui infletia, seguindo a crista militar do terreno, pelos quintais das casas desta rua, onde ainda há restos de muralha, aproveitada em parte na vedação da cêrca do antigo Hospital Militar [...]. Marchava seguidamente pela rua do Pontão, na qual se divisam restos de muros, a passar junto à cadeia, lado sul, e, subindo pelos quintais das casas da Costa Grande (lado sul), onde abundam claros vestígios de muralha, ia ligar à cidadela pela altura da Torre do Relógio ou da Câmara[45]».

---

[44] Em Março de 1580, ainda o Duque de Bragança se mostrava preocupado com as defesas da Vila, ainda que os cabedais necessários para tal empreendimento fossem provenientes de um fundo destinado a outras obras, como se conclui do seguinte documento: «Juiz Vreadores e Procurador da cidade de Bragança. Eu o Duque vos envio muito saudar. Soube que estava nessa villa lançada hua finta de trezentos mil reis para se fazer a ponte de Muimenta e que este dinheiro estava arecadado. Pareceome que per agora se poderia escusar a ponte, e aplicar estes trezentos mil reis ao repairo dos muros e cousas necessarias para a defensão dessa cidade. Pello que pedi a provisão que co esta vai. Encomendovos que logo ordeneis com que se gaste isto nas cousas necessarias e envieis a que co esta vai para o Provedor dessa comarca em que lhe rogo que faça dar este negocio a execução com toda a brevidade necessaria. E do que nisto se fizer vos encomendo que me aviseis particularmente. Estevão (*)a fez em Almeirim a 29 de Março de 1580». B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol 5, fl. 107

[45] ALVES, Francisco Manuel - T. IX, *ob. cit.*, p. 132

Penitenciando-nos pelo facto de a transcrição ser um pouco longa, entendemos que os documentos disponíveis não nos autorizam a concordar com esta descrição que nos parece um tanto forçada. O próprio Abade de Baçal o reconheceu e mesmo assim não hesitou em colocar a Cruz de Pedra na actual Praça da Sé, quando nesta época se situava nas Eiras do Arcebispo, fazendo ao mesmo tempo coincidir parcialmente esta muralha com outra construída depois de 1640. Na impossibilidade de irmos mais longe no desvendar deste problema resta-nos chamar a atenção para a possibilidade de serem posteriores à primeira década do séc. XVI uma vez que, se tais trincheiras existissem no início do séc. XVI - 1509 ou 1510 - , certamente Duarte de Armas as teria representado nos seus desenhos.

Em todo o caso, ao primeiro corpo da cidade - a vila ou cidadela -,cujos limites estavam bem definidos pela muralha, juntava-se um outro - a cidade -, fazendo-se depender a sua unidade espacial da segunda cintura defensiva que sendo destruída em 1580 acabaria por, uma vez reconquistada a independência nacional, ter maior amplitude durante esta segunda fase de trabalhos para a sua execução.

Após a aclamação de D. João IV, D. Gastão Coutinho, na qualidade de governador das armas de Entre-Douro e Minho e de membro do Conselho de Guerra, nomeou para governador de Trás-os-Montes o sargento mor de Viana, Martim Velho da Fonseca, que, uma vez na região, tomaria algumas medidas. Com efeito:

> «tratou logo com grande acerto da defensa dos lugares mais importantes [...] (desta) Provincia, levantoulhe trincheiras, nomeoulhe capitães, e meteulhe guarnições[46]».

Estas medidas de carácter defensivo, seriam continuadas por Rodrigo de Figueiredo, nomeado para governar a Província em Fevereiro de 1641, visto que:

---

46 MENESES, D. Luís de - *Historia de Portugal restaurado,* T. I, Lisboa, Na Officina de João Galrão, 1679, p. 246

«continuou em Chaves e Bargança o trabalho de trincheiras, e mandou que se levantassem nos lugares mais arriscados de toda a raia[47]».

Mais tarde, nas cortes celebradas em Outubro de 1653, seriam os deputados bragançanos, cientes das necessidades defensivas que a nova conjuntura política aconselhava, que apresentavam a D. João IV as suas preocupações com a segurança das pessoas e haveres:

«aquella praça (de Bragança) necessita de fortefecarse e murarse por ser hua do maior nome em Castella, està aberta sò com huas trincheiras que os moradores fizerão. Pede a Vossa Magestade mande consignar algum dinheiro para esta fortefecação, e mande ao governador trate della[48]».

Como resposta, os representantes da cidade obtiveram do monarca a promessa:

«mandarei escrever ao governador das armas que com todo o cuidado trate da fortificação dessa praça como convem e quanto mais brevemente ser possa[49]».

Provavelmente, diante das preocupações manifestadas pelos cidadãos, que tinham merecido a atenção régia, e considerando-se a posição de proximidade da fronteira castelhana, os responsáveis militares não demoraram a executar algumas medidas defensivas. Estas, tiveram como alvos a reconstrução e adaptação das muralhas da cidadela às novas exigências impostas pelo uso de

47 MENESES, D. Luís de - T. I, *ob. cit.*, p. 246

48 A.N.T.T., Decretos do Conselho de Guerra, *Sobre se mandar passar as ordens necessarias para a execução da resolução que Sua Magestade tomou na pretensão que tem a cidade de Bragança de que não sejão obrigados a dar alojamentos nem se prendão as viuvas para darem conta de seus filhos e se trate da fortificação daquella cidade que se acha aberta consignandosse algu dinheiro para ella*, Mç. 14, doc. nº 18.

49 A.N.T.T., Decretos do Conselho de Guerra, *Sobre se mandar passar as ordens necessarias para a execução da resolução que Sua Magestade tomou na pretensão que tem a cidade de Bragança ...*, Mç. 14, doc. nº 18

bocas de fogo, o envolvimento do tecido urbano por uma nova cintura de muralhas e ainda a construção estratégica de um novo forte militar.

2.1.1. Linhas de defesa e constrangimentos no século XVII

Embora não saibamos exactamente os limites temporais dentro dos quais decorreu a construção da muralha que envolvia toda a cidade, admitimos a possibilidade da sua execução, em boa medida, ter decorrido paralelamente com as obras de adaptação do castelo às novas armas e à construção do forte de S. João de Deus.

No entanto, podemos traçar o percurso deste último perímetro defensivo construído durante o séc. XVII que, partindo pelo exterior sul da cidadela, contornava toda a cidade ligando-se novamente às muralhas do primeiro recinto fortificado, nas proximidades das Portas da Vila. Pela demarcação estabelecida, revelar-se-ia de grande importância urbanística, ao enformar durante muito tempo o modelo de crescimento desta cidade.

Apresentamos seguidamente alguns elementos que nos ajudam a definir o seu percurso.

No «titulo das cazas» do tombo de Nossa Senhora da Consolação[50], documento não datado mas com referências ao início da segunda metade do século XVII, apontam-se as casas e obrigações que lhe eram devidas. Alguns assentos interessam-nos particularmente pelos esclarecimentos que prestam. Assim, ao lado da informação referente a:

> «hua caza que esta na rua indo pera o Batoque que deixou Lena Pirez que parte de hua parte com cazas de Baltesar da Costa com obrigação de hua missa»,

acrescentou-se:

> «dezem estar deribada com as trincheiras mas ahi esta o assento da caza como da orta que tinha».

---

50 B.P.A.D.B., *Tombo de Nossa Senhora da Consolação,* F.P., Cx. 13, Lv. 123, fls. 9v, 10, 13, 25

Também:

> «hua caza que foi de Isabel Roiz a Roque per alcunha com seu quintal que esta nas Eiras de Sam Viçente que parte com rua do concelho e com quintal de Adre Goncalvez esta(ndo) obrigada a duas missas»,

seria eliminada perante os superiores interesses de carácter militar. Por isso:

> «esta caza se derubou, pera fazer a trincheira».

De igual modo, as casas situadas nas «Eiras do Arcebispo junto ao Batoquo», que a viúva de Martim Roiz, Isabel de Lomba - falecida em 6 de Março de 1644 - deixou à filha do alfaiate Gregório, não escaparam à aplicação do mesmo princípio, ou seja:

> «se deribarão per a atricheira (e) estavão sobre os moinhos da Pala e tinhão seo quintal pera tras».

Na estratégia de se viabilizarem os objectivos militares, contornavam-se eventuais dificuldades técnicas pelos constrangimentos sobre uma sociedade que passivamente devia suportar as intervenções sobre a cidade, revelando-se ao mesmo tempo a dureza e a dimensão que os protagonistas da arte da guerra colocavam em acção na reorganização e adaptação dos núcleos urbanos aos seus objectivos, cujas estratégias e prioridades, estribadas numa conjuntura particularmente conturbada, se sobrepunham a quaisquer outras e que tiveram grandes incidências sobre o tecido urbano, como se conclui do seguinte testemunho:

> «se demolirão sinco ruas inteiramente sendo as principaes a rua de Bragança, e dos Prateiros, que eram as mais povoadas daquelle

tempo, huas para fazer esplanada ao castello, e outras para continuar a forteficação[51]».

Se os particulares se mostravam incapazes de inverter esta política de razia, também a Câmara e a própria igreja, apesar de desempenharem um papel político e social de primeira grandeza, parecem manietadas e sem capacidade para esboçarem qualquer reacção. Por isso, a igreja de S. Sebastião foi derrubada, mesmo tendo a edilidade o seu padroado. Também os conventos de S. Bento, posteriormente indemnizado, e particularmente o de Santa Clara foram afectados, como se conclui de uma carta régia em que se atenta na impossibilidade das freiras de Santa Clara poderem:

> «acudir ás ruinas em que se achava o dito convento por se lhe tomar um dormitorio e muita parte da cerca para as muralhas e trincheiras no tempo da guerra com Castella[52]».

2.1.2. A engenharia militar no século XVIII

Como já vimos, a natureza do sistema defensivo de Bragança e o seu enquadramento decorria essencialmente da vizinhança que esta cidade mantém com terras de Castela. Por isso, a sua importância ganhava particular acuidade nos períodos em que se abriam hostilidades entre os dois países. Contudo, o conjunto militar bragançano nunca teve outra utilidade que ultrapassasse o papel de dissuasão e reforço da tranquilidade local, efeito eminentemente psicológico, uma vez que os espanhóis, quando apostavam de forma convicta na ocupação da cidade, sempre concretizaram os seus propósitos.

Mal conhecidos são os sucessos referentes à invasão de 1710. Mesmo assim, sabe-se que a cidade foi parcialmente ocupada durante um breve período

---

51 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 79

52 LOPO, Albino dos Santos Pereira - *Bragança e benquerença*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 26 (Edição fac-similada pela de 1900, extraída do «Boletim da Sociedade de Geografia», n°s. 3e 4, de 1898-1899); ALVES, Francisco Manuel - T. II, *ob. cit.*, p. 256. Debruçando-se sobre o mesmo documento, estes dois autores apresentam datas diferentes: Albino Lopo refere a data de 29 de Agosto de 1648 enquanto o Abade de Baçal estabele o dia 29 de Abril de 1687.

de tempo, não se registando, por parte dos invasores, qualquer investimento no assalto à cidadela.

Para este período, são igualmente escassas as notícias referentes a quaisquer medidas que privilegiassem algum empreendimento de natureza defensivo.

Em todo o caso, é possível que nesta altura António de Aguiar Coelho[53] tivesse algum protagonismo, conhecida que é a sua qualidade de engenheiro militar. Nomeado, em Abril de 1701, - numa época em que por haver na região apenas um engenheiro se fazia sentir ao monarca a necessidade de outro - ajudante engenheiro das fortificações da província de Trás-os-Montes, aqui permaneceria até à sua morte que ocorreu em 1733. Para o substituir veio o tenente coronel de artilharia e engenheiro, Rodrigo de Sande e Vasconcelos[54] que havia trabalhado em Estremoz e, em 1709, na reedificação da Praça de Juromenha sob as ordens do então coronel Manuel de Azevedo Fortes. Da sua acção nesta província, sabe-se que procedeu ao levantamento das plantas dos castelos de Freixo de Espada à Cinta, Montalegre, Monforte e ainda da Praça de Miranda do Douro.

Outros especialistas em arquitectura militar foram destacados para esta província durante a primeira metade do séc. XVIII. Tendo sido discípulo de António de Aguiar Coelho, o ajudante engenheiro das fortificações, João António de Távora, substituiria o engenheiro Luís Xavier Bernardo[55], quando, em Julho de 1725, foi nomeado para a capitania de Paraíba. Em Agosto de 1733, «por ser presiso este official de profissão engenheiro em rezão de haverem falecido os que na dita provincia havia de profissão[56]», seria nomeado Francisco Xavier do Rego. Também em Fevereiro de 1735, por ser «aplicado com grande fervor ao estudo da aritmética, geometria e fortificação em que se acha sciencia

---

53 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *História orgânica e política do exército português. Provas,* vol. VII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, pp. 202, 203

54 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Provas,* vol. VIII, *ob. cit., Provas,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 503, 504

55 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit., Provas,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, p. 63

56 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VIII, *ob. cit., Provas,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 441, 443

para servir de engenheiro[57]» seria destacado para esta província com o posto de ajudante engenheiro, Manuel de Sousa Pereira.

Possivelmente em resultado de modificações ocorridas a partir de 1752, com a tentativa de se estruturar a organização e conservação dos edifícios militares e fortificações e ainda as influências do Conde de Lippe bem como a formação e valorização da engenharia militar, o quadro, válido para a totalidade do território metropolitano e colonial, tende a ser substancialmente diferente se comparado com a organização da primeira metade do século.

No que concerne à cidade de Bragança, conhecemos algumas plantas cujo levantamento e traça obedeceu a finalidades militares. Os anos de 1754 e 1801, constituem os limites cronológicos das que aqui iremos considerar.

A Planta intitulada «Plano de la Plaza de Berganza con sus castilhos antiguo, y moderno en que se manifiesta la situacion que ocupó el dia 16 de Maio de 1762 el destacamiento del mando del Teniente General Marquis de Cevalhos[58]», foi levantada no momento da invasão e ocupação da cidade em consequência da não aceitação do nosso país em fechar os portos ao comércio inglês, o que levou a coligação constituída pelos Bourbons de Espanha, França a declararem-nos guerra.

Sem perderem tempo, os espanhóis cercaram Miranda do Douro que viria a capitular devido a uma mortífera explosão[59] num paiol. Dominada esta cidade, os invasores prosseguiram a sua marcha em direcção a Bragança e Chaves, que facilmente ocuparão. A partir de Chaves, os espanhóis encontraram maior resistência, pelo que se mantiveram nesta posição. Todavia, não sendo esta a única parcela do território nacional onde os exércitos invasores

---

[57] SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VIII, *ob. cit., Provas,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 368, 369

[58] A.H.M., Mapoteca, nº. 17098/5

[59] José de Figueiredo Sarmento, em 9 de Maio, dando conta ao Governador das armas da explosão da pólvora que provocou a abertura de brechas no castelo e da desgraça que se seguiu, dizia: «vendome neste conflito chamei a Concelho, todos os officiaes Senado, Cabido, e nobreza com dous Enginheiros estrangeiros, porque Manoel de Almeida não sei se escapara». A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 403-404, Cx. 507, doc. 35b, s/fl.. Sobre a explosão do paiol e as suas consequências, tem interese o estudo de: MOURINHO, António Maria, *Guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum,* Lisboa, Instituto português de Arqueologia, História e Etnlogia, 1966

lograram penetrar, é a que de momento nos interessa referir sumariamente, na medida em que a progressão deste exército na região transmontana, seria registada em mais de uma dezena de desenhos de carácter topográfico, sendo o respeitante a Bragança o mais interessante porque mais pormenorizado.

Como a descrição destes desenhos[60] foi anteriormente dada à estampa pelo coronel de cavalaria, Vasco da Costa Salema, referiremos apenas que na marcha de Miranda para Bragança, o exército dos Bourbons acampou em Quintanilha (12 de Maio) e depois, a dois passos de Bragança, na aldeia de Gimonde. No dia dezasseis, caíria Bragança.

A ordem real que determinava «o abandono da dita cidade e Praça[61]», ao impedir qualquer esboço de resistência militar para a conservação da cidade na soberania portuguesa, permitiria o completo domínio da região pelos invasores. Por isso e com a maior tranquilidade, estes montaram o seu acampamento numa das saídas da cidade.

Ao mesmo tempo, o Marquês de Cevallos substituía-se à administração portuguesa:

> «todos los vecinos y moradores de esta ciudad y de los lugares de su jurisdicion y comarca como tambien los de la (de) Binais y la suya le contribuan con lo mismo que pagabam por tudo genero de tributos y contribuiciones al Rey Fidellissimo[62]».

Às medidas da directiva anterior, publicada em 4 de Junho de 1762, outras se acrescentariam, nomeadamente a de 18 do mesmo mês «que la cavallaria del Rey tenga la preciza, y devida subsistencia[63]». Para isso, «cada publo uno con outro hade aprontar á lo menos mil arobas de palha[64]».

Entretanto, alguns notáveis, habitualmente residentes nesta cidade, acharam por bem fazerem uma retirada estratégica para os seus domínios rurais.

---

60 SALEMA, Vasco da Costa - *Desenhos cartográficos militares espanhóis referentes à campanha de 1762,* in «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. nº 49, Lisboa, 1979, pp. 9-56

61 ALVES, Francisco Manuel - T. IV, *ob. cit.*, p. 359

62 B.M.A.B., *Livro para se registarem as ordens e mais documentos da Camara desta cidade,* fl. 15

63 B.M.A.B., *Livro para se registarem as ordens e mais documentos da Camara desta cidade,* fl. 15

64 B.M.A.B., *Livro para se registarem as ordens e mais documentos da Camara desta cidade,* fl. 15

Assim procedeu Bernardo Baptista da Affonseca e Sousa. Numa carta escrita no sossego da sua aldeia de Fermentãos, em 19 de Maio, podia ler-se:

> «elles se achão abarracados a cavallaria á Peneda do Salvajo, entre os caminhos que vai para S. Lourenço e Nogueira; a infantaria principia á Senhora do Loreto, e chega athe o direito da quinta da Coxa, em varias ruas, e com grandeza; athe agora zellavão os comandantes os roubos; porem agora vão continuando nelles e com desaforo[65]».

Outros iam prestando informações sobre as notícias que corriam de boca em boca relativamente ao número de soldados, armamento e movimentações dos espanhóis. Era o caso de um anónimo - o notável de Fermentãos ? - simultâneamente prudente e medroso - «não me asino porque não sei o que sucederá» - que, em 9 de Junho do mesmo ano, informava Francisco José de Sousa Machado:

> «Suppostas as ficçois que ouço aos castelhanos a respeito da gente do seu exercito pareceo me participar lhe o que sei verdadeiro. Elles dizem que o exercito que vem de Miranda consta de trinta mil homens, e o que vem por Monte Rei de vinte quatro mil, dela não sei maes deste que tem passado neste lugar digo lhe que serão sete mil homens de pe, armamento e mil cavalos, e pela estrada de Podence dizem me passarião ao muito dois mil homens, o numero dos que vierão da Torre por Miranda (?) não o sei, mas os que passarão aqui são ao todo dez ate doze mil[66]».

Assinada a paz os estudos e propostas para se melhorarem as defesas da cidade retomariam o alento iniciado em 1754.

Antes de nos referirmos a outros exemplares cartográficos, parece-nos conveniente referir desde já a aproximação existente entre os desenhos de 1762,

---

65 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 403-404, Cx. 507, doc. 11g, s/fl.
66 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 622, Cx. 725, doc. s/nº, s/fl.

de mão espanhola, e a «Planta da cidade de Bragança e suas dependencias ...[67]» que levantou, em 1801, o Capitão do Real Corpo de Engenheiros, Luis Gomes de Carvalho, numa altura em que era «empregado no exercito d'Entre Douro e Minho». Separados por menos de meio século, estes dois desenhos têm a particularidade de representarem o sistema de arruamentos e de assinalarem a posição dos edifícios religiosos, fontes, vias de comunicação, as pontes dos arrabaldes da urbe, zonas de crescimento da cidade, para além dos elementos com interesse militar.

Instrumento essencial no processo de garantir a execução das defesas e outros exemplares da arquitectura militar considerados necessários e do estudo e conhecimento dos particularismos topográficos locais, o corpo de engenheiros, onde se contavam alguns estrageiros, mantinha nas diversas unidades militares alguns dos seus elementos. Por esta razão, entre 1754 e 1801, possuimos alguns documentos em que, sob a forma de esboços ou desenhos mais elaborados, se registaram aspectos de natureza militar. Relacionados com Bragança, sem prejuízo do que anteriormente se disse a respeito deste assunto, destacamos os seguintes:

- «Planta da praça de Bragança cituada [sic] na provincia de Tras-os-Montes[68];
- «Planta de Bragança feita por ordem do Illustrissimo e Excellemtissimo senhor Gorge Cary Tenente General dos exercitos de Sua Magestade Fidellissima[69]»;
- «Planta da cidade de Bragança[70]».

A primeira destas plantas, foi desenhada em 1754, por José Monteiro de Carvalho, então com a patente de ajudante engenheiro; a segunda, não sendo datada, é assinada pelo capitão de infantaria e engenheiro, Gioze Maria Cavagna. Sendo posterior a 1672, é provável que tivesse sido levantada ainda em 1763; a última, não possuindo data nem a identificação do seu autor,

---

67 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 3829 - 1.4A.8
68 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 926 - 1.4A.8
69 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 928 - 1.4A.8
70 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 927 - 1.4A.8

assinala na «explicação» ou legenda o «colegio da Companhia», circunstância que nos leva a pensar ter sido desenhada antes da expulsão dos padres regulares que se verificou em 1759.

Sendo desconhecidas outras fontes históricas ou historiográficas capazes de complementarem a informação contida nestas três plantas, parece-nos que devemos tomar como certa a existência, em 1754, de uma «Estacada com parapeitos de terra», a qual, rodeando a cidade, não tinha nesta altura capacidade de cumprir as finalidades com que se levantou, por estar, segundo a informação de José Monteiro de Carvalho, «arruinada». Riscando o seu perímetro, este engenheiro militar não registou qualquer proposta de alteração no seu percurso, bem como outro qualquer acrescento ou supressão que respeitasse a obra defensiva. No entanto, como adiante veremos, o mesmo não sucederia no perímetro do castelo, onde, caso fosse executado a sua proposta, a remodelação seria de grande envergadura, e daria azo à antecipação da alcunha de *Bota-abaixo* que viria a grangear nos trabalhos de demolição que dirigiu em Lisboa para se executarem os novos planos. Sobre este particular, refere Gustavo de Matos Sequeira:

> «peor do que o abalo propriamente dito foi o incêndio que, durante cinco noites e cinco dias, lavrou na cidade; e creio que peor do que isso tudo foi o sargento-mór José Antonio Monteiro de Carvalho - o famigerado *Bota-Abaixo* - que, à picareta e à bala razoirou toda a Baixa. O Paço da Ribeira foi metralhado; os camartelos pombalinos acabaram com o resto[71]».

Em resultado da sua inutilidade militar, a obra da cerca da cidade deveria ter sido refeita e, em resultado do crescimento da urbe e das estratégias militares, o seu percurso relativamente modificado, como se nota no risco de Cavagna. Por outro lado, se tivermos em conta as regras observadas pelos engenheiros militares nos seus trabalhos cartográficos algumas informações adicionais podemos colher. Significa isto que a cerca desenhada por Cavagna, e representada por uma linha negra, era de terra, pois assim aconselhava Manuel

71 SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Academia das Sciência, 1916, p. 38

Azevedo Fortes, para quem «toda a obra de terra, se deve riscar, e lavar de preto[72]».

Sendo diferentes, estas três plantas apresentam também alguns factores comuns. Começando pela ausência da indicação dos elementos constituintes do tecido urbano, que a serem anotados seriam uma importante referência, todas concedem um papel estratégico importante ao Monte dos Oleiros, sempre bem defendido, assim como valorizam a corda entre a torre do relógio e o colégio da Companhia de Jesus, tirando partido da topografia acidentada por onde corre o rio Fervença que, só por si, constituía um limite natural da cidade.

A planta de 1762, representa apenas uma parcela do sistema defensivo. Composto por cortinas e baluartes, envolvia o convento de Santa Clara e prolongava-se pela área do Toural, terminando nos terrenos ocupados pelo cemitério actual - embora o desenho pontilhado pareça indicar que estavam lançadas as bases para a sua continuação até ao cimo da rua dos Oleiros -, não deixa ver nem a barreira da Estacada nem qualquer perímetro fortificado na zona ribeirinha dos Batocos, Moreirinhas e Caminho da vila. Ora, o facto de neste cordão urbano terem sido derrubadas algumas habitações para a construção da muralha, juntamente com as referências à sua presença, de que ainda são hoje visíveis alguns panos, provando a sua existência antes da ocupação espanhola, levam-nos a estranhar a razão, ou razões, que teriam levado o engenheiro do exército invasor a omiti-la no levantamento a que procedeu, tanto mais que, em termos compativos com outros exemplares cartográficos portugueses, os seus apontamentos nos parecem conformes com o traçado deste aglomerado urbano.

E, se a mesma omissão não foi comtemplada na carta assinada por Luis Gomes de Carvalho, também devemos colocar de lado a suposição que a construção dos muros poderia ter ocorrido durante os trinta e nove anos que separam os respectivos levantamentos, uma vez que a planta desenhada em 1754 por José Monteiro de Carvalho retirando credibilidade a esta hipótese, é apoiada pela documentação anteriormente invocada e ainda pela que se segue, extraída de um manuscrito intitulado «Estat du royaume de Portugal», dado à estampa por Joaquim Veríssimo Serrão:

---

72 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez*, T. I, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1728, p. 412

«Bragance est divisée en ancienne ville et en cité. L'ancienne ville est sur une hauteur, et elle est fermé d'une double muraille, à laquelle on a attaché, du costé qui regarde la Cité, cinq petits bastions revestus, mais sans fossé. L'autre costé est fermé par un Chasteau, attaché à la muraille.

La cité est au bas d'une montagne sur laquelle il y a un fort royal, de quatre bastions revestus, qui est battu de revers des deux Costés. Le reste de la cité a quelques legères fortifications, mais il est commandé par une autre montagne. La garnison est de huit Compagnies d'infanterie[73]».

A mudança da qualidade das armas, com a invenção da pólvora e evolução da artilharia, originou modificações na arte de fortificar, impondo-se novas necessidades como terraplenos, a diminuição das alturas dos elementos defensivos e o aumento das suas espessuras para se tornarem mais resistentes. Mas, sobretudo, foi necessário configurar as fortificações de acordo com as possibilidades ofensivas das novas armas. Explicando que «das armas se deve tirar a certeza da largura, altura, e comprimento» de todas as partes que compunham uma fortificação, Manuel de Azevedo Fortes sistematizava as modificações ocorridas:

«hoje as cavas são largos foços, as ameias grandes merloens, as seteiras são canhoeiras rasgadas, os muros são fortes reparos de moderada altura, as torres são baluartes da mesma altura dos reparos; os parapeitos são groços, e os terraplenos largos[74]».

---

73 SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Uma relação do reino de Portugal em 1684,* in «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXV, Coimbra, 1962, p. 116. Este historiador atribuíu a autoria do documento a Jean-Baptiste Colbert, marquês de Torcy. Vindo a Lisboa para manifestar o luto da corte de Luís XIV pelo falecimento de D. Afonso VI e da raínha D. Maria Francisca de Sabóia, o enviado francês tinha sido incumbido de acompanhar os aspectos respeitantes ao casamento de D. Isabel, filha de D. Pedro, de forma a garantir-se a influência francesa sobre o nosso país. Todavia, não se esgotavam aqui as preocupações do embaixador, na medida em que a recolha de informações militares constituíam também um dos objectivos da sua visita.

74 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, p. 5

O armamento mereceu a este membro da Academia Real de História e engenheiro-mor algumas observações:

> «A mosqueteria, e artelharia serve a deffender as fortalezas; e faltando algum destes instrumentos he a deffença deffectuosa, e a offença deminuta; porque se falta a artelharia, não he a mosqueteria poderosa para deffender trincheiras, arruinar os approches, arrazar as baterias, e abater as deffenças, ou parapeitos; nem os seus tiros obrigão aos inimigos a começar de longe os seus approches, e a continualos cubertos com fortes deffenças. Se falta a mosqueteria, não he a artelharia capaz de se manter com a presteza, e continuação necessaria para deffender os assaltos [...] nem se pode acodir com a artelharia com a presteza necessaria a differentes lugares; [...] como tambem se falta a artelharia, não bastão as ballas dos mosquetes, e espingardas para descavalgar pessas [sic], romper os reparos da artelharia, desfazer os parapeitos, derribar as muralhas, e abrir brechas; porque estes são só os effeitos dos violentos tiros de groça, e miudas peças, e segundo o alcance, e força destas armas se regulão nestes nossos tempos os comprimentos, alturas, e larguras de todas as partes da fortificação[75]».

O autor da «Planta da cidade de Bragança» foi sem dúvida alguma o que representou o polígono com uma fortificação mais elaborada, procurando, de acordo com as concepções mais avançadas do seu tempo, conseguir as melhores condições para que um número reduzido de sitiados pudesse resistir aos ataques de um exército mais forte. Sendo possível que este projecto nunca chegasse a ser mais do que um exercício prático de engenharia, embora pudesse corresponder a eventuais intenções de execução, nem por isso deixa de ser interessante, na medida em que revela propostas e soluções em que se aplicam as

---

75 FORTES, Manuel de Azevedo - *O engenheiro portuguez*, T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1729, pp. 5, 6

teorias e técnicas bélicas do momento, enquanto deixa ver ainda algumas incidências sobre o próprio tecido urbano.

Tratando-se de uma fortificação irregular, «por serem os seus lados, e angulos desiguaes[76]», o seu traçado, tirando partido da configuração do terreno, patenteia a Norte e Oeste - onde se concentraram os conhecimentos do engenheiro militar - a procura de soluções e esforços tendentes à sua aproximação de de um formato regular, seguindo, aliás, os conselhos do velho mestre Manuel de Azevedo Fortes que afirmava que «quanto for possivel na fortificação irregular se observem inviolavelmente as regras da regular; porque quanto mais esta se aproxima da regular, tanto será mais perfeita[77]».

Apesar de terem vivido em épocas diferentes, as concepções de Luis Serrão Pimentel e de Alessandro Victor Papacino D'Antoni expressas no «Método lusitânico de desenhar fortificações» e na «Architectura militar» - esta traduzida do italiano «para se explicar na Academia Real de Fortificação, Artilheria, e Desenho» - coincidem na importância concedida às «obras exteriores» de uma praça de armas, já que eram:

> «defensas particulares fabricadas fóra della por retardar, e impedir ao inimigo para que tão facilmente lhe não chegue como quando aquellas faltão, causandolhe taes incommodos, que bastão muitas vezes estas obras exteriores para lhe consumirem tão grande parte do exercito que ainda que as ganhe não fique capaz de continuar a expugnação da Praça principal, e seja obrigado a levantar o sitio pella falta de gente, muniçoens, e vivres, ou pella invernada que se chega, ou pello socorro que se espera[78]».

O conjunto de «obras exteriores» era formado por revelins, meias-luas, hornaveques ou obras cornas, e obras coroas. Apelidando as meias-luas por contraguardas, Manuel de Azevedo Fortes, afirmando que os hornaveques sem meios baluartes, as tenalhas, «são obras exteriores, que já ninguem pratica;

---

76 FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 234

77 FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 223

78 PIMENTEL, Luis Serrão - *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares, e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar,* Em Lisboa, Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, 1680, p. 71

porque as suas frentes são mal defendidas, ... e o mesmo defeito tem os fortes a estrela, que hum Author Italiano chamou cometas fatais aos que os fabricão, e se fião nelles para a boa defença», mostrava-se também favorável à construção de tais obras porque faziam «começar aos inimigos as suas obras dos aproches de mais longe, e os detem retardando-lhe as opperaçoens[79]», embora se revelasse crítico em relação à prática dos «antigos», dado que estes executavam geralmente essas obras muito pequenas, ou quando a dimensão era bastante, pela sua colocação não podiam ser bem defendidas. Por esta razão, considerando a área das «obras exteriores», o seu posicionamento e a facilidade de se defenderem, revelava-se um adepto do método de Vauban.

Voltando à «Planta da cidade de Bragança», importará realçar alguns dos aspectos particulares da linha defensiva que, caso fosse executada, seriam objecto de maior atenção. Assim, verificamos que:

- apenas nas áreas que acompanham o correr da ribeiro do Fervença e envolvimento do castelo se dispensava a construção de «obras exteriores»;

- a cintura defensiva que fecharia o espaço entre o colégio dos Jesuítas e o convento de S. Francisco, seguindo o modelo abalauartado com fosso, concentra o maior esforço defensivo, assentando a justificação para este facto em duas ordens de razões: a primeira tinha a ver com a facilidade de, por esse lado, se penetrar na cidade; a segunda, decorria da necessidade de se evitar que o atacante ocupasse alguma zona da área urbana, ou arrabalde, já que, a verificar-se uma situação deste tipo, eram as próprias habitações que os protegiam, facilitando-lhes a aproximação aos pontos estratégicos pela cobertura que proporcionavam à acção ofensiva. Neste sentido, será de interesse apontar as medidas preventivas propostas por Manuel de Azevedo Fortes, que, sempre que se verificassem situações semelhantes à anteriormente descrita e nomeadamente quando uma «Praça de muralhas antigas, que se quer fortificar ao moderno, tiver algum arrabalde», recomendava:

---

[79] FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 158

> «Para privar o inimigo desta ventagem, será necessario demulir as casas, e abater tudo aquillo, que póde cubrir os offensores, e tirar a vista aos defensores, que tudo devem descubrir dentro do alcance das armas, e ainda mais longe; e assim havendo algumas barrocas, ou cavidades à roda da Praça, e dentro do alcance das armas, se devem intupir; e como tambem se devem mandar demulir os muros de quintas, ou hortas, e os valados, de sorte que dentro do alcance das armas não haja cousa, que possa cobrir os inimigos da vista do(s) defençores[80]».

Esta política de «terra queimada», praticada, após a restauração da independência, na construção e adaptação das defesas, além de onerosa era, como não podia deixar de ser, impopular e geradora de ódios e vontades adversas para com os autores de tais actos. Contudo, durante o século XVIII, aqueles princípios continuam em vigor, visto que a inviolabilidade dos arrabaldes fazia-se depender das vantagens militares que podia oferecer. Isto é:

> «Se for conveniente concervar o arrabalde, e o citio he ventajozo, deve-se incluir dentro do recinto da fortificação, ou cobrir com hum hornaveque, ou com huma obra coroa, segundo a sua capacidade[81]».

Na Bragança setecentista, a primeira hipótese não teria grande viabilidade, porque esta linha defensiva chocava inevitavelmente não só com os interesses de particulares influentes mas ainda ia ferir profundamente os mosteiros aí localizados. Por isso, optou-se pela sua inclusão no recinto dos muros, prevendo-se o fortalecimento das defesas com a construção de um hornaveque na cerca do convento de S. Francisco, obra exterior que protegia qualquer tentativa de aproximação ao castelo, justamente considerado o último reduto defensivo.

---

[80] FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 241
[81] FORTES, Manuel de Azevedo - T. II, *ob. cit.*, p. 241

Outro aspecto que mereceu consideração foi a existência, nas imediações do convento de Santa Clara, do Monte dos Oleiros. Constituindo, na linguagem militar, um padrastro - elevação «que se acha à roda de huma Praça» -, havia que a proteger de modo a evitar-se que pudesse ser usada e fortificada com parapeitos, cavaleiros ou cestões, pelo atacante, facto que lhe garantia a possibilidade de bater a praça. Na impossibilidade do seu arrasamento[82] - seria objecto de alguns trabalhos de afeiçoamento aos propósitos militares, como a persistência do nome Esplanada indica -, a opção tomada ia no sentido de o incluir no recinto da muralha, a brigado pelos revelins, fosso, cortinas, baluartes e ainda com a única meia-lua de todo o sistema fortificado.

Relativamente às possibilidades de acesso ao interior ou exterior da cidade, previam-se três portas, designadas na legenda da planta com os nomes de Porta da Ponte (P) e Porta das Eiras (Q), enquanto a terceira porta assinalada, com percurso da rua da Alfândega para a Estacada, não seria referida na legenda. Além destas, riscou-se ainda a Porta do Sol (R) - designação para qual não temos explicação, já que este nome sempre o vimos atribuído à porta da cidadela situada no enfiamento da de Santo António -, mas sem acesso directo ao exterior do polígono fortificado.

A Porta da Ponte, popularmente conhecida como a da Cadeia ou dos Açougues, não foi objecto de nenhuma obra particular. Já o mesmo não se pode dizer relativamente às das Eiras e da Estacada que, abertas no meio das cortinas dos baluartes, tinham as defesas reforçadas por revelins com flancos.

Importará ter ainda em conta a afirmação da jurisdição militar sobre as muralhas e suas imediações, principalmente nas terras em que a maioria da população estava directa ou indirectamente relacionada com a agricultura ou com a pastorícia. Muitas vezes, estas actividades económicas tendiam ao alargamento do seu raio de acção, tornando-o extensivo aos perímetros defensivos e embaraçando as manobras militares. Foi para se evitarem situações destas que, em 1762(?), se regulamentaram tais hábitos, esclarecendo

---

82 Manuel de Azevedo Fortes era de opinião que, sendo possível, os padrastos deviam ser arrazados, usando-se a terra e pedra nas obras da fortificação. *Ob. cit.*, p. 243

definitivamente onde não se podia semear ou apascentar os gados. Dizia o diploma:

> «Sou servido prohibir a toda a pessoa de qualquer caracter, ou qualidade que seja, lavrar, ou fazer semear, ou plantar sobre as muralhas dos Corpos das Praças, nem fóra dellas, nem nas contraescarpas, ou fossos; o que só lhe será permittido na distancia de quinze braças, fóra da estrada coberta, e nada menos, e se não consentirá, nem soffrerá, que possão pastar gados nas ditas obras, ou paragens, nem em menos distancia da estrada coberta, que a referida, com a pena de confiscação dos ditos gados para os soldados[83]».

2.1.3. As linhas defensivas no século XVIII

Em várias escrituras de compra e venda, emprazamentos, etc., registadas nos livros de notas durante o séc. XVIII, dando-nos a conhecer as confrontações ou localização dos prédios em que a muralha surge como referência, permitem-nos acompanhar, durante o séc. XVIII, o percurso da barreira defensiva:

> - «hum pedaço de campo valdio para acento de huas casas que esta Fora das Portas da Cadeia ahonde chamam a trincheira[84]»;
> - «hum orto tapado ahonde chamão as Moreirinhas junto do rio Fervença e muralhas desta cidade[85]»;
> - no auto de medição e demarcação do Colégio dos Jesuítas, executado em 23 de Março de 1711, refere-se que «pella parte das casas de Antonio Doutel tem cento e oito varas, e meia, e parte com rua, que corre entre as traseiras das casas de Isabel Gomes

83 COSTA, Veríssimo António Ferreira da - *Collecção systematica das leis militares de Portugal,* T. I, Lisboa, Na Impressão regia, 1816, p. 88
84 B.P.A.D.B., Nuc.Not., Lv. 1, Mç. 1, fls. 51-52
85 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 80v-82

viuva, e outras mais, que se seguem athe a estacada, e muro desta cidade[86]»;

- emprazamento por D. João V, em 1722: «na rua dos Oleiros della ao pé da estacada se achão humas cazas que em tempo servirão de fabrica de seda, e hoje estão debolutas e muito aruinadas[87]».

- quando em 1734 o Doutor António Pires da Silveira vendeu a António Gomes de Sepúlveda «as suas cazas de morada sitas na Costa Grande», as quais confrontavam «de hua parte com patio e cazas de Antonio Sarmento Pereira Moraes e da outra com os compradores e com a trencheira e rua do concelho[88]»;

- emprazamento de uma casa no fundo da Costa Grande, confrontante «com a Caleija que fica entre ellas e a cadeia publica [...] e o quental parte com cazas do capitam de cavallos Antonio Sepulveda e com a muralha desta cidade[89]»;

- compra pela Companhia de Jesus de uma casa na rua Direita, confrontando a sul com «o caminho junto da muralha[90]»;

- emprazamento de uma horta «fora das Portas da Cadeia», confrontante «com o caminho que vai para entre a muralha digo muralha e regato por onde vão as agoas para o rio que vão desta cidade e pella parte de baixo com o rio Fervensa[91]»;

- emprazamento de uma casa nas Eiras de S. Bento, confrontando «de hua parte com Pascoal Affonso e da outra com rua do concelho defronte da moralha d'El Rei[92]»;

- emprazamento, em 1749, de uma casa na rua dos Quartéis com «seu quintal para parte da moralha[93]»;

---

86 A.U.C., *Tombo dos bens pertencentes ao Collegio da Companhia de Jesus da cidade de Bragança,* fl. 3

87 A.F.C.B., *Carta de emprazamento...,* N.G. 110, s/fl.

88 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls.,79-80

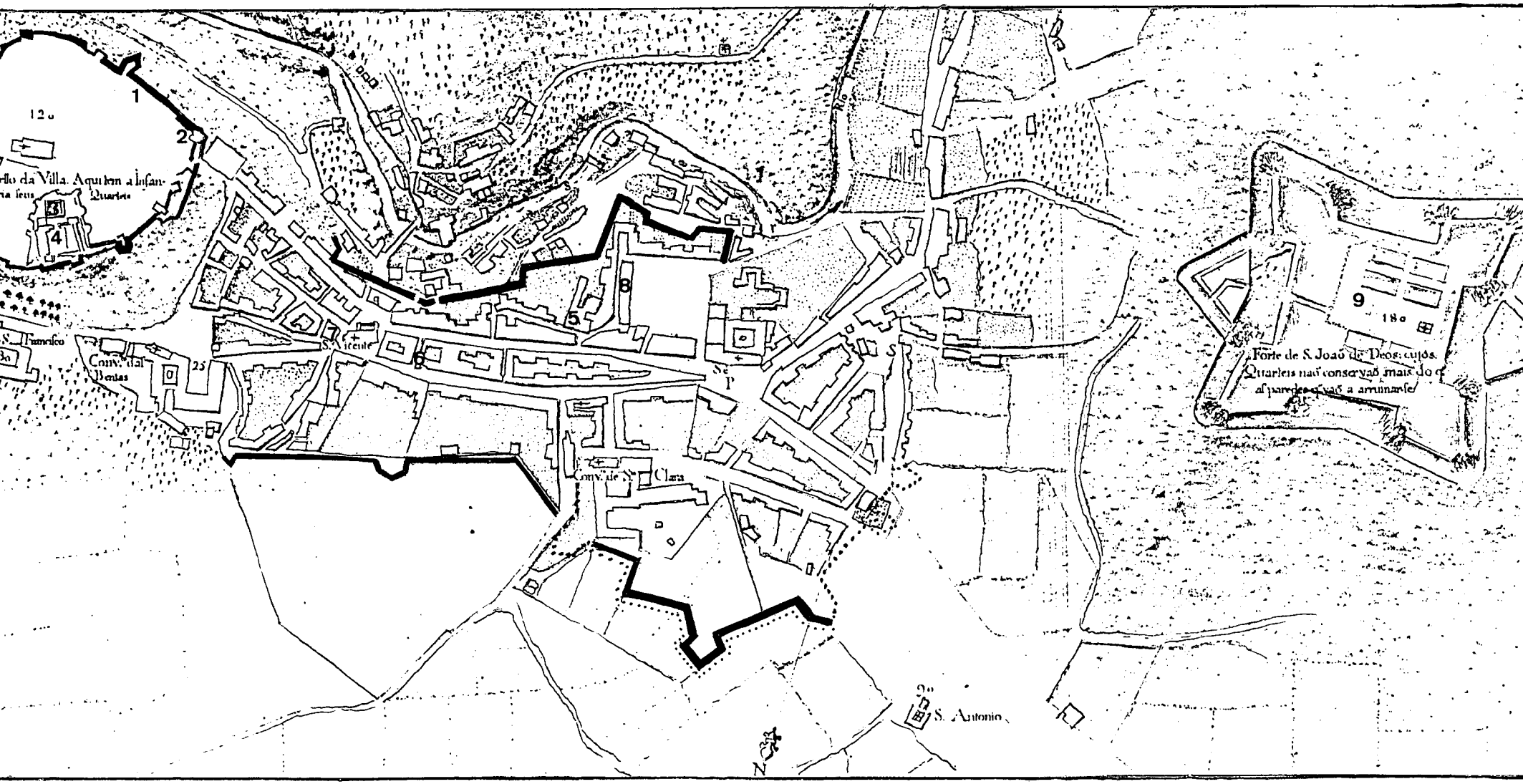
89 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 56, Mç. 14, fls. 104-105

90 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. D, Mç. 1, fls. 102v-104

91 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. C, Mç. 1, fls. 83v-84

92 A.S.C.M.B., Lv. 285, Mç. 89, fls. 45v-47

93 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 6, Mç. 2, fls. 94-95v



1 - Muralha da Vila
2 - Torre do relógio
3 - Torre de menagem
4 - Alcáçova
5 - Hospital militar
6 - Antigo Corpo da Guarda
7 - Corpo da Guarda Principal
8 - Antigo quartel de cavalaria
9 - Forte de S. João de Deus

..... 2ª muralha em 1762
____ 2ª muralha em 1801

- compra em, 1752, de «huas casas [...] sitas na rua da muralha na rua de tras da rua Nova[94]»;
- compra pelo bispo da diocese, em 1753, de uma casa na rua do Espírito Santo, «defronte do Corpo da Goarda», cujo quintal confrontava «com a rua junto das muralhas d'El Rei[95]»;
- compra, em 1758, de uma casa «no bairro que chamão aos Batocos extramuros[96]»;
- emprazamento, em 1758, de uma casa «nos Batocos junto da muralha[97]»;
- emprazamento, em 1761, de uma casa «na rua das Eiras de S. Bento desta cidade junto a muralha[98]»;
- venda, em 1772, de uma casa situada «no Toural desta cidade e extramuros da mesma tudo confrontante com o caminho que vai para Grandais e para o lugar de Villa Nova[99]»;
- venda, em 1781, de uma «grande cortinha sita a Estacada chamada a cortinha do Colmieiro suburbio desta cidade», a qual confrontava «com a serca das religiozas de São Bento e com o caminho do Concelho, e com os muros ou moralha desta cidade[100]»;

Assim, este recinto fortificado corria desde o castelo (parte sul), envolvendo os conventos de S. Francisco e S. Bento, apontando em direcção ao convento de Santa Clara, que rodeava, e chegava ao Toural no lugar do actual cemitério. Daí descia pela actual rua 5 de Outubro, tomando, a meio, a direcção do rio Fervença para se ligar aos Batocos. Deste ponto seguia em direcção à cadeia, no largo de S. Vicente, e acompanhando o Caminho da Vila ligava novamente ao castelo.

---

94 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 7, Mç. 2, fls. 112v-113v
95 B.P.A.D.B., Mitra, Cx. 60, s/fl.
96 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 10, Mç. 3, fls. 126, 127v
97 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 11, Mç. 3, fls. 3v-5v
98 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 94, Mç. 22, fls. 163v-165v
99 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 17, Mç. 5, fls. 92-95
100 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 119, Mç. 28, fls. 58v-59

Em 1758, de acordo com a informação colhida nas Memórias Paroquiais, o estado de conservação destas defesas deixava muito a desejar:

> «He a cidade murada toda em roda mas os muros todos estão no cham por qualqer parte se entra para ella sem ser pellas portas que tem tres humas para a parte do nascente aonde esta hum Corpo da Goarda e duas para a parte do poente: tambem tem outro Corpo da Goarda e as outras huma sentinella: tem outras tres menos principais, humas para o norte, e duas para o sul[101]».

Apesar de tudo, o Abade de Baçal referiu que no seu tempo de estudante em Bragança, (1880-1889) ainda havia alguns panos destas muralhas relativamente bem conservados, constatação que, sensivelmente na mesma altura, seria confirmada por Albino Pereira Lopo.

Mesmo nos nossos dias ainda são perceptíveis alguns vestígios destes muros na rua das Moreirinhas e dos Fornos, o mesmo sucedendo nas costas da antiga cadeia civil, embora neste último exemplo se deva ter em conta que, em 1829, a Câmara mandou «crescer hum muro na frente de baixo da cadeia[102]». Também no mapa da «cidade de Bragança, e sua dependencias[103]», levantado em 1801 por Luis Gomes de Carvalho, Capitão do Corpo Real de Engenheiros, se assinalaram alguns panos deste sistema defensivo, nomeadamente no Toural, nas proximidades do actual cemitério e na zona dos Batocos.

2.2. O castelo

Datando do século XVIII, chegaram até nós alguns testemunhos sobre a configuração da muralha da cidadela e das suas aptidões militares.

Comecemos por dar conta da informação que, em relação a Bragança, Carvalho da Costa expressou no ano de 1706:

---

101 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico», vol. 7, pp.1179-1180.
102 B.P.A.D.B., *Acordãons da Camara,* GA., ALL., Cx. 1, Lv. 6, fls. 33-33v
103 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 3829 - 1.4A.8

«he Praça de armas com seu castello, de que he alcaide mor Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento, e em lugar de muralhas que não tem, a rodea huma estacada, que a defende[104]».

Datando do primeiro quartel do século XVIII (1721/1722), também o testemunho de José Cardoso Borges sobre as modificações a que a muralha da cidadela foi sujeita merece ser registado:

«na eminencia, que fica a Oriente esta o castello, a que o vulgo chama Villa, sem duvida por conservar o nome de o haver sido; mas o militar lhe da o de cidadella. Tem esta forma circular com levantados muros, fortalecidos de dezouto torres, que alguãs se cortarão a nivel daquelles para exercicio da artilharia de maior calibre era cingida por uma barbacã e esta por uma estacada[105]».

A restauração da independência, obrigando à organização das defesas por todo o espaço nacional para se fazer frente à adivinhada reacção castelhana, como consequência da rejeição da tutela que durante sessenta anos foi imposta ao país, determinou algumas adaptações na praça-forte, nomeadamente nos perfis de algumas torres. Com a sua autoridade de Vogal Auxiliar da Comissão de História militar e ainda com a substância de ter sido comandante militar de Bragança, António José Teixeira - embora sem referir quaisquer fontes de informação -,traçou o quadro das adaptações que então tiveram lugar no castelo:

«A maior parte dos eirados dos torreões excediam em altura o nível dos adarves das cortinas, tendo sido alguns diminuídos no seu comandamento, com o advento da artilharia, por haver necessidade de lhes dar rampas e de os ampliar na Guerra da Resatauração, nomeadamente os dois que olham para Noroeste, de modo a

104 COSTA, António Carvalho - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reino de Portugal,* T. I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 495

105 BORGES, José Cardoso - *Descripção topografica da cidade de Bragança,* B.N.L., RES., COD. 248, fl. 6

poderem receber o canhão, convertendo-os, assim, em largos bastiões[106]».

Além de Cardoso Borges também D. Luis Caetano de Lima se referiu à cidadela nos seguintes termos:

> «he murada de alvenaria, com dezaseis torres em roda, e tem dentro hum bom castello, guarnecido de varias torres de cantaria, e dous redentes. He rodeada, ao mesmo tempo, de huma falsa braga, diante da qual, pela parte da cidade, se achão atados cinco baluartes pequenos, e sem fosso, por serem fabricados sobre rocha viva[107]».

Ainda em relação à cidadela, será útil anotarmos a sua descrição com base nas informações das Memórias Paroquiais e, ao mesmo tempo, constatarmos as discrepâncias entre estas e as que, em 1736, nos deixou D. Luis Caetano relativamente ao número de torres.

> «He murada: tem a villa sobre hum monte com tres ordens de muros o premeiro da estacada esta todo razo e cahido; o segundo tambem vai cahindo em partes: tem o treceiro ainda inteiro mas muito antigo: tem duas portas humas para a parte do poente aonde lhe fica a cidade; e outras para a parte do nascente as portas ja arruinadas e so humas estão menos mas: tem o muro doze torreoins, en hum dos quais estam dous sinos da Camera, e servem de impedimento para andar o muro em roda tem na parte do sul hum posso no muro obra muito antigua a que chamão o posso del Rei baixasse para elle por escadas de pedra, e he muito alto[108]».

---

106 TEIXEIRA, António José - *O castelo de Bragança. Notas historico-descritivas,* Bragança, 1933, p. 9
107 LIMA, D. Luis Caetano de - *Geografia historica,* T. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Silva, 1736, p. 71
108 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico», vol. 7, 1758, fl. 1178

A muralha, cujo traçado acompanhava as melhores linhas defensivas, sofreu ao longo dos tempos diversas transformações que, com raras excepções permanecem na obscuridade. No campo das excepções, para além de alguns documentos respeitantes à sua manutenção ou de notícias referentes a adaptações impostas pela artilharia, no período posterior à restauração da independência, registamos a obra arrematada pelo mestre canteiro Martinho da Veiga em 1690, visando a adequação de uma torre para a instalação do relógio da Câmara, assim como algumas propostas da engenharia militar que procuravam modernizar as suas defesas.

Por constituir o último reduto defensivo, concentraram-se nesta fortificação alguns esforços para, aumentando-lhe a resistência, a tornarem inexpugnável, como mostram «a espessura das suas muralhas, a largura dos seus adarves e o comprimento das cortinas ou quadrelas flanqueadas de espaço a espaço por bem lançadas torres e baluartes ameiados ou merlonados, seteirados ou fiestrados[109]».

Na mesma linha de preocupações devem-se englobar os estudo levados a cabo pela engenharia militar. Estes, embora atentando nos problemas gerais da fortificação da cidade mostraram-se igualmente cuidadosos no estudo das melhores obras defensivas para a zona do castelo, propondo soluções *a moderna*, mormente após a invasão da cidade pelos espanhóis em 1762. Na ausência de qualquer tipo de resistência, pôde o invasor controlar esta urbe sucesso que de imediato foi aproveitado para lançarem mãos à obra de destruição de grande parte da muralha, assim com do forte de S. João de Deus.

Contudo, uma proposta de modificação das principais linhas de defesa deste recinto é anterior a esta data e deve-se à mão de José Monteiro de Carvalho. Embora assinalando o traçado do antigo polígono, a planta riscada em 1754 implicava alterações radicais do sistema defensivo do castelo dado que a sua estrutura tardo-medieval e moderna não concordava nem com as novas estratégias e tácticas de guerra nem se mostrava capaz de responder adequadamente à evolução da artilharia. Por isso a antiga muralha era relegada para um plano secundário, sendo o seu perímetro substituído por uma nova figura onde se atavam quatro espaçosos baluartes e uma tenalha. Da antiga

---

109 TEIXEIRA, António José - *O castelo de Bragança. Notas historico-descritivas,* Bragança, 1933, p. 7

cintura, apenas a cortina voltada para o Fervença - que constituía um fosso natural - coincidia com o novo polígono, apresentando ao mesmo tempo a particularidade de ser dotada com uma torre coracha capaz de abrigar o ponto de abastecimento de água, o Poço do Rei que, a avaliar pelo desenho se situava ou havia a intenção de o mudar para uma posição diferente da actual, como, aliás, também se registou na «Planta da cidade de Bragança».

O autor desta planta também se debruçou sobre as defesas da área do castelo. No entanto, as suas propostas eram menos radicais que as de José Monteiro de Carvalho porque, mantendo o velho perímetro fundamental, reforçava-o com defesas que lhe eram exteriores e que se alinhavam no prolongamento do polígono defensivo de toda a cidade, fechando-o. Desta forma, a construção de um meio baluarte e de um baluarte, a nascente, procurando a conjugação com as obras exteriores levantadas nas imediações do convento de S. Francisco, garantiam a inexpugnabilidade da Vila quer a nascente quer a norte.

Revelando concepções diferentes sobre matérias de defesa, o autor da «Planta da cidade de Bragança» mostrou ser mais pragmático que José Monteiro de Carvalho. A razão do nosso pensamento estriba-se na apresentação por este engenheiro militar de uma proposta de um polígono completamente novo que, ao secundarizar o antigo perímetro, implicava quase de certeza o seu derrube para se aproveitarem os materiais na construção da nova organização defensiva. Porém, é nosso entendimento que tal empresa, se assim o quisesse, poderia ser levada avante e com mais facilidade pelo autor anónimo, dado que, tendo os espanhóis derrubado uma parte das muralhas, seria possível no momento da reconstrução, e com menos custos, proceder a modificações no seu percurso.

É ao desenho de José Maria Cavagna que devemos o conhecimento dos panos da cintura defensiva destruída pelo exército invasor em 1762: o lado do polígono situado a nascente até encontrar a primeira cortina situada em posição paralela ao rio e ainda uma outra parcela, mas pertencente à segunda cintura, compreendida entre a Porta do Sol e a igreja de S. Sebastião.

Um outro documento que parece ser um relatório militar, sem data nem assinatura - mas que pelos factos relatados podemos situar em 1762 -, dando-nos conta da progressão do invasor em território nacional, mostra-nos ainda o ambiente de rapina, arrogância, destruição e ainda os motivos pelos quais a

talidade dos muros da cidadela e a torre do castelo não tiveram destino dêntico aos do forte de S. João de Deus:

«Em o dia onze do corrente entrou por esta ponte de C(h)aves Manoel Rodrigues natural de Bragança [...] e certificou, que os Castilhanos se achão abarracados entre o forte de S. Noutel, e o de S. Francisco, e hua companhia nas Cazas dos Montes, e que a noite trabalhão no castello para o minarem [...]. Em doze do ditto entrarão por esta ponte Domingos, e Jozé Pires soldados de infantaria auxiliar do terço de Miranda do lugar, e freguezia de S. João Bautista de Quarteles hua legoa de Bragança, donde havião estado no dia sinco vendendo lenha, e disserão, que na ditta cidade se achara o Marques de Sarria com toda a nobreza de Castella aseveranos que tambem na mesma se achava o infante D. Luis, que havião demolido as muralhas de S. João de Deos, e que querendo minar o castello para o demolirem derão em agoa, e pertendendo fazello ao pico encontrarão maior resistencia no composto da argamaça, que na pedra, e se deixarão da empreza:
que todas as madeiras, que se acharão naquella praça, que erão muitas, e excellentes, e ferragens as mandarão para Samora; que havião queimado as carretas das peças, e portas dos armazeins, e da cidade, que havião demolido os quarteis queimando as madeiras, e remetendo a telha para Samora; que vão tomando o gado, e as egoas das caudalaria, que acharão as mais excellentes, e muitas as remeterão para castella, que vão roubando as cazas, que dezemparão os nossos vassalos principaes, que os moveis, que achão os vão remetendo para o seu reino:
que tem a imagem de S. João de Deos inforcada por hua corda na sua fortaleza, e que a imagem de Santo Antonio, que está nas portas da villa lhe pregarão dois pregos na boca [...] porem na ditta cidade estarão unicamente quatrocentos homens militares, e com invalidos, ou milicias, não chegarão a mil.
Em o ditto dia entrarão João Luis lavrador do lugar de Macedilho do Matto distante de Bragança sinco legoas, quatro de Outeiro,

> sette de Miranda com Francisco da Silva natural da mesma cidade de Bragança prizioneiro que fogio [...] e aseverão, que o acima era a mesma verdade [...] que na cidade se achava a guarnição acima entre militares e milicianos, e que taparão de pedra, e terra o postigo do Asougue, e que o mesmo pertendem fazer as mais serventias daquella Praça, deixando só as portas de S. Francisco, e as do Cabo[110]».

A destruição pelos espanhóis do forte de S. João de Deus, das muralhas do castelo e a tentativa de derrubarem a torre de menagem, são confirmadas por outros documentos contemporâneos destes sucessos. Um deles, baseia-se numa informação já em parte referida anteriormente, de Bernardo Baptista da Affonseca e Souza:

> «em Bragança handão minando o forte para o destruir e tambem os quatro cantos do castello para o aroinarem[111]».

Informação de idêntico teor era dirigida, em 9 de Junho do mesmo ano, a Francisco José de Sousa Machado, também anteriormente referida em parte, pelo anónimo prudente:

> «Dos estragos de Miranda e Bragança, não fallo porque sei que ja tem certeza, o castelo ainda esta em pe, porque nasce agua no alicerse, e com ella não podem minar, mas os muros da Villa, e forte voarão aos pedaços[112]».

---

110 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 403-404, Cx. 507, doc. 14h, s/fl.. A casa da quinta de Rica Fé, que havia pertencido aos Jesuítas, também não escapou à fúria destruidora dos invasores. Em carta que o Bispo D. Frei Aleixo escreveu ao monarca, referia: «hé verdade que as cazas de Rica Fe com a antrada dos espanhois nesta cidade no anno de mil e sette centos e sesenta e dois as deixarão muito arruinadas de madeiras cobrandolhe janellas, vidraças, portas, e outras muitas daneficações, e na propria capella das ditas cazas, e portaes das entradas da mesma quinta, que pera o reparo de tudo se fas perciza hua grande despeza». A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 691, Cx. 799, s/fl.

111 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 403-404, Cx. 507, doc. 11g, s/fl.

112 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 622, Cx. 725, doc. s/nº, s/fl.

Em 1791, como adiante veremos, seria proposto o arrasamento de parte da muralha da cidadela para, no seu lugar, se construírem alguns aquartelamentos para o Regimento de infantaria.

2.2.1. A torre de menagem

O castelo propriamente dito fica no interior de um quadrilátero irregular que, ao definir uma segunda linha fortificada, apenas no lado Norte busca o apoio da muralha. Com a finalidade de proteger a torre de Menagem e alcáçova, esta segunda cintura é organizada por cortinas flanqueadas por tambores semicirculares, salientes para o exterior, possuindo ainda eirados com comandamento sobre os adarves, guarnecidos por ameias de corpo largo. Complementando o flanqueamento baixo, quer os nichos abertos na espessura dos muros, quer o interior dos tambores, lajeados de cantaria e abobadados com tijolos, possuem troneiras cruzetadas, cujos rasgos em forma de cruz possibilitavam a utilização de armas de fogo e ainda a observação em alcance - abertura vertical - e em direcção - abertura horizontal.

Dirimindo com António Pires da Silva que na «Chronographia medicinal« tinha afirmado ser a torre de Menagem obra dos mouros, José Cardoso Borges, pretendendo fazer valer a sua posição - que atribuía a fundação da torre, desde os alicerces até à altura do cordão que a cinge no terço superior, a D. João I, sendo a sua construção continuada por D. Duarte e D. Afonso V - descreveu assim esta segunda cintura, a torre - a que chama castelo - e as construções que se situavam no seu interior:

> «Dentro dos muros na Praça de Santiago com magestoza valentia, e regular architectura, occupando de area pelos quatro lados duzentos pes geometricos se levanta o castello, obra *a fundamentis* de El Rei D. João I e para a parte do Sul em hum grande quadro tem as suas armas, bem conhecidas pela Cruz de Avîs [sic], sobre que asenta o escudo. Pelo interior sobe hua bem arteficioza escada a que se comunicão todas as cazas ate o mais alto, e deste descem aqueductos para hua grande cisterna. Separado do castello ha hum claustro para a parte do Norte com quatro torres; duas no Paço em

> que morão os Alcaides mores, e duas nos angulos que lhe correspondem, unidas com levantado muro; e deste por ponte levadissa se comunica o castello: tudo com segunda cerca de cubos, menos o lado do Norte, por ser para esta parte a muralha da fortaleza a mesma do claustro, e este, e o castello metido para o interior della[113]».

Mais sintético, um trecho das Memórias Paroquiais, revelando-nos um autor orgulhoso com a imponência desta fortaleza mostra igualmente algum descuido na sua conservação:

> «tem (esta cidade) hum castello, que dizem ser o mais alto e milhor deste reino he obra magnifica mais largo em sima, que em baixo tem sua muralha en roda, com seis torreoins que servem para as armas, mas tambem arruinados[114]».

Os dezassete metros de cada face e os trinta e três de altura, dão bem a ideia da imponência desta torre principal que possui planta quadrada. Sendo uma construção maciça, apresenta as principais características que Nogueira Gonçalves enunciou relativamente às torres medievais: «torre alta e espessa, de muros direitos, coroados só no denteado das ameias», a parte inferior «cavada de cisterna, cárcere ou armazém; a entrada rasgada no piso imediato, com acesso por escada volante[115]». Nos ângulos do eirado superior, quatro guaritas de secção circular, com troneiras, apoiadas em avançamentos de consolas que arrancam ao nível do piso inferior, - circunstância que levou Nogueira Gonçalves a admitir a hipótese de se tratar de «sugestão» castelhana, dada a ocorrência de formas semelhantes nesta região de Espanha[116] - constituem, com as ameias, o coroamento e, jogando com a porta de alto posicionamento, o sistema defensivo. Na face Norte, sobrepujando a porta de entrada da torre e

---

113 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fls. 13v-14

114 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico»,vol. 7, 1758, fls. 1178-1179

115 GONÇALVES, A. Nogueira - *A torre baluarte de Belém,* in «Estudos de História da Arte da Renascença», Coimbra, EPARTUR, 1979, p. 8

116 *Idem, ibidem,* pp. 13-14

batendo a ponte levadiça, um balcão de mata-cães ou besteira-machicoulis sustentada por robustos cachorros, reforçava a sua defesa.

O eirado superior da torre, foi, em 1933, descrito pelo Tenente-Coronel António José Teixeira como sendo «coberto de tijolos assentes sôbre sólidas abóbadas[117]». Numa altura em que o castelo, por ser de utilidade relativa, estava votado ao abandono, constituía este pavimento a sua única protecção contra as intempéries, julgando-se, pela qualidade da sua execução e resistência, ser o único sistema de cobertura. E assim se tem conservado até hoje. Porém, dois documentos da parte final do século XVIII mostram o contrário, isto é, que a torre principal do castelo tinha telhado.

Num escrito de Luis Pinto de Sousa para Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, diz-se:

> «Fis prezente a Sua Magestade a carta de Vossa Senhoria de 25 de Março em que reprezentava a ruina que tinha experimentado o telhado da torre do castello dessa cidade, e a mesma Senhora foi servida authorizar a Vossa Senhoria para que proceda sem perda de tempo ao seu concerto com toda a regularidade, e segurança, e ao Thezoureiro Geral da Repartição do Norte se mandão expedir ordens para que haja de assestir com o dinheiro necessario para a mencionada despeza - logo que a obra se ache executada Vossa Senhoria fará recolher ao mesmo castello os armazens dessa Praça, e dos Regimentos da mesma goarnição na forma que Vossa Senhoria aponta no mencionado officio - Deus guarde a Vossa Senhoria Palacio de Lisboa em 6 de Junho de 1789 - Luis Pinto de Souza - Senhor Manoel Jorge Gomes de Sepulveda[118]».

Um outro documento confirma o assunto e mostra que não se perdeu nas teias da burocracia:

> «O Visconde de Villa Nova de Cerveira Menistro Assistente a Despacho do Gavinete Gentil Homem da Camera de Sua

[117] TEIXEIRA, António José - *ob. cit.*, p. 15
[118] A.H.M., 3ª Divisão, 9ª secção, Cx. 24, nº A2

> Magestade e seu Mordomo Mor Prezidente do Real Erario e nelle lugar Tenente Emmediato a Real Pessoa etc.. Faço saber a vos Thezoureiro Geral das Tropas das tres Provincias do Norte que sendo prezente a Sua Magestade a vossa carta de 20 de Junho proximo pasado: he a mesma senhora servida ordenar que sem perda de tempo façaes acudir a ruina do telhado do castello de Bragança que outrosim dareis inteiro cumprimento a Provizão que se vos dirigio na data de seis de Junho do prezente anno a respeito do concerto do Quartel do Regimento de Infantaria de Monção: o que se vos partecipa para que assim o executeis Joaquim Ignacio Ferreira a fes em Lisboa aos 31 de Julho de 1789 Luis Joze de Brito Contador Geral do Territorio do Rio de Janeiro e Africa Oriental e Azia Portugueza a fes escrever- Visconde Mordomo Mor[119]».

Ainda nos interrogámos sobre a possibilidade de se ter entendido que o telhado correspondia ao eirado bem como sobre a possível substituição da cobertura com telha por um sistema como o que actualmente constitui o eirado do coroamento superior. No primeiro caso parece-nos que não haverá confusão possível por se tratar de sistemas construtivos diversos; no segundo caso, a função militar implicando um pavimento resistente para suportar as manobras castrenses, não se compadecia com a fragilidade de alguns materiais que compunham o tradicional sistema de cobertura.

Assim, entendemos que o telhado então existente, abrigando todo o eirado, constituía a cobertura principal da torre, mas dispondo de um sistema de aproveitamento das águas pluviais e dos degelos que eram guiadas para a cisterna.

A organização do espaço interior está hoje muito alterada. Contudo, a referência de Cardoso Borges sobre a existência de uma «artificioza escada», leva-nos a admitir a possibilidade de se tratar de de uma escada de caracol. A ser assim, uma escada igual àquela que hoje nos conduz ao fundo do

---

119 A.H.M., 3ª Divisão, 9ª secção, Cx. 24, nº A2

compartimento que serviu de armazém, teria continuidade até ao nível do coroamento da torre, pondo em comunicação os diferentes pisos.

A presença de janelas, demonstrando uma maior necessidade de iluminação, pode significar que em alguns períodos a torre além das finalidades militares teve também uma função habitacional, pelo menos até ao momento em que, de forma independente mas comunicando com a torre, se construíu a ala residencial. Por esta razão, o aumento dos vãos e a cuidadosa fábrica gótica das aberturas, será um indicador da tendência evolutiva das concepções de conforto interior.

2.2.2. A alcáçova

Nos desenhos de Duarte d'Armas[120] - vistas de oeste e leste -, publicados por João de Almeida, é possível vislumbrar parte da alcáçova. Construção robusta, integrava na empena virada a Norte duas torres, que possuíam plantas de recorte semicircular, uma, e quadrangular, outra. Esta corresponde à lendária torre da princesa, ainda persistente, e que ostenta um telhado de quatro águas com alto canudo, para a saída dos fumos e cicatrizes diversas de arcos e passagens para os sobrados do segundo pavimento da alcáçova. Da observação da «planta da fortaleza», vê-se claramente que este edifício se organizava em volta de um pátio interior, com arcaria num dos lados e acesso às cisternas situadas entre as duas torres. Na face voltada a leste, surpreende-nos a grande altura do corpo da casa do alcaide que apresenta no piso superior seis janelas de formato quadrangular.

No século XVIII, ainda esta casa era habitada pelo alcaide-mor, facto do qual nos deu notícia José Cardoso Borges. Também o Abade de Baçal, ao publicar uma «provisão para o alcaide mór do castello de Bragança applicar certos dinheiros para reparos no dito castello[121]», nos deu a possibilidade de conhecermos alguns factos relacionados com esta habitação. Neste documento com data de Setembro de 1727, responde o rei Magnânimo, na qualidade de «administrador da pessoa e bens do príncipe D. José, Duque de Bragança», a

---

120 ALMEIDA, João de - *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas,* Lisboa, Editorial Império, 1943, pp. 349-345

121 ALVES, Francisco Manuel-T. III, *ob. cit.,* p. 246; *Idem, ibidem,* T. IV, pp. 355-356

uma «representação» do alcaide-mor de então, Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento. Os esquecimentos sucessivos da Sereníssima Casa em pagar as despesas com obras no castelo, como era sua obrigação, e a circunstância do alcaide-mor não dispor de fundos de maneio a elas destinadas, ou sem disposição para do seu bolso fazer mais adiantamentos, e ainda a aproximação do Inverno, é que determinaram Lázaro de Figueiredo Sarmento a levar estes problemas a quem os devia resolver, até porque, à sua custa, já tinha contribuído para a reparação no castelo de «varias ruinas alem de outras que reedificou o alcaide-mór seu pae em que gastaram mais de seis centos mil reis de sua propria fazenda[122]».

Foi no contexto deste processo que surgiu uma nota relativa à «casa do castello e da familia» que, quanto ao estado de conservação, se encontrava:

> «com grande desconcerto pela grande impressão que nella fazem os ventos em razão de estar o dito castello em sitio eminente, lhe causam continuamente algumas ruinas que carecem todos os annos de reparos[123]».

Este documento, não sendo conclusivo a respeito da natureza do «desconserto» da alcáçova, deixa subentender tratar-se da cobertura, já fragilizada e por isso mesmo mais susceptível aos efeitos dos ventos e ao peso da neve, tanto mais que o edifício devia ser de grande altura. Uma vez arruinado o telhado, as infiltrações pluviais aceleravam a deterioração da resistência das paredes e de outros elementos da construção. Por outro lado, a acumulação destes factores negativos é, como se sabe, geralmente acompanhada do aumento substancial das despesas para eventuais reparações e ainda da diminuição das condições de habitabilidade, facto que muitas vezes leva, relativamente à função inicial, à desafectação do edifício.

Integrada no castelo, a casa do alcaide seria contemplada no despacho de D. João V, o qual atendendo às reparações necessárias, embora «sem despeza de minha fazenda nem prejuizo de terceiro», mandava que os saldos positivos dos

---

[122] ALVES, Francisco Manuel- T. III, *ob. cit.*, p. 246
[123] ALVES, Francisco Manuel- T. III, *ob. cit.*, p. 246

concelhos do termo desta cidade fossem aplicados «em obras publicas como esta pois é em que consiste toda a fortificação» da Praça de Bragança.

Apesar desta disposição régia, outra provisão[124], passada em 1728, mostra que as reparações das ruínas do castelo e da alcáçova foram relegadas para um plano secundário, visto que os «subejos» dos concelhos «tanto dos annos preteridos como de mais cinco futuros» tinham sido afectados para reparações do convento de Santa Clara. Sendo esta decisão da responsabilidade do Desembargo do Paço, estava, no entanto, ferida de ilegalidade pela circunstância do termo de Bragança estar sob a alçada do Estado de Bragança. Por isso, só o monarca, enquanto administrador desta Casa, tinha competência para tomar semelhante determinação.

Não dando margem para mais dúvidas, D. João V incumbiu o Ouvidor da Casa de Bragança a deslocar-se aos diferentes concelhos sob jurisdição desta cidade e da Sereníssima Casa impôr que de acordo com os sobejos das respectivas rendas, respeitada a proporcionalidade, se recolhesse anualmente a quantia de cem mil réis para se aplicar no castelo «até se findarem os reparos que carecer».

Em 1743, este edifício voltaria a ser objecto da atenção régia. Com efeito, nesta data, o rei magnânimo ordenou ao Provedor da Comarca para entrar em correição na cidade de Bragança e fazer «arrematar em praça pelos mais baixos preços os reparos somente precisos das cazas do castello em que assiste o alcaide mór[125]». Mais, determinava que as despesas com estas obras corressem pelo «Depositario», com a declaração de que, no caso de que os custos ultrapassarem a quantia que estava na mão deste funcionário, o excesso seria pago pelas rendas do Estado de Bragança.

Desconhecendo-se a dimensão destas reparações ou outras medidas tomadas para se travar a ruína da casa destinada ao alcaide, a verdade é que só em 1758 podemos estabelecer alguma relação de outros factos com este edifício.

Referindo esta construção, uma passagem das *Memórias Paroquiais* não deixa dúvidas sobre o seu estado de abandono bem como sobre a função que agora desempenhava:

---

[124] ALVES, Francisco Manuel- T. III, *ob. cit.*, pp. 246-247
[125] ALVES, Francisco Manuel- T. III, *ob. cit.*, p. 356

«tem humas cazas muito grandes tambem pegadas ao castello: tem a telharia bastante mas toda desmontada, no que padessem os muros grave ruina quando se dispara por estarem com as culatras mitidas en covas que tem feito no mesmo muro; e devia Sua Magestade que Deus guarde mandar fazer na borda do muro huma caza aonde (*) recolhida e montada, e quando a quizessem disparar, tirar as pessas que havião de servir, e tanto que servissem tornallas a recolher, que assim evitavão dobrado gasto de carretas, e as pessas escuzavão de as estar comendo a ferruje principalmente as de ferro e estavão sempre prontas: e a caza com pouco se fazia[126]».

Apesar da ruína do edifício, parece que sempre os alcaides-mores se julgaram com direito a viverem no Paço, assim como na torre de menagem. Este direito seria afirmado em 1781, numa altura em que se instalou no castelo, com «grande e dispendiozo concerto[127]», um Regimento de infantaria. Pretendendo-se - de acordo com uma afirmação do Abade de Baçal e que um documento existente na Torre do Tombo (Ministério do Reino), cuja cópia entretanto perdemos, confirmava - que aquela construção complementasse as instalações da infantaria, saíu à liça, para contestar tal pretensão, o alcaide mor José Marcelino Jorge de Figueiredo Sarmento, afirmando que o «castello e cazas adjuntas foram sempre habitação dos alcaides móres seus paes e avós[128]».

Independentemente da forma como este diferendo se resolveu - o que desconhecemos - é provável que, na ocasião, o edifício tivesse sofrido algum tipo de intervenção de molde a ficar com capacidades para resistir às inclemências durante mais uns tempos.

Em 1831, já desabitado e certamente muito arruinado, foi objecto de uma resolução da Câmara, insistindo na execução de uma medida já afirmada no ano anterior, determinando que se fechassem as duas portas da casa do alcaide com pedra e cal[129].

---

126 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico», vol. 7, 1758, fl. 1179
127 ALVES, Francisco Manuel- T. IV, *ob. cit.,* p. 357
128 ALVES, Francisco Manuel- T. IV, *ob. cit.,* p. 357
129 B.P.A.D.B., *Acordãos da Camara,* Cx. 1, Lv. 6, fls. 43, 66v

3. O forte de S. João de Deus

Em consequência das guerras que se seguiram à aclamação de D. João IV como rei de Portugal e da necessidade de se manterem os limites fronteiriços, entenderam os responsáveis políticos e militares que seria útil reforçar o sistema defensivo da cidade de Bragança. Para o efeito, escolheram, nas imediações mais próximas, um ponto elevado que permitindo descobrir uma vasta área, possibilitava também, uma vez fortificado e devidamente municiado, senhorear as zonas ocidental e sul da cidade.

De acordo com José Cardoso Borges, o sítio onde se havia de implantar a nova fortificação tinha as características seguintes:

> «hua eminencia que fica a respeito desta cidade ao occidente, e na direitura daquella em que esta o castello havia antigamente hum grande arvoredo de sardões, ou azinheiras, razão porque hoje todo aquelle campo conserva o nome de Sardoal;
> e nas guerras da feliz acclamação do rei D. João IV, sendo Governador das Armas nesta Provincia o Conde da Mesquitella, desmontada aquella campanha, se plantou o forte de S. João de Deos[130]».

O mesmo sargento-mor, mostrando-se conhecedor do «Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares» que Luis Serrão Pimentel, «Engenheiro Mor, e Cosmografo Mor do reino, e senhorios de Portugal, Tenente General da artelharia em qualquer das provincias do reino», em 1680 deu à estampa, descrevia assim o forte:

> «He esta fortaleza, regular de quatro angulos, com outros tantos belluartes, como se ve desenhada no Methodo Luzitanico de Serrão 1 part. cap. 6 fol 15 figura 16. Está artelhada, e tem duas ruas de quarteis e hua ermida de S. João de Deos. Obras exteriores, só o fosso aberto no terreno, e dous revelins; hum que cubre as Portas,

130 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 58

> e sobre estas em hum nicho está a Imagem de S. João de Deos, e o outro a cortina longa, que lhe corresponde. Pela parte Meridional se lhe avezinha o Fervença, e pela do Norte se estende a campanha em dilatado valle, que com vagaroza declinação vai cahindo sobre a ribeira de S. Jorge[131]».

Se esta descrição confere com as representações cartográficas conhecidas do século XVIII, já a atribuição da sua construção ao exercício do governo militar da província de Trás-os-Montes pelo conde de Mesquitela poderá suscitar algumas observações na medida em que só em 1659 este seria nomeado para aquele cargo. Em 1661, «porque o emprego das armas de Castella se applicou todo ás emprezas de Alentejo, e Entre Douro, e Minho[132]», beneficiou a Província de Trás-os-Montes de alguma acalmia. Valendo-se desta situação, o Conde de Mesquitela, «com muita actividade acrescentou o numero dos Terços de Auxiliares, e tratou da fortificação das praças», antes de passar para a Província da Beira, ficando a desempenhar as mesma funções o Tenente General Domingos da Ponte Galego.

Durante a sua permanência na região transmontana, não existe dúvida que viu crescer as obras do forte de S. João de Deus porque em 1660 as obras de fortificação ocupavam a mão de obra disponível na cidade como se conclui da afirmação do padre Estevão Ferreira, Reitor do colégio dos Jesuítas, que, na impossibilidade de ver terminados alguns trabalhos nas instalações dos regulares, justificava o atraso porque o rei «divertira os officiais pera as suas obras do castello e forte[133]».

Porém, importará ter igualmente em conta as diligências relativas à fortificação desta cidade que, em 1653, os seus representantes fizeram junto do monarca, sendo governador das armas da província de Trás-os-Montes, Joanne Mendes de Vasconcellos que, desde 1652 ocupou este cargo até à morte do rei,

---

131 *Idem, ibidem,* fl. 58

132 MENESES, D. Luís - *Historia de Portugal restaurado,* T.II, pp. 348, 349. (Não se indicam o local e a data da edição por não existir essa folha no volume que consultámos. Contudo a autorização para poder circular foi concedida em 1698).

133 MARTINS, Fausto Sanches - *A arquitectura dos primeiros colégios Jesuítas de Potugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços.* vol. I, Porto, Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp.654, 655.

em 1656, altura em que foi colocado na província do Alentejo, sucedendo-lhe naquela província o Mestre de Campo António Jacques de Paiva.

Correspondendo às espectativas dos cidadãos, ainda em 1653, o engenheiro francês Saint-Paul seria chamado a Bragança, com a incumbência de aqui «fazer a planta da fortificação e o orçamento das obras, aproveitando os materiaes e outros auxílios que os habitantes offereciam[134]».

Sendo verdade que entre a concepção e o início da execução de uma obra pode decorrer algum tempo, no caso deste forte, admitimos o seu início antes do Conde de Mesquitela ter tomado posse daquele cargo, já que, atendendo à conjuntura militar que então se vivia, do desempenho militar e da capacidade de resistência dependia a manutenção das praças fronteiriças na soberania portuguesa.

Mais importante do que o estabelecimento do momento exacto em que se iniciou tal obra seria o conhecimento do percurso e concepções que orientaram a acção artística deste estrangeiro. Permanecendo na obscuridade, algumas informações podem, no entanto, ser adiantadas. Pierre Gilles de Saint-Paul, de seu nome completo, foi um dos engenheiros militares que, em 1641, chegaram a Lisboa na companhia de Charles Lassart. Este, no ano seguinte, seria investido no cargo de Engenheiro-mor do reino[135]. Rafael Moreira, dando-nos conta da sua presença em terras de Riba Côa, aponta-o mesmo como o responsável pelo desenho da praça moderna da vila de Almeida, em execução pelos anos de 1646. Também Sousa Viterbo, admitindo a hipótese de o seu nome ter sido aportuguesado para Sá Pollo, nos dá a conhecer um documento[136] que confirma

---

134 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *História orgânica e política do exército português,Provas,* vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 129

135 MOREIRA, Rafael - *Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar,* in «História da arte em Portugal», vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 82

136 Refere Viterbo o pouco merecimento atribuído a António Piala Dobles pelo Doutor João de Brito Caldeira nas suas *Advertencias de gastos superfluos e praças escusadas e desnecessarias no partido de Castello Branco.* Nestas *Advertencias,* remetidas ao Conselho de Guerra em 3 de Junho de 1655, constava o seguinte: «Antonio de Piala Dobles engenheiro das fortificaçõens, Frances vence cada mes trinta mil reis, sem entender nada dellas, no que da grande perda a fazenda Real, porque alem de ser tido por homem de pouca sciencia, por experiencia vi quasi todas suas fortificaçoins arruinadas. E basta que venha o engenheiro de Riba Coa Sá Pollo, que he homem perito, fazer os desenhos necessarios, que os entende, e se pode escuzar esta praça». VITERBO, Sousa - *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses,* Lisboa, vol. II, Imprensa Nacional, 1904, p. 264

a sua estada naquelas paragens, embora se saiba da sua presença[137] em diferentes Praças alentejanas.

Como as realidades e a urgência da restauração implicavam a presença constante de peritos[138] na arte de fortificar, admitimos a probabilidade de Saint-Paul ter estado em Bragança antes de 1653, em consequência de uma determinação do Conselho de Guerra, de 9 de Fevereiro de 1644, no sentido de ser «enviado, com a possível brevidade, um engenheiro a D. João de Sousa, governador das armas de Trás-os-Montes, a fim de trabalhar nas fortificações desta província[139]». Em Outubro de 1645, a sua presença na província de Trás-os-Montes parece mais certa, pois é esta a data de um decreto do Conselho de Guerra determinando que este Conselho «informasse El-Rei acerca dos méritos do engenheiro francês Paulo, em serviço na província de Trás-os-Montes, a fim de responder convenientemente ao rei de França que a pedido dele solicitava o seu passaporte[140]».

Um forte, na expressão de Luis Serrão Pimentel, era uma praça militar «cercada de fossos, reparos, e baluartes; dos quaes se pòde defender com pouca gente contra a força do inimigo». A «hum tiro de mosquete» do castelo, ficava o forte de S. João de Deus que era uma Praça regular organizada a partir de um quadrado com cerca de duzentos metros de lado, nos ângulos do qual se atavam outros tantos baluartes, com as cortinas das faces viradas a Este e Oeste defendidas por revelins.

---

137 NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*, Lisboa, Estado Maior do Exército / Direcção do serviço histórico militar, 1991, p. 187

138 Note-se também a presença em Trás-os-Montes do engenheiro militar Fernando Francisco de Groenemberg, com se conclui do decreto de 14 de Novembro de 1653 que mandava «ver no Conselho de Guerra a consulta, que seguia inclusa, da Junta dos Três Estados acerca de duas pagas de soldo a que se julgava com direito o engenheiro de Trás-os-Montes, Fernando Francisco de Groenemberg». Anote-se ainda a recomendação ao Conselho de Guerra para que «procurasse acomodar com engenheiro a província de Entre Douro e a de Trás-os-Montes, para evitar o caso apresentado por D. Álvaro de Abranches, do Conselho de Estado d'El Rei e governador das armas de Entre Douro e Minho, que se queixava de que, estando o Engenheiro Miguel Lescolle aprazado para servir naquela província, tinha sido mandado para a de Trás-os-Montes». SANTOS, Horácio Madureira dos - *Catálogo dos decretos do Conselho de Guerra*, separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol. I, Lisboa, 1957, pp. 209, 226

139 SANTOS, Horácio Madureira dos - *Catálogo dos decretos do Conselho de Guerra*, separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol. I, Lisboa, 1957, p. 104

140 *Idem, ibidem*, vol. I, p. 125

No interior do quadrilátero, duas alas de quartéis alinhavam-se paralelamente a duas faces da capela do padroeiro S. João de Deus, enunciando o princípio da simetria e subordinando às exigências da disciplina e da óptica a necessidade de, a partir da zona central da praça ou parada, ser possível o controle dos quatro baluartes bem assim como da rápida facilitação nos movimentos de homens e armas de uns baluartes para outros.

Em 1762, depois de dominar a cidade, uma das actividades a que o exército espanhol se entregou, foi, como já dissemos, à destruição das suas fortificações e quartéis. Quer o desenho de Giozé Maria Cavagna, quer um outro, não assinado nem datado, do mesmo forte, mostram o zelo dos invasores na neutralização dos baluartes e revelins, onde abriram grandes brechas nos ângulos formados pelas linhas dos flancos com as faces, bem como no ponto de reunião das duas faces dos baluartes.

Apesar de, já nos finais do século XVIII, existirem plantas onde se inscrevem propostas de reconstrução deste forte, julgamos que nunca foram levadas a cabo, até porque as despesas com obras, deviam conceder prioridade aos quartéis também destruídos pelos militares invasores. Por outro lado, na «Memoria hem que se apontão os meios de por fora de insulto o castello de Bragança», escrita em 1797 pelos capitães do Real Corpo de Engenheiros, Carlos Frederico Bernardo de Caula e Luis Gomes de Carvalho, por ordem do Governador da província de Trás-os-Montes, refere-se claramente o estado desta fortificação e o oneroso que seria a sua reconstrução. Indicando não contarem com o Forte de S. João de Deos para a defesa da cidade, justificam a decisão tomada pelas razões que se seguem:

> «1° - Porque tem algumas quinze brechas cujo concerto seria despendiozo,
> 2° - Porque seria necessario fazer todos os parapeitos, por todos lhe faltarem.
> 3° - Porque sendo o plano interior todo descoberto, e na altura em que devião ficar os seus reparos serião batidos os seus defensores de flanco, e revez de muitos lugares da capanha [sic].

4° - Porque o revelim que está cituado em hum plano tão baixo que não pode defender as capitais[141] dos baluartes lateraes, e assim mesmo está na maior parte arruinado.

5° - Porque os seus fossos estão só principiados, e seria difficil concluillos, por serem talhados na rocha.

6° - Porque a sua goarnição diminuiria, ou consomiria as forsas que julgamos mais uteis na defensa do castello, que por outra parte esta no estado de aquartellar a sua goarnição, o que não ha no Forte[142]».

4. O hospital militar

Os hospitais militares destinavam-se ao tratamento das tropas e podiam ser permanentes ou interinos. Os primeiros estabeleciam-se nas praças militares e tinham por função receberem e tratarem os doentes da respectiva guarnição e ainda, se o tempo era de guerra, os da frente de combate. O regulamento do Conde de Lippe (1764), estabelecia: Em todas as guarniçoens, que se compozerem de hum Regimento, haverá hum hospital [...]; nas guarniçoens de huma, ou muitas companhias, servirá de hospital huma caza particular[143]». Por outro lado, o funcionamento dos hospitais interinos estava associado, como o termo deixa ver, aos períodos e locais de conflitualidade. Neste estudo, o nosso interesse, centrado nos pertencentes à primeira categoria, limitar-se-á ao hospital de Bragança que não existia nesta cidade, pelo menos até Março de 1642, como se conclui de um «regimento» existente no Arquivo Histórico Militar que Horácio Madureira dos Santos publicou em 1973.

Estando em Bragança, o «dezembargador Gregorio de Valcacer de Morais vezitador e reformador geral das fronteiras», efectivou em 1642, no seguimento de instruções régias, um acordo com a Santa Casa da Misericórdia local de

---

141 Numa fortificação regular, como a do forte de S. João, designam-se como capitais as linhas imaginárias traçadas entre o vértice do polígono quadrangular e o ângulo definido pelas duas faces do baluarte.

142 A.H.M., 1ª Divisão, Arquivo Militar de Lisboa, Cx. 2, n° 6, s/fl.

143 *Regulamento para o exercicio, e disciplina dos Regimentos ...*, pp. 220, 221

forma a garantir que todos os que estivessem mobilizados para terçarem armas pudessem ser assistidos em caso de ferimentos ou doença:

> «Porquanto na Praça de Bragança não há hospital real e em falta delle manda Sua Magestade nas instruçois e regimentos das Praças adonde ouver prezidios para que se obriguem a curar os infermos e em execução desta ordem fes concerto com a Mizericordia desta cidade de Bragança que se ellege por assento lançado digo asento que fica lançado no livro da dita Mizericordia registado no do(s) registos da Contadoria desta provincia o curar os soldados enfermos[144]».

4.1. Localizações e organização

Será através de um pedido sobre a necessidade de mais religiosos para assistirem os doentes que nos chega a primeira notícia relativa à existência de um hospital militar em Bragança, o qual, dispondo de cinco enfermarias, em 1679 tinha as suas instalações no castelo, onde, como a seguir se refere, prestava assistência médica:

---

144 Neste acordo previam-se também as despesas com os militares doentes e formas de gerir o dinheiro: «dando se lhe meio tostão de seus socorros os dias que estiverem doentes no dito hospital e camas a hum para se curarem sinco mil reis a hum infermeiro ficando por conta de Sua Magestade a nomiação e sellarios do medico cirurgião barbeiro e despeza da botica, e quatro mil reis aos quatro cappelains da Caza da Mizericordia, mil reis a cada hu cada anno pello trabalho de confesarem e sacramentarem os ditos soldados infermos que tudo se ha de pagar da baixa que se ha de fazer aos soldados e de hum vintem cada hu cada mes que ha de ficar na mão do pagador geral para delle fazer pagamento dos sitos sellarios. O vedor geral tera particular cuidado de fazer cumprir o dito asento que se fes com a Mizericordia e que se lhe acuda com meio tostão socorro dos soldados o tempo que estiverem doentes e de fazer tirar o vintem cada mes aos soldados que ficarão na mão do pagadorgeral e delle se pagará ao medico cirurgião e barbeiro os sellarios que em seus provimentos ficão asignados e o que constar que pellas receitas se deu ao boticario abatida a terça parte na formado estilo dos hospitais de Sua Magestade as quais serão passadas pello medico e asignadas pello vedor geral sendo prezente ou pello pagador que se pagarão ao dito boticario sendo primeiro avaliadas pelo medico com juramento de seu officio e sobejando da dita baixa dos vintais algum dinheiro no cabo do anno ficará a despozição de quem governa as armas para mandar gastar em couzas convenientes ao dito hospital e a cura dos soldados infermos sendo necessário. Bragança, 6 de Março de 1643. a) Gregorio de Valcacer de Morais». SANTOS, Horácio Madureira dos - *Regimento para a Contadoria que deu o Dezembargador Gregorio de Valcacer de Morais vezitador e reformador geral das fronteiras e na conformidade do Regimento da vezita e instrução de 18 de Março de 1642 registado a fl. 128 do livro do registo geral da Vedoria de Traz os Montes,* in «Cartas e documentos da época da guerra da aclamação», Lisboa, 1973, pp. 264-265

«Senhor: diz o imfirmeiro mor do hospital do castello em o qual ha muito tempo que tem muitos doentes e pello continuo trabalho lhe adoeceo o seu companheiro e esteve ungido, e em seu lugar foi Vossa Alteza servido mandar outro imfirmeiro para o ajudar, e crecendo o numaro dos emfermos se achão hoje com setemta e de graves emfermidades, e não he pusivel serem bem asistidos os doentes devididos em sinco emfermarias, com tam poucos religiozos, esta tem feito a Vossa Alteza este requerimento imformado da Contadoria em 13 de Outubro passado. A Vossa Alteza por serviço de Deos (e) bem dos pobres emfermos se sirva m(an)dar sem a dilação ao seu Provincial lhe mande os religiozos que pareser são necessarios para a asistencia dos doentes, e ao Almoxarife lhe de a porçam que dispoem o Regimento, e declarar a contenue ao religiozo que esta servindo em lugar do seu companheiro que esta doente do dia que se lhe deu baixa por conta do dito Almoxarife[145]».

Entre 1683 e 1707 - período de tempo correspondente ao reinado de D. Pedro II - deixaria a área do castelo para ocupar um edifício novo, pois que, segundo José Cardoso Borges:

---

145 Este pedido mereceu esta informação:
«Vejase na Contadoria Geral e enforme o superior com seo parecer. Lisboa 23 de Novembro de 679.
Por ordem da Junta ja o Provincial nomeou hu rellegiozo, em lugar do que adoeseo, e he necessario maes outro, ao Almoxarife lhe toca, comforme o Regimento a fazello prezente na Junta. Lisboa 23 de Novembro de 1679.
Escrevase ao padre Provincial nomear outro religiozo para asistir em quanto durar a doença do religiozo em cujo lugar entra. Lisboa 29 de Novembro 679».

À mesma questão refere-se ainda a seguinte "consulta":
«Almoxarife de Bragança: pareceo á Junta propor a V. A. para servir este officio a Joseph de Morais de Madureira e em segundo lugar a Bernardo Sarmento Pereira he a Paulo de Mesquita em terceiro lugar. Vista a enformação a resposta da Contadoria. Lisboa 29 de Novembro de 679».
A.H.M., 3ª Divisão, 16ª secção, nº 64, Cx. 11

«o hospital da gente de guerra em que asistem religiozos de S. João de Deos, e fica no cimo da rua dos Gatos o qual mandou fazer o Serenissimo Rei D. Pedro[146]».

Felizmente, conhecemos a planta do «Hospital Militar da cidade de Bragança[147]», a qual nos possibilita o conhecimento da forma como interiormente se organizava esta instituição. Apesar de conter a indicação que o «edifficio foi ha pouco tempo reedifficado; e se acha(va) em bom estado», este desenho não possui data nem a identificação do seu autor. Em todo o caso, por razões que adiante veremos, é possível que a «reedifficação» e o levantamento da planta tivessem lugar durante a segunda metade do século XVIII.

Quadro I

«Rezumo geral dos hospitaes que há nas Práças septentrionaes do Reino, e Partido do Porto, em que existem Regimentos. Maio de 1790[148]

numero de hospitaes	Aonde estabelecidoz em	Se são militares ou da Mizericordia	Quem os governa
1	Almeida	Militar	Fiel Admnistrador Joze Alexandre
1	Miranda do Douro	Militar	Priôr Frei Francisco de Salles Rego

146 BORGES, José Cardoso - *ob. cit.*, fl. 57
147 B.P.M.P., Res., C-M&A, Pasta 24(3)
148 A.H.M., 3ª Divisão, 16ª secção, Cx. 14, nº 10

1	Bragança	Militar	Prior Frei Agostinho de Santo Antonio
1	Chaves	Militar	Prior Frei Jozé da Natividade
1	Valença do Minho	Militar	Admnistrador Jozé Alvarez Pereira
1	Viana do Minho	Mizericordia	Provedor da mesma
1	Porto	Mizericordia	*Idem*»
7			

De geometria irregular, possuía este edifício dois pisos e uma fachada mais curta que o comprimento dos panos laterais. Pelo pátio de entrada, descoberto e localizado no cimo da rua dos Gatos e de frente para a rua Direita, acedia-se directamente ao piso térreo e, por uma escadaria de onze degraus, ao pavimento superior. Contígua à fachada, mas na rua dos Gatos, uma porta carral dava passo à àrea da cerca, zona para a qual se abriam duas portas nas divisões do piso inferior. Neste plano, dado o acentuado declive do terreno, havia uma parte que por ser «massiço athe o plano de sima» não tinha qualquer aproveitamento.

Era no piso térreo que se situavam diversos compartimentos, uns sem iluminação e outros mal iluminados, com serventia para «varios despejos, e acomodaçoens» diversas, num dos quais arrancava uma escadaria interior com dois lanços para comunicação com o sobrado. Atado a este corpo, um outro, mais comprido e estreito mas iluminado por janelas, reunia algumas potencialidades funcionais para a acomodação de doentes. A indicação de que «este plano terreo tambem pode servir para enfermeria», demonstrando o que acabámos de afirmar, pode igualmente significar a sua recuperação e dotação de melhores condições no momento em que o hospital se «reedificou».

Vencida a escadaria exterior de acesso ao pavimento superior, era a partir de uma varanda, com as funções de pátio interior, que se organizava a

espacialidade deste plano com funções claramente distintas. Sob o ponto de vista construtivo, os diferentes compartimentos, estruturando-se de acordo com as paredes fundamentais do edifício, acabavam quase por repetir a organização do nível inferior. Assim, praticamente em correspondência com a área de «despejos, e acomodaçõens» situavam-se as diversas «cazas dos enfermeiros religiozos» de S. João de Deus e ainda a cadeia destinada aos presos doentes. Do mesmo modo, a enfermaria resultava da sobreposição do piso inferior.

No plano superior, a área do maciço térreo constituía a excepção. Era neste nível que se situavam algumas divisões que completavam o conjunto das necessidades espirituais e físicas que eram precisas para o funcionamento de uma instituição hospitalar.

Defronte da escadaria da entrada estava a capela que a sua posição lateral e os corredores de circulação destacavam do conjunto, propiciando-se desta maneira a tranquilidade necessária para a reflexão espiritual. Na parte central, situada num plano mais elevado e em frente da enfermaria prisão, a casa da guarda tinha um posicionamento que facilitava o controle da circulação interior. Nas traseiras, além da cozinha e despensa, situavam-se as latrinas e ainda - para fácil aprovisionamento das aves com que se cozinhavam os caldos de galinha prescritos pelos médicos a alguns doentes - a capoeira.

Em 1763, minguando o apoio central, o hospital da gente de guerra bragançano passava por uma situação de grave aperto. Seria no poder e na infuência de João de Almada e Melo que os religiosos de S. João de Deus depositaram as esperanças de verem ultrapassados os problemas, os seus e os do hospital, que nesta casa embaraçavam a prestação dos cuidados de saúde.

Quadro II

«Relação dos emfermos que tem este Hospital Real de Bragança e dos religiozos e servos que lhe assistem e das roupas que lhe servem tem o mesmo Hospital para seu uzo e mais assistentes que vem ao mesmo Hospital todos os dias e do alimento que comem e suas quantidades

Tem trinta e quatro emfermos tres que comem frango dezanove que comem carneiro e doze que comem vitella os que comem frangos tem dous frangos cada dia e hum arrate de pão, e os que comem vitella e carneiro tem hum arrate e cinco quartos de pão

tem louça de barro vidrado em que comem
tem a caza hum Prior e dous relegiozos subditos
tem mais quatro servos d'aguadeiro e hum cozinheiro
tem mais hum ajudante de cirurgia efetivo
tem mais hum oficial subalterno efetivo de inspeção
tem mais hum medico e dous cirurgioens mores que vizitão duas vezes no dia
tem cem emxaragoens uzados
mais cento e outenta lançoes uzados
mais cento e cincoenta cobertores de papa uzados
mais cento e trinta e seis traveceiros de estopa uzados
mais cem goardanapos de estopa uzados
mais cincoenta ataduras de linho.
De sobre excelente nada[149]».

149 Assinada por Frei Agostinho de Santo António, «Prior e Adeministrador» deste hospital, esta «Relação» não está datada. Contudo é provável que respeite ao ano de 1790. A.H.M., 3ª Divisão, 16ª secção, Cx. 14, nº 13

Quadro III

«Rellação das despezas feitas no Hospital Real Militar da Praça de Bragança[150]»			
Ano Mês	1787	1788	1789
Janeiro	299.199 7/9	301.530	256.902 3/4
Fevereiro	258.588	246.773	416.470 2/3
Março	302.266 1/4	286.129	291.572
Abril	283.508 3/4	308.613	222.079
Maio	320.594 3/8	303.604	257.142 1/6
Junho	280.292 1/4	222.863	223.720
Julho	240.934 3/4	183.916 8/9	245.435
Agosto	236.022 1/2	253.007 1/2	220.852
Setembro	287.779 1/2	270.060	228.988 1/3
Outubro	274.225 1/2	319.447 3/4	317.509
Novembro	306.107 1/2	272.088	356.647
Dezembro	272.730	246.327 1/4	363.043
Total	3.362.244	3.214.359 1/3	3.400.360 7/8

150 A.H.M., 3ª Divisão, 16ª secção, nº 19, Cx. 14. Não especificando a natureza das despesas, este documento , escrito no Porto, em 22 de Maio de 1790, tem as assinaturas de Félix Anes Jacome e Cristóvão Eduardo Ferreira

Governador militar das províncias do Minho e Trás-os-Montes desde a invasão do país em 1762, agraciado com a patente de tenente-general dos exércitos por D. José, João de Almada e Melo, além de «fiel executante da política pombalina no Norte[151]», beneficiava ainda de uma posição privilegiada para ajudar a solucionar a questão, dados os laços de parentesco que o ligavam a Pombal. Por isso se lhe dirigiram os clérigos de S. João de Deus.

Embora não se conheçam completamente os resultados da diligência efectuada, não se poderá negar o interesse na superação dos males que afligiam o hospital, por aquele que, além de outros importantes cargos, viria a ocupar a presidência da Junta das Obras Públicas da cidade do Porto. Em carta de 17 de Agosto de 1763, escrevia ao Conde de Oeiras:

> «Meu primo [...]. O Prior do hospital de Bragança, e de Chaves aqui mandarão dous relligiozos para se lhe ajustar as suas contas, ameaçando me que fechavão os hospitais dizendo me que não tinham com que puder continuar a curar os doentes, assim me foi necessario acomodalos escrevendo ao Vedor Geral de Tras os Montes que lhe mandasse dar algum dinheiro a conta, o que seria com brevidade, e os mandei em parte satisfeitos, em tanto tu não des providencias sobre estes hospitais[152]»

Embora na parte final do século XVIII se tenham manifestado preocupações com a «boa administração, e policia dos hospitaes militares» - através de um regulamento que, em 1797, procurou organizar os hospitais de campanha -, será, todavia, o príncipe regente quem, por um alvará de 1805, tomou as providências mais importantes dirigidas «á conservação da vida daquella classe dos meus fieis vassallos que se expoem a perdella pela defeza do Estado». Assinado por António de Araújo de Azevedo, ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, publicou-se então o «Regulamento para os hospitaes militares tanto em tempo de paz, como em

---

151 FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. - *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras públicas,* vol. I, Porto, 1988, p. 34

152 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 712, doc. s/nº, s/fl.

tempo de guerra», diploma que derrogava o regulamento anterior de sete de Agosto de 1797.

Das várias secções, títulos e artigos do novo diploma que, a vários níveis tratam da organização militar dos hospitais, destacamos apenas os aspectos com incidências mais evidentes sobre a organização e construção dos edifícios hospitalares, algumas das quais fundamentando novos princípios higienicistas, traduziam avanços no capítulo dos cuidados de saúde.

Propondo a eleição dos «sitios mais saudaveis, e mais commodos» para o estabelecimento de hospitais permanentes, - cuja escolha seria indicada ao ministro da Guerra pelo Físico e pelo Cirurgião -mor - o regulamento exarava algumas medidas respeitantes a:

> Enfermarias
> «Em todo o hospital permanente haverá huma, ou mais enfermarias para os convalescentes, e huma de reserva para mudar os doentes, quando se julgue necessario purificar o ár de alguma das occupadas. Além destas haverá duas enfermarias de medianna grandeza para o tratamento das doenças contagiosas, as quaes serão separadas das outras, quanto for possivel[153]»;
>
> Latrinas
> «As latrinas serão sempre isoladas, ou construidas por fóra das paredes do edificio, e feitas de modo que sejão bem arejadas, e de facil escoamento: terão duas portas com polé, e entre ellas hum vestibulo[154]»;
>
> Obras

153 A.H.M., *Regulamento para os hospitaes militares de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra*, 3ª Divisão, 16ª secção, Cx. 1, nº 42, s/fl.; COSTA, Verissimo António Ferreira da - *Collecção Systematica das leis militares de Portugal*, T. I, Lisboa, Na Impressão regia, 1816, p. 250

154 A.H.M., *Idem, ibidem*, s/fl.; *Idem, ibidem*, p. 250

«Quando houver necessidade de se fazer alguma obra nos hospitaes permanentes o Engenheiro incumbido della remetterá o seu plano ao Ministro da Guerra, que decidirá o que se deve fazer[155]»;

Cemitérios

«O cemiterio de qualquer hospital deverá ser murado, situado ao Sul, e distante pelo menos duzentos passos; haverá nelle huma pequena casa, onde se depositarão os mortos, e onde se conservarão por vinte e quatro horas desliados[156]».

Relativamente às enfermarias e latrinas, estipulava-se ainda a obrigatoriedade de, em cada meio ano, serem caiadas «com huma mistura de cal viva, e agoa, em quanto dura(sse) a sua effervescencia[157]». Esta medida profilática estendia-se também às exumações, já que a primeira camada de cobertura do defunto seria constituída por cal. Esta matéria, com larga aplicação, serviria ainda para a preparação da água de cal com que se deviam esfregar e lavar os pavimentos das enfermarias.

Ainda em relação à existência do cemitério em terrenos anexos ao hospital, só temos notícia da sua utilização a partir de 1833, o que não significa que antes desta data não tivesse espaço próprio, apesar de muitos soldados falecidos no hospital militar continuarem a ser sepultados nos adros das igrejas. Aliás, antes desta data, o problema[158] do cemitério militar tinha sido aflorado na Câmara, como decorre de um pedido formulado em 1831, para se destinar terreno, fora da cidade, para um cemitério onde seriam enterrados os recrutas falecidos no hospital militar. Ao mesmo tempo e para o efeito, propunha-se o adro da capela de S. Sebastião.

Sendo firme a decisão de se aplicarem as medidas enunciadas no regulamento, certamente que algumas delas tiveram consequências no hospital bragançano. Porém, o desconhecimento do seu alcance não nos permite ir neste momento mais além desta presunção.

---

155 A.H.M., *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* p. 250
156 A.H.M., *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* pp. 314, 315
157 A.H.M., *Idem, ibidem,* s/fl.; *Idem, ibidem,* p. 311
158 B.P.A.D.B., *Acordãos da Camara,* Cx. 1, Lv. 6, fl. 72; Cx. 1, Lv. 7, fls. 16, 39v, 65

O mesmo já não diremos em relação às preocupações e sobretudo às condições materiais que neste tempo se julgavam necessárias para a cura e convalescença dos enfermos. É, pois, nesta linha de orientação que devemos compreender as soluções que o engenheiro militar José Joaquim de Freitas Coelho, então com a patente de primeiro Tenente, adiantou ao ministro António de Araújo de Azevedo, cumprindo assim o estabelecido no regulamento.

4.2. Novos projectos

De acordo com o articulado do relatório elaborado por José Joaquim de Freitas Coelho, as soluções propostas, relativamente ao hospital militar desta cidade, baseavam-se no princípio segundo o qual a melhor maneira para se curarem os doentes passava pela mudança de instalações. Foi a esta luz que a possibilidade de se fazerem obras que melhorassem as instalações do edifício existente nem sequer foi contemplada.

Nesta perspectiva, as orientações possíveis, não se considerando a hipótese da construção de novo edifício, passavam pela negociação, aproveitamento da estrutura e adequação aos novos objectivos de dois edifícios religiosos: o convento das Oblatas do Menino Jesus, no Loreto, e o convento de Santa Clara. Do estudo das condições que estes dois edifícios ofereciam, bem como das obras de raíz que as novas funções impunham, encarregar-se-ia, para posteriormente se fazer a opção por um deles, o tenente engenheiro José Joaquim de Freitas Coelho. O seu trabalho, seria sistematizado em quatro plantas que focavam o mesmo objectivo:

- «Planta do convento de Santa Clara de Bragança para progetar sobre ella hum hospital mellitar, e hum acoartellamento de cavallaria[159]»;

- «Progeto do hospital melitar no pavimento do convento de Santa Clara de Bragança»; «Progeto do hospital no 1° andar do mesmo edeficio[160]»;

[159] D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., n° 5723(988)- 1.4A.8
[160] D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., n° 5723(989)- 1.4A.8

- Planta do citio e edeficio de Nossa Senhora do Loreto para progetar sobre ella hum hospital melitar na forma das Reaes Ordens, e Regimento dos hospitaes[161]»;

- «Progeto do hospital melitar de Bragança no edeficio da Senhora do Loreto[162]».

No projecto de Santa Clara, devemos considerar duas fases: uma, com as implicações decorrentes das adaptações às novas finalidades; outra, contemplando a construção na cerca conventual de novas instalações que, apesar da relativa articulação com a área construída, gozavam de autonomia por se destinarem a quartéis de cavalaria.

No primeiro caso, havia o sentido de economia porque ao lado das novas necessidades de reconversão espacial parece haver a preocupação de se aproveitar ao máximo a obra feita. Neste sentido, o compartimento de entrada dava lugar ao corpo da guarda, o coro baixo, à botica que incluía uma cozinha. Contudo, sendo necessário espaço para os serviços (rouparia, registo, receituário), seria conseguido à custa do coro de baixo e da redução do corpo da igreja. No piso térreo da área ocupada pelas celas particulares das recolhidas, instalar-se-iam as enfermarias de cirurgia e a cadeia. O andar do mesmo espaço, seria também ocupado por enfermarias, mas de medicina. O espaço do pavimento superior, em correspondência com a portaria e coro baixo, reservava-se para uma enfermaria de convalescença e aposentos dos que trabalhariam no hospital militar.

Na parte projectada para quartel, com dois pisos, contemplavam-se os cómodos normais que decorriam da organização e necessidades militares, tais como o corpo da guarda, prisão, casernas das companhias cozinha e cavalariças. Tratando-se de um Regimento de cavalaria, previa-se também um hospital para cavalos cuja existência nos quartéis desta arma foi anteriormente regulamentada por acção do Conde de Lippe.

Nos edifícios adjacentes à igreja do Loreto, considerava-se unicamente a hipótese de instalação de um hospital militar. Neste caso, as despesas previstas

[161] D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., nº 5723(990)- 1.4A.8
[162] D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., nº 5723(991)- 1.4A.8

eram bastante superiores às do projecto anterior, porque as construções existentes estavam muito arruinadas e a insuficiência das suas dimensões não deixavam espaço para os serviços indispensáveis. Daí que, enveredando-se por esta solução, fosse precizo reconstruir o que já tinha alicerces e levantar novos espaços. Organizando-se em dois pisos, a área das enfermarias constituía uma excepção por se preverem dois pavimentos sobre o piso térreo. Neste, instalar-se-iam as enfermarias de cirurgia e no primeiro andar, as de medicina; os aposentos dos capelães, enfermeiros e cirurgiões ficariam no segundo sobrado.

Contudo, refira-se desde já que apesar dos estudos efectuados, as propostas não passaram do que eram, isto é, não foram além dos projectos. No entanto, será útil valorizar as intenções que presidiram à concepção dos projectos, quanto mais não seja pelas informações que comportam sobre sítios, edifícios, comunidades religiosas e técnicas construtivas.

No relatório anteriormente referido, José Joaquim de Freitas Coelho, aponta algumas deficiências do hospital militar de Bragança:

> «Com justa rezam os inspectores dos reaes hospitaes mellitares, progetarão a mudança de local, do actual hospital mellitar desta goarnição; porque elle está cituado, em hum lugar tam enterrado, pella parte de Oeste, que as duas hunicas enfermarias, sam tam humidas que pella manhã, aparecem as cammas dos doentes molhadas, e o resto dos moveis bollorentos, e pella parte do Norte inteiramente sobtrahido a este vento; circunstancias que não podem deixar de atrazar munto a cura dos enfermos, e por concequencia ser maiz dispendiozo à Real Fazenda, do que em hum citio livre destas pecimmas coalidades; alem disto estando no centro da cidade, he munto prejudicial á saude publica, principalmente no tempo de contagio[163]».

Admitida a mudança de sítio, apontam-se alternativas:

Edifício das Oblatas

163 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Relatório apresentado pelo engenheiro militar José Joaquim de Freitas Coelho ao Ministro da Guerra*, Bragança, 1806, s/fl.,nº (5723)- 987 1-4A-8

«O primeiro local de que se lembrarão foi o de Nossa Senhora do Loretto, cituado a Oeste de toda a cidade, em hum lugar maiz elevado, commo se ve da Planta, correlhe ao Sul huma ribeira, para a coal tem bons desagoadoiros, e muitos nascentes de boa agoa, porem a vezinhança da ribeira, hum lameiro que tem o pe, e algumas pedreiras alagadas, que lhe ficão ao Norte, dezenvolvendo no estio podres measmas, fazem este citio munto doentio, e por concequencia pouco apto para hospital, álem de ser encomodo o seu serviço, e condução dos enfermos, pella grande distancia que tem ao coartel d'infantaria, que fica a Leste de toda a cidade; sem embargo remeto o seu orçamento[164]»;

Convento de Santa Clara

«O segundo local he o convento de Santa Clara habitado por freiras desta Ordem. Este edificio que he munto antigo se acha por varias partes aruinado, de sorte que, a pobreza a que se acha reduzida aquella commonidade nam pode suprir á sua reedeficação, e hirá incencivelmente cahindo, ate á sua inteira demolição: constoume que em outro tempo houverão propostas para a sua abollição, e pasagem destas freiras, para o convento de Sam Bento desta mesma cidade, edificio capas de conter ambas as commonidades, e que sobre isto houvera informaçôez que apoiavão estes votos, que tambem são os meus, visto que dois conventos de freiras, e hum de fradez he munto convento, em huma terra de oito para nove centos fogos: mas este não he agora o meu obgeto»[165];

Continuando o seu discurso, o engenheiro militar acrescenta:

---

164 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Relatório apresentado pelo engenheiro militar José Joaquim de Freitas Coelho ao Ministro da Guerra*, Bragança, 1806, s/fl.,nº (5723)- 987 1-4A-8

165 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Idem, ibidem*

«O ditto convento se acha cituado no meio do lado Norte da cidade, em hum citio enxuto, e bem arejado, e em bom alcance dos coarteiz, para a condução dos enfermos, e seu serviço, mas da Planta, e progetos se deixa ver a sua grandeza, e que contendo somente o hospital, ficão as suas duas terças partes innuteiz, e por concequencia a Real Fazenda gravada com o seu intertenimento, sem precizão, este o motivo porque me detreminei a progetar, e orçar neste resto do edificio, hum acoartellamento de cavallaria, eu o tenho prencepiado por ordem de Vossa Excelencia, e sob as do Excellentissimo General desta Provincia[166]».

Entre as razões que inviabilizaram a escolha de um dos dois edifícios e a consequente execução efectiva de qualquer um dos dois projectos considerados, parecem avultar razões económicas, de resto já implícitas nas preocupações de rentabilização do espaço do convento de Santa Clara, onde, sendo preferido, se estabeleceria uma unidade de cavalaria.

Outras obras já em curso, como eram a construção do novo edifício do Corpo da Guarda Principal e o começo «do acoartellamento», ou as que, como era o caso do hospital militar de Chaves[167], pela necessidade pediam andamento colocavam sérios problemas de liquidez à tesouraria do ministério que tutelava os assuntos militares.

Por isso, uma das sugestões avançadas pelo autor do relatório como processo de realização de uma parte importante dos quantitativos necessários

---

166 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Idem, ibidem*

167167«Na Praça de Chaves os mesmos Inspectorez observarão que o actual hospital, esta cituado na margem dereita (?) do rio Tammaga, em hum terrenno mais baixo que o da Praça, que aquelle rio crecendo alaga os seus baixios, e deficulta por isso o seu serviço deixando nas suas circunvizinhanças, varias lagoas stagnadas, que fazem aquelle citio encapaz de servir para hospital: lançarão os olhos ao Forte de S. Francisco cituado ao Norte da Praça, e a cavalleiro della, e viram hum local bem arejado, enxuto, com bom serviço e desagoadoiros, que nelle ha hum convento de frades Capuxos, da Provincia de Santo Antonio de Valle da Piedade, e os maus edefficios que serveem da Planta, em hum dos seus officios me requererão dois orçamentos e plannos, hum no convento, e outro fora delle, que vão inscritos na mesma Planta, o de fora emporta em oito contos, duzentos, e oito mil cento e setenta e seis reiz, e no convento, reduzindo a igreja em emfermarias em doiz contos, trezentos trinta e sete mil trezentos e secenta reiz, a diferença he de cinco contos, oito centos setenta mil oito centos e dezaceiz reiz, bem concideravel, porem atendendo á precizão, que tem a terra deste convento, será precizo fazellos mudar para o actual hospital e esta deferença sera coaze conçumida em lhe fazer nelle as precizas acommodaçõeiz; portanto me pressuado ser maiz conveniente praticar o progecto de fora».

«para o aranjamento do hospital, e acoartellamento no mencionado convento» de Santa Clara, passava pela «venda do actual hospital». Decisões que, sendo da competência das esferas superiores do Ministério da Guerra, levaram José Joaquim de Freitas Coelho a comunicar ao respectivo titular:

> «com estas vistas suspendi os prencepiados trabalhos do acoartellamento, e espero sobre o que tenho a honra de expor a Vossa Excellencia as suas ordens[168]».

Contudo, o primeiro tenente engenheiro, ciente das elevadas quantias necessárias para a execução das obras projectadas em Bragança e Chaves, não resistiu a acentuar a sua utilidade para a província transmontana mesmo confrontando-as com as que beneficiavam a zona sob a alçada da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro:

> «Eu bem conheço que o Estádo não estará no de despender coaze coarenta e doiz mil cruzados que importão estes orçamentos, cujas obras sam tam uteis á humanidade conservação da tropa, e bem da Real Fazenda; portanto o meu puro zello para o real serviço, me fas lembrar, que esta coantia, não faria falta ao cofre destinado para as estradas do Douro, e que a sua aplicação não he das mais mal feitas, que delle se tera feito[169]».

168 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Idem, ibidem*
169 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., *Idem, ibidem*

Quadro IV

Orçamento do hospital no convento de Santa Clara[170]	
«Taboas para sobradar 576 a 400 reis	230.400
Traves 24 a 2.800 reis	67.200
Sobradis 720 a 300 reis	216.000
Paos para os tabiques 212 a 80 reis	169.600
Taboas para tecer os tabiques 848 a 200 reis	169.600
Pedra para enxer os tabiques 848 carros a 160 reis	135.680
Cal para elles 2120 alqueires a 100 reis	212.000
Area 8480 alqueires a 10 reis	84.800
Geiras de pedreiros para enxer 128 a 300 reis	38.400
Geiras de carpinteiros por tecer os tabiques 848 a 300	254.400
Há 31 portas levão 31 taboas a 480	14.880
Couçoeiras para ellas 124 a 480	59.520
Geiras de carpinteiros 124 a 300	37.200
Feitio dos portaes, e monte a 8.000 reis cada hum	248.000
Levão de cantaria 124 carros a 800 reis	99.200
Feitio de 44 jannelas, e monte a 4.800 reis	211.200
Levão 88 carros de cantaria a 800 reis	70.400
Levão 44 taboas a 480	21.120
Levão 176 couçoeiras a 240	42.240
Geiras de carpinteiros para ellas 88 a 300 reis	26.400
Por 1700 pregos a 300 reis o cento	7.200
Por 31 fexaduras a 1200 reis	37.200
Por 44 aldrabas para as janellas a 160	7.040
Grades para a prizão 6 arrobas a 130	24.960
Para concertos no edeficio	400.000
Somma este orçamento	2880.340»

[170] Este quadro constitui a legenda do «Progeto do hospital melitar no pavimento do convento de Santa Clara» e «Progeto do hospital no 1º andar do mesmo edeficio», que reproduzimos em volume anexo.

Quadro V

Orçamento proposto para o hospital do Loreto[171]	
«Por feitio de 229, 1 braças de parede a 2000 reis	438.240
Levão de pedra 2750 carroa a 160	440.000
Levão de cal 2291,2 alqueires a 100 reis	299.120
Por 9165 alqueires de area a 10 reis	91.650
Rem 11 portas a 9600, e 20 jannellas a 6400	233.600
Levão 146 carros de cantaria a 800 reis	116.800
Por 57 solleiras para asentar os tabiques, e teto a 100 reis	114.000
Paos para urdir os tabiques de pedra 618 carros a 160 reis	97.880
Caibros para tecer os tabiques 1286 a 100 reis	128.600
Levão de cal 1236 alqueires a 100 reis, e de area 4944	173.040
Taboas para sobrado, portas, jannellas, e escadas 1087 a 300 reis	471.600
Por 65 traves a 4000 reis	252.000
Por 1575 sobradis a 300 reis	472.500
Por 753 caibros a 160 reis	120.480
Por 109 duzias de taboas de forro a 2000 reis	218.000
Por 22 couçoeiras a 480 reis, e 215 a 240	62.160
Por 80 carros de telha a 240 reis	192.000
Geiras de carpinteiros pedreiros, e rebocadores 3200	960.000
Para abrir allicerces, e desfazer o que não serve	30.000
Por 792 arrates de ferro para missagras, e grades a 130	102.960
Por pregos de 400 reis o cento 231 centos, e de 300 reis 90 centos	95.100
Por 11 fechaduras e 20 aldrabas	19.400
Soma este orçamento	5676.730»

[171] Este quadro constitui a legenda da planta onde se encarava a possibilidade da construção do hospital militar no Loreto, cuja reprodução damos em volume anexo.

5. O Corpo da Guarda Principal

Uma escritura de venda, lavrada em 1797, dá-nos a conhecer a primitiva localização em Bragança do Corpo da Guarda Principal, ao referir:

> «a sexta parte de humas cazas de sobrado [...] sitas na rua do Espirito Santo desta mesma cidade defronte do paço do Excellentissimo Bispo della, cujo quinhão lança para a caleja que vai do Corpo da Goarda para a rua Direita[172]».

Outro documento da mesma índole, relativo à renúncia, em 1780, do prazo de uma residência situada na rua Direita, ajuda-nos a conhecer o enquadramento urbano deste edifício militar ao indicar-nos as respectivas confrontações:

> «(as casas) partem da parte do Sul com a rua Direita e da do poente com travessa sem sahida que vai sahir ao forno e as cazas que agora são de Joze Bernardes e da parte do Norte com o Corpo da Goarda[173]».

Assim, o edifício do Corpo da Guarda Principal localizava-se numa travessa que, assegurando a comunicação estre as ruas do Espírito Santo e Direita, se situava em frente ao Paço Episcopal.

A avaliarmos a configuração da sua planta[174], tratava-se de um edifício de modesta dimensão e metido no meio de outras construções de natureza civil, já que apenas na sua fachada principal, além da porta de entrada, se rasgaram algumas aberturas para arejamento e iluminação interior. Por outro lado, a legenda que acompanha o risco é esclarecedora quer quanto ao sítio da implantação do edifício, quer ainda, quanto aos seus atributos arquitectónicos:

---

[172] B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 149, Mç. 34, fls. 75-76
[173] B.P.A.D.B., Nucv. Not., Lv. 118, Mç. 28, fls. 60-63
[174] B.P.M.P., Res.,C-M&A, Pasta 24(57)

«o qual (Corpo da Guarda Principal da cidade de Bragança) alem de não estar em lugar proprio, por estar em huma rua particular ... não tem as comodidades necessarias; nem o seu insignificante prospecto faz aquelle respeito, que devem inculcar semelhantes edifficios em huma terra populoza».

Nos dois pisos que o constituem, o que de imediato ressalta à vista é a exiguidade e simplicidade da organização do espaço. O plano térreo, compunha-se de dois compartimentos: um deles era ocupado pela «prizão de soldados»; o outro, com chaminé, tarimba e latrinas, deixava algum espaço livre mas permitindo apenas a presença de um pequeno número de guardas. Uma escada dava acesso ao piso superior, cuja organização espacial era semelhante à do pavimento inferior. Embora destinada a oficiais e incluíndo também uma prisão, não parece que as comodidades disponíveis fossem muito melhores do que as oferecidas aos praças. No exterior, correndo em toda a dimensão da fachada, um alpendre assente em quatro pilares de secção quadrada constitui um dos raros exemplos que, nesta cidade, nos aproximam da realidade vivida no que respeita às dificuldades de circulação, mormente, como era o caso, em ruas bastante estreitas.

Esta planta não possui assinatura, mas pelo tipo de caligrafia e pela expressão contida na legenda - «pelo que, me pareceu conveniente projectar hum novo Corpo da Guarda» - leva-nos a atribuí-la a José de Morais Antas Machado. Por outro lado, o facto de no mesmo desenho estar incorporada a planta de um quartel a propósito do qual se faz referência ao novo projecto dos aquartelamentos de cavalaria, reforça a nossa afirmação, sabendo-se que este plano tem a sua assinatura.

Tendo em consideração a localização deste edifício numa rua secundária, o seu «insignificante prospecto» e ainda a carência da «comodidades necessarias», projectou-se, na parte final do século XVIII, uma nova construção para o exercício da mesma função, mas perseguindo a obtençaõ das condições que faltavam ao antigo. Assim se obtinha, usando a expressão do autor da planta, um «Corpo da Guarda com a devida regularidade», ou seja, um edifício posicionado em local público com importância, portanto visível, uma arquitectura que pela linguagem utilizada traduzisse a supremacia da força e

dignidade da instituição militar sobre o comum dos cidadãos e ainda a possibilidade de se oferecer mais algum conforto aos que nela prestavam serviço ou aos que temporariamente se viam privados do gozo da liberdade.

Ao propor um desenho orientador da construção das novas instalações, sugeriu o seu autor a nova localização: «na Praça mais principal da cidade» que, em finais do século XVIII, era ainda a de S. Vicente, muito embora neste período, como já anteriormente dissemos, a Praça do Colégio lhe disputasse a primazia. Da mesma forma, partindo do princípio que a sua proposta iria avante, sugeria o aproveitamento do antigo Corpo da Guarda para outras funções, considerando-se:

> «muito proprio para caza do Assento em que se destribua o pao de munição aos Regimentos[175]».

Equivalendo à «manutenção militar» local, o Assento, em 1788, localizava-se, em imóvel alugado, nas proximidades do convento de Santa Clara e da igreja da Santa Casa da Misericórdia, como se refere a propósito da casa que, em Junho do mesmo ano, o Doutor Tomás António Leitão comprou a Miguel Garcia e seu filho:

> «humas cazas citas defronte da portaria de Santa Clara desta cidade com seo quintal e parreiras poço [...] confrontão pela parte de baixo com a Tulha do Asento que he de Antonio Pires de Souza desta cidade[176]».

Felizmente, o «Projecto para o novo Corpo da Guarda que se deve eregir na Praça principal da cidade de Bragança[177]» é do nosso conhecimento. O desenho não possui identificação do seu autor. No entanto, para além da semelhança da caligrafia das legendas, a colocação das janelas superiores com a moldura do lintel sobreposta à cornija e o tipo de arco usado, são elementos de

---

175 B.P.M.P. Res., C-M&A, Pasta 24(57)
176 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 19, Mç. 5, fls. 134-135; B.P.A.D.B., *Idem, ibidem,* fls. 136v-137
177 B.P.M.P. Res., C-M&A, Pasta 24(58)

uma linguagem também presente no projecto de um quartel de infantaria, assinado por José de Morais Antas Machado.

Apontando-se para a sua construção uma «despeza (que) chegará a tres contos de reis pouco mais, ou menos», o seu desenho, patenteando a sobriedade tão cara aos militares, mostra igualmente a superação das características negativas que antes se atribuíram ao antigo edifício.

Com dois pisos e uma cobertura de quatro águas, onde se elevam chaminés e respiradouros das latrinas, mostra uma fachada principal ritmada pela arcada do piso inferior e pela teoria de janelas que a sobrepujam. Os cinco arcos do tipo asa de cesto ou abatidos, apoiam-se em pilares de secção rectangular, com bases e capitéis planos, sendo os dos extremos adossados a estreitos panos de muros que se ligam aos cunhais, em ressalto relativamente ao plano da parede. A cada arco, cujo fecho se aproxima do cordão que separa os dois pisos, corresponde, no superior, uma janela de peito com ombreiras lisas e lintel emoldurado cujo plano se sobrepõe à cornija. Será de salientar a alta colocação das janelas superiores, como forma de melhorar a iluminação interior. Assinalando o eixo da composição, destaca-se o emblema real que une o arco à pedra de peito da abertura superior.

No plano inferior, ao vão de cada conjunto pilar/arco corresponde igual número de aberturas sob a forma de portas e janelas, mas respeitando o princípio da alternância e sabendo-se que ao centro se rasgava uma porta. Neste nível, as molduras das aberturas, com excepção da porta central que apresenta ângulos chanfrados, são rectas e planas.

Interiormente, a organização do espaço articula-se de acordo com os principais preceitos de uma instituição fortemente hierarquizada e em que a segurança dos presos foi levada em conta no momento em que se projectou a construção.

No pavimento inferior, encostadas às paredes das empenas, duas escadarias permitiriam aceder-se ao piso superior, sendo o vão das escadas aproveitado para cozinha dos soldados e latrinas. Este espaço, relativamente amplo, apenas seria obstaculizado pelos pilares do arco que sustentaria uma parede divisória no sobrado e pelos pilares de madeira que, plantados no eixo longitudinal, serviriam de apoio ao «vigamento, frontaes, e madeiramento do plano de sima».

No sobrado, uma parede transversal em relação à fachada principal, separava claramente o espaço da oficialidade da área destinada à prisão para soldados em que a presença de latrinas, chaminé e janelas bem rasgadas deixam antever novas preocupações com a saúde e com o relativo conforto dos detidos. Na restante área, organizavam-se uma divisão para descanso do oficial de guarda, outra destinada aos oficiais «detidos, ou prezos» e um outro compartimento destinado às reuniões do conselho de guerra.

Pelo que fica dito, será difícil encontrarmos aspectos comuns entre o antigo edifício do Corpo da Guarda e as espectativas anunciadas pelo projecto das novas instalações que no momento da sua construção sofreria algumas alterações relativamente ao desenho inicial. Estas, sendo visíveis exteriormente, reflectir-se-iam na sua organização interior, com destaque para a passagem, relativamente aos presos sem graduação, de uma atitude de benevolência para um comportamento mais tradicional, dado que a cadeia se instalaria no piso térreo.

Um dos factores determinantes na alteração do projecto teria sido a escolha do local. A opção pela praça de S. Vicente implicaria a adequação do edifício ao declive do terreno, o que permitiria ainda ganhar algum espaço pelo recurso a trabalhos de desterro. Por esta razão seria possível um Corpo da Guarda com três pisos: um térreo, ao nível da praça de S. Vicente; o primeiro andar, quase à cota da Costa Pequena e o segundo, sobradado.

As necessidade e conveniência de se garantir a circulação dos diversos meios de transporte entre a Costa Pequena, rua da Âlfandega e outras com a praça de S. Vicente, seria resolvida pelo recurso ao afeiçoamento do espaço público em plano inclinado, circunstância que obrigou parcialmente o nível do piso térreo a ficar abaixo do da praça. Por isso, em algumas das suas janelas, a pedra de peito ficaria praticamente no mesmo plano do pavimento exterior.

A arcada sendo deslocada para o primeiro andar seria reduzida em um elemento, passando, no entanto, a dispor de uma balaustrada lavrada em cantaria. Por outro lado, situados neste nível, os acessos ao andar superior mantinham o formulário do desenho inicial. Perdido o cordão separador dos

pisos, abriam-se no andar superior quatro janelas, com molduras lisas, em correspondência com os arcos da galilé de acesso.

Não nos sendo possível determinar o período em que as obras se iniciaram, podemos, contudo, afirmar que em 1806, a fábrica do Corpo da Guarda estava, juntamente com outras obras militares, em andamento. No relatório que, na mesma data e a propósito dos estudos efectuados para a mudança do hospital militar, José Joaquim de Freitas Coelho apresentou ao Ministro da Guerra, dá-se conta da forma como se conseguiam os dinheiros necessários para as obras:

> «os fundos que tem servido á construção de hum Corpo da Goarda Principal, e do principio do acoartellamento, sam produtos da venda da monnições de guerra ennuteiz, que se achavão nos armazens desta provincia[178]».

Para se reforçarem os cofres da tesouraria com quantias que permitissem a continuação das obras, seria vendida:

> «hua caza sita na rua do Espirito Santo [...] (confrontando) com o capitão Antonio Bernardes e João Ferreira que noutro tempo servio de Corpo da Guarda Principal[179]»,

estando presente:

> «em sua pessoa Joze Joaquim de Freitas Coelho primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros encarregado da decizão e demarcação dos lemites desta provincia de Tras Montes e fiscal das Reais obras desta Praça [...] disse que em virtude das Reais ordens que se lhe tenha deregido no quatorze de Dezembro do corrente anno tinha procededo a avaliação judicial com o canteiro e pedreiro

---

178 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., *Relatório apresentado pelo engenheiro militar José Joaquim de Freitas Coelho ao Ministro da Guerra,* Bragança, 1806, s/fl., nº (5723) 1-4A-8

179 B.P.A.D.B., A.S.C.M., Mç. 87, Lv. 285, fls. 73v-74v

Antonio Joze e Joze Teago e carpenteiro Manoel de Carvalho e Bento Joze[180]».

Avaliado o prédio, seria, a vinte de Dezembro, arrematado em praça pública «pela quantia de quatrocentos e dez mil reis a Joze Manoel Mendes Procurador da Santa Caza da Mezerecordia[181]», lavrando-se a escritura de venda no último dia do ano de 1806.

6. Os quartéis de cavalaria e infantaria

6.1. Repúdio pelos aboletamentos e reorganização militar da Província

A inexistência de instalações próprias para albergarem uma força militar quando as necessidades da guerra obrigavam ao seu estacionamento numa terra, faziam com que os seus homens se distribuíssem pelas casas da cidade, ficando as famílias obrigadas temporariamente a dar-lhes um tecto e, por vezes, o sustento necessário.

Representando um encargo suplementar e inesperado, muitas vezes difícil de suportar pelos magros recursos da casa que os acolhia, também as famílias eram amiúde confrontadas com os «humores» pouco apropriados dos hóspedes. Daí que estas situações não fossem do agrado das populações. A frequência e diversidade dos abusos praticados, conjugados com o aumento da despesa familiar, eram motivos de queixa das populações. Algumas vezes, o descontentamento chegava ao conhecimento do monarca. Porém, mesmo quando o despacho era favorável às populações, raramente se respeitavam.

Nos «capitulos particulares» que os representantes da cidade apresentaram a D. João IV, no momento em que decorriam as Cortes de 1653, são bem patentes quer os abusos cometidos pelos militares, quer ainda o esquecimento a que eram votadas as disposições que os contrariavam:

[180] B.P.A.D.B., A.S.C.M., Mç. 87, Lv. 285, fls. 73v-74v
[181] B.P.A.D.B., A.S.C.M., Mç. 87, Lv. 285, fls. 73v-74v

«Padecem grande molestia os moradores daquella cidade, nos alojamentos dos soldados e offeciaes de guerra, e Vossa Megestade foi servido mandar os não dessem, mas até hoje se não deu a execução tal ordem, e se não contentarão os soldados com hum xergão e manta, e os offeciaes lhe tirão as camas os moradores, e elles dormem no cham. Pedem a Vossa Magestade lhe faça merce madar [sic] se dee a execução esta ordem, e não os obriguem a dar alojamentos[182]».

Compreendendo as razões dos bragançanos, o monarca determinou:

«Hei por bem que a ordem que referis neste capitulo se dee execução inteiramente, para o que se vos passara de novo provizão[183]».

Quase meio século depois, este costume não conhecia alterações significativas, como decorre de um registo da Câmara de Bragança[184] e de uma carta do «Secretario de Estado» que o Abade de Baçal publicou nas suas Memórias Arqueológico-Históricas. À luz destes documentos, com a data de Fevereiro de 1710 e Março do mesmo ano, vemos que tendo estacionado nesta cidade, em consequência das guerras com Espanha, um regimento de infantaria e «algumas tropas de cavallaria ingleza», de imediato solicitaram ao governador da Praça «se lhe dessem patrões». Perante a recusa deste, recorreram os militares para a autoridade do governador de armas da província, que havia de contrariar a decisão anterior, estribado no pressuposto que o período que se

---

182 A.N.T.T., Decretos do Conselho de Guerra, *Sobre se mandar passar as ordens necessarias para execução da resolução que Sua Magestade tomou na pretensão que tem a cidade de Bragança,* Mç. 14, doc. nº 18. Além desta pretensão e de outra relacionada com a fortificação da Praça de Bragança, já anteriormente referida, os procuradores levaram ao monarca outra preocupação: «Nesta fronteira, se prendem as viuvas por seus filhos, e ellas como molheres não podem dar conta delles. Pedem a Vossa Magestade seja servido mandar se não prendão as viuvas pellos filhos». esta matéria mereceu de D. João IV, a seguinte consideração: «O que me pedis neste capitulo me parece justo, e assi mando que nenhua molher, por seu marido ou filho possa ser presa para delle dar conta, nem em tempo algum foi outra a minha tençaõ para o que se vos passarão as ordens necessarias para ahi se guardar». A.N.T.T., *Idem, ibidem*

183 A,N.T.T., *Idem, ibidem*

184 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* pp. 240, 241

vivia era de guerra. É que se em tempo de paz, Bragança tinha «privilegio para não dar quartel apara a guarnição ordinária[185]», o mesmo não sucedia em momentos de conflitualidade. Havendo necessidade de se deslocarem tropas para esta cidade, vigorava o princípio segundo o qual a estas competia prioritariamente a manutenção das linhas fronteiriças e ainda a defesa das vidas e bens dos moradores. Como a missão defensiva se revestia de um carácter nacional, competia à nação dar o seu contributo. Nesta linha de orientação, cabia aos moradores o encargo de dar poiso aos militares e respectivas bestas, ainda que tal facto lhes pudesse trazer custos e outros incómodos. No entanto, não se justificariam os abusos praticados.

Em 1710, estando a urbe «despovoada», já que «se não achava pelos livros das sizas mais que quatro centos e tantos moradores constando pelos que estavam feitos dez annos antes excederem o numero de 1500[186]», tocavam a cada uma das famílias, em resultado da distribuição operada, «tres e quatro soldados», razão pela qual «os ditos patrões se veem oprimidos continuamente». Porém, o mais bizarro da situação decorria do facto de muitos soldados apesar de serem da terra, onde «tinham suas cazas«, se aproveitarem da situação de incorporados para se aboletarem nas casas dos vizinhos.

Face aos «requerimentos» dos habitantes, cujo descontentamento era agravado pela consciência dos casos de oportunismo, uma ordem régia mandá-los-ia viver nas suas próprias casas, pondo assim fim a esta situação de claro abuso. No entanto, não seria esta a única prática anómala.

Pela informação que o Juíz de Fora desta cidade fez chegar a D. João V, fica claro que, em 1710, já a cidade dispunha de quartéis para a tropa, os quais «estando feitos» não eram usados «sem mais fundamento ou motivo que o de não quererem[187]». Apesar do risco de ruína a que os quartéis militares estavam sujeitos, dado que não sendo habitados não eram sujeitos às necessárias obras de manutenção, outra razão fundamentava o descontentamento e a murmuração populares. Assentavam estes na existência, dentro dos muros da cidadela, de «mais de duzentas moradas de cazas despejadas[188]», as quais, atendendo à

185 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. IV, fl. 206v; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, pp. 242, 243
186 ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.*, pp. 240, 241
187 *Idem, ibidem*, T. III, p. 241
188 *Idem, ibidem*, T. III, p. 241

diminuição da população, não tinham pretendentes. Contudo, sabendo-se da disponibilidade dos moradores em instalarem nelas «camas e o mais necessario» também esta atitude não seria suficiente para motivar os soldados. Somente a decisão régia ao mandar os soldados naturais da cidade viverem nas suas casas e determinando que os quartéis e as casas desabitadas fossem ocupadas pelos membros da força militar, livrou os moradores «da opressão de os terem em casa tres ou quatro mezes com suas mulheres e filhos[189]».

A referência, no documento régio que vimos seguindo, à «fazenda que nelles mandei gastar», parece indiciar o empenho de D. João V na obra de construção dos quartéis, disponibilizando para ela os cabedais necessários. Outro documento[190], da responsabilidade da mesma real pessoa, datado de Outubro de 1719, trouxe novamente a lume o problema dos quartéis. Aí se vê como a questão dos aboletamentos podia funcionar como meio de pressão sobre as populações, nomeadamente quando se tratava de obras e se pretendia que, na sua fábrica, a Fazenda Real fosse dispensada de qualquer contribuição. Por outro lado, ao indicar-se que foram os moradores quem «nas primeiras guerras antecedentes mandaram fazer á sua custa[191]» os quartéis, é o próprio soberano

---

189 *Idem, ibidem,* T. III, p. 241. Além dos moradores da cidade, também os do seu termo suportavam a manutenção da tropa. Veja-se, por exemplo, o caso dos habitantes da aldeia de Salselas que, em 1714, estando sujeitos à contribuição de 350 arrobas de palha - apesar do privilégio que os isentava.- tinham ainda a obrigação da «facção da cal para as fortificações da villa de Chaves». Tornando-se insustentável esta situação, porque dando a palha não tinham sustento para os bois usados no fabrico e transporte daquela matéria, seria corrigida em Novembro do mesmo ano. Contudo, abrangia apenas os que se ocupavam nos trabalhos da cal. *Idem, ibidem,* T. IV, p. 354

190 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 174; fl. 207; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 242

191 B.P.A.D.B., *Manuscritoa Antigos,* vol. IV, fl. 174; fl. 207; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 242. O Abade de Baçal admitiu a possibilidade de os quartéis de cavalaria terem sido construídos em 1703 ou 1704. T. III, *ob. cit.,* p. 242. Inclinando-nos perante a memória deste grande erudito e investigador, fazemos uma leitura diferente. Por um lado, parece-nos clara a referência à construção dos quartéis para alojamento das tropas deslocadas para esta cidade, em consequência da guerra de 1710, por outro lado, o documento *Sobre o provimento das tropas* que a seguir apresentamos, refere-se ao provimento da cavalaria da província e não ao provimento da cavalaria da cidade. De resto, nem sequer temos a segurança da presença de qualquer regimento de cavalaria em Bragança, nos anos de 1703 e 1704. Acrescente-se ainda que as provisões para o sustento da tropa e animais, podiam ser tomadas em local diferente daquele em que os militares estacionavam. Eis o documento: «Dom Pedro por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves dáquem e dálem mar em Affrica Senhor de Guiné etc.. Faço saber a vos offeciais da Camara, da cidade de Bragança; que por quanto convem a meu serviço que nessa Provincia, se faça prompto, o provimento da cavalaria della; vos ordeno, que logo que esta receberdes, façais, com toda a igualdade, reppartição de palha, para provimento da dita cavalaria, a qual reppartição fareis cõ toda a brevidade possivel, sem embargo de estár arrematado o Assento dessa

que se contradiz, lançando sobre nós a dúvida relativamente ao seu empenho e, sobretudo, relativamente às quantias que teria afectado para esta obra.

Tratando-se de proceder à reparação dos quartéis, obra que o Conde de Alvor pretendia que corresse por conta da fazenda Real, mandou D. João V dizer que a responsabilidade de tais obras era dos bragançanos. Assim se livrariam dos aboletamentos . Acrescente-se ainda uma nota[192], escrita pela mão de José Cardoso Borges quando exercia as funções de escrivão da Câmara, que permite concluir que as despesas com as reparações destes aquartelamentos tinham várias vezes corrido à conta da comunidade judaica aqui radicada. Sendo uma maneira de evitar hóspedes indesejados e de todo impertinentes, era igualmente uma forma de «os homens de nação», ainda que convertidos, se fazerem respeitar numa sociedade que, sendo-lhes hostil, os obrigava:

> «a andar continuamente pellas ruas da cidade de Bragança com os habitos o que não hera uzo nem costume por ser a dita cidade hua prasa de armas aonde ha muita variedade de ofisiais e soldados asim de cabalaria como de infantaria cauza por donde os supplicantes se vem muito perseguidos e envergonhados[193]».

Situados nas Eiras do Colégio - da sua presença nesta zona da cidade ficaria o topónimo da rua dos Quartéis - seriam doados à Confraria das Almas[194], sediada na igreja de Santa Maria, porque as preocupações com o alojamento das tropas seguiam, por via de regra, as orientações da organização e

---

Provincia; por assim ser confforme ás condições delle; ha esta ordem dareis cumprimento como nella se conthem daqual se tomará rezã na Contadoria Geral da Guerra. El Rei Nosso Senhor o mandou por o Conde Fernando Tellez da Silva, e por Dom Lourenço de Almáda seu Mestre Sála, ambos do seu Conselho e Deputádos da Junta dos Tres Estados. João de Souza Sottomaior a fez em Lisboa a 16 de Agosto de 1703. Froillo de Vasconcellos da Cunha a fez escrever assinou o Conde de Assumar. a) Conde de Assumar». B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 169. No fólio, seguinte do mesmo volume, outro documento da Regente D. Catarina, com a data de 1704, tratando da mesma matéria, não adianta novos dados relativamente ao documento anterior.

192 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 206v; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* pp. 242, 243

193 B.N.L., *Petição dos penitenciados pelo Santo Oficio naturais da cidade de Bragança,* RES.., COD. 729. Os factos relatados, referem-se a 25 de Setembro de 1716.

194 B.P.A.D.B., *Manuscritoa Antigos,* vol. IV, fl. 174; fl. 207; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 242

dos sucessos político-militares. Por isso, o cuidado com estes problemas diluía-se à medida que o tempo passava por cima dos acordos de paz.

Uma carta escrita em Chaves, em Outubro de 1732, pelo Conde de Alvor, voltava a confrontar os moradores da cidade de Bragança com o problema das obras nos quartéis e com a questão dos aboletamentos.

Comunicadas as ordens régias ao Brigadeiro Francisco da Veiga Cabral, seria o Sargento-mor de cavalaria Francisco José Sarmento de Losada encarregado de negociar estas matérias com a população. Relativamente à reconstrução dos quartéis, os bragançanos, numa primeira fase, teriam concordado em custear tais obras, comprometendo-se a dar-lhes início logo que o problema da mão de obra qualificada que as reparações exigiam fosse resolvido. Escudando-se no pretexto da mobilidade dos artistas, convenceram os responsáveis militares a aguardarem que «se recolhessem [...] (a Bragança) os carpinteiros e pedreiros que nella costumavão a trabalhar, e se achavão na provincia do Minho[195]».

Tratando-se de um simples expediente para ganharem tempo, esta atitude não podia deixar de traduzir a rejeição da grande parte da cidade relativamente a toda a sorte de abusos que as imposições dos militares possibilitavam. Por isso, uma vez regressados a esta urbe os carpinteiros e pedreiros que trabalhavam no Minho, verificou-se uma alteração nas vontades dos moradores que, dando o dito por não dito, passaram a defender o princípio da não obrigatoriedade em concorrerem financeiramente para as obras dos quartéis. Este comportamento seria ainda reforçado pelo apoio dos oficiais da Câmara, uma vez que sendo intimados a executarem a ordem régia, «não quizerão dar bulletos, para se aquartellarem os soldados e cavallos pelas cazas dos moradores[196]».

O facto de neste período não haver em Bragança «quarteis alguns de cavallaria pertencentes aos reaes proprios de Sua Magestade», levou o Conde de Alvor, através do Brigadeiro Francisco da Veiga Cabral, a pressionar a Câmara, estabelecendo um prazo de três dias para o início das obras, ou então, como alternativa, exigindo que se dessem patrões aos soldados e cavalos. Caso

---

195 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 207v; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 243

196 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 207v; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 243

contrário, valendo-se da sua posição de governador das armas da província de Trás-os-Montes, usaria «daquellas severas demostrassoens que os Regimentos Reais lhe permitiam[197]».

O desfecho desta contenda não é conhecido. Contudo, na sequência da necessidade de aquartelar a cavalaria que entretanto voltou a esta Praça, é conhecida uma carta[198] que o governador das armas da província enviou, em 1734, à Câmara de Bragança. Referindo-se à edilidade em termos pouco lisonjeiros, uma vez que o estado dos quartéis não era o desejado, o Conde de Alvor aparentará maior delicadeza no trato. Por outro lado, havendo igualmente necessidade de alojar a tropa de infantaria, destinaram-se-lhe os quartéis do forte de S. João de Deus, com ordens para o vedor-geral os mandar consertar de imediato.

Verificada a insuficiência dos quartéis do forte, porque a infantaria «he(ra) muita» e considerando a existência na Praça de Bragança de «tres companhias de cavalos», ordenava-se que, para alívio dos moradores da cidade, uma delas se retirasse e fosse estabelecer quartel na vizinha povoação de S. Pedro.

Nas Memórias Paroquiais podemos colher mais algumas informações sobre os quartéis e sobre a importância que a presença de guarnições tinha para a cidade. Começando por se referir ao forte de S. João de Deus, o autor das respostas ao questionário de 1758, escreveu:

> «tem hum forte na distancia de hum tiro de mosquete, para a parte do poente, grande e seus muros bastantemente altos: aonde se mandarão fazer huns quarteis para a cabalaria que ja não ha nesta cidade, que sendo a capital desta Provincia, que esta cobrindo desoito legoas de raia sequa, e menos goarnessida de infantaria, por dar hum destaquamento [sic] de cem homens para Miranda, e

---

197 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 207v; ALVES, Francisco Manuel - *ob. cit.,* T. III, p. 243

198 B.P.A.D.B., *Manuscritos Antigos,* vol. IV, fl. 175; ALVES, Francisco Manuel - T. III, *ob. cit.,* p. 244

outro para Freixo, e outro para Outeiro, e tem em si huma maquina de goardas[199]».

Nesta data, era governador do Forte de S. João de Deus, Francisco José de Morais, que vencia mensalmente sete mil e duzentos réis. À sua morte (22 de Janeiro de 1758), ficaria vago o lugar de governador[200]. Consciente de que Bragança, em termos de importância militar, perdia para Chaves, o pesaroso autor afirmava ainda na sua resposta:

> «por fazer os Senhores Generais corte em Chaves, huns lhe tirarão a metade do Regimento legeiro de cavalaria que era desta Praça: e agora acabarão de tirar; e acabarão de destruhir a terra: e destruhir os povos por onde passão os destacamentos [sic] cada dous mezes: e destruhir os caballos, e consomir os soldados e ofeciais e destruhir tambem Chaves, porque a besta em lhe pondo maior carga do que a com que pode tambem cahi[201]».

Depois de 1758, a cavalaria voltaria a Bragança para, passado algum tempo, se transferir novamente para Chaves. Desta deslocação resultariam, como adiante veremos, alguns problemas, confirmando-se de algum modo o vaticínio expresso na parte final do documento anterior.

Um decreto real de 20 de Abril de 1762[202], reorganizando os Regimentos de infantaria sediados no Porto, Chaves e Bragança, dividia-os com ordem para «dos segundos Batalhões delles» se formarem três novos Regimentos. Antes desta divisão se efectuar, comandava o Regimento da guarnição de Bragança o coronel Francisco Luís Pequeno. Efectuada a divisão, seria nomeado «coronel do segundo Regimento», Bento José de Figueiredo, já pertencente à guarnição, com a patente de tenente coronel.

---

199 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico», vol. 7, 1758, fl. 1180
200 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 622, Cx. 725, doc. s/nº, s/fl.
201 A.N.T.T., *Bragança,* in «Dicionário geográfico», vol. 7, 1758, fl. 1180
202 *Collecção das leys, alvarás, decretos e resoluções militares que desde o principio do reinado de D. José o I se tem promulgado até 14 de Dezembro de 1799,* T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800, fl. 28v

Em 7 de Agosto de 1763, preparava-se, segundo uma carta que o Desembargador e secretário do governo das armas de Trás-os-Montes durante o exercício de tenente general George Cary, Inácio Xavier de Sousa Pissarro endereçou a João de Almada e Melo, uma reestruturação do organismo militar:

> «O Brigadeiro Meclean, e os dous Coroneis de cavallaria ainda trabalhão na redução dos Regimentos, que lhes cometeu o Senhor Frezer[203]».

Em consequência destas medidas reformistas, seria preciso contar com os quartéis do forte de Bragança, destruídos no ano anterior pelas tropas espanholas. Porém, tornava-se necessário atender a alguns factores, começando pela:

> «damnificassam com que se achão os quarteis da cavallaria do forte de S. João de Deos de Bragança; agora que hé percizo que o Regimento ligueiro se reuna, creio o não poderão fazer naquella cidade, he consequente que todo, ou parte delle seja mandado vir para a Praça de Chaves, ou fique dividido pelloz lugares circunvizinhos a de Bragança. Desta forma serão os mesmo lugares gravemente incomodados, far se há notavel despeza á Fazenda Real na remeça dos mantimentos, e ferragens, e se debilitará o serviço, e desceplina do mesmo Regimento. E vindo elle para Chaves, não somente se prejudicará a mesma Real Fazenda, na construção dos novos quarteis, e na carestia das ferragens, de que este anno houve escaces, e só poderão bastar para o Regimento de Dragoens; mas tambem se perdem mais de 15.000 alqueires de cevada, que se acha encelleirada, com bastante palha, na sobredita cidade, para onde se derige outra quantidade della, que se acha dezembarcada, e se vai aportando a Postua[204]».

---

[203] A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 792, doc. s/nº, s/fl.
[204] A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 792, doc. s/nº, s/fl.

Rematando estas considerações, Inácio Xavier Pissarro, com diplomacia, apelava à influência de João de Almada e Melo, dada a conveniência em se mandarem concertar os quarteis de Bragança, evidenciando ao mesmo tempo a utilidade para a Província, para o Real serviço e ainda para a fazenda «que o Regimento se recolhesse, e exercitasse» nesta cidade.

A 13 de Agosto, respondia João de Almada e Melo. Depois de resumir os aspectos essenciais que Inácio Xavier Pissarro lhe tinha comunicado, afirmava:

> «esta noticia que vossa merce me dá me não pode servir mais, do que de hu simples avizo de hua peçoa particullar, não poço mandar fazer obra algua por elle, devendo sim ser por quem governa a dita Provincia de Tras os Montes, e de mais pode vossa merce ler o Regimento das Forteficações, e vera vossa merce até quanto hé permitido dispender hu governador das armas; por cujo motivo parqa o concerto dos quarteis que mandei fazer em Chaves, quando governava aquella provincia, e me ser necessario fazer maior despeza, do que aquella que me permite o dito Regimento, fui percizado a dar hua conta de que não tive ainda rezolução[205]».

Contudo, saíndo do refúgio do alvará de 1752, João de Almada e Melo, falando «como de particullar a particullar, que hé nos termos em que devo responder», expressava a sua opinião pessoal:

> «pareciame que em Bragança necessitandose de concerto nos quarteis da cavallaria se não percizava de mais quarteis, do que para o Regimento que lhe há de ficar de guarnição; o qual pelo Regullamento constará de oito Companhias que montão a 324 cavallos, incluindo o Estado Maior, e assim seria obra mais facil a fazer[206]».

---

205 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 792, doc. s/nº, s/fl.
206 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 792, doc. s/nº, s/fl.

Desta forma, a redução do contigente de cavalaria estacionado na Praça de Bragança era um dado adquirido. Porém, seria de boa política não se levantarem obstáculos às reparações pedidas por Inácio Xavier Pissarro, desde que fossem respeitados os passos burocrárticos constantes da legislação:

> «como digo era necessario duas couzas, a primeira que mo reprezente em forma o official comandante da Provincia; e a segunda que me rezolva Sua Magestade, pello que respeita a maior obra, do que aquella que mo permite o Regimento das Forteficações; mas contido se da corte me vier a rezolução que espero sobre os ditos quarteis (de Chaves), percindirei de todas aquellas couzas que não forem de circunstancias na lei[207]».

Esta manifestação de boa vontade, parece-nos mais estratégica do que real, porque as opiniões de dois militares estrangeiros sobre esta matéria, parecem revelar-se decisivas no que respeitava à continuação da tropa em Bragança, e consequentemente sobre a execução das obras.Com efeito, as referências ao coronel «D. Duarte Semit» que no Porto, em trânsito para a corte, «estando algum tempo commigo me não fallou na necessidade que tinha de quartel para o seu Regimento, antes alguns seus nacionaes me disserão aqui, que elle levará todo seu facto», mostram que João de Almada e Melo tinha já conhecimento, e certamente a sua anuência, das intenções do comandante da cavalaria de Bragança em se retirar desta cidade com o seu Regimento.

Por outro lado, as referência elogiosas ao brigadeiro Mc Lean, responsável da reestruturação militar que então se operava, e aos préstimos relativos dos oficiais, parecem indiciar que o prato da balança se inclinava já para um dos lados, ou seja, que a tropa deixaria Bragança, tornando assim as obras desnecessárias.

Em 19 de Novembro de 1763, pela cópia de uma «carta que escreveo o Dezembargador Ignacio Xavier de Souza Pissarro Intendente das moniçoens de boca na Provincia de Tras-os-Montes», verificamos a transferência do

---

207 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 610, Cx. 792, doc. s/nº, s/fl.

Regimento de cavalaria de Bragança para Chaves. Este facto iria perturbar o equilíbrio desta Praça, como se conclui do documento seguinte:

> «Como os dittos officiaes que servem na Provincia de Tras-os-Montes, não gostão de viver apartados huns dos outros, tem porfiado o Coronel de cavalaria de Bragança, Duarte Smith em transferir para a Praça de Chaves o seu regimento, e com efeito o conseguiu por ordem, ou beneplacito do General Frezer. Esta Praça tinha já dois regimentos de infantaria e o de dragoens, que absolutamente não cabião nella, por falta de quarteis, nem podião ser fornecidos de moniçoens de boca, sem hua desolação do paiz, veja (*) como se achará ella com hum regimento de cavalaria agora e o quartel de Bragança sendo para tropas tão bom como o de Chaves, achase prezentemente sem hum só soldado, o que requer alguma pronta [sic] providencia, na qual se deve a junta interessar[208]».

A existência em Bragança de quartéis sem soldados, representava, por um lado, um desvio relativamente à organização militar; por outro lado, a elevada concentração de militares em Chaves colocava algumas dificuldades logísticas que eram perfeitamente evitáveis. Por isso, na espectativa de ver resolvida a questão, o Intendente Inácio Xavier de Sousa Pizarro entendeu expor a situação a Pombal. Não obtendo qualquer resposta, insistiu segunda vez.

Da decisão tomada, nada se sabe. Mesmo assim, pelos vários aspectos envolvidos, alguns dos quais faziam letra morta do alvará que em 1752 pretendia normalizar os procedimentos relativos a obras militares, parece-nos com interesse a matéria da exposição que, pela segunda vez, o Intendente apresentou ao ministro de D. José:

> «Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras. No dia 21 do mez passado tive a honra de expor a Vossa Excellencia a dificuldade que se m'oferecia a subsistencia do regimento

[208] A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 622, Cx. 725, doc. s/nº, s/fl.

d'infantaria de Bragança na Prasa de Chaves, aonde o seu proprio regimento d'infantaria, e o de dragoens ocupavam todos os quarteis, que nela havia, nam lhe sendo ainda bastantes. E como prezentemente o Coronel da cavalaria de Bragança Duarte Smith transferiu para a mesma Prasa o seu regimento, ficando o de Bragança sem tropa algua; he evidente a opresam que deve sentir nam só a Prasa, mas tambem as mais tropas, que nela tem o seu quartel, e os habitantes da Provincia, para transportarem do Pezo da Regoa, sempre pela mesma estrada, todos os mantimentos, que sam precizos, para amonisoar os quatro regimentos. O preso das palhas, e a sua condusam igualmente sera penoza, pela falta delas. O coronel Smith reconhecendo mais que tudo, a (necessidade) de quarteis, e de cavalharices, pertende fazelas, e nam havendo dinheiro algum na Provincia para se pagarem estas despezas, entra debaixo d'Ordem do Marechal Frezer, que constrange os carpinteiros (e) pedreiros a trabalharem nesta obra, que por fim vira a ficar inutil, quando se acabar de reconhecer a insuficiencia da referida Prasa para tanta tropa, e o deterimento do erario Regio para sustenta-la. Vossa Excellencia se dignará de dar a providencia, que for servido. Porto Novembro, 12 de 1763[209]».

Como já dissemos, em 1781 havia em Bragança um Regimento de infantaria. Mas, certamente por incapacidade física dos aquartelamentos existentes, parte dos militares deste Regimento estavam aboletados[210] nas casas dos habitantes. No entanto, sendo conhecidos os inconvenientes que desta situação decorriam, a infantaria seria, ainda nesse ano, concentrada na cidadela onde, para o efeito, se construíram quartéis. A cavalaria passava por idêntica situação.

---

209 A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç. 622, Cx. 725, doc. s/n°, s/fl.
210 ALVES, Francisco Manuel - T. IV, *ob. cit.*, p. 357

6.2 Os projectos

O «plano do hunico quartel[211]» da arma de cavalaria - que antes, ao tratarmos do Corpo da Guarda, atribuímos a José de Morais Antas Machado - é elucidativo no que respeita à precaridade de condições que se proporcionavam aos soldados, tanto mais que só tinha capacidade para quatro companhias. Daí que, como se escreveu na legenda, «as outras (quatro) companhias» fossem «dispersas por cazas particulares». Aliás, um processo de venda de parte de uma casa, em 1784, aproxima-nos da situação real, ao referir:

> «a terça parte de hua moradinha de cazas sitas na rua do Loreto o pe da capela [...] (que) estão por quartel de soldados que não pagão renda e as destroem e arruinão[212]».

Não se tratando de nenhuma das arruinadas casernas do forte de S. João de Deus, a planta em questão deve respeitar ao quartel das Eiras do Arcebispo que pelos anos de 1991 estava bastante combalido, pois as suas paredes e telhado estavam arruinados. Com planta rectangular, organizava-se em quatro áreas semelhantes ao longo dos seus dois pisos. As entradas abriam-se nos lados maiores do piso térreo - voltadas para a actual rua Oróbio de Castro e para a praça - onde estavam as cavalariças. No interior destas, escadarias de um só lanço davam passo ao sobrado, onde, como refere a legenda, «sem tarimbas nem formalidade alguma» os soldados se acomodavam.

No início da última década do século XVIII, tudo indica que as intenções dos governantes se encaminhavam para restituírem a Bragança algum do prestígio militar entretanto perdido. Pelo menos, é o que se pode concluir dos estudos efectuados nos finais do século XVIII. Com efeito, o tenente coronel que mais tarde viria a comandar o Real Corpo de Engenheiros, José de Morais Antas Machado, em 28 de Novembro de 1791 punha a sua assinatura nos projectos que, caso a obra tivesse execução, guiariam a fábrica dos quartéis de cavalaria e de infantaria.

Na «Planta dos antigos quarteis do forte de S. João de Deos da cidade de Bragança[213]», riscavam-se, sobre as ruínas dos antigos, as instalações para se

---

211 B.P.M.P., Res., C-M&A, Pasta 24(57)

212 B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 98, Mç. 23, fls. 42-43

alojarem as oito companhias que constituíriam o Regimento de cavalaria. Complementava-se este risco com outro desenho[214], onde além da planta de um quartel se apresentavam os seus perfis e alçados.

O «Projecto para o novo quartel do Regimento de infantaria da cidade de Bragança[215]», a construir na cidadela para alojamento de dez companhias, era igualmente complementado por outro desenho[216], com planta, perfil e alçado da cada aquartelamento.

Na instalação de uma força militar, fosse no assentamento provisório de um acampamento ou, havendo área disponível, na construção efectiva de aquartelamentos, sempre se procurou uma disposição de traçado ortogonal pautada pela uniformidade arquitectónica e severidade de linhas. Ainda em vigor durante o século XVIII, o regimento sobre o «modo de acampar com as suas medidas, e circunstancias[217]», vigorava pelo menos desde os tempos de D. João IV. Aí se regulamentavam, entre outros aspectos, a disposição e medidas das ruas que as tendas demarcavam, determinando-se a obrigatoriedade de ficarem «em a igualdade e direitura». Desta forma, um acampamento ou um quartel, sempre que a largueza de espaço permitisse dar azo a estes princípios, tendia a prefigurar a imagem de uma cidade sujeita a modelos racionais.

Assim sucedia com os aquartelamentos do forte de S. João de Deus que, arruinados, seriam reconstruídos com a introdução de algumas alterações.

A sua organização, onde predominavam as linhas rectas, seguia o módulo rectangular que se repetia no interior do grande perímetro, também rectangular. Basicamente, o processo consistia na divisão transversal do grande rectângulo em três partes iguais - passe uma ligeira diferença na largura da área central - obtendo-se assim outras tantas áreas rectangulares.

Por este processo, abria-se na parte central, uma vasta praça, para onde confluíam as vias de circulação, em que, quebrando a uniformidade construtiva,

---

213 B.P.M.P., RES., C-M&A, Pasta 24(5)
214 B.P.M.P., RES., C-M&A, Pasta 24(3)
215 B.P.M.P., RES., C-M&A, Pasta 24(7)
216 B.P.M.P., RES., C-M&A, Pasta 24(6)
217 *Regimentos militares,* T. I, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797, pp. 179-185; COSTA, Verissimo Antonio Ferreira da - *Collecção systematica das leis militares de Portugal,* T. II, Lisboa, Na Impressão Regia, 1816, pp. 218-221

se destacava o edifício que continha a capela do padroeiro e gabinetes dos oficiais do comando. A presença de uma larga escadaria, ainda que com poucos degraus, reforçava as distâncias entre os que obedeciam e os que tinham o mando.

Em cada uma das zonas laterais, respeitando a lei da simetria, elevavam-se os corpos de quatro edifícios separados por duas ruas que, sendo traçadas a partir do meio dos lados do rectângulo que circunscrevia cada área, se cruzavam no ponto central desta figura.

Desta forma, o efeito obtido pelos oito aquartelamentos destinados a igual número de companhias era conseguido pela repetição do mesmo modelo.

Este tinha formato rectangular e era constituído por um piso térreo coberto por um telhado de duas águas, mas com aproveitamento do seu vão. No primeiro nível, uma parede correndo no sentido longitudinal, com uma abertura a meio, separava a área da caserna, com quarenta tarimbas dispostas em duas fiadas paralelas, da cavalariça que tinha uma lotação de quarenta manjedouras. Assim, cada unidade era construída para, sob o mesmo tecto, alojar homens e animais. Registe-se, contudo, a ausência de um espaço destinado ao tratamento de animais doentes[218]. No topo virado a sul e no mesmo nível, ocupando toda a largura do edifício, estavam a cozinha e mais dois compartimentos destinados ao «furriel» e ao «subalterno». O segundo nível resultava do aproveitamento do telhado, onde, em correspondência com a cozinha, se recortam a chaminé e uma trapeira para arejamento e iluminação do celeiro. A este espaço, destinado ao celeiro e palheiro, acedia-se por uma escadaria exterior que se apoiava nas paredes da empena.

Exteriormente, a meio da caserna, uma porta e cinco janelas, com molduras lisas, ritmavam a composição. Saliente-se, no entanto, a diferença no recorte das aberturas, pois que nas cavalariças as pequenas janelas de enxalços, para melhor iluminação, estão rasgadas em posição elevada e a porta é rematada por uma bandeirola.

---

218 Na época, vigorava a seguinte norma: «Logo que hum cavallo he sómente suspeito de padecer mal contagiozo, deve ser immediatamente separado, e mandado para huma cavalharice, onde não tenha communicação alguma com os cavallos sãos», *Regulamento para o exercicio, e disciplina dos Regimentos da cavallaria dos exercitos de Sua Magestade Fidellissima feito por ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe marechal general,* Lisboa, Impresso na Secretaria de Estado, 1764, p. 90

Valerá ainda a pena registar a opinião de José de Morais Antas Machado, expressa numa legenda, relativamente às vantagens que a construção destes quartéis ofereciam:

> «tem a consideravel comodidade de ter cada huma das companhias dentro no seu respectivo quartel o seu respectivo palheiro, e o seu respectivo seleiro para sete mezes, sem que seja precizo fazersse a avultada despeza de se construirem em outra parte com incomodo e gastos de conducçoens, evitando por este meio a despeza que Sua Magestade annualmente faz de duzentos e vinte e tantos mil reis de alugueres de cazas particulares em diversas partes da cidade para guardar a palha[219], e grão precizo para o Regimento. A agoa para os soldados não chega a ficar distante 400 passos; e para os cavallos beberem no rio, ou no chafariz apenas tem que andar 600 passos. De traz do mesmo quartel ha huma planicie, em que não só pode manobrar o Regimento, mas ainda outro, ou mais se precizo fosse: os soldados tem o comodo de lhes ficar perto lugar de donde podem tirar lenha para o seu uzo; e a praça principal da cidade onde se faz o mercado publico lhe fica de sete a outo centos passos».

Considerando o aproveitamento de materias, relativamente aos custos previsíveis, adiantava:

> «Este quartel, segundo o calculo, que meudamente fiz poderá importar de sete athé outo contos de reis, que sendo feito em outra parte onde fosse precizo fazer tudo de novo, se não faria menos de quinze, ou dezesseis contos de reis, porque neste sitio se achão ja a maior parte das paredes feitas, e toda a cantaria, e alvenaria preciza para as que se hão de fazer de novo».

---

219 Em 1778, o «palheiro do assento» ficava entre a rua do Espírito Santo e a Estacada, confrontando com o terreiro das freiras de Santa Clara. A casa onde estava instalado pertencia a António Pires de Sousa. B.P.A.D.B., Nuc. Not., Lv. 19, Mç. 5, fls. 137-139. À «tulha do assento»já nos referimos na abordagem do edifício do Corpo da Guarda.

Como anteriormente referimos, a cidadela seria o local escolhido para a instalação dos aquartelamentos do Regimento de infantaria. A informação contida na legenda do projecto para o novo quartel, ao referir que «as paredes encarnadas mais vivas são as que se devem conservar, as desmaiadas, as que se devem demolir e as amarellas as que de novo se devem construir», pressupõe a existência de obras anteriores, parte das quais seriam aproveitadas no momento da execução do projecto.

A legenda do projecto adianta ainda os custos previsíveis, tendo em consideração as vantagens económicas decorrentes da recuperação de materiais de construções já existentes no local:

> «Neste sitio ha consideravel utilidade de se acharem ja muita parte de parede feitas, assim como tambem de materiaes precizos para a construcção de hum regular e excelente quartel, no qual se poderão dispender cinco contos de reis; que em outro sitio se não farião com sete, ou oito».

Assim, uma parte da muralha da cidadela, sobre cujo traçado se propunha a construção do novo quartel, ao ser quase totalmente destruída, forneceria grande cópia de pedra. Do mesmo modo, do «antigo trem» poder-se-iam aproveitar pedra e, eventualmente, madeiras. Situado muito perto da igreja de Santa Maria e da porta do Sol, nesta época o «trem» estava ainda em pé, razão pela qual se propunha a sua demolição. O derrube deste edifício, além de materiais para a construção oferecia também a vantagem de se obter uma praça ou parada onde os militares do Regimento pudessem manobrar sem qualquer embaraço.

As demolições propostas não ficariam por aqui. Propor-se-ia ainda a compra de três casas particulares, de apreciáveis dimensões, que aproximadamente se situavam no espaço hoje ocupado pela rua que estabelece directamente a comunicação da porta de Santo António com a porta do Sol. Uma das habitações estava implantada a Norte, quase a meio do corpo da igreja; as outras duas, entre a capela mor da igreja e a porta do Sol. Uma vez adquiridas, seriam demolidas para no seu alinhamento se construírem dois

quartéis. Segundo José de Morais Antas Machado, o valor destas casas não ultrapassaria os quinhentos mil réis. Tratava-se assim de um bom negócio para a Fazenda Real, tendo em conta que, além do valor do terreno, existia a possibilidade de se recuperarem, para a obra dos quartéis, materiais que ultrapassariam o valor de duzentos mil réis.

Uma vez concretizadas estas propostas, o polígono militar ocuparia uma vasta superfície, onde se incluíam a torre de menagem, a cerca que imediatamente a envolvia e ainda a muralha exterior desde esta cerca até à porta do Sol, correndo depois até um ponto quase fronteiro à face da torre que está virada a Sul, onde seria construído o Corpo da Guarda. Por conseguinte, a organização do conjunto dos edifícios militares, embora tentasse a obtenção de uma figura regular, afastava-se do modelo recticulado que se tinha proposto para o forte de S. João de Deus

Por outro lado, a parada, onde havia um poço de boca quadrada, era completamente rodeada pelos quartéis.

Estes, com excepção de dois casos em que se previa um só nível, seriam de dois pisos e, não se levando em linha de conta as imposições decorrentes da tirania do terreno, seguiam o mesmo modelo. De planta rectangular, no seu interior arrumavam-se as tarimbas aos dois lados da coxia central, havendo ainda, em frente da entrada de cada caserna um espaço semi-circular que servia de depósito do armamento. Numa das cabeceiras previa-se espaço para a instalação de uma cozinha com a sua chaminé e um quarto destinado a «officiaes inferiores».

Ao segundo nível, que interiormente repetia a organição do primeiro pavimento, acedia-se por uma escadaria dupla, no centro da qual havia uma abertura arqueada para dar passagem para a entrada das casernas do nível inferior.

As janelas da fachada principal e de tardoz, para melhorarem a iluminação interior, não se dispunham no mesmo alinhamento. As molduras seriam lisas, com excepção das do segundo pavimento que teriam lintel sobreposto ao perfil da cornija. O telhado seria de duas águas com outões cegos.

Na legenda da planta dos quartéis de infantaria, apontam-se também mais algumas vantagens decorrentes da sua localização:

«tem huma boa praça para escolla de companhias, e nella hum poço com bastante agoa para gastos, álem de outros, que fóra do quartel lhe ficão muito perto, e de que bebem os moradores da Villa; mas querendohir buscalla á fonte, lhe fica distante outo centos passos, e a praça de S. Vicente em que ha mercado publico lhe fica na distancia de quatro centos a quinhentos passos: a igreja para a missa lhe fica contigua; e só tem o incomodo de ter quinhentos passos de áspera subida de qualquer lugar da cidade; mas este facilmente se remedeia fazendo a sahida do quartel por dentro do castellopor huma porta que vai dar ao convento de S. Francisco, pondo nella huma sentinella; porque suposto esta sahida não seja a mais solemne para as funçoens de todo o Regimento, ao menos alivia a subida aos officiaes, soldados, e pequenas partidas, que mais continuamente vão, e vem da cidade ao quartel, e do quartel á cidade».

Não sabemos se estes projectos tiveram realização imediata ou, caso executados, se a sua fábrica respeitou os riscos iniciais. Relativamente ao quartel de infantaria, o Abade de Baçal apontou - não sabemos com que fundamento - a data de 1800 para a sua construção que se ficaria a dever à acção do tenente general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda[220]. Quanto aos aquartelamentos de cavalaria, o mesmo autor, ao apontar os nomes dos governadores do forte de S. João de Deus em 1803 e 1807, respectivamente José Ferreira Sarmento Pimentel e João António Machado[221], mostra a existência, nestas datas, desta arma na cidade e o local das instalações.

No entanto, apesar da afirmação do antigo governador civil de Bragança (1893), Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, para quem os aquartelamentos da cavalaria foram mandados construir, em data incerta, pelo ministério da guerra, sob a direcção do general Sepúlveda[222], parece-nos que a cavalaria

220 ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.*, p. 273
221 ALVES, Francisco Manuel - T. I, *ob. cit.*, p. 269
222 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - *Historia da cavallaria portugueza,* vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 104

ocupava nesta época os aquartelamentos antigos, que para o efeito teriam sido reparados, e não os que projectou José de Morais Antas Machado. De outra forma não se compreendem as propostas de José Joaquim de Freitas Coelho que, como dissemos, se orientavam para a aquisição do convento de Santa Clara, onde além do hospital militar ficaria sediado um quartel de cavalaria, em cuja concepção o engenheiro militar se chegou a empenhar. Por conseguinte, nada justificava o lançamento de nova obra para alojamento da cavalaria se a anterior, cujo projecto analisámos, tivesse sido realizada.

Assim, se considerarmos que o projecto de Santa Clara foi suspenso e nunca mais chegou a realizar-se, somos levados a admitir que o projecto dos novos quartéis para o Regimento de cavalaria só depois de 1806 poderiam ter realização efectiva. Por outro lado, quase dez anos depois, algumas companhias do Regimento de cavalaria nº 12 tinham os alojamentos no antigo colégio dos Jesuítas, enquanto (1817) o tenente engenheiro José Feliciano Farinha projectava novos aquartelamentos para este Regimento no terreno do antigo forte de S. João de Deus.

Finalmente, importa ainda chamar a atenção para a «Planta da cidade de Bragança, e suas dependencias», levantada em 1801 por Luis Gomes de Carvalho, capitão do Real Corpo de Engenheiros. Omitindo a posição dos aquartelamentos de infantaria, assinalou os quartéis de cavalaria no forte de S. João de Deus, registando o seu parecer sobre o estado destas construções:

«não conservão mais do que as paredes que vão a arruinar-se».

Quadro VI

Orçamento para as obras do aquartelamento do Regimento de cavalaria, no convento de Santa Clara (1806)[223]	
«Feitio de 220,8 braças d'alvenaria a 2000 reis	441.600
Leva de pedra 12 carros por braça são 2649 a 160	423.236
Cal 2208 a 70 alqueires por braça a 100 reis	220.800
Area 8832 alqueires a 10 reis	88.320
Portaes 4 a 8000 reis feitio e monte	32.000
Levam de cantaria 24 carros a 800 reis	19.200
Jannellas 24 a 4800 feitio e monte	115.200
Levam de cantaria 72 carros a 800 reis	57.600
Mangedoiras d'alvenaria 18, 24 braças a 1600	29.184
Taboas para portas e janellas 32 a 800	25.600
Couçoeiras para portas 16 a 480	7.680
Couçoeiras para as janellas 96 a 240	23.040
Solleiras, lirantes, coadrantes, e paos de mangedoira 79 a 2000 reis	158.000
Caibros 440 a 60	26.400
Taboas de forro 75 duzias a 2000 reis	150.000
Geiras de carpinteiros 680 a 300 reis	204.000
Grades para janellas 2304 arrates a 130	299.520
Pregos 4400 a 300 reis o cento	13.200
Fechaduras 4, a 1200 reis e aldrabas 24 a 160	8.640
Missagras para portas 12 a 6 arrobas (?), para janellas 48 a 4 arrobas (?) a 130	34.320
Pillares para as coxias de 4 companhias 64 a 2000 reis	128.000
Levão de pedra 160 carros a 160 reis	25.600
Abrir allicerces e desterrar 1000 geiras a 300 reis	300.000
Reedificar o arruhinado, e telha	900.000
Soma este orçamento	3.731.840»

223 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., nº 5723 (989) - 1.4A.8

Quadro VII

«Completando as companhias[224]	
Por 156 braças desde o sobrado ao teto	249.600
Por 630 taboas de sobrado a 480 reis	302.400
Por cantaria para 20 jannellas a 4800 reis	96.000
Por 72 taboas a 480, e 80 couçoeiras a 240 para ellas, e escadas	34.560
Por 36 traves a 2800, e 540 sobradis a 300 reis	261.800
Por 64 pillares, e pedra para elles	153.600
Por missagras, aldrabas, fexaduras, e pregos	64.300
Por 683 geiras de carpinteiros a 300 reis	204.900
Por 1560 alqueires de cal a 100 reis e 6240 de area a 10 reis	218.400
Somma este orçamento	1.586.360
(considerando o quadro anterior) Sommão os dois orçamentos	5.318.400»

7. Os autores das propostas construtivas

Embora quase sempre presentes nas diversas unidades militares, nem sempre é possível detectar a presença e, sobretudo, o resultado da acção dos especialistas em arquitectura militar que algumas vezes alargavam o âmbito das suas capacidades técnicas aos domínios da arquitectura civil e da intervenção sobre os traçados urbanos.

224 D.S.F.O.E./G.E.A.E.M., nº 5723 (989) - 1.4A.8. Tal como o quadro anterior, também este faz parte da legenda do «Progeto do hospital no 1º andar do mesmo edeficio (convento de Santa Clara)» que reproduzimos no segundo volume deste trabalho.

Outras vezes, sendo conhecidos os desenhos, faltam-nos, como já vimos, informações suficientes para podermos acompanhar a execução de uma obra ou alcançarmos o resultado final, o qual pode também não traduzir com fidelidade absoluta a projecção inicial. Em todo o caso, sem diminuirmos a importância e o papel dos construtores directos e outros intervenientes, interessa-nos reafirmar a evidência de que não há arquitectura sem arquitectos. Neste sentido, passaremos a considerar alguns dados biográficos relativos aos autores que, desde a segunda metade do século XVIII até 1817, assinaram projectos ou estudos militares por nós utilizados ao longo deste trabalho.

7.1. José Monteiro de Carvalho

Um decreto do Conselho de Guerra, de 20 de Dezembro de 1751, mostrando que José Monteiro de Carvalho era capitão dos Privilegiados da religião de Malta, traça também o seu percurso formativo, ao referir:

> «frequentou a Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão, e a Academia da Fortificação desta corte[225]».

O mesmo diploma, nomeava-o ainda para servir na província de Trás-os-Montes, com o posto de ajudante de infantaria com exercício de engenheiro. Dois anos depois, desenharia as plantas de Montalegre[226], Vinhais e Outeiro. Em 1754 executaria o estudo da fortificação de Bragança que, se fosse levado a cabo, alteraria profundamente a configuração do sistema defensivo bragançano e particularmente da cidadela.

Em 1760, o monarca nomeá-lo-ia como arquitecto das obras do Conselho da Fazenda, sucedendo assim ao falecido capitão Eugénio dos Santos de Carvalho[227]. Por uma carta patente, passada em 1762 pelo monarca, José Monteiro de Carvalho seria promovido a capitão de infantaria com exercício de

---

225 VITERBO, Sousa - vol. II, *ob. cit.*, p. 175; SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VIII, *ob. cit., Provas*, p. 205

226 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit., Provas*, p. 183

227 VITERBO, Sousa - vol. II, *ob. cit.*, p. 176; *Idem, ibidem*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, p. 25

engenheiro[228]. Em 1766, estava «encarregado do delineamento do Bairro de Alfama[229]», o que lhe permitiria redimir-se da alcunha de «Bota-abaixo» com que passou a ser conhecido após o terramoto que destruíu Lisboa, em 1755, dadas as suas funções na demolição dos prédios combalidos ou dos que embaraçavam o lançamento das novas ruas.

Sendo já sargento-mor de infantaria, a sua substituição, em 1780, do cargo de arquitecto das obras do Conselho da Fazenda, poderá significar o seu desaparecimento do mundo dos vivos.

7.2. Giozé Maria Cavagna

Em 1750, D. João V contratou astrónomos, médicos e engenheiros para tomarem parte na expedição que, na América, tinha como objectivo a delimitação dos nossos territórios para que de vez se distinguissem das possessões espanholas. Além dos capitães engenheiros Carlos Inácio Reverend, Gaspar João de Crowsfeld e João André Schwebel, integravam esta expedição os ajudantes engenheiros Henrique Galluzzi e Giozé Maria Cavagna[230]. Embora o destino fosse o Brasil, no contrato de trabalho, com a duração de cinco anos, estipulava-se a possibilidade de, caso fosse necessário, os peritos estrangeiros poderem exercer a actividade no território metropolitano. Cumulados de atenções, estes oficiais estrangeiros, por decreto de 30 de Dezembro de 1750, seriam equiparados a oficiais de infantaria com exercício de engenheiros. Aos ajudantes engenheiros, onde se incluía o italiano Cavagna, ser-lhes-ia pago o soldo mensal de 32.000 réis.

Relativamente a Cavagna, só em 1762 voltaremos a ter notícia da sua presença entre nós. Promovido a capitão, trabalhava, tal como o engenheiro Teotónio de Azevedo, na Praça de Valença. Nesta época, a situação de conflito aberto que nos opunha a Espanha, bem como a posição e importância do presídio minhoto determinaram o general Lencastro a indeferir um pedido que

---

228 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit.*, Provas, pp. 183-184; SANTOS, H. Madureira dos - vol. III, *ob. cit.*, p. 120

229 VITERBO, Sousa - vol. II, *ob. cit.*, p. 175

230 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. IX, *ob. cit.*, Provas, p. 300

reclamava a presença destes dois especialistas de arquitectura militar em Vila Real.

Nomeado para o governo das armas da província de Trás-os-Montes, o tenente general Georges Cary - que substituindo o marquês de Marialva assinaria algumas plantas da Praças de Bragança e Miranda, assim como do castelo de Outeiro- insistia[231] para que os dois capitães retidos em Valença se dirigissem para a região transmontana.

Assim, será neste contexto que, em 1763, deparamos com a presença de Cavagna em Trás-os-Montes. De facto, nesta data a este italiano se devem alguns riscos da Praça de Miranda do Douro, sendo igualmente o autor do «Mapa de Bragança ...», provavelmente executado neste ano.

Em 20 de Julho de 1765, «em atenção aos serviços prestados», Cavagna era agraciado com o posto de sargento-mor com exercício de engenheiro «para ir servir no Rio de Janeiro por seis anos, ficando a sua praça assente no reino, na lista da primeira plana da côrte[232]».

7.3. Luís Gomes de Carvalho

Nasceu na vila da Atalaia, em 1771[233].

Nomeado capitão engenheiro em 3 de Dezembro de 1796[234], em 23 de Julho de 1803 seria promovido a sargento mor, beneficiando do privilégio que gozavam os alunos formados no Real Corpo de Engenheiros. Sendo o «primeiro alumno que sahio da Academia Real de Fortificação[235]», Luís Gomes de Carvalho tinha desta forma «direito de preferência sobre os outros officiaes, ainda de maior antiguidade[236]».

---

231 Numa carta endereçada ao monarca, Georges Cary afirmava: «Ce que me manque le plus sont des enginieurs et comme les cappitaines Jose Maria Cavagna et Theotonio Dazevedo sont dans vos provinces vous me ferrai le plaisir de les faire partir sur le champ pour mon armé». Cf.. SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. IX, *ob. cit.*, Provas, p. 319

232 SANTOS, H. Madureira dos - *Catálogo dos decretos ...*, vol III, pp. 386, 387

233 VITERBO, Sousa - vol. I, *ob. cit.*, vol. I, p. 400

234 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit.*, Provas, p. 184

235 CHABY, Cláudio de - *Sinopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra,* vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 62

236 CHABY, Cláudio de - vol. VII, *ob. cit.*, p. 62

Apesar de Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda lhe atribuir a direcção das obras da barra de Aveiro «depois de 1791[237]», a verdade é que em Outubro de 1798 trabalhava efectivamente nestas obras, mas sob a direcção de Reinaldo Oudinot, de quem era genro[238] por ter casado com D. Maria Francisca de Paula Oudinot, filha do coronel do Real Corpo de Engenheiros. De facto, numa «Publica forma de varias attestações e officios», assinada, em Outubro deste ano, por Oudinot, que desempenhava as funções de «Director das obras maritimas, e de fortificação do partido do Porto», afirma-se:

> «Attesto que o senhor Luis Gomes de Carvalho, cappitão no mesmo Real Corpo tem sido empregado as minhas ordens [...] desde o mez de Fevereiro de mil sete centos e noventa e tres, ate treze de Janeiro de mil sete centos noventa e sete, e des-de treze de Dezembro de mil sete centos noventa e sete ate hoje nas differentes commisões do Real serviço de que eu estive, ou estou ainda encarregado[239]».

Fica assim claro que no período compreendido entre Fevereiro de 1793 e Outubro de 1798, Luís Gomes de Carvalho era «empregado» no exército às ordens de Oudinot. Apesar disso, em 1795 seria encarregado pelo marechal de campo dos exércitos e governador das armas da cidade do Porto «e seu partido», Sebastião Correia de Sá, da «direcção das obras dos fortes de Buarcos, e Figueira», trabalhos que executou com agrado da hierarquia castrense.

Em 1800, um documento assinado por Francisco de Borja Garção Stockler dava-lhe ordem de marcha para a província de Trás-os-Montes. Nesta altura, o «encarregado» do governo das armas desta província, o tenente general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, tinha superiormente pedido alguns oficiais do Real Corpo de Engenheiros, declarando expressamente a sua preferência por Luís Gomes de Carvalho.

---

237 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit.*, Provas, vol. VII, p. 453
238 VITERBO, Sousa, vol. II, *ob. cit.*, p. 233
239 A.H.M., *Luiz Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.

Confirmando estes factos, Sepúlveda esclareceria as circunstâncias que o determinaram a solicitar os serviços dos engenheiros militares na região transmontana:

> «sendome encarregada a defensa desta Provincia no anno de mil e setecentos e noventa e seis, e pedindo para esse fim officiaes engenheiros, me foi designado o cappitão Luis Gomez de Carvalho; o qual em todo o tempo que então durou a diferensa com Espanha, deo conta de importantes comissões que lhe confiei, como a de levantar hua carta geografica das fronteiras, e plantas das Praças, e fortes desta Provincia, fazendo ao mesmo tempo memorias relativas a sua defensa, que inviei á corte. E sendo novamente ameaçada esta Provincia, em mil e oito centos, e lembrandome do prestimo do dito official, e seus conhecimentos locais, o pedi ao senhor marechal general para me ajudar, o que elle fes, dezempenhando do mesmo modo todas as comissões de que foi incumbido por mim na prezente campanha, fazendo huns e outros serviços no posto de cappitão[240]».

Por aqui se vê que Luís Gomes de Carvalho, durante a parte final do século XVIII, exerceu a sua actividade em Trás-os-Montes pelo menos duas vezes; a partir de 1796, a primeira, e a partir de 1800, a segunda. Contudo, já no século seguinte, voltaria a esta província. Nos trabalhos conhecidos das primeiras estadias - alguns efectuados de parceria com Carlos Frederico Bernardo de Caula - aborda-se o estado das fortificações transmontanas e estuda-se ainda as estradas e pontos de passagem que podiam ter maior utilidade militar tanto para os interesses nacionais como, em caso de invasão, para os espanhóis. Destacamos os seguintes:

- «Memória na qual se dá conta do estado actual dos castellos de Outeiro e Vimiozo, e dos meios mais adequados de os por em estado de defensa» (15 de Fevereiro de 1797);

---

[240] A.H.M., *Luiz Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.

- «Conta do estado actual dos castellos de Montalegre e Monforte com algumas reflexoens sobre a importancia destes dous postos e outras relativas á fronteira desta Provincia» (20 de Março de 1797);

- Memória hem que se apontão os meios de por fora de insulto o castello de Bragança» (28 de Abril de 1797);

- «Memória [...] das particularidades do terreno comprehen(di)do entre o Douro e o Sabor ate Bragança» (18 de Outubro de 1797).

À segunda estadia, corresponde a «Planta da cidade de Bragança, e sua dependencias [...][241]», levantada em 1801.

Em Maio deste ano, o comandante da Brigada dos engenheiros, coronel José Carlos Mardel, secundando a ordem do marquês de La Rozière, general em chefe do exército de Entre-Douro e Minho, passava ordem para o capitão engenheiro se apresentar no quartel general de Braga, com a indicação de se fazer acompanhar de «quaesquer cartas, plantas, ou observações que tenha feito» relativas a Trás-os-Montes.

Ainda durante este ano (10 de Setembro), receberia ordens do conde de Golte para «immediatamente» se apresentar na Praça de Almeida. Não se conhecendo as razões que determinaram esta ordem, a verdade é que a sua presença parecia ser importante, uma vez que à ordem de marcha para se apresentar ao marechal de campo Gomes Freire de Andrade se acrescentava a indicação: «no cazo em que ele ali se não ache, o hirá vossa merce procurar, aonde quer que o possa encontrar». Ao mesmo tempo, participava-se esta ordem «ao seu comandante, o coronel Oudinot [...] para ficar na sua inteligencia».

Em 1808, Manuel Pinto Bacelar, marechal de campo e comandante do «exercito de observação, destinado para a defeza das Provincias da Beira, e Traz os Montes», nomearia para «Quartel Mestre General e chefe do Corpo de

241 D.S.F.O.E. / G.E.A.E.M., nº 3829 - 1-4A.8

Enginheiros» o tenente coronel Luís Gomes de Carvalho, o qual devia nomear dois ajudantes «d'ordens» com a possibilidade de os escolher «em qualquer corpo das tres armas, ou no de enginheiros em que os achar proprios».

No verão de 1808, Luís Gomes de Carvalho seria chamado a Coimbra para exercer responsabilidades administrativas, no âmbito das «destribuiçoens dos generos, que formam a sua subsistencia (do exército), se sujeitem a huma taxa invariavel, que fixe a responsabilidade dos administradores», enquanto se aguardavam medidas da Junta Suprema do Governo para regulamentarem esta matéria. Ainda em Dezembro deste ano, voltaria a Trás-os-Montes com ordens para se apresentar a Manuel Pinto Bacelar, marechal de campo, que estava aquartelado em Vila Real.

Quer os motivos, quer as consequências da sua presença nesta cidade, não são do nosso conhecimento. Em todo o caso, em relação à actividade dos engenheiros militares, um aspecto pode ser evidenciado: a grande mobilidade a que estavam sujeitos pelas situações da conjuntura militar.

Contudo, apesar de constantemente solicitado, Luís Gomes de Carvalho assegurava também a direcção das obras da barra de Aveiro, nas quais sucedeu a Reinaldo Oudinot. E, antes deste ser enviado, em 1804, para a ilha da Madeira, já Luís Gomes de Carvalho tinha sido encarregado de dar continuidade à obra do seu sogro - o que fez temporariamente[242] - na abertura da barra do Porto, desde a foz do Douro até à cidade. Numa carta endereçada ao visconde de Anadia, com data de 22 de Dezembro de 1803, Luís Gomes de Carvalho referiu-se a esta mudança de responsáveis:

> «recebo o officio de V. Exª datado de 14 do corrente mes em que Sua Alteza Real me ordena de receber as ordens do coronel Reynaldo Oudinot sobre a continuação das obras das barras de Aveiro e do Porto de que fico incumbido de baixo de sua immediacta direcção. Approveito esta occazião para agradecer a V. Exª hua escolha que me honra, substituindo hum official de tantas luzes em comissoens de tanta importancia, e ponderação[243]».

---

[242] FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B., - vol. I, *ob. cit.*, vol. I, p. 285
[243] A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.

Tendo sido queimada «grande parte da ponte de madeira construida sobre a lagoa de Paramos na estrada militar da cidade do Porto para a villa de Ovar[244]», mais uma vez (1811) se responsabilizou este engenheiro para a inspecção da reconstrução assim como para «responder pela promptificação dos meios para a sua execução». Mais tarde (1818), em carta dirigida a Matias Dias de Azedo, confirmava esta afirmação:

> «O principal serviço da minha terceira campanha de 1812 foi na ponte da Barrinha na estrada militar do Porto para Ovar[245]».

No mesmo documento, considerando igualmente os principais serviços da campanha de 1812, referir-se-ia aos esforços efectuados para se tornar possível a navegabilidade do curso superior do Douro, bem como à execução de plantas relativas a Praças estrangeiras:

> «e no rio Douro promovendo o fornecimento para o exercito quando marchava sobre Salamanca e Burgos, tirando para isso os estorvos á navegação do mesmo rio Douro segundo as recomendaçoens do senhor marechal general Lord Wellington como Vossa Excellencia vera da copia A. Os trabalhos destes planos occuparão-me no resto desse desse anno e entrou pelo de 1813 [...]; e depois comesei o das plantas da Praça e fortes de Baionna e foz do Adour para o senhor marechal general duque da Victoria que me occuparão até fim do mesmo anno e a vida até ao de 1814[246]».

As necessidades de rapidamente se poder abastecer as forças militares nas regiões fronteiriças beirã e transmontana, levaram os responsáveis militares a considerarem as vantagens que a navegabilidade do Douro representava. Mas, apesar das «despezas e obras» a que o marechal general marquês de Torres

244 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.
245 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. nº 296
246 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. 296

Vedras mandou proceder, a «má vontade com que os barqueiros do Douro se prestão, a imprehender esta navegação fugindo com seus barcos sempre que o podem praticar, ou abandonado os mesmos barcos, e carga, quando do primeiro modo o não podem fazer[247]» era um factor impeditivo do avanço deste projecto. Para no local se averiguarem as razões e se encontrarem medidas adequadas ao seu prosseguimento e execução é que se destacaram Luís Gomes de Carvalho e o major Martinho José de Perne.

Reconhecido como um dos mais hábeis engenheiros militares do país, fosse em obras de fortificação, fosse em matérias de engenharia hidráulica, a solicitação dos seus serviços seria constante, praticamente até ao momento da sua morte que ocorreu em 17 de Junho de 1826. Com base numa folha de serviços[248], mas sem preocupações de sermos exaustivos, destacaremos, além da direcção das obras hidráulicas da barra de Aveiro, outras «commissões em que foi empregado»:

- «Melhoramento dos rios, Vouga, Agueda, e Sertina» (1813);
- «melhoramento da barra do Porto, rio, caes de amarrações, e estrada ao longo do Douro» (1813);
- «melhoramento e restauração do porto de S. Martinho» (1816);
- «reparos no forte da Gafanha na barra de Aveiro» (1822);
- «encarregado da abertura da barrinha da Nazareth» (1824);
- «melhoramento da barra, caes de Villa do Conde e encanamento do rio Ave» (1826)

No entanto, a abertura da barra de Aveiro seria a obra de maior brado, facto que o próprio Luís Gomes de Carvalho reconheceu quando dava alguns passos para a obtenção de um foro de Fidalgo Cavaleiro e da comenda de S. Miguel de Aveiro na Ordem de Avis:

> «hua empreza, que os Augustos predecessores de Sua Alteza real não podérão realizar tendo-a emprehendido tantas vezes, e com tanto empenho, empregando os mais acreditados engenheiros, e

247 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.
248 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.

hidrulicos nacionaes e estrangeiros em differentes épocas e por fim reputada impossivel[249]».

Inaugurada a obra da barra de Aveiro no dia três de Aril de 1808, não demoraram a sentir-se os efeitos positivos desta obra. Colhendo o aplauso geral, valerá a pena referir a opinião que, quatro depois, a Câmara desta cidade, numa «Publica forma», manifestou:

> «pella abertura da nova barra desta cidade se acha perfeitamente restaurada a saude publica, e sadio este paiz, antes o mais doentio: que restauradas tão bem as marinhas desta ria estão produzindo muito e excelente sal: que os campos do Vouga por esta mesma cauza livres das aguas, se achão restituidos a cultura [...] que a mesma hé funda, larga, e limpa de pedras, dando tão facil entrada aos navios que em mil e outo centos e nove em pouco mais de huma hora por ella entrarão quarenta navios, sendo algumas galeras e vazos de guerra: que pella mesma barra tem entrado muitos vivres que tem abastecido os povos das comarcas vezinhas, e exercitos que as tem ocupado[250]».

7.4. Carlos Frederico Bernardo de Caula

Assentando praça, como soldado, na companhia de mineiros do Regimento de artilharia de Lagos, foi destacado para o forte de Lippe em 1764. Aí permaneceu até Setembro de 1774, incorporando-se então no Regimento de artilharia nº 2. Em Setembro de 1789, seria promovido a ajudante engenheiro e a capitão, em Novembro de 1792[251].

---

249 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl. Luís Gomes de Carvalho foi também o autor de uma *Memória descritiva ou notícia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro.* Para o estudo deste assunto durante período pombalino parece-nos de muito interesse a análise de MENDES, Gabriel H. - *Cartografia e engenharia pombalinas da ria e barra de Aveiro,* in «Boletim do Arquivo Histórico-Militar», vol. nº 42, Lisboa, 1972, pp. 11-80; *Idem, ibidem,* vol. nº 43, Lisboa, 1973, pp. 9-143

250 A.H.M., *Luis Gomes de Carvalho,* Cx. 461, doc. s/nº, s/fl.

251 A.H.M., *Carlos Frederico Bernardo de Caula,* Cx. 46, doc. s/nº, s/fl.

A partir de Outubro de 1790, passou a integrar a expedição da carta geográfica do reino. Ocupar-se-ia nesta actividade até 1797, passando então a estar ao serviço do exército de Trás-os-Montes[252]. Desta nova colocação, resultaria a colaboração com o capitão engenheiro Luís Gomes de Carvalho, pelo que a sua assinatura consta também nas «Memórias» sobre o estado dos castelos de Outeiro, Vimiozo, Montalegre, Monforte e Bragança, já anteriormente referenciadas a propósito da actividade de Luís Gomes de Carvalho.

Ainda neste ano (Julho), deixaria Trás-os-Montes para se empregar «nas sondas do porto de Lisboa, e sucessivamente na determinação geográfica dos principais portos, e pontos mais notaveis da costa[253]». Promovido a major em 1800, marcharia no ano seguinte para o Alentejo na qualidade de ajudante do quartel mestre general. Em 1811, dirigia os trabalhos de reedificação da Praça de Almeida. Em 1812, seria nomeado coronel e dois anos depois desempenhava as funções de sub-director do Real Colégio Militar da Luz. Graduado em brigadeiro no ano de 1817, abonar-se-lhe-iam dois contos de réis para «apromptar o necessario para a sua numerosa familia», dado que iria prestar serviço na América.

Regressando com a patente de marechal de campo, seria, em Dezembro de 1826, nomeado comandante geral do Real Corpo de Engenheiros. Questões políticas levaram o governo miguelista a prendê-lo, mantendo-o nessa situação entre Março de 1829 e Junho de 1833. Com a entrada das tropas liberais em Lisboa, voltaria à situação de liberdade e ao comando do Real Corpo de Engenheiros. Tenente general desde 1834, exercia também o cargo de Inspector geral dos quartéis e obras militares. Faleceu em 21 de Setembro de 1835.

7.5. José de Morais Antas Machado

Em 1770, por carta patente de D. José, seria promovido de ajudante de infantaria com exercício de engenheiro a sargento mor com o mesmo exercício, a fim de, durante um período de seis anos, ir prestar serviço na Índia[254]. Como

252 A.H.M., *Carlos Frederico Bernardo de Caula,* Cx. 46, doc. s/nº, s/fl.
253 A.H.M., *Carlos Frederico Bernardo de Caula,* Cx. 46, doc. s/nº, s/fl.
254 VITERBO, Sousa - vol. I, *ob. cit.,* p. 41

resultado da sua actividade nas possessões orientais, Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda[255] apontava os seguintes trabalhos:

- «Planta iconographica do sittio de Pangin» (1776);
- «Projecto para a nova cidade de Goa se erigir no sittio de Pangin» (1776).

Refira-se, no entanto, que ambos os projectos contaram com a colaboração do capitão João António de Aguiar.

Mais tarde, em documento não datado, requerendo[256] a passagem do governo do forte de Lippe para o de Santo António da barra de Cascais, «com os mesmos vencimentos e soldos», José de Morais Antas afirmava ter permanecido durante sete anos na Índia. No mesmo requerimento, ao indicar os serviços prestados ao país, referia ainda que se tinha ocupado na «Inspecção das Praças, e Provincias do Norte em companhia do general conde de Oeynhausen».

Contudo, não pudémos estabelecer qualquer relação entre esta actividade e os desenhos que, em 1791, executou para os Regimentos de cavalaria e infantaria de Bragança. O mesmo se pode afirmar relativamente ao projecto do edifício destinado ao Corpo da Guarda Principal que, como já dissemos, julgamos ser também da sua autoria. A sua assinatura, consta ainda de outro projecto, datado de 1791, relativo ao edifício do antigo Paço Episcopal de Miranda do Douro

Além destas actividades, sabemos que José de Morais Antas Machado prestou serviço «nos dous campos de instrucção da Porcalhota, e serra de Cintra», bem como «em trez, e trabalhozas campanhas no exército auxiliar que foi ao Roussillon». Nestas campanhas, teve a graduação de quartel mestre general.

Em 1797, ser-lhe-ia confiado o governo do Forte de Lippe, «aonde se conservou todo o tempo de guerra, athe o fim de 1802[257]». Quando comandava o forte de Elvas «ha mais de cinco annos», pediu a transferência para o forte de Santo António de Cascais, cujo comando entretanto vagara por ter falecido o

255 SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães - vol. VII, *ob. cit.* , *Provas*, pp. 34, 61
256 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. nº 2, s/fl.
257 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. nº 2, s/fl.

marechal de campo José Joaquim Coutinho[258]. Em Março de 1803, com a patente de brigadeiro, já governava o forte de Cascais[259]. Os motivos de tal pedido, tendo a ver com circunstâncias da vida pessoal e familiar, indiciam também algumas particularidades a que os engenheiros militares se sujeitavam.

> «pela dilatada auzencia, que ha mais de quinze annos tem feito da sua caza, se acha esta destruida, e empenhada com grave prejuizo seu, de sua molher, e filhos, sendo-lhe por isso muito precizo a sua assistencia nesta corte, para de algum modo a poder restabelecer, e rehenvidicar alguns bens, que pela sua auzencia se lhe tem alienado[260]».

Antes desta solicitação - cuja data não podemos precisar - já o comandante do forte de Lippe, usando os mesmos argumentos, tinha pedido ao monarca «a merce de o promover ao posto de marechal de campo do Seu exercito com exercicio de cheffe do Real Corpo de Engenheiros[261]».

Em 1810, após quarenta e sete anos de serviço, apresentar-se-ia uma proposta de reforma do então marechal de campo. Dois anos mais tarde, o príncipe regente concedia a esta pretensão despacho favorável, fazendo-o acompanhar da promoção em tenente general do exército[262].

7.6. José Joaquim de Freitas Coelho

No princípio do século XIX, tinha o posto de primeiro tenente e estava incumbido da demarcação dos limites da província de Trás-os-Montes. Contudo, poderia exercer esta função durante a parte final do século anterior, já que é da sua autoria um estudo executado na região da Chaves, com o título:

- «Memória sobre os portos fortificados que defendem a fronteira de Trás-os-Montes entre Monforte e Montalegre» (12 de Fevereirode 1797).

---

258 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. nº 2, s/fl.
259 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. nº 3, s/fl.
260 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. nº 2, s/fl.
261 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. s/nº, s/fl.
262 A.H.M., *José de Morais Antas Machado,* Cx. 312, doc. 304, 305

Além de estar incumbido da demarcação fronteiriça, em 1806, era também fiscal das obras reais da Praça de Bragança, participando na venda do edifício do antigo Corpo da Guarda Principal. À sua mão, devem-se algumas plantas:

- «Progeto do hospital melitar de Bragança no edeficio da Senhora do Loreto»;

- «Planta do citio e edeficio de Nossa Senhora do Loreto para progetar sobre ella hum hospital melitar na forma das reaes ordens, e Regimento dos hospitaes» (1806);

- «Planta do convento de Santa Clara de Bragança para progetar sobre ella hum hospital mellitar, e hum acoartellamento de cavallaria»;

- «Progeto do hospital melitar no pavimento do convento»; «Progeto do hospital no 1º andar do mesmo edeficio».

Os projectos assinalados nestes dois últimos desenhos, seriam, como anteriormente vimos, objecto de um relatório que tinha como destinatário o ministro António de Araújo de Azevedo.

7.7. José Feliciano Farinha

Em 1810, com o posto de segundo tenente agregado ao Regimento de artilharia nº 1, deveria ter prestado serviço em Miranda do Douro, pois numa carta de «Guilherme Joze a Manoel de Britto e Mozinho», escrita nesta cidade, prestava-se a informação da «boa conduta do que lhe tem sido incumbido pelo tenente coronel do Corpo de Engenheiros a rispeito da forteficação e construcção das obras de defeza[263]».

263 A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. s/nº, s/fl

O seguinte «Mappa» mostra as comissões em que José Feliciano Farinha esteve «empregado» até 1711[264]:

Quadro VIII

Comissões	Anos					
	1809		1810		1811	
	Meses	Dias	Meses	Dias	Meses	Dias
No reconhecimento e carta militar do termo de Lisboa	3	17	-	-	-	-
Nas fortificações de Lisboa	5	5	-	-	-	-
Na construção das baterias de Valada para defender os vãos do Tejo	2	-	-	-	-	-
Na Praça de Almeida	1	8	-	-	-	-
Na Praça de Almeida	-	-	8	-	-	-
Nas fortificações da segunda linha de defesa de Lisboa distrito de Bucelas	-	-	10	-	-	-
Nas fortificações da segunda linha de defesa de Lisboa distrito de Bucelas	-	-	-	-	12	-

Também uma «informação semestral referida ao primeiro de Janeiro de 1842[265]», ao serem referidos os aspectos da sua formação, cita o «curso do Collegio dos Nobres e o curso completo de Fortificação». No mesmo documento, outras indicações de natureza militar são adiantadas. Tendo assentado praça no Regimento de artilharia nº 1, em Outubro de 1808 era já segundo tenente do mesmo Regimento. Com este posto passaria, em 11 de Maio de 1810, para o Real Corpo de Engenheiros. Em Setembro deste ano,

[264] A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. nº315, s/fl.
[265] A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. s/nº, s/fl.

Maio de 1810, para o Real Corpo de Engenheiros. Em Setembro deste ano, seria promovido a primeiro tenente do do mesmo organismo, mantendo a mesma graduação até Dezembro de 1820, altura em que foi promovido a capitão.

Em 1817 esteve em Bragança, tendo neste ano levantado várias plantas destinadas aos aquartelamentos do Regimento de cavalaria, a construir nos terrenos do antigo forte de S. João de Deus . Nesta altura, parte do Regimento alojava-se no antigo colégio dos Jesuítas, tendo José Feliciano Farinha desenhado a «Planta das aulas do seminario de Bragança onde estão aquarteladas as companhias 1ª., 3ª., e 8ª do Regimento de cavallaria nº 12[266]».

Em Fevereiro de 1820, continuava nesta cidade, sendo então «encarregado das obras do quartel melitar[267]», sediado no antigo forte de S. João de Deus.

Além da direcção de obras em vários quartéis militares do país, prestou ainda serviço nas «fortificações do Tejo» (1820) e no «reconhecimento das fortificações maritimas do Algarve» (1822)[268]. Encarregado da direcção da obra da bateria do castelo de S. Jorge (1828), envolver-se-ia nas lutas que o vintismo suscitou, razão pela qual, em Dezembro de 1830 se retirou para Inglaterra. Mas em 1832 foi incumbido de projectar alguns melhoramentos no forte açoriano de S João Baptista e, posteriormente, o âmbito destes trabalhos alargou-se às fortificações das várias ilhas deste arquipélago, de cujo estado informou em vários relatórios[269] que elaborou.

Regressado à metrópole, em 1841 seria promovido a coronel e ser-lhe-ia confiado o governo do forte de Lippe, onde se manteve até à sua morte, em Agosto de 1843.

---

266 G.E.A.E.M., nº 944-1-4A-8

267 A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. nº 5, s/fl.. Tratando-se de um auto provocado pelo facto de o tenente de engenharia ter chicoteado o clarim José António, no âmbito de um processo desencadeado pela eventual existência de relações marginais entre o tenente e a mulher do clarim da companhia nº 4, nada de substancial se diz relativamente às referidas obras.

268 A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. s/nº, s/fl.

269 A.H.M., *José Feliciano Farinha,* Cx. 128, doc. s/nº, s/fl.

CONCLUSÃO

Enquanto organização social do espaço, a cidade constitui um microcosmos cuja vitalidade, na longa duração, recusa a imobilidade, em consequência da interacção de elementos diversificados. É, pois, nesta realidade que se configuram as ruas, as praças, a variedade dos edifícios e espaços vazios que lhe servem de moldura.

Contra os medos perfilava-se o castelo e as duas cinturas de muros. O crescimento urbano determinaria a alteração da hierarquia das praças, num movimento lento mas suficiente para arrastar consigo funções e poderes. Por isso, em termos evolutivos, o percurso entre a praça de S. Tiago - situada na Vila e nas imediações da Câmara e da matriz de Santa Maria - e a praça da Sé, resume a História da cidade em todas as suas facetas.

Participando da sociedade de ordens, algumas famílias de notáveis desta cidade, possuíam o tempo de decisão política, da prece religiosa e forneciam ao serviço militar as pessoas que arrancavam os homens à terra que trabalhavam para, com o seu sacrifício, se imporem aos semelhantes em defesa do crédito dos valores pelos quais se pautavam. Na segunda metade do século XVIII já é perceptível um quadro em que alguns burgueses enriquecidos beneficiavam do respeito dos cidadãos, num processo que posteriormente os levaria à nobilitação. Contudo, não se desenhavam ideias contárias à crença na imutabilidade do tempo social.

No campo arquitectónico, durante este período não são visíveis na cidade compromissos com uma estética normativa. Nas casas particulares, continua-se um modelo pautado pelo funcional. Mesmo nas camadas possidentes, são raros os casos em que ousaram introduzir novas formas ou modelos decorativos nos seus edifícios. Ruralizadas e decadentes económicamente, as suas residências urbanas não ostentavam mais primores que aquelas que possuíam em algumas povoações onde passavam largas temporadas.

À igreja, na qualidade de principal encomendadora, deve-se o grande impulso dado à criação artística, embora sujeitando-a aos seus propósitos de controlar os sentidos para a exaltação da fé. Em Bragança, quando se iniciou o

século XVIII, todas as igrejas principais estavam já construídas. Por isso, o portal barroco de Santa Maria, embora transporte os ensinamentos de uma nova estética, não deverá, a nível local, ser considerado um marco, na medida em que sendo uma excepção não teve consequências. A traça do edifício que os Jesuítas construíram, em 1721, para colégio também nada adianta relativamente aos edifícios, severos e chãos, do século XVII. Por isso, seria no interior das igrejas que a estética barroca seria mais evidente. Em primeiro lugar, na ópera dos sentidos que as arquitecturas retabulares de estilo nacional, com o brilho do ouro e a variedade de formas, desenvolviam; em segundo lugar, nas pinturas dos tectos, fingindo arquitecturas celestes.

A mudança da Sé da cidade de Miranda do Douro para Bragança, constituiu motivo para a encomenda de um projecto pelo qual se delinearia a fábrica de uma nova catedral. De sabor italiano, pela via de Mafra, correspondia à vontade de um Bispo desassombrado que tinha como referências de vida os príncipes laicos. Os alicerces ainda chegariam a ser escavados. Porém, gorou-se a sus construção, assim como a possibilidade de intervenção urbanística que, certamente, se seguiria no vasto terreiro adjacente.

Nos conventos, depois do cuidado com as portarias, toda a atenção se voltou para o interior da igreja, num processo de barroquização semelhante ao que seguiam as igrejas paroquiais. Nas restantes dependências, as obras, sendo quase permanentes - o que pode indiciar a funcionalidade das construções - afirmam-se alguns princípios e preocupações com a higiene e pugna-se por corredores de passagem desimpedidos e celas individuais.

Em finais do século, a muralha, em boa parte construída com estacaria e parapeitos de terra batida e possivelmente muito arruinada, já não tinha qualquer função. Eliminada em partes, orientaria o traçado da rua de Santo António. Suceder-se-iam, então, os planos para a construção de novos aquartelamentos para as tropas de cavalaria e de infantaria. Ao mesmo tempo, também se pretendeu dar maior dignidade ao Corpo da Guarda Principal, planeando-se a construção de novo edifício que, posteriormente, viria a ser implantado na praça de S. Vicente. Outros projectos seriam acalentados. Um deles, passava pela construção de um novo hospital militar, à custa do convento de Santa Clara ou das Oblatas do Menino Jesus, no Loreto. Não iria adiante.

Em todo o caso, umas vezes de forma clara, outras menos perceptíveis, evidenciaram-se concepções de intervenção na cidade. Com efeito, seria a acção de militares e práticos - alguns surpreendidos no momento de um baptizado, de um casamento ou de um óbito - e outros trabalhadores que representando os desejos de uma massa anónima configuraram o carácter da cidade.

ÍNDICE GERAL

Nota preliminar.....VI
Fontes e bibliografia.....XVII
Abreviaturas e sinais.....LII
Introdução.....1

PRIMEIRA PARTE

URBANISMO

CAPÍTULO I - A CIDADE

1. Consolidação e desenvolvimento.....12
2. O quadro urbano.....23
2.1. A cidadela.....23
2.2. As portas da cidade.....27
2.3. A expansão urbanística.....33
2.4. As praças.....37
2.4.1. A praça de S. Tiago.....40
2.4.2. A praça de S. João.....42
2.4.3. A praça de S. Vicente.....45
2.4.4. A praça do Colégio.....47
2.5. A rua. 48
2.5.1. A circulação.....51
2.5.2. A higiene pública.....58
2.5.3. Passadiços e alpendres.....60
3. A sacralização do espaço urbano e as singularidades do quotidiano.....63
3.1. A intangibilidade das tutelas.....63

3.2. A abrangência espacial.....65
3.3. As procissões e a festa.....67
4. Toponímia.....85
5. Os elementos marcantes.....97
5.1. Pontes.....98
5.2. Fontes.....105
5.3. O matadouro.....117

SEGUNDA PARTE

ARQUITECTURA

CAPÍTULO I - ARQUITECTURA CIVIL

1. Medições de residências e terrenos para construção.....123
2. O arrolamento das casas.....133
3. Tipologias da habitação bragançana.....147
3.1. Casas térreas.....147
3.2. Casas de rés-do-chão e sobrado.....149
3.3. A casa fidalga.....153
3.3.1. As casas de carácter sóbrio e severo.....159
3.3.2. Casas com fachadas de acentuado desenvolvimento horizontal.....165
3.3.2.1. A casa de José de Lozada Sarmento.....165
3.3.2.2. A casa do Arco.....170
3.3.2.2.1. A tradição da casa-torre.....173
3.3.2.3. o Paço Episcopal.....176
4. Sacralização do espaço doméstico.....190
4.1. Oratórios.....190
4.2. A capela.....192
5. Casas com dois andares.....196
5.1. Organização espacial e configuração dos elementos arquitectónicos.....196
6. Casas com mais de dois andares.....204

7. Elementos arquitectónicos.....207
7.1. Paredes.....207
7.2. Fachadas.....207
7.3. Varandas.....208
7.4. Telhados.....209
8. Os edifícios dos meios de produção.....209
8.1. Moínhos e fornos.....209
8.2. A fábrica da seda.....216
9. Arquitectura civil com carácter público.....219
9.1. Os Paços do Concelho.....219
9.2. A torre do relógio.....223
9.3. A estalagem.....226
9.4. O aljube.....230
9.5. A cadeia civil.....234
10. Acordos e condicionalismos legais.....240
11. Caracterização dos elementos arquitectónicos.....247
11.1. Aberturas.....248
11.2. Paredes.....250
11.3. Cunhais.....257
11.4. A cornija.....257
11.5. Varandas e telhados.....259

CAPÍTULO II - ARQUITECTURA RELIGIOSA

1. Persistências e evolução.....269
1.1. Programa religioso e espacialidade da igreja jesuítica.....261
1.2. Esquemas planimétricos conventuais.....268
1.2.1. A sacristia.....270
1.2.2. O portal.....271
1.2.3. O claustro.....272
1.3. Capelas e igrejas.....274
1.3.1. S. Tiago.....274
1.3.2. S. Vicente.....276
1.3.3. S. Sebastião e Nossa Senhora do Loreto.....278

1.3.4. Misericórdia.....279
1.3.5. Senhor dos Aflitos e Santo António.....281
1.4. As novas linguagens artísticas.....283
1.4.1. O portal de Santa Maria.....283
1.4.2. O projecto da nova Sé Catedral.....286
2. As igrejas paroquiais.....290
2.1. S. João Baptista.....290
2.2. Igrejas anexas.....306
2.2.1. S. Sebastião de Vale de Lamas.....306
2.2.2. Nossa Senhora do Loreto.....309
2.3. Santa Maria.....313
2.4. A Sé de Bragança.....321
2.4.1. A transferência do bispado.....321
2.4.2. O edifício dos Jesuítas.....323
2.4.3. A catedral de Bragança.....327
2.4.4. O colégio.....340
3. Os conventos.....346
3.1. O convento de Santa Clara.....346
3.1.1. A igreja.....348
3.1.2. O mosteiro.....349
3.1.3. Determinações dos Visitadores.....353
3.2. O convento de S. Bento.....376
3.2.1. O mosteiro.....376
3.2.2. A igreja.....383
3.2.3. Determinações dos Visitadores.....395
3.2.4. O ritmo das obras.....412
3.3. O convento de S. Francisco.....459
3.3.1. O convento.....459
3.3.2. A igreja.....463
3.3.2.1. A capela da Imaculada Conceição.....466
3.3.2.2. A capela dos Borges.....468
3.3.2.3. A capela de Santa Catarina.....470
3.3.3. A casa do despacho da Ordem Terceira.....474

CAPÍTULO III - ARQUITECTURA MILITAR

1. Ensino e formação de especialistas nacionais.....475
1.1. Da Aula de Fortificação ao Real Corpo de Engenheiros.....475
2. O sistema defensivo da cidade de Bragança.....491
2.1. As muralhas.....491
2.1.1. Linhas de defesa e constrangimentos no século XVII.....497
2.1.2. A engenharia militar no século XVIII.....499
2.1.3. As linhas defensivas no século XVIII.....513
2.2. O castelo.....517
2.2.1. A torre de menagem.....524
2.2.2. A alcáçova.....528
3. O forte de S. João de Deus.....532
4. O hospital militar.....537
4.1. Localização e organização.....538
4.2. Novos projectos.....548
5. O Corpo da Guarda Principal.....556
6. Os quartéis de cavalaria e infantaria.....562
6.1. Repúdio pelos aboletamentos e reorganização militar da Província.....562
6.2. Os projectos.....575
7. Os autores das propostas construtivas.....584
7.1. José Monteiro de Carvalho.....585
7.2. Giozé Maria Cavagna.....586
7.3. Luis Gomes de Carvalho.....587
7.4. Carlos Frederico Bernardo de Caula.....594
7.5. José de Morais Antas Machado.....595
7.6. José Joaquim de Freitas Coelho.....597
7.7. José Feliciano Farinha.....598

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
* PORTO *